

**TRABALHO E ALOJAMENTO NO PORTO NOS FINAIS DO ANTIGO
REGIME.
ESTRUTURAS E DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS E URBANAS
(1800-1833)**

VOLUME I

Paula Guilhermina de Carvalho Fernandes

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de
Doutor em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:

Doutora Magda Avelar Pinheiro, Professora Catedrática
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Júri:

Doutora Maria João Mendes Vaz, Professora Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Jorge Fernandes Alves, Professor Catedrático
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Doutora Maria de Fátima da Silva Brandão, Professora Associada
Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Doutora Ana Maria Cardoso de Matos, Professora Auxiliar com Agregação
Departamento de História da Universidade de Évora

Doutor Nuno Luís Monteiro Madureira Fernandes, Professor Associado
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2015

Above all, we must free ourselves from our tendency to see cities as their buildings, and remember that the real city is made of flesh, not concrete.
Glaeser, Edward¹

¹ In <http://blog.ted.com/2012/02/29/cities-ed-glaeser-at-ted2012/>, consultado em Agosto. 2012 e Julho. 2015, TED Conferences, acerca do seu livro *Triumph of the City: How Our Greatest Invention Makes Us Richer, Smarter, Greener, Healthier, and Happier*. UK: Penguin/MacMillan, 2011.

AGRADECIMENTOS

Caminhante, não há caminho. O caminho faz-se ao andar.
António Machado

Aquele que retorna de uma viagem não é o mesmo que partiu
Provérbio chinês

Cheguei aqui trazendo na bagagem a generosidade pessoal ou institucional de não poucos. Sabiam que receberiam em troca apenas e essencialmente o meu respeito e a minha gratidão. O seu gesto fala, pois, por eles.

A Professora Doutora Magda Avelar Pinheiro aceitou orientar este trabalho. Fê-lo com rigor e exigência, temperados com muita paciência, humanismo e generosidade. Esperou enquanto o tempo se alongava e a conclusão do trabalho e entrega tardavam. Os meus sinceros respeito e agradecimento.

A Fundação para a Ciência e Tecnologia aceitou este projeto de doutoramento, atribuindo-lhe uma bolsa que suportou alguns dos anos iniciais (PRAXIS XXI).

A Escola de Sociologia e Políticas Públicas/ESPP, no corpo docente dos ciclos de estudos de História Moderna e Contemporânea, recebeu-me com gentileza, interesse e calor humano. Em diferentes momentos pontuais ao longo de vários anos beneficiámos de algumas trocas de impressões, disponibilização de conhecimento e interrogações que favoreceram o aprofundamento do trabalho, nas pessoas da Professora Doutora Miriam Halpern Pereira, do Professor Doutor José Vicente Serrão, do Professor Doutor Nuno Madureira, da Professora Doutora Fátima Sá. Igualmente, alguns dos colegas de curso de doutoramento proporcionaram-nos contactos frutíferos. O Centro de Investigação e Estudos de Sociologia/CIES-IUL foi suporte científico e material importante para esta caminhada, que, por ter sido alongada no tempo, se iniciou ainda no Centro de Estudos de História Contemporânea-IUL (CEHC-IUL). O Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa-Instituto Universitário de Lisboa/ISCTE-IUL foi uma corretíssima instituição de acolhimento, com serviços sempre disponíveis e atendimento amável.

Agradeço aos diversos especialistas que colocaram as respetivas competências ao serviço dum nebuloso trabalho de história, uma narrativa que se lhes escapava, mas à qual se dedicaram eficaz e competentemente: o Mestre Miguel Nogueira e a Dr.^a Joana Castro Teixeira construíram parte da cartografia que acompanha este texto; o Mestre João Poças trabalhou em períodos diversos com a enorme base de dados (BD) construída. O Dr. Sérgio Bacelar acompanhou, prosseguiu e acabou, aliás, todo o processo de listar, harmonizar, questionar e cruzar tais dados, com produção de tabelas exequíveis para análise.

Os técnicos dos arquivos e bibliotecas foram inexceláveis. Em certos momentos, não me teria conseguido orientar sem eles. Destaco o Dr. Paulo Cascalheira Tremoceiro, guia insuperável nos meandros do fundo do Ministério do Reino e o Joaquim Machado, no fundo da Alfândega

do Porto – ambos no Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo/IANTT, centro nevrálgico do país dos historiadores onde sempre me senti bem. O Dr. Silvestre Lacerda foi, desde a época da minha licenciatura, muito antes deste trabalho, o mais disponível e generoso colega arquivista que, sempre que solicitado, tive.

Este tipo de trabalho comporta o paradoxo da solidão e do acompanhamento. Ao contrário do que tantas vezes se diz, não se faz uma tese sozinho.

Houve colegas de profissão e mundo académico que me demonstraram discreto e duradouro apoio, como os Professores Doutores Fátima Brandão e Pedro Teixeira; o Prof. Doutor João Carvalho; o acima citado Dr. Sérgio Bacelar; o Professor Doutor Rui Mota Cardoso, a Professora Doutora Lia Fernandes. Todos, em diferentes graus, formas e momentos, fomentaram a perseverança.

Também as famílias acompanharam o processo, a de sangue e a dos amigos; sublinhando respetivamente, a Sofia Fernandes e depois, a Maria Emília P. e Carlos C., o João M., a Isabel P. e C.; na reta final, a Joana G. revelou-se uma fraterna companheira inesperada de caminhos similares. O meu Pai, Emídio A. C. Fernandes (FARRICA), já não acompanhou esta etapa, mas ele foi um dos responsáveis por eu ter um dia escolhido trilhar estes caminhos. Tal como o meu Padrinho Rui, acima mencionado, ambos sabiam (sabem) por que o fiz e faço, referências que partilhamos.

Reconheço e dirijo o que aqui está ao meu companheiro Sérgio M. Bacelar e Silva. Atualmente na área das Ciências da Complexidade, economista e sociólogo, colega universitário, investigador próximo, amigo, especialista ao dispor, acabou por assistir e participar, nesta efetiva “fase da vida”² que é a construção duma tese, de grande parte dos caminhos que fui palmilhando, bem ou mal. E isso diz tudo.

Paula Guilhermina de Carvalho Fernandes (FARRICA)

² Araújo, 2006.

RESUMO

O *objetivo* deste estudo é a análise do carácter económico e social da cidade do Porto no primeiro terço do século XIX, nas suas vertentes do trabalho (estrutura ocupacional) e do alojamento, verificando também da respetiva evolução e interação com o contexto espacial urbano e regional.

A *metodologia* integrou análises sincrónicas e longitudinais baseadas em recenseamentos (entre 1800 e 1832-33), visando o vaivém entre o geral e o particular. Examinaram-se os movimento alfandegário e os circuitos migratórios, na exploração da inserção económico-social portuense nas diversas regiões.

Os *resultados* revelaram tendências tradicionais (mas também emergências diversas), no *habitat*, que foi aprofundadamente caracterizado, bem como nos principais traços económico-sociais. O Porto mantém um padrão de sociedade moderna - produção artesanal e um pesado estrato social sem designação ocupacional, que totalizam perto do dobro dos efetivos ligados ao comércio e do triplo daqueles, ligados aos serviços de restauração, serviços pessoais, segurança e afins. Evoluções da estrutura laboral no período indiciam aumento deste último grupo, bem como dos trabalhadores profissionais e técnicos, sinais emergentes de contemporaneidade. Na produção, ocorre uma diversificação dos ofícios e queda daqueles mais tradicionais a favor daqueles com procura, como a têxtil. A geografia social revela mudança, avançando a partir do rio para norte, este e oeste, redesenhando os significados da cidade. Há indícios de dinamismo, nos movimentos migratórios e inclusive, alfandegários, com um comportamento corroborativo da noção de que a praça portuense teria efetuado retoma de negócios e circuitos com relativa brevidade após a crise de início de século.

Palavras-chave:

Porto, Alojamento, Trabalho, História Urbana, Século XIX

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the economic and social character of the city of Porto in the first third of the nineteenth century, in his work aspects (occupational structure) and housing, checking also the respective development and interaction with the urban and regional spatial context .

The methodology included synchronous and longitudinal analysis based on censuses (between 1800 and 1832-33), aimed at shuttling between the general and the particular. Customs movement and migrations were examined in the exploration of the economic and social integration of Porto in the various regions.

The results revealed traditional trends (but also various emergencies), in the habitat, which was thoroughly characterized, as well as in major socio-economic traits. Porto maintains a standard of modern society - craft production and a heavy social stratum without occupational designation, which nearly double the number of trade-related people and triple those linked to restaurant services, personal services, security and related tasks. Developments in the labor structure in the period indicate increase in the latter group as well as professional and technical workers, emerging signs of contemporaneity. In production, there is a diversification of crafts and a decline of those more traditional in favor of those with demand, such as textiles. Social geography reveals change, moving from the river to the north, east and west, redesigning the meanings of the city. There are signs of dynamism in migration movements and even in customs, with a corroborative behavior of the notion that Porto would have made recovery business and circuits relatively soon after the beginning of century crisis.

Key-words:

Porto, Housing, Work, Urban History, XIX Century

Índice (Volume I)

ÍNDICE DE QUADROS	XI
--------------------------------	-----------

ÍNDICE DE FIGURAS	XII
--------------------------------	------------

ÍNDICE DO VOLUME II (ANEXOS).....	XV
--	-----------

INFORMAÇÕES: CRITÉRIOS DE EDIÇÃO DE TEXTO, SIGLAS E ABREVIATURAS	XVII
---	-------------

INTRODUÇÃO.....	- 1 -
------------------------	--------------

1. UMA APRESENTAÇÃO DA CIDADE	- 27 -
--	---------------

1.1 O palco da ação.....	- 27 -
---------------------------------	---------------

1.2 População	- 29 -
----------------------------	---------------

1.3 Localização e características físicas	- 34 -
--	---------------

1.3.1 Geografia	- 36 -
-----------------------	--------

1.3.2 Clima, hidrografia e ocupação humana	- 41 -
--	--------

1.4 Organização administrativa e traços urbanos	- 47 -
--	---------------

1.5 Sociedade e economia. A cidade e o território	- 52 -
--	---------------

2. DOCUMENTOS E MÉTODO. OBJETIVOS PERSEGUIDOS.....	- 57 -
---	---------------

2.1 Fontes e método	- 57 -
----------------------------------	---------------

2.1.1 Coerências e ruturas nas séries documentais: censos e cartas topográficas urbanas.....	- 57 -
--	--------

2.1.1.1 Panorama sobre o Porto em 1800.....	- 61 -
---	--------

2.1.1.2 Panorama sobre o Porto em 1808.....	- 63 -
---	--------

2.1.1.3 Panorama sobre o Porto em 1813.....	- 66 -
---	--------

2.1.1.4 Panorama sobre o Porto em 1832.....	- 68 -
---	--------

2.1.2 O fundo da Alfândega do Porto, impostos, almanaques e cartas topográficas do primeiro terço do século XIX: panorama dos circuitos de inserção da cidade na região, país e comércio	- 82 -
--	--------

2.2 Epistemologia e método	- 84 -
---	---------------

2.3 Harmonização da designação das ocupações e profissões nas tabelas referentes aos diversos fundos documentais trabalhados	- 87 -
---	---------------

2.3.1 Harmonização da designação ocupacional	- 88 -
--	--------

2.3.2 Codificação ocupacional.....	- 90 -
------------------------------------	--------

2.3.3 Classificação de atividade económica	- 99 -
--	--------

3. CONDIÇÕES DE VIDA URBANA PORTUENSE NO PRIMEIRO TERÇO DO SÉCULO XIX.....	- 107 -
---	----------------

3.1	Parque imobiliário e alojamento	107 -
3.1.1	O quadro habitacional. Tendências na distribuição do alojamento	121 -
3.1.2	Dinâmicas urbanas e socioeconómicas: evolução da estrutura do alojamento e dos agregados familiares em oito artérias do centro do Porto nas primeiras décadas do século XIX	132 -
3.1.3	Construção imobiliária, cêrcea e qualidade da construção	138 -
3.1.4	Características da cidade em 1832: uma radiografia urbana.	156 -
3.2	Atividade laboral	175 -
3.2.1	Ocupações na cidade e sectores de atividade. O quadro das ocupações e as tendências... -	176 -
3.2.1.1	Tendências evolutivas da estrutura ocupacional portuense no primeiro terço do século XIX -	177 -
3.2.1.2	O quadro das ocupações em 1832	181 -
3.2.1.3	Comparação de estruturas laborais	193 -
3.2.1.4	O trabalho no feminino	204 -
3.2.1.5	Pluriatividade.....	213 -
3.2.2	Dinâmicas socioeconómicas e urbanas: evolução dos perfis ocupacionais em oito artérias do centro do Porto nas primeiras décadas do século XIX	221 -
3.2.3	A emergência da separação entre espaços doméstico e laboral: a rede de deslocações casa-trabalho no Porto em 1832	232 -
3.2.3.1	Descrição da rede	233 -
3.2.3.2	Estrutura da rede.....	235 -
3.2.3.3	Representação da rede	239 -
3.2.4	Geografia ocupacional, geografia social	243 -
3.2.4.1	Qualidade de alojamento e agrupamentos ocupacionais	245 -
3.2.4.2	Cêrcea dos edifícios e agrupamentos ocupacionais	249 -
3.2.4.3	Artérias citadinas e agrupamentos ocupacionais	253 -
3.2.4.3.1	Geografia ocupacional em 1832	253 -
3.2.4.3.2	Geografia ocupacional em 1808	261 -
3.2.4.3.3	Geografia ocupacional em 1800	266 -
4.	CIDADE E REGIÕES	269 -
4.1	Movimentos migratórios e mercado de trabalho	269 -
4.1.1	Naturalidade e percursos	272 -
4.1.1.1	O que diziam os documentos.....	272 -
4.1.1.2	Ligação espaço urbano – regiões por percursos migratórios e interação económica. -	273 -
4.2	O movimento alfandegário	285 -
4.2.1	Evolução da série das receitas da Mesa-Geral da Alfândega do Porto	290 -
4.2.2	Ligações comerciais.....	295 -
	CONCLUSÃO	297 -
	FONTES E BIBLIOGRAFIA	313 -

Índice de Quadros

QUADRO 1-1: População concelhia do Porto (meados século XVIII - meados século XIX)	- 31 -
QUADRO 2-1: Total de registos de ‘classes de casas’, bairros de Santa Catarina, Santo Ovídio e Cedofeita (1832)	- 81 -
QUADRO 2-2: Preocupações de pesquisa nos Almanques e Impostos (IANTT)... - 84 -	
QUADRO 2-3: Artérias e unidades estatísticas presentes na documentação em perspetiva longitudinal.....	- 85 -
QUADRO 3-1: Agrupamentos de número de alojamentos no Porto, por artéria (1832) ..	- 123 -
QUADRO 3-2: Número de fogos por artéria, Porto (1800 e 1832)	- 133 -
QUADRO 3-3: Edifícios e agregados familiares (Nº) em oito artérias do centro do Porto, 1800 e 1832: permanência e mobilidade.....	- 134 -
QUADRO 3-4: Número de pisos por edifício no Porto (1832).....	- 139 -
QUADRO 3-5: Qualidade média dos alojamentos e número de pisos, por edifício, no Porto (1832)	- 153 -
QUADRO 3-6: Indivíduos segundo a ocupação principal (HISCO1) na cidade e em oito artérias da mesma, Porto, Recenseamento de 1832	- 194 -
QUADRO 3-7: Hierarquia de grupos ocupacionais por HISCO <i>Major</i> (Nº e %), Porto, 1832-1800-1808	- 196 -
QUADRO 3-8: Mulheres no total de efetivos em cada fundo documental, 1800-1808-1832	- 204 -
QUADRO 3-9: Hierarquia de grupos ocupacionais das mulheres por HISCO <i>Major</i> (Nº e %), Porto, 1832-1808	- 206 -
QUADRO 3-10: Hierarquização de díades e tríades de grupos ocupacionais de pluriativos por HISCO <i>Major</i> (Nº e %), Porto, 1832	- 215 -
QUADRO 3-11: Grupos ocupacionais por HISCO <i>Major</i> (%), Porto, 1832	- 233 -
QUADRO 3-12: Frequência dos pesos das arestas na rede.....	- 234 -
QUADRO 3-13: Frequência dos graus nas ligações circulares	- 235 -
QUADRO 3-14: Qualidade média dos alojamentos e grupos ocupacionais HISCO <i>Major</i> , Porto, 1832.....	- 246 -
QUADRO 3-15: Nº de andares por edifício, por grupos de ocupações HISCO <i>Major</i> , Porto, 1832.....	- 250 -

Índice de Figuras

FIGURA 1-1: Vista atual de fração do centro histórico do Porto, com parte da Ribeira, bispado e Sé (direita) e Torre dos Clérigos (centro-esquerda, ao fundo).....	- 34 -
FIGURA 1-2: Panorâmica atual do centro histórico do Porto, com delimitação do morro da Sé	- 35 -
FIGURA 1-3: Carta hipsométrica da Cidade do Porto	- 37 -
FIGURA 1-4: Mapa e maquete da cidade do Porto construída com base na carta hipsométrica	- 40 -
FIGURA 1-5: Mananciais e nascentes de água subterrânea para o abastecimento de água na cidade do Porto, nos finais do século XIX	- 44 -
FIGURA 1-6: Poços na cidade do Porto inventariados no estudo de Carteador Mena (1908)	- 46 -
FIGURA 1-7: Muralhas e portas da cidade (Luís de Pina)	- 48 -
FIGURA 1-8: Planta do Porto e suas vizinhanças, mostrando as Linhas do Cerco...	- 51 -
FIGURA 2-1: Identificação das artérias trabalhadas no recenseamento da cidade do Porto, 1832	- 70 -
FIGURA 3-1: Quintas e quintais (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832	- 109 -
FIGURA 3-2: Pobreza (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832..	- 111 -
FIGURA 3-3: Ilhas (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832	- 112 -
FIGURA 3-4: Pobreza e ilhas (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832 -	113 -
FIGURA 3-5: Construção de má qualidade (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832	- 114 -
FIGURA 3-6: Edificações denotando riqueza (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832	- 121 -
FIGURA 3-7: Principais eixos de aglomeração residencial, Porto, 1832	- 125 -
FIGURA 3-8: Eixos residenciais dos mercadores do Porto, séculos XV-XVI	- 128 -
FIGURA 3-9: Evolução da estrutura de alojamento no centro do Porto, 1800 e 1832	- 135 -
FIGURA 3-10: Dinâmicas dos agregados familiares no centro do Porto, 1800 e 1832 ...	- 136 -
FIGURA 3-11: Trecho da rua de Cima do Muro, Porto (2009)	- 142 -
FIGURA 3-12: Média de andares por edifício, por artéria, excluindo zero, Porto, 1832 .	- 144 -
FIGURA 3-13: Índice da qualidade média dos alojamentos por artéria, Porto, 1832-	149 -
FIGURA 3-14: Qualidade média dos alojamentos e número de pisos, por edifício, no Porto (1832)	- 155 -
FIGURA 3-15: A cidade do exército e da marinha (forças militares) (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832	- 157 -
FIGURA 3-16: Produção (fábricas, oficinas e lojas) (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832	- 159 -

FIGURA 3-17: Serviços (comércio) (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832	- 160 -
FIGURA 3-18: Armazéns (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832- 161 -	-
FIGURA 3-19: Produção alimentar (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832	- 163 -
FIGURA 3-20: Galegos (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832 - 164 -	-
FIGURA 3-21: A Companhia dos Vinhos do Alto Douro na cidade (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832.....	- 165 -
FIGURA 3-22: Lazer, restauração e atividades noturnas (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832.....	- 167 -
FIGURA 3-23: <i>Ninfas</i> (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832..	- 168 -
FIGURA 3-24: Administração Pública, Justiça, Segurança e Correios (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832.....	- 170 -
FIGURA 3-25: Religião e ordens (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832	- 171 -
FIGURA 3-26: Assistência e beneficência (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832.....	- 172 -
FIGURA 3-27: Educação (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832- 174 -	-
FIGURA 3-28: Evolução da estrutura ocupacional, em %, Porto,1800-1808-1832	- 178 -
FIGURA 3-29: Evolução da importância dos grupos de ocupações <i>Minor</i> (HISCO2) no grupo <i>Major</i> 7/8/9 entre 1800, 1808 e 1832	- 200 -
FIGURA 3-30: Perfis ocupacionais segundo classificação <i>Major</i> da HISCO (%), rua de S. Crispim, Porto (1800 e 1832)	- 222 -
FIGURA 3-31: Perfis ocupacionais segundo classificação <i>Major</i> da HISCO (%), rua da Biquinha e rua de Belmonte, Porto (1800 e 1832)	- 224 -
FIGURA 3-32: Perfis ocupacionais segundo classificação <i>Major</i> da HISCO (%), largo de S. Domingos e largo de S. João Novo, Porto (1800 e 1832)	- 226 -
FIGURA 3-33: Perfis ocupacionais segundo classificação <i>Major</i> da HISCO (%), rua das Congostas e rua de S. João Novo, Porto (1800 e 1832).....	- 229 -
FIGURA 3-34: Perfis ocupacionais segundo classificação <i>Major</i> da HISCO (%), rua da Ferraria de Baixo, Porto (1800 e 1832)	- 231 -
FIGURA 3-35: Distribuição do grau da rede.....	- 236 -
FIGURA 3-36: Distribuição do "in-degree" da rede	- 237 -
FIGURA 3-37: Distribuição do "out-degree" da rede	- 237 -
FIGURA 3-38: Distribuição da excentricidade da rede.....	- 239 -
FIGURA 3-39: Rede de deslocações casa-trabalho, Porto, recenseamento de 1832- 240 -	-
FIGURA 3-40: Estrutura fundamental da rede de deslocações casa-trabalho, Porto, Recenseamento de 1832.....	- 241 -
FIGURA 3-41: Ocupações (HISCO1) e Qualidade do edifício (duas primeiras dimensões)	- 248 -
FIGURA 3-42: Nº de andares do edifício e Ocupações (HISCO1) (duas primeiras dimensões)	- 251 -

FIGURA 3-43: Ocupações (HISCO1) e Artérias, Porto, Recenseamento de 1832 (duas primeiras dimensões).....	- 254 -
FIGURA 3-44: Artérias, Porto, Recenseamento de 1832 (duas primeiras dimensões)	- 255 -
FIGURA 3-45: Ocupações (HISCO1), Porto, Recenseamento de 1832 (duas primeiras dimensões).....	- 256 -
FIGURA 3-46: Artérias com forte associação de correspondência a <i>trabalhadores das vendas</i> (predominantemente <i>negociantes</i>), Porto, 1832.....	- 258 -
FIGURA 3-47: Artérias com forte associação de correspondência a <i>trabalhadores da produção</i> (grupo 7/8/9) e a <i>trabalhadores das vendas</i> (grupo 4), Porto, 1808 e 1832.....	- 260 -
FIGURA 3-48: Ocupações (HISCO1) e Artérias, Porto, Imposto de 1808 (duas primeiras dimensões).....	- 262 -
FIGURA 3-49: Ocupações (HISCO1) e Artérias, Porto, Lista de 1800 (duas primeiras dimensões).....	- 267 -
FIGURA 4-1: Distribuição por idades do total da população e da população imigrante..	- 270 -
FIGURA 4-2: Locais de proveniência das migrações para o Porto (Lista de 1800) -	276 -
FIGURA 4-3: Locais de proveniência das migrações, por concelho, para o Porto (Mapa das Fábricas de 1813).....	- 280 -
FIGURA 4-4: Locais de proveniência das migrações, por comarca, para o Porto (“Livro mestre dos assentos dos presos”, 1821-1832).....	- 282 -
FIGURA 4-5: Receita da Mesa Geral da Alfândega do Porto, 1801-1829.....	- 292 -

Índice do Volume II (ANEXOS)

Índice de Quadros nos Anexos	v
Índice de Figuras nos Anexos	viii
Anexo A.....	xi
Anexo B.....	xii
Anexo C.....	xv
Anexo D.....	xvii
Anexo E.....	xx
Anexo F.....	xxi
Anexo G.....	xxii
Anexo H.....	xxix
Anexo I.....	xxxvii
Anexo J.....	xlii
Anexo K.....	xliv
Anexo L.....	xliv
Anexo M.....	lxi
Anexo N.....	lxvi
Anexo O.....	lxvii
Anexo P.....	lxviii
Anexo Q.....	lxix
Anexo R.....	lxxix
Anexo S.....	lxxxix
Anexo T.....	xcix
Anexo U.....	cv
Anexo V.....	cvi
Anexo W.....	clvii

Anexo X.	clxx
Anexo Y.	clxxvi
Anexo Z.	clxxxv
Anexo AA.	clxxxvii
Anexo BB.	cxcvi
Anexo CC.	ccxxii
Anexo DD.	ccxxix
Anexo EE.	ccxxxviii
Anexo FF.	ccxxix
Anexo GG.	cccxxv
Anexo HH.	ccclxxi
Anexo II.	ccclxxii
Anexo JJ.	ccclxxix
Anexo KK.	ccclxxxiv
Anexo LL.	ccclxxxvi
Anexo MM.	ccclxxxvii
Anexo NN.	ccclxxxix
Anexo OO.	ccexc

Informações: critérios de edição de texto, siglas e abreviaturas

Manteve-se a ortografia, sintaxe e pontuação originais, quando nas citações e transcrição de documentos. Apenas em casos de evidentes gralhas ou erros nos textos originais, se procedeu a alguma correção.

As abreviaturas e siglas utilizadas foram apresentadas inicialmente acompanhadas da sua extensão (exemplo: Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo/IANTT). No decorrer do texto são frequentemente apresentadas na sua forma de redução (exemplo: IANTT).

INTRODUÇÃO

*O trabalho do pensamento é como a água do poço,
que se clarifica pouco a pouco.*
Provérbio chinês³

De que trata este trabalho? Elucidando a pergunta, quais os fenómenos históricos que com este trabalho quisemos colocar em evidência?

O tema deste estudo é o da análise e caracterização das estruturas e dinâmicas do espaço e da economia e sociedade urbanas do Porto do primeiro terço do século XIX, cruzando a vertente física (imóveis urbanos e respetiva implantação no plano da cidade) e a vertente económica e social (trabalho e produção material urbanas, inserção social dos agentes).

É, pois, um assunto que se debruça sobre questões típicas das áreas da história económica e social e da história urbana e que explora ramificações de qualquer delas, tal como algumas linhas abaixo será explicitado. A explanação das pertenças teóricas será acompanhada, sempre que possível, da clarificação do sentido dos conceitos utilizados, reconhecido que é que as palavras produzem as coisas e conformam as taxonomias sociais construídas⁴. O vocabulário utilizado na confluência de saberes que se cruzam assume frequentemente gradações de significado importantes, pelo que convém balizar o mesmo.

Na escolha das dimensões que permitissem a investigação deste objeto, privilegiámos os sectores do alojamento⁵ e funcionalidades frequentemente associadas a

³ Sha, 2005: 110.

⁴ Bourdieu, 1982.

⁵ Sempre que conceitos estatísticos centrais do estudo permitiram (isto é, não nos conduziam a situações anacrónicas), recorreremos ao sistema de meta-informação do Instituto Nacional de

este, na época; o vetor do trabalho e da produção material e o das características económicas e sócio demográficas da população portuense.

Especificando: o alojamento ou habitação foram estudados por via dos traços do *habitat* urbano em si mesmo (cércea, qualidade de alojamento, entre outros) e nas diversas funcionalidades assumidas - as de destino residencial (clássico, ou outro); as de destino operante diverso, com cariz laboral (oficinas, lojas, “fábricas”, entre outras). O trabalho foi explorado a partir da designação de “ocupação” (ou se quisermos, nos seus equivalentes mais modernos, mas também enriquecidos nos significantes, o que poderemos designar por ‘profissão’⁶ ou ‘emprego’⁷), sempre interligado com o produto desse mesmo trabalho e respetivas vertentes de ciclo de existência e com o espaço urbano em que tal trabalho se desenrola, com o qual se identifica e ao qual dará, e do qual receberá, identidade social.

As informações económicas e sociodemográficas foram naturalmente interligadas com os indivíduos e diversos grupos, com o espaço urbano, com as migrações regionais e intraurbanas, carreiras pessoais e/ou familiares, entre outras subdimensões.

Construiu-se, assim, um edifício em que se entrecruzaram, na malha urbana, o *habitat* e respetivos agentes, ocupações e produção material, tentando a perceção dos

Estatística/INE. Assim, entendemos por *alojamento*: “local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, **se destina a habitação** com a condição de **não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência**: por distinto entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, é coberto e permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas possa dormir, preparar refeições ou abrigar-se das intempéries separado de outros membros da coletividade; por independente entende-se que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam” (negrito nosso). In “Portal do Instituto Nacional de Estatística/Statistics Portugal”, in <http://smi.ine.pt>, consultado em Janeiro. 2015, <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6067>.

⁶ *Profissão* entendida como “Ofício ou modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes”, <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/185>, consultado em Janeiro. 2015.

⁷ *Emprego* entendido como compreendendo “(...) todas as pessoas (tanto trabalhadores por conta de outrem como trabalhadores por conta própria) que exercem uma atividade produtiva abrangida pela definição de produção dada pelo sistema.”, <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/8287>, consultado em Janeiro. 2015.

processos de organização, agrupamento e características do cosmos urbano portuense do primeiro terço do século XIX.

Do tema, derivam os objetivos que se tentaram atingir, centrados no entendimento material do espaço portuense, em termos de morfologia, organização e instituições em presença, e ligação ao espaço urbano e arco regional, com padrões de mobilidade Porto/região norte e duriense, essencialmente.

A análise tomou como referências questões de caracterização do espaço urbano e mobilidades sociais inter-regionais e intracitadinas.

É pertinente o nosso estudo? Onde reside a sua originalidade?

Na resposta consistente a estas questões, conviria determinar alguns patamares prévios.

a. O Porto era, na época em que nos debruçamos sobre a cidade (viragem do século XVIII para século XIX e primeiros trinta anos desta centúria), uma cidade portuária de características demográficas, urbanas, sociais e económicas bastante secundárias, tanto a nível nacional, como europeu e internacional - como teremos a oportunidade de demonstrar nos capítulos seguintes.

Também a comparação de indicadores a nível nacional e regional não oferece, à primeira vista, uma singularidade – ou uma exemplaridade – tão clara, que levantasse uma imperiosa necessidade do tipo de análise que fizemos.

b. No entanto, tem sido reconhecido que este período comporta algumas idiossincrasias do desenvolvimento urbano portuense relativamente ao quadro nacional. Tais disposições chegaram a ser inicialmente aventadas como possíveis indicadores de que se estaria numa época de ‘fermentação’ industrial⁸ e concomitantemente, de crescimento económico na cidade – precisamente numa fase de profunda recessão económica nacional. Aqueles que sobre tal questão se debruçaram, durante algumas décadas, mantinham relativamente em aberto tal assunto⁹, aventamos nós que essencialmente por razões ligadas à infância da história económica portuguesa e ao processo complexo de construção e contextualização teórica com base em fundos documentais muito dispersos, com grandes incoerências, escalas de análise discordantes

⁸ Serrão, 1953: 2-22.

⁹ Serrão, 1959; Magalhães, 1988; Moura, 1989; entre outros.

e dificilmente conjugáveis entre si. Diríamos que, tal como é assumida a heterogeneidade dos modos de industrialização (e crescimento económico, e urbano¹⁰, a si associados); também a construção de conhecimento acerca dos mesmos deriva da capacidade de harmonização na conjugação de elementos diversos, desde a dimensão documental, à teórica. *Diversidades e assimetrias*¹¹ de crescimento que, mais do que terem historicamente existido, necessitariam de ser estudadas, exploradas e encaixadas em termos de escalas, passíveis de conjugação entre si.

Os estudos que, na década de 90, desbravaram este enigma económico do Porto de início de oitocentos, fizeram-no por fases aproximativas, inicialmente, à escala nacional¹² e finalmente, à escala regional¹³. Mantinha-se o reconhecimento da existência duma intensa atividade artesanal tradicional portuense neste período, sublinhando, não obstante, o ambiente adverso em termos de competitividade produtiva e comercial internacional¹⁴. A última palavra seria dada pela sugestão de que “*a recuperação e expansão industrial do Porto nas primeiras décadas de oitocentos*”¹⁵, depois de analisada sectorialmente quanto às técnicas de produção e trabalhadores, seria uma “*ideia (...) (que) precisa (assim) de ser repensada*”(negrito da autora), já que o que parecia estar em causa, seria menos uma “*febre de iniciativas*” (...) “*dando origem a um surto industrial localizado*” e mais, “*uma transferência intersectorial de mão-de-obra para áreas mais dinâmicas, vocacionadas para os mercados regionais e portanto com outras oportunidades de crescimento e de escala de negócios*”¹⁶.

As questões acima expostas indiciaram desafios que levámos em conta, numa primeira fase de construção de hipóteses para esta dissertação: partindo da premissa de busca duma ótica complementar às existentes sobre o assunto, tentámos aferir se seria

¹⁰ Hohenberg e Lees, 1985: 199-202; ou Berg, 1991.

¹¹ Pereira, 2001.

¹² Justino, 1988-1989 e Pedreira, 1994.

¹³ Madureira, 1996: 417-447.

¹⁴ Pedreira, 1994.

¹⁵ Madureira, 1996: 433.

¹⁶ Madureira, 1996: 445-446.

possível atestar algum tipo de crescimento, do ponto de vista urbano, económico e social¹⁷, durante a primeira metade do século XIX, no Porto.

Porquê ‘ótica complementar’? Por duas razões: a primeira, acima exposta, era a de que parecia clarificada a noção de “arranque industrial”/económico da região portuense: não se trataria dum “crescimento industrial” e económico *tout court*, antes dum processo de adaptação dinâmica ao contexto económico, em que se tentaria perder a menor margem possível de lucros. Apresentava-se uma prudente distância, mesmo alguma surpresa quanto “ao arranque retardado do Porto”, em termos industriais portugueses, avessamente à evolução de Lisboa¹⁸; ainda por cima, em situação de intensa concorrência comercial e não obstante a queda do comércio externo de que a nação, e portanto, também a cidade sofriam.

Permanecia a questão, interessante para nós e nosso trabalho, das razões, dos “como” e “porquês” desta capacidade de adaptação e dinâmica económica dos homens de negócios e artesãos portuenses.

A segunda razão prendia-se com a conjugação da escala nacional com a escala local. De facto, a moderna historiografia portuguesa apresentava, de modo geral, a primeira metade do século XIX como uma época de profunda crise e depressão para os principais polos urbanos portugueses (Lisboa e Porto) ao nível das suas atividades comerciais e industriais, devido à perda do monopólio do comércio externo brasileiro (1808 e 1810) e à instabilidade política agravada pelas invasões francesas e lutas civis subsequentes.

¹⁷ Facilitando o acesso aos conceitos abordados, podemos sinteticamente indicar que entendemos aqui *crescimento económico* de forma simplificada, como um aumento sustentado de uma unidade económica durante um dado período relativamente longo de tempo, avaliado através do aumento quantitativo do produto. Quando acrescentamos a noção de *social*, repercutimos uma possível ligação ao conceito de “desenvolvimento”, já que, simplificadamente, pressupomos uma melhoria das condições de vida da sociedade em causa.

¹⁸ “O mínimo que se pode dizer desta evolução é que ela é surpreendente”, in Madureira, 1996: 432-433.

A crise seria vivida na esfera dos negociantes e comerciantes de grande e médio porte mercantil¹⁹, quando buscávamos precisamente examinar o território dos médios e pequenos negociantes, comerciantes e artesãos.

Aqui chegados, procurámos inicialmente seguir a evolução dos seguintes indicadores: densificação demográfica do núcleo urbano²⁰; reordenação espacial em relação com a evolução positiva das atividades económicas; aumento quantitativo da produção artesanal; numa progressão positiva da vida sociocultural da cidade, enquanto espelho da evolução de um polo urbano que reunia em si as funções de centro portuário, comercial, artesanal, administrativo e religioso. A acontecer uma gradação crescente e positiva, a mesma seria em larga medida alimentada: por uma estrutura de produção tradicional, assente na manufatura de pequena dimensão ou familiar; pela procura doméstica; e, durante o período considerado, não parecia ser suportada por circuitos comerciais internacionais e pelos meios financeiros a eles ligados. Parece ter existido, nesta época, uma ausência de relação funcional entre o capital mercantil e o crescimento desta economia manufatureira, fator aliás comum a outras realidades históricas.

Os primeiros testes afastaram tais hipóteses operacionais: conseguiram-se medir densidades demográficas, mas é difícil provar a ‘densificação demográfica do núcleo urbano’; a busca de confirmação (ou infirmação) de ‘aumento quantitativo da produção artesanal’ saldou-se com uma infirmação; aliás, o próprio estudo efetuado sobre a análise da evolução dos rendimentos da Alfândega portuense nas primeiras décadas do século XIX mostra uma curva descendente acentuada por parte dos rendimentos da Mesa Geral. Os resultados das nossas primeiras verificações indicavam-nos a corroboração dos conhecimentos teóricos assumidos, deixando inclusive pouco espaço para alguma contraposição de perspetivas.

Mas, permaneciam os referenciais cronológicos assumidos pela autora – primeiro terço do século XIX – advindos também do conjunto documental selecionado e que era a base empírica deste estudo.

A época e a documentação escolhida eram promessa de aportes de informação e conhecimento sobre a cidade e região, na ótica duma caracterização e tentativa de compreensão das dinâmicas urbanas, sociais e económicas portuenses.

¹⁹ Bonifácio, 1991: 119-187; Alexandre, 1992: 38-39.

²⁰ O que, se devidamente atestado, poderia indiciar “crescimento demográfico”.

c. A pertinência deste trabalho poderia ser questionada quando é amplamente reconhecida uma escola de estudo urbano sobre o Porto, nada e criada na própria cidade, que se vem desenvolvendo desde as ricas descrições comentadas de fins do século XVIII²¹ e do século XIX²² aos nossos dias, com produção de trabalhos de pendor académico diverso²³, mas também de divulgação reconhecida²⁴; e ainda de cartas topográficas parciais ou detalhadas, explorando os fartos arquivos da cidade e culminando frequentemente em produções de histórias biográficas da cidade. Lembremos a vasta e múltipla produção bibliográfica sobre o Porto, o município, a cidade e o concelho, da autoria de Magalhães Bastos²⁵, Torquato de Sousa Soares, António Cruz e o último substancial aporte dirigido por Luís Oliveira Ramos, há pouco mais de uma dezena de anos²⁶. Isto, sem neste momento mencionar, nem esgotar, outras obras e artigos referenciais que acabarão também por ser localizados ao longo deste trabalho.

d. Enfim, poderíamos ainda interrogarmo-nos se não se saberá já o suficiente, em termos históricos, acerca dos homens trabalhadores do Porto, a evolução urbana setecentista²⁷ e oitocentista da urbe, a ligação cidade-região²⁸?

Onde podemos, pois, apontar nós a necessidade e originalidade do trabalho aqui apresentado?

²¹ Rebelo da Costa [1788], 1945, por exemplo.

²² Lembrando apenas algumas das obras mais comumente referenciadas: Pinho Leal, 1876; ou os indispensáveis *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*, vários volumes, da década de 1860, de Henrique Duarte e Sousa Reis; os trabalhos de Ricardo Jorge (Jorge, 1897 e 1899), entre outras.

²³ O repositório digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto/FLUP e respectiva Biblioteca e, com frequência, os Arquivos Distrital, Municipal e Biblioteca Municipal possuem o grosso desta coleção de estudos. Um exemplar característico desta rica produção é a obra que muito utilizámos de Silva, 1988.

²⁴ Como são as obras de Hélder Pacheco e de Germano Silva.

²⁵ Este, com a sua monumental *História da Cidade do Porto* (Bastos, 1962/1965).

²⁶ Ramos, 2000.

²⁷ Alves, 1989.

²⁸ Guichard, 1992; Oliveira, 1973.

Comecemos precisamente pela especificação dos limites temporais: 1800 – 1833, primeiro terço do século XIX, período frequentemente designado como a “época do final do Antigo Regime e da consolidação do Liberalismo”.

É um período conturbado da história portuguesa por razões internas e externas, em que se juntam, nestes dois planos, em movimentos dupla e reciprocamente potenciadores, transformações da estrutura político-social²⁹, com mudanças da estrutura económica³⁰. Portugal terá que resolver questões pendentes e decisivas e encontrar soluções institucionais e materiais, a nível local, regional, inter-regional e internacional.

É, reconhecidamente, uma época com falta de “*informação quantitativa*”³¹, o que dificulta a construção estatística e o (re)conhecimento da história da gente vulgar e das suas estratégias de adaptação à vida diária, mote da *new social history*, área da qual nos encontramos próximos³². Estudos recentes sobre a evolução da economia e sociedades portuguesas nos três últimos séculos³³ reiteram a ideia de que quase tudo “*o que se escreve sobre (...) (os assuntos materiais da época de finais de Antigo Regime) se*

²⁹ Questões analisadas, entre outros bons exemplos de obras na área, no penta-estudo dirigido por Pereira, 1992.

³⁰ Os enigmas a resolver no Império Português estão bem explanados na conhecida obra de Alexandre, 1992.

³¹ Lains e Silva, 2005: 259.

³² A *new social history* é um dos contextos teóricos do nosso estudo. Surgida na década de 1960, muito influenciada na área europeia pela Escola dos *Annales*, o seu carácter de inclusão democrática dos agentes, a sua sistemática e a sua precisão (mesmo que debatidas em muitas frentes) mantêm o fascínio para os historiadores da área económico-social e urbana; que continuam a aceder a constante atualização através da consulta dos clássicos *Journal of Social History* (U.S.A.: Oxford University Press, fundado em 1967); dos *Annales. Histoire. Sciences Sociales*. (France: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales/EHSS, fundada em 1929); da *International Review of Social History* (Cambridge University Press, fundada no seu atual formato em 1955); ou em revistas tematicamente menos especializadas, mas igualmente marcantes para tal domínio, a *Past & Present* (fundada em 1952, UK: Oxford University Press); os *Quaderni Storici* (fundados em 1966, Roma); a *Genèses. Sciences sociales et histoire* (Paris: CNRS/Belin); e, para Portugal, a *Análise Social* (1963, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais); a *Ler História* (1983, Lisboa: ISCTE/CEHC); entre outras.

³³ Serrão, Pinheiro e Ferreira, 2009; Lains e Silva, 2005.

baseia em fontes parcelares e dispersas”³⁴, sendo difícil o trabalho com séries quantificáveis continuadas, dificuldade coincidente para a construção de variáveis macro, mas também restritiva no que toca ao estudo das unidades locais/regionais.

Assim sendo, continua a ser problemático fundamentar interpretações – para esta época - sobre questões importantes para a identidade nacional, como por exemplo, a ideia geral duma “*curva tendencial ascendente (da progressiva e lenta industrialização), cavada por recessões*”³⁵. Paradoxalmente, e por causa das características “parcelares” e “dispersas” das fontes e do carácter de ausência de mercado interno, moeda, medidas e jurisdição únicas... podemos ver-nos obrigados a remeter-nos a dados “duros”, de carácter nacional, que nos fazem (também) falhar a possibilidade de análise da diversidade das situações locais³⁶.

Foi neste âmbito que surgiu uma das mais prometedoras facetas do trabalho: as fontes permitiam a produção de *micro informação* quantitativa e qualitativa consistente quanto à *ligação espaço urbano e regional /indivíduos e grupos familiares/ ocupações/ estruturas habitacionais citadinas e funcionalidade das edificações urbanas* ao longo de mais de três décadas. Informação esta, de consistência específica e passível dum tipo de tratamento de dados, ainda não evidenciado em estudos anteriores e de pendor mais geral.

Tratou-se dum conjunto de fontes primárias, reunidas pela autora, constituído por vários tipos de recenseamento, datados de 1800, 1808, 1813 e 1832; um conjunto cartográfico contemporâneo (elaborado com finalidades militares³⁷ e administrativas³⁸) e a abordagem a um detalhado fundo da Alfândega do Porto, consistindo na análise quantitativa e qualitativa de séries cronológicas de livros de receitas e despesas de taxas

³⁴ Ramos, Sousa e Monteiro, 2009: 414, citação a propósito do subcapítulo “As finanças da monarquia”, mas que, no espírito da obra quanto à questão, aproveitamos e utilizamos de forma mais livre.

³⁵ Lains e Silva, 2005: 259.

³⁶ Vidal, 2006: 18.

³⁷ Como a “Planta da cidade do Porto e arredores, com localização das fortificações liberais e miguelistas durante o Cerco do Porto” (litografia inglesa), (1832), Arquivo Histórico Municipal do Porto/ AHMP.

³⁸ Neste caso, essencialmente a “*Planta da cidade do Porto*”, de George Balck (1813), Arquivo Histórico Municipal do Porto/AHMP; e a “*Planta topográfica da cidade do Porto*”, por J. Costa Lima (1839), Arquivo Histórico Municipal do Porto/AHMOP.

específicas cobrados na Alfândega (os “Portos Secos”, a “Estiva”, o “Donativo dos 4%”, o “Consulado”, a “Mesa Geral”)³⁹. Optou-se por uma abordagem metodológica que combinou momentos de aproximação sincrónica, explorando o conteúdo censitário; com movimentos de abordagem metodológica longitudinal, no enalço de mudanças e permanências que a análise intercensitárias pudesse revelar, tanto dentro do espaço urbano, como no arco espaço urbano-região(ões).

Confrontaram-se ainda almanaques da época (entre fins do século XVIII e meados do século XIX), séries de impostos vários e fez-se também uma vistoria de alguma documentação central existente nos fundos das Secretarias de Estado do Ministério do Reino, visando obter uma perspetiva do que seriam as relações Porto-Poder Central e instituições públicas no Porto.

As limitações que as primeiras aproximações, estatísticas e algo abstratas, imprimiram ao estudo, tentaram ser colmatadas, assim, por esboços biográficos de espaços urbanos, de ocupações, de famílias, que, não sendo estatisticamente representativos, facilitavam o reenvio do leitor às questões dos modos de trabalhar, produzir e habitar dos portuenses oitocentistas do início do século.

O tipo de fontes que o historiador mobiliza dita sempre muita da orientação essencial do trabalho que sobre elas se constrói. As questões da autora orientaram-se, pois, para a análise, caracterização e evolução da estrutura ocupacional (grandes tendências das ocupações portuenses - essencialmente masculinas - no primeiro terço do século XIX) e suas âncoras espaciais no Porto da época (1800-1808-1813-1832), tema aliás reconhecidamente ‘adequado’ no âmbito do estudo do crescimento e carácter económico urbano, em história económica⁴⁰. O processo conduziu-se, em simultâneo, com a tentativa de deteção da geografia social urbana. Sucintamente, de que forma as relações sociais eram criadas, num dado espaço, relacionando-se com o mesmo e

³⁹ O fundo documental da Alfândega do Porto encontrava-se no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IANTT).

⁴⁰ “O crescimento e carácter económico (estrutura da atividade, sua escala, seu rendimento) das cidades constituem assuntos adequados para a história económica”, reconhece Hohenberg, 2003: 177.

variando dentro do mesmo?⁴¹ Que grupos encontrávamos na cidade, ancorados pela ligação espaço-ocupação ou ofício?

Assumindo o espaço enquanto objeto específico portador de “realidade social”⁴², isto é, não podendo ser desligado da sociedade que o habita, partimos, pois, de plataformas já clássicas de conjugação da história, geografia e da antropologia do espaço.

Que nos diziam o espaço e os homens do Porto? Como se distribuíam e organizavam os indivíduos, grupos ocupacionais e alojamento, pela malha urbana? Como evoluíram tais indivíduos, grupos, organizações; que padrões possíveis, ocupacionais, relacionais, residenciais, ao longo de meio século? Que vestígios de hierarquias sociais urbanas encontrávamos?

A averiguação extensa do núcleo documental de 1832, um recenseamento de alojamento urbano, permitia uma aproximação global ao *habitat* urbano portuense da época, com limitações evidentes, mas também com elementos qualitativos preciosos. As estruturas habitacionais citadinas e funcionalidade das edificações urbanas emergiram entrelaçadas com os modos de subsistência: aqui, ainda subsistem “arruamentos” de ofícios, ali já se notam zonas de grande dispersão e variedade ocupacional. Os significados dos espaços construídos pelas vivências económico-sociais dos grupos surgiram, aqui e ali, nesta viagem prosseguida pelas primeiras décadas oitocentistas da cidade.

⁴¹ “Social Geography is primarily concerned with the ways in which social relations, identities and inequalities are created. How these social creations vary over space and the role of space in their construction is the principle distinction between sociology and social geography. Whereas the former emphasizes *society*, geographers emphasize the *spatial*: in social geography we are concerned with society *and* space. Admittedly, such a concern is central to the larger body of work we simply call *human geography*.” – Hopkins, J., in <http://geography.uwo.ca/undergrad/courses/2410B.pdf>, consultado em Agosto. 2014. Referência na área, entre outras, será a recente súmula de Smith, Pain, Marston e Jones III, 2010, especialmente os capítulos “Introduction: Situating Social Geographies”: 1-40 e “Economic Society/Social Geography”: 205-221.

⁴² Entre outras referências alternativas na questão “espaço-objeto social”, apontemos Silvano, 2010: 12-13; Ascher, 2010: 21-23 (*Cidade e sociedade, uma correlação estreita*); Raulin, 2001: 7, onde sublinha a *importance accordée aux phénomènes de morphologie sociale dans la ville*.

Era uma época quase pré-industrial, sendo o Porto reconhecido pelas características de tradicionalidade na produção, tanto ao nível da organização do trabalho (arruamentos de ofícios; “*economia familiar de adaptação*”⁴³) e tecnologia envolvidas (pouco capital-intensivas), como da produção, em si mesma.

Ao explorar as tendências ocupacionais da população portuense, analisou-se inevitavelmente o quadro tendencial das características da industrialização portuense idiossincrática (“*avançar, recuando: os nichos de mercado da produção portuense*”⁴⁴, para utilizar as acertadas palavras dum autor), complementando-se o quadro com o já (re)conhecido lento surgimento da ‘indústria’ a par de algumas das transformações espaço-urbanas da cidade, pois, por exemplo, só na segunda metade do século XIX se afasta esta nova atividade económica, do centro urbano⁴⁵.

Finalmente, esta cidade portuária, alimentada demográfica e economicamente por raios migratórios regionais que conseguimos atestar de forma consistente, parece ter funcionado com dupla funcionalidade na dimensão espacial da sua integração. Por um lado, o porto e alfândega do Porto parecem ter participado do afunilamento das relações comerciais do país; por outro lado, coevamente, participam os mesmos numa integração regional da cidade, de raio algo “elástico” (províncias do Minho, Trás-os-Montes, zonas do Vale do Douro, de Viseu, Serra da Estrela...), conforme épocas e contextos. Mas a integração regional existe, atestada por fortes correntes migratórias, com reagrupamentos familiares citadinos, numa aglomeração que por sua vez se expande espacialmente.

As escalas de análise citadina e regional a que nos propusemos, permitem simultaneamente a busca do entendimento da singularidade e do estudo de caso, mas não são por nós encaradas forçosamente como obrigando à sua leitura rígida, local ou regional.

Podem perfeitamente funcionar como contributo na construção de outros modelos que sigam em várias direções: as cidades podem ser terrenos fecundos de estudo de macro processos (e, portanto, implementar modelos *bottom-up*, como sugeria Tilly⁴⁶);

⁴³ Berg, 1991: 4.

⁴⁴ Madureira, 1996: 433.

⁴⁵ Cordeiro, 2002: 201-242; Cordeiro, 2006.

⁴⁶ Tilly, 1996: 702-719.

podendo auxiliar na construção de modelos ou processos de generalizações, parciais, inter-regionais ou mais globais.

Este é um estudo multidisciplinar. Como acabam por ser, quase sempre, os estudos que se debruçam sobre o *objeto urbano*. Produzimos o conhecimento aqui explanado utilizando perspectivas, métodos e heranças teóricas, não só das disciplinas científicas anteriormente mencionadas, mas também de outros campos ou ramos científicos. “História urbana”⁴⁷, “história social” e “história económica” fazem parte da base teórica central, num registo de busca da compreensão dos processos detetados de expansão física urbana, de concentração e dispersão demográficas urbana e regional, das características da concentração profissional e residencial; bem como da potencial mobilidade em termos urbanos.

Viajámos através de campos científicos nem sempre consensuais quanto ao seu conteúdo específico, mercê do cruzamento de interesses, perspectivas e métodos utilizados (e respetiva evolução cronológica), partilhando essencialmente o interesse pelo objeto urbano⁴⁸; mas divergindo em graus e óticas adotadas na aproximação ao tema. Não só na metodologia existem discrepâncias na aproximação ao tema: também na nacionalidade dos estudos as mesmas se manifestam. Se nos interessarmos pela

⁴⁷ A *Urban History* deriva da desagregação temática da *Social History* a partir da década de sessenta e podemos dela referir que, tendencialmente, os estudos na área foram levando a que a cidade fosse ganhando uma personalidade coletiva distintiva, tornando-se em algo mais, do que um mero cenário de acontecimentos históricos. Revistas e associações sobre espaço, estudos e história urbana proliferaram, na Europa e Estados Unidos, mantendo assinalável vigor – *Urban History* (UK, Cambridge University Press); *Journal of Urban History* (USA); *Urban History Review*; *Espaces et Sociétés* (1961, France, ERES); *Géographie. Économie. Société* (1958, France, Lavoisier); *The Urban History Association* (1988, USA); a *European Association for Urban History* (fundada em 1989); entre outras indicações.

⁴⁸ Um exemplo destas óticas diversas na produção de saber sobre a cidade, encontra-se na parte I. da obra dirigida por Paquot, 2000. Ocupando as pp. 2-133, a parte I. *Connaître la ville*, encontra-se subdividida em: *La ville des géographes* (Lussaul, Michel), *La ville des historiens* (Pinol, Jean-Luc), *La ville des anthropologues* (La Pradelle, Michèle de), *La ville des sociologues* (Pinçon, Michel; Pinçon-Charlot, Monique), *La ville des démographes* (Le Bras, Hervé), *La ville des économistes* (Davezies, Laurent), *La ville des juristes* (Huet, Michel), *La ville des philosophes* (Paquot, Thierry; Younès, Chris), *La ville des architectes et des urbanistes* (Frey, Jean-Pierre), *La ville et la littérature* (Lanot, Frank), *La ville et le cinéma* (Paquot, Thierry).

“cidade”, pela sua história ou pelo seu futuro, na investigação francófona, somos frequentemente conduzidos a estudos em áreas científicas diferentes, como a geografia, a história, a arquitetura, a sociologia, o turismo... Escrevia há cerca de uma dezena de anos um membro preeminente do Instituto de Urbanismo de Paris que acontecia “*comme si les ‘études urbaines’ étaient partout, c’est-à-dire nulle part*”⁴⁹. Na investigação anglo-saxónica tal dispersão científica por áreas do saber não parece ser tão visível. Parece existir uma maior arrumação das matérias num campo alargado denominado *urban studies*, mesmo que, também aqui, com alguma variedade de produção de saber.

Não raro, quando estudando o objeto urbano, roçamos a transdisciplinaridade, entendida enquanto “*abertura de todas as disciplinas ao que as atravessa e as ultrapassa*”⁵⁰. Também neste trabalho é perceptível esse carácter de articulação de elementos diversos numa busca de compreensão do conjunto.

Uma obra recente e marcante que demonstra – e auxilia – o trajeto rico, mas complexo, dum estudo sobre a meta-construção da história social urbana, intitula-se (não por acaso), *Aventure (L’) des mots de la ville à travers le temps, les langues, les sociétés*⁵¹ e foi dirigida cientificamente (também não por acaso) por uma equipe que integrou conhecidos investigadores de diversos campos que, embora afins, são diferentes. Todos estes investigadores convergem na área de interesse “do que é urbano”: um sociólogo e historiador⁵², um geógrafo e historiador⁵³, um antropólogo urbano⁵⁴ e uma historiadora⁵⁵.

Podemos destacar, assim, este nosso trabalho como utilizando perspectivas da “biografia urbana”, já que o mesmo se enquadra na história narrativa poliédrica duma

⁴⁹ Paquot, 2000: 5.

⁵⁰ Art.º 3º da *Carta da Transdisciplinaridade – Portugal, Convento da Arrábida* (6. Nov. 1994), in Santos, Renato P., in <http://www.fisica-interessante.com/files/artigo-transdisciplinaridade.pdf>, consultado em Agosto. 2014.

⁵¹ Topalov, 2010.

⁵² Christian Topalov.

⁵³ Laurent Coudroy de Lille.

⁵⁴ Jean-Charles Depaule.

⁵⁵ Brigitte Marin.

cidade para uma dada época⁵⁶. Situa-se o mesmo muito marginalmente na esteira da *new urban history*⁵⁷, no sentido em que também perspetiva a cidade como um processo, com específico interesse no estudo das massas (e marginalidades urbanas) por oposição às elites. Recebe ainda influências da “geografia social”, pois tenta percecionar a relação entre os fenómenos sociais e os respetivos componentes espaciais, numa pista de trabalho de aproximação da geografia humana, à teoria social em geral e à sociologia, contingentemente⁵⁸.

Tentámos demonstrar a *filiação*, *objetivos* e *aportes* do estudo que aqui se apresenta, sem eludir as *lacunas* imediatamente percetíveis. É altura de expor a *situação de que se partiu*, o *percurso* percorrido e *de que forma se liga* este, a outros trabalhos, de que receberam contribuições decisivas.

A ‘história económica’ foi a plataforma de arranque: a proximidade espacial específica da condição urbana afeta profundamente, no sentido do aumento da frequência e do total, tanto as atividades de produção, como as de consumo. O historiador económico inquire com muitíssima frequência a atividade urbana, desde a financeira, à dos muitos tipos de produção e de comércio; ocorrendo outras dimensões de investigação no próprio funcionamento das cidades (mercados da terra, do alojamento; regulamentação da atividade comercial, entre outras)⁵⁹.

⁵⁶ Referências recentes vindas desta área que utilizámos de perto, uma nacional e outras da escola anglo-saxónica: Pinheiro, 2011 e Ackroyd, 2012. Sem colocar de lado clássicos como os de Briggs, 1990 (1ª ed. 1963); Porter, 2000 (1ª ed. 1994). Não sendo uma verdadeira “biografia urbana”, a obra de Mumford, 1998 (1ª ed. 1961), continua a ser importante para a exploração das ligações entre estruturas materiais e imateriais (culturais) da cidade ao longo da história e auxilia qualquer construção da narrativa urbana.

⁵⁷ Herdeira da *new social history*, a *new urban history* persegue a construção da identidade da cidade interpretando as ligações entre padrões espaciais e conceções de lugar, como instrumentos de lutas pelo poder na cidade entre os vários grupos sociais em presença. Os vários grupos sociais são agentes que, na respetiva interação, dão forma ao processo de urbanização. Entre referências importantes na área, refiram-se os incontornáveis Thernstrom, 1964 ou Thernstrom, 1969.

⁵⁸ Veja-se por exemplo Smith *et al.*, 2010: 1-39.

⁵⁹ Hohenberg, 2003: 174-181.

Trabalhos desenvolvidos desde cedo pela autora centraram-se precisamente no ambiente urbano e averiguação das atividades respetivas⁶⁰ na época contemporânea, influenciados que foram por obras que laboravam na relação importante entre industrialização ou crescimento e cidade, (também) no tempo e espaço que era nosso foco de interesse. Referimo-nos a clássicos como os de Paul Bairoch (*De Jéricho à Mexico. Villes et économie dans l'histoire*)⁶¹, de P. Hohenberg e L. H. Lees (*The making of urban Europe, 1000-1994*)⁶², de Jan de Vries (*European urbanization, 1500-1800*)⁶³ ou ainda, de A. E. Wrigley (*People, cities and wealth: the transformation of traditional society*)⁶⁴.

A influência que qualquer uma destas obras exerceu virá ao de cima no nosso trabalho, direta ou indiretamente. O trabalho de Hohenberg e Lees, nomeadamente, faz questão de ligar noções e teorias da geografia com as da história tentando que no vaivém teórico se compatibilizem as análises em questão. Não de forma direta, mas na postura de esforçado diálogo disciplinar por eles lançado, assumimos a geografia como peça infraestrutural da análise, mesmo que com profundidades diversas. Por exemplo, a utilização da ‘teoria do lugar central’ (W. Christaller), explorada pelos autores naquela obra foi um referencial apelativo na prossecução da exploração da ligação entre o Porto e regiões, mas não aplicado, por questões de escala, mobilidade e dados⁶⁵.

De Vries funcionou como um sistematizador das áreas que íamos esboçando, mais concretamente como consulta nas dinâmicas do crescimento urbano (demografia urbana e migrações).

Já o conjunto de ensaios de Wrigley figura neste plenário pela chamada de atenção que nos proporcionou quanto ao papel da demografia e respetivos indicadores, a montante e a jusante do crescimento urbano; bem como pela abordagem à forma como a

⁶⁰ Fernandes, 2005: 47-73; Fernandes, 2000a: 501-545; Fernandes, 2000b: 99-126; Fernandes, 1998: 247-258; Fernandes, 1997: 229-245; Fernandes, 1995a; Fernandes, 1995b: 177-208.

⁶¹ Bairoch, 1985; revisto e traduzido para a língua inglesa como *Cities and economic development. From the dawn of history to the present*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988; no nosso caso, relevo para os capítulos 13 a 17, inclusive.

⁶² Hohenberg e Lees, 1985, com relevo para nós na Parte 3.

⁶³ De Vries, 2007 (1ª ed. 1984).

⁶⁴ Wrigley, 1988.

⁶⁵ Embora os autores contraponham à “teoria do lugar central” a “teoria de redes”, esta última não nos era útil no nosso trabalho.

capital londrina mudaria societal e economicamente a Inglaterra. A análise prosseguida por nós bastas vezes aflorou, se bem que limitadamente, fenómenos demográficos como mobilidade e migrações e modelos familiares, para além de estatísticas simples.

Lembremos que no contexto da história económica, a ‘economia urbana’ pode ser trabalhada em dois sentidos: como produto da mudança económica ou como agente da mudança económica. No primeiro caso, a abordagem é direta, considerando que as forças naturais ou mediadas pelos efeitos económicos dá forma às cidades e suas evoluções, bem como à deslocação massiva da população rural para a cidade. No segundo caso, procura-se explicar o papel das cidades como agentes na determinação da mudança económica⁶⁶.

Optou-se claramente pelo primeiro tipo de abordagem, sem que se deixasse de sofrer a influência, nalgumas das nossas interpretações, da segunda. Wrigley é, outrossim, um exemplo de autores desse tipo de aproximação à economia e sociedade urbanas. Com ele e De Vries ficam delineados alguns dos referenciais mais gerais na utilização do que pode ser considerado como um campo da ‘história social’, embora iniludivelmente ligado àquela económica, o da demografia. População urbana, respetiva evolução e migrações são traves da nossa construção. Os trabalhos de Costa Leite⁶⁷, Serén e Pereira⁶⁸, Rodrigues⁶⁹, Vicente Serrão⁷⁰ e Silva⁷¹ enquadraram, no essencial, a dimensão demográfica portuguesa no nosso trabalho.

A pertença teórica à ‘história urbana’ já foi também reiteradamente apontada e até, algumas páginas atrás, em notas de rodapé, esboçada. De novo, este é um campo epistemológico de contiguidades e oriundo do grande rio da ‘história social’ (como outros, também abordados no estudo, a saber, o da ‘história da mulher’ e ainda, ‘do trabalho’). Na linha da investigação em curso, estiveram obras de referência, internacional e nacionalmente – para além daquelas explicitadas páginas atrás, notas de rodapé 56 e 57 e também, notas 23 a 28, inclusive.

⁶⁶ Hohenberg, 2003: 174.

⁶⁷ Leite, 2005: 43-82.

⁶⁸ Serén e Pereira, 2000: 377-521.

⁶⁹ Rodrigues, 2009; Rodrigues, 2009: 327-416; Rodrigues, 2004: 35-65; Rodrigues, 2000: 19-27; Rodrigues, 1993: 197-241; Rodrigues, 1994: 45-75.

⁷⁰ Serrão, 1993: 49-69.

⁷¹ Silva, 2009: 375-392.

Incontornáveis, porque verdadeiros resultados do trabalho de uma a duas gerações de investigadores, são a monumental *História da França Urbana*, dirigida por Georges Duby (5 volumes)⁷², que fez parte da nossa formação na iniciação e compreensão da largueza do campo de estudos urbanos. Os volumes 3 e 4 seriam aqueles que, dedicados respetivamente às cidades ‘clássica’ e ‘da época industrial’, mais ligados aos nossos caminhos ficariam. Os imensos e muito qualificados colaboradores da obra apresentavam-nos vias de entrada na temática da ‘história urbana’ que auxiliariam a pavimentar os caminhos da área, desde a aprofundada abordagem aos problemas demográficos, até ao urbanismo e planeamento urbano, arquitetura, culturas urbanas, classes sociais, entre muitos outros.

Vinte anos mais tarde, a área será refrescada pela corrente anglo-saxónica sob a forma de uma obra de fôlego, em 3 volumes, com 85 colaboradores de várias nacionalidades e proveniências académicas (historiadores urbanos, arquitetos, geógrafos e arqueólogos), a *The Cambridge urban history of Britain*, tendo Peter Clark como editor geral⁷³. Refrescada, algo inovada, mas não necessariamente, mudada. Os dois últimos volumes, aqueles que se ocupam da época da nossa análise, cobrem ‘temas e tópicos’ (designações da obra) contíguos aos já colocados em cima da mesa nas décadas anteriores: sociedade e população, economia, política, topografia, cidades de grande dimensão, de pequena dimensão, cidades portuárias, Londres...

Tais linhas de investigação, trabalhadas em qualquer das obras acima mencionadas com rigor e profundidade assinaláveis, não esgotam as muitas outras que se têm desenvolvido, desejando assinalar aqui apenas algumas das mais recentes, como sejam as dos estudos europeus comparados quanto ao espaço urbano, natureza e cultura na época contemporânea⁷⁴; ecologia, desporto e espaços urbanos em cidades europeias no século XX⁷⁵ ou, por exemplo, a forte corrente de interesse sobre a disseminação da inovação cultural nas cidades europeias (século XVIII-presente).

⁷² Duby, 1980.

⁷³ Clark, 2000.

⁷⁴ Equipa liderada por P. Clark, envolvendo investigadores finlandeses, britânicos, suecos e russos, levando à publicação de Clark, 2006.

⁷⁵ Projeto em curso, de novo liderado por P. Clark, em conjunto com historiadores, ecologistas e geógrafos, intitulado “Green Space and Sport in European Cities in the Twentieth Century” com publicação anunciada.

Não serão, no entanto, estas últimas menções as nascentes de inspiração do presente estudo e sim, as anteriores – bem como as que a seguir se avançam.

A época contemporânea, entendida simplifadamente como ‘advento do século XIX e tempo seguinte’, favorece no seio dos estudos urbanos a proliferação de temáticas de ‘*caraterização da cidade*’, material e imaterialmente, de forma direta ou indireta; pois esta é uma fase em que os ‘*censos*’, de diversos tipos, debruçando-se sobre diversas dimensões da vida urbana e, particularmente, com diversos níveis de fiabilidade, surgem.

Seminal na utilização deste tipo de fundo documental e de métodos quantitativos aplicados na narrativa poliédrica da cidade foi o já atrás citado estudo de Stephan Thernstrom, *Poverty and Progress: Social Mobility in a Nineteenth Century City*⁷⁶. Embora centralmente interessado na mobilidade social ascendente de grupos étnicos em meio urbano e respetiva possível medição, a obra de Thernstrom prossegue conscientemente um modelo *bottom-up* de construção de conhecimento histórico (facto que influenciou nossos trabalhos), utilizando registos de censos para estudar Newburyport, Massachussets, entre 1850-1880.

É esta a linha de investigação em que o atual estudo se insere, embora beneficiando de todo o património conceptual, metodológico e factual propiciado pelas áreas epistemológicas, correntes de investigação e obras que foram sendo explanadas, bem como as que se seguirão.

Do cimo das suas respeitáveis quatro (4) décadas, *Lyon et les lyonnais au XVIIIe siècle*, de Maurice Garden⁷⁷ mantém um lugar de revisitação a quem, como nós, se aventurou neste caminhos da ‘caraterização do carácter económico e social da cidade’. Baseando-se em ‘contagens’ ou censos’ e registos paroquiais, além duma panóplia de documentação contemporânea variada acoplada, Garden dividiu em três partes o estudo de Lyon, respetivamente, ‘demografia’ (com um estudo aprofundado e, na altura, com resultados importantes); ‘sociedade: hierarquia e categorias socioprofissionais’ e o que designou por ‘indivíduos e sociedades: estruturas mentais e comportamentos coletivos”.

⁷⁶ Thernstrom, 1964.

⁷⁷ Garden, 1975.

Maurice Garden não foi o 1º, nem o último estudioso que produziu obras marcantes sobre Lyon, mas foi basilar no desbravar de campos temáticos entretanto surgidos, que tratou com uma percepção exemplar da respetiva espessura, para a época.

Influenciou-nos concretamente na abordagem ao universo do trabalho: a percepção da divisão da sociedade citadina por via da capacidade económica (mundo do trabalho, com mais de 2/3 dos arrolados vs. mundo dos negociantes, burgueses e privilegiados⁷⁸), a notória existência duma ‘geografia social diferencial’, onde também e em diversos momentos e formas na obra, a mulher era destacada⁷⁹, a exploração, análise e reflexão sobre a repartição da mão-de-obra artesanal leonesa⁸⁰.

Também baseado no trabalho aturado sobre ‘censos’ vários, igualmente sobre a cidade de Lyon e também já com um quarto de século, a obra *Les mobilités de la grande ville*, de Jean-Luc Pinol⁸¹ acabou por ser influência central no trabalho que aqui se apresenta.

Tal ascendência não remonta nem à época a que se dedica (viragem do século XIX para o século XX), nem ao tema central desse estudo – a ‘mobilidade social’ em contexto urbano⁸² – mas sim, profundamente, à construção metodológica de partes da obra e a alguns *insights* importantes tanto na forma de construir uma obra deste tipo como da própria abordagem, em termos de ‘história social’, do tema.

O trabalho de Pinol utiliza os recenseamentos com que trabalhou (num dado momento, chegam a um total de 8, entre 1896 e 1936) como base de avanços sucessivos sobre temas e áreas espaciais citadinas e opta, conscientemente, pelo vaivém entre escalas globais e biografias, postura que muito nos influenciou, embora não a prosseguíssemos no nível de profundidade atingido por ele. Também há três outras opções que influenciaram o caminho por nós percorrido, a saber, a premissa da presença constante do espaço, entendido em relação com os fenómenos sociais em estudo (‘geografia social’); a assunção do trabalho em modelo *bottom-up*, utilizando micro informação e ainda, a conjugação da análise sincrónica (análise de estrutura) com a

⁷⁸ Garden, 1975: 134-135.

⁷⁹ Garden, 1975: 128-129.

⁸⁰ Garden, 1975: 178 e seguintes.

⁸¹ Pinol, 1991.

⁸² E nas suas relações com profissão, naturalidade, espacialidade, entre outras dimensões

análise longitudinal – esta última, fartamente utilizada na terceira e última parte da obra, mas não exclusivamente

Dividindo a obra em três (3) partes – ‘apresentação duma cidade’, ‘as estruturas duma grande cidade’, ‘duas gerações na cidade’ – prossegue um caminho lógico de caracterização da cidade - condições gerais de alojamento, zonas ‘velhas’ e ‘novas’ de residentes, zonas com mais e menos segregação, zonas conotadas com elites e seus traços distintivos, entre outros -; para avançar no sentido claro do que designaríamos por ‘dinâmicas’, a terceira parte do trabalho. Aí, parte para a análise longitudinal de 2 *coortes* de indivíduos na cidade, explorando as migrações intraurbanas e significados das mesmas, as carreiras profissionais, a hereditariedade profissional e social.

Simplificadamente, poderíamos afirmar que o estudo que aqui se apresenta, na área da ‘*caracterização da cidade*’ com base em ‘*censos*’, fez uma abordagem da cidade do Porto em que alguns dos referenciais são claramente vindos das duas obras acima expostas.

‘História económica’, ‘história social’, ‘história urbana’, ‘geografia social’. E, claro, ‘geografia urbana’, que, neste caso e para Portugal, se aconselhou essencialmente com os clássicos *A cidade em Portugal*, de Teresa Salgueiro⁸³, para consulta e corroboração e com o estudo de Marie-Thérèse Mandroux-França, *Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII*⁸⁴, no caso portuense. Para efeitos de contexto, foi-nos preciosa a consulta do trabalho de Vítor Oliveira, *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX*⁸⁵; num caminho iniciado por nós há muito, com margens onde também espreitam áreas de possível designação de ‘história local’, sendo nesta última reconhecível em nós a influência, por exemplo, do pequeno, mas precioso, *História local: objetivos, métodos e fontes*, entre outros trabalhos, de Francisco Ribeiro da Silva⁸⁶.

Na área ainda da ‘geografia’ e pela coincidência documental extrema – a documentação-base do trabalho em questão coincidia em pormenores raros com o nosso fundo documental principal, o “Recenseamento da cidade do Porto de 1832” – foi-nos

⁸³ Salgueiro, 1992.

⁸⁴ Mandroux-França, 1986.

⁸⁵ Oliveira, 2013.

⁸⁶ Silva, 1999.

valiosa a consulta de *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*, de Miguel Bandeira⁸⁷. O autor procedeu a uma reconstituição da cidade a partir do “Mappa das ruas de Braga” e dos “Índices dos prazos das Casas do Cabido”, sendo que o primeiro, constitui um “livro de ruas” em que cada rua tem ambos os lados representados pelos alçados em fiadas e com anotações de carácter cadastral, que, complementado com os “índices de prazos”, esclarece da evidente intenção cadastral com fins tributários sobre a fiscalização dos proventos e estado de conservação das casas⁸⁸.

Acontece que o “Recenseamento de 1832” é profusamente recheado de anotações sobre características diversas do *habitat*, edifício, rua... inclusive, os alojamentos são classificados pela sua qualidade de conforto material – todos estes elementos se encontram devidamente explanados no capítulo 2, ponto 2.1.1.4. e explorados no capítulo 3, particularmente pontos 3.1., 3.1.1., 3.1.3. e 3.1.4. -; pelo que a obra anterior foi em determinado momento de grande utilidade.

Se imediatamente acima associámos uma ligação contextual (entre várias que ocorrerão no trabalho) a um dos pilares deste estudo – ‘alojamento’ –; outra é devida, ao pilar seguinte – ‘trabalho’. O conceito é daqueles que propicia facilmente argumentação, vindo-nos com facilidade à mente referentes como, por exemplo, o fecundo trabalho de E. P. Thompson⁸⁹, onde da formação duma “classe trabalhadora” se trata, precisamente na época que nos interessa, fins do século XVIII e primeiras décadas do século XIX; mas discutem-se aí variações em torno dum grupo socialmente reconhecido, com dimensão nacional, identidade própria e enquadramentos legais e institucionais (como acontece na terceira parte da obra, por exemplo).

A abordagem que prosseguimos é bastante diferente. É uma aproximação a partir do exterior, a um mundo fundamental para a condição humana, pela sua contribuição para a subsistência (A. Smith), um mundo que define os indivíduos e que é profundamente social – os indivíduos trabalham e trocam produtos juntos⁹⁰. É um mundo que, em espaço urbano, floresce, pois as oportunidades multiplicam-se na

⁸⁷ Bandeira, 2000.

⁸⁸ Bandeira, 2000: 38-41.

⁸⁹ Thompson, 1980.

⁹⁰ Friedman, 2003: 229-233.

proximidade; e onde se transformam os preços e mercados, pois as forças presentes na troca pressionam em algum dos sentidos⁹¹.

É um mundo de esforço aplicado para realizar tarefas, conhecendo todos os passos do processo designação própria e o conjunto do processo, também. As tarefas e as designações diferenciavam os indivíduos, identificavam-nos, como acima foi referido, e produziam sentido social, económico, espacial (rua dos Caldeireiros, por exemplo). Então, como hoje, o mundo do trabalho e do emprego revela-se fundamental na cidade, para o indivíduo, para o país. Mas, referindo-nos à 1ª metade do século XIX, deparamo-nos com um mundo do trabalho de “*linguagens perdidas*”⁹². A caracterização do mundo laboral portuense da época radicou portanto na *História do trabalho e das ocupações*, 3 vols., coordenado por Madureira⁹³, precioso instrumento de trabalho que, em conjunto com o *site* da *Historical International Standard Classification of Occupations* (HISCO)⁹⁴ e uma constelação de artigos em publicações periódicas afins, nos permitiu encontrar a ordem e codificação possíveis para avançar com as leituras da estrutura, comparações e evoluções dos grupos de ocupações portuenses no primeiro terço do século XIX.

A explanação do âmbito teórico e operacional deste vetor do trabalho encontra-se devidamente efetuada no capítulo 2, pontos 2.3. (*Harmonização da designação das ocupações e profissões nas tabelas referentes aos diversos fundos*), 2.3.1. e 2.3.2.

Era ponto central do nosso interesse na investigação *conhecer e caracterizar* tal mundo, pela *especificidade da época económica* que a cidade do Porto, em particular, e o país, em geral, atravessavam. Regressamos, pois, ao ponto **b.**, exposto atrás nas páginas 3 a 6; e à plataforma de partida da ‘história económica’, aprofundando um pouco melhor a relação do nosso estudo com o contexto histórico.

⁹¹ Scholliers, 2003: 238-239.

⁹² Madureira, 2001: IX.

⁹³ Madureira, 2001.

⁹⁴ O *Historical International Standard Classification of Occupations* (HISCO) é um projeto desenvolvido a partir dos anos 90 e que agrega quase uma dezena de países. Mantém o *site* <http://historyofwork.iisg.nl/> a partir do qual se acede a dados de diversos tipos, entre os quais (também) a uma lista sistematizada de publicações sobre o tema.

Perguntávamo-nos sobre *o lugar do Porto no contexto da crise económica nacional da 1ª metade do século XIX*, uma vez que, paradoxalmente, esta segunda cidade do país dera sinais económicos dissemelhantes dos de Lisboa, em profunda recessão.

Portugal entra no século XIX enquanto potência imperial, detendo o exclusivo mercantil do comércio das possessões portuguesas no ultramar. O império, e nele, o Brasil em particular, era importante enquanto providenciador de circuitos de comércio de trânsito, fontes de acumulação de capital, e recetáculo protegido de manufaturas nacionais (linhos, ferragens, chapelaria, tecidos de algodão, lanifícios, sedas) e bens primários, como o vinho e o sal⁹⁵.

A guerra e invasões francesas, conjugadas com a destituição de poder que a fuga da família real corporiza em 1807, prenunciam o verdadeiro colapso do sistema imperial em 1808, quando uma carta régia abre os portos brasileiros a navios de nações amigas. Dessa altura em diante, sucedem-se, em catadupa, os acontecimentos, traduzindo no essencial divergências de interesses e estratégia (entre Portugal e o Brasil, por um lado; e entre as potências europeias presentes no xadrez, entre si); agravando sempre, e mais, a crise económica, transformada entretanto em recessão e viragem estrutural de sistema: tratado de comércio de 1810 reiterando e consolidando a ligação comercial com a Inglaterra, elevação do Brasil a reino em 1815 e posterior secessão em 1822, desorganização de poder nacional, ocupação estrangeira... no final da década de 1820 e claramente, até à década de 1850, Portugal perdeu quase totalmente os tráfegos importantes, nos produtos (algodão, açúcar e outros de menor importância) e nos compradores, a Grã-Bretanha e a França. Independentemente das reorganizações internacionais de tráfegos, que impunham forte concorrência aos brasileiros; a privação do papel de entreposto de géneros coloniais (essencialmente brasileiros) tornou-se um fato, para o qual a economia portuguesa não estaria preparada.

A necessidade aguça o engenho e a recomposição das atividades industriais fez-se com relativa rapidez após os anos da guerra peninsular, conforme demonstra Pedreira⁹⁶, embora em laboração parcial e com dificuldades de retoma das prévias posições de exportação. Nem todas as produções exportadas sofreram tão pesados cortes – ferragens de Entre Douro e Minho, chapelaria de Lisboa, estampados de algodão fabricados com

⁹⁵ Alexandre, 2005, “O império”. in Lains e Silva, 2005: 358.

⁹⁶ Pedreira, 1994: 343-348, também citado por Alexandre, 2005: 360.

panos da Índia, resistiram e inclusive afirmaram-se face à concorrência, pelo menos até meados da década de 1820. De qualquer forma, assistia-se a uma mudança de ciclo económico, com passagem a conjuntura de depressão de preços, conforme salientou Godinho; associada ao impacto do processo industrial inglês. *“Vista no seu todo, a desagregação do sistema imperial luso-brasileiro teve forte repercussão na economia portuguesa, com consequências não só imediatas, mas também a longo prazo”*⁹⁷.

E, no entanto, durante o período observado, verificam-se dissonâncias claras nos comportamentos dos indicadores económicos das duas (2) principais cidades do país.

Enquanto Lisboa agoniza em processo de reestruturação, a cidade do Porto dá sinais de dinamismo económico, com *“enorme desenvolvimento dos têxteis e das indústrias de metal, secundado por progressos significativos da chapelaria, cerâmica, curtumes, processamento alimentar e fabrico de cal”*⁹⁸. Parece ser uma evolução abrangendo particularmente a área dos trabalhadores menos qualificados (conforme aponta Madureira, comparando os efetivos de trabalhadores especializados no Porto, entre 1780 e 1833)⁹⁹, mulheres incluídas, chamadas à laboração dentro e fora de portas das ‘fábricas’.

Mais, como já mencionado na página 4, esta *“recuperação e expansão industrial do Porto nas primeiras décadas de oitocentos”*¹⁰⁰ sugere ser mais uma deslocação de mão-de-obra semi, ou pouco, qualificada entre setores, no sentido daqueles mais rentáveis; do que, verdadeiramente, um ‘surto industrial’.

Este enigma tornou-se, para alguém que, como nós, se debruçava sobre a cidade, na época, desejando ‘caraterizar o caráter económico e social’ do agregado, uma base de inquérito. Conseguiríamos detetar sinais deste ‘dinamismo’, fosse no estabelecimento e relação com a espacialidade (‘alojamento’), fosse na composição de grupos de ocupações citadinas em presença (‘trabalho’)?

Os resultados do nosso caminho são o trabalho que se segue.

⁹⁷ Alexandre, 2005: 361 e linhas prévias baseadas nas pp. 360-361.

⁹⁸ Madureira, 1996: 446.

⁹⁹ Madureira, 1996: 444-447.

¹⁰⁰ Madureira, 1996: 433.

1. UMA APRESENTAÇÃO DA CIDADE

Vistas Gerais

*Quem desce Gaia (...) suspende-se de repente ao encontrar a face da cidade.
Está ela como que inclinada numa cordilheira, com o ar cativo, as faixas das ruas parecendo
pendentes do casario desigual.*¹⁰¹

*Vê um velho casario/Que se estende até ao mar/
(...) Por ruelas e calçadas/ Da Ribeira até à Foz/ Por pedras sujas e gastas/(...)
(...) Esse teu ar grave e sério/(...) Nesse timbre pardacento/
Nesse teu jeito fechado/De quem mói um sentimento.*¹⁰²

Imagens do Porto antigo

*Quem (no século XII) viesse pelo Douro partindo de Gaia deparava sem dúvida com um rude
espectáculo. O Porto era um muro fosco e diminuto, lá no alto, em torno da Pena Ventosa. A
cidade era o Morro da Sé. Essa imagem vai perpetuar-se (...). Até o nome do sítio, Pena
Ventosa, penhasco dos vendavais, inculcava e garantia a exactidão da imagem e
credibilidade da impressão.*¹⁰³
*(No entanto,) o Porto cumpre-se junto ao rio*¹⁰⁴, (...) toda a circulação do Porto (...) *efectuou(-se) para o Douro e a partir dele.*¹⁰⁵

Imagens do Porto moderno

*O Porto é a mais fechada das nossas cidades (daí parecer tão secreta) (...) da sua alma sabia
(...): a rudeza masculina, tão franca que roçava a brutalidade; a muralha de má catadura a
defendê-la de abusos de poder e de ladrões; a solidez das convicções políticas, forjadas ao
longo de séculos;
a pulsação febril e pagã das suas festas; (...) a desventrada vitalidade da sua população
ribeirinha, onde o descaro da linguagem se mistura ao ruído do socos
– e muitas outras imagens, porque a cidade não é de fácil entendimento, nem amável aos
primeiros contactos. (...)*¹⁰⁶

1.1 O palco da ação

A perspetiva condiciona a focagem do objeto de análise: no trabalho que aqui vamos apresentar, a cena desenrolar-se-á num dado cenário, com uma importância, para nós, muito aumentada pelas lentes da investigação histórica. Por outras palavras, o

¹⁰¹ Luís, 2001: 23.

¹⁰² Tê e Veloso, 1986, *Porto Sentido*. Poema musicado.

¹⁰³ Sousa, 2001: 45.

¹⁰⁴ Sousa, 2000: 135.

¹⁰⁵ Sousa, 2000: 143.

¹⁰⁶ Andrade, 2001: 31-34.

Porto, redes que nele se detectam, rotas que a ele convergem, evoluções analisadas, surgirão realçadas.

Começamos assim por introduzir o palco da ação no devido contexto da respetiva escala (ANEXO A, FIGURA A-1).

Na época em que nos debruçamos sobre o burgo portuense, este apresenta-se-nos como uma pequena cidade costeira do sul da Europa ocidental, de fundação remota e evolução económico-social e urbana relativamente marcante¹⁰⁷ no respectivo território nacional, mas não necessariamente em termos europeus e mundiais¹⁰⁸.

Alcandorado em montes costeiros ao Oceano Atlântico e banhado por um dos mais importantes rios da Península Ibérica, o Porto desempenhou desde tempos remotos funções económicas importantes, mercê das trocas que um porto marítimo comercial proporcionava. A estas funções, estavam agregadas as de centro religioso e administrativo. No contexto português, sempre se havia vindo a afirmar como a segunda cidade de uma nação macrocéfala em termos urbanos; mesmo assim, bastante atrás da capital, Lisboa¹⁰⁹.

¹⁰⁷ Maria de Fátima Bonifácio lembra que, ainda na alvorada do século XIX, o ambiente urbano e letrado da filosofia das luzes setecentista era relativamente desconhecido, exceptuando talvez Lisboa e “*em duvidosa medida, o Porto, Braga e Coimbra*”; estando o país ainda mergulhado num ambiente rural, muito pobre e analfabeto, em geral. (Bonifácio, 2002: 13-15).

¹⁰⁸ “*Situando-se em perspectiva que acentua a umbilical convergência da cidade com o país, baixando, sem razão, o seu relacionamento com a Europa e a Orbe a traço menor, mesmo espúrio, Miguel Torga louva-lhe a ‘saúdável consciência gregária’.* (...) *Só monografias especializadas podem esclarecer bem estes e outros pontos acerca dos apanágios de cada centro urbano, de cada região.*” (sublinhado nosso, já que o trabalho aqui apresentado se encontra precisamente nesta dimensão). (Ramos, 2000: 22).

¹⁰⁹ Salgueiro, 1992.

1.2 População

Em meados do século XVIII, a cidade do Porto rondava os 30 mil habitantes, enquanto Lisboa apresentava a rotunda cifra de aproximadamente 148 mil habitantes¹¹⁰, num país cuja população total não ultrapassava os 2,5 milhões de habitantes¹¹¹.

Se a capital ainda se podia medir com outras grandes cidades europeias, como Roma (cerca de 156 mil habitantes), Madrid (cerca de 109 mil habitantes), Lyon (cerca de 114 mil habitantes) ou Berlim (cerca de 90 mil habitantes); estava no entanto bem longe já de metrópoles como Paris (cerca de 576 mil habitantes) ou Londres (cerca de 675 mil habitantes).

O Porto, quando muito, achar-se-ia na mesma faixa de cidades europeias como Munique, Frankfurt-am-Main, Leipzig ou Birmingham (com cerca de, respetivamente, 32, 32, 35 e 24 mil habitantes). Certamente próximo da cidade-porto hanseática de Bremen (cerca de 28 mil habitantes), quer no tocante à dimensão populacional, quer relativamente à evolução demográfica (e, até certo ponto, económica) verificadas¹¹², a urbe portuense, mantinha-se, mesmo assim, a grande distância de outras aglomerações urbanas europeias, como Bolonha ou Bordéus (rondando respetivamente os 69 mil e 67 mil habitantes).

Refira-se, a nível comparativo, que tanto o Porto como a cidade-porto alemã de Bremen vivenciaram traços similares no ritmo, semelhante e coevo, de evolução demográfica¹¹³; devendo ambas as aglomerações muito do seu crescimento demográfico

¹¹⁰ Mitchell, 2003: 74-76, Quadro B-1 – “Population of major cities (in thousands)” (ANEXO B). As estatísticas não incluem a população dos diversos subúrbios, exceto quando indicado.

¹¹¹ Mitchell, 2003: 7, Quadro B-2 – “Population of countries at censuses (in thousands)” (ANEXO B). Para 1768, calcula-se a cifra de 2,410 milhões de habitantes, para 1801, o cálculo é de 2,932 milhões de indivíduos (Quadro B-2).

¹¹² Cidade hanseática do noroeste alemão, porto activo do rio Weser, cidade industrial e comercial, Bremen é envolvida atualmente na área metropolitana de Bremen-Oldenburg (com 2,4 milhões de indivíduos). Hoje em dia, Bremen é a segunda mais populosa cidade do norte alemão (condição próxima do caso portuense) e a décima, do conjunto nacional alemão. Em 2009: 547,685 habitantes.

¹¹³ Mitchell, 2003: 74-76, Quadro B-1 – “Population of major cities (in thousands)” (ANEXO B). As estatísticas não incluem a população dos diversos subúrbios, exceto quando indicado.

à imigração¹¹⁴ e sendo que em ambas, em traços genéricos, “*cette première moitié du XIXe siècle a préparé l’urbanisation*”¹¹⁵.

Ou seja, *enquanto porto marítimo e fluvial* e numa dimensão demográfica comparativa, o Porto seria um ponto de passagem no Oceano Atlântico com uma *importância relativa muito reduzida*, bem longe da do ancoradouro-irmão lisboeta. Mas também distanciado de outras aglomerações urbanas portuárias do mesmo âmbito europeia, como seria o caso de Barcelona (50 mil habitantes), Nantes (57 mil), Bordéus (67 mil), Marselha (68 mil), Hamburgo (75 mil residentes) ou mesmo Bristol (45 mil habitantes).

Quanto à *evolução demográfica portuense*, a mesma pode ser caracterizada como *descontínua*, nos ritmos de crescimento populacional, e *diversificada*, na distribuição espacial, tanto concelhia, como no espaço urbano em si.

O QUADRO 1-1 auxilia a pontuar tais desníveis e a ancorar algumas informações.

¹¹⁴ Piétri, Michel e Buffet, 1992: 13 para o caso de Bremen; Serén e Pereira, 2000: 402.

¹¹⁵ Piétri, Michel e Buffet, 1992: 7.

QUADRO 1-1: População concelhia do Porto (meados século XVIII - meados século XIX)

ANO	FREGUESIA (número de)	FOGOS	HOMENS	MULHERES	HABITANTES (Total)
1750	--	--	--	--	(30 000) ¹¹⁶
1758	--	--	--	--	35 000 ¹¹⁷
1794	7	10 828	17 642	22 549	40 191 ¹¹⁸
1801	7 ¹¹⁹	11 301	--	--	44 218 ¹²⁰
1819	5 ¹²¹	--	--	--	45 180 ¹²²
1833	9 ¹²³	--	--	--	50 000 ¹²⁴
1838	9	13 163	--	--	59 370 ¹²⁵
1849	12 ¹²⁶	17 813	28 107	31 678	59 785 ¹²⁷
1850	--	--	--	--	(74 000) ¹²⁸
1864	12	--	--	--	86 751 ¹²⁹

Números entre parênteses significam estimativas.

Comecemos por recordar as reconhecidas dificuldades que a diversidade de critérios nas contagens de indivíduos levanta à análise. As cifras variam conforme se “contavam” *indivíduos* ou *almas*, termo exasperante pelo significado diverso que lhe é atribuído – poderia ser ‘habitantes’ em geral; ‘almas de confissão’ (com significado eclesiástico de que estariam excluídos os menores de sete anos); ‘almas de comunhão’ (exclusão de menores de dez, ou doze, anos). Para o presente efeito, assumimos o total

¹¹⁶ Estimativa de Bairoch, Batou e Chèvre, 1988: 57.

¹¹⁷ Segundo as *Memórias Paroquiais* (1758), in Serén e Pereira, 2000: 401.

¹¹⁸ Dados de Villas-Boas, C. J. Gomes de – *Cadastro da Província do Minho...*, cit. in Cruz, 1970 e utilizados por Sousa, 1979: 43-45.

¹¹⁹ Freguesias compoendo o concelho do Porto: Santo Ildefonso, S. Nicolau, Sr.^a da Vitória, Sé, Cedofeita, Massarelos, Miragaia.

¹²⁰ Silveira *et al.*, 2001: 217.

¹²¹ Refere-se às cinco freguesias centrais: Sé, Vitória, S. Nicolau, Miragaia, Santo Ildefonso.

¹²² Balbi, 1822: 215.

¹²³ São estas as freguesias de Sé, Santo Ildefonso, S. Nicolau, Sr.^a da Vitória, Miragaia, Cedofeita, Massarelos, Foz e Lordelo do Ouro. Jorge, 1899: 115-118.

¹²⁴ Jorge, 1899: 116 (citando o *Relatório da Commissão Sanitária do Porto*, 1833).

¹²⁵ Jorge, 1899: 117-119 (utilizando o *Arredondamento Parochial*, 1838).

¹²⁶ Freguesias compoendo o concelho do Porto: Bonfim, Campanhã, Cedofeita, Lordelo do Ouro, Massarelos, Miragaia, Paranhos, St.^o Ildefonso, S. João da Foz, S. Nicolau, Sé, Vitória.

¹²⁷ Silveira *et al.*, 2001: 722.

¹²⁸ Estimativa de Bairoch, Batou e Chèvre, 1988: 57.

¹²⁹ Instituto Nacional de Estatística, 1971.

de “almas” como total de “habitantes”. Mas também a variação é de difícil destrição quanto à unidade estatística conforme se utilizam registos paroquiais, notariais, municipais...; ou se os objetivos visados eram militares, de taxaço ou outros.

Assim, mantemo-nos num patamar provisório enquanto se não consolidam corpos documentais demográficos que permitam mais esclarecimento.

Que podemos nós avançar?¹³⁰ **1.** a segunda metade do século XVIII apresenta ritmos de crescimento demográfico consistentes com a afirmação de grande dinamismo económico da região norte e duriense, bem como do papel polarizador da cidade. Tais ritmos de crescimento são diversos, conforme o espaço urbano abrangido: as freguesias centrais da Sé, S. Nicolau e Vitória assistem a um tendencial esvaziamento da respetiva importância demográfica face a uma muito maior ponderação das freguesias urbanas extramuros – Santo Ildefonso, Miragaia, Cedofeita e Massarelos; e, em menor grau, as freguesias dos ‘*subúrbios*’, Campanhã, Paranhos, Lordelo do Ouro, Foz, Ramalde, Nevogilde e Aldoar; **2.** a viragem do século XVIII para o século XIX parece indiciar a manutenção da tendência de crescimento, provavelmente mais com um ‘*refreamento*’¹³¹ da cadência do mesmo, do que uma ‘*estagnação*’ de tal crescimento populacional¹³². A comparação das cifras populacionais de 1819 (45 180 habitantes nas cinco freguesias centrais) com os de 1801 (44 218 habitantes, *mas* para sete freguesias) não parece comprometer a orientação da curva demográfica; **3.** os valores recolhidos para 1833, catorze anos depois, referem-se já a nove freguesias e estimam um aumento populacional evidente. E, a acreditar na fiabilidade possível dos valores de 1838, tudo indica que a década de 1830 poderá ter sido aquela em que o Porto rondará a fasquia dos cinquenta mil habitantes (50 000); ultrapassando-a nos dez anos seguintes para chegar praticamente aos sessenta mil habitantes, se bem que integrando mais três freguesias (1849: 59 785 habitantes). A estimativa disponível para a data de 1850 parece-nos claramente excessiva, mas os valores de 1864 fornecem-nos a confirmação

¹³⁰ Utilizamos aqui essencialmente dados de Serén e Pereira, 2000: 401-404; e de trabalho anterior da autora, Fernandes, 1995: 22-28.

¹³¹ Serén e Pereira, 2000: 402.

¹³² Serén e Pereira, 2000: 402. Os autores, utilizando dados relativos a 1801 com resultados diferentes (37 325 habitantes) dos aqui disponíveis, aventam que “*Em finais do século XVIII e no primeiro terço do século XIX, um conjunto de factores parece ter refreado o crescimento ou mesmo conduzido à estagnação*”.

dum passo cadenciado e positivo, em aceleração nesta última etapa, da curva demográfica.

Um exercício simples de análise do ritmo de crescimento aritmético da população concelhia portuense¹³³, utilizando os valores dos anos de 1801, 1849 e 1864 fornece-nos uma taxa de crescimento aritmético (%) de 0,73% para o intervalo 1801-1849 e de 3,01% no intervalo 1849-1864. Tais resultados cotejam as informações existentes sobre a população da cidade, que *“reinicia uma fase de recuperação (...) após meados do século (...) (com) adensamento das freguesias centrais”*¹³⁴; **4.** a confrontação dos elementos conhecidos sugere, assim, a possibilidade de que *o crescimento populacional reconhecida e tradicionalmente atribuído ao Porto no final do século XIX, especialmente entre 1878 e 1890 (acima dos 2%)*¹³⁵ e 1890 e 1900¹³⁶, *possa ter as suas bases no período cronológico imediatamente anterior aos meados do século*; o que, a consolidar-se com outros dados e investigação aprofundados, poderá trazer nova e interessante luz às décadas de 30 e 40 do século XIX na cidade.

¹³³ A taxa de crescimento aritmético (%) é uma medição do ritmo de crescimento aritmético duma população e é frequentemente utilizada numa abordagem inicial a informações acerca do volume duma população que se nos apresentam diversas ao longo do tempo. O cálculo permite-nos um resultado anual médio, em ordem a poderem comparar-se períodos de diferente amplitude. Orientações metodológicas fornecidas por Nazareth, 1988: 165.

¹³⁴ Serén e Pereira, 2000: 403. Mais, indicam estes autores que *“(nas freguesias centrais) a população aumenta cerca de 33% entre 1841 e 1864 e 17% entre 1864 e 1911”*, (enquanto) *“Para lá do centro histórico, as freguesias de Santo Ildefonso, Miragaia, Massarelos, Cedofeita e Bonfim quase triplicam os seus efectivos, entre os anos quarenta do século XIX e 1911.”*

¹³⁵ Serén e Pereira, 2000: 404; e Teresa Rodrigues e Olegário Ferreira, que apontam taxas de crescimento anual médio de 1,1 (1864/78) e 2,4 (1878/90), cit. por Maia, 1994: 41.

¹³⁶ Maia, 1994: 41, citando estudo de Teresa Rodrigues e Olegário Ferreira: estes autores calcularam uma taxa de crescimento anual média de 1,9 (1890/00). O autor sublinha na p. 12: *“Entre 1864 e 1868, o Porto ultrapassou a cifra dos cem mil (100 000) habitantes, situando-se entre as cerca de duas centenas de cidades que, no mundo ocidental, possuíam mais de uma centena de milhar de habitantes”*.

1.3 Localização e características físicas

*O Porto (...) lá no alto, em torno da Pena Ventosa (...) penhasco dos vendavais. (...).
A cidade era, (antes do mais), o Morro da Sé.¹³⁷*

Aproximemo-nos da cidade: em tempos medievais como contemporâneos, lá estará, visível e marcante, o morro da Pena Ventosa, com a Sé (catedral) e bispado e a beirário, a seus pés.



FIGURA 1-1: Vista atual de fração do centro histórico do Porto, com parte da Ribeira, bispado e Sé (direita) e Torre dos Clérigos (centro-esquerda, ao fundo)¹³⁸

No século XII, a própria cidade seria o “*acanhadíssimo recinto*”¹³⁹ constituído pela concentração populacional dentro do muro existente à volta do morro da Pena Ventosa e a que os moradores chamarão, nos séculos seguintes, de “*Porto Velho*”¹⁴⁰. Aos pés da “*cerca*” ou “*muro velho(s)*” foi-se desenvolvendo, entre os séculos XII e XIV, a “*Vila Baixa*”, a povoação ribeirinha.

¹³⁷ Sousa, 2000: 124.

¹³⁸ Imagem cedida.

¹³⁹ Magalhães Basto, cit. por Sousa, 2000: 125.

¹⁴⁰ Sousa, 2000: 129.



FIGURA 1-2: Panorâmica atual do centro histórico do Porto, com delimitação do morro da Sé¹⁴¹

Sendo a “zona alta” conotada com o poder eclesiástico,

“não se infira que a Alta do Porto foi tão-só Catedral, Catedral, Cabido e Cúria Eclesiástica (...). Ela foi tudo o que uma cidade era e comportava, espaço-resumo de gentes e atividades. Teve de tudo, exceto monges e fidalgos. Teve burgueses, artífices, ‘proletários’, casas e oficinas de todos eles; e mais: feira, mercado, alcaidaria, tabelionato. E o Paço Municipal. De modo que a Alta foi um compêndio do Porto”¹⁴².

O nosso capítulo 3. explorará um pouco mais esta noção.

Foi, pois, a partir desse terraço do morro da Pena Ventosa que tudo se desenvolveu, num movimento de constante reequilíbrio de poderes e de apropriação de espaços: *“A Alta foi centro de dominação. A Baixa (...) também foi. A diferença radicou nos modos e agentes dominadores. Lá os eclesiásticos; aqui os burgueses.”¹⁴³.*

¹⁴¹ Adaptado de Sousa, 2000: 124.

¹⁴² Sousa, 2000: 148.

¹⁴³ Sousa, 2000: 149.

O próprio *centro urbano*, inicialmente situado na plataforma alta, deslocar-se-á na segunda metade do século XIV para a Baixa ribeirinha, polarizando-se em torno da Praça da Ribeira. Daí, logo no século seguinte, começará a galgar as encostas dos montes, primeiro para a Rua Nova (dos Ingleses no século XIX, atualmente, da Alfândega); depois, nos séculos seguintes, para as zonas acima, como a Praça das Hortas (atual praça de D. Pedro), entre outras.

‘Alta’ ou ‘Baixa’, respetivamente Acrópole Eclesiástica ou Vila Ribeirinha, são expressões contendo conotação mais social, que geográfica.

1.3.1 Geografia

Em termos morfológicos, a cidade do Porto assenta numa plataforma alongada na direção E-W que se espraia para norte e é cortada a sul pela margem direita do rio Douro. As variações altimétricas deste terraço são relativamente pouco pronunciadas (entre o zero hidrográfico e os cento e sessenta metros), caracterizando-se a área por uma série de patamares escalonados, precisamente no sentido E-W, em direção ao Oceano Atlântico.

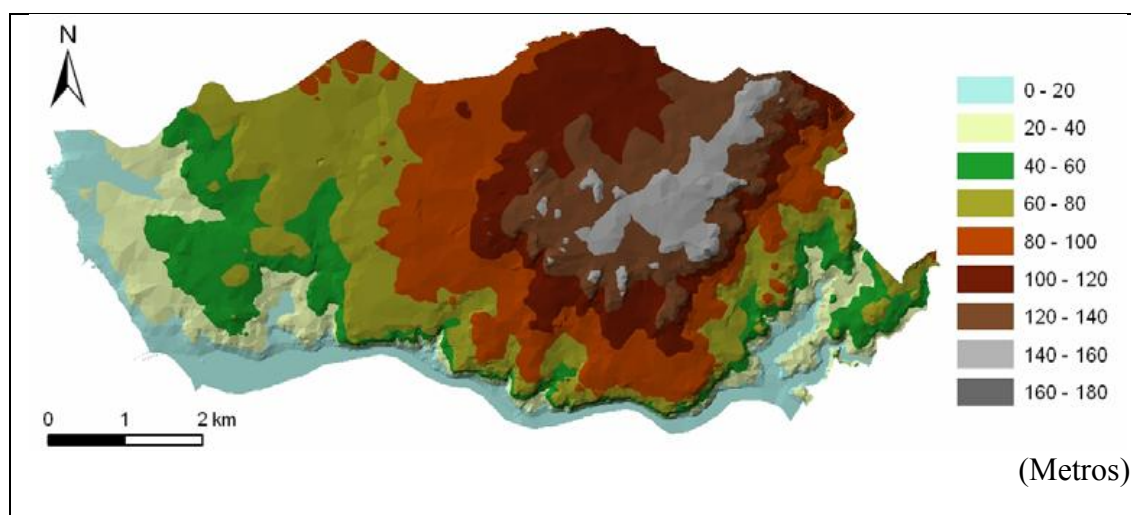


FIGURA 1-3: Carta hipsométrica da Cidade do Porto¹⁴⁴

NOTA: Carta representando os limites atuais da cidade do Porto, não coincidentes com os limites primo-oitocentistas, mais recuados sobre o centro da extensão representada. Não obstante, para efeitos de contextualização, esta informação hipsométrica apresentada é adequada, permitindo desenvolver a leitura do espaço urbano e limítrofe portuense.

A plataforma-base do Porto apresenta os seus pontos mais elevados nas áreas conhecidas como “Areosa” (cerca de 160 metros de altitude, zona a NE), “Campanhã” (cerca de 159 metros, zona a E) e “Bonfim” (cerca de 157 metros, zona a E), constituindo estes pontos, abrigos naturais das influências marítimas¹⁴⁵.

O vale bem encaixado do Douro atinge os noventa (90) metros na zona limítrofe do Bonfim (a E) e ainda os sessenta (60) metros na zona da Arrábida (a W), na foz. Para um relevo comparativamente pouco pronunciado, existem apesar disso, declives bastante acentuados, advindos essencialmente da responsabilidade do vale estreito e profundo do rio Douro: tanto num como noutro ponto (Bonfim - Arrábida), os declives chegam a alcançar valores na ordem dos quarenta e cinco (45) graus, expondo escarpas

¹⁴⁴ Mapa adaptado de Marques, 2008: 37. PDF em <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/2712/1/2008001832.pdf>, consultado em Abril 2015. Carta hipsométrica elaborada mediante utilização de Cartas Militares à escala de 1:25000, nas quais se recolheu a base altimétrica (curvas de nível) que permite a caracterização topográfica.

¹⁴⁵ Silva, 2000: 51.

graníticas íngremes que caracterizam a marginal da cidade até praticamente à foz do rio (apenas a zona entre a Arrábida e a foz apresenta declives mais suaves).

A cidade encontra-se circunscrita por dois vales importantes: a nascente, o *vale de Campanhã*, por onde corria o rio Tinto; a poente, o *vale de Lordelo*, atravessado pela ribeira de Lordelo. Entre estes dois grandes vales, foi-se desenvolvendo o aglomerado urbano, acompanhando variadíssimos pequenos vales com ribeiras e respetivos montes, aproveitados pela dinâmica urbana populacional simultaneamente para abastecimento e escoamento de águas e resíduos.

Por “cidade” entendemos um conjunto urbano extra e intramuros medievais, bem entendido; gravitando a ocupação humana em torno de três (3) vales mais centrais ao terraço, “*totalmente encaixados no terreno granítico da cidade*”¹⁴⁶: o *vale da Sé*, percorrido pelo rio de Vila; o *vale das Virtudes*, com o rio Frio e o *vale de Massarelos*, com a ribeira de Massarelos e rio do Vilar.

Caminhando de nascente para poente e extramuros, passávamos do *vale de Campanhã*, ao *vale do Bonfim* (atravessado pela ribeira que desaguava na zona do Poço das Patas/atual Campo 24 de Agosto, desenha-se entre a zona norte do Bonfim e a zona dos Congregados). Daí, e já em situação intramuros, surgia o *vale da Sé*, encaixado entre o monte da Sé (prolongado a norte na zona da Batalha) e o monte da Vitória. No vale da Sé corria o rio de Vila, desaguando no rio Douro na zona do Terreiro da Ribeira. Tal rio seria encanado aos poucos, à medida que sobre ele se construía artérias como a rua Nova de S. João ou a rua Mousinho da Silveira, cerca de cem anos depois (esta viria a ligar a plataforma em que fica a Estação de S. Bento, em cima; à Rua dos Ingleses, em baixo, junto ao rio). Passava-se do vale da Sé para o *vale da Ribeira das Virtudes*, *das Virtudes* (ou de Miragaia), encaixado entre o monte da Vitória e o da Torre da Marca/atual zona do Palácio de Cristal, já extramuros e percorrido pelo rio Frio. Desenhava-se tal vão geográfico entre o terraço das Virtudes e os altos de Monchique e sobre ele se construiu, a norte, o Hospital de Santo António. Seguiu-se-lhe o *vale de Massarelos*, entre o monte da Torre da Marca e o monte da Arrábida e percorrido pela Ribeira de Massarelos (cujo traçado retilíneo foi em parte aproveitado para a abertura da Rua de D. Pedro V) e na parte terminal pelo rio de Vilar; até se chegar ao *vale de Lordelo*, baluarte a oeste desta sequência de ondulações do terraço portuense. A este, o

¹⁴⁶ Botelho, 2014: 2.

grande vale de Campanhã era, no início do século XIX, ainda uma zona limítrofe, pontilhada de quintas, quintais e fábricas.

A proximidade do rio desde sempre reforçou a proteção da zona e assegurou ao longo do vale do mesmo a convergência dos caminhos, além de ainda favorecer a expansão urbana ao longo do curso de água. Tal processo foi semelhante, aliás, em tantas das cidades, fossem estas, portuguesas do noroeste¹⁴⁷, fossem aquelas de outros espaços, desde que em condições geomorfológicas semelhantes¹⁴⁸.

¹⁴⁷ Ribeiro, 1945.

¹⁴⁸ Mumford, 1998; Kotkin, 2006; Poussou, 1992; Bairoch, 1985; Pinol, 1991; Hohenberg e Lees, 1985.



FIGURA 1-4: Mapa e maqueta da cidade do Porto construída com base na carta hipsométrica¹⁴⁹

O desenvolvimento do burgo a *partir da época em que nela nos detemos* far-se-á para este (E) (Bonfim e Campanhã, esta última zona situando-se na área em que se lê “Ponte do Freixo”, canto inferior direito na FIGURA 1-4, acima), norte (N) (zona de Paranhos), oeste (W) (zona de Cedofeita e Foz do Douro) e noroeste (NE) (Nevogilde e Aldoar).

¹⁴⁹ Retirado de Balkestahl, Monteiro, Góis e Taesler, 2008: 2.

1.3.2 Clima, hidrografia e ocupação humana

Integrada na fachada atlântica ocidental do Noroeste da Península Ibérica, a cidade do Porto apresenta características climáticas claramente temperadas, se bem que sujeita a uma grande variabilidade tipicamente mediterrânica (advinda da pertença de Portugal à zona de clima mediterrâneo)¹⁵⁰.

Assimilada pela chamada região ‘norte atlântico’, a zona do Porto é muito húmida, caracterizada por chuvas abundantes e em que são presentes as influências oceânicas: a barreira montanhosa da vertente atlântica origina a ascensão do ar quente e húmido, de origem atlântica, que origina fenómenos de condensação levando a uma forte precipitação atmosférica, as conhecidas ‘chuvas de relevo’¹⁵¹.

A precipitação abundante e a existência de nevoeiros constantes, estes últimos particularmente nas fases matinal e final do dia, são a marca da cidade e da zona; consequência também da proximidade do Oceano Atlântico e do rio Douro. Entre aqueles que escreveram sobre o Porto, desde Rebelo da Costa a Alexandre Herculano, é frequente a menção aos “*mantos de névoas*”¹⁵² do vale do Douro.

Cidade molhada, escura na luz coada pelo nevoeiro e na cor geral das construções, que aproveitaram a matéria-prima existente (granito), o Porto apresenta traços característicos do urbanismo do norte europeu, com uma temperatura média e amplitudes térmicas amenizadas pela proximidade do Oceano Atlântico e oscilação clara entre meses tipicamente de menor (Janeiro) e de maior (Julho) temperatura.

Existindo uma comprovada ligação entre variações climáticas de diversos tipos e fatores patogénicos que influenciarão a evolução da demografia urbana, não surpreenderá que, facto (também) ligado às extremas humidade e variabilidade diária das temperatura (chegando a atingir os dez graus de diferença¹⁵³), venha a cidade a ser conhecida em fins de oitocentos pela excecional sobremortalidade demográfica urbana: “*O Porto vinha no alto da escaleira das dez cidades europeias, de Londres a Ruão,*

¹⁵⁰ Monteiro, 1997: 48.

¹⁵¹ Botelho, 2014: 3; citando Silva, 2000: 45-117.

¹⁵² Herculano, Alexandre, in “Lendas e Narrativas”, cit. por Jorge, 1899: 21.

¹⁵³ Herculano, Alexandre, in “Lendas e Narrativas”, cit. por Jorge, 1899: 20.

sobrepoando-as a todas na letalidade”¹⁵⁴. Acompanhando este indicador, como tradicional é, encontramos taxas brutas de natalidade altas, quer nos debrucemos sobre épocas anteriores ao primeiro censo geral de 1864¹⁵⁵, quer recorramos a dados de Ricardo Jorge para as décadas de 1870 a 1897 – este último apresenta valores oscilando entre os 33 e os 40,5% ¹⁵⁶. Mesmo tendo em conta as incertezas que rodeiam os números, a comparação com os valores coevos relativos a Lisboa torna inequívoca a *“imagem de forte natalidade da população portuense, superior à média nacional (31,5% em 1886-96) e muito distanciada da média lisboeta (26,6% em 1887-96)”*¹⁵⁷.

Seria precisamente sobre esta forte natalidade que se abateria a *“elevadíssima mortalidade infantil”*¹⁵⁸, cuja estrutura de causas de morte se relaciona precisamente com as condições climáticas e urbanas de higiene e alojamento¹⁵⁹ - *“como grande cidade, Lisboa teria condições (de vida) inferiores à média portuguesa, mas no mundo urbano, o Porto estava pior (...) marcado pelas más condições da cidade”*¹⁶⁰. No conjunto, a população portuense seguia, tendencialmente, padrões demográficos da época, ou seja, forte proporção de população entre os 0-19 anos de idade e os 20-59 anos, com reduzida incidência da população tendo 60 e + anos¹⁶¹. Em trabalho anterior nosso sobre fogos e unidades domésticas em cerca de uma dezena de artérias do centro do Porto em 1801, registámos a *forte proporção de jovens* (48,37% entre os 0-19 anos de idade), *a par dos adultos* (44,99% de indivíduos entre os 20-59 anos) e *idosos em reduzida proporção* (6,64% para os indivíduos com 60 e + anos)¹⁶².

Com uma densificação da expansão urbana em torno dos morros graníticos da Pena Ventosa e da Vitória, separados pelo vale do rio de Vila, o Porto foi resolvendo faseadamente os problemas de abastecimento de água, seguindo as possibilidades

¹⁵⁴ Jorge, 1899: 304; também Maia, 1994: 24-39; entre outros.

¹⁵⁵ Taxa bruta de natalidade calculada para diversos anos, entre 1787 e 1861: entre os 31 e os 37,5%. in Serén e Pereira, 2000: 411.

¹⁵⁶ Serén e Pereira, 2000: 411.

¹⁵⁷ Serén e Pereira, 2000: 411.

¹⁵⁸ Serén e Pereira, 2000: 410.

¹⁵⁹ Maia, 1994: 80-126.

¹⁶⁰ Leite, 2005: 60, citando para o efeito Maia, 1994 e David, 1991 e 1992.

¹⁶¹ Censos de 1801 e de 1864: grupos etários de 0-19 anos, 20-59 anos e 60 e + anos de idade. Valores respetivamente de: 41,9%, 50,5%, 7,7% (1801) e de 40,8%, 51,3%, 7,9% (1864). in Leite, 2005: 51, Quadro nº 1.4., citando para o efeito Pinto e Rodrigues, 1993.

¹⁶² Fernandes, 2005: 55.

oferecidas pelo contexto geomorfológico: a formação duma rede hidráulica de superfície foi acontecendo, no urbanismo europeu ocidental (atestadamente, no caso francês), seguindo a utilização exequível de valas, ribeiros e rios e de canais intra e extramuros¹⁶³.

Nos séculos XVI e XVII, será o manancial de Paranhos (a norte do pólo urbano antigo) a solução, fazendo-se chegar ao centro da cidade a água por meio de aquedutos de pedra e canos de barro¹⁶⁴. “*Em 1594 declarava-se na Câmara que no Porto havia muitas fontes mas minguava a água boa para se beber. Abundância de água e multiplicidade de fontes não era, pois, sinónimo de fartura de água potável.*”¹⁶⁵

A pressão demográfica experienciada ao longo do século XIX propiciará a opção por águas superficiais¹⁶⁶ e desta forma se virá a obter uma mancha de nascentes, fontanários, chafarizes e mananciais – cobertos ou superficiais – que revela a maior concentração demográfica em torno do manancial do rio de Vilar (número 1, na FIGURA 5), ainda bem marcado no mapa com um alinhamento de fontes e de nascentes. Igualmente se destacam os mananciais do Campo 24 de Agosto (antigo Campo Grande, número 3, na FIGURA 1-5) e de Salgueiros (número 2, na FIGURA 1-5).

¹⁶³ Guillerme, 1983: 10.

¹⁶⁴ Silva, 1988, vol. II: 802-803.

¹⁶⁵ Silva, 1988, vol. II: 803.

¹⁶⁶ Devy-Vareta *et al.*, s.d.: 2-3.

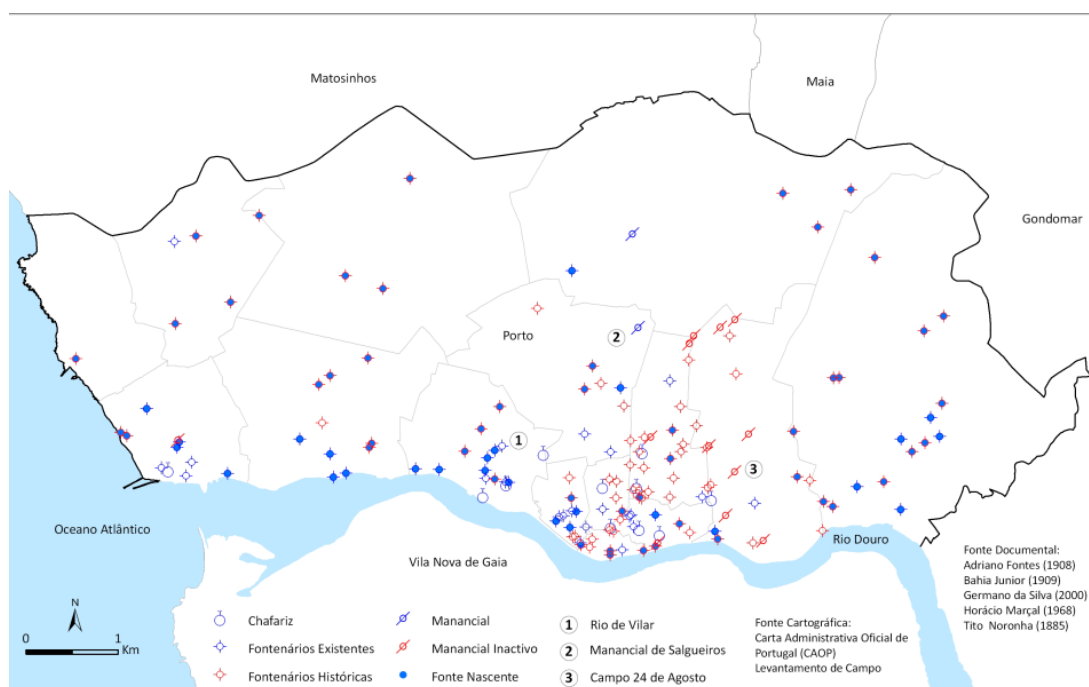


FIGURA 1-5: Mananciais e nascentes de água subterrânea para o abastecimento de água na cidade do Porto, nos finais do século XIX¹⁶⁷

Note-se que o decurso do século XIX trouxe consigo as descobertas de princípios higienistas e das relações entre doenças e águas e consequentemente, registar-se-á o abandono de chafarizes, fontes e mananciais, principalmente na zona do núcleo central da cidade: vejam-se as marcas vermelhas entre os números 1 e 3, respetivamente, entre zonas de rio de Vilar e manancial do atual Campo 24 de Agosto, antigo Campo Grande.

Espraiando-se a urbe por uma série de elevações que dominavam o rio e pelas quais corriam uma série de linhas de água de origem fluvial ou que brotavam de nascentes permanentes em numeroso casos, muitas vezes as águas destes ribeiros acabavam por se depositar em zonas nascidas das irregularidades dos terrenos, formando zonas pantanosas. Estas viriam a constituir-se em focos de humidade e insalubridade, frequentemente utilizadas pela população para os mais diversos e contrários fins, desde a alimentação, à limpeza¹⁶⁸. A prática da manutenção a céu aberto de águas sujas e depósitos de imundícies, apenas lavados pelas chuvas, era um traço do urbanismo medieval que persistiu pelo século XIX dentro¹⁶⁹. Aqueles mini-pântanos

¹⁶⁷ Devy-Vareta *et al.*, (s.d.): 7.

¹⁶⁸ Veja-se por exemplo as indicações de Maia, 1994: 26-39.

¹⁶⁹ Guillerme, 1983: 175.

desaparecerão sob estacarias e encanamentos, como acontecerá na zona da futura rua Fernandes Tomás, ou na conhecida construção da rua Mousinho da Silveira, ligando a plataforma mais elevada do largo da Porta de Carros (em frente à atual Estação de S. Bento), à rua Nova dos Ingleses, na zona ribeirinha e daí, à Praça da Ribeira. O movimento de enterramento de zonas pantanosas, lamacentas ou consideradas entretanto inúteis – antigas valas de muralhas, moinhos hidráulicos, ribeiras inutilizadas para consumo humano devido aos excrementos e intensas atividades de tipo industrial, entre outras – é prática conhecida no urbanismo ocidental, efetuada faseada mas consecutivamente, entre os finais do século XVIII e os meados do século XIX¹⁷⁰. No caso português, será um processo com início e fins mais tardios, mas seguindo os mesmos princípios gerais.

O avanço do século XIX forçará a *densificação populacional para norte, leste e oeste da zona ribeirinha*, como atrás já avançámos, sendo tal dinâmica urbana bem atestada pela observação da FIGURA 1-6, abaixo, onde se verifica a *concentração de poços* na cidade. Confirma-se que, a norte e este, se concentram poços nas freguesias de Santo Ildefonso, Bonfim e Campanhã; enquanto a oeste, se sucedem marcas nas freguesias da Vitória, Miragaia, Cedofeita, Nevogilde, Lordelo do Ouro, Foz do Douro...

¹⁷⁰ Guillerme, 1983: 228.

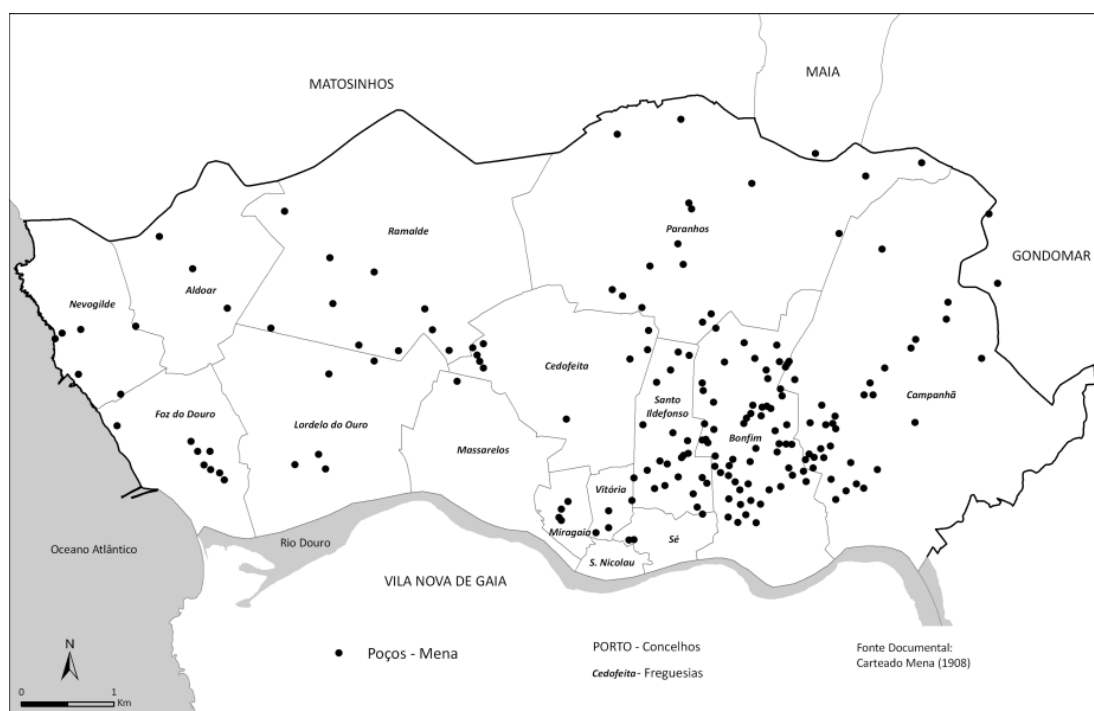


FIGURA 1-6: Poços na cidade do Porto inventariados no estudo de Carteador Mena (1908)¹⁷¹

Na época que nos ocupa – entrada do século XIX – mantêm-se como *pólos atrativos da população urbana*, o *monte da Sé* e seus espaços limítrofes a oeste (W) (zona de *Miragaia*) e a este (E), as escarpas dos *Guindais*; mas já se iniciou um visível movimento de expansão urbana que seguiria eixos já conhecidos de ligação à zona circundante, entretanto melhorados ou renovados. Distinguem-se as ruas de Santo Ildefonso ou Direita (na freguesia de Santo Ildefonso, a nordeste da Sé), dos Quartéis (atual rua D. Manuel II, zona da freguesia de Miragaia, a noroeste da Sé), do Almada e de Santa Catarina (a norte e nordeste da zona da Sé)¹⁷². Nos decénios seguintes, a freguesia da Sé cederá o posto de ‘mais densamente povoada’ às freguesias de Santo Ildefonso, a norte; e de Cedofeita; a noroeste.

¹⁷¹ Devy-Vareta, *et al.*, (s.d.): 4.

¹⁷² Silva, 2000: 267.

1.4 Organização administrativa e traços urbanos

Até perto do final do século XVI, toda a área construída em torno do morro da Pena Ventosa, ainda em grande parte cercada pelos muros que rodeavam a primitiva cidade episcopal e com torres enxertadas nos mesmos, era conhecida como *‘o Castelo’*. Embora não existisse algum (castelo), aparecia, sim, bem visível de qualquer lado que um forasteiro se aproximasse da urbe, a Sé, no ponto mais alto de tal morro. E, claro, havia um número razoável de portas que permitiam o movimento de pessoas e bens. As mais importantes seriam, sem dúvida, as *portas ribeirinhas* - *Porta da Ribeira* e *Porta Nobre* ou *Nova*, respetivamente na Ribeira e em Miragaia – as situadas nas *zonas altas da cidade* – *Portas de Cimo de Vila* e do *Olival*, respetivamente na Batalha e na Cordoaria – e ainda a *Porta de Carros*, eixo central de ligação oeste-leste (esta última, situada onde atualmente é o largo de S. Bento e a frontaria da Igreja dos Congregados).

Estas cinco aberturas centrais seriam as herdeiras das portas e postigos da cintura gótica do Porto medieval, cujo número exato não se sabe, embora se assegure serem, conquanto com dúvidas, de quatro portas e treze postigos¹⁷³ - dezassete (17) entradas, pois, num perímetro, então, de cerca de dois mil e seiscentos (2 600) metros. Quarenta e quatro hectares e meio (44,5), tal seria o provável perímetro da cidade muralhada no século XV¹⁷⁴. Pouco seria ao pé de Lisboa para a mesma época (cerca de 103,6 hectares), e ainda mais difícil se tornava a comparação com qualquer outra cidade muralhada do Ocidente que merecesse registo: Florença teria 512 hectares de perímetro; Bruxelas, 449; Bruges, 430; Bolonha, 419; Colónia, 401; Antuérpia, 352... “*Qual a figura do Porto num desfile das grandes cidades do seu tempo? (...) Nesse imaginário desfile, bem poderia espreitar que não a via*”¹⁷⁵.

¹⁷³ Sousa, 2000: 142.

¹⁷⁴ Sousa, 2000: 140.

¹⁷⁵ Sousa, 2000: 154-155.



FIGURA 1-7: Muralhas e portas da cidade (Luís de Pina)¹⁷⁶

NOTA: A “Cerca Velha” encontra-se assinalada com a letra maiúscula ‘A’, a “Cerca Nova” (conhecida como ‘muralha fernandina’) está assinalada pelo tracejado exterior e pela letra maiúscula ‘B’. O século XIX acabará por derrubar quase toda esta muralha¹⁷⁷.

Evoquemos a importância psicológica da muralha e do portão, ponto de encontro dos mundos exterior e interior, rural e urbano: era geralmente ao pé dos portões q se construíam armazéns, estalagens e tabernas; era nas ruas próximas que artífices e mercadores edificavam suas lojas. Desta forma, a porta esboçava, sem regulações especiais de zoneamento, os bairros económicos da cidade. E, como havia mais de um portão, a própria natureza do tráfego das diferentes regiões formaria as tendências das correntes de tráfego, diferenciando as áreas de negócio¹⁷⁸. O capítulo 3 abordará em pormenor esta questão.

A partir do centro antigo, o *Porto moderno* e de *inícios de oitocentos* desenvolver-se-á em direção à periferia, em três marcos sucessivos e progressivamente mais amplos: a cidade propriamente dita, ainda semi-amuralhada; para além dos muros, em todas as direções, uma área mais ampla a que a documentação chama de “arrabaldes” e que de alguma forma são o prolongamento da cidade; e finalmente, o “termo” ou “alfoz”.

¹⁷⁶ Sousa, 2000: 139, utilizando material de Luís de Pina, “Studium Generale”, vol. VII.

¹⁷⁷ Sousa, 2000: 140.

¹⁷⁸ Mumford, 1998: 332.

Notemos que dos “arrabaldes” faziam parte freguesias como as de Santo Ildefonso, Miragaia, Massarelos e, do outro lado do rio, os lugares de Vila Nova e da Meijoeira (atual zona da Serra do Pilar)¹⁷⁹.

A expansão demográfica perceptível no terceiro quartel do século XVIII justificaria (também) uma *progressiva deslocação do centro urbano*, que começou a trepar os morros ribeirinhos, a partir do centro tardi-medieval constituído pela Praça da Ribeira: atas da Câmara de finais do século XVIII atestam a construção de “*bairros inteiros*” e “*ruas completas*” erigidas de novo em zonas anteriormente “*de terras cultivadas e vazias*”, como as áreas das *Hortas* e do *Laranjal*¹⁸⁰ – atuais Praça de D. Pedro e Avenida dos Aliados.

As velhas, renovadas e também novas estradas para Braga (rua de Cedofeita), para Vila do Conde e Póvoa (rua do Carvalhido), para Guimarães (rua do Bonjardim e respetiva continuação pelo largo e rua da Aguardente, atual praça do Marquês); para Vila Real, entre outras, eram os *eixos de penetração no mundo rural e regional* que partiam da cidade, ainda em parte amuralhada, reiteramos.

A expansão da cidade de Antigo Regime cobre e ultrapassa a cidade medieval, segundo ritmos e dimensões ligadas à riqueza económica da mesma. Tradicionalmente, a função económica das cidades entre os séculos XV e XVIII irá exacerbar as diferenças entre bairros e zonas urbanas: 1. a antiga cidade da Alta Idade Média, reservada aos eclesiásticos; 2. a zona próxima do rio e quarteirões ligados aos mercados e feiras, nascidos do crescimento medieval; 3. as áreas-extensões advindas do Renascimento, menos densas, mais verdes, onde se confinam novas ordens religiosas mas também novas formas de estar, novos centros de produção, trocas, convívio, sociabilidades; 4. eventualmente, nas maiores cidades – que não, o nosso caso, para a época deste estudo – uma zona periférica mais industrializada¹⁸¹. Iremos, não obstante, procurar detetar os espaços diversos na cidade (nosso capítulo 3).

Durante a época medieval, constituía a área intramuros uma única freguesia¹⁸², que só após 1583 foi fracionada em quatro: Sé, São Nicolau, Nossa Senhora da Vitória e S.

¹⁷⁹ Silva, 2000: 256-258.

¹⁸⁰ Silva, 2000: 266.

¹⁸¹ Adap. de Guillerme, 1983: 180.

¹⁸² Silva, 1988, vol. I: 79-86.

João de Belmonte. Esta última freguesia será extinta em 1592, sendo reintegrada em São Nicolau e Vitória. A partir de então, tirando o arredondamento de 1838-1841, a divisão paroquial (e de freguesias) no espaço intramuros não se alterou, nas suas linhas gerais, praticamente até aos dias de hoje.

A divisão administrativa que vigorava na cidade sobre a qual nos debruçamos cobria, conforme as datas, entre cinco (5), sete (7), nove (9) e doze (12) freguesias, intra e extramuros: Sé, São Nicolau, Nossa Senhora da Vitória (estas, intramuros), Santo Ildefonso e Miragaia passariam a ser as cinco freguesias centrais da aglomeração urbana¹⁸³, sendo-lhes acrescentadas em ainda em 1789, Cedofeita e Massarelos¹⁸⁴. Em 1836 anexar-se-iam as freguesias chamadas de ‘arrabalde’, como Campanhã, Lordelo do Ouro e São João da Foz. A freguesia de Paranhos, a norte do núcleo central, seria anexada em 1837¹⁸⁵; consagrando-se o desmembramento da freguesia de Santo Ildefonso em 1841, com a criação da freguesia do Bonfim.

Já atrás mencionámos a influência administrativa e económica da cidade sobre a margem esquerda do rio Douro – vários lugares da margem oposta à urbe contavam como sendo “arrabaldes” e evidentemente, embora condicionada pela travessia do rio, a coexistência e complementaridade de margens era uma realidade das dinâmicas económicas, sociais e urbanas. Muitas das matérias-primas das oficinas e fábricas portuenses vinham de áreas da outra margem do rio, como acontecia com a cal, pedra, artigos vários da produção agrícola, para não mencionar apenas a importância da atividade tanoeira e armazenista do vinho, essencialmente do Douro, precisamente nos cais de Vila Nova (de Gaia).

Uma imagem enriquecedora, embora não detalhada, do espaço sobre o qual nos debruçamos é-nos fornecida pela FIGURA 1-8. Destacamos nela três visíveis elementos: o *consistente e pequeno nó urbano*, a *complementaridade das margens do rio* e os *eixos de penetração no mundo regional*, estes bem diferenciados, na zona norte da carta. De nascente para ponte, notam-se as estradas para Guimarães (via rua Bela da Princesa, atual rua de Santa Catarina), Braga, Vila do Conde, entre outras.

¹⁸³ Balbi, 1822: 104.

¹⁸⁴ Moreira, 1973: 126.

¹⁸⁵ Jorge, 1899: 115-118.

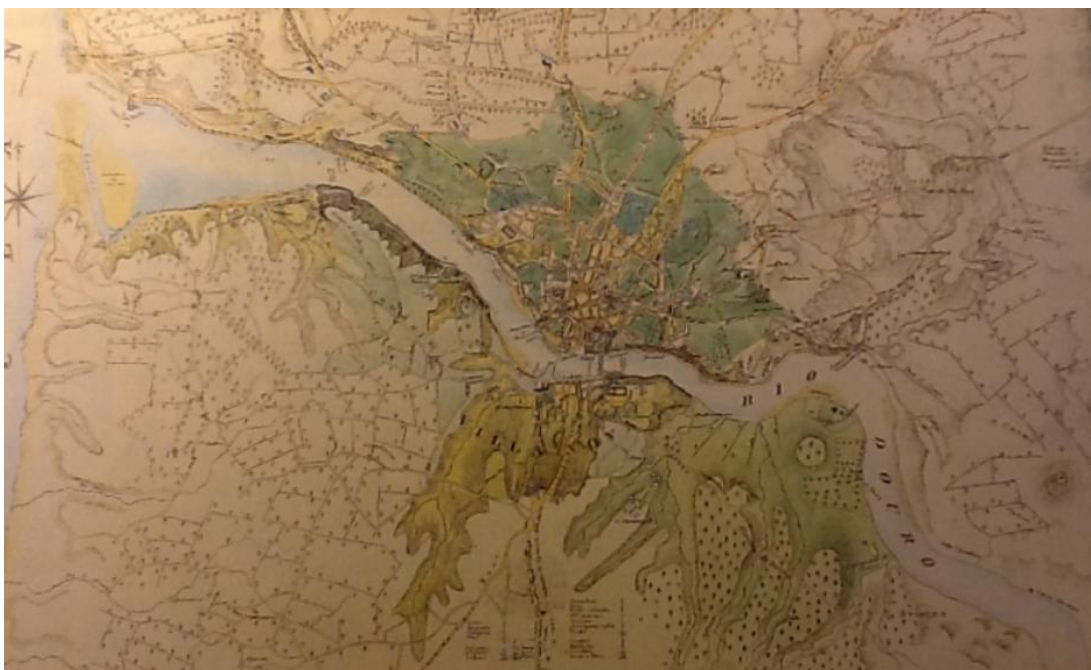


FIGURA 1-8: Planta do Porto e suas vizinhanças, mostrando as Linhas do Cerco¹⁸⁶

A *zona urbana da cidade* poderia ser por nós descrita, para a *época central do estudo* – primeiro terço do século XIX -, da seguinte forma: partindo da margem direita do Douro, de poente para nascente, poderíamos definir os limites da cidade seguindo o percurso subsequente (*designações atuais/designações da época*). *Calçada das Virtudes* – *Hospital de Santo António*/rua do Prof. Vicente José de Carvalho (artéria fronteiriça ao Hospital de Santo António)/*zona a oeste do Carmo* – Maternidade Júlio Diniz/rua do *Campo Pequeno* – Rua Aníbal Cunha/rua da *Carvalhosa* – Ramada Alta/*zona entre a rua da Cruz e o largo da Ramada Alta* – Lapa – Rua da Escola Normal/*zona a norte, entre as ruas de Santa Catarina e da Alegria* – Bonfim – Prado do Repouso. Algumas das freguesias rurais ou de “arrabalde” – como *Campanhã* e *Paranhos* – estavam já ligadas ao Porto/núcleo citadino, por estradas bordejadas por muitas habitações¹⁸⁷.

¹⁸⁶ Serén e Pereira, 2000: 471, utilizando a *Planta da cidade do Porto e arredores, com localização das fortificações liberais e miguelistas durante o Cerco do Porto*, (litografia inglesa), Arquivo Histórico Municipal do Porto/AHMP.

¹⁸⁷ Martelo, 2001: 26.

1.5 Sociedade e economia. A cidade e o território

Já na *introdução* a este estudo avançámos com os tópicos referenciadores nesta área histórica precisa, pois é nela que se desenrolou o âmago desta investigação.

Neste momento, reiteraremos apenas uns apontamentos contextualizadores do nosso trabalho¹⁸⁸, dado que os capítulos 3 e 4 serão aqueles em que contexto e evidências do estudo se ligarão pormenorizada e devidamente.

A cronologia é marcante.

O fim do século XVIII foi também o fim duma época próspera para a cidade, alicerçada sobretudo no negócio do vinho do Porto e nas ligações ao ‘hinterland’ duriense, entretanto reforçadas legislativamente por Pombal. Outras vertentes da legislação pombalina fortaleceram o domínio do porto e alfândega do Porto sobre a região norte, como sejam as medidas de proibição de exportação de quaisquer vinhos por outra barra nortenha, que não a portuense. Mas nem só de vinho se faziam as trocas. O epifenómeno da sericicultura nortenha e duriense, aliado à constante dos géneros agrícolas e animais, exportados em bruto, faziam da alfândega do Porto uma das mais rentáveis do país. Algumas *fragilidades* começavam a tornar-se evidentes. Uma sobredimensionada ligação mercantil à nação britânica; frágeis ligações a outros destinos alternativos, como o Báltico; pouca diversificação nos produtos nacionais exportados, com uma preeminência relativamente excessiva do vinho do Douro (cerca de 80% das exportações da cidade do Porto)¹⁸⁹. Algum tipo de estruturas financeiras existentes, derivadas muitas vezes da atividade mercantil, manter-se-á afastada da articulação com as unidades produtivas citadinas. A evolução económica dos dois maiores centros citadinos nacionais vai, aliás, pautar-se por condições e opções estruturais nitidamente diferentes, nomeadamente a partir do limiar do século XIX.

A perda do mercado ultramarino brasileiro (por via da abertura dos portos do Brasil aos produtos ingleses, questão que inviabilizará o escoamento de não pouca produção portuense) e, consecutivamente, do império; uma conjuntura adversa no comércio

¹⁸⁸ Utilizámos essencialmente elementos cotejados em Lains e Silva, 2005; Serén e Pereira, 2000: 426-449 e 450-513; Ramos (coord.) e Sousa e Monteiro, 2009; Bonifácio, 1991: 119-177; Alexandre, 1992; Costa, Lains e Miranda, 2011; Pedreira, 1994.

¹⁸⁹ Serén e Pereira, 2000: 423.

internacional, que traficava produtos com os quais as criações tripeira não conseguiam competir, além de colocar em Portugal manufaturas britânicas a que também não se conseguia fazer concorrência; os vários e difíceis episódios militares pelos quais a região, tal como o país, passará (invasões francesas, guerra civil), com os consequentes efeitos desagregadores sobre o tecido produtivo nacional (como por exemplo a existência de alguns maus anos agrícolas)... ditarão uma profunda crise económica. Regional e nacional.

Centremos a atenção na *área regional*, onde se insere a cidade. A região envolvente a que nos referimos, compreende o noroeste peninsular, a zona a sul da cidade até à área de Aveiro, inclusive (embora Coimbra, na mesma linha de tráfico de mercadorias, seja ainda o fim desta); o vale do Douro, as zonas da Beira Alta (o polo de Viseu destaca-se) e interior (marcadas ligações da cidade com o Maciço Central). Não se distinguia, nesta época, as zonas fronteiriças com Espanha, e portanto, pelo menos a atual zona da Galiza e toda a zona fronteiriça bragancesa, duriense e da Serra, funcionavam conjuntamente a estes polos mencionados.

Lembremos que o vale do Douro era navegável entre a foz e Régua e mais acima (desde finais do século XVIII), sendo no entanto necessário sabedoria para navegar nas águas difíceis do mesmo. O rio permitia furar os obstáculos terrestres que, a meia-distância, dificultavam os caminhos de e para o Porto: a norte, a sequência de serras do Gerês, Cabreira, Marão; a sul, do Caramulo e início das faldas da Cordilheira Central.

A crise de início do século XIX foi antes do mais, mercantil. Mas, não só. Também foi uma profunda crise de produção, artesanal e industrial. Numa sociedade e economia (portuenses) marcadas pela tradicionalidade do saber-fazer, pela resistência das corporações, pelas unidades de produção de reduzida dimensão, muitas vezes, com um prolongamento cronológico da produção doméstica; as conclusões atuais salientam, apesar de tudo, *“a progressiva, embora lenta, industrialização (...) (como) característica mais importante do desenvolvimento da economia portuguesa ao longo do século XIX”*¹⁹⁰.

¹⁹⁰ Costa, Lains e Miranda, 2011: 313.

A uma economia tradicional e em busca de soluções de crise, corresponde uma sociedade em mudança também, ainda muito marcada pelos costumes da época moderna¹⁹¹, mesmo que em meio urbano; mas profundamente fracionada pelas lutas ideológicas que os novos ventos do liberalismo haviam proporcionado.

Vários são os autores que sublinham a *heterogeneidade do mundo urbano do trabalho na cidade de Antigo Regime*, particularmente no que toca à real dimensão do trabalho “organizado” em corporações de artes e ofícios, fenómeno limitado em muitos dos casos urbanos estudados. Talvez que parte do fascínio exercido por estas instituições advenha da noção de que, para compreender as mesmas, acabamos aceder aos traços caracterizadores da morfologia dos diferentes grupos sociais e, até, à própria configuração dos poderes urbanos

O *Porto moderno e em advento industrial* apresenta os traços evidentes dos corpos de trabalho, sempre contextualizados, no entanto, por uma sem infinidade de trabalhadores de todos os tipos, que, em meio urbano e sem incorporação na “organização”, florescem. Teremos a oportunidade de sublinhar o papel do género no enviesamento de informação histórica para esta época (capítulos 2 e 3.2.1.4), fazendo-nos perder o rasto de quantas mulheres trabalhando no espaço aberto e comum que era a rua – vendeiras, cesteiras, hortaliceiras, entre outras. A fluidez entre artesanato e comércio era tão importante que se tornava indistinguível o que cada um fazia de forma predominante. No outro extremo da escala socioeconómica, no extremo daqueles que se distinguiam por viver com rendimentos acima da média, e também escapando ao esquema do mundo corporativo, encontramos os negociantes de médio e grande trato, o clero, certas ocupações liberais, os “burgueses”, os que vivem de rendimentos e nobres.

Na época sobre o qual nos debruçamos sobre o Porto, estamos perante uma cidade que podemos designar da “época moderna”. Entendemos por isto um mundo em que a “oficina” ou “fábrica” não estavam inseridas num contexto de industrialização onde os problemas éticos, sociais e políticos da lógica da leitura sociológica da relação patronal já existissem. Este tipo de problemática encontrava-se afastado. Se, na primeira metade do século XIX, se foi fazendo a passagem da “corporação”, ao “ofício”, por pressão do contexto histórico-jurídico, os obstáculos à mudança e permanências são reconhecidos.

¹⁹¹ Confira-se por exemplo Monteiro, 2011.

Trabalharemos algumas das vertentes de vida urbana dos vários *grupos sociais* detetados, permanecendo centrados nos *grupos de médios-altos rendimentos*, *grupos de rendimentos intermédios*, bem como *populares*, já que a eles acederemos por via das modalidades de vida ativa e de apropriação do espaço da cidade. Não serão os nobres, nem os grupos de ingleses ou as grandes casas de empresários, o nosso foco, embora necessariamente surjam, pelo menos num dos censos trabalhados, o de 1832. Sempre procurámos saber do mais escondido na história, o portuense da rua, o trabalhador da oficina, o artesão, na qualidade de mestre, oficial ou aprendiz.

São deles que trata o que aqui se construiu.

2. DOCUMENTOS E MÉTODO. OBJETIVOS PERSEGUIDOS

O que não consigo construir não consigo compreender
Richard Feynman¹⁹²

O mapa não é o território
Alfred Korzbyski¹⁹³

Já anteriormente explicitámos que o objeto do nosso estudo foi a análise da economia, sociedade e espaço urbanos do Porto de início do século XIX, por via do cruzamento, exploração e prosseguimento cronológico das modalidades de uso do espaço urbano, ao nível do *habitat* e das funções residenciais e ocupacionais dos indivíduos cabeça-de-casal.

Do cruzamento de perspetivas emergiu uma imagem do cosmos portuense na época com simultâneas provas de imobilismos, de movimentos lentos, mas também de alguns indicadores de mobilidade espacial e social.

2.1 Fontes e método

2.1.1 Coerências e ruturas nas séries documentais: censos e cartas topográficas urbanas

As fontes primárias deste conhecimento das realidades urbanas portuenses foram um conjunto de *recenseamentos*¹⁹⁴, datados de 1800, 1808, 1813 e 1832.

¹⁹² Cit. in Damásio, 2010: 7.

¹⁹³ Cit. in Schiller, 2005: 67.

¹⁹⁴ Entendido como “operação estatística em que todos os elementos de uma população são observados”, in Terminologia Estatística – Instituto Nacional de Estatística, <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5683>, consultado em Julho. 2015. As várias definições de *recenseamento* são muito semelhantes (veja-se Dodge, 2008: 64), sendo que algumas

O trabalho sequencial com estas fontes teve que levar em linha de conta as diferenças existentes entre documentos, quanto a uma série de fatores importantes: antes do mais, partíamos conscientemente de *períodos de referência* diversos, para um *âmbito geográfico* que não era exatamente o mesmo para cada fundo documental. Embora todos os censos coincidissem na cobertura do espaço urbano¹⁹⁵ portuense, as dimensões de tal área eram muito diversas. Em 1800, o censo cobre apenas oito artérias da zona central da cidade do Porto; em 1808, a listagem cobre artérias ou zonas do casco urbano, mas também lugares, freguesias e zonas extra casco urbano. Em 1813, listam-se as fábricas da comarca do Porto, incluindo obviamente aquelas existentes dentro da cidade. Em 1832, já o recenseamento se debruça geográfica e especificamente sobre a cidade, na sua área fisicamente construída. O trabalho de *harmonização da designação dos topónimos urbanos* e regionais foi longo¹⁹⁶.

Mercê da variação do âmbito geográfico, variava, pois, a *população-alvo* ou *universo de referência* de cada fundo documental, fator reforçado pelo facto de que a construção de cada listagem obedecia a finalidades diferentes: recenseamento militar local para o caso de 1800; imposto extraordinário às corporações de ofícios mecânicos e ao comércio a retalho aplicado pela administração local, para a o caso de 1808; recenseamento das fábricas da comarca do Porto para 1813; recenseamento habitacional e com finalidades de aboletamento, aplicado a toda a cidade do Porto, em 1832.

Confrontámo-nos, assim, com uma *variação significativa* das *unidades estatísticas*¹⁹⁷ em causa: nos recenseamentos de cariz militar (1800 e 1832), obtivemos

sublinham a instrumentalidade intrínseca da operação: “*A study that aims to observe every member of a population. The fundamental purpose of the population census is to provide the facts essential to government policy-making, planning and administration*”, define Everitt, 2002: 63.

¹⁹⁵ Aqui simplificadamente assumido como “espaço da cidade” em termos de apropriação humana de uma área. Esta área será aquela, com uma maior densidade populacional do que outras, onde o homem realiza as suas atividades, constrói fisicamente edifícios e artérias com finalidades várias, organiza-se imaterialmente de forma social, política, económica e institucional.

¹⁹⁶ ANEXO C, QUADRO C-1: Exemplificação de processos de harmonização dos topónimos e designações de artérias do Porto oitocentista.

¹⁹⁷ A *unidade estatística* é a “unidade elementar de uma população ou universo”, podendo ser exemplos, “empresa; estabelecimento (unidade local); unidade de atividade económica local (UAEL); edifício; alojamento; família; agregado doméstico privado; indivíduo”; etc., in

informações, em termos de *unidade de observação* (i.e., unidade estatística para a qual se recolhe informação)¹⁹⁸, relativas a indivíduos (cabeça de casal ou indivíduos do género masculino, predominantemente), agregado doméstico privado, unidade de atividade económica local, alojamento, edifício, entre outras. Os dados recolhidos caracterizam-se pelo *detalhe* e *pormenor*, seja ele relativo ao indivíduo, espaço ou atividade económica em causa.

Nos recenseamentos de cariz essencialmente administrativo, económico e financeiro, com preocupações de taxação (1808 e 1813), os dados recolhidos caracterizam-se pela preocupação da agregação, de malha mais larga, de notícias sobre a atividade económica em causa: trata-se de enumerar certo tipo de unidades económicas locais e/ou estabelecimentos, situando-as no espaço urbano de forma aproximada, mas não detalhada. Exemplos: em 1808, o alfaiate José Joaquim, com produção na rua Chã, pagou 2\$000 réis de imposto. Nada é recolhido acerca do agregado doméstico do indivíduo, do seu estado civil, da possível localização aproximada da sua oficina, na artéria em causa. Em 1813, Domingos Jorge Ribeiro é recenseado como proprietário de uma fábrica de tecidos de seda, na Rua de Santa Catarina. Acontecem as mesmas falhas de informação acima imediatamente mencionadas quanto aos fatores “indivíduo” e “espaço”. Depois, lista-se a quantidade e género dos trabalhadores da fábrica, respetiva naturalidade, matérias-primas empregues e estado geral de laboração da unidade.

O enviesamento dos dados recolhidos quanto ao *género* é outra das necessárias assunções de investigação. A tradicional sub-representação do género feminino foi assumida como inevitável e característica, sendo a respetiva informação trabalhada neste contexto. Em 1800, as mulheres representam 3,5% da população estudada¹⁹⁹; em 1808, a proporção relativa é de 11%²⁰⁰. Em 1813, as mulheres são, tipicamente, percecionadas de forma dissemelhante, conforme a função socioeconómica desempenhada: no grupo das proprietárias de fábricas, vislumbramos 8,5% de

Terminologia Estatística – Instituto Nacional de Estatística, <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5920>, consultado em Julho. 2015.

¹⁹⁸ Terminologia Estatística – Instituto Nacional de Estatística, <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5918>, consultado em Julho. 2015.

¹⁹⁹ Trinta e seis (36) indivíduos, num universo de oitocentos e sessenta e três (863) elementos.

²⁰⁰ Duzentas e cinquenta e duas (252) mulheres em dois mil, duzentos e oitenta e nove (2289) indivíduos recenseados.

elementos do género feminino no total dos proprietários listados, enquanto no grupo dos empregados de tais manufaturas apenas 0,3% dos trabalhadores são mulheres (trabalhando dentro dos estabelecimentos, bem entendido, porque quando se indica que a fábrica utiliza trabalhadores fora da mesma, são na esmagadora maioria, mulheres)²⁰¹. O recenseamento de 1832 é um caso um pouco diferente, não só pelas suas finalidades, como pelo facto de abranger toda a cidade do Porto. Temos uma representação feminina de 22% do total de moradores recenseados, ou seja, mil, duzentos e trinta e nove (1239) moradores do sexo feminino, num universo de cinco mil, seiscentos e quarenta e dois (5642) residentes na cidade do Porto.

Acompanhou-se o conjunto censitário por um *conjunto cartográfico* contemporâneo, elaborado com finalidades militares²⁰² e administrativas²⁰³, cartas estas a partir das quais, aliás, se traçaram várias das mostras explicativas a que se chegou; e se interrogaram, iterativamente, os documentos.

A base de representação cartográfica dos dados trabalhados e obtidos no tocante à cidade do Porto, foi a detalhada planta da cidade do Porto conhecida por “Planta de Balck” ou “Planta Redonda” (devido ao seu traçado redondo)²⁰⁴, que, embora datada de

²⁰¹ Respetivamente, onze (11) proprietárias num universo de cento e trinta (130) donos de fábricas e três (3) mulheres num grupo de mil e setenta e cinco (1075) trabalhadores.

²⁰² Como a *Planta da cidade do Porto e arredores, com localização das fortificações liberais e miguelistas durante o Cerco do Porto* (litografia inglesa), (1832), Arquivo Histórico Municipal do Porto/AHMP.

²⁰³ Neste caso, essencialmente a *Planta da cidade do Porto*, de George Balck (1813), Porto: Ed. Câmara Municipal do Porto; e a *Planta topográfica da cidade do Porto*, por J. Costa Lima (1839), Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas/AHMOP.

²⁰⁴ George Balck, assistente do quartel-mestre general do Exército britânico, dedicou a planta a Nicolau Trant, governador das Armas do Partido do Porto. Editada primeiramente em 1813, em Londres, e depois em Lisboa já com correções, in http://www.fl.ul.pt/mapoteca/catalogo_civitates.pdf, pp. 30-33, consultado em Junho. 2014. Como sublinham Paulo Pinho e Vítor Oliveira, em trabalho recente visando comparação cartográfica da área metropolitana do Porto, a planta mais antiga contendo potencialidades analíticas actuais é esta: “*the first known representation of the city of Oporto is the Planta Redonda from George Balck, made in 1813*”, in Pinho e Oliveira, 2009. Os autores listam as cartas de 1813 (*Planta Redonda* - George Balck), 1824 (*Plano da Cidade do Porto* - José Francisco de Paiva), 1833 (*Oporto* - W. B. Clarke), 1839 (*Planta Topográfica da C. do Porto* - Joaquim da Costa Lima), 1865 (*Planta da Cidade do Porto* - Frederico Perry Vidal) e 1892 (*Planta Topográfica da C. do Porto* – Telles Ferreira), 088:3, como os levantamentos

1813, era, pelo seu pormenor quanto à malha urbana central, a melhor opção de representação.

Para representações espaciais diversas – acontecimentos regionais, nacionais e internacionais (como a análise das migrações ou dos circuitos marítimos de tráfico alfandegário portuense) – construíram-se mapas de base²⁰⁵, utilizando a aplicação *MapView 7* (2006), (GoldenSoftware, www.goldensoftware.com), desenvolvidos a partir do estudo efetuado sobre outros acervos documentais, explicitados mais à frente, no ponto 2.1.2.

2.1.1.1 Panorama sobre o Porto em 1800

O *Registo dos moradores da zona pertencente à 2ª (?) Companhia de Ordenanças da Cidade (1800)*²⁰⁶, listagem produzida com fins de recenseamento militar, cobre seis esquadras de ordenanças em oito artérias situadas no topo e encosta dos morros da Sé (ou “Pena Ventosa”) e da Vitória, locais nevralgicos da cidade. Corpo militar complementar ao exército regular e às companhias de milícias, a Companhias de Ordenanças assentava no pressuposto de um modelo de organização militar local, com base no recrutamento local, criado na segunda metade do século XVI e mantido até ao final da monarquia absoluta.

As Ordenanças atuavam no respectivo âmbito territorial, em terceira linha face ao exército regular (primeira linha) e às Companhias de Milícias (segunda linha de ação militar). Assim se compreende que, não raro, as listagens se sobreponham nas categorias de indivíduos que estariam disponíveis para o recrutamento e essa situação explica a quantidade de “Observações” que, em campo à parte, os recenseadores fazem acerca da situação militar de diversos dos elementos listados: “Soldado miliciano com baixa”, “Major de milícias reformado” (elementos das milícias), “Soldado da Bomba”, “Soldado pé do Castelo” (seria um caso de exército regular), “Tenente de milícias”,

topográficos disponíveis para trabalhar com “Urban Form” no caso da área metropolitana do Porto.

²⁰⁵ A Dr.^a Joana Castro Teixeira e o Mestre Miguel Nogueira (este, para uma fase inicial), foram os cartógrafos a quem devo o trabalho exposto neste estudo. Na fase final deste estudo, foi a própria autora que elaborou muitos dos mapas.

²⁰⁶ *Sic*, Arquivo Histórico Municipal do Porto/AHMP, cota 2870.

“Cabo da Policia deste Bairro”, “Sargento das Milícias”, entre outras. As “Observações” permitiam também a indicação de situações de incapacidades físicas (“He manco”, “He mudo”, entre outras); de relações de parentesco (“Filho”, “Sobrinho”, entre outros); indicações sobre a escolaridade do varão listado (José Rodrigues Chaves, de catorze anos de idade, filho da viúva Margarida Angélica Rosa, listado na Rua das Congostas, nº 40, é indicado como estando “nos Orfãos”; outros jovens varões estão “no seminário do Sr. Bispo”, ou são “estudante(s) em Coimbra”, e assim por diante).

Em princípio, as companhias de ordenanças deveriam ser constituídas por duzentos e cinquenta (250) homens, divididos por dez (10) esquadras. Cada esquadra teria à sua frente um cabo de esquadra, numa hierarquia que se desenvolvia em ordem ascendente através de outros oficiais, o sargento, o alferes, até ao capitão de ordenanças. Caso de Bernardo António da Cunha Guimarães, de cinquenta e quatro (54) anos, natural de Silves, residente na Rua de Belmonte, nºs 15.16, livreiro, com um filho varão de doze (12) anos nascido no Porto, precisamente listado como sendo “ex-Capitão de Ordenanças”²⁰⁷.

O censo cobre os elementos de sexo masculino com grande sistematicidade (são inclusivamente listados bebés com meses de idade), por entrada de prédio urbano (nº de polícia) e fogo, nome de cabeça-de-casal, ocupação, grau na corporação de ofício (mestre, oficial, aprendiz), naturalidade, observações. Listam-se elementos do sexo feminino apenas na situação de cabeça-de-casal, enquanto viúvas ou solteiras. As lacunas da construção documental deste tipo (recenseamentos com fins militares) são bem conhecidas, relacionando-se com o número restrito de elementos do sexo feminino e a plausível ausência de registo de marítimos²⁰⁸, embora a exaustividade de informação recolhida permita inferir dados importantes, alguns deles já por nós explorados em trabalho prévio²⁰⁹, especialmente nas áreas da demografia urbana e da estrutura e geografia económicas citadinas. A população estudada abrange oitocentos e sessenta e três indivíduos (863), dos quais trinta e seis (36) eram mulheres, viúvas ou solteiras, mas cabeça-de-casal.

²⁰⁷ Arquivo Histórico Municipal do Porto/AHMP, cota 2870.

²⁰⁸ Robert Rowland foi dos autores fundacionais no nosso país do estudo com este tipo de documentação, (Rowland, 1981).

²⁰⁹ Fernandes, 2005: 47-73.

2.1.1.2 Panorama sobre o Porto em 1808

A *Contribuição de Guerra – 1808*²¹⁰ deriva da aplicação do decreto de Junot de 1. Fevereiro. 1808, impondo uma contribuição extraordinária de guerra, aplicável às corporações de ofícios mecânicos e ao comércio a retalho (“loja aberta e lugares de venda”, artº 20º)²¹¹.

Consiste o fundo documental numa listagem de dois mil, duzentos e oitenta e nove (2289) mestres das corporações de ofícios existentes e dos donos de lojas e vendedores de rua, organizada por atividade comercial/ofício (por exemplo, “loja aberta no ofício de alfaiate”) e rua, logradouro²¹², zona urbana ou extraurbana – lugar, freguesia, entre outros - ou mesmo vilas extramuros, como Vila Nova de Gaia.

Recenseando um total de cento e setenta e três (173) designações no espaço urbano portuense e arredores, incluem-se em tal listagem artérias e lugares do espaço urbano, completando cento e cinquenta e seis (156) casos; quinze (15) freguesias intra e extramuros e duas (2) povoações limítrofes, Valbom e Vila Nova de Gaia. Embora o concelho do Porto abrangesse sete (7) freguesias²¹³, difícil é destrinçar da malha económica outras, tão intimamente ligadas, como as freguesias de Campanhã e Paranhos, contíguas; ou as de Santa Marinha ou Mafamude, do outro lado do rio.

O rol inclui assim dois tipos de informação diversa, embora complementar: por um lado, temos o nome de cada mestre inscrito em cada uma das trinta corporações de

²¹⁰ Arquivo Histórico Municipal do Porto/AHMP, cota 2024.

²¹¹ Texto existente em J. Acúrsio das Neves - *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino*. Lisboa, Of. de Simão Tadeu Ferreira (2ª ed., Porto: Ed. Afrontamento, s.d. [Col. “Obras Completas de José Acúrsio das Neves”, I e II], 1811-12, pp. 326-332).

²¹² “Logradouro significa aquilo que pode ser logrado, usufruído ou desfrutado por alguém. Em Urbanismo, logradouro é um espaço público reconhecido oficialmente pela administração de cada município. São os espaços livres como as ruas, avenidas, praças, jardins, etc., destinados ao uso comum dos cidadãos e à circulação de veículos.” <http://www.significados.com.br/logradouro/>, consultado em Julho. 2014; “Espaço público comum que pode ser usufruído por toda a população” <http://www.priberam.pt/DLPO/default.aspx?pal=logradouro>, consultado em Julho. 2014.

²¹³ Na entrada do século XIX, o concelho do Porto era constituído por sete freguesias, intra e extramuros: Sé, S. Nicolau, Vitória, Santo Ildefonso, Miragaia, Cedofeita e Massarelos. *Borboleta Constitucional*, 1822, Nº 229 (11. Outubro), Porto: Imprensa do Gandra.

ofícios mecânicos então oficialmente existentes na cidade, que tivesse loja aberta, e respectivo pagamento a que foi obrigado (de forma não sistemática, é mencionada a localização, na cidade, da sua oficina). A construção documental desta sub-lista foi realizada a partir das informações dos juizes da respetiva corporação, sendo a informação confirmada pelo procurador da cidade. Lamentavelmente, não há indicação alguma acerca do número de oficiais e aprendizes ligados a cada mestre. De igual forma, ofícios mecânicos que não estivessem inscritos nas corporações de ofícios são ignorados nesta sub-relação, embora surjam eventualmente mencionados na listagem das lojas de venda.

Por outro lado, a listagem fornece-nos uma localização topográfica dos pontos de venda urbana ao público, dos artigos aí comercializados, do nome dos donos da loja ou tenda, seu ofício, produção ou tipo de artigo comercializado e a quantia paga relativa a tal imposto, a partir do levantamento efetuado pelo juiz da quadrilha responsável pela zona.

Não há forma de calcular da *fiabilidade* da informação fornecida: para os mestres dos ofícios tratados, podemos inferir de um grau razoável de exatidão, mercê do facto de que o procurador da cidade que confirmava as informações dos juizes das corporações ser um reconhecido colaboracionista do poder francês²¹⁴. Para a listagem das lojas e tendas, apenas ao juiz de quadrilha, próximo que este tipo de personagem era dos habitantes, competia a informação recolhida, estando-nos vedada qualquer hipótese a testar de eventuais favores concedidos – a cobrança de um imposto seria certamente um momento difícil e portanto, o documento que até nós chega é o resultado de um processo de que não podemos apurar os trâmites. Alguns indicadores fornecem promissora segurança na exatidão da recolha de dados: com alguma frequência, há lojas mencionadas como estando “fechadas”²¹⁵. O critério relativo à atividade comercial utilizada pelos autores da documentação é, também ele, de consistência duvidosa. Nos vinte e seis bairros abrangidos pelos vários juizes de quadrilha, alguns há que incluem profissionais liberais; outros, ofícios mecânicos; nalguns casos, surgem indicados negociantes dependentes da Junta de Comércio e portanto, já taxados por listagem construída seguindo as indicações do artigo 2º do acima citado decreto de 1. Fevereiro.

²¹⁴ In Moura, 1989: 45.

²¹⁵ Exemplo de loja de serralheiro, posse da viúva Josefa Teresa, na Ferraria de Cima, que é indicada como “Loja fechada”.

1808. (pusemos a hipótese destes indivíduos associarem o comércio por grosso, à venda a retalho). A alguns dos tipos de loja eram atribuídas classes diversas de pagamento, bem como em casos não menosprezáveis, uma loja dedicava-se a duas atividades comerciais não afins²¹⁶. Para um tratamento mais legível das informações recolhidas, foi necessário o agrupamento das lojas em atividades afins e casos como o descrito imediatamente atrás, foram tratados por via da inserção da loja no grupo para o qual apontava a sua contribuição individual. Neste ponto, seguimos de perto as opções tomadas por um trabalho anterior que também se chegou a debruçar sobre este fundo documental²¹⁷, aproveitando em momentos vários, devidamente assinalados, informações do mesmo. Ainda há o facto de não conseguirmos distinguir as lojas propriamente ditas, das tendas ou vendedores ambulantes. Sabemos que as artérias urbanas oitocentistas incluíam lojas abertas a par de uma multitude de tendas na própria artéria, e esta mistura surge plasmada na documentação.

Não é também, sistemática, nem segue o mesmo critério, a indicação topográfica da loja ou tenda: por vezes, menciona a artéria, outras, a zona a que o vendedor estava adstrito (casos das menções de lugares, freguesias, ou de povoações próximas – como acima mencionámos); outras vezes, ainda, nada é mencionado.

Surgem ainda casos de oficiais mecânicos listados em zonas ou freguesias externas ao casco urbano, concretamente, no que toca aos enxambladores e pedreiros.

Os critérios topográficos variados levaram-nos a utilizar, para uma leitura das informações, as unidades diversificadas de “artéria”, “zona”, “freguesia” ou “indeterminado”. O quadro revelado foi, não obstante, rico em termos de um esquiço de promessa de estabelecimento de modelos de concentração e dispersão da geografia económica do Porto.

²¹⁶ Exemplo: “loja de bacalhau e miudezas”, na Ribeira.

²¹⁷ Moura, 1989

2.1.1.3 Panorama sobre o Porto em 1813

O *Mappa das Fábricas da Comarca do Porto de que é Conservador Sebastião Correia de Sá (30. Out. 1813)*²¹⁸ tem sido uma fonte reconhecida e trabalhada na área da história económica e social²¹⁹ oitocentista, pela riqueza de detalhe que oferece e cuidado na elaboração²²⁰. Este livro resulta de ordem emanada da Coroa, expedida pela Junta do Comércio, num movimento de “*preocupação (evidente) de recolher informações mais pormenorizadas (sobre os diferentes ramos industriais) (...)*”²²¹ e a sua elaboração, efetuada em finais do ano de 1813, terá estado a cargo do Desembargador da Casa da Suplicação, Superintendente dos Tabacos e Alfândega da cidade do Porto.

Não estando esta fonte isenta de insuficiências (nomeadamente quanto à sua inteira *fiabilidade* – por exemplo, a dificuldade reconhecida na época relativamente à interpretação da palavra “fábrica” enquanto designando um certo tipo de estrutura industrial correspondente), reconhece-se que “*tal não constitui uma deficiência estritamente nacional, pois na maior parte dos países ocidentais registou-se uma situação mais ou menos semelhante, principalmente para o período da industrialização oitocentista*”²²².

O mapa consta de um total de cento e trinta (130) fábricas, indicando o respectivo tipo de produção (“Estamparia, Tecidos de Seda e Algodão”, “Louça de Faiança”, entre outras.), localização (indicando-se aqui, de forma indistinta, o local da fábrica por freguesia – “Freguesia de Massarelos” -; por lugar – “Lugar de Vila Chã de Rei”; “Lugar de Arnelas” -; por rua – “Rua de Santa Catarina”; “Passeio das Fontainhas” -;

²¹⁸ Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo-IANTT/Junta do Comércio (consultas, decretos, avisos, etc). *Mapa das Fábricas da Comarca do Porto de que é Conservador Sebastião Correia de Sá (30. Out. 1813)*. Código Referência: PT-TT-JC/A/C/3.

²¹⁹ Cordeiro, 2002: 201-242; mas também autores como Madureira, 1997 ou Jorge Miguel Pedreira, entre outros, consultaram e utilizaram este “Mapa”.

²²⁰ “Este inquérito, recenseando 130 estabelecimentos, é muito mais completo do que o elaborado em 28 de Maio de 1813, e publicado por Acúrsio das Neves no seu ‘Mappa Geral Estatístico’, o qual apenas contemplava 45 estabelecimentos”. In Cordeiro, 2002: 204.

²²¹ Pedreira, Jorge Miguel - “Estrutura sectorial e regional da indústria portuguesa: estatística e cartografia. Os Inquéritos Industriais da Junta do Comércio (1815-1825)”, *Revista de História Económica e Social*, Lisboa: s.e., nº 27, p. 100; cit. in Cordeiro, 2002: 202.

²²² Cordeiro, 2002: 201.

entre outros), nome de proprietário, número e categoria profissional dos trabalhadores (quanto ao número de trabalhadores, por várias vezes se indica a existência de trabalhadores “dentro” e “fora” da fábrica, e respectivo género; a categoria profissional designa desde o “Administrador de dentro da fábrica”; “aprendiz de tecelão”; “ajudante do tinto”; entre outras.), o destino da produção (“Reino e Espanha”; “Porto, Brasil e Galiza”; entre outros) e o “estado da fábrica”, isto é, por exemplo, se a mesma se encontrava em “Decadência”; “Decadência por falta de extração”; em “Aumento”; “Em Princípio”,... A listagem dos trabalhadores é sistemática, indicando nome, naturalidade (“Freguesia da Sé, Cidade de Braga”; “Santa Maria Maior, Bispado da Guarda”; ...), filiação²²³, estado civil e tempo de serviço (“dois anos”; “vinte e três anos”; “um anno nesta fábrica”; ...²²⁴).

À primeira vista, a fonte permite o “*conhecimento da estrutura industrial da cidade e comarca do Porto em finais de 1813 e, muito possivelmente, inícios do ano seguinte*”²²⁵. Mas também nos permitiu, em conjunto com outra documentação, estudar os movimentos migratórios cidade-região, para além de referenciar industriais, negociantes, proprietários e burgueses portuenses, que, cruzados com outras fontes, nos foram surgindo como o que seria o grupo de ‘negociantes do Porto’ do primeiro terço do século XIX. Mais, permitiu verificar do ritmo de implantação das unidades fabris e respetiva localização, delineando no tempo a expansão extramuros das atividades económicas e, paulatinamente, da cidade. Sendo a freguesia de Santo Ildefonso aquela que revela a maior concentração industrial na cidade, a mesma não se terá iniciado consistentemente antes de 1784 (com a oficina de tecidos de seda de largo de Domingos Jorge Ribeiro) e só a partir de 1803 revelará aumento considerável do número de implantação de fábricas. No entanto, já desde 1773 que existia uma fábrica de cola na zona que seria a futura freguesia do Bonfim, revelando

“que é nesta época que se começa a ensaiar, ainda que timidamente, a expansão da indústria para aquela zona da cidade, situada fora de portas, situação que tem continuidade nos primeiros anos do período seguinte, fundamentalmente a partir de 1784, com o

²²³ Nomes de pai e de mãe e indicação de “Incógnito/a” quando tal era o caso.

²²⁴ Não raro, indica-se neste campo a data de matrícula – “desde quatro de Março de 1810”, por exemplo.

²²⁵ Cordeiro, 2002: 204.

licenciamento de 4 unidades na freguesia de Santo Ildefonso, e também 1 em Cedofeita, 1 em Lordelo e 3 em Campanhã”²²⁶.

Tal movimento centro-periferia, característico da evolução da indústria e dos centros urbanos oitocentistas, não era criador de “cinturas urbanas”, nem tão pouco isolaria redutos industriais no centro. Antes funcionaria mais como uma manta de retalhos de novas artérias que se espalhavam no território, com filas de habitações por entre as quais pontilhavam, dispersas, as fábricas²²⁷.

2.1.1.4 Panorama sobre o Porto em 1832

Central para o nosso estudo, pela minuciosidade e riqueza de informação aportadas, foi o *Recenseamento da cidade do Porto* efetuado provavelmente entre 1832/34, com a finalidade de aquartelar (aboletar) os combatentes liberais que com D. Pedro haviam desembarcado no Mindelo, em Julho de 1832 – os chamados *Livros de Recenseamento dos Bairros de Cedofeita, St^a Catarina e St^o Ovídio, para aboletamento de oficiais*²²⁸. Listando um total de sete mil, oitocentos e vinte e oito (7828) registos (a unidade ‘registo’ corresponderia, em princípio, a alojamento e/ou fogo), distribuídos por cerca de sete mil, quatrocentos e dezoito (7418) edifícios, edificadas em duzentos e oitenta e três (283) artérias, o censo cobre uma população de cinco mil, seiscentos e vinte e dois (5622) residentes, registados enquanto cabeça de casal ou representantes do alojamento em causa.

O recenseamento apresenta um pormenorizado conjunto de informações sobre a cidade do Porto, permitindo um trabalho de análise micro-histórica. Como acima se mencionou, listaram-se quase três centenas artérias dos então três bairros administrativos existentes, os de Santa Catarina, Santo Ovídio e Cedofeita²²⁹. Não se

²²⁶ Cordeiro, 2002: 209-211.

²²⁷ Hohenberg, e Lees, 1985: 293, por exemplo.

²²⁸ Arquivo Histórico Municipal do Porto/AHMP, cotas 2038, 2037, 2039, respetivamente. Aproveito para deixar o meu agradecimento ao Professor Doutor Gaspar Martins Pereira, que primeiro me indicou este núcleo documental.

²²⁹ O bairro de Santo Ovídio respeitava à zona norte da cidade, o bairro de Santa Catarina, à zona leste da mesma, acompanhando a margem do rio Douro, o bairro de Cedofeita cobria a zona oeste da cidade, acompanhando a margem ribeirinha, até perto da foz do rio. A divisão da cidade em três bairros, ou distritos, para “*efeitos da administração da justiça criminal e segurança pública*”, foi efetuada por D. Pedro, em Decreto de 4 de Dezembro de 1832. In

distinguiram ruas, praças, travessas, escadas, vielas ou becos: a informação cobria até sítios sem nome, desde que com prédios urbanos construídos²³⁰, como por exemplo, “Sitio Sem Nome, ao lado do Hospital da Cordoaria” (FIGURA 2-1).

“Apêndice à segunda série de legislação. Anno de 1832. Dec. (4. Dez. 1832) determinando a divisão da cidade do Porto”, in *Collecção de Leis 1829 até Ag. 1834*, Lisboa: Imprensa Nacional, p. 255.

²³⁰ Entendidos estes como “construções para fins habitacionais e comerciais ou industriais e de serviços”, dentro das definições avançadas pelo Conselho Superior de Estatística em <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6895>, consultado em Junho de 2015.

Mapa 1: Identificação das artérias
trabalhadas no recenseamento da cidade do Porto (1832)

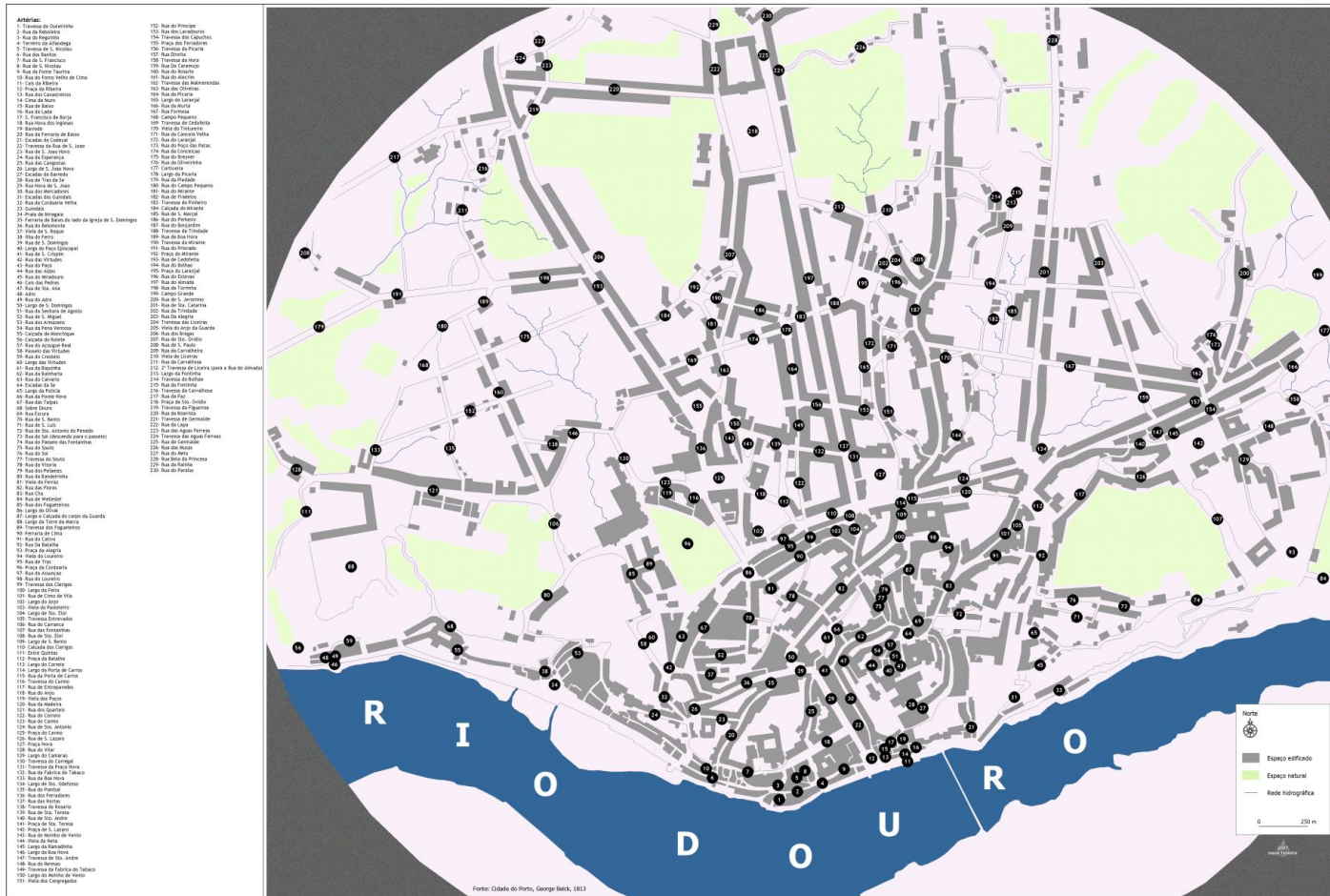


FIGURA 2-1: Identificação das artérias trabalhadas no recenseamento da cidade do Porto, 1832

Registaram-se os números de polícia de cada edifício, a respetiva *cércea*²³¹, a existência de cavaliças e dimensão das mesmas. Em espaço urbano, a existência de cavaliça, se pertença clara dum edifício, seria apanágio das estalagens ou casas de burgueses, negociantes, nobilitados ou titulares²³². No nosso caso, em que a peça documental-chave é fruto de necessidades logísticas de tipo militar – aboletamento –, a indicação de existência de ‘cavaliças’ é frequentemente associada a quartéis, pré-existentes ou assim assumidos *ad-hoc*, na adaptação pontual de edifícios, parte de edifícios ou alojamentos.

A informação enriquece-se em detalhes, fornecendo o nome do morador, cabeça-de-casal e/ou representante do alojamentos de cada fogo da habitação, respetiva ocupação, naturalidade. Existe ainda um campo de “Observações”, onde se registariam indicadores variados: o estado de conservação da habitação (“arruinada” ou “em parte demolida”, por exemplo); a sua qualidade (“casa inferior”, “casa muito ruim” ou “casa

²³¹ Utilizamos aqui o conceito de *cércea* como sinónimo de *altura do edifício*, definido e aprovado pelo Conselho Superior de Estatística: “dimensão vertical medida desde a cota de soleira até ao ponto mais alto do edifício, incluindo a cobertura e demais volumes edificados nela existentes, mas excluindo chaminés e elementos acessórios e decorativos, acrescida da elevação da soleira, quando aplicável.” In <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4024>, consultado em Maio. 2015. Esta indicação de altura do edifício surgia em campo separado na documentação, intitulado “Andares”, e onde se distinguia “L” como “loja, ou casa térrea”; e “1.2.3.4.” como andares ou, mais corretamente, pisos da casa. Foi necessário desambiguar uma série de códigos existentes, muitas vezes por via do próprio reconhecimento no terreno urbano: o nº 24.25 da Rua de Santo António, lado esquerdo, era indicado no campo “Andares” como “L, 3”; indicação que, na realidade, indicava para “altura do edifício”, quatro (4) andares/pisos (sendo que entendemos por *piso*, “cada um dos planos sobrepostos e cobertos nos quais se divide um edifício e que se destinam a satisfazer exigências funcionais ligadas à sua utilização.”, sendo exemplos, “o rés-do-chão, as caves, subcaves e águas furtadas habitáveis ou utilizáveis” in <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6331>, consultado em Maio. 2015).

Frequentemente, forneciam-se outras indicações neste campo de “Andares”, como por exemplo, “águas furtadas” (nº 90.91 da Rua da Aguardente, com um (1) andar/Piso indicado); “soto” ou “sótão” (nº 145.146 da Rua do Almada, com um total de três (3) pisos mencionado: “L, 2”); entre outras. Assumimos “soto” como termo utilizado como versão popular de “sótão”, confirmado por exemplo em <http://www.dicio.com.br/soto/>, consultado em Agosto. 2014 e portanto, algo próximo do que seria a apropriação para fins de habitação ou de utilização duma zona do edifício – portanto, serviria funcionalmente também como um piso.

²³² Confirma-se por exemplo Olival, 2010: 244-275.

palaçada”, por exemplo); a condição socioeconómica dos habitantes de alguns dos fogos e/ou edifício (“ilha”, “pobreza”, ou “aqui, oito caseiros pobres”, por exemplo); ou ainda informações sobre a ocupação/desocupação do edifício, devido ao abandono dos moradores no contexto de guerra que se vivia e causas do mesmo. Mais, informa-se da situação de cada habitação, por exemplo, “fechada” (e portanto, daí decorreria ausência de informações registadas quanto à ocupação humana da mesma).

Na construção das tabelas das bases de dados que efetuámos, tentou-se distinguir o tipo de informações fornecidas, gerando dois campos, um de “Indicadores sócio habitacionais” e um de “Características da habitação”, respetivamente para descrição socioeconómica do edifício (por exemplo, “barraca”, “casa palaçada”) e para funções residenciais/ocupacionais/de utilização e apropriação de espaço urbano (por exemplo, “forno de cozer pão”, “casa do Paço do Conselho”, “ninfas”, entre outros).

A análise da totalidade da documentação sugere que *a cobertura pretendeu ser exhaustiva*, já que, além de entradas dos prédios urbanos, se registam quintais, zonas de casas por acabar, prédios demolidos, zonas de armazéns, entradas de prédios fechadas, quintas, entre outros. Mesmo ao nível da própria informação dentro de cada prédio urbano, a *desagregação de dados* é muito evidente: “estes (José e sua mulher), em parte da casa, o resto, vazio”; informação fornecida num dado prédio: referem-se “nos baixos, (porque) os altos, fechados”; Manuel Rodrigues “vive em parte da casa e aluga a outra parte”; informação fornecida para os pisos “2º e 3º, o 1º e 2º, com caixeiros pobres”; informação fornecida para o “2º andar, os outros, vazios”; e assim por diante.

Muita informação não é, no entanto, sinónimo de informação sistemicamente completa. Verificámos que à informação física não correspondia respetiva informação sociodemográfica. Na amostra de cerca de oito mil (8000) alojamentos, emergiu a imagem de duas (2) matrizes de dados. Uma, relativamente completa, em que à informação física respondia uma informação sobre os representantes de alojamento; a outra, bastante menos complementada, em que à informação física era ligada informação bastante esparsa quanto a ocupação humana. Nesta última situação encontravam-se cerca de ¼ dos casos, i.e., 2097 registos sem qualquer representante de alojamento (ANEXO D, QUADRO D-1 e respetivo comentário). O trabalho efetuado sobre a informação teve em conta o impacto desta matriz ‘esparsa’ nos resultados, sendo que, sempre que necessário, foi devidamente mencionada.

Tomemos a rua do Bonjardim como exemplificativa de alguns dos procedimentos exercidos aquando do recenseamento e que ditaram opções de análise:

a) os indivíduos que eram oficiais do exército foram registados, mas não lhes foi atribuída classe de habitação. Ou seja, as respetivas habitações não eram tidas como elegíveis para o aboletamento. O mesmo acontecia com os estrangeiros;

b) do cruzamento de listas de origem diversa (deduzimos nós), resulta que uma razoável proporção dos inquiridos ‘respondia’ duas ou mais vezes, originando uma identidade pessoal georreferenciada dupla ou triplamente, na cidade. Na maior parte dos casos, a repetição acontecia pela separação de lugar entre local de trabalho e residência, sendo que não raro, uma seria em frente à outra: veja-se o exemplo de António Coelho Rocha, negociante de peso que, na rua do Bonjardim, responde ao recenseamento na sua residência (nº 144.146, com dois pisos, de 3ª classe) e na sua loja, defronte (nº 359 A.C, loja de 3ª classe). Obtivemos um total de 299 indivíduos registados em 2 locais na cidade;

Outros, chegavam a ‘responder’ triplamente ao recenseamento (num total de 7 indivíduos): o negociante de peso António Luís Gonçalves ‘respondia’ na rua de Santo António, nºs 1.2, prédio de dois pisos, de 3ª classe (aqui, seria sua residência), tendo loja na rua de Porta de Carros, nº 70.72, sem classe habitacional atribuída, sendo que ainda no nº 7 da mesma rua era de novo mencionado (provavelmente, outro armazém). Ocorrendo aqueles e estes casos numa proporção não negligenciável²³³ e sendo um grupo importante pela prova de separação de espaço laboral e doméstico, decidimos tratá-los utilizando um único “Nº de morador”, repetido no campo do alojamento quando necessário

c) o *género* era uma forte linha de divisão social e jurídica. As mulheres que foram registadas, foram-no enquanto cabeça de casal ou representantes do alojamento. Distinguia-se o seu estado civil, indicava-se a sua condição de viuvez ou de solteira.

Surgem elas nos dois extremos da escala de rendimentos, ou na “pobreza”, ou como “proprietárias” (informações escritas na fonte, ao lado do texto).

Na ponta superior da escala de rendimentos, surgem as “proprietárias”, assim unicamente mencionadas, ou indicando precisamente, “desta casa”.

²³³ 236 indivíduos num total de 5865 moradores, i.e., 4,02%, in ANEXO D, QUADRO D-1.

A situação de pobreza, relativa ou extrema, é quase sempre associada ao exercício da ocupação de “meretriz” e ao estado civil de solteira. Das cento e trinta e três (133) meretrizes ou “ninfas”, “públicas” e “mais particulares”, que em Fevereiro de 1833 se arrolam para o bairro de Santo Ovídio²³⁴, conseguimos cruzar diretamente com o censo habitacional de 1832 apenas três (3) casos. São indicadas como solteiras e vivem em casas térreas classificadas como de 4ª classe. Todos os outros cruzamentos, indiretos, indicavam “ilhas e pobreza”, “mizéria” (FIGURA 3-23 e comentário, ponto 3.1.4).

O estado civil de viuvez propiciava a possibilidade do exercício de uma ocupação, por uma, de duas vias: ou a ocupação derivada daquela detida pelo falecido cônjuge; ou uma ocupação diretamente associada ao género: respetivamente, azeiteira, casa de comer, ferreira, armadora, marchante, tendeira, vendeira, estalajadeira... ou costureira, modista, adeleira, parteira, enfermeira, hospitaleira, bacalhoeira, entre outras.

Na totalidade dos registos efetuados em 1832 (listagem abrangente da fatia populacional que, no Porto, seria cabeça-de-casal de fogo ou representante de alojamento face ao inquiridor) as mulheres representam 22%, valor relativamente próximo àqueles que, quase duzentos anos antes, salvo os devidos ditames da produção documental e da amostra, Francisco Ribeiro da Silva encontra para a existência de mulheres no tecido produtivo da cidade – cerca de 31%. *“Os factos enunciados indicam que à mulher era conferida maior importância social do que aquela que se supõe. Aliás, há indícios de que o sexo feminino era numeroso relativamente ao masculino”*²³⁵.

Os exemplos acima enunciados e a trabalhosa exposição informativa que os três grossos livros do recenseamento nos apresentaram, sugeriram algumas advertências ao investigador. Sabemos que a produção final do censo resultou dum cruzamento de várias listas circunstanciadas, livros de informações paroquiais, informadores diversos, num trabalho que se estendeu entre meados de 1832 e primeiro quartel de 1834²³⁶.

²³⁴ *Lista das mulheres meretrizes existentes no bairro de Santo Ovídio*, Arquivo Histórico Municipal do Porto/AHMP, in Maço 6041.

²³⁵ Silva, 1988: 230.

²³⁶ Em Fevereiro de 1834 uma portaria manda cessar completamente o aboletamento em casa dos habitantes de Lisboa (*Colecção de leis desde 1829 até Agosto de 1834*. Lisboa: Imprensa Nacional, s.d., pp. 129-130) e tais disposições tornam-se extensíveis à cidade do Porto em Abril de 1834 (*Colecção de leis desde 1829 até Agosto de 1834*. Lisboa: Imprensa Nacional, s.d., Portaria de 16. Abril. 1834, p. 49).

O ponto de partida deste arrolamento da cidade fez-se a partir das diligências desenvolvidas pela *Comissão de Recenseamento e Aboletamento*, entretanto criada após entrada do exército liberal na cidade do Porto, em Julho de 1832²³⁷. Tal Comissão, trabalhando sob os desígnios da *Comissão Municipal da Cidade do Porto*, deveria recolher, coligir e elaborar “*listas circunstanciadas e exactas dos nomes de todas aquelas pessoas que se têm ausentado d’esta cidade por ocasião da entrada do Exército Libertador, casas em que habitavam, ruas, e números d’elas*”²³⁸. Deveria ainda requisitar os livros de ‘Róis de Confessados’ aos párocos da cidade do Porto, chamando também informadores que “*melhor os esclareçam sobre o número e qualidade dos aquartelados que qualquer (um) poderia ter em sua casa*”²³⁹.

A análise da construção deste fundo documental corroborou a ideia duma multiplicidade de informações, recolhida a partir de fontes diversas, propiciando uma coleção de dados em que decerto muitas sobreposições, diversidade de informações e critérios e conceitos utilizados, ocorreram. Não por acaso, tivemos de destrinçar quase três centenas de repetições de arrolamento dum mesmo indivíduo, recenseado em dois, ou mais, pontos da cidade, como já tivemos a ocasião de aludir; situação especialmente frequente nos casos em que residência e local de trabalho não eram pontos geograficamente coincidentes.

²³⁷ Organismo instituído por resolução régia a 26. Julho. 1832 (in *Copiador 13. Governo*, 1826-1832, Arquivo Histórico Municipal do Porto/AHMP, fl. 119), com membros propostos e nomeados pela Comissão Municipal da Cidade do Porto (esta, formada a 9. Julho. 1832, data da entrada de D. Pedro e do exército liberal no Porto, para substituir provisoriamente a Câmara Municipal).

²³⁸ *Vereações*, 1832-34, Arquivo Histórico Municipal do Porto/AHMP, fl. 45v. De facto, na documentação analisada, existe uma série de informações, reunidas no campo “Observações”, sobre indivíduos que se haviam ausentado da cidade, fugindo aos bombardeamentos; sobre casas “sequestradas” a moradores “fugidos para os rebeldes”; anotaram-se dados sobre nomes e patentes de militares aboletados no edifício, com datas de entrada e saída; bem como indicações sobre indivíduos “retirados” de uma morada para outra, devido às destruições do cerco militar então vivido.

²³⁹ *Livro 72 das Próprias*, 10. Dezembro. 1832, AHMP, fls. 104, 104v., 105.

Não temos a certeza de quantas e quão aturadas informações foram verificadas *in situ*. Nem sabemos se os percursos que as listagens de artérias urbanas deixam entrever, foram previamente, total ou parcialmente delimitados²⁴⁰.

Sabemos, sim, que o agrupamento de artérias efetuado no censo foi realizado de novo, dividindo freguesias antes unidas, mercê da nova divisão administrativa da cidade do Porto: a criação dos três bairros administrativos atrás mencionada ocorreu apenas por decreto de 4. Dezembro. 1832²⁴¹, enquanto se procedia ao coligir de informação (entre meados de 1832 e meados de 1834, já acima referimos). O fracionamento de informação antes coligida de forma unificada, deve ter introduzido alguma instabilidade e favorecido a heterogeneidade terminológica.

A abordagem à *representatividade* das informações recolhidas forneceu, não obstante, um panorama promissor: se excluíssemos os casos em que havia ausência de informação sobre os edifícios na artéria²⁴² “classe de casa”, “observações” ou “indicadores socio-habitacionais”, “características”, o resultado obtido em termos de proporção de conhecimento sobre o *habitat*, por artéria, era bastante completo²⁴³ (ANEXO E, FIGURA E-1).

Também a análise da *consistência* de informação relativamente às artérias registadas revelou um levantamento apurado, quando confrontados os livros do recenseamento, com os mapas das assembleias eleitorais de cada círculo/freguesia de 1822²⁴⁴ e com a consulta de fontes cartográficas coevas²⁴⁵. Evidentemente, a dinâmica

²⁴⁰ Tal como acontecia em certas cidades francesas, para a recolha de impostos, por exemplo. in Zeller, 1983: 38-39.

²⁴¹ *Apêndice à segunda série de legislação. Ano de 1832*. (Dec. 4. Dez. 1832, “determinando a divisão da cidade do Porto”), in *Colecção de leis desde 1829 até Agosto de 1834*. Lisboa: Imprensa Nacional, s.d., pp. 255-258.

²⁴² Quando, por exemplo, se menciona apenas “traseiras da rua”, ou “pobres”, entre outros exemplos, num total de 134 casos.

²⁴³ Média: 86,3%; Mediana: 89,2%; Quartil 1: 80%. In ANEXO E, FIGURA E-1.

²⁴⁴ *Borboleta Constitucional*, 1822, nº 229, 11 de Outubro, Porto: Imprensa do Gandra.

²⁴⁵ Balck, George - *Planta da cidade do Porto*. 1813 (Porto: AHMP, s.d.); *Planta da cidade do Porto e arredores, com localização das fortificações liberais e miguelistas durante o Cerco do Porto*. Litografia inglesa, espólio do Arquivo Histórico Municipal do Porto/AHMP (Porto: Ed. Câmara Municipal do Porto, 1982); e Andrade, Monteiro de (compil. de) -

de construção e ocupação do espaço citadino ao longo do tempo comporta um grau de incerteza inevitável, quanto aos registos; mas, dentro dos cruzamentos de informação possíveis de serem realizados, o acervo documental assumiu contornos de segurança relativa.

Fornecia o recenseamento de 1832 os elementos necessários para realizarmos uma aproximação global ao alojamento portuense nesta época?

Já atrás aludimos ao facto de que o estudo do parque imobiliário nunca é fácil. As imprecisões – ou mesmo, falsificações - que afetam todos os tipos de recenseamento, tornam duvidoso o conjunto das informações, repercutindo-se sobre o conhecimento do alojamento, da população, do emprego²⁴⁶.

Numa tentativa de sensibilização ao espaço em causa e de perceção dos (i)mobilismos urbanos, fizemos *abordagens variadas, inclusive de tipo etnográfico, com a respetiva produção escrita e visual*²⁴⁷, a algumas áreas do mesmo, em amostras selecionadas por intenção. Explorámos meia dezena de artérias do centro medieval portuense, selecionadas pelo carácter reconhecidamente tradicional na cidade, na encosta do morro da Vitória. Âmago da urbe, seriam dos sítios mais improváveis de ocorrerem grandes mudanças, mercê da antiguidade da ocupação humana e dos loteamentos. Foram elas a rua da Ferraria de Baixo (atual rua do Comércio do Porto), o largo de S. Domingos, a rua e o largo de S. João Novo e a rua de Belomonte. Comprovámos que, cento e oitenta anos depois, os números de polícia haviam mudado drasticamente, não tendo a autora conseguido detetar correspondência alguma. Outras verificações foram efetuadas, devidamente exploradas no capítulo 3, ponto 3.1. (*Condições de vida urbana portuense...*, *Alojamento*); deixando nós aqui, por agora, a perceção duma manutenção dos traços populares e costumeiros, a par duma degradação reconhecida na atualidade citadina.

Plantas antigas da cidade (séc. XVIII e primeira metade do séc. XIX). Porto: CMP/Gabinete de História da Cidade, 1943, concretamente, planta de J. Costa Lima.

²⁴⁶ Zeller e Gauthiez, 2010: 197-230.

²⁴⁷ Dados recolhidos em Agosto. 2010 e 2014, nas Ruas do Comércio do Porto (ex-Rua de Ferraria de Baixo), Largo de S. Domingos, Rua de S. João Novo, Largo de S. João Novo, Rua de Belomonte, analisadas no capítulo 3 (*Condições de vida urbana portuense...*, *Alojamento*) e ainda no ANEXO P, QUADRO P-1.

A metódica e exaustiva recolha de dados comportava certas especificidades intrínsecas à construção dos censos que, paradoxalmente, levantou alguns problemas de cobertura da malha urbana. Com frequência, assentava-se a presença de edifícios, mas omitia-se a sequência exata de entradas – e respetivos números de polícia, por exemplo - de prédios urbanos, fazendo com que surgissem omissões de dados preciosos para que as sequências quantitativas de informação ficassem completas. Os exemplos auxiliam a compreensão da questão. As indicações são tão díspares, como “cinco lojas fechadas”, ou “sete casas, fechadas e arruinadas” numa qualquer área da cidade. Para os n.ºs “1 a 26” da rua dos Mercadores, indica-se apenas “armazéns. Traseiras da rua de S. João”, acontecendo algo similar para os n.ºs “75 a 80” da mesma rua (“armazéns”). Lacónicas indicações de “arruinadas” ou “demolidas” para quantidades de prédios urbanos difíceis de definir (exemplo: n.ºs “40 a 55” na rua da Ponte Nova); “barracas com pobreza”; “casas por acabar”, “casas térreas com pobreza”, entre outras; abrangendo extensões de artérias não passíveis de virem a ser analisadas de forma sistemática e com critério de quantificação uniforme.

Quando se indica “armazéns”, ou “traseiras da rua de ...”, de quantos prédios urbanos estamos a falar? Esta questão abalou o critério de uniformidade ‘um registo, uma unidade’; mas acabámos por assumir tais exceções, como entidades próprias e tratá-las, agrupando-as na sua dimensão - um registo para várias unidades, passíveis de não quantificação, mas com informação qualitativa valiosa. Indicámos a especificidade do assento sempre que considerado necessário. Por outro lado, tentámos seguir o raciocínio da fonte: se a preocupação era a de aboletar (alojar, portanto), então, tratava-se de buscar essencialmente espaços para um possível alojamento. Estas ausências de informação deixariam assim de ter importância primordial, passavam a funcionar como informação complementar – um registo para vários prédios não interessantes para o recenseamento ou zonas vazias, por exemplo.

Depois, surgiram as questões ligadas ao tradicional registo de uma qualquer documentação censitária, já que esta é sempre uma situação excecional²⁴⁸. Sabe-se que

²⁴⁸ Algumas abordagens que nos auxiliaram a pensar os problemas do momento do recenseamento e posterior tratamento dos dados nele plasmados, foram fornecidas por consultas a trabalhos como Zeller, 1983; Besson, 1992; Topalov, 2002; bem como muita da produção escrita de Alain Desrosières, entre outros.

não raro, os inquiridores juntavam aqui e ali tal ou tal casa, que haviam omitido. Para cada uma dessas emendas, quantas omissões definitivas?

A *diversidade* também caracteriza a maneira de interrogar os habitantes e conseguir resultados. Assim o atestam a multiplicidade de designações para as habitações e ocupações recenseadas, como por exemplo e respetivamente, "barracas", "pobres", "casas ordinárias", "casas inferiores", "casas ruins"; ou ainda, "tendas" e "tendeiros", "assedadeiro" e "tem loja de asseda", "loja de comer" e "botequim", entre outros. O *trabalho de harmonização da informação* pressupõe o manuseamento de documentação contemporânea, dicionários diversos e consulta terminológica²⁴⁹, questões indicadas nos momentos devidos, quando considerado necessário.

Independentemente dos percalços vividos, pareceu-nos ser real, a oportunidade de realizar uma averiguação acerca das *condições objetivas de vida urbana* do Porto na época. Isto porque o alojamento recenseado em 1832 recebeu uma seriação por pontuação, num campo designado pela fonte de "classe da casa". Existe um campo à parte, onde se classificaram os fogos²⁵⁰ em classes, organizadas de forma descendente, da primeira (1ª) até à quinta (5ª) classe, tudo indicando que tal critério foi utilizado de forma semelhante e coeva para a totalidade da cidade.

Desconhecemos os indicadores concretos de construção de um tal índice, exceto o facto de que a cada "classe" correspondia um conjunto de patentes militares: nos alojamentos de 1ª classe, ficariam aboletados os Oficiais Generais; nos de 2ª classe, seriam alojados os Comandantes dos Corpos; nos de 3ª classe, os Oficiais Subalternos; a 4ª classe de alojamento seria a adequada para os Sargentos e Soldados, no caso dos bairros de Santa Catarina e Santo Ovídio; sendo que, aquando do arrolamento no bairro de Cedofeita, uma 5ª classe foi criada, permitindo que esta faixa de acolhimento fosse aquela dos Soldados e se reservasse a 4ª classe, para os Oficiais Inferiores (ANEXO F, QUADRO F-1).

²⁴⁹ Agradecemos aqui ao Dr. Sérgio Bacelar, do Instituto Nacional de Estatística/INE e aos diversos colegas que, por sua via, sempre que consultados, mostraram grande disponibilidade.

²⁵⁰ *Fogo*, entendido como "parte ou totalidade de um edifício dotada de acesso independente e constituída por um ou mais compartimentos destinados à habitação e por espaços privativos complementares." in <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6518> , consultado em Fevereiro. 2015.

A classe da habitação em causa parece ter sido objeto de criteriosa atribuição. Muitas vezes, os pisos dum mesmo edifício receberam classificação diferente: vejamos a rua do Bonjardim, nº 385.386. A loja do edifício foi classificada como de 4ª classe, sendo o 1º piso classificado de 3ª classe (portanto, com melhores condições).

Melhor, ainda: no mesmo edifício e mesmo piso, encontramos classificações diferentes – na mesma rua do Bonjardim, nº 448.450, entrada de edifício com dois andares. No 1º piso, vivem D. Margarida e irmãs, com habitação de 4ª classe. No 2º piso, vive Domingos Pinto Ribeiro, Procurador (habitação de classe 4ª) e, nesse mesmo piso, encontramos a proprietária da casa, D. Teresa, solteira, com habitação classificada como sendo de 3ª classe!

Esta “classe da casa” resultou ser um dos mais interessantes fatores de trabalho documental sobre a cidade, porque é, em si mesma, uma *escala de qualidade habitacional*, gerada a partir das patentes militares (indicador de hierarquia social) a serem albergadas em cada alojamento²⁵¹.

Mais ainda: de forma enviesada, é certo, quando nesta fonte censitária se *relaciona*, classificando-os, *indicador de hierarquia militar com características sociais de alojamento* (que poderiam englobar antiguidade da construção, dimensão do alojamento, divisões do mesmo e conforto, cêrcea do edifício, entre outras), entrevemos a hipótese de *considerar o lugar de habitação, como indício de lugar na escala social*²⁵².

Particularizando um pouco mais a ideia, apostámos em que este indicador – “classe” da habitação – poderia permitir a *distinção de desigualdades* entre zonas da cidade. A utilização deste esboço de conceito de “*característica social do*

²⁵¹ *Alojamento* entendido como “local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência: por distinto entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, é coberto e permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas possa dormir, preparar refeições ou abrigar-se das intempéries separado de outros membros da colectividade; por independente entende-se que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam”, in <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6067>, consultado em Janeiro. 2015.

²⁵² Pinol, 1991: 44.

alojamento”²⁵³ permitia entrever algo sobre o *conforto* existente no conjunto do *habitat* citadino; facto prometedor quando muito pouco, ou nada, podíamos retirar acerca da repartição de divisões por alojamento, da dimensão, superfície e cubagem de ar dos compartimentos em causa, entre outros indicadores. Como seria habitual na época (lembremo-nos de que falamos da passagem do século XVIII para o século XIX), o número de divisões por alojamento seria provavelmente, em média e para a maioria dos casos da cidade, entre um e três compartimentos por alojamento²⁵⁴; mas só raramente corroborámos uma indicação acerca desta questão.

Que nos expressava, à partida, este índice de “classe da casa”?

Façamos uma primeira aproximação aos dados, complementada em observações posteriores, no capítulo 3.

QUADRO 2-1: Total de registos de ‘classes de casas’, bairros de Santa Catarina, Santo Ovídio e Cedofeita (1832)

Classe	Total de Registos	%
Sem indicação de ‘classe’	2636	33,7
1ª classe	84	1,1
2ª classe	428	5,5
3ª classe	1859	23,7
4ª classe	2638	33,7
5ª classe	183	2,3
TOTAL	7828	100

FONTE: Livros de Recenseamento dos Bairros de Cedofeita, Stª Catarina e Stº Ovídio, para aboletamento de oficiais, AHMP

Abrangendo esta escala de qualidade de alojamento 66,3% dos registos classificados, pudemos ver nela uma dupla promessa: a da existência de relativa *fiabilidade* dos dados e a de a mesma vir a fornecer *uma representação do habitat portuense* das primeiras décadas do século XIX. Como a maioria das cidades modernas e contemporâneas, predomina a fraca qualidade habitacional (36% dos alojamentos são

²⁵³ Aproveitámos aqui o conceito que Jean-Luc Pinol desenvolve (Pinol, 1991: 44).

²⁵⁴ “O que à partida e numa primeira aproximação diferenciava materialmente as casas nobiliárquicas das populares era a existência de um maior número de divisões (...) o modo como estas últimas se repartiam e as notas de aparato que enformavam o edifício” (...) (sendo que) “As casas populares possuíam frequentemente uma única divisão, raramente possuindo cozinha”. in Monteiro, 2011: 257 e 420.

de 4ª e 5ª classe, isto é, considerados adequados somente “oficiais inferiores”, como sargentos; e soldados) a par de uma *relação inversa entre “classe de casa” e quantidade de registos*: quanto melhor a qualidade da habitação, menor a quantidade de registos/habitações.

O Porto não se distingue, neste aspeto, da maior parte do *habitat* citadino europeu da época, geralmente qualificado como de má qualidade: “o ‘habitat’ de má qualidade representou sempre uma parte importante do alojamento urbano, mesmo se aquele não cessou de regredir”²⁵⁵.

Os cidadãos do início do século XIX viveram predominantemente num meio ambiente urbano herdado do século anterior²⁵⁶ e com muitas marcas dos séculos passados. As razões mais evidentes deste cunho de letargia urbana, mantida ainda durante bastante tempo, prendiam-se com a inércia dos loteamentos citadinos medievais (estreitos, de pequena dimensão, enraizados no coração das urbes), com o custo da construção em pedra (que se mantinha bastante elevado), e sobretudo com o lento crescimento das cidades até ao início do século XIX.²⁵⁷

2.1.2 O fundo da Alfândega do Porto, impostos, almanaques e cartas topográficas do primeiro terço do século XIX: panorama dos circuitos de inserção da cidade na região, país e comércio

Porque do trabalho e do espaço económico e respetiva evolução queríamos inquirir, porque desejávamos pormenorizar o conhecimento atualmente possuído acerca da produção artesanal e industrial portuense, região envolvente e circuitos nacionais ou internacionais envolvidos nas primeiras décadas do século XIX, realizámos coevamente uma abordagem ao movimento alfandegário portuense, a fim de que pudesse detetar produtos entrados e saídos, por via terrestre e marítima (portanto, produtos provavelmente transformados na cidade); circuitos de origem e destino das mercadorias; negociantes e possíveis ligações empresariais às tradicionais oficinas detetadas.

Assim, abordámos um detalhado fundo da Alfândega do Porto, consistindo este ato na análise quantitativa e qualitativa de séries cronológicas de livros de receitas e

²⁵⁵ Poussou, 1992: 335.

²⁵⁶ Poussou, 1992: 45.

²⁵⁷ Poussou, 1992: 48.

despesas de taxas específicas cobrados na Alfândega (os “Portos Secos”, a “Estiva”, o “Donativo dos 4%”, o “Consulado”, a “Mesa Geral”)²⁵⁸. O ANEXO G explicita organizadamente as opções de amostra efetuadas: para o fundo “Receita e Despesa (Portos Secos)” [1763-1831], procedeu-se a uma amostragem sistemática (cada 4º ano, entre 1802 e 1831), tendo em mente questões de investigação tripartidas:

1. que produtos em causa (1.1.origem/destino; 1.2.produtos/negociantes);
2. possível transformação dos produtos na cidade do Porto;
3. circuitos terrestres a detetar.

Analizou-se a “Receita da Estiva” [1783-1824], segundo metodologia de amostragem sistemática também (cada 4º ano, entre 1800 e 1824, ou intervalo temporal mais alargado entre ano de amostra), buscando saber 1. que produtos eram importados; 2. origem/géneros/nome do importador; 3. circuitos marítimos. As mesmas preocupações nortearam o exame da “Receita das Saídas (Consulado)” [1763-1833], utilizando a mesma técnica de amostragem sistemática (cada 4º ano, entre 1800 e 1831, ou intervalo temporal mais alargado entre ano de amostra).

A “Receita da Mesa Geral” agregava todas as taxações ocorridas e verificá-la, para o período em causa, foi o fecho lógico deste périplo. A consulta e tratamento de dados deste acervo documental permitia-nos, simultaneamente, conferir da fiabilidade dos valores encontrados nos diversos agregados (o que aconteceu, na totalidade dos casos); como nos fornecia a almejada perspetiva geral sobre os rendimentos da Alfândega portuense durante o primeiro terço do século XIX. Os resultados encontram-se expostos no capítulo 4.2.

Confrontaram-se ainda almanaques da época (entre fins do século XVIII e meados do século XIX) e séries de impostos vários, seguindo pistas e metodologias explicitadas no QUADRO 2-2.

²⁵⁸ O fundo documental da Alfândega do Porto encontrava-se no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IANTT) e o trabalho de recolha documental e análise foi efetuado seguindo a estrutura exposta no ANEXO G.

QUADRO 2-2: Preocupações de pesquisa nos Almanques e Impostos (IANTT)

JUNTA DO COMÉRCIO cotejada com ALMANQUES/IANTT

SÉRIES	METODOLOGIA	QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO - PREOCUPAÇÃO
Livros diversos	Segundo a informação contida nos Livros ou Maços, aleatória	Negociantes do Porto
Maços diversos		Com ou Sem Casa registada nas Praças do Porto e/ou Lisboa
IMPOSTOS/IANTT		
SÉRIES	METODOLOGIA	QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO – PREOCUPAÇÃO
Entre 1804 e 1824,	Segundo a informação contida nos Livros, aleatória	Fábricas mencionadas
Freguesias do Porto e Gaia		Donos de fábricas
(Sé, Miragaia, Sto. Ildefonso, Grijó)		Produções
		Localização
		Cércea dos edificios (“ <i>habitar</i> ”)

FONTE: Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo/IANTT

Nem todas as buscas providenciaram os resultados desejados, nem todos os dados acabaram por ser devidamente explorados no trabalho que aqui se apresenta. Não obstante, fez-se este caminho e cumpre-nos expô-lo, aqui.

2.2 Epistemologia e método

Das condicionantes básicas de análise documental, decorreram, numa primeira fase, *análises sincrónicas* da vida urbana portuense, a que se seguiu a possível *análise longitudinal*²⁵⁹, sempre que a variação entre unidades estatísticas em causa era mínima e a permitia.

²⁵⁹ A *análise longitudinal* é uma das conceções de investigação privilegiadas em História e nos investigadores que buscam detetar a “mudança”; sendo que por “conceção de investigação”

Abaixo se apresenta um dos vários cortes longitudinais que fizemos, tentando a construção de narrativas ocupacionais, familiares e individuais de zona urbana.

QUADRO 2-3: Artérias e unidades estatísticas presentes na documentação em perspectiva longitudinal

DATAS	1800	1808	1813	1832
UNIDADES ESTATÍSTICAS	Fogo	Lojas, Tendas, Oficinas	Fábricas	Fogo
RUAS				
Rua das Congostas	Sim	Sim	--	Sim
Rua de S. Crispim	Sim	Sim	Sim	Sim
Rua da Biquinha	Sim	Sim	--	Sim
Largo de S. Domingos	Sim	--	--	Sim
Rua de Belmonte	Sim	Sim	--	Sim
Rua de S. João Novo	Sim	Sim	--	Sim
Largo de S. João Novo	Sim	Não	--	Sim
Rua da Ferraria de Baixo	Sim	Sim	--	Sim

FONTES: *Registo dos moradores da zona pertencente à 2ª (?) Companhia de Ordenanças da Cidade, 1800*, AHMP; *Contribuição de Guerra – 1808*, AHMP; *Mappa das Fábricas da Comarca do Porto de que é Conservador Sebastião Correia de Sá (30. Out. 1813)*, IANTT; *Livros de Recenseamento dos Bairros de Cedofeita, Stª Catarina e Stº Ovídio, para aboletamento de oficiais (1832)*, AHMP

assumimos aqui simplifcadamente, a estrutura que escolhemos para a recolha e análise de dados, tendo em conta as dimensões do processo de investigação que privilegiamos no estudo que prosseguimos: que tipo de relações causais entre variáveis procuramos realçar; que generalizações desejamos vir a fazer; qual a profundidade do sentido e compreensão de um dado contexto social procuramos atingir; que tipo de apreciação temporal dos fenómenos sociais em estudo, e respectivas interconexões, desejamos prosseguir. Por exemplo, ver Bryman, 2004: 26-59.

Para além da já referida abordagem analítica longitudinal, este estudo envolveu, como praticamente qualquer investigação histórica o faz, análise secundária de dados²⁶⁰. Nesta, a heurística e a hermenêutica são as balizas da ação: a capacidade da descoberta, conduzida pelo próprio (ou por outrem), do sentido do texto do documento (texto, em sentido lato). Metodologias de tipo quantitativo, com aplicação de operações estatísticas geralmente elementares aliadas às múltiplas opções de métodos qualitativos, como as de análise de conteúdo, foram utilizadas com as devidas e atempadas remissões ao longo da dissertação.

O suporte desta parte do trabalho foi uma base de dados relacional²⁶¹, o *MsAccess*, construída em torno de quatro tabelas centrais, ligadas a sub-tabelas com informação diversa da existente na tabela central. A partir das tabelas centrais (datadas, correspondendo a cada um dos censos trabalhados e relacionadas entre si), filiam-se sub-tabelas com informação complementar. Exemplificando, a tabela “HABITAÇÃO_1832” (7828 registos com dezenas de campos, numéricos e de texto) teve as correspondentes subtabelas com informação, como por exemplo, a importante sub-tabela de “Moradores_1832” (5622 registos com dezenas de campos, numéricos e de texto) e de “Moradores_e_Habitação_1832” (5865 registos); a tabela “FÁBRICAS_1813” (130 registos, dezenas de campos numéricos e de texto) fazia a respetiva ligação à sub-tabela “Empregados_1813” (1075 fichas com dezenas de campos, numéricos e de texto); a tabela “IMPOSTO_1808” (2289 registos com dezenas de campos, numéricos e de texto) com as correspondentes subtabelas; a tabela “ORDENANÇAS_1800” (863 registos com dezenas de campos, numéricos e de texto), e relativas subtabelas. O QUADRO D-1 no ANEXO D resume o total de registos em cada base de dados.

²⁶⁰ Entendida esta, simplifcadamente, como o estudo de dados que outros (que não, o investigador) recolheram, muitas vezes com finalidades diversas, dos fins que o investigador tenta atingir.

Na subárea da metodologia de trabalho, utilizámos como referências gerais centrais, embora não únicas, Bryman, 2004 (para a análise secundária de dados: páginas 200-217, por exemplo); Storey, 2004 (1st published 1996); Murray, 2007; Gilbert, 2006 (para a escrita de relatórios, dissertações e teses: pp. 128-148, por exemplo).

²⁶¹ Utilizámos os programas *Microsoft Access* e *Microsoft Excel* (fomos atualizando as versões) e, na parte final da pesquisa, o programa IBM Corp. Released 2013. *IBM SPSS Statistics for Windows, Version 22.0*. Armonk, NY: IBM Corp.

Os resultados da manipulação da base de dados foram transferidos para o programa *IBM SPSS Statistics*, version 22.0, que fazia interface com a folha de cálculo *MsExcel*, para finalidades de apresentação dos resultados. Igualmente se utilizou *R Core Team (2013)*²⁶², ambiente aplicacional (livre) para computação estatística e gráfica, a fim de concretizar algumas das explorações mais aprofundadas das bases de dados.

Na análise do censo de 1832, tínhamos evidência de deslocções intraurbanas, frequentemente interartérias, o que sugeria a utilização duma análise baseada no paradigma das *redes sociais*. Só uma análise deste tipo permitiria visualizar e medir a estrutura relacional das deslocções em termos globais. Utilizou-se a aplicação de análise de redes sociais *Gephi*²⁶³.

2.3 Harmonização da designação das ocupações e profissões nas tabelas referentes aos diversos fundos documentais trabalhados

*“A terminologia profissional constitui (...) um domínio complexo onde não se regista uma correspondência linear entre as palavras e as coisas. O sentido depende da perspectiva do observador: se para o patrão e para o encarregado “tecelão” significa uma coisa, para o trabalhador significa outra e, para o funcionário ou para o padre, outra também diferente”*²⁶⁴.

A nossa investigação teve na *designação ocupacional* dos homens da cidade do Porto no século XIX, uma variável-chave, qualquer a forma que tal designação assumisse - fosse ela declarada, descrita ou detetada nos vários fundos documentais trabalhados. Porque de vários milhares de indivíduos se tratava, tivemos naturalmente que harmonizar o conjunto geral das informações, com particular destaque para aquelas relativas à ocupação. Também procedemos à respetiva classificação e codificação, de forma a que uma maior legibilidade de tais dados emergisse. Evidentemente, alguma informação se perdeu neste procedimento, no sentido em que lhe é intrínseco a redução de dados, de forma a produzir ordem e contexto a partir de uma realidade complexa e confusa. O processo torna-se simultaneamente mais complexo mas mais necessário,

²⁶² *R Core Team (2013)*. R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. URL <http://www.R-project.org/>

²⁶³ Bastian M., Heymann S., Jacomy M. (2009). *Gephi: an open source software for exploring and manipulating networks*. International AAAI Conference on Weblogs and Social Media.

²⁶⁴ Madureira, 2001: ix.

quando tal realidade é percecionada a partir de uma variabilidade terminológica impossível de ultrapassar e que, agravadamente, se traduz em tempos, espaços e com fins diversos. “*Tout comme la déclaration de la résidence est loin de nous renseigner pleinement sur la nature du lien établi avec un territoire, la déclaration de la profession ne donne qu’une indication imparfaite du statut professionnel de chaque individu*”²⁶⁵.

Harmonização, classificação e codificação da informação. Para a realização da classificação e codificação ocupacionais utilizámos referências de base internacional, respetivamente a *Classificação Portuguesa das Atividades Económicas* (CAE-Rev.3), do Instituto Nacional de Estatística (INE)²⁶⁶ e a *Historical International Standard Classification of Occupations* (HISCO)²⁶⁷. Neste último caso, decidimos fornecer pontualmente, como aporte nosso, tradução da língua inglesa para a língua portuguesa, já que qualquer dos estudos portugueses que já trabalhou com a HISCO, não o fez; e nos aconteceram casos frequentes de necessidade de desambiguação. Para manutenção de rigor científico, mantivemos a notação na língua original e acrescentámos a tradução pessoal.

Harmonização, classificação e codificação da informação, reiteramos. Três frentes de trabalho sucedâneas e inter-recorrentes.

2.3.1 Harmonização da designação ocupacional

No que tocou à harmonização da designação das ocupações nas tabelas referentes aos diversos fundos documentais trabalhados, cumpre-nos destacar:

1. a harmonização das designações das ocupações por nós realizada, foi-o, a partir dos termos, tais como surgem na documentação. Questões ligadas à auto classificação, aos critérios de classificação e à (in)consistência da designação da ocupação, são factos aceites, dados por incontornáveis e adquiridos;

²⁶⁵ Vidal, 2006: 219.

²⁶⁶ Instituto Nacional de Estatística, 2007.

²⁶⁷ O *Historical International Standard Classification of Occupations* (HISCO), projeto internacional com publicações várias e *site* disponível na internet em <http://historyofwork.iisg.nl/>, é explorado pormenorizadamente no ponto 2.3.2. *Codificação ocupacional*.

2. normalmente, a designação da ocupação diz respeito a um só indivíduo e como tal, ela foi por nós notada no singular. No entanto, com alguma frequência e particularmente nos casos em que o recenseador se refere a determinadas franjas sociais (por exemplo, “meretrizes”, “pobres”, entre outros), a designação da ocupação surge acompanhada da sua frequência no alojamento – exemplo: “quatro meretrizes”. Nestes casos, optou-se por uma notação no singular, seguida da indicação da sua frequência, entre parêntesis: seguindo o exemplo, “Meretriz (4)”;

3. a designação da ocupação foi notada no género masculino, com exceção de ocupações exclusivamente femininas, nas nossas fontes (exemplo: “burnideira”/“brunideira”); ou quando a atribuição de determinada ocupação a uma mulher poderia influenciar tanto as tarefas prosseguidas no âmbito dessa ocupação, como a própria área económica de trabalho, em si (exemplo: “armador” foi para nós diferenciado de “armadora”, sendo que, seguindo uma lógica probabilística e de contexto histórico, a classificação ocupacional do “armador” foi decidida na área de “proprietário de navios mercantes”; enquanto que não conseguimos decidir pelo caso das mulheres “armadoras”, já que as mesmas poderiam ser “proprietária de navios mercantes”, “proprietária de casa mortuária” ou “decoradora de igrejas ou salas”²⁶⁸).

A determinante do *género* tornou a funcionar como fator diferenciador no tocante aos “bacalhoeiros” e “bacalhoeiras”: como sabemos, tal designação pode indicar ocupações na área das pescas (pesca de alto mar) e/ou na área da salga e comercialização do peixe em questão. Optámos por assumir que as mulheres “bacalhoeiras” seriam classificadas ocupacionalmente como 41030: “Working Proprietor (Retail Trade)"/*Proprietário trabalhador (Comércio a Retalho)* (secção 4-1 “Working Proprietors (Wholesale and Retail Trade)"/*Proprietários Trabalhadores (Venda por Grosso ou por Atacado e Comércio a Retalho)*), e a sua área da atividade

²⁶⁸ Tínhamos onze casos de “armadores” (sendo que destes, dois casos eram de “oficial de armador”) e dois casos de “armadoras”, no recenseamento efetuado na cidade do Porto em 1832. O cruzamento da informação sobre ocupação, com a classificação de qualidade atribuída à habitação dos mesmos, indicava-nos uma predominância esmagadora da classe de qualidade habitacional mais fraca (onze dos casos, eram indivíduos com habitações classificadas como sendo de 4ª classe, numa seriação em que a 1ª classe é a mais valorizada e as 4ª e 5ª classes são as mais desvalorizadas). Não foi, pois, corroborada uma situação de abundância material, que seria esperada no caso dos indivíduos serem armadores/proprietários de navios mercantes.

económica, seria “Comércio a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco”, código 472 da Classificação de Atividades Económicas (CAE)²⁶⁹. Aos homens “bacalhoeiros”, no entanto, atribuímos a codificação ocupacional de 64120: “Deep-Sea Fishermen”/*Pescador de alto mar* (secção 6-4 “Fishermen, Hunters and Related Workers”/*Pescadores, caçadores e trabalhadores afins*) e o código CAE 031, “Pescas”. Tal opção contém ainda possibilidade de erro, particularmente nos casos dos homens, que poderiam trabalhar na comercialização do peixe, como o demonstra a designação toponímica portuense do “Muro dos Bacalhoeiros”.

No Porto, o atual “Muro dos Bacalhoeiros” é uma artéria da zona da Ribeira, correndo ao longo do rio Douro, que foi designada de forma alternada ao longo do século XIX por “Cima do Muro da Ribeira”²⁷⁰ e, ou um pouco mais tarde, por “Muro dos Bacalhoeiros”, precisamente pelo facto de aí se terem estabelecido armazéns de negociantes de bacalhau²⁷¹.

2.3.2 Codificação ocupacional

Na linha de outros trabalhos multidisciplinares, mantivemos a utilização, ao longo do trabalho, da dupla conceptual de “ocupação” e “profissão”. Tivemos em conta tanto a heterogeneidade designativa da época (primeira metade do século XIX), como o facto de que cada designação ocupacional compreende uma perspetiva identitária complexa e tripartida (a perspetiva do reconhecimento da ocupação/posto de trabalho, a perspetiva do trabalhador, a perspetiva da produção social da informação²⁷²). A “ocupação” foi entendida como o trabalho cujo vocabulário profissional corresponde “*a (uma) frequência, identidade e ordenação dos processos de reconhecimento social (com) um alcance limitado*”²⁷³, enquanto a “profissão” foi conceito entendido e utilizado para os casos em que “*os processos de reconhecimento social (possuem) dimensão nacional, com identidade própria e enquadrados legal e institucionalmente por regulamentos ou*

²⁶⁹ Instituto Nacional de Estatística, 2007.

²⁷⁰ Designação utilizada para toda a serventia desde as Escadas do Codeçal, a leste, até à Rua Nova da Alfândega, a oeste (no sentido da foz do Douro).

²⁷¹ Esta rua, aliás, cobriu parte da então existente Rua dos Banhos. in Cunha e Freitas, 1999.

²⁷² Madureira, 2001: ix e xi.

²⁷³ Madureira, 2001: xii.

estatutos”²⁷⁴. Quando mencionámos a generalidade dos casos, utilizámos preferencialmente o conceito referencial de “ocupação” e o adjetivo “ocupacional”, visando a maior abrangência possível da afirmação.

Foi assumido desde o início do trabalho que utilizaríamos a designação ocupacional tal como por nós encontrada na fonte, inicial e fundamentalmente isso, para a classificação das ocupações. Assumimos igualmente que faríamos uma *codificação numérica* seguindo *padrões internacionais de codificação histórica ocupacional*, a fim de se abrirem opções de comparação possíveis - na linha das diretrizes-base do projeto *Historical International Standard Classification of Occupations* (HISCO)²⁷⁵. Tivemos na consulta e comparação com a base de dados *PACO*²⁷⁶, compilação de cerca de 1800 ocupações históricas portuguesas codificadas numericamente com referência HISCO,

²⁷⁴ Madureira, 2001: xii.

²⁷⁵ O *Historical International Standard Classification of Occupations* (HISCO) é um projeto desenvolvido a partir de outro projeto, o da *Historical International Social Mobility Analysis* (HISMA), o qual, por sua vez, surgiu para testar as conclusões do projeto *Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Nations* (CASMIN), na área da sociologia, cujas conclusões se encontram em Erikson e Goldthorpe, 1992, in Leeuwen, Maas e Miles, 2004: 186-197.

As diretrizes de codificação do HISCO encontram-se bem explicitadas em várias publicações, relevando nós Maas e Leeuwen, 1998: 5-24; Leeuwen e Maas, 1997: 5-12; Matthijs *et al*, 1997:1-33 ou Leeuwen, Maas e Miles, 2002. Existe uma lista sistematizada de publicações sobre o tema em <http://historyofwork.iisg.nl/>.

Para Portugal, veja-se Madureira, 2001: 75-94; ou Madureira, Almeida e Esperança, 2001: 95-168.

²⁷⁶ In <http://historyofwork.iisg.nl/> (consultada em Agosto, Setembro e Outubro. 2009 e 2015), site intitulado “History of Work Information System”, contendo 15 bases de dados de ocupações históricas codificadas, em diversos países e línguas nacionais. Aí, consultámos, para além do Projecto de Codificação/“Coding Project” português, “PACO 16th-19th” (contributo português), fundamentalmente os “Coding Projects” francês (‘TRA preliminary version 1803-1970’ e ‘TRA survey 1803-1945’) e inglês (‘History Data Service 1851’ e ‘Leverhulme Literacy Sample 1839-1914’), devido à proximidade cronológica e similitudes técnicas possíveis. Sempre que necessário e visando a corroboração ou negação de hipóteses, consultámos os restantes “Coding Projects”: canadiano (‘BALSAC database 1842-1971’), dinamarquês (‘Danish Data Archive census 1800’), sueco (‘Demographic database 1803-1900’), holandês (‘Historical Sample of the Netherlands 1850-1940’ e ‘Knodel Village Genealogy Sample 1692-1950’), , belga (‘Leuven nuptiality project 1800-1913’), grego (‘Mykonos marriage acts 1859-1959’), norueguês (‘Norwegian Historical Data Centre 1900’), espanhol (‘Spanish and Catalan titles in Catalan sources’).

um valioso instrumento auxiliar, corroborando opções de codificação, negando-as, levantando-nos questões pertinentes, não raro derivadas dos contextos históricos em causa , tanto no nosso trabalho, como naqueles que serviram de base àquela codificação²⁷⁷.

Proceder a esta classificação significa não só atribuir números a designações ocupacionais, como agrupar numa categoria ocupações ‘iguais’ ou ‘semelhantes’, o que inevitavelmente exige tomadas intermédias de decisão acerca da quantidade de informação que se deseja perder.

Assumir este tipo de opções definiu, evidentemente, *limites* claros para a *validade da classificação efetuada*: ao avançarmos para a classificação do ramo de atividade económica de um indivíduo, apenas e essencialmente com base na ocupação declarada do mesmo, frequentes incertezas se levantavam: “costureira”, por exemplo, pode ser costureira têxtil e/ou de curtumes. E assim por diante. Mas era uma opção incontornável. Na classificação da atividade económica de um indivíduo, importante é que se conheça a instituição para a qual o mesmo trabalha ou desempenha funções: é a partir da pertença institucional do trabalhador, que ao mesmo é atribuída uma classificação de área de atividade económica. Numa grande parte das vezes, apenas pudemos adivinhar da respetiva pertença institucional, o que coloca notórias limitações ao trabalho por nós efetuado. Deseja-se que a assunção metodológica clara, aqui exposta, facilite a atribuição de *validade* ao que é apresentado.

Em certas situações, numa opção metodológica adaptativa também das linhas de força da HISCO, *mas* no outro extremo da perspetiva assumida (i.e., *em vez de* partir da diretriz-base de ação, o assumir sempre e somente a designação ocupacional tal como por nós encontrada na fonte), utilizámos o conhecimento detido sobre o período, região ou contexto histórico específico em causa, como fatores determinantes para a nossa opção de codificação. Por exemplo, quando nos surgiram indicações de “marchante”, optámos, no processo de codificação ocupacional, pela assunção de que esta designação

²⁷⁷ Do “Projecto de Análise e Classificação das Ocupações” (PACO), coordenado por Nuno Luís Madureira, resultaram simultaneamente materiais na área da história do trabalho e das ocupações e respectivos dicionário(s) histórico(s) (Madureira, 2001 e 2002), bem como uma contribuição portuguesa para o grupo de investigação internacional de “Historical International Standard Classification of Occupations” (HISCO) e para o “History of Work Information System” (2001).

seria entendida na altura e construção do documento, como o termo popular para “talhante”, e não como negociante (termo geral) ou negociante (aquele comercializando por grosso num contexto exterior ao pequeno comércio de âmbito meramente local). Encontrámos na cidade do Porto em 1832, uma “marchanta” e quatro “marchantes”, todos em habitações classificadas como de fraca qualidade²⁷⁸; e, por outro lado, existiam muitos “negociantes” designados como tal, na documentação.

Da mesma forma, a designação de “mestra”, foi assumida como “pescadeira/mulher do mestre (de barco)/peixeira”²⁷⁹, na linha do cruzamento de informações entre local residencial e qualidade de habitação na cidade do Porto, características históricas contextuais – o Porto era cidade com grande movimentação pesqueira e comércio a ela ligado –; e não, como *“referência à sequência de estatuto aprendiz-oficial-mestre, patamares de uma carreira de artesão; (utilização de termo numa) tendência para substituir a identidade ocupacional em torno de tarefas, competências e produtos fabricados, pela identidade decorrente da hierarquia do ofício”*²⁸⁰.

Situações houve, em que a designação ocupacional poderia ter significados completamente diferenciados uns, dos outros. Nessas situações, optávamos pela probabilidade (contextual e histórica) maior. Exemplos:

a. O “povilheiro” ou “povilheira” era uma designação utilizada simultaneamente para designar aqueles que produziam e/ou manuseavam o “povilho”, pó fino que era o resíduo seco da lavagem da tapioca, muitas vezes aplicado no branqueamento do cabelo; como para indicar similar substância em pó, de aplicação principalmente medicamentosa, culinária ou de adorno; ou ainda, para designar aqueles que trabalhavam com a transformação da goma-arábica (as “fábricas de goma”, a que Pinho Leal chama de “povilheiros” que Pinho Leal no Porto, por exemplo²⁸¹). Assim, a respetiva codificação poderia ocorrer na tanto área dos 5-70 “Hairdressers, Barbers, Beauticians and Related Workers”²⁸², como na área da 9-4 “Production and Related Workers Not Elsewhere Classified”, código HISCO 94990: “Other Production and

²⁷⁸ 4ª classe e 3ª classe de habitação.

²⁷⁹ Madureira (coord) e Amorim (org.), 2001: 50.

²⁸⁰ Madureira, 2001: 228.

²⁸¹ Pinho Leal, 1876: 485.

²⁸² Como é o caso da opção do projecto PACO, que codificou o “povilheiro” como 57090: “Other barbers, hairdressers, beauticians, and related workers”.

Related Workers Not Elsewhere Classified” – nossa opção. Para tal, o código CAE adaptado foi 20+21, “Fabricação de produtos químicos e farmacêuticos”.

b. De forma semelhante, o “rendeiro” tanto designava aquele que pagava a renda da terra (“caseiro”)²⁸³, como o contratador e/ou recebedor de impostos ou rendas²⁸⁴. Dado que no Porto oitocentista abundavam as quintas, hortas e quintais, a assunção de uma ou outra destas duas opções era legítima. Foi o cruzamento de dados com a informação existente sobre a “qualidade de habitação”, atribuída num dos fundos documentais, que nos auxiliou a tomar a decisão classificatória: o “rendeiro” encontrado por nós no Porto, em 1832, vivia na Rua do Bonjardim, nº 149.150, edifício de três andares, considerado como de 2ª classe quanto à qualidade da habitação (sendo que a melhor classe, seria a 1ª). António da Silva Basto, rendeiro, foi consequentemente por nós codificado como um cobrador de rendas: dificilmente conseguiria um mero caseiro, simples lavrador, habitar um edifício tão alto e de tanta qualidade habitacional. Codificámo-lo como 33990: “Other Bookkeepers, Cashiers and Related Workers” (secção 3-3 “Bookkeepers, Cashiers and Related Workers”), código CAE 82, “Atividades de serviços administrativos” (dentro destas, mais concretamente, código 829: ‘Atividades de Serviços de Apoio Prestados às Empresas, N.E.’²⁸⁵).

Situações houve, em que a *designação ocupacional* se podia *referir a uma multitude de ocupações possíveis*, ou o seu significado ser efetivamente difuso quanto às atividades praticadas (exemplo: “empregado do Hospital”). Nesses casos, utilizámos o princípio basilar da HISCO, de atribuir o código 99999 (“Ill-defined occupation”) para a classificação histórica ocupacional. Quanto ao ramo de atividade económica, ou o conseguíamos determinar (no caso acima exposto, determinámos “Atividades de Saúde Humana”/Código 862 da CAE), ou não realizávamos classificação alguma.

²⁸³ A que se atribuiria o código HISCO 61110: “General Farmer (secção 6-1 Farmers)” , como é o caso da opção assumida pelo projecto PACO. Surgiram-nos vários “caseiros” no Porto, e mais uma vez, tivemos que ponderar a sua codificação: o “caseiro” é frequentemente aquele chefe de família que cultivava pequenas explorações agrícolas em parceria e/ou arrendamento, veja-se Caldas, 2002: 30.

²⁸⁴ Veja-se “rendeiro”, de Conceição Andrade Martins; e, porque de significado partilhado, “contratador”, de Martins e Monteiro, 2002: 102-108 e 303-304.

²⁸⁵ In Instituto Nacional de Estatística, 2007: 174.

As situações de código HISCO 99999 agregaram designações como “ex-empregado da Companhia”, “fabricante”²⁸⁶, “mestre fabricante”, “ocupada com oficina”, “oficial de fabricante”, “trata de vários negócios”, “empregado da Companhia”, “empregado do Depósito da Serra”, “empregado do Contrato do Tabaco”, “empregado da Iluminação”, entre outros.

Quando a designação de uma ocupação era tão geral, que se podia referir a ocupações em duas, ou mais de duas, unidades grupais da ISCO68, utilizámos o código 99998 (“Occupational titles referring to occupations in more than one unit, minor or major ISCO-68-group”) e seguimos o princípio atrás descrito para a respetiva classificação do ramo de atividade económica - ou conseguíamos determinar o mesmo, ou não realizávamos classificação alguma. Exemplo: “armador” podia ser “proprietário de navios mercantes”, “decorador de igrejas ou salas” e “proprietário de casa funerária”. Assumindo a primeira classificação HISCO – 21240 - “Contractor”/*Contratante*, o código CAE foi “F+301”/*Construção civil e naval*²⁸⁷. No entanto, como para os casos de “armadoras” não conseguimos assumir com um mínimo de segurança probabilística, classificação histórica profissional, assumimos código HISCO/99998 e não procedemos a classificação de atividade económica.

Quando as *designações ocupacionais* se revelavam *demasiado específicas*, apenas ou essencialmente relativas ao *estatuto* do indivíduo (exemplo: “doutor”; “proprietário”), suas *relações familiares* (exemplo: “viúva”), *condição temporal quanto ao trabalho* (exemplo: “reformado”; “ex-escrivão”), *atividades voluntárias ou honorárias*, *incapacidades físicas ou mentais* (exemplo: “entrevado”), *produto trabalhado ou comercializado*; o código HISCO atribuído é “-1”, preenchendo-se uma

²⁸⁶ Não conseguimos atribuir aos “fabricantes” encontrados (cerca de 160 fabricantes no Porto, em 1832) a área de atividade económica, de forma a potenciar a decisão da sua classificação ocupacional HISCO. No caso do projeto PACO, o “fabricante” encontrado é classificado na indústria têxtil – código 75000 - “Spinner, Weaver, Knitter, Dyer or Related Worker, Specialisation Unknown”/ “Fiandeiro, Tecelão, Rendeiro ou Fazedor de Malha, Tintureiro ou Trabalhador Afim, Especialização Desconhecida”. No nosso caso, a codificação HISCO teria que ser de 99999 e daí, decorreu classificação de atividade económica em “Outras atividades industriais não especificadas”/adaptação codificadora de “Secção C – Indústrias Transformadoras”.

²⁸⁷ 9 armadores, 2 oficiais de armador, 2 armadoras, em 1832, na cidade do Porto.

das variáveis “STATUS”/*Estatuto*; *Posição*, “RELATION”/*Relação* ou “PRODUCT”/*Produto*²⁸⁸.

Desta forma, tivemos uma razoável quantidade de casos codificados em termos de ocupação histórica HISCO como “-1”, derivando dessa situação, também grau acrescido de dificuldade de classificação de atividade económica. Exemplos clássicos: 1. “cego” – código HISCO -1/variável RELATION 41: “Physical or mental disability”/*Deficiência Física ou Mental*; código CAE inexistente porque classificação “Inativos”; 2. “proprietário” – código HISCO -1/variável STATUS 11: “Owner, proprietor”/*Proprietário*; código CAE inexistente porque classificação “Outras atividades não especificadas”; 3. “doutor” – código HISCO -1²⁸⁹/variável STATUS 42: “Graduate”/*Graduado (com um grau universitário)*; código CAE inexistente porque classificação “Outras atividades não especificadas”.

Muitos outros casos foram inevitavelmente objeto de análise e discussão, regra geral pelo facto de sermos defrontados com *designações ocupacionais pouco definidas*, ou *demasiado generalistas*. Alguns exemplos:

a. “Venda” implica local de troca e tradicionalmente, acumula funções de comércio de produtos agroalimentares, com outros produtos de consumo diário, miudezas, entre outros. Sempre que “venda” ou “vendedor/a”²⁹⁰ surgiu como designação de atividade ocupacional de forma isolada, a categoria profissional escolhida foi a de “Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco” (código 4711/CAE). Mas, em termos de codificação ocupacional, havia hipotética diferenciação no *tipo de trabalho* efetuado, conforme se mencionava o local (“venda”), ou o género de quem aí trabalhava (o “vendedor” ou a “vendedora”): podíamos distinguir entre “Working Proprietor (retail trade)”/*Proprietário trabalhador (Comércio a Retalho)* - código HISCO 41030 e “street vendor”/*Vendedor de rua* - código HISCO 45220. Neste último caso, então a classificação de atividade económica mudaria para (código CAE 478/“Comércio a retalho em bancas, feiras e

²⁸⁸ Leeuwen, Maas e Miles, 2004: 192-193.

²⁸⁹ Uma vez que “doutor” pode ser aquele que ensina, homem erudito, advogado, médico.

²⁹⁰ Existem diferenças de género marcadas na designação ocupacional derivada do termo “venda”: enquanto o “vendedor” é entendido como o dono de venda ou taberneiro; a “vendedora” é entendida como a mulher que é dona ou trabalha na venda, ou enquanto “vendedeira”, i.e., a mulher que vende na rua ou nos mercados.

unidades móveis de venda”). Mantivemos o código HISCO 41030 e optámos pela classificação económica de “atividades comerciais não especificadas”. Já a “regateira” foi por nós classificada com código histórico profissional HISCO 45220 - “Street Vendor”/*Vendedor de rua*²⁹¹.

Quando conviviam “venda e casa de comer”, ou “vendeiro e casa de pasto”, então, utilizámos o código HISCO 51030/ 5-1 “Working Proprietors (Catering, Lodging and Leisure Services)”/*Proprietários trabalhadores (Serviços de “Catering”/Fornecimento, Alojamento e Lazer)*; 51030: “Working Proprietor (Restaurant)”/*Proprietário Trabalhador (Restauração)*, CAE “Restauração e similares”, código 56.

b. “Azeiteiro/a” poderia pertencer à atividade económica comercial (vendedora de azeite²⁹²), à atividade económica da indústria de processamento de produtos alimentares (7-7 “Food and Beverage Processors”/*Processadores de Comida e Bebida*; 77920: “Oil Presser (Edible Oils)”/*Lagareiro/Prensador de Óleo/Azeite (Óleo Comestível)*), pode ser “lagareiro”, donos e/ou trabalhadores de lagares de vinho e azeite²⁹³ e portanto, a classificação de atividade económica do indivíduo seria a de “Produção e refinação de azeite, óleos e gorduras”, código adaptado de 10412+10414/CAE) ou à atividade económica da indústria têxtil (o “azeiteiro” ou “azeitador” era o preparador de lã lavada para a carda, ato q tinha lugar após a secagem da lã lavada; também era o lubrificador dos fios para que não quebrassem²⁹⁴). Opção nossa: optámos pela primeira codificação HISCO, i.e., 7-7 “Food and Beverage Processors”/*Processadores de Comida e Bebida*; 77920: “Oil Presser (Edible Oils)”/*Lagareiro, Prensador de Óleo/Azeite (Óleo Comestível)*, CAE “Produção e refinação de azeite, óleos e gorduras”/Código adaptado 10412+10414.

c. “Barbeiro”, ou “Mestre Barbeiro” poderia ser uma atividade económica classificada na área das “atividades de saúde humana/CAE 86”, a par dos médicos, dentistas, cirurgiões (e então, assumiríamos a codificação HISCO 06110 “General Surgeon”/*Cirurgião generalista*, no grupo 0-6/0-7: “Medical, dental, veterinary and related workers”/*Trabalhadores da Saúde, Médicos, Dentistas, Veterinários e Outros*

²⁹¹ O projeto PACO assumiu o código histórico profissional HISCO de 41030/ “Working proprietor (retail trade)”/*Proprietário Trabalhador (Comércio a Retalho)* para “regateira”.

²⁹² Grande frequência da venda de azeite, no género feminino.

²⁹³ Madureira (coord) e Amorim (org.), 2001: 319, 357.

²⁹⁴ Madureira, 2001: 18.

Afins). Mas, face ao contexto histórico e ao facto de que tínhamos, nas mesmas listagens, designações ocupacionais de “médicos”, “cirurgiões”, dentistas”, optámos pela codificação HISCO 57030 “Barber hairdresser”/*Barbeiro, Cabeleireiro*, atividade económica classificada na área das “atividades dos serviços pessoais”/código CAE 96.

d. Uma *designação tão generalista* como “administrador”, remete-nos para a classificação de ocupação HISCO de 2-1 “Managers”/*Administrador/Gerente*; 21000: “Manager, Specialization Unknown”/*Administrador/Gerente, Especialização Desconhecida* e categoria de atividade económica de carácter residual e com código CAE inexistente: “Outras atividades não especificadas”.

Os “administrador(es)” diversos que encontramos vieram a ser codificados em termos de designação histórica ocupacional, após consulta da ISCO68 e sempre comparando com as bases de dados existentes na *History of Work Information System*²⁹⁵, de formas tão diversificadas, como 21000: “Manager, Specialization Unknown”²⁹⁶; 21220: “Production Manager (except Farm)”²⁹⁷; 31090: “Government Executive Officials Not Elsewhere Classified”²⁹⁸; 21230: “Farm Manager”²⁹⁹; 21110: “General Manager”³⁰⁰; 21990: “Other Managers (Managers Not Elsewhere Classified)”³⁰¹; 21330: “Sales Manager (Wholesale Trade)”³⁰²; 22680: “Supervisor and General Foreman (Production and Distribution of Electricity, Gas and Water)”³⁰³.

²⁹⁵ <http://historyofwork.iisg.nl/> .

²⁹⁶ (secção 2-1, Managers; quando simplesmente “administrador”), CAE: Outras atividades não especificadas.

²⁹⁷ (secção 2-1 Managers; quando “administrador da Fábrica do Tabaco”, por exemplo), CAE: Indústria do tabaco.

²⁹⁸ (secção 3-1 Government Executive Officials; quando “administrador da Ponte”), CAE: Administração pública em geral, económica e social.

²⁹⁹ (secção 2-1 Managers; quando “administrador da Quinta das Narcisas”), CAE: Outras atividades não especificadas.

³⁰⁰ (secção 2-1 Managers; quando “administrador de Banco”), CAE: Atividades de serviços financeiros.

³⁰¹ (secção 2-1 Managers; quando “administrador de Bilhar”), CAE: Educação, cultura e atividades recreativas.

³⁰² (secção 2-1 Managers; quando “administrador do Vinho Engarrafado”), CAE: Comércio ou agentes do comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco.

³⁰³ (secção 2-2 Supervisors, Foremen and Inspectors; quando “administrador dos Lampiones”), CAE: Administração pública em geral, económica e social.

e. Optar pelas classificações a efetuar para o “refinador” colocou mais um caso clássico. Devido ao carácter extremamente aberto da operação química que refinar implica (separar de uma substância, as matérias que não convêm para o fim que se lhe quer atribuir), os “refinadores” que encontramos nas documentações consultadas poderiam ser, tanto indivíduos trabalhando com produtos químicos e farmacêuticos (nos manipulados típicos da botica, por exemplo), como refinadores de açúcar. Da opção efetuada, derivaria uma classificação de atividade económica de, respetivamente, “fabricação de produtos químicos e farmacêuticos” (código adaptado da CAE, 20+21) ou “indústrias alimentares” (código CAE 10). Fizemos a opção pela refinação mais generalista, até porque tínhamos já no Porto, na mesma época, “condiceiros” (trabalhador em usina de açúcar)³⁰⁴.

2.3.3 Classificação de atividade económica

Tentámos classificar a *atividade económica de indivíduos ou exercida em locais* (ex: “loja”, “tenda”, “oficina”, “fábrica”), que atualmente podem ser entendidos como “empresas”³⁰⁵ ou “estabelecimento”(s)³⁰⁶ e, sequencialmente, fizemos uma aproximação

³⁰⁴ Ao “condiceiro” ou “condeceiro” classificado no projecto PACO, foi atribuído o código HISCO 94220 “Basket Maker”/“Fabricante”, “Produtor” de Cestos”. Nós optámos pelo código 77200 “Sugar Processor or Refiner, Specialization Unknown”/“Processador ou Refinador de Açúcar, Especialização Desconhecida”, grupo “7-7 Food and Beverage Processors”/“Processadores de Comida e Bebida”.

³⁰⁵ “Todo o local onde seja exercida, principal ou acessoriamente, por conta própria ou de terceiros, qualquer atividade industrial, independentemente da sua dimensão, do número de trabalhadores, equipamento ou outros factores de produção” (para “Estabelecimento Industrial”, in Decreto-Lei n.º 109/91, DR 62, SÉRIE I-A de 1991-03-15; alterado pelo DL n.º 282/93, de 17-08, alínea b) do Artigo 2º).

³⁰⁶ Respetivamente, “local em que se exerce a atividade de comércio a retalho, entendida como atividade exercida por toda a pessoa física ou coletiva que, a título habitual e profissional, compra mercadorias em seu próprio nome e por sua conta e as revende diretamente ao consumidor final” (para “Estabelecimento de Comércio a Retalho”, in Decreto-Lei n.º 218/97, DR 191, SÉRIE I-A de 1997-08-20; alínea b) do artigo 1.º Decreto-Lei n.º 339/85, DR 191, SÉRIE I de 1985-08-21; alínea b) do n.º 1 do artigo 1.º) e “local em que se exerce a atividade de comércio por grosso, entendida, como atividade praticada por toda a pessoa física ou coletiva que, a título habitual e profissional, compra mercadorias em seu próprio nome e por sua conta e as revende, quer a outros comerciantes, grossistas ou retalhistas, quer a transformadores, quer ainda a utilizadores profissionais ou grandes utilizadores” (para

à Classificação de Atividades Económicas (CAE) existente. *Cada ocupação ou grupo de ocupações* foi, pois, *classificado em duas dimensões*: enquanto *atividade ocupacional* e enquanto *trabalhador pertencendo a um ramo de atividade económica*³⁰⁷.

Entendemos *ramo de atividade económica* como “classe de atividade económica desenvolvida pela empresa, estabelecimento ou unidade análoga, onde o indivíduo exerceu a profissão principal, na semana de referência”, seguindo uma orientação geral do Instituto Nacional de Estatística (INE)³⁰⁸, sendo que, para estabelecermos a *classe de atividade económica* dos indivíduos em causa, nos baseámos na mais recente classificação de atividades económicas efetuada pelo mesmo organismo³⁰⁹. A utilização dum tal instrumento metodológico obedeceu ao desejo duma referenciação consistente nesta pesquisa: a CAE atual é extensa nas definições que apresenta, tarefas que delimita, produtos trabalhados e resultados de produção ou dos serviços; e nesse sentido, foi valiosa. Sempre que matérias do tecido económico atual não se coadunavam com as da época histórica trabalhada, a CAE foi por nós adaptada, sendo tal operação claramente indicada.

O *problema da produção e comércio desenvolvidos pelo mesmo indivíduo* foi tratado a partir dos mesmos pressupostos que atualmente norteiam a classificação das atividades artesanais de acordo com a CAE³¹⁰: o princípio básico é o de dar prioridade à

“Estabelecimento de Comércio por Grosso”, in Decreto-Lei n.º 218/97, DR 191, SÉRIE I-A de 1997-08-20; alínea c) do artigo 3.º; Decreto-Lei n.º 339/85, DR 191, SÉRIE I de 1985-08-21; alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º).

³⁰⁷ Sendo que o princípio de classificação seguido na última dimensão, é o de que cada indivíduo é classificado de acordo com o ramo de atividade económica da empresa ou estabelecimento para que trabalha, segundo últimas orientações da ISCO-08 (informações gentilmente cedidas pelas Senhoras Dr.ª Arminda Brites e Dr.ª Isabel Valente, em 16/09/2009). Por exemplo, um “músico do Batalhão nº 6” foi classificado em “Atividades de Defesa”/Código 8422 segundo a CAE; enquanto, em termos de classificação ocupacional/código HISCO, se inscreve como 17140: “Instrumentalist”/“Instrumentista” (sub-grupo “1-7 Composers and Performing Artists”/“Compositores e Artistas Executantes”).

³⁰⁸ Instituto Nacional de Estatística, 2003.

³⁰⁹ Instituto Nacional de Estatística, 2007.

³¹⁰ A CAE faz utilização do “Repertório de Atividades Artesanais do Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais” (PPART). In <http://ppart.gov.pt> em 15/08/09.

produção sobre o comércio, classificando a maior parte das atividades artesanais, nos sectores da indústria. O ANEXO H fornece uma ilustração dos processos adotados.

Da mesma forma, as classificações ocupacionais HISCO³¹¹, nas várias bases de dados existentes em diversas línguas e para realidades nacionais diferentes³¹², entendem pontos de venda (exemplo: “loja”) enquanto lugares de ação de tráfico, mas também lugares de laboração de produção daquilo que é aí vendido (exemplo: “loja de panos”, classificada como 75000 – “Spinners, Weavers, Knitters, Dyers and Related Workers, Specialization Unknown”/*Fiandeiros, Tecelões, Rendeiros ou Fazedores de Malha, Tintureiros e Trabalhadores Afins* (sub-grupo “7-5 Spinners, Weavers, Knitters, Dyers and Related Workers”/*Fiandeiros, Tecelões, Rendeiros ou Fazedores de Malha, Tintureiros e Trabalhadores Afins*)).

O quarto grande princípio da construção das bases de dados HISCODE é precisamente o de, nos casos em que coexistem produção e venda, codificar somente a atividade de produção³¹³. Decorrentemente, quando a designação do local especificava simultaneamente a atividade económica aí desenvolvida (exemplo: “botica”), assumimos, tanto na classificação da ocupação como na classificação de atividade económica, que estávamos perante pelo menos um indivíduo desempenhando a ocupação ou profissão correspondente (para o mesmo exemplo, considerámos “boticário”). E atribuímos HISCODE 06710 – “Pharmacist”/*Farmacêutico* (sub-grupo “0-6/0-7 Medical, Dental, Veterinary and Related Workers”/*Médicos, dentistas, veterinários e Trabalhadores Afins*); bem como classificação de atividade económica em “Fabricação de produtos químicos e farmacêuticos”, código adaptado 20+21 da CAE.

A *simplificação analítica* introduzida pela necessidade de classificação produziu inevitavelmente *enviesamentos de perspetiva*. Apontamos, desde logo, uma sub-

³¹¹ In <http://historyofwork.iisg.nl/> em Agosto. 2009 e 2015.

³¹² No site acima mencionado, designado por *History of Work Information System*, existem 15 bases de dados, formadas a partir de fundos diversos (censos, registos de casamento, entre outros), nas línguas catalã, dinamarquesa, neerlandesa, inglês, francesa, alemã, grega, norueguesa, portuguesa, espanhol, sueco. Veja-se nota de rodapé 276.

³¹³ “Principle 4. If a title was general because the occupational activities included both production and retail, we coded only the production activity”. in Leeuwen, Maas e Miles, 2004: 191.

representação dos serviços, no que à classificação final de atividades toca: por exemplo, a classificação de atividade económica efetuada para “sapateiro” (“Indústria do couro e fabricação de calçado”/CAE código 15) não inclui a atividade de reparação de calçado (que tem outro código, o CAE 9523: “Reparação de calçado e artigos de couro”³¹⁴).

Outro caso relativamente frequente é o do *indivíduo* que, numa dada ocupação, *trata de produtos muito diversos*, como por exemplo, o “negociante de linho e ferragens”. A opção foi a de agrupar estes casos apenas numa das áreas em que trabalha. Neste caso, agregou-se o caso na área de atividade económica de “Comércio ou agentes do comércio de têxteis e vestuário”/Adaptação de código 4616/CAE³¹⁵.

Situações há, em que não nos foi possível distinguir ‘comércio por grosso’ e ‘comércio a retalho’. A opção seguida foi a de que só se trabalhava com a indicação de comércio por grosso, quando a mesma era evidente.

Ocorreram-nos casos clássicos, como o da classificação ocupacional e de atividade económica da ocupação de ‘meretriz’.

A classificação de atividade económica das “meretrizes” encontradas foi efetuada, seguindo um raciocínio eliminatório e após análise das especificações e definições não só da *Classificação de Atividades Económicas* (CAE)³¹⁶, como da *Classificação Nacional de Profissões*³¹⁷(CNP) e da *International Standard Classification of*

³¹⁴ Instituto Nacional de Estatística, 2007: 199.

³¹⁵ Código 4616: “Agentes do comércio por grosso de têxteis, vestuário, calçado e artigos de couro”. in Instituto Nacional de Estatística, 2007: 110

³¹⁶ Instituto Nacional de Estatística, 2007.

³¹⁷ Instituto do Emprego e Formação Profissional, 1994: 617. Em princípio, tal ocupação deverá ser classificada com o código CNP de 5.1.4. “Outro Pessoal dos Serviços Diretos e Particulares” (e, dentro deste, em 5.1.4.9. “Trabalhadores dos Serviços Diretos e Particulares Não Classificados em Outra Parte”). Ainda consultámos, a este propósito, o “Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890”, já que o mesmo é caso de referência por ter incluído a profissão de “meretrizes” na sua “Nomenclatura e Classificação das Profissões”, no grupo XII (“Improdutivos-Profissões Desconhecidas”). Direção Geral de Estatística Geral e dos Próprios Nacionais - *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900. Vol. III, Parte I, p. VII. O facto de “meretriz” ser uma ocupação conhecida, mas com carácter social e legal marginalizado ou marginalizante, leva a que a sua existência a nível estatístico, seja omissa. Desta forma, tal ocupação é inexistente ou sub-representada em documentação legal. O censo atrás

Occupations (ISCO) de 1968³¹⁸, já que esta última foi a classificação-base escolhida pelo projeto HISCO³¹⁹. Tal ocupação acabou por receber a classificação de atividade económica de “Outras Atividades dos Serviços Pessoais/Código 960³²⁰” e a classificação de atividade ocupacional HISCO, de “59990: Other Service Workers Not Elsewhere Classified”/*Outros Trabalhadores dos Serviços não classificados noutros lugares* (sub-grupo “5-9 Service Workers Not Elsewhere Classified”/*Trabalhadores dos Serviços não classificados noutros lugares*).

Evidentemente, surgiram os casos em que a diferenciação entre *atividade ocupacional* e *área de atividade económica* teve que ser pesquisada e ponderada. Exemplos:

No caso dos empregados que trabalhavam em *hospitais ou estabelecimentos afins*, agrupámo-los em “Atividades de saúde humana” (código CAE 86/Secção Q), assumindo os pressupostos expostos na definição utilizada na CAE Rev. 3:

“Compreende as atividades dos serviços de saúde humana prestados por estabelecimentos de saúde (com ou sem internamento) (...). Inclui as atividades dos profissionais de saúde em regime independente (...) Compreende as atividades de saúde humana em estabelecimentos de saúde com internamento, a prática clínica em ambulatório e outras atividades de saúde humana. Estas atividades envolvem vários tipos de atos médicos, desde o diagnóstico ao tratamento, bem como atos praticados por pessoal paramédico legalmente reconhecido (...) Compreende as atividades de hospitais (gerais e especializados), clínicas (...), casas de saúde e outros estabelecimentos de saúde com instalações para internamento dos

mencionado constitui uma exceção à regra e nessa qualidade é aliás conhecido e estudado pelos investigadores. E estudo de S. Bacelar é um exemplo (Bacelar, 1996).

³¹⁸ International Labour Office, 1969.

³¹⁹ As razões de escolha da classificação de 1968, em vez daquelas efetuadas em 1958 e 1988, são tripartidas: primeiramente, esta versão abrange um maior número de ocupações do que a de 1958, mas ainda mantém muitas ocupações de carácter histórico, ao contrário da classificação efetuada em 1988; em segundo lugar, a classificação de 1968 é já sobejamente conhecida, com manuais oficiais e não oficiais reconhecidos, em grande número de regiões e línguas; em terceiro lugar, já se havia efetuado uma primeira tentativa de codificação de ocupações históricas, utilizando a ISCO68, e com bons resultados. in Leeuwen, Maas e Miles, 2004: 187.

³²⁰ “Compreende as atividades: de lavagem e limpeza a seco de têxteis e peles; dos cabeleireiros e institutos de beleza; funerárias; de bem estar físico; e outras atividades de serviços não incluídas noutras posições” (itálico nosso). in Instituto Nacional de Estatística, 2007: 281.

doentes de curta e longa duração. Estas atividades são dirigidas principalmente para os doentes internados, sob a supervisão direta de médicos, englobando uma grande variedade de serviços de cuidados de saúde (medicina, cirurgia, análises, radiologia, urgências, etc.). Inclui os hospitais oficiais (públicos, militares, paramilitares e prisionais) e privados.”³²¹.

Assim, tanto a “roupeira do hospital”, como os “empregado do hospital” e “do hospital militar”, ou o “enfermeiro do hospital” e “do hospital militar”, foram integrados em código de atividade económica de “Atividades de saúde humana”/código CAE 86. Não obstante, o primeiro caso assume código HISCO 56090/ “Other Launderers, Dry-Cleaners and Pressers”³²²; os segundo e terceiro casos, assumem código HISCO 59940/ “Nursing Aid”; e o quarto e quinto casos, assumem código HISCO 07110/ “Professional Nurse, General”.

b. Também para os indivíduos que, *dentro do corpo militar*, desempenhavam tarefas diversas, seguimos as diretrizes de codificação atual da ISCO, em termos de ramo de atividade económica e de classificação profissional: a função ocupacional fundamental destes indivíduos não é a da defesa e sim, a que diariamente desempenham, pelo que, em termos de codificação profissional, devemos seguir a indicação de função ocupacional fundamental, enquanto em termos de atividade económica os remetemos para o grupo genérico a que pertencem. Assim, ao “Bagageiro dos Lanceiros” (Exército) foi atribuído código HISCO de 97190: “Other Dockers and Freight Handlers” (secção 9-7 “Material Handling and Related Equipment Operators, Dockers and Freight Handlers”); ao “Cirurgião do Exército”, o código HISCO 06110: “General Surgeon” (secção 0-6/0-7 “Medical, Dental, Veterinary and Related Workers”); ao “Cozinheiro de S. Majestade Imperial”³²³, o código HISCO 53140: “Cook, Private Service” (secção 5-3 “Cooks, Waiters, Bartenders and Related Workers”); “empregado da contabilidade do exército”, o código HISCO 33940: “Finance Clerk” (secção 3-3 “Bookkeepers, Cashiers and Related Workers”); “encarregado do fornecimento do Batalhão de Caçadores Nº 12”, o código HISCO 22680: “Supervisor,

³²¹ Instituto Nacional de Estatística, 2007: 184.

³²² E consequentemente, se por definição estrita e se não diretamente ligada a ocupação ao estabelecimento hospitalar, a mesma seria, à partida, agrupada por código CAE 96010/ “Lavagem e limpeza a seco de têxteis e peles”, in Instituto Nacional de Estatística, 2007, 199-200.

³²³ D. Pedro, 1832, Cerco do Porto.

Foreman or Inspector, Specialization Unknown” (secção 2-2 “Supervisors, Foremen and Inspectors”); ao “Músico do Nº 6” e ao “Tambor”, o código HISCO 17140: “Instrumentalist” (secção 1-7 “Composers and Performing Artists”); ao “comissário do Exército”, o código HISCO 31090: “Government Executive Officials Not Elsewhere Classified” (secção 3-1 “Government Executive Officials”). Não obstante, todos estes profissionais estão classificados no código CAE 8422, “Atividades de Defesa”. “Alferes” – classificámos 58330: “Non-Commissioned Officer” (secção 5-8 “Protective Service Workers”)³²⁴.

A designação ocupacional e o produto trabalhado pelo indivíduo podem favorecer intuitivamente opções que podem resultar anacrónicas. Exemplos claros desta situação foram os casos do “picheleiro”, “ferreiro”, “caleiro”, por exemplo.

a. O “picheleiro” era o indivíduo que trabalhava com pez ou piche/pixe (ou seja, pez negro, que é o alcatrão, muito utilizado na indústria naval). Estaria decerto ligado a tarefas de calafetação, na construção naval e/ou civil. A nossa codificação HISCO foi, pois, de 94990: “Other Production and Related Workers Not Elsewhere Classified”³²⁵ (secção 9-4 “Production and Related Workers Not Elsewhere Classified”), decorrendo o código CAE adaptado secção F+301, “Construção Civil e Naval”. Uma classificação alternativa, igualmente plausível, seria a do indivíduo ligado à produção de vasilhas para tirar vinho das pipas ou tonéis, geralmente de metal (preferência pelo estanho) e conhecidas por “pichel” (eis).

b. Da mesma forma, “mestre ferreiro” foi por nós codificado em HISCO como 83110: “Blacksmith”³²⁶ (secção 8-3 “Blacksmiths, Toolmakers and Machine-Tool Operators”), código CAE 25, “Fabricação de produtos metálicos”. Hesitámos entre esta

³²⁴ Divergimos da opção PACO que foi ‘58320: Officer (Military) (secção 5-8 Protective Service Workers)’.

³²⁵ Divergimos da opção PACO, que foi ‘87340: “Tinsmith” (caldeireiro, picheleiro, latoeiro), em sub-secção 8-73 Sheet-metal Workers, secção 8-7 Plumbers, Welders, Sheet-metal and Structural Metal Preparers and Erectors’.

³²⁶ Divergimos da opção PACO, que codificou como ‘83120: “Hammersmith: shapes metal into forgings on power hammer equipped with open dies (...) may forge cold metal”, enquanto nós optámos pela categorização de “Blacksmith (General): forges and repairs articles in iron and steel, such as hand tools, hooks, chains, agricultural implements and structural parts, using hand or power hammers: selects metal and heats it in a small furnace; (...)”; in *International Labour Office*, 1969: 198.

codificação e a de código HISCO 83120: “Hammersmith” (secção 8-3 “Blacksmiths, Toolmakers and Machine-Tool Operators”), mas a consulta da definição de funções de “ferreiros” e “ferradores” que efetuámos na ISCO68, consolidou a nossa opção.

c. O caleiro era o barqueiro, era uma atividade de transporte de pessoas e carga por via fluvial³²⁷, e não, necessariamente, alguém que trabalhava a cal. Foi-lhe assim atribuído o código 98190: “Other Ships Deck Ratings, Barge Crews and Boatmen” (secção 9-8 “Transport Equipment Operators”), CAE código secção H, “Transportes e armazenagem” (mais concretamente, dentro desta secção, código 503, “Transportes de Passageiros Por Vias Navegáveis Interiores”).

Fizemos o mapa do percurso. Passemos ao palco de ação.

³²⁷ Franco e Amorim, 2001: 41-44.

3. CONDIÇÕES DE VIDA URBANA PORTUENSE NO PRIMEIRO TERÇO DO SÉCULO XIX

Água que é demasiado pura não tem peixe
Tsai Ken Tan³²⁸

3.1 Parque imobiliário e alojamento

O estudo do alojamento³²⁹ - ou habitação - urbanos nunca é fácil. O parque imobiliário citadino é captado pelo estudioso a partir dos diversos recenseamentos ao longo do tempo e estes dificilmente partilham finalidades e metodologias. A prática da assistemática, que facilmente revela correções, juntando aqui e ali prédios previamente omitidos (deixando adivinhar pois, o procedimento inverso); a forma diversa de inquirir os habitantes a fim de obter resultados, sugere a duvidosa fiabilidade documental³³⁰. Tal condição é mais gravosa quando os recenseamentos são, precisamente, a fonte primária do conhecimento das realidades urbanas e frequentemente, são esgrimidos na estratégia de poderes institucionais nacionais e na respetiva distribuição de benesses. Deriva destes (e doutros) condicionalismos a frequência da imprecisão e/ou falsificação de dados nos censos urbanos, com imediatas repercussões sobre o conhecimento daí procedente, neste caso, sobre o alojamento.

Assumindo a inexatidão informativa inevitável, adiantamos a análise possível dum parque imobiliário não percecionado em condições límpidas, mas repleto de informações, não obstante.

³²⁸ Cit. in Schiller, 2005: 118.

³²⁹ “Alojamento” aqui utilizando referência conceptual de <http://smi.ine.pt>, consultado em Junho. 2015, <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6067>, e já explicitado em rodapé na página inicial deste trabalho.

³³⁰ Pinol, 1991: 31-53; Zeller, 1983: 38-43.

Já no capítulo 2 expusemos o tipo de coerências e ruturas das séries documentais de que nos servimos, avançando com aproximações iniciais aos dados (QUADRO 2-1 e comentários). Cidade de pequena-média dimensão no contexto contemporâneo europeu, o Porto é permeado ainda por *quintas* e *quintais*³³¹, manchas de verde em áreas de cores esmaecidas e confusão visual, que se espraiavam essencialmente pelas franjas do centro do ajuntamento urbano³³², em esboço de plano radiocêntrico a partir do planalto da Sé (FIGURA 3-1): “(...) *permanências rurais (que) vêm até às portas da cidade, com grandes quintas na sua cintura (...) (e) constelações de aldeias e casais, que se vão alargando, mas que mantêm (...) uma certa identidade*”³³³.

³³¹ 7,5% da totalidade de casos assinalados pelos recenseadores, ANEXO I, QUADRO I-1.

³³² Maior expressão de *quintas* e *quintais* nas ruas do Príncipe (6,09% do total de ocorrências), Cedofeita, Rosário (ambas com 5,22%) (confira-se zona superior esquerda do mapa), Breyner e Fogueteiros (ambas com 3,48%); seguindo-se-lhes, por ordem decrescente, o largo da Torre da Marca e ruas Bela da Princesa, da Bandeirinha, de S. Jerónimo, de S. Vítor, do Bolhão, do Pombal e do Vilar (todas, com 2,61% do total de casos registados, ou seja, com 3 casos por artéria); mais 14 casos de artérias com 2 ocorrências por artéria e finalmente, 36 artérias com 1 caso cada.

³³³ Serén e Pereira, 2000: 383.

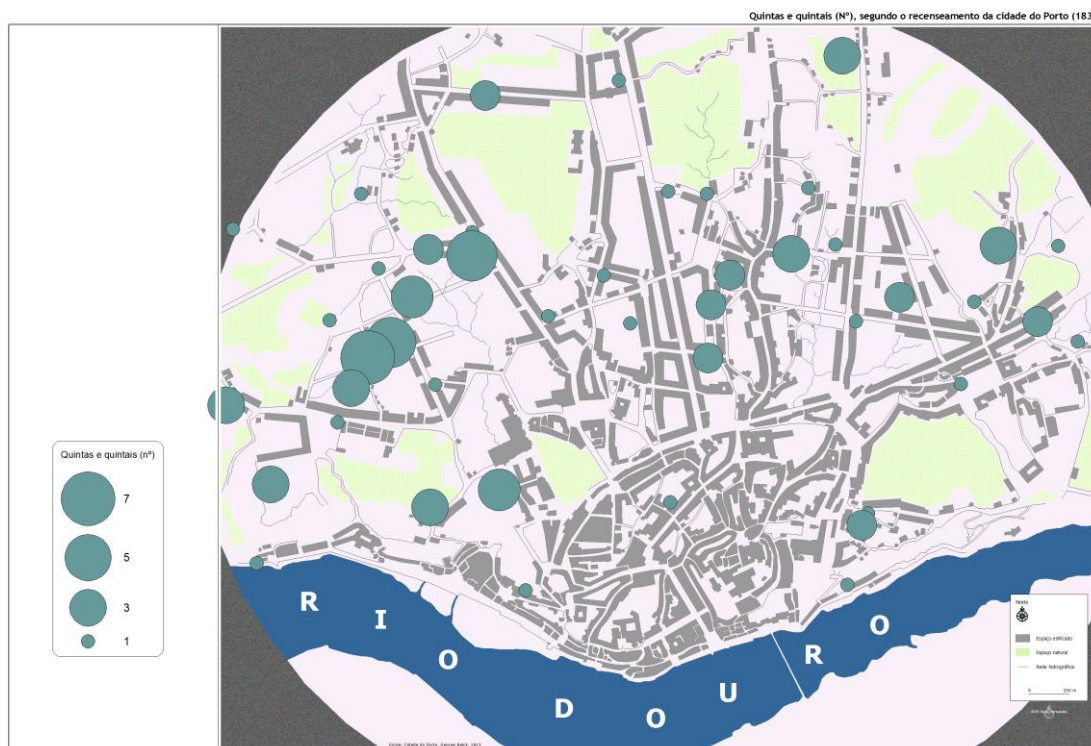


FIGURA 3-1: Quintas e quintais (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832

NOTA: Contagem de *quinta(s)* e *quintal(is)*, por artéria, Recenseamento de 1832

Paralelamente, o Porto revela o *carácter dinâmico* da *ocupação* e construção habitacional citadinas de forma acentuada. Tal facto foi provavelmente potenciado pelo *contexto de guerra* que albergou o último e mais completo dos censos, em 1832. A frequência com que se mencionam alojamentos, edifícios ou partes inteiras de ruas na situação de “*desabitadas*” ultrapassa $\frac{1}{4}$ de todas as frequências em que registaram características específicas dos alojamentos³³⁴. Igualmente se indicam casas simplesmente “*fechadas*” ou com “*portais tapados*”³³⁵. Em situação de maior danificação são indicadas as casas “*inabitáveis*”, “*arruinadas*”, “*demolidas*” e

³³⁴ 26,9% dos registos efetuados em Características da Habitação, ANEXO I, QUADRO I-1.

³³⁵ Respetivamente 24,6% e 0,1% dos registos efetuados em Características da Habitação, ANEXO I, QUADRO I-1.

“queimadas”³³⁶. Em alguns casos, noticiam-se “casas inacabadas”, ou “a principiar”, e ainda, “casas para alugar”³³⁷.

No seu conjunto, 68,8% dos registos assinalados pelos recenseadores com alguma característica específica de alojamento, pertenciam a este tipo de parque imobiliário de *acomodação abandonada, destruída ou semidestruída*, e/ou de *ocupação considerada inexistente ou instável* (ANEXO J, FIGURAS J-1 e J-2).

O Porto surge-nos como uma cidade primo-oitocentista típica, na sua *predominância de fraca qualidade habitacional* (cerca de 56% dos registos que qualificam a habitação pertencem aos níveis mais desvalorizados do índice, as classes 5ª e 4ª³³⁸). Mesmo esta qualificação pode ser considerada dentro de patamares materiais relativamente bons, pois além destes, múltiplos outros indicadores de escassez surgem.

³³⁶ Respetivamente 1,3%, 11,0%, 2,7% e 0,2% dos registos efetuados em Características da Habitação, ANEXO I, QUADRO I-1.

³³⁷ 1,8%, e 0,2% dos registos efetuados em Características da Habitação, ANEXO I, QUADRO I-1.

³³⁸ Ou seja, alojamentos adequados apenas para “oficiais inferiores”, “sargentos” e “soldados”.

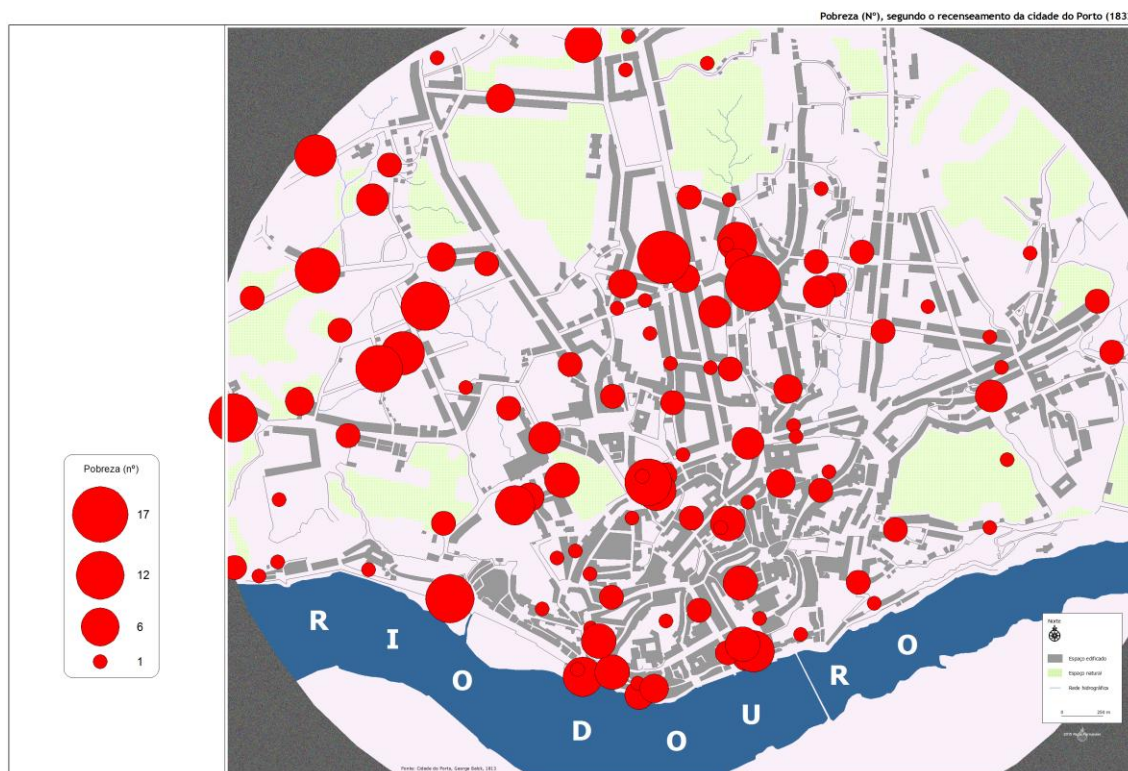


FIGURA 3-2: Pobreza (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832

NOTA: Contagem de *pobre(s)*, *pobreza* e *mendigos*, por artéria, Recenseamento de 1832

Não por acaso, são indicados casos de “*pobreza*”, “*pobres*” e “*mendigos*”, tanto para alojamentos únicos como para conjuntos de casas e áreas da cidade em 18,40% do total de assentos em que recenseadores anotaram características ou indicadores sócio habitacionais³³⁹. A *dispersão geográfica* caracteriza este índice, produzindo uma mancha alargada e pouco concentrada, exceções feitas a artérias como as de Bonjardim e Almada ou uma previsível concentração na beira-rio, que acompanhava o bulício de cidade portuária, atividades económicas e de lazer incluídas³⁴⁰. A beira-rio servia múltiplos fins, sendo habitual a existência de tendas e barracas construídas sobre a areia e encostadas a qualquer parede que por lá houvesse, a par com crianças brincando, num passeio público que todos misturava. Sendo a esmola meio de sobrevivência, esperava-se aí o exercício da caridade³⁴¹.

³³⁹ ANEXO I, QUADRO I-1 (total de 1657 registos) e ANEXO K, QUADRO. K-1 (total de 661 registos).

³⁴⁰ Serén e Pereira, 2000: 382.

³⁴¹ Matoso, 1997: 154-155.

A estes casos de “pobreza”, somam-se as conhecidas “*ilhas*” portuenses, habitação popular habitualmente bastante degradada, atestando esta documentação e o nosso estudo a precocidade das mesmas, num total de 91 casos na cidade (3,93% do total de anotações efetuadas à parte pelos recenseadores)³⁴².

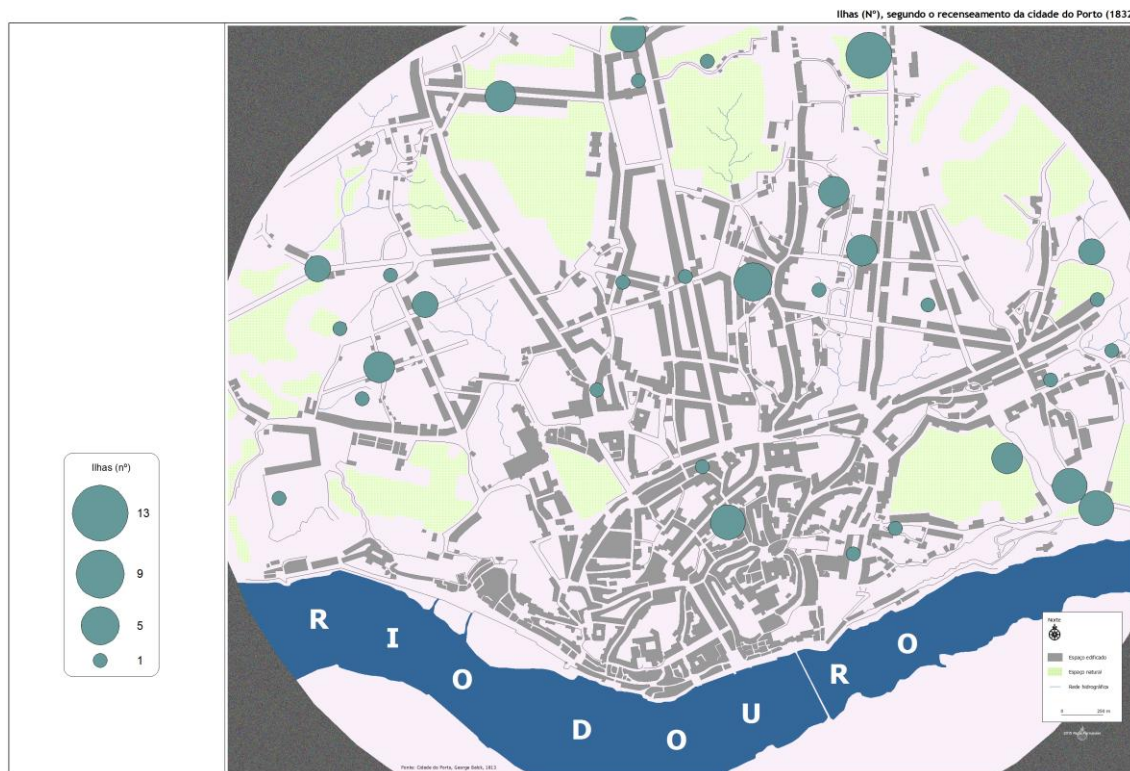


FIGURA 3-3: Ilhas (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832

NOTA: Contagem de *ilha(s)*, por artéria, Recenseamento de 1832

Cada indicação de *ilha* indica, não um alojamento, mas o equivalente a um edifício, uma entrada para o que sabemos ser um conjunto de habitações, em número ignorado: na rua das Fontainhas, nºs 1.5, detetamos a anotação *ilha de 22 casas*, mas é caso extraordinário. Esta fase próxima dos meados do século XIX é provavelmente aquela que faz a mistura e transição entre as concentrações verticais (‘ilhas em altura’) que Rebelo da Costa menciona cerca dum século antes³⁴³, com as concentrações horizontais que conformarão o modelo de “ilhas” tripeiras. O mapa evidencia uma tendência preferencial por áreas relativamente limítrofes, embora já se desenhem alguns dos traços caracterizadores e futuros, como sejam a predominância deste tipo de habitação na zona

³⁴² As *ilhas* constituem 1,23% do total de edifícios recenseados em 1832 (7418 edifícios).

³⁴³ Citado e comentado em Serén e Pereira, 2000: 394-396.

À multiplicidade de indicadores de miséria aduzem-se frequentes indicações de “casa inferior”, “pardieiro”, “casa ordinária”, “barraca” e “casa muito velha” (também 3,93% dos casos anotados) que cumulam um conjunto de anotações denotando *características de pobreza e má qualidade do alojamento*, num conjunto que atinge os 26,26% de registos de alojamento que receberam especial atenção por parte dos arroladores, ou seja, mais de ¼ das vezes.



FIGURA 3-5: Construção de má qualidade (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832

NOTA: Contagem de casa inferior, pardieiro, casa ordinária, barraca e casa muito velha por artéria, Recenseamento de 1832

A cartografia destas *manchas de construção de má qualidade*, revelada pelo tipo de qualificação descritiva que recebe o imóvel, mostra a concentração da mesma num dos grandes eixos de penetração no mundo rural (ruas de Santa Catarina e Bela da Princesa, parte superior direita do mapa), na zona leste de expansão (S. Lázaro, Santo Ildefonso, parte inferior direita do mapa) e numa zona central, circundante daquela de raiz medieval, como sejam o largo e calçada do Corpo da Guarda, as ruas da Bainharia, Souto, Escura, Chã, entre outras.

As obras genéricas sobre cidades e urbanismo europeus ocidentais no início do século XIX informam desta tendência para *estruturas habitacionais envelhecidas* e de fraca qualidade³⁴⁵. Os modelos urbanos europeus mantinham a preponderância de cidades pequenas ou médias relativamente à existência de cidades grandes; cidades onde o crescimento urbano se organizava tendo em conta a coluna dorsal que ainda continuava a ser a muralha: se nuns casos, esta era intocada, preservando-se a velha cidade interior e prosseguindo a expansão urbana no exterior do muro; noutros casos, era a degradação da muralha, ou destruição parcial da mesma em certos pontos, que propulsionavam o crescimento urbano³⁴⁶. Cidades como Bordéus, Paris, Ruão ou Londres, a maior cidade ocidental em 1800, são conhecidas pelo seu centro de malha urbana extremamente cerrada³⁴⁷, com marcas de tipo medieval na estreiteza, tortuosidade e sujidade geral das ruas e *habitat* urbano. O Porto situava-se neste panorama, sendo recorrentemente descrito como um lugar de ruas estreitas e sombrias, pejudicadas de imundícies e dejetos e, a coroar o quadro, com um riacho atravessando o povoado (o ‘Rio de Vila’) em cujo leito se atiravam porcarias de toda a espécie, transformando-o, nas palavras de Magalhães Basto, na “cloaca máxima” da cidade³⁴⁸. A omnipresença deste curso de água, vital e paradoxalmente sujo é referência da cidade, exemplo máximo da vida urbana portuense, onde as “*casas nobres da rua das Flores (...) davam de frente para a montureira do rio da Vila*”³⁴⁹.

Também as habitações, em si, não tinham evoluído muito, mantendo o essencial da casa medieval. Como o espaço faltava, mantendo-se no fundamental o parcelamento medieval, o prédio seria estreito, empena³⁵⁰ sobre a rua, com espaço de frontaria apenas para a porta e eventualmente uma janela para iluminação interior. A construção desenvolver-se-ia no sentido horizontal e em profundidade, com um número de divisões muito reduzido³⁵¹ ou até, único, unicelular, onde a especialização do espaço doméstico se manteria incipiente, particularmente nas casas de artesãos e outros trabalhadores do

³⁴⁵ Poussou, 1992: 39-63.

³⁴⁶ Poussou, 1992:42-46; Kotkin, 2006; entre outros.

³⁴⁷ Poussou, 1992: 43; Porter, 2000, entre outros.

³⁴⁸ Silva, 1988, vol. II: 797.

³⁴⁹ Serén e Pereira, 2000: 461.

³⁵⁰ A empena é cada uma das paredes laterais que formam um telhado de duas águas.

³⁵¹ Poussou, 1992: 334.

meio urbano³⁵². O público e o privado misturavam-se e o espaço da própria rua era lugar privilegiado de interação, social e económica, epítome do “*modo de vida urbano*”³⁵³.

Os quarteirões seriam constituídos por fileiras contínuas de casas, no máximo com dois ou três andares, organizadas de forma a moldar o perímetro fechado dum quarteirão, em modelo repetido partindo do centro religioso e pouco racionalmente organizado³⁵⁴.

Estas cidades primo-oitocentistas seriam um conjunto caracterizado pela “*desordem visual*” e “*universalidade medieval*” relativamente às formas, cores e organização do *habitat* urbano³⁵⁵. Aglomerações de carácter modesto, muitas vezes pejadas de quintais e quintas, como neste estudo se confirma acerca do Porto³⁵⁶, e onde “*não vale[ia] a pena procurar [...] edifícios magníficos [...] [nem] obras-primas da arquitectura [...], nem entre as casas particulares nem entre os edifícios públicos*”³⁵⁷ conforme notavam os viajantes em finais do século XVIII, sobre cidades portuguesas.

Assim, a má qualidade do *habitat* urbano setecentista sobrevive e perdura pelo século XIX dentro, nas cidades europeias: a descrição que encontramos de Saintes, pequena cidade francesa, para finais do século XVIII - “*(...) as ruas estreitas, sujas, mal pavimentadas, as casas muito mal edificadas (...) com um ou dois pisos, acrescidos dum ático*”³⁵⁸, *cada piso separado por faixas horizontais*”³⁵⁹ – é conivente com as

³⁵² Conforme sublinha Madureira, 1992: 141, citando os trabalhos de P. Ariés, J.-L. Flandrin (“*a grande maioria dos apartamentos urbanos dos séculos XVII e XVIII dispõe apenas de uma ou duas assoalhadas para o alojamento e a atividade profissional*”. In *Familles. Parente, maison, sexualité dans l’ancienne société*. Paris: Hachette, 1976: 95), D. Roche e outros; p. 252-253.

³⁵³ Cordeiro e Vidal, 2008: 10-11.

³⁵⁴ Mumford, 1998: 307.

³⁵⁵ Mumford, 1998: 378 e 381.

³⁵⁶ E lhe é geralmente reconhecido: “Pelo meio do traçado intrincado das (...) freguesias que constituíam o burgo dentro de muros, encontravam-se ilhas de verdura (...)”, in Serén e Pereira, 2000: 461.

³⁵⁷ Lamentava o botânico H. F. Link, vindo a Portugal em longa viagem de estudo. In França, 1998: 452.

³⁵⁸ Último andar, no cimo dum edifício, que é recuado relativamente à fachada.

³⁵⁹ Michaud, 1989, palavras dum viajante referindo-se, em 1739, à cidade de Saintes (Poitou-Charentes, França). Cit. in Poussou, 1992: 45 (trad. livre). Os comentários de viajantes e visitantes a cidades do século XVIII seguem frequentemente esta linha descritiva e sensitiva.

descrições de estrangeiros sobre as ruas e habitação portuguesas, com preeminência da Lisboa setecentista, que pela sua condição de capital suscitava mais facilmente a passagem e comentário.

Os edifícios lisboetas eram considerados sujos, mal construídos (os viajantes falam *‘da ligeireza do tecto e das paredes’*³⁶⁰) e incómodos. O interior das habitações era sombrio e mal distribuído, povoado também por piolhos, pulgas e outros insetos; com predominância de grades exteriores de madeira substituindo as janelas, devido ao alto custo das mesmas. A habitação popular carecia de divisões interiores, sendo habitual o uso de cortina improvisada; a superfície das divisões e, ou, dos alojamentos era variável mas, quando descrita, sempre muito pequena. Os portuenses palheiros da Sé descritos por Sousa Reis³⁶¹ teriam um lugar principal, o da lareira, com trempe de ferro e panela de barro, e algum espaço mais, para guarda das tigelas de barro, da lenha, da arca do pão... pouco mais.

A proliferação de cabanas de madeira, *“chamadas ‘barracas’ (...) a maior parte de um só andar e algumas com um, dois, três ou quatro no máximo”*³⁶² era assinalável – tal como a realidade portuense que estudámos também atesta. Igualmente a estreiteza, tortuosidade e imundície que as vias e *habitat* urbano apresentavam, eram sistematicamente citadas: *“a maior parte das ruas são bastante sujas, mal calçadas”*³⁶³ assinala J. Gorani; sendo de laje, no Porto, coberta de imundícies pelos carros de boi que todo o dia as cruzavam³⁶⁴. As referências à sujidade das ruas e *“aos despejos de fezes pela janela ao grito de ‘água vai’ (...) são ainda no século XIX uma constante na literatura dos viajantes”*, existindo no entanto indícios de alguma mudança nos hábitos de higiene, por via da difusão de objetos de higiene pessoal, como bacias, bidés e bispotes³⁶⁵, tendencialmente mais em Lisboa que no Porto.

³⁶⁰ Santos, Rodrigues e Nogueira, 1992, pág. 22.

³⁶¹ Reis, 1866-1867, cit. in Serén e Pereira, 2000: 462.

³⁶² Santos, Rodrigues e Nogueira, 1992: 22, citando Baretti, 1850.

³⁶³ Santos, Rodrigues e Nogueira, 1992: 22 e 25.

³⁶⁴ Serén e Pereira, 2000: 461.

³⁶⁵ Cunha e Monteiro, 2011: 228.

*“Suja e ruidosa em todas as horas do dia (...) (cidade) onde a maioria das ruas não tinha bueiros (...) (e) (...) Ainda se utilizavam as varas de porcos para fazer as limpezas ao cair das trindades”*³⁶⁶.

No imobilismo e herança medievais urbanas europeias assomava no entanto a mudança, que tomou forma na Europa entre os séculos XV e XVIII enquanto um movimento de dissolução da ordem medieval e conceção dum “novo complexo urbano”, espelho dum novo sistema de traços culturais - aquilo que Mumford apelida de “*a estrutura do poder barroco*” e que descreve como uma passagem “*da universalidade medieval à uniformidade barroca; do localismo medieval ao centralismo barroco; do absolutismo de Deus e da Santa Igreja Católica ao absolutismo do soberano temporal e do Estado nacional, como fontes de autoridade tanto quanto objetos de culto coletivo*”³⁶⁷.

As marcas das renovações urbanas setecentistas, que algumas vezes romperam muralhas e rasgaram artérias, construindo-se edifícios representativos do Poder e do Estado, ainda hoje são visíveis nas cidades europeias, constituindo frequentemente ex-libris das áreas.

O Porto participou destas mudanças, através da conhecida renovação urbana efetuada pelos Governadores de Armas do Porto João de Almada e Melo e seu sucessor no cargo (e filho), Francisco de Almada e Mendonça, no último quartel do século XVIII³⁶⁸.

*“Amplidão e clarificação”*³⁶⁹: assim poderíamos resumir as obras dos “Almadas” na cidade. Rompimento da velha muralha fernandina em vários pontos, quando necessário, como por exemplo, para construir edifícios-símbolo diferenciando claramente o poder laico, daquele religioso (Real Teatro de S. João, em 1798; Quartel

³⁶⁶ Serén e Pereira, 2000: 461.

³⁶⁷ Mumford, 1998: 375-376 e 378.

³⁶⁸ Foi entre 1763 e 1804 que o desenvolvimento urbanístico do Porto ficou centralizado numa única instituição e direção, a “Junta de Obras Públicas”, financiada por rendimentos próprios assegurados e complementada pela ação da Companhia de Agricultura das Vinhas do Alto Douro, com sede na cidade. Os Almadas presidiram a este organismo, assessorados por engenheiros militares e arquitetos e haviam de lançar um verdadeiro plano de reordenação urbana, parcialmente conseguido.

³⁶⁹ Mumford, 1998: 378.

das Partidas Avulsas/Real Casa Pia, entre 1790-1804). Mas também se racionalizavam espaços para novas construções representativas do poder laico e que caracterizam no Porto o estilo neoclássico, como o Hospital de Santo António (1769); ou o Quartel de Santo Ovídio (1790-1806).

Construção de ruas retas e arejadas, nem que para isso se destruíssem ruelas e becos ou se encanassem rios - caso da rua Nova de S. João, ligando a Praça da Ribeira ao Largo de S. Domingos, assente em arcaria que cobria o leito terminal do rio de Vila; das ruas Direita (atual rua de Santo Ildefonso), do Reimão (atual Avenida Rodrigues de Freitas), dos Quartéis (atual rua D. Manuel II), de Santa Catarina, de Cedofeita, da Calçada da Natividade (atual rua dos Clérigos), da rua Nova das Hortas (troço inicial da atual rua do Almada, na sua parte sul), ou ainda do Passeio das Virtudes. Realinharam-se fachadas e ruas, exigiu-se que o risco de novas ruas fosse acompanhado pelos desenhos dos alçados a construir³⁷⁰.

Coexistência, é a característica citadina, como aliás já corroborámos em trabalhos anteriores³⁷¹. Paredes-meias com as construções degradadas, estavam as “casa(s) palaçada(s)” e “casa muito boa”, 1,98% das ocorrências em que o arrolador quis destacar as características da habitação³⁷². Muitas destas casas apalaçadas, regra geral associadas à nobreza, seriam eventualmente “quintas” (atrás mencionadas por nós)³⁷³ embora não consigamos determinar com exatidão tal ligação, por omissão da fonte. Não obstante, a regra seria “ter amplos jardins”, serem situadas, quer “às portas” da cidade, quer no “traçado urbano” da mesma, com existência de um piso nobre e sótão para criadagem, acedendo-se àquele por escadaria, exterior (no pátio de honra) ou interior (devido aos condicionalismos do espaço urbano)³⁷⁴. De notar que também neste tipo de habitações, materialmente mais bafejadas pela sorte, o interior era com frequência frio e húmido, usando-se mais as tapeçarias nas paredes, que no chão. Maior número de divisões no alojamento, é certo, mas nem por isso, muito mais conforto. Desde meados

³⁷⁰ Serén e Pereira, 2000: 378-382; bem como Salgueiro, 1992: 181-182; finalmente, Mandroux-França, 1986.

³⁷¹ Fernandes, 1995; Fernandes, 2005: 47-73; Fernandes, 2000a: 501-545.

³⁷² Respetivamente, 43 e 3 casos, num total de 2318 casos (num universo de 7828 registos de alojamento).

³⁷³ “Praticamente no meio de uma quinta se situavam as casas nobres da Junqueira...”, in Cunha e Monteiro, 2011: 227.

³⁷⁴ Cunha e Monteiro, 2011: 224-227.

do século XVIII multiplicavam-se as peças de mobiliário, distintivas de diferenciação entre espaços mais privados e mais públicos; mas o estatuto social era entendido como a ser assumido essencialmente fora de portas, não dentro³⁷⁵. Não se julgava uma pessoa pela sua casa, antes pelo seu acesso a signos exteriores de distinção³⁷⁶, como o vestuário ou a posse de carruagem própria.

*“(...) A diferenciação social não se espelha ainda numa diferenciação dos espaços urbanos. Lado a lado, coexistem casas ricas e habitações populares”*³⁷⁷. As imagens que poderíamos portanto captar de bem-estar objetivo, material, entrelaçam-se com o contexto, dum bem-estar material muito mais reduzido, manchas com fronteiras esbatidas, frequentemente sobrepostas, com a agravante de que a partilha do espaço residencial e ocupacional se mantinha visível, como o era em qualquer outra cidade de inícios de oitocentos, estando o mundo do trabalho presente no da domesticidade e vice-versa.

Não obstante, conseguimos detetar áreas de concentração de construção acima da média (FIGURA 3-6).

³⁷⁵ Serén e Pereira, 2000: 462.

³⁷⁶ Madureira, 1992: 253; também Garden, 1975: 246.

³⁷⁷ Serén e Pereira, 2000: 383.

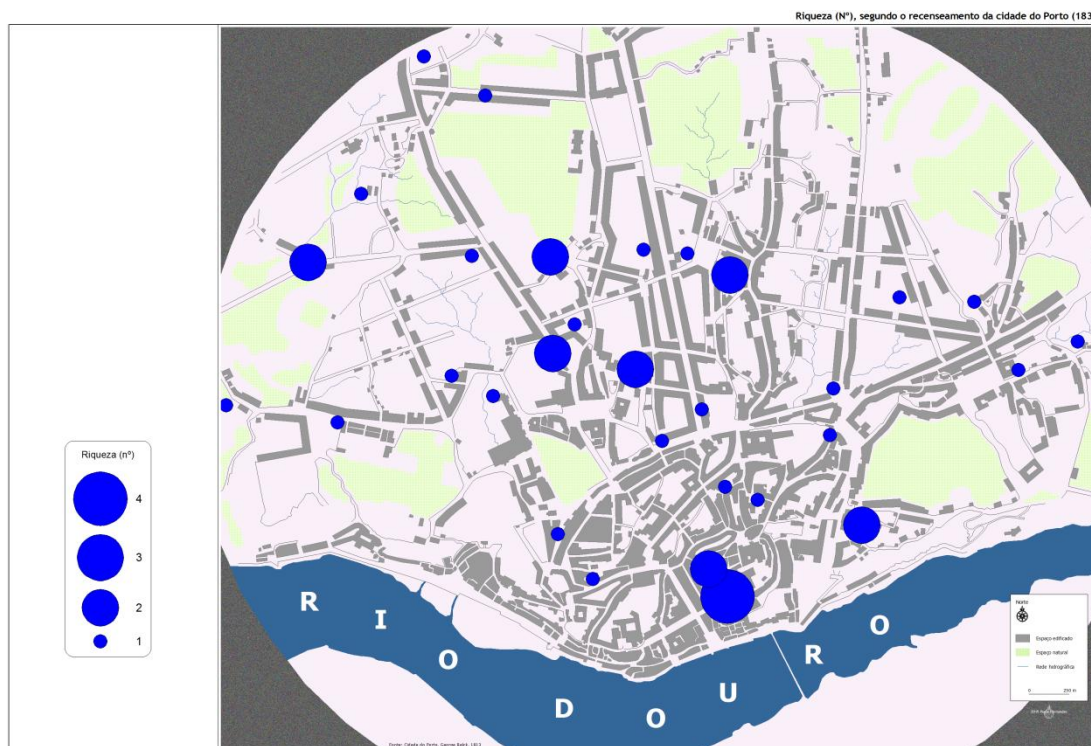


FIGURA 3-6: Edificações denotando riqueza (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832

NOTA: Contagem de *casa palçada* e *casa muito boa* por artéria, Recenseamento de 1832

As construções opulentas concentravam-se apenas em 36 artérias, num total de 264 listadas. Não por acaso, será o entorno da Sé a área de maior concentração de casas *palçadas* (rua de Trás da Sé e largo do Paço), seguindo-se-lhe a zona do Carmo-Cedofeita (quadrante superior esquerdo do mapa), a tradicional rua do Bonjardim (círculo maior do quadrante superior direito do mapa) e uma esboreada constelação de construções de muito boa qualidade um pouco por toda a área urbana considerada.

Tomado o primeiro relance sobre o parque imobiliário portuense destes inícios do século XIX, verifiquemos como se apresentava o alojamento.

3.1.1 O quadro habitacional. Tendências na distribuição do alojamento

Antes do mais, era declarada a importância do *morro da Sé*, funcionando como referência espacial, plataforma de partida da fixação dos cidadãos no terreno. A partir dele se foram organizando os eixos residenciais (e ocupacionais) portuenses.

Dentro das preocupações orientadoras deste trabalho, questionámos inicialmente a *distribuição residencial dos habitantes do Porto de início do século XIX*. Reconhecida esta, poderíamos numa fase seguinte apurar da possível delimitação de grupos socioprofissionais e respetivos espaços na cidade, tendo em conta a incipiente especialização do espaço habitacional comum na época (ponto 3.1.2.).

Num primeiro momento detetámos agrupamentos de vias divididos pelo número de registos que lhes era adstrito e a que poderíamos chamar de “eixos preferenciais de aglomeração populacional” portuense no primeiro terço do século XIX (ANEXO L, QUADRO L-1). Compreensivelmente, pouco mais dum quarto (26,44%) dos registos concentra-se num reduzido número de grandes eixos viários, concretamente treze (13) artérias, já visíveis em espaços cartografados, mesmo vinte anos antes (FIGURA 2-1). Quase metade dos averbamentos concentra-se em cerca de centena e meia de artérias, de extensões comparativamente mais reduzidas e densidade populacional variáveis, mas com a característica de nelas albergarem nunca mais de meia centena de assentos de alojamento.

O número de vias com registos habitacionais muito reduzidos (entre 1 e 9 alojamentos) ainda é interessante: aproxima-se das nove dezenas de casos (93 existências).

Optámos por manter a abordagem ao nível da unidade de análise “artéria”, já que a agregação dos eixos urbanos de ocupação habitacional por freguesias ou paróquias sofreria de sobreposições, imprecisões e flutuações históricas de monta³⁷⁸ e dificultaria ainda mais a comparação em momentos diferentes do tempo.

³⁷⁸ Já por nós exploradas em Fernandes, 1995.

QUADRO 3-1: Agrupamentos de número de alojamentos no Porto, por artéria (1832)

Agrupamentos de número de alojamentos por artéria	Total de artérias	Proporção de alojamentos em relação ao total arrolado (7828 alojamentos) %
Entre 100 – 400	13	26,44
Entre 50 – 99	26	22,79
Entre 10 – 49	151	44,36
Entre 1 – 9	93	6,41
Total	283	100

FONTE: ANEXO L, QUADRO L-1. Edifícios, fogos e fogos por edifício, segundo existência de representante do fogo, por artéria, Recenseamento 1832, Porto

Assim, treze (13) artérias arrolam acima dos cem (100) casos registados em cada uma, num recenseamento geral da cidade que totaliza sete mil, oitocentos e vinte e oito (7828) assentos.

Temos, por ordem decrescente, a rua do Bonjardim (335 casos), Almada (204 assentos), Santo Ildefonso/rua Direita (199 casos), Cedofeita (190), Santa Catarina (177 averbamentos), Flores (165), Praia de Miragaia (143), ruas de Cima do Muro (118), Santo António (114 registos), Caldeireiros/Ferraria de Cima (109), Santo Ovídio (109), Rainha (104), Bela da Princesa (103).

Um pequeno exercício de reagrupamento dos dados tendo por base o seguimento do traçado urbano das vias em estudo, independentemente da designação que as mesmas detinham, muda levemente a ordenação, mas não a importância proporcional. Vejamos: à rua do Bonjardim (eixo de sentido sul-norte), seguir-se-iam, de forma descendente e respetivamente, os eixos Hortas-Almada³⁷⁹ (eixo de sentido sul-norte), Santa Catarina-Bela da Princesa³⁸⁰ (eixo de sentido sul-norte) e Santo Ovídio-Rainha³⁸¹ (eixo de sentido sul-norte) para seguidamente se perfilarem então as restantes vias acima

³⁷⁹ Rua do Almada (204 registos) e rua das Hortas (78 registos) completam 282 registos. Se aduzirmos ainda os onze (11) registos relativos à rua de Germalde (continuação, a norte, do traçado da rua do Almada), temos o total de 293 averbamentos para este eixo.

³⁸⁰ Rua de Santa Catarina (177 registos) e rua Bela da Princesa (103 registos) totalizam 280 registos.

³⁸¹ Rua de Santo Ovídio (109 assentos) e rua da Rainha (104 registos), completando 203 averbamentos.

assinaladas: Santo Ildefonso/rua Direita, Cedofeita, Flores, Praia de Miragaia, ruas de Cima do Muro, Santo António, Caldeireiros/Ferraria de Cima, entre outros.

Este grupo de vias totalizava 26,44% do total dos registos.

Eram eixos relativamente extensos, rasgados na malha urbana e claramente visíveis, no espaço cartografado (FIGURA 2-1, mapa datado de 1813, lembremo-nos): quando agregamos os registos, cuja unidade de análise é o fogo ou alojamento, por edifícios, os valores numéricos alteram-se, mas a ordem proporcional mantém-se praticamente a mesma³⁸².

Registe-se que já nos *afastámos do entorno mais próximo do morro da Sé e dos patamares topográficos que lhe estão próximos* e que ainda dois séculos antes albergavam as maiores densidades populacionais da cidade.

No momento analisado, os *grandes itinerários de alojamento* encontram-se tendencialmente esboçados em *dois patamares de altitude* e em *dois sentidos*, repetidos na orientação este(E)-oeste(W) e sul(S)- norte(N).

³⁸² No recenseamento de 1832, para um total de 7828 registos, detetámos 7418 edifícios. Assumimos “edifício” como “construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins”, in <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6894>, consultado em Agosto. 2014. Ordem encontrada: Bonjardim (303 edifícios), Almada (176 e respetiva continuação, na rua das Hortas, 71), Santo Ildefonso/Direita, no mapa (192), Cedofeita (174), Santa Catarina (172 e respetiva continuação, na rua Bela da Princesa, 103), Flores (162), Praia de Miragaia (133), ruas de Cima do Muro (115), Santo António (106), Caldeireiros/Ferraria de Cima (106), Santo Ovídio (99), Rainha (99). ANEXO L, QUADRO L-1.

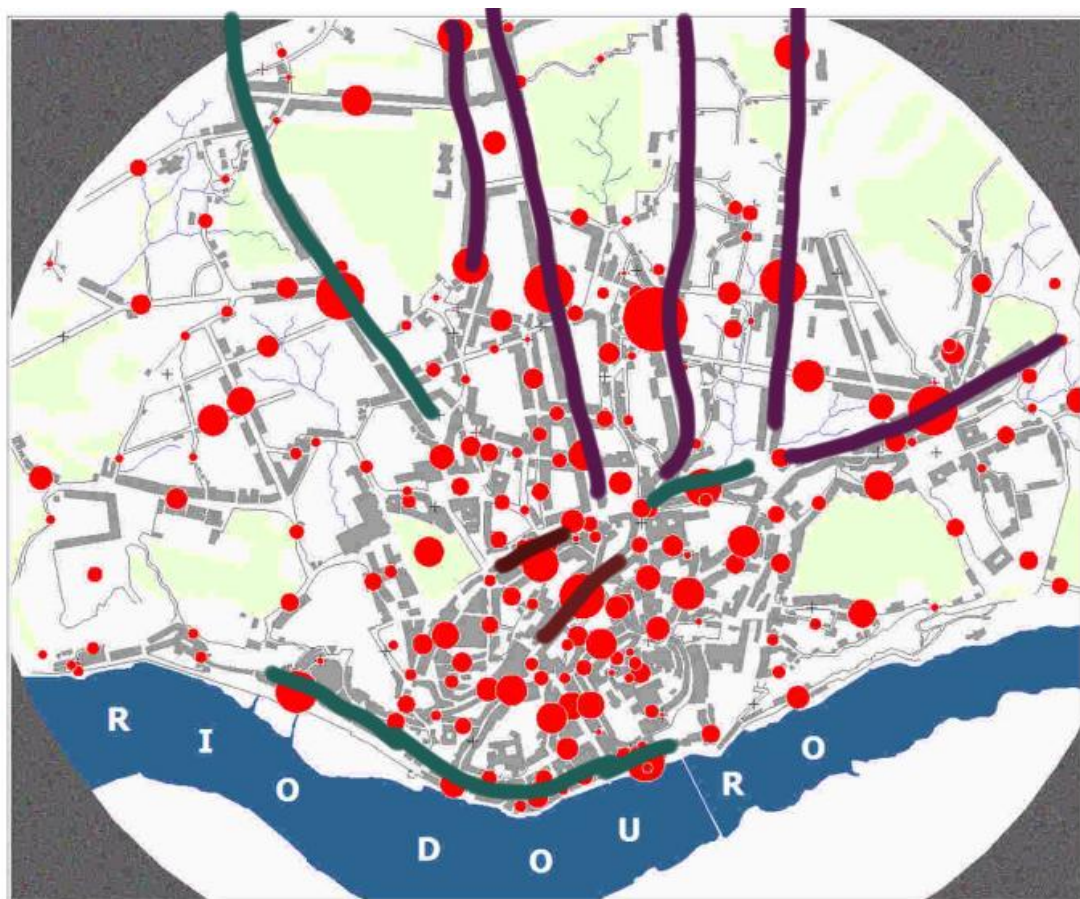


FIGURA 3-7: Principais eixos de aglomeração residencial, Porto, 1832

Num primeiro patamar, uma *zona mais alta e afastada do rio Douro*, destacam-se dois fusos de orientação, nos *sentidos sul-norte (S->N) e este-oeste (E->W)*, a saber e respetivamente, os eixos do Bonjardim, eixo Hortas-Almada (entre os 60 e os 80 metros acima do nível do rio), eixo Santa Catarina-Bela da Princesa (80 a 100 metros), eixo de Cedofeita (80 a 100 metros), eixo da rua de Santo Ovídio-rua da Rainha (100 a 120 metros), com o ponto de partida meridional situado em terraços já significativamente afastados da margem ribeirinha. No *sentido este-oeste (E->W)*, sobressaíam os eixos de Santo Ildefonso/rua Direita e o da rua de Santo António.

Num segundo patamar, numa *zona mais baixa e acompanhando a zona ribeirinha*, evidenciam-se os já conhecidos fusos de *orientação este(E)-oeste(W)* da Praia de Miragaia e da rua de Cima de Muro ou, de *sul (S) para norte (N)* e partindo do rio, galgando os montes, as velhas vias da rua dos Caldeireiros/Ferraria de Cima e das Flores.

Vinte e seis (26) vias agregam em si entre cinquenta (50) e noventa e nove (99) casos. Encontramos, por ordem decrescente, a rua Chã (87 registos), de Trás (85), Formosa (84), de Cima de Vila (83), do Senhor do Bonfim (81), do Príncipe (80), Ferraria de Baixo (78) e Hortas (78), Bainharia (77), Boavista e Congostas (cada uma com 76 casos), a praça da Cordoaria, a praça de São Lázaro, a rua dos Mercadores, o largo da Aguardente, a rua do Rosário, do Sol, a rua Nova de S. João, das Taipas, dos Banhos, da Alegria, do Alecrim, da Falperra, do Carvalhido, o largo e calçada do Corpo da Guarda, a praça dos Ferradores. Este grupo de vias totaliza 22,79% do total dos registos;

Tomados como um conjunto, os dois primeiros grupos de itinerários totalizam 49,23% do total de registos de alojamento do Porto em 1832.

Cento e cinquenta e uma (151) artérias são indicadas com um número de alojamentos igual e acima dos dez (10) e até aos quarenta e nove (49) registos por via, totalizando este grupo de artérias 44, 36% do total de registos: encontramos, por ordem decrescente, a rua de São Vítor (49 casos), as do Vilar e Belmonte (48 casos cada), Escura (46), a praça de Santo Ovídio e a calçada dos Clérigos (45 assentos respetivamente), do Poço das Patas (44), as escadas dos Guindais, rua do Souto, do Bolhão, a praça Nova (43 casos cada); a rua do Pinheiro (42), a rua Nova dos Ingleses (41), da Lada e do Breyner (40 registos), a rua de Santo André (38), as ruas do Laranjal, da Torrinha, do Loureiro, dos Quartéis da Torre da Marca (37); rua da Reboleira (36); ruas da Picaria, da Piedade, do Calvário (35); ruas do Paço, do Priorado e zona do Pé do Monte e Bouça (34); ruas do Moinho de Vento e de S. Miguel (33); ruas do Cativo, da Batalha, de São Jerónimo e viela dos Gatos (32); as ruas de Fradelos, da Porta de Carros, dos Pelames, do Bispo e praça da Alegria (30 assentos); a rua da Fonte Taurina, largo de São Bento, viela do Ferraz, escadas do Codeçal, largo de Santo Ildefonso e praça de Santa Teresa (29 averbamentos); entre outras.

Noventa e três (93) vias agregam em si de um (1) até nove (9) registos, num total de 6,41% do total dos averbamentos deste censo citadino. Dentro deste grupo encontramos a zona do Barredo, o largo da Boa Nova, passeio das Virtudes, a rua de Monte Belo, do Carmo, do Melo, as vielas da Fonte e das Liceiras, o largo de S. Pedro (9 registos cada um); seguidos pelos cais da Ribeira, calçada do Rolêto, largo e rua do Adro, os largos da Ramadinha, Camarão, do Correio, do Paço, as ruas da Conceição, das Oliveiras, de S. Sebastião, das Balas, de Campo Pequeno, as travessas da Nora, de

S. Nicolau e viela da Venda (com 8 registos); seguindo-se-lhes os grupos de artérias com sete (7) a um (1) registos.

Os “*eixos preferenciais de aglomeração populacional*” detetados *reafirmam e alongam no espaço*, em inícios de oitocentos, as orientações experimentadas no Porto desde a época medieval.

Tendo a plataforma da Sé funcionado como polo agregador da população desde muito cedo, existem indícios de deslocação residencial das elites económicas portuenses *de este (E) para oeste (W) e de sul (S), para norte (N)*; isto é, do morro da Pena Ventosa (ou Sé), para o monte da Vitória já na passagem dos *séculos XV para XVI*.³⁸³

Estudos realizados sobre a distribuição habitacional dos negociantes da cidade, nos séculos XV e XVI apontam a interessante clivagem de opção residencial entre negociantes provenientes das velhas famílias do burgo e negociantes Cristãos-Novos. Sendo ambos os grupos detentores tanto de poder económico, como político (nesta última área, existia uma predominância dos burgueses cristãos-velhos nos cargos de governação da cidade e termo), certo é que aos cristãos-velhos se adequava o alojamento na área mais tradicional e medieval do burgo, ou seja, em torno da Sé, no morro da Pena Ventosa. Distinguem-se assim, rodeando a zona da catedral e acompanhando a morfologia do morro da Pena Ventosa, os eixos residenciais das ruas dos Mercadores (eixo 2, sentido N->S) e da Sé à zona de Santana (eixo 9, sentido W->E). Extensões espaciais deste núcleo duro, serão o eixo da rua Nova (futura ‘Nova dos Ingleses’) (1) – zona da Ferraria (3) e de S. Francisco (3), sentido E->W, acompanhando o rio) e finalmente, o eixo das Congostas (6, sentido S->N), todos marcados com a cor azul no mapa abaixo.

Podemos detetar as zonas da Praça da Ribeira (letra A), da Alfândega (velha) (letra B) e do Largo de S. Domingos (letra C), como balizas e limites, a sul e a noroeste, da implantação residencial dos negociantes portuenses, para o século XV.

³⁸³ Barros, 2008: 89-112.

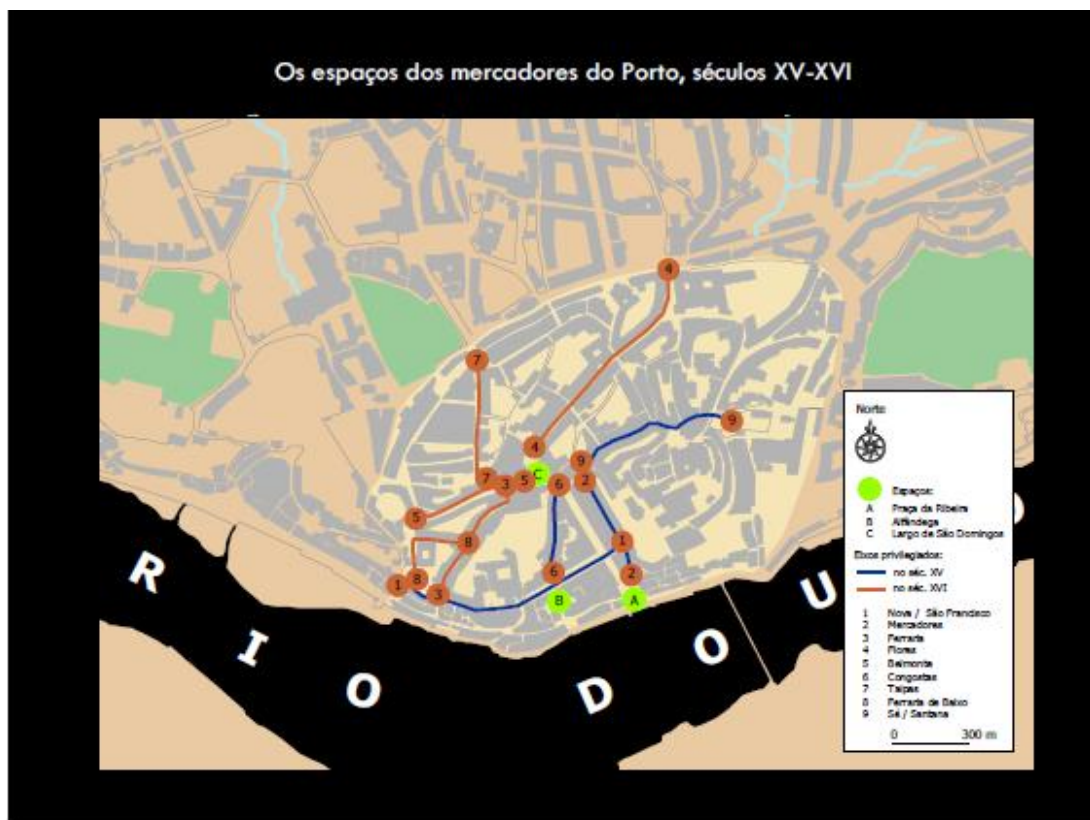


FIGURA 3-8: Eixos residenciais dos mercadores do Porto, séculos XV-XVI³⁸⁴

As preferências habitacionais dos mercadores irão evoluir sociológica e espacialmente ao longo do século, podendo detetar-se as mudanças de segmento acima marcadas com a cor castanha. Parece ter ocorrido uma basculação de eixos de implantação habitacional no sentido norte, com proeminência dos espaços de noroeste. A Praça da Ribeira e a Alfândega (velha) já não surgem como balizas delimitadoras, antes são zonas um pouco afastadas, a sul. Pelo contrário, o Largo de S. Domingos (letra C) tornou-se em nó central de um eixo maior de fixação, correndo de NE a SW, constituído pela rua das Flores (4), Ferraria (3) e Ferraria de Baixo (8). Também de S. Domingos saem extensões para oeste (Belmonte, (5)) e norte (rua das Taipas, 7).

A deslocação residencial das elites económicas burguesas portuenses entre os séculos XV e XVI faz-se, pois, no sentido do morro da Pena Ventosa, para o monte da Vitória. De este, para oeste (E->W) e de sul, para norte (S->N).

³⁸⁴ Barros, 2008: 89-112.

Estas são *tendências de continuidade*, atestadas em sucessiva análise e épocas cronológicas, com algumas ramificações e complexificação. Cem anos mais tarde, na passagem do século XVI para o século XVII, F. Ribeiro da Silva deteta as mesmas predisposições de alojamento, em aproximação à distribuição da população (urbana, não mercantil, note-se) por artérias no Porto³⁸⁵. Mantém-se a notoriedade do eixo residencial que tem como plataforma de partida, a catedral. Descendo o morro da Sé, este fuso ligava o topo do mesmo à Praça da Ribeira (via rua Escura-rua da Bainharia-rua dos Mercadores).

Permanecem os eixos centrais de ligação norte-sul, utilizando a rua das Flores, S. Domingos e Congostas, sendo que tal eixo se inicia mais a norte, na zona de Cima de Vila e da rua Chã (e depois, em percurso descendente para o rio, seguindo pela rua das Flores,³⁸⁶ entre outras; como descrito nesta frase e se pode notar, seguindo a FIGURA 3-8, acima).

As ligações a oeste também são mantidas e ampliadas, em dois níveis paralelos e de diferente altitude, seguindo o rio. Cotejando o Douro, um eixo bipartido, dum e doutro lado da Praça da Ribeira. Constituído, a este, pela rua da Lada e Barredo; tal ligação seguirá, a oeste, pela rua da Fonte Taurina e Reboleira. Outro fulcro situado na zona ocidental da cidade, mas ainda na área em torno do monte da Vitória, era aquele estabelecido pela rua de Belmonte-rua da Ferraria Nova-rua Nova-rua dos Banhos-rua da Ourivesaria³⁸⁷.

Um pouco acima nos morros da cidade, a norte, portanto, outro fuso bipartido surgia, com centro agora na Porta do Olival. Para leste, descia-se as ruas da Lagem e do Souto, subindo depois até à Sé (sentido revelado: do monte da Vitória, para o monte de Pena Ventosa). Para sudoeste, seguiam-se as ruas de S. Miguel e das Taipas, seguindo o relevo do monte da Vitória.

³⁸⁵ Silva, 1988, vol. I: 106-107.

³⁸⁶ Passando ao lado do Mosteiro de Avé Maria e da rua de Carros; e passando a ponte de S. Domingos, terminando nas Congostas, informa F. Ribeiro da Silva, 1988, vol. I: 106.

³⁸⁷ Parte destas ruas haviam desaparecido na primeira metade do século XIX: a Ferraria Nova transformar-se-á em Ferraria de Baixo e Ferraria de Cima, as ruas dos Banhos e da Ourivesaria, ao pé uma da outra, desapareceriam quando foi construída a Rua Nova da Alfândega. Nelas se situavam as oficinas dos tanoeiros do Porto na zona da beira-rio. in Silva, 2008: 33.

Parece ser esta deslocação mais acentuada da concentração habitacional urbana para norte, o único indicador revelador de mudança.

A distribuição da população urbana por artérias na época seiscentista parece ter tido, pois, *cinco eixos preferenciais*³⁸⁸, todos eles mantendo as tendências anteriormente preferidas, com a exceção da basculação habitacional para norte, subindo os morros que constituem a plataforma de inserção do Porto.

Existem indícios de maior densidade de povoamento nas ruas dos Mercadores, Cangostas, Bainharia, Lada, Laje e rua Chã.

Finalmente, parece claro que, na época, a maior aglomeração populacional urbana ocorria em torno do edifício da Sé: a rua das Aldas, rua do Pé das Aldas, rua dos Pelames, rua da Bainharia, rua dos Mercadores e rua Escura.

Mas “o burgo propriamente dito (continuava a ser) constituído pelo espaço circunscrito pela linha das muralhas”³⁸⁹.

Cerca de duzentos anos depois (1832), revelam-se disposições de alojamento que tendencialmente prolongam as orientações iniciadas em tempos medievais, isto é, um alongar das formas urbanas para norte e oeste (a caminho da foz do rio), mas também, este³⁹⁰.

A existência de “*eixos preferenciais de aglomeração populacional*”, acima descritos, indicaria algo sobre a densidade dessa aglomeração, isto é, poderia favorecer um maior *ratio* de fogos por edifício?

Compreensivelmente, a relação parece ser inversa, isto é, é o *agrupamento de eixos com menor total de casos por artéria* (entre um (1) e nove (9) registos) aquele que regista os *maiores ratios fogos/edifício* (para casos em que nos alojamentos registados

³⁸⁸ São eles: 1. da Porta de Cimo de Vila à Rua das Cangostas (sentido oeste-sudeste); 2. do morro da Sé à Praça da Ribeira (sentido norte-sul); 3. da Porta do Olival para leste (até ao morro da Sé) e para sudoeste, incluindo as ruas de S. Miguel e das Taipas; 4. eixo correndo paralelo ao rio, tendo por centro a Praça da Ribeira e avançando para leste e para oeste desta; 5. eixo na zona ocidental, abrangendo as ruas de Belmonte, Ferrarias, Banhos, Ourivesaria. In Silva, 1988, vol. I: 106-107.

³⁸⁹ Silva, 1988, vol. I: 79.

³⁹⁰ Veja-se o excelente trabalho de Oliveira, 2013, ANEXO I, FIGURAS I-1.

existe informação completa sobre os representantes de alojamento): 3 fogos por edifício na rua do Forno Velho de Cima; 2 nas escadas da Sé e na rua de Salgueiros; 1,6 na rua de Entre Quintas; 1,5 nas vielas do Pasteleiro e dos Tintureiros, na travessa dos Entrevados, na rua dos Três Reis Magos; 1,3 fogos por edifício no largo da Picaria e na rua de S. Paulo; 1,29 no largo de S. João Novo; 1,25 na rua da Cancela Velha, evoluindo o *ratio* de forma descendente a partir deste caso.

Nos dois agrupamentos de vias com maiores totais de alojamentos por artéria (entre os cem (100) e os quatrocentos (400) averbamentos e entre os cinquenta (50) e os noventa e nove (99) casos), não encontramos *ratios* de fogos por edifícios neste patamar. Os casos de maior densidade residencial rondam os 1,18 fogos por edifício (rua do Almada, primeiro agrupamento), seguidos de 1,16 fogos/edifício na praça dos Ferradores (segundo agrupamento de vias). Seguem-se-lhes as ruas do Bonjardim (1,13 fogos/edifício, primeiro agrupamento de vias), Cedofeita, Congostas e Banhos (com 1,12 fogos/edifício, respetivamente no primeiro agrupamento de vias com cem e mais registos e no segundo grupo, para os dois últimos casos). Com 1,11 fogos/edifício temos a praia de Miragaia e a rua de Santo Ovídio (primeiro grande grupo de vias) e rua de Cima de Vila (grupo de vias com cinquenta (50) a noventa e nove (99) registos/artéria); situando-se as ruas Chã, das Hortas e dos Mercadores no patamar dos 1,10 fogos/edifício, no conjunto formado pelas vias de 50 a 99 casos/artéria.

As cento e cinquenta e uma (151) artérias com dez (10) a quarenta e nove (49) averbamentos por via apresentam *ratios* de fogos/edifício oscilando entre um máximo de 1,75 fogos por edifício (travessa do Outeirinho) e 1,00; apresentando as densidades relevantes de 1,52 fogos/edifício (calçada dos Clérigos); 1,50 (travessa dos Clérigos); 1,33 (rua do Correio); 1,29 (travessa da Trindade); 1,25 (viela de S. Roque); 1,24 (praça de Santo Ovídio); 1,22 (largo da Igreja da Lapa e praça de Santa Teresa); 1,20 (rua de Santa Teresa e travessa da Picaria); prosseguindo de forma descendente³⁹¹ até aos 1,10

³⁹¹ Ratio de 1,19 fogos/edifício na rua do Laranjal; 1,17 nas ruas da Reboleira, do Moinho de Vento, de S. João Novo e travessas dos Banhos e das Liceiras; 1,15 nas ruas dos Bragas, de S. Nicolau, do Cativo, da Lada, da Picaria, do Pé do Monte e Bouça, do Belmonte e praça Nova; 1,14 fogos/edifício nas ruas da Pena Ventosa, do Bispo, do Estêvão, largo da Torre da Marca, calçada de Monchique e travessa do Monte dos Judeus; 1,13 fogos/edifício nas ruas da Cordoaria Velha e da Pena, escadas do Codeçal, largo de Santo Ildefonso e travessa de

fogos/edifício, nas ruas do Calvário, dos Fogueteiros, de S. Crispim, Germalde e praça da Batalha. A sequência de fogos/edifício seguinte é descendente (ANEXO L, QUADRO. L-1).

Sintetizando, a *dimensão média de fogos por edifício*³⁹² varia, em 1832, entre os 3 e os 1 fogos/edifício, verificando-se uma dimensão média de fogos por edifício de 1,07 fogos por casa.

3.1.2 Dinâmicas urbanas e socioeconómicas: evolução da estrutura do alojamento e dos agregados familiares em oito artérias do centro do Porto nas primeiras décadas do século XIX

Tentámos perceber a *dinâmica evolutiva*, verificando do mesmo ratio em 1800: cerca de trinta anos antes, a *dimensão média de fogos por edifício* variava entre os 5 e os 1 fogos/edifício, verificando-se uma dimensão média de fogos por edifício de 1,78 fogos por casa (ANEXO N, QUADRO. N-1).

Assumindo a debilidade da comparação possível, realizada para os casos de oito (8) artérias, embora do centro do Porto antigo³⁹³ (comparação abrangendo 4,02% do total de fogos com representante de alojamento conhecido recenseados em 1832)³⁹⁴, evidencia-se uma *tendência de decréscimo da ocupação residencial* (e ocupacional, mercê da incipiente especialização do espaço doméstico e ocupacional).

Germalde; 1,11 nas ruas das Fontainhas e da Fábrica, na viela dos Gatos e na praça do Carmo.

³⁹² Para registos de alojamento em que existe informação sobre representante do alojamento (no quadro D1. informação designada como “Morador conhecido”, para as três colunas indicando “Edifícios”, “Fogos”, “Fogos/Edifício”, ANEXO L, QUADRO. L-1.

³⁹³ Largos de S. Domingos e S. João Novo, ruas de Belmonte, da Biquinha, da Ferraria de Baixo, das Congostas, de S. Crispim e de S. João Novo.

³⁹⁴ Um total de 236 fogos no conjunto das 8 artérias em causa, relativamente a um total de alojamentos com morador conhecido de 5865 casos.

QUADRO 3-2: Número de fogos por artéria, Porto (1800 e 1832)

Artéria	1800	1832
	N	N
Largo de S. Domingos	34	15
Largo de S. João Novo	10	10
Rua da Biquinha	21	12
Rua da Ferraria de Baixo	75	78
Rua das Congostas	77	76
Rua de Belmonte	61	48
Rua de S. Crispim	10	11
Rua de S. João Novo	29	23
Total	317	273

Todas as vias analisadas mostram decréscimo de densidade de fogos por edifício, com exceções de desvio pouco significativo, como sejam os casos da rua de S. Crispim³⁹⁵ (média de 1,10 fogos/edifício em 1832 contra 1,00 fogos/edifício para 1800); do largo de S João Novo, que mantém as grandezas; ou as vias mais populosas da amostra, as ruas de Ferraria de Baixo e Congostas, que revelam um desvio mínimo de sentido inverso da tendência. Anotemos, porém, nestes dois casos, o alto índice de fogos sem representante conhecido em 1832 (respetivamente, 20 e 10 casos, para totais de 78 e 76 assentos; ou seja, 25,64% e 13,16% do total de registos de alojamento por artéria), facto que forçosamente influencia estes resultados. A comparação efetuada, foi-o, entre fogos com representante conhecido, que em 1800, é 100% da amostra, não ocorrendo o mesmo em 1832.

Portanto, não só a dimensão média de fogos por edifício diminuiu entre o início e os anos 30 do século XIX (de 1,78 fogos/casa para 1,07) como diminuiu o intervalo de existência possível de fogos/edifício (respetivamente, de entre 5 e 1 fogos/edifício, para entre 3 e 1 fogos/casa).

O resultado do exercício de comparação da *quantidade de edifícios habitados por artéria* em causa para os dois momentos temporais inscreve-se na *mesma tendência de rarefação residencial da zona*, embora permita *matizar* a mesma e analisar melhor *as relações entre as partes*. No largo de S. Domingos, ruas da Biquinha, Congostas e

³⁹⁵ ANEXO O, QUADRO O-1.

Belmonte verifica-se o arrolamento de menos edifícios habitados em 1832; embora a rua de S. Crispim mantenha o valor em causa; e as rua e largo de S. João Novo apresentem mais edifícios habitados em 1832 (QUADRO 3-3).

QUADRO 3-3: Edifícios e agregados familiares (Nº) em oito artérias do centro do Porto, 1800 e 1832: permanência e mobilidade

Artéria	Edifícios			Agregados familiares		
	1800	1800 e 1832	1832	1800	1800 e 1832	1832
Largo de S. Domingos	17	12	2	34	0	15
Largo de S. João Novo	1	4	4	9	1	9
Rua da Biquinha	5	10	2	18	3	9
Rua da Ferraria de Baixo	17	41	31	60	15	63
Rua das Congostas	61	61	7	43	34	42
Rua de Belmonte	14	32	10	48	13	35
Rua de S. Crispim	1	9	1	3	7	4
Rua de S. João Novo	1	14	6	26	3	20

O QUADRO 3-3 lista os casos das variáveis em questão (“edifícios”, nas 3 colunas numéricas à esquerda, “agregados familiares” nas 3 colunas à direita) existentes só em 1800 (1ª e 4ª colunas numéricas), só em 1832 (3ª e 6ª colunas numéricas) e aqueles que, existindo no primeiro marco temporal, permanecem no segundo (respetivamente, 2ª e 5ª colunas numéricas)³⁹⁶. Ressalvemos que há neste exercício comparativo uma margem de erro a assumir, desde já, porque como os critérios de inclusão nas inquirições em causa eram diferentes, as operações de harmonização de dados foram diversas; depois, há que levar em conta o contexto de guerra do segundo e último momento cronológico (portanto, cena de movimentação intensa de gentes). Finalmente, bastaria a alguns destes agregados domésticos mudar de residência, na zona, mas para outras artérias que não as consideradas na amostra, para que os resultados emergentes conhecessem significativas mudanças.

De qualquer modo, esta é, neste momento, a comparação possível.

³⁹⁶ O método seguido tomou como indicadores, no caso dos edifícios, o número de polícia; no caso dos agregados familiares, conjugaram-se critérios vários, nomeadamente o nome do representante de alojamento ou cabeça de casal, ocupação, pertença a um dado edifício (destrinçável pelo respetivo número de polícia) ou a um outro da mesma artéria, naturalidade, entre outros.

A representação gráfica que o tratamento dos dados acima expostos proporcionou, permite uma leitura mais imediata e rica (FIGURA 3-9 e FIGURA 3-10, abaixo, onde a cor vermelha é o conjunto da intersecção da proporção de casos presentes em 1800 e 1832, a cor azul refere-se à proporção de casos só existentes em 1800 e a cor laranja, àquela só presente em 1832).

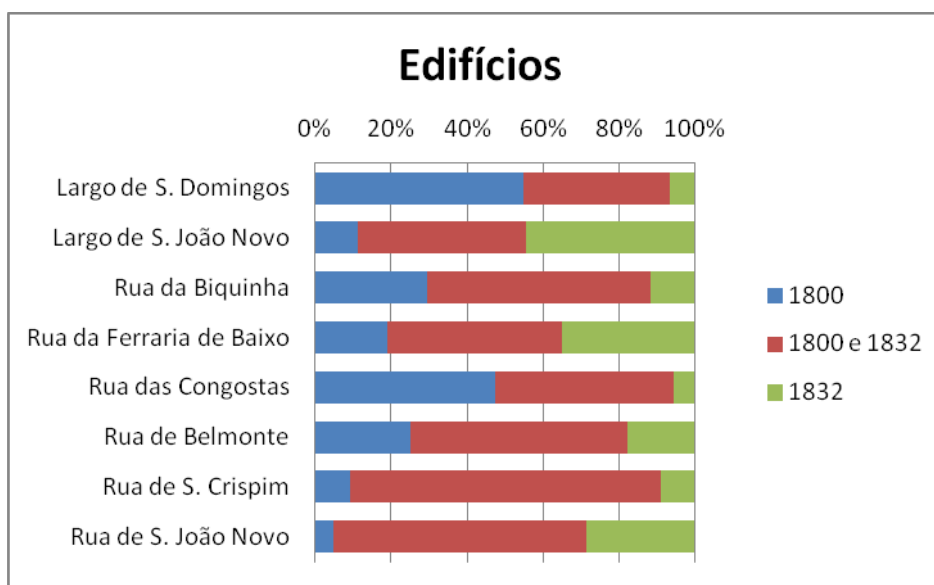


FIGURA 3-9: Evolução da estrutura de alojamento no centro do Porto, 1800 e 1832

Compreensivelmente, a *proporção de edifícios que se mantém entre uma baliza temporal e outra é grande, sempre igual e acima dos 50%*, segundo a ordem decrescente das ruas de S. Crispim e Congostas (monte da Vitória, a nordeste do rio), largo de S. Domingos, ruas de Belmonte, de S. João Novo, da Ferraria de Baixo e largo de S. João Novo³⁹⁷. A rigidez do parque imobiliário em áreas centrais das cidades é fator sobejamente conhecido e um reconhecimento das artérias subsistentes nos nossos dias confirma a inflexibilidade da dinâmica de construção em zonas tão centrais. Exemplarmente, o largo de S. João Novo mantém o mesmo número de edificações relativamente a 1832 (183 anos antes!); a par duma tendência moderada de diminuição das construções nas restantes artérias da amostra. O largo de S. Domingos é exceção ao

³⁹⁷ Respetivamente, 90%; 89,71%; 85,71%; 83,33%; 76,20%; 70%; 56,94% e 50%.

conjunto, com um aumento dos edifícios para mais do dobro (ANEXO P, QUADRO P-1).

Não existe grande diferença entre as artérias da amostra quanto à estabilidade da estrutura de alojamento, facto que não se pode afirmar no caso dos agregados familiares.

Não por acaso, a artéria com maior proporção de edifícios que permanecem, S. Crispim, é aquela que maior proporção de casos de constância nos agregados familiares (FIGURA 3-10). Mas há uma variabilidade visível nesta aproximação, pois por exemplo, na rua de S. João Novo, onde a proporção de “estabilidade” de edifícios é muito grande, verifica-se uma reduzidíssima constância de agregados familiares.

A *dinâmica ocupacional* destes edifícios estáveis no tempo mostra alguma permanência, com estabilidade de cabeça-de-casal na mesma edificação ou com mudança para outra casa, na mesma rua.

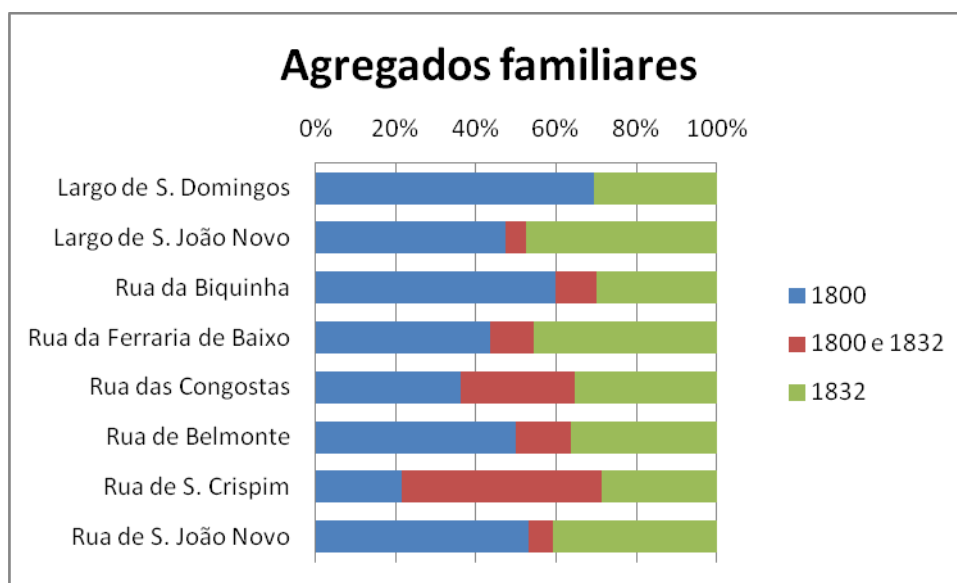


FIGURA 3-10: Dinâmicas dos agregados familiares no centro do Porto, 1800 e 1832

Mais uma vez, são as ruas de S. Crispim e das Congostas, as artérias que maior permanência de cabeça-de-casal (e respetivos agregados familiares por arrastamento) denotam: 63,64% e 44,74% dos casos em questão. Seguem-se-lhes as ruas de Belmonte e da Biquinha, da Ferraria de Baixo, de S. João Novo e largo de S. João Novo (27,08%;

25%, 19,23%; 13,04% e 10%, respetivamente), sendo que no largo de S. Domingos a variabilidade foi total, isto é, nenhum caso de permanência familiar ocorre.

Portanto, em 3 dos logradouros a variabilidade foi total ou rondando os 90% dos casos – largos de S. Domingos e S. João Novo e rua de S. João Novo.

Esta aproximação não pode ignorar o facto de que em 1832, último marco temporal analisado, a cidade vive um contexto de guerra, potenciador tanto de movimentações intra e extra-urbanas por parte da população, como de alterações ao nível das construções, afetadas pela destruição dos bombardeamentos, pelo aboletamento dum exército e por um cerco militar efetivo.

A permanência do cabeça-de-casal e respetivo agregado familiar numa residência ao longo do intervalo temporal observado favorecia a manutenção da atividade laboral ou, alternativamente, apadrinhava a mudança da mesma, mas num mesmo espectro ocupacional.

Na rua de S. João Novo, apenas três (3) cabeça de casal em vinte e três (23), aí residiam desde início de século, mas todos mantiveram a ocupação enunciada no primeiro censo (respetivamente, *sapateiro*, *negociante* e *médico*). Igualmente em S. Crispim os sete (7) do total de onze (11) responsáveis de alojamento que se mantiveram na mesma rua e residência, mantiveram a ocupação de *negociante*. Também na Ferraria de Baixo, dos quinze (15) representantes de alojamento permanecendo na mesma rua (num total de setenta e oito (78) casos), apenas se deteta uma (1) mudança profissional (de *serralheiro*, para *proprietário*) e outro (1) caso de herança e carreira familiar: António Pinto é alistado como criança no agregado doméstico de seu pai, o *enxamlador* Manuel Pinto da Silva, no nº 58.60; e décadas depois será indicado como *mestre marceneiro*, na mesma residência.

Nas Congostas, trinta e quatro (34) dos setenta e seis (76) cabeça de casal que permaneceram na via, revelaram uma mobilidade intra-artéria de algum relevo, já que treze (13) das famílias em causa mudaram de residência/edifício, mas na mesma rua. As mudanças nas carreiras ocupacionais, quando acontecem, mostram razoável plausibilidade. Evoluiu-se de *caixeiro* para *negociante* (2 casos), de *cabeleireiro* para *negociante* (1 caso), de *mestre picheleiro* a *negociante e proprietário* (1 caso). D. Maria Pereira de Faria, residente no nº 124 da rua das Congostas, é *viúva* e *proprietária* em

1832, sendo que décadas antes, não surge listada como cabeça de casal, antes, sim, seu marido, Ricardo, então *negociante*.

Na rua de Belmonte são treze (13) em quarenta e oito (48) cabeça de casal, os que se mantêm na mesma via no início e no fim do período observado. Apenas dois (2) destes treze (13) agregados domésticos mudam de imóvel, na mesma artéria. Todos os casos mantêm a mesma ocupação, a de *negociante*.

Já na Biquinha diminui a permanência de agregados domésticos na mesma via e edifício. Em doze (12) agregados domésticos presentes em 1832, apenas três (3) vivem na rua desde o início do período em causa. Destes, um (1) caso permanece, um *tintureiro* e os restantes dois (2) cabeça de casal são mulheres e viúvas: Custódia Rosa do Sacramento, residente no nº 46.47, evolui de *ocupação desconhecida* no início do século, para *casa de comer*, três décadas depois; enquanto Rita da Silva, no nº 3.4, herdará do marido André da Silva, entretanto falecido, a ocupação de *vendeira*. O largo de S. João Novo revela um (1) único caso de permanência de cabeça de casal na mesma residência, num total de dez (10) agregados domésticos listados em 1832. Este é o caso aparentemente excêntrico, pois passará de *negociante* no início do século, a *guarda-livros*.

3.1.3 Construção imobiliária, cércea e qualidade da construção

O Porto possuía muitas das características típicas das cidades europeias de início de oitocentos, começando pelo facto de ser uma aglomeração de *habitações essencialmente com um andar de altura* (50,0% do total de edifícios registados, QUADRO 3-4. Seguem-se-lhe os edifícios com *dois* (22,2%) e *três andares* (13,0%) (com ou sem “loja” incluída e que em conjunto, representam 35,2% do conjunto), sendo que a partir daí, rareiam as edificações em altura, baixando a proporção para abaixo dos 5% - os prédios de quatro, cinco e seis andares ocupam respetivamente 3,0%, 0,4% e 0%³⁹⁸.

³⁹⁸ O Recenseamento de 1832 designava de forma diversa a cércea (na documentação original, *andares*) dos prédios forçando-nos a harmonizar as designações. Assim, “loja” foi assumida como “casa de um (1) piso”, “loja + dois andares” foi entendida como “casa de três (3) pisos” e assim por diante.

QUADRO 3-4: Número de pisos por edifício no Porto (1832)

Número de pisos (total de 7418 edifícios)								
Proporção de andares em relação ao total de edifícios arrolado (%)								
	0	1	2	3	4	5	6	Total
N	852	3707	1648	963	219	28	1	7418
%	11,5%	50,0%	22,2%	13,0%	3,0%	,4%	,0%	100%

FONTE: ANEXO Q, QUADRO Q-1. Número de pisos por edifício, por artéria, Recenseamento 1832, Porto

Tais informações são perfeitamente compreensíveis quando enquadradas no contexto e épocas históricos e nos constrangimentos técnicos de construção da mesma. *A verticalidade* tornar-se-á a norma da construção citadina *ao longo do século*, nos continentes europeus e norte-americano³⁹⁹, mas “*a cidade anterior ao século XIX é, regra geral, uma cidade baixa, de 2 a 3 pisos no máximo, onde a construção ‘pesada’ é muito rara*”⁴⁰⁰. Globalmente, o parque imobiliário europeu ocidental manteve-se pouco elevado entre os séculos XVII e inícios do século XIX: entre um a dois pisos, no máximo, salvo exceções bem conhecidas, como por exemplo, Paris, com os seus edifícios setecentistas de quatro (4) e cinco (5) pisos, com cascalho e pedra.

A construção térrea era a regra nas cidades de início de oitocentos fazendo o Porto parte deste conjunto (50% do total de edifícios em 1832, 253 das 283 vias registadas contêm, entre outros, edifícios com 1 piso de altura correspondendo a 89,40% das artérias arroladas).

Eventualmente, construíam-se acréscimos (sobrados, caves, águas-furtadas, entre outros) que aproveitavam os desnivelamentos entre frente e traseiras dos prédios, gerados pelo relevo acidentado, norma mais uma vez muito frequente no Porto⁴⁰¹. Muitas vezes as ruas estreitavam, mercê do avanço dos imóveis sobre elas - inclusivamente, até um terço (1/3) da rua – fosse para fazer balcão, escadas, alpendres ou outros arranjos⁴⁰². Acrescentos à parte, a construção seria em regra baixa e utilizando

³⁹⁹ Poussou, 1992: 331-333.

⁴⁰⁰ Poussou, 1992: 333 (trad. livre).

⁴⁰¹ Silva, 2000: 269-273.

⁴⁰² Olival, 2011: 250.

essencialmente madeira, para a maior parte da população; a alvenaria⁴⁰³ e madeira ou a pedra e madeira, para os mais abastados, sendo a pedra apanágio da zona térrea destas últimas construções.

A preferencial utilização da madeira na construção da habitação facilitava o alastramento daquilo que nos fins do século XVIII se designava por “barracas” ou “casas abarracadas” (analisadas por nós no Porto de 1832 na FIGURA 3-5, ponto 3.1). Convém lembrar que tal qualificação englobava qualquer género de casa de madeira, não apenas as habitações mais miseráveis⁴⁰⁴, embora a maior parte o fosse.

As técnicas de construção mantinham-se também desde a época medieval. Frequentemente implantadas diretamente no solo, malgrado as irregularidades do terreno, as construções eram feitas utilizando essencialmente materiais de recuperação, que, misturados entre si, combinavam a madeira e pedra de má qualidade (respetivamente, de fraca consistência e grande moleza), restos de barro e gesso, eventualmente o “brique”, também a alvenaria, o colmo, enfim, dependendo da região e materiais disponíveis, o resultado era bastante diversificado. O trabalho de pedreiro era frequentemente frustrado, exceção feita aos edifícios de um (1) só piso que, paradoxalmente, assumiam qualidades nobres: os palácios ou palacetes, as casas nobres de brasão.

Assim, os proprietários citadinos preferiam a extensão horizontal das construções⁴⁰⁵, numa ou noutra extremidade da escala socioeconómica. O morro da Sé portuense ilustra bem esta predominância da construção térrea, com um máximo de dois (2) pisos e, no caso, com características de elite (FIGURA 3-12)⁴⁰⁶.

⁴⁰³ Obra executada com tijolos, pedras brutas, cantaria, e outros materiais, unidos por meio de argamassa, cimento, gesso, entre outros.

⁴⁰⁴ Madureira, 1992: 56.

⁴⁰⁵ Poussou, 1992: 335.

⁴⁰⁶ Utilização de classes de cores na representação cartográfica, com gradação entre o amarelo e o castanho, utilizando as cores fracas para os valores 1 e 2 e as cores fortes para os valores 3 e 4. Valores obtidos por cálculo da média de andares com arredondamento pela meia décima (0,5) na obtenção de um número inteiro, sendo que média de 1 andar, de 2 andares; de 3 andares e de 4 andares correspondem respetivamente aos valores entre 1,0-1,4; entre 1,5-2,4; entre 2,5-3,4 e entre 3,5-4,4. Exclusão de zero (ausência de informação para cêrcea de alojamento). Tabela em ANEXO R, QUADRO R-1.

Característica dos centros urbanos primo-oitocentistas, a construção térrea era também apanágio das áreas limítrofes da cidade, na mistura de grupos sociais então corrente, em que casarões e casebres, cabanas e pardieiros coexistiam⁴⁰⁷. A trama urbana é ainda uma *trama socialmente misturada*, tanto na vertente material e física (das construções e da existência da própria rua⁴⁰⁸), como na vertente imaterial (modos de vida e de interação). Teremos ocasião de ir aprofundando esta questão.

Deteta-se também uma proporção já considerável de *trinta e cinco (35) casos em cada cem (100)*⁴⁰⁹ *prédios*, constituídos por *dois (2) e três (3) andares*, com ou sem loja incluída⁴¹⁰. Estamos um pouco afastados da descrição do padre Agostinho Rebelo da Costa, clamando os 4 e 5 andares que se encontravam por entre as 10 000 casas da cidade⁴¹¹.

Ainda hoje, quase dois (2) séculos depois, uma perspetiva dum corte de uma das mais antigas e típicas artérias ribeirinhas portuenses, *a rua de Cima de Muro* (abaixo representada, FIGURA 3-11), mostra-nos um conjunto de edifícios em que predomina os três (3) pisos (41,67%), seguidos por ordem decrescente, pelos prédios de cinco (5)⁴¹², quatro (4)⁴¹³ e dois (2) ou seis (6) pisos⁴¹⁴.

⁴⁰⁷ Poussou, 1992: 335 e 337.

⁴⁰⁸ Cordeiro e Vidal, 2008: 9-11.

⁴⁰⁹ Respetivamente, 22,2% dos casos e 13,0%. In QUADRO 3-4: Número de Pisos por Edifício no Porto (1832).

⁴¹⁰ Os edifícios com 2 pisos de altura distribuíam-se por 214 artérias e os de 3, por 139 artérias (num total de 283, correspondendo respetivamente a 75,62% e a 49,12% do total de artérias da amostra).

⁴¹¹ Cit. por Silva, 2000: 273.

⁴¹² 25,00%.

⁴¹³ 16,67%.

⁴¹⁴ 8,33%, respetivamente.

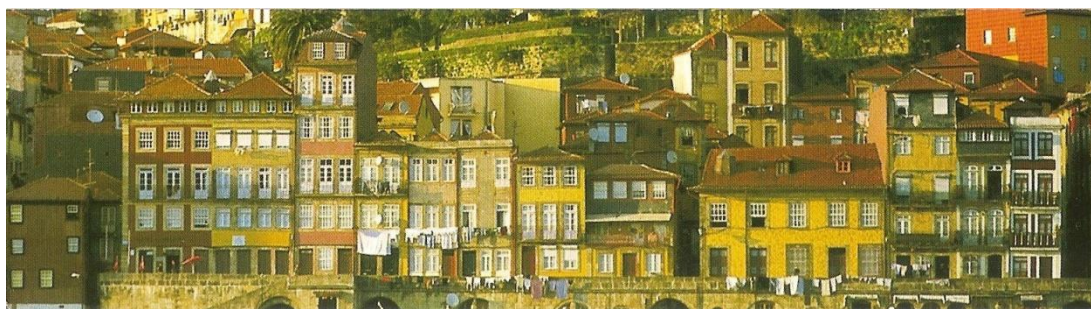


FIGURA 3-11: Trecho da rua de Cima do Muro, Porto (2009)⁴¹⁵

Notem-se também, ainda visíveis, os acréscimos em altura, gerando águas-furtadas e sótãos (três últimos edifícios da esquerda), ou a utilização perceptível da pedra, aos níveis térreo (prédio do centro da figura) ou, eventualmente, ainda até aos três andares seguintes (extremo esquerdo da imagem).

Em 1832, esta mesma via registava igualmente uma preponderância relativa de três (3)⁴¹⁶ e de um (1)⁴¹⁷ pisos, seguida em ordem decrescente pelas construções de dois (2)⁴¹⁸ e de quatro (4)⁴¹⁹ andares, incluindo, ou não, edifícios com “loja”.

Na miscelânea herdada da medievalidade, apenas *três (3) em cada cem (100) prédios teria entre 4 e 6 andares*⁴²⁰, com ou sem loja térrea incluída – isto é, com funcionalidade meramente residencial ou também económica⁴²¹.

O total de artérias onde a construção em altura era mais alta e frequente aumenta na *razão inversa da altura dos edifícios da via* em questão, isto é, quanto mais alta a média de construções por via, menor o número de vias existentes com tais edifícios e vice-versa. Em 283 artérias arroladas, apenas 1 possui edifício com 6 pisos, somente 9

⁴¹⁵ Foto de Abreu, 2009.

⁴¹⁶ 30,4% do total de edifícios da artéria.

⁴¹⁷ 33,9% do total de edifícios da artéria.

⁴¹⁸ 23,5% do total de edifícios da artéria.

⁴¹⁹ 4,3% do total de edifícios da artéria.

⁴²⁰ Respetivamente, 3,0% da totalidade de edifícios em 1832 tinha 4 pisos, 0,4% das construções era de 5 pisos, 0,0% seria de 6 pisos. In QUADRO 3-4: Número de Pisos por Edifício no Porto (1832).

⁴²¹ Os edifícios com 4 e com 5 andares distribuíam-se por 55 artérias (4 pisos) e apenas 9 vias contendo, entre outras, construções de 5 pisos de altura.

alojam prédios com 5 andares, 55 vias admitem edifícios de 4 andares e 139, albergam casas de 3 pisos, entre outras alturas das edificações.

A tendência para a subida de *cércea* surge na polarização radiocêntrica do centro urbano, de construção de raiz medieval, marginando o rio Douro. Os morros da Sé e da Vitória, este último a oeste daquele, surgem como as *áreas de maior cércea*: o único edifício de 6 pisos recenseado, é-o na rua dos Canastreiros (margem do rio, base do morro da Sé), associando-se a um conjunto de edificações que, apresentando *cérceas* entre os 4 e os 6 andares, produz uma percepção volumétrica de altura⁴²².

A *margem do Douro* congrega as *maiores médias de altura das construções* na cidade, consubstanciando-se no conjunto polarizado pela *praça da Ribeira*⁴²³, que se prolonga para oeste (rua da Fonte Taurina⁴²⁴, da Reboleira⁴²⁵ e de S. Nicolau⁴²⁶, bem como de Cima de Muro⁴²⁷, cotejando o Douro), este (rua dos Canastreiros) e norte (rua Nova de S. João⁴²⁸ e rua Nova dos Ingleses⁴²⁹), na zona de junção entre os dois morros acima mencionados.

⁴²² Com uma construção média de altura de 3,29 pisos, a rua dos Canastreiros apresentava-se como a 4ª mais alta artéria da cidade em média, apenas ultrapassada pelas ruas da Fonte Taurina (média de 3,74 andares na via), praça da Ribeira (3,50) e largo da Picaria (3,33 andares). ANEXO R, QUADRO R-1.

⁴²³ 17,6% de edifícios com 4 pisos e 23,5% com 5 andares, num subtotal de 41,1% do total de construções da artéria com média de altura das construções na via de 3,50 pisos.

⁴²⁴ 24,1% de edifícios com 4 pisos e 17,2% com 5 andares, num subtotal de 41,3% do total de construções da artéria com média de altura das construções na via de 3,74 pisos.

⁴²⁵ 6,3% (4 pisos), 40,6% (3 pisos) e 31,3% (edifícios com 2 andares), num subtotal de 78,2% do total de construções da via com média de altura das construções na via de 2,56 pisos.

⁴²⁶ 18,2% (4 pisos) e 36,4% (3 pisos), num subtotal de 54,6% do total de construções da via com média de altura das construções na via de 2,88 pisos.

⁴²⁷ Com 34,3% do total de edifícios da via, possuindo 3 e 4 andares e com média de altura das construções na via de 2,06 pisos.

⁴²⁸ 45,0 % de edifícios com 3 pisos e 32,5% com 4 andares, num subtotal de 77,5% do total de construções da artéria com média de altura das construções na via de 3,28 pisos.

⁴²⁹ 47,5% de edifícios com 4 pisos e 11,5% com 5 andares, num subtotal de 59,0% do total de construções da artéria com média de altura das construções na via de 3,26 pisos.

As vias mais antigas, de berço medieval e alastrando das margens do rio à Sé (a nordeste), por um lado e às Flores (a noroeste), por outro, corporizam também a *volumetria alta* da cidade. Em torno da Sé, morro da Pena Ventosa, destacam-se as ruas da Lada⁴³⁰, de Santa Ana⁴³¹, a travessa de S. João⁴³², dos Mercadores⁴³³, da Bainharia⁴³⁴ e rua Escura⁴³⁵

No morro da Vitória, as ruas das Virtudes⁴³⁶ e das Flores⁴³⁷, o largo de S. João Novo⁴³⁸, o Murinho de S. Domingos⁴³⁹, o largo de S. Crispim⁴⁴⁰ congregam proporções assinaláveis de construções em altura, entre os 3 e 5 pisos. As ruas das Congostas⁴⁴¹, de

⁴³⁰ 18,9% de edifícios com 4 pisos e 2,7% com 5 andares, num subtotal de 21,6% do total de construções da artéria. Somando-se-lhes as construções com 3 pisos na mesma via (43,2%), temos um total de 64,8% de prédios com 3 a 5 andares. A média de altura das construções na via é de 3,03 pisos.

⁴³¹ 57,1% de edifícios com 3 pisos e 4,8% com 4 andares, num subtotal de 59,0% do total de construções da artéria com média de altura das construções na via de 2,74 pisos.

⁴³² Atual rua do Clube Fluvial Portuense, com 25,0% de edifícios com 3 pisos e 25,0% com 4 andares, num subtotal de 50,0% do total de construções da artéria.

⁴³³ 8,6% de edifícios com 4 pisos e 31,0% com 3 andares, num subtotal de 39,6% do total de construções da via.

⁴³⁴ 5,2% de edifícios com 4 pisos e 33,8% com 3 andares, num subtotal de 39% do total de construções da via.

⁴³⁵ 2,2% de edifícios com 4 pisos e 31,1% com 3 andares, num subtotal de 33,3% do total de construções da via.

⁴³⁶ 46,2% de edifícios com 4 pisos e 7,7% com 5 andares, num subtotal de 53,9% do total de construções da artéria com média de altura das construções na via de 2,85 pisos.

⁴³⁷ 27,2% (3 pisos), 8,6% (4 pisos) e 1,2% (edifícios com 5 andares), num subtotal de 37% do total de construções da via com média de altura das construções na via de 2,10 pisos.

⁴³⁸ 12,5% (3 pisos), 12,5% (5 pisos), num subtotal de 25% do total de construções da via.

⁴³⁹ Já desaparecido, situava-se no atual Largo de S. Domingos, morro da Vitória, apresenta 50% dos edifícios registados, com altura de 4 pisos com média de altura das construções na via de 2,50 pisos.

⁴⁴⁰ Já desaparecido, situava-se no atual Largo de S. Domingos, morro da Vitória, apresenta 50% dos edifícios registados com altura de 3 pisos e 11,1% com 4 andares, num subtotal de 61,1% do total de construções da via.

⁴⁴¹ Média de 3,02 pisos; com 58,8% de edifícios com 3 pisos e 20,6% de construções com 4 andares, num subtotal de 61,82% do total de construções da via com média de altura das construções na via de 3,02 pisos.

S. Crispim⁴⁴², da Biquinha⁴⁴³, do Reguinho⁴⁴⁴, de S. Francisco⁴⁴⁵, dos Banhos⁴⁴⁶, de Belmonte⁴⁴⁷, da Ferraria de Baixo⁴⁴⁸, do Forno Velho de Cima⁴⁴⁹, das Taipas⁴⁵⁰, entre outras, seguem-se em ordem decrescente, na cércea média que apresentam.

Outro patamar de altitude de construção em altura se afirma, no entanto, algumas dezenas de metros acima, partindo do nível do rio: o conjunto constituído pelas ruas de Trás⁴⁵¹, das Hortas⁴⁵², da calçada dos Clérigos⁴⁵³ (zona dos Clérigos, na encosta leste da

⁴⁴² Destruída pela construção da rua Mouzinho de Albuquerque em 1852, situava-se nas imediações do atual Largo de S. Domingos, morro da Vitória. 40% de edifícios com 3 pisos e 30% de edifícios com 4 andares, num subtotal de 70% do total de construções da via com média de altura das construções na via de 2,90 pisos.

⁴⁴³ Desaparecida quando da construção da Rua Mouzinho de Albuquerque, existira na zona que hoje ocupa a Rua de Afonso Martins Alho (Silva, 2011: 32). 8,3% de edifícios com 4 pisos e 33,3% com 3 andares, num subtotal de 41,6% do total de construções da via e com média de altura das construções na via de 2,45 pisos.

⁴⁴⁴ Atualmente, inexistente: rua aberta junto do convento dos Franciscanos e que desapareceu em grande parte com as demolições para a Rua Nova da Alfândega, a parte ainda subsistente será a Rua de S. Francisco (Cunha e Freitas, 1999: 156). 5,9% de edifícios com 4 pisos e 47,1% com 3 andares, num subtotal de 53% do total de construções da via e com média de altura das construções na via de 2,60 pisos.

⁴⁴⁵ 5,9% (4 pisos) e 35,3% (3 pisos), num subtotal de 41,2% do total de construções da via.

⁴⁴⁶ Com 40,4% de edifícios com 3 pisos e 9,6% de construções com 4 andares, num subtotal de 50,0% do total de construções da via com média de altura das construções na via de 2,47 pisos.

⁴⁴⁷ 42,9% de edifícios com 3 pisos e 9,5% com 4 andares, num subtotal de 52,4% do total de construções da via com média de altura das construções na via de 2,56 pisos.

⁴⁴⁸ 5,5% de edifícios com 4 pisos e 37% com 3 andares, num subtotal de 42,5% do total de construções da via com média de altura das construções na via de 2,49 pisos.

⁴⁴⁹ 50% de edifícios com 3 pisos no total de construções da via com média de altura das construções na via de 3,00 pisos.

⁴⁵⁰ 6,9% de edifícios com 4 pisos e 44,8% com 3 andares, num subtotal de 51,7% do total de construções da via.

⁴⁵¹ 6,4% de edifícios com 5 pisos, 14,1% com 4 andares e 11,5% de prédios com 3 andares, num subtotal de 32% do total de construções da via com média de altura das construções na via de 2,41 pisos.

⁴⁵² Atualmente, rua do Almada. 2,8% de edifícios com 5 pisos, 8,5% com 4 andares e 33,8% de prédios com 3 andares, num subtotal de 45,1% do total de construções da via com média de altura das construções na via de 2,46 pisos.

⁴⁵³ Atualmente, rua dos Clérigos. 25,8% de edifícios com 4 pisos e 35,5% com 3 andares, num subtotal de 61,3% do total de construções da via com média de altura das construções na via de 2,55 pisos.

plataforma de terreno constituído pela área da Porta do Olival), do largo de S. Bento⁴⁵⁴ (outro patamar, a leste, na área da Porta de Carros) secundado pelo largo da Picaria, um pouco mais a norte⁴⁵⁵, e pela travessa do Mirante⁴⁵⁶, a oeste daquele.

Os dados relativos ao alojamento portuense em 1832 forneciam uma classificação da qualidade da habitação - “classe da casa” – relativamente ao respectivo potencial de aboletamento de tropas⁴⁵⁷.

A utilização da escala de valores ‘um’ (1) a ‘cinco’ (5), em que, por ordem decrescente, se classificava a qualidade da habitação, permitia a construção de um *índice de qualidade média dos alojamentos na cidade do Porto*. Realizámos, assim, uma média ponderada variando entre um (1) e cinco (5), em que, quanto mais próxima de um (1), melhor seria a qualidade média dos alojamentos, por artéria⁴⁵⁸.

Claro que, na construção de médias, temos que ter em conta que estas são tanto mais típicas, quanto mais casos tivermos – o número de casos, nesta amostra não aleatória, é importante. Assim, por exemplo, o “Picouto”, onde se registou um só caso de um alojamento de classe ‘um’, tem a média de ‘um’ (1). Arredondámos a média pelo meio valor, obtendo assim cinco classes médias de habitação⁴⁵⁹ e optámos pela respetiva representação cartográfica, utilizando classes de cores, com gradação entre o

⁴⁵⁴ Atual praça Almeida Garrett, logradouro defronte da estação de S. Bento. 48,3% de edifícios com 3 pisos e 13,8% com 2 andares, num subtotal de 62,1% do total de construções da via com média de altura das construções na via de 2,28 pisos.

⁴⁵⁵ Atual Largo de Montpellier. 33,3% de edifícios com 4 pisos e 66,7% com 3 andares, num subtotal de 100% do total de construções da via com média de altura das construções na via de 3,33 pisos.

⁴⁵⁶ Atualmente inexistente, ficava na zona da presente rua do Mirante, a norte da zona do Carmo e da praça Carlos Alberto.

⁴⁵⁷ Aboletamento de ‘oficiais gerais’ (1ª classe), ‘comandantes dos corpos’ (2ª classe), ‘oficiais subalternos’ (3ª classe), ‘sargentos e soldados’ (4ª classe, para os bairros de Santa Catarina e Santo Ovídio). Os critérios de classificação variaram um pouco, na pontuação das habitações do bairro de Cedofeita, tendo ocorrido um desdobramento da cauda desta grelha: os ‘oficiais inferiores’ ficariam alojados em habitações classificadas de ‘4ª classe’, enquanto aquelas de ‘5ª classe’ ficariam reservadas para os ‘soldados’. Já no capítulo 2 tivemos a oportunidade de anunciar este indicador e as promessas que nele sondámos.

⁴⁵⁸ ANEXO S, QUADRO.S-1.

⁴⁵⁹ Classe média de 1 (entre 1,0 - 1,4); de 2 (entre 1,5 - 2,4); de 3 (entre 2,5 - 3,4); de 4 (entre 3,5 - 4,4); de 5 (entre 4,5 - 5). Ignorámos os casos com ausência de informação, a que atribuímos o valor zero (0).

laranja e o lilás forte. A gradação de cores utiliza as cores quentes para os valores 1,2,3 (respetivamente tijolo, laranja, amarelo) e cores frias, para os valores 4 e 5 (respetivamente lilás e roxo) (FIGURA 3-13).

Este exercício permitiu uma leitura dupla e mais imediata, bipolarizada, entre condições “positivas” e condições “negativas” de alojamentos, no Porto oitocentista da primeiras décadas do século – e, por extensão, de artérias com construção de qualidade média “positiva” ou “negativa”. A cidade surgiria assim com zonas delimitadas de maior abastança ou pobreza.

E ela assim assoma aos nossos olhos. As cores laranja e amarelas – zonas de edificação urbana com pressupostos de *melhor qualidade e conforto material* - revelam-se simultaneamente em *zonas centrais* e nas *franjas* do núcleo citadino, em algumas das artérias mais nitidamente rasgadas no tecido urbano, a norte dos montes ribeirinhos.



FIGURA 3-13: Índice da qualidade média dos alojamentos por artéria, Porto, 1832

A análise das *médias das classes de alojamento por artéria* permite distinguir agrupamentos diversos de tipos de ocorrências e ir simultaneamente conferindo a FIGURA 3-13.

Começamos por apartar a exceção, designada por “*Picouto*”, não cartografado e que sabemos situar-se na zona do Vilar e das Azenhas, freguesia de Massarelos (atual zona da rua D. Pedro V); e que já acima delimitámos como um caso atípico, em que uma só referência compromete a tipicidade da média. O “*Picouto*”, com um alojamento de classe “1”, fica pois isolado (representando 0,02% do total de casos arrolados), note-se que numa área exterior da cidade.

Encontramos dois pequenos grupos de artérias posicionadas nos dois extremos da escala de qualidade de alojamento. No topo da escala, um grupo de seis (6) vias urbanas apresenta uma qualidade média de alojamento de “dois” (2) (i.e., variando entre os valores 1,5 e 2,4)⁴⁶⁰, somando o total de 24 alojamentos e representando, portanto, 0,46% do total da acomodação existente registada na cidade com indicação da respetiva classe de alojamento. Não por acaso, será *em torno do Paço Episcopal*, por um lado, e nas *áreas urbanas recentemente ocupadas*, por outro, que são arroladas as *habitações de melhor qualidade média*. Referimo-nos, respetivamente, às ruas de Trás da Sé, das Águas Férreas ou de Santo António do Penedo e à Praça do Mirante ou Quinta do Regueirinho (esta, na zona de Massarelos, a oeste) (cor laranja, no mapa).

Na base da escala, duas (2) artérias distinguem-se pela qualidade média de alojamento de “cinco” (5) (i.e., variando entre os valores 4,5 e 5,0)⁴⁶¹, somando o total de 4 alojamentos, ou seja, 0,08% do total da acomodação existente registada na cidade com indicação da respetiva classe de alojamento. São elas a Viela do Loureiro, na *zona do Carmo*⁴⁶² e o Beco da Tempera, não passível de referenciação na atualidade (cor lilás mais forte, no mapa). A viela em questão era de origem medieval e a área do Carmo, uma zona urbana de grande circulação.

⁴⁶⁰ Praça do Mirante, Quinta do Regueirinho, ruas de Salgueiros, de Santo António do Penedo, das Águas Férreas, de Trás da Sé.

⁴⁶¹ Classe média de 1 (entre 1,0 - 1,4); de 2 (entre 1,5 - 2,4); de 3 (entre 2,5 - 3,4); de 4 (entre 3,5 - 4,4); de 5 (entre 4,5 - 5). Ignorámos os casos com ausência de informação, a que atribuímos o valor zero (0).

⁴⁶² Atualmente conhecida como travessa do Carmo.

Cento e seis (106) artérias apresentam uma qualidade média de alojamento de “três” (3) (i.e., variando entre os valores 2,5 e 3,4), somando o total de 2259 alojamentos, ou seja, 43,51% do panorama habitacional (cor amarela, no mapa).

Cento e sessenta e duas (162) artérias apresentam uma qualidade média de alojamento de “quatro” (4) (i.e., variando entre os valores 3,5 e 4,4)⁴⁶³, somando o total de 2904 alojamentos, ou seja, 55,93% do panorama habitacional (cor lilás mais fraca, no mapa).

Perante tal quantidade de casos, subdividimos grupos de médias de classes de alojamento, de forma a melhor caracterizar o objeto.

Assim, dentro da fatia que representa mais de metade dos alojamentos da cidade classificados quanto à respetiva qualidade (55,93% de alojamentos com classe de casa 4), distinguimos aqueles com *média de classe de alojamento pior*: destacam-se a travessa de S. Nicolau, os largos do Adro e da Boa Nova, as ruas dos Banhos e dos Fogueteiros (com médias de classe de alojamento acima dos 4,00 (exclusive) e até 4,25, inclusive). Encontramos um núcleo de alojamentos de má qualidade em *zonas de beira-rio*, sejam elas *centrais-medievais* (S. Nicolau e Banhos, freguesias de vitória e S. Nicolau) ou *limítrofes* ao casco urbano (largo e rua do Adro, em Massarelos) e logradouros *a norte, com maior altitude*, no sentido *noroeste* (largo da Boa Nova, zona da atual rua D. Manuel II e Fogueteiros⁴⁶⁴, no patamar altimétrico do passeio das Virtudes.

Depois, tentámos destrinçar a distribuição espacial das vias com médias de classe de alojamento de 4 (concretamente, 4,00), num subtotal de 42 artérias. A baixa qualidade média de alojamento encontra-se disseminada um pouco por toda a cidade: zona ribeirinha, central, a este e oeste⁴⁶⁵ e encostas adjacentes⁴⁶⁶, zonas dos Clérigos⁴⁶⁷,

⁴⁶³ Classe média de 1 (entre 1,0 - 1,4); de 2 (entre 1,5 - 2,4); de 3 (entre 2,5 - 3,4); de 4 (entre 3,5 - 4,4); de 5 (entre 4,5 - 5). Ignorámos os casos com ausência de informação, a que atribuímos o valor zero (0).

⁴⁶⁴ Atual rua Azevedo de Albuquerque.

⁴⁶⁵ Cais da Ribeira, das Pedras, do Bicalho; travessa do Outeirinho (confina com a rua da Reboleira); largo de S. Pedro (de Miragaia), rua das Bicas (atualmente inexistente, situada em Massarelos).

⁴⁶⁶ Calçada de Monchique, escadas de S. Francisco de Borja, ruas do Forno Velho de Cima, da Ferraria de Baixo, da Biquinha (inexistente atualmente, situava-se nas imediações do largo

da Batalha⁴⁶⁸ e de Santo Ildefonso, Reimão e Bonfim⁴⁶⁹, de Cedofeita⁴⁷⁰, da Trindade e patamares altimétricos a norte ainda⁴⁷¹, da Lapa e respetivas áreas a norte⁴⁷².

Destrinçámos também os grupos de vias com classes médias de alojamento “3”, entre os 2,50 e os 2,99, inclusive. Temos 19 artérias nesta situação, destacando-se, com melhores médias de classificação dos alojamentos, diversos polos: *o centro mais antigo*, desde a zona de implantação da Sé, aos logradouros ocupados *junto ao rio* e vias que, a partir daí, galgavam os montes, da Sé ou da Vitória⁴⁷³, no sentido norte. Dentro deste pólo, distinguem-se ainda *artérias antigas várias no morro da Vitória*⁴⁷⁴. As zonas mais antigas de fixação populacional manteriam ainda uma proporção considerável de alojamentos com uma qualidade material média-alta.

Depois, desenha-se um pólo composto por vias que, desenvolvendo-se para *oeste*, *alcançam a zona de Massarelos pela margem ribeirinha ou nas respetivas encostas*⁴⁷⁵, áreas menos povoadas mas já buscadas pela população.

Desenham-se também pontos de concentração de artérias com razoável proporção de qualidade média dos alojamentos, *a norte do rio*, em patamares com os seguintes

de S. Domingos), murinho de S. Domingos (monte da Vitória); ruas das Aldas, do paço Episcopal (monte da Sé, ou Pena Ventosa).

⁴⁶⁷ Rua das Carmelitas, travessa dos Caldeireiros, viela do Pasteleiro (atual rua Estreita de Lóios).

⁴⁶⁸ Ruas do Açougue Real (atualmente desaparecida), do Cativo, largo da Polícia, travessa dos Entrevados (atual travessa de Cima de Vila).

⁴⁶⁹ Rua de S. Marçal (atualmente, de Fernandes Tomás), travessa dos Capuchos (atualmente inexistente, ligava o Padrão das Almas ao mosteiro dos Capuchos, atual Biblioteca Municipal, na zona do jardim de S. Lázaro), travessas da Nora (atual rua Barão de S. Cosme), da Senhora das Dores (atual rua da Senhora das Dores), travessa das Águas Férreas (de Campanhã).

⁴⁷⁰ Rua dos Bragas, travessa do Pinheiro (atual rua Dr. Ricardo Jorge), travessa da Figueiroa.

⁴⁷¹ Vuela do Anjo da Guarda, ruas da Trindade, das Carvalheiras (atualmente inexistente, situava-se na zona do atual viaduto Gonçalo Cristóvão, a norte do patamar de altitude da Trindade); das Musas.

⁴⁷² Rua do Paraíso, travessas de Cedofeita, de Germalde (atualmente inexistente), travessa da Rainha.

⁴⁷³ Largo do Paço (em frente à Sé), praça da Ribeira e rua da Fonte Taurina, terreiro da Alfândega, ruas Novas de S. João e dos Ingleses.

⁴⁷⁴ Ruas de S. Miguel e de S. Crispim.

⁴⁷⁵ Ruas de Sobre-o-Douro, Adro e calçada da Boa Viagem.

extremos: *a leste*, na atual zona dos Poveiros⁴⁷⁶; *a oeste*, num patamar norte mas também na zona de Massarelos⁴⁷⁷, sendo o *centro* deste eixo desenhado pelas zonas dos Clérigos⁴⁷⁸ e norte da mesma⁴⁷⁹.

Quisemos saber da possível *relação entre qualidade dos alojamentos de cada edifício e o respetivo número de pisos*. O QUADRO 3-5 apresenta tal relação. A “qualidade” é medida pela média da pontuação atribuída pelos recenseadores a cada alojamento, na escala de 1 a 5; seguidamente organizada em 5 classes, conforme consta no quadro ([1;2[, i.e., de 1 a 2 exclusive; [2;3[, de 2 a 3, exclusive, entre outros).

QUADRO 3-5: Qualidade média dos alojamentos e número de pisos, por edifício, no Porto (1832)

		Nº de andares							
		1	2	3	4	5	6	Total	
MedClasse2	[1;2[N	28	30	17	0	0	0	75	
	%	1,0%	2,4%	2,3%	0,0%	0,0%	0,0%	1,5%	
	[2;3[N	88	134	132	54	9	0	417	
	%	3,3%	10,6%	18,1%	32,5%	39,1%	0,0%	8,6%	
	[3;4[N	714	658	362	79	13	1	1827	
	%	26,7%	51,9%	49,5%	47,6%	56,5%	100,0%	37,6%	
	[4;5[N	1747	412	201	24	1	0	2385	
	%	65,4%	32,5%	27,5%	14,5%	4,3%	0,0%	49,1%	
5	N	94	34	19	9	0	0	156	
	%	3,5%	2,7%	2,6%	5,4%	0,0%	0,0%	3,2%	
Total	N	2671	1268	731	166	23	1	4860	
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

⁴⁷⁶ Travessa dos Pardieiros.

⁴⁷⁷ Rua de Pombal e largo da Torre da Marca.

⁴⁷⁸ Ruas das Hortas e Lavadouros.

⁴⁷⁹ Largos do Correio, do Moinho de Vento e travessa da Fábrica do Tabaco.

A observação dos dados permite alguns apontamentos: antes do mais sublinhe-se que são tratados os edifícios com informação completa no tocante às 2 variáveis em causa, num total de 4860 (num universo de 7418 edifícios arrolados).

A maior parte dos edifícios tem 1 andar e situa-se na classe 4 a 5, portanto, má qualidade. Já atrás comentámos a rarefação de edifícios com 5 e 6 andares. A proporção relativamente pequena de prédios com classe 5 (a pior) deve ser contextualizada pela respetiva utilização apenas no bairro de Cedofeita, portanto, os casos de classe 5 agregam-se aos de classe 4.

A rarefação ocorre também no outro extremo da escala, pois a classe 1 a 2 (a melhor qualidade) apresenta valores muito reduzidos.

Para melhor apresentar as *relações existentes entre a qualidade do edifício e o seu número de pisos*, realizou-se uma *análise fatorial de correspondências*. Como se trata da análise de um quadro simples, esta pode ser facilmente apresentada através de um gráfico representando os dois primeiros eixos da análise. O primeiro eixo (Dimensão 1) opõe os edifícios de um piso aos restantes. Opõe também, em menor medida, os edifícios com pior qualidade [4; 5[aos restantes. Por sua vez, o segundo eixo (Dimensão 2) opõe os edifícios com um número muito elevado de pisos (4 e 5) aos restantes. Do mesmo modo, este eixo opõe ainda especialmente, as classes de melhor qualidade [1; 2[(e em menor medida de [3;4[), aos edifícios com qualidade representada pela classe[2; 3[.

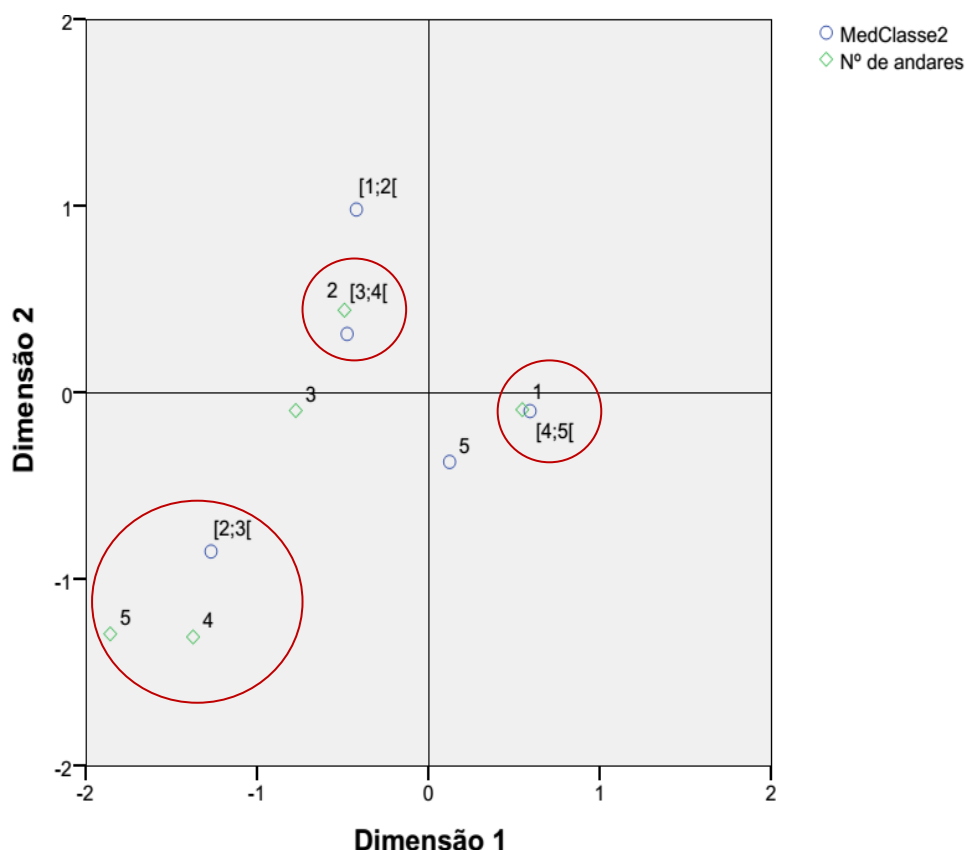


FIGURA 3-14: Qualidade média dos alojamentos e número de pisos, por edifício, no Porto (1832)

A leitura conjunta das duas variáveis permite facilmente identificar *três grupos de categorias bem relacionadas entre si*: a) o primeiro grupo é constituído pelos edifícios com mais pisos (4 e 5), os quais aparecem associados à classe de qualidade [2; 3[; b) o segundo grupo associa os edifícios de 2 pisos a uma qualidade de nível intermédio ([3;4[). A classe retratando a melhor qualidade [1; 2[não aparece nitidamente associada a nenhuma dimensão do edifício em particular; c) finalmente os edifícios de um piso aparecem fortemente associados a uma menor qualidade do edifício ([4;5[).

Esboça-se uma *tendência de relação direta entre altura dos edifícios e qualidade dos mesmos*: quanto menor a altura, menor a qualidade (porque a “classe” possui ordem ascendente, quanto maior o algarismo, pior a classificação).

“Para a economia do prestígio e da distinção, é um péssimo sinal viver-se num plano tão baixo (...)”, não só pela crença de que as condições de habitação em casas ao nível do solo são as piores e que habitar num primeiro (1º andar) é “o melhor

princípio”, como recomenda Ribeiro Sanches⁴⁸⁰; mas também porque nesta sociedade em que espaços doméstico e profissional são indiferenciados, os indivíduos pertencentes ao mundo do trabalho viviam em estreita conexão com a rua, suja, barulhenta e degradante. Existia pois uma desqualificação habitacional (e social, por decorrência) vivida pelas “camadas rasteiras da sociedade” (utilizando a metáfora sociológica).

É algo paradoxal que o urbanismo oitocentista colocasse frequentemente em paridade a identidade social residencial daqueles que habitavam *rente ao chão* ou *nos mais altos dos pisos*. Aqueles que se apinhavam em estreitas águas-furtadas e quartos mais baratos dos edifícios mais altos do centro, muitas vezes, edifícios residenciais do “mundo dos abastados”, eram frequentemente a viúva e descendentes, os empregados de tarefas domésticas, os de vendas ambulantes, o oficial de artífice, o indivíduo sem trabalho regular. As águas-furtadas, frias no Inverno e quentes no Verão, “*com pouca luz (...) e vários lanços de escadas para subir*”⁴⁸¹ eram alternativas razoáveis para os rendimentos baixos, no preço do arrendamento e na localização central⁴⁸².

3.1.4 Características da cidade em 1832: uma radiografia urbana.

O acervo central do nosso trabalho, datado de 1832-33, permitia uma *radiografia da cidade*, a começar pela condição de *cidade ocupada por um exército* e cercada, em pleno contexto de guerra civil.

⁴⁸⁰ Madureira, 1992: 46-47.

⁴⁸¹ Madureira, 1992: 41.

⁴⁸² Garden, 1975: 138-139.

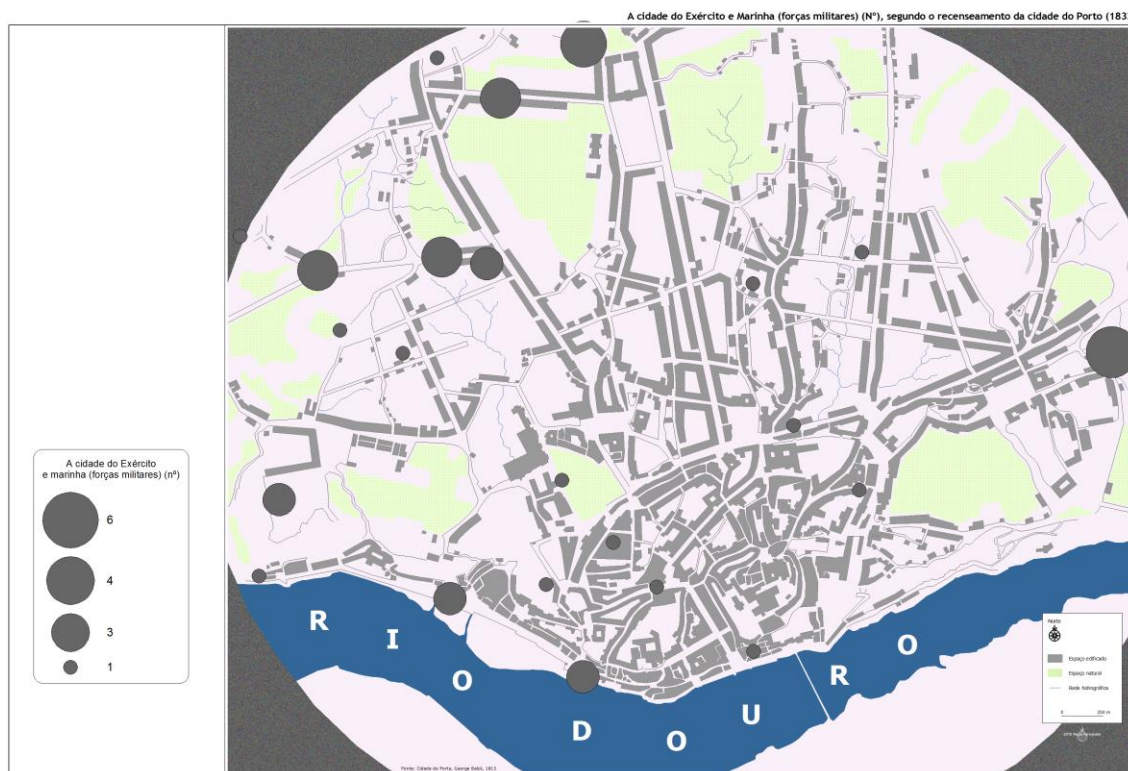


FIGURA 3-15: A cidade do exército e da marinha (forças militares) (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832

NOTA: Contagem de quartel, quartel de lanceiros, quartel de cavalaria, tribunal da comissão de justiça militar, casa da pólvora, casa da guarda, casa da guarda da linha, depósito geral militar, repartição de víveres para o exército, arrecadação de utensílios de artilharia, secretaria da Marinha e intendência da Marinha por artéria, Recenseamento de 1832

A concentração de ‘quartéis’, ‘casas de guarda’ e ‘depósitos’ variados esboça-se particularmente numa *linha circular*, nas *franjas da malha urbana, beira-rio incluído*. Fazendo um percurso contrário ao dos ponteiros do relógio, verifica-se que as marcas surgem no largo da Aguardente (atual praça do Marquês de Pombal), no lugar da Póvoa (atual zona da rua de S. Crispim), na praça de Santo Ovídio (atual praça da República), ruas da Rainha, Bom Sucesso, Boavista, Torrinha e Priorado; praia de Miragaia, ruas dos Banhos e do Senhor do Bonfim.

O ‘Cerco do Porto’ durará um (1) ano e uns dias, de 9 de Julho de 1832 a 25 de Julho de 1833, referenciando-se tais datas à ocupação da cidade pelo exército liberal, após o abandono da mesma pelas tropas miguelistas e à última tentativa de tomada da capital nortenha pelos miguelistas, derrotada ao fim de nove (9) horas de combate. Foi

para o aboletamento daquele exército liberal que se produziu o Recenseamento de 1832, peça documental central neste estudo. A cidade estava sob fogo miguelista, desde logo a partir da outra margem do rio e portanto, não só o ritmo de destruição foi intenso como foi a cidade duramente castigada, com relevo para as margens ribeirinhas e planaltos dos vários montes. A literatura sobre este episódio é relativamente extensa, pormenorizada e reconhecida⁴⁸³; corroborando a cartografia emergente do nosso estudo as informações da época (localização de quartéis, baterias e algumas das instituições e estruturas militares). Não aprofundamos tais informações devido à sua relativa marginalidade face aos objetivos da nossa análise.

Já atrás explicitámos que o recenseamento de 1832 permitia uma aproximação global ao alojamento portuense, mas não só, também permitia um trabalho de micro-história e de *geografia humana*⁴⁸⁴ (**ponto 2.1.1.4. Panorama sobre o Porto em 1832**) e é nessa vertente que aqui analisamos brevemente as várias ‘radiografias’ por nós tematicamente agregadas e construídas.

Distinguimos a *cidade económica* (assinalando as áreas da produção artesanal, do comércio, do armazenamento, da produção alimentar, da concentração de trabalhadores errantes (os ‘galegos’), da implantação da Companhia dos Vinhos e Alto Douro, do lazer, restauração e atividades noturnas, das ‘ninfas’, designação das prostitutas), a *cidade da administração pública, justiça e segurança*; a *cidade da educação*; a *cidade da assistência e beneficência* e da *religião*.

⁴⁸³ Com relevo para Luz Soriano, 1846-1849; Luz Soriano, 1866-1890; Owen, 1915; *O Cerco do Porto (...)*, 1982; Martelo, 2001, entre outros.

⁴⁸⁴ Entendida, de forma abrangente, como o estudo da interação entre sociedade e espaço, numa perspetiva de leitura das transformações humanas sobre o espaço no decorrer do tempo, bem como da incidência do espaço sobre a sociedade.



FIGURA 3-16: Produção (fábricas, oficinas e lojas) (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832

NOTA: Contagem de *fábrica(s)*, *loja de ferreiro* e *loja de loiça* por artéria, Recenseamento de 1832

A produção artesanal assinalada no censo de 1832 distribuía-se de forma concêntrica a partir do velho centro medieval, já não o ocupando. As ruas do Sol, de Santa Catarina e dos Fogueteiros (percurso feito no sentido contrário ao dos ponteiros do relógio) indiciavam maior concentração de unidades de produção; com uma miríade de pontos de produção espalhados a oeste e a este, em zonas que o próprio mapa (datado de cerca de 20 anos antes desta radiografia, é certo) demonstra maior rarefação de construção. Raramente se indica o tipo de produção, exceção feita à loiça e à loja de ferreiro, afastando, pois, qualquer informação rica sobre a estrutura da produção.

O contexto caótico do recenseamento e seu respetivo objetivo (de aboletamento militar) não permite avançar comparações, por exemplo, com o Inquérito às Fábricas de 1813. Alguns paralelismos podem ser, não obstante, sugeridos, a saber: a confirmação da laboração artesanal nas freguesias limítrofes do centro, como sejam, no sentido E → >W, Campanhã, Bonfim, Santo Ildefonso, Cedofeita, Lordelo (conforme já se

avançou em 2.1.1.3), num movimento centro-periferia que sabemos não ter sido nem constante, nem organizado.

Uma rápida conferência dos nossos dados com aqueles fornecidos pelo lançamento da *Décima de 1832 para a freguesia de Santo Ildefonso*⁴⁸⁵ confirma uma forte sub-registo de unidades de produção, entendidas como tal pelos inquiridores e com anotação específica em campos próprios.



FIGURA 3-17: Serviços (comércio) (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832

NOTA: Contagem de feitoria inglesa, escritório de comércio, escritório de ingleses, escritório de Croft, escritório de negócios, escritório, loja e tenda por artéria, Recenseamento de 1832

A listagem dos pontos ligados ao *carácter comercial da cidade na sua vertente de sede de negócios e armazenamento* (escritórios e armazéns, FIGURA 3-18, abaixo)

⁴⁸⁵ *Lançamento da Décima do dinheiro a juro da freguesia de Sto. Ildefonso (1707-1836)*, AHMP, cota 1829 (ano de 1836); cota 4500 (anos de 1834/36).

corroborar o retrato dum burgo ainda voltado para o rio, com um centro comercial na sua proximidade⁴⁸⁶.

Os escritórios de negociantes situavam-se nas ruas da Reboleira (idem, para os armazéns), S. Francisco, Nova de S. João (e assim, os armazéns), Nova dos Ingleses (idem), Belmonte, Cima de Muro (tal como os armazéns), S. Nicolau (via onde se encontrava a maior concentração de armazéns por artéria na cidade, *ex-aequo* com as ruas do Rosário e dos Banhos) e, a norte, Carvalhido.



FIGURA 3-18: Armazéns (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832

NOTA: Contagem de *armazém(ns)* por artéria, Recenseamento de 1832

Evidentemente, numa cidade caracterizada pela atividade comercial, e manifestamente, por uma, muito ligada ao rio – o comércio do vinho do Douro –, os pontos de armazenamento são numerosíssimos e espacialmente muito dispersos; de novo, com relevo na proximidade do rio. O tráfego fluvial e marítimo foi sempre intenso, com trabalhos e afazeres nas duas margens do rio, Porto e Gaia; que, respetiva, mas não exclusivamente, concentram negociantes e escritórios de ingleses e nacionais

⁴⁸⁶ Serén e Pereira, 2000: 384.

ligados ao próspero comércio do vinho do Porto, estaleiros (como os de Lordelo, na margem norte) e armazéns do vinho do Porto (como os alinhados nos cais de Gaia, margem sul). Também na beira-rio funciona a Alfândega do Porto e toda a atividade de *export-import*, na data desta radiografia parada (1832), mas com tradições de ligação comercial ao outro lado do Atlântico (Brasil) e ao norte da Europa. Finalmente, as atividades piscatórias, de curto, médio e longo alcance, dotavam toda a margem ribeirinha dum fervilhar de gentes, transações e imóveis a elas ligados – os ‘bacalhoeiros’, os ‘arraís’, as ‘casas dos barcos’, entre muitos outros. Ainda na beira-rio subsistia a área da ‘Porta Nobre’ (nos areais de Miragaia, a caminho de Massarelos).

Como é citado à frente, relativamente às áreas de restauração e lazer (FIGURA 3-22), será perto dos portões da cidade e das grandes vias de entrada e saída da mesma que se pousava a carga (surgimento de armazéns, pois) e se aglutinavam as estalagens e tabernas⁴⁸⁷. De fato, a distribuição dos armazéns também se nota claramente ao longo dos eixos de penetração do mundo rural (vias traçadas no mapa de S->N), como sejam, da direita para a esquerda, a estrada para Vila Real (rua de Santa Catarina), Póvoa e Vila do Conde (passando pelo Carvalhido) e Braga (rua de Cedofeita), entre outras.

⁴⁸⁷ Mumford, 1998: 332.



FIGURA 3-19: Produção alimentar (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832

NOTA: Contagem de forno(s) de cozer pão, talho de carne e fornos do assento por artéria, Recenseamento de 1832

A listagem de unidades urbanas ligadas àquilo que designámos por ‘produção alimentar’ enferma de questões semelhantes àquelas atrás assinaladas na FIGURA 3-16. Ou seja, a indicação documental deverá ter uma sub-enumeração, derivada certamente do contexto de cerco vivido. Sabemos que a fome e a ‘*cholera morbus*’ campearam na cidade⁴⁸⁸ e que o governo liberal legislou de forma progressivamente mais aberta sobre a entrada de géneros na cidade, isentando-os o mais possível de direitos, mesmo contra os depauperados cofres do governo, mas em benefício das necessidades da população civil e militar, em graves dificuldades de abastecimento. Também tabelou os preços. E manteve, a todo o custo, aberta a barra do Douro⁴⁸⁹, por onde desembarcavam géneros.

⁴⁸⁸ Fernandes, 1995: 54-58 (sub capítulo 3.c. ‘Os víveres’) e 49-53 (sub capítulo 3.b. ‘A ‘*cholera morbus*’ e as demais ‘moléstias’).

⁴⁸⁹ Fernandes, 1995: 56-58, utilizando informações da *Crónica Constitucional do Porto*. Porto: s.e., 1832-1834, Biblioteca Municipal do Porto.

Com poucos moinhos em funcionamento na área urbana central e sem as padeiras de Valongo conseguirem passar as barreiras miguelistas, o pão faltou.

A notificação de pontos de cozer o pão ou de talhos de carne (situados, no sentido W-E, nas ruas da Esperança, passeio da Cordoaria, largos do Anjo e da Polícia, rua de Santo António e escadas dos Guindais), mostra o interesse pelo abastecimento duma pequena área mais densa e central, ponto nodal da cidade e à qual as unidades mapeadas serviam.



FIGURA 3-20: Galegos (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832

NOTA: Contagem de *galegos de trabalho/quartel de galegos* por artéria, Recenseamento de 1832

Os ‘galegos’ eram uma fatia da população trabalhadora muito conhecida no Porto. Tradicionalmente pertencentes a faixas proletárias de movimento pendular, com frequência trabalhavam e pernoitavam na cidade à semana, indo ‘à terra’ (algures em território extra urbano) no fim-de-semana ou periodicamente. Ocupavam um tipo de habitação popular necessariamente barata e portanto, frágil; frequentemente, denominada ‘casas’ ou ‘quartéis de galegos’, também designadas por ‘casas da malta’. Tipicamente, seriam armazéns, partes de prédios, construções não edificadas de raiz

para habitação familiar. A viela do Pasteleiro, em zona estratégica em termos de mobilidade na cidade, apresenta a maior concentração deste tipo de alojamento popular, que depois se dispersa essencialmente pela beira-rio, zona de atividade económica constante, variada e de potencialidades evidentes em termos de empregabilidade.



FIGURA 3-21: A Companhia dos Vinhos do Alto Douro na cidade (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832

NOTA: Contagem de escritório da Companhia dos Vinhos, casa da Companhia e armazém(ns) da Companhia por artéria, Recenseamento de 1832

A *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, habitualmente designada por ‘a Companhia’ ou ‘a Companhia dos Vinhos’ era uma instituição todopoderosa na cidade. Detendo o monopólio da venda de vinhos na cidade e termo e nos portos do Brasil, com sede na cidade do Porto, a *Companhia* desenvolveu uma notável atividade, fundadora e complementar à da Junta das Obras Públicas no que aos desenvolvimentos urbanísticos portuenses do último quartel do século XVIII toca⁴⁹⁰. O

⁴⁹⁰ A criação da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* propiciou os motins do Porto de 1757, no rescaldo dos quais foi enviado como Governador Militar do Porto, João de Almada e Melo, primo de Sebastião José de Carvalho e Melo. Logo a partir

negócio do vinho do Porto alicerçava a importância da Alfândega do Porto e potenciava o poder regional da cidade, bem como o seu crescimento. Na data em que os dados cartografados são recolhidos, a atividade comercial encontrava-se bastante decaída, mas não paralisada: a barra do Douro permanecia aberta, com todas as dificuldades vividas; os negociantes aguardavam o desfecho das lutas liberais.

Assim, a falta presença enunciada da *Companhia* na cidade, sem prejuízo de muitos dos seus pontos de armazenamento poderem ter sido designados na documentação em causa meramente como ‘*armazéns*’ (e, portanto, não contabilizados neste patamar) é compreensível, da mesma forma que a localização das suas representações traduz lógicas conhecidas. Os armazéns, na zona ribeirinha (praia de Miragaia e rua dos Armazéns), os escritórios, nas ruas das Flores e de S. Pedro (ex-rua do Bispo e atualmente inexistente, sob o pavimento da atual praça de d. Pedro e avenida dos Aliados; naquela altura, a nascente Praça Nova⁴⁹¹). Ou seja, respetivamente, a beira-rio do embarque e desembarque, trocas e carregamentos e as zonas nobres de negócios da cidade, uns patamares topográficos acima.

de 1760 inicia o Governador a construção do Bairro Novo do Laranjal e avança para um novo modelo de desenvolvimento urbanístico, constituindo em 1763 a ‘Junta das Obras Públicas’, criada para fazer, institucionalmente, fazer a gestão urbanística; fiscalmente, para gerir a receita da ‘contribuição militar’ afeta às obras públicas do Porto por Carta Régia de 12. Março. 1763, advindo tal contribuição precisamente da zona de ação da *Companhia do Vinho*, pois o imposto era de 1 real por quartilho de todo o vinho produzido na região do vinho do Porto. In Monteiro, 2010: 225-227. E também, Fernandes, 1995: 28-33; Mandroux-França, 1986, Serén e Pereira, 2000: 416-417.

⁴⁹¹ Silva, 2015: [19.97.2015].



FIGURA 3-22: Lazer, restauração e atividades noturnas (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832

NOTA: Contagem de botequim, estalagem, ninfas, casa de comer/de pasto, botica e Casa Pia e Teatro por artéria, Recenseamento de 1832

Aparentemente, os locais de lazer localizavam-se em patamares mais altos da cidade, cerca de pontos de grande movimento.

Movimento de entrada e saída da cidade (e de possíveis pagamentos de direitos, pelo que convinha aí parar e consumir mais barato⁴⁹²; sendo aqui exemplos concretamente a rua da Porta de Carros, de Entreparedes, de Santo Ildefonso), mas também logradouros de trocas intensas, distinguindo-se a zona do Carmo (praça e rua do Carmo) e a zona em torno da Praça Nova (rua das Hortas, a sudoeste; das Liceiras, a noroeste, a viela do Anjo da Guarda, a nordeste, transversal à velha rua do Bonjardim; e a nordeste desta última, a rua de Fradelos⁴⁹³). *“Toda vez que o fluxo de tráfego se torna mais lento, tende a depositar sua carga: assim, costumava ser geralmente perto dos portões que se construía os armazéns, que as estalagens e tavernas se congregavam;*

⁴⁹² Pinheiro, 2011: 235.

⁴⁹³ Atual rua Guedes de Azevedo, entre a rua do Bonjardim e a rua Sá da Bandeira.

era nas ruas próximas que os artífices e mercadores edificavam suas lojas”.⁴⁹⁴ De fato, a comparação com a distribuição espacial dos ‘armazéns’ (FIGURA 3-18) corrobora tais observações.

Embora o Porto se apresente ainda uma cidade voltada para o rio, com centros económicos e sociais como a Praça da Ribeira, a Alfândega, a Feitoria Inglesa, a documentação não referencia necessariamente aí as estalagens, casas de pasto, tabernas e meretrizes (veja-se a FIGURA 3-23), conforme se poderia supor⁴⁹⁵. Esboça-se uma *topografia do lazer*, não tão definida como noutras cidades europeias⁴⁹⁶.



FIGURA 3-23: *Ninfas* (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832

NOTA: Contagem de *ninfas* por artéria, Recenseamento de 1832

As contagens e respetiva distribuição espacial de ‘*ninfas*’ ou meretrizes são um exemplo paradigmático dos ínvios caminhos da construção da narrativa histórica, particularmente quando se trata de dados ligados a franjas marginais da população. No

⁴⁹⁴ Mumford, 1998: 332.

⁴⁹⁵ Serén e Pereira, 2000:382.

⁴⁹⁶ Porter, 2000: 204-211.

recenseamento de 1832, anotadas *como tal* (sublinhado nosso) em “Observações” ou “Caraterísticas” do alojamento, são um total de 8 casos, distribuídos por zonas altas da cidade (sete (7) artérias: viela do Anjo da Guarda, ruas da Ramada Alta, das Carvalheiras, de Fradelos, rua e travessa das Liceiras, viela dos Congregados). No conjunto do censo, os casos em que a ‘ocupação’ é ‘meretriz’, ‘pública’ ou ‘mais particular’, são 39, dos quais, em seis (6) deles, se utiliza o plural do nome, ‘meretrizes’, impossibilitando-nos o acesso a números mais objetivos.

A fragilidade da informação disponível revela-se de forma mais clara, quando a cruzámos com, e analisámos, uma lista de meretrizes efetuada a 14 de Fevereiro de 1833 para o bairro de Santo Ovídio (um dos três bairros administrativos da cidade, na altura)⁴⁹⁷: 133 meretrizes recenseadas, em 32 logradouros na cidade. O cruzamento desta listagem com o censo revelou 7 correspondências (5,26% do total de casos em cruzamento) nos indicadores ‘artéria’, ‘nº de casa’, ‘nome de representante de alojamento’; mas só 3 destas designavam a pessoa como ‘meretriz’ ou ‘ninfa’⁴⁹⁸. Os outros casos eram indicados como ‘casas fechadas’, ‘desabitadas’ e, mais frequentemente, como ‘pobreza’, ‘ilhas’ e, residualmente, estas mulheres eram listadas como ‘solteira’ ou ‘sem profissão’.

As probabilidades que o processo documental percorrido e acima descrito abre, relativamente ao universo mais aproximado das meretrizes urbanas no Porto primooitocentista, sugerem a existência provável de três centenas (300), uma vez que em apenas um só bairro dos três existentes, são listadas mais de uma centena. A ser assim, tal significaria que, numa população urbana provavelmente próxima dos 15 000 habitantes em idade adulta (de ambos os sexos)⁴⁹⁹, cerca de 2% pertenceriam a este grupo. Uma comparação possível com a mesma população londrina, para época próxima, corrobora estas proporções: para 1850, calculava-se que no East End

⁴⁹⁷ *Lista das mulheres meretrizes existentes no bairro de Santo Ovídio*, AHMP, in Maço 6041.

⁴⁹⁸ Maria Joaquina e Rita Margarida, na rua do Bolhão, nºs 11 e 12; e Ana Joaquina, viela dos Congregados, nºs 1.13.

⁴⁹⁹ Segundo indicadores do censo de 1832, i.e., 5865 moradores representantes de alojamento, em 7828 alojamentos registados; o que torna credível a probabilidade de 10 a 15.000 habitantes do espaço urbano nesta data.

existissem cerca de 80 000 meretrizes⁵⁰⁰ o que rondaria cerca de 3% da população do ‘Inner London’.



FIGURA 3-24: Administração Pública, Justiça, Segurança e Correios (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832

NOTA: Contagem de Tribunal da Relação, Casa do Paço do Concelho, administração do correio, intendência da Polícia, casa da Bomba, Secretaria da Polícia, correios da Posta, Comissão de Aboletamento, Secretaria de Sua Majestade Imperial (SMI), Comissão Municipal e Comissão dos Conventos Abandonados por artéria, Recenseamento de 1832

A agregação cartográfica, num índice, dos indicadores acima indicados obedece a lógicas extra-contextuais, pois, como sabemos, a ligação institucional entre, por exemplo, *polícia* e *correios*, não existia. Não obstante, governança, justiça, segurança, comunicações, são pilares do funcionamento dum Estado moderno e na época funcionava no Porto, extemporaneamente, um verdadeiro Governo, com os respetivos atributos institucionais.

À primeira vista, é a zona mais alta, mais nova e afastada da beira-rio – até porque esta era presa fácil dos bombardeamentos miguelistas a partir da outra margem – aquela

⁵⁰⁰ Robbins, 1995: 139.

onde se situavam os edifícios albergando tal tipo de serviços: as ruas de Cedofeita e da Torrinha albergarão em épocas diferentes de 1832 e 1833 a Câmara Municipal; a Comissão Municipal e várias outras comissões. A Praça Nova e ruas das imediações (da Fábrica, da Porta de Carros, do Bonjardim, da Picaria; e para leste, a do Sol e praça da Batalha) congregarão as secretarias, os correios, tribunal e também, comissões; além de ser na Praça Nova que, após o Cerco, se fixará a Câmara Municipal. *Topografia do poder*, instável e ainda frágil mercê do contexto histórico, mas, mesmo assim, existente.



FIGURA 3-25: Religião e ordens (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832

NOTA: Contagem de residência dos Capelães das Freiras, porta do carro do Convento, armazéns do Convento de S. João Novo e portão da cerca do Convento do Carmo por artéria, Recenseamento de 1832

A história da relação entre a primeira fase do governo liberal e a Igreja é por demais conhecida e exterior aos objetivos do nosso estudo. A extinção das ordens religiosas foi acompanhada na cidade por ocupações de espaço não só material, como social; sendo referência algo supersticiosa a da grande destruição do Convento de S. Francisco, no Cerco. Tanto a cerca deste convento, como a do de S. Domingos e do Carmo, serão destruídas por partes, em nome da urbanização de novas artérias ou de

instituições representantes dos novos poderes burgueses mercantis e financeiros – o Palácio da Bolsa, cuja construção se inicia em 1842, sê-lo-á nos terrenos do extinto Convento de S. Francisco⁵⁰¹.

A Igreja e ordens foram tocadas, mas de forma alguma desapareceram de cena, importantíssimas que eram nos demais aspetos que não o estritamente religioso, como sejam, o da *assistência e beneficência* e da *educação*. As ordens terceiras e irmandades prestaram sempre relevantes serviços tanto na assistência, como na educação, relevando-se, na entrada do século XIX, os trabalhos da Venerável Ordem Terceira da Nossa Senhora do Carmo, da Ordem da Santíssima Trindade e da Venerável Irmandade da Nossa Senhora da Lapa⁵⁰², entre outros.



FIGURA 3-26: Assistência e beneficência (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832

NOTA: Contagem de hospital, portaria dos Órfãos, Real Casa dos Expostos, hospício de Santo António, Recolhimento das Velhas, Casa dos Expostos, depósito de Inválidos, portão de Caridade, casa de entrevadas, casa de convertidas, Casa Pia, Recolhimento dos Meninos

⁵⁰¹ Serén e Pereira, 2000: 384.

⁵⁰² Silva, 2000: 366.

Desamparados, Recolhimento das Órfãs, Secretaria da Confraria das Almas, Recolhimento do Anjo (extinto) e casa do Capelão do Anjo por artéria, Recenseamento de 1832

A sociedade de Antigo Regime tinha na filantropia, assistência e beneficência um dos seus traços característicos e a abundância de instituições, principalmente privadas e de base religiosa, que se dedicavam à pobreza, saúde e educação, era evidente e já mencionada nas linhas acima. A distribuição espacial destes edifícios não parece obedecer a algum modelo detetável.

O sub-registo de locais e instituições na área acompanha a tendência já anotada para temáticas anteriores. Somam-se apenas 18 notações dos indicadores listados na **NOTA** à FIGURA 3-26, quando no Porto são conhecidos, só para a época e na área da assistência aos doentes: 1. administrados pela Santa Casa da Misericórdia, os hospitais de D. Lopo de Almeida (ou Santo António), das Entrevadas, dos Entrevados, dos Lázaros, das Velhas; 2. administrados pelas Irmandades e Ordens Terceiras, os hospitais de S. Francisco, do Carmo, de S. Crispim, do Terço, dos Ingleses, de S. João Novo, entre outros.

A assistência aos desvalidos era tradicional e de forte presença nas cidades, com renovados ensejos no advento do liberalismo⁵⁰³ e com instituições velhas e novas, como as das *Casa dos Expostos* (acima, na zona do Carmo); os *Recolhimentos*, fossem da velhice, da infância, das mulheres desamparadas; as *Caridades* e *Hospícios*, para citar os mais importantes.

⁵⁰³ Pinheiro, 2011: 236.



FIGURA 3-27: Educação (Nº), segundo o recenseamento da cidade do Porto, 1832

NOTA: Contagem de *escola de S. Nicolau* e *baixos da Academia* por artéria, Recenseamento de 1832

“Apesar de tudo isto (o Cerco militar) a vida seguia o seu curso quasi normal (...) nem por um só dia – tal era os sangue-frio dos homens, das mulheres e das creanças – deixaram de ir à igreja, à missa, ao teatro, aos colégios, ou de continuar as transacções commerciaes”⁵⁰⁴. Os testemunhos da época descrevem-nos uma cidade pragmática na sobrevivência diária e portanto, na crença do futuro; e a educação da geração da Regeneração não era descurada. Os pontos cartografados revelam um mínimo da atividade existente, pois a legislação sobre livre abertura de Aulas Públicas e ensino em casa particular avança logo a 17. Julho. 1832⁵⁰⁵ (a entrada dos liberais na cidade ocorrera 8 dias antes, lembremo-nos). Passou-se da lei à prática, com iniciativa

⁵⁰⁴ Owen, 1915: 223 e 205.

⁵⁰⁵ *Crónica Constitucional do Porto*. Porto: s.e., 1832-1834, Biblioteca Municipal do Porto, nº 4, 17 de Julho de 1832, p. 18.

régia de abertura de Aula de 1^{as} Letras (Escadas da Sé, nº1)⁵⁰⁶ e de Língua Latina (rua de Cedofeita, nº 49)⁵⁰⁷ e abertura de aulas privadas de Inglês, rua do Almada, nº 253, lecionada pela recém-chegada Mrs. Trays⁵⁰⁸, ou diversas Aulas de 1^{as} Letras, nas ruas de Cedofeita e Nova dos Ingleses e outros níveis, conteúdos e locais, incluindo o Colégio dos Órfãos, que, só no ano de 1832 admitiu estatutariamente 30 alunos e mais alguns⁵⁰⁹. Isto, para além dos esforços educativos variados, particularmente nos níveis elementares, das instituições religiosas e de beneficência anteriormente referidas.

Uma nota sobre a importância da *Academia Real da Marinha e do Comércio* (aqui, indiciada pela indicação de ‘baixos da Academia’, com frentes para a praça do Carmo, passeio da Cordoaria e acomodações na rua das Carmelitas), orgulho da cidade desde 1803, resultado que foi do sucesso das aulas de náutica e de debuxo e desenho, criadas em datas diferentes nos finais do século XVIII⁵¹⁰.

Radiografámos a cidade essencialmente material em 1832.

Passemos ao restante que nela se faz, e como.

3.2 Atividade laboral

Estudar o alojamento não é fácil, mas a tarefa pode ser ainda mais espinhosa em matéria do trabalho. Não só as fontes são muito diferenciadas na construção e desígnio, como assistemáticas no registo; a variação das designações é assaz evidente, o enviesamento quanto ao género marca, só para enunciar os escolhos mais visíveis.

Reiteradas as dificuldade de estudo, avancemos com a análise, caracterização e evolução da estrutura ocupacional portuense.

⁵⁰⁶ *Crónica Constitucional do Porto*. Porto: s.e., 1832-1834, Biblioteca Municipal do Porto, 6 de Março de 183, p. 954.

⁵⁰⁷ *Crónica Constitucional do Porto*. Porto: s.e., 1832-1834, Biblioteca Municipal do Porto, 16 de Janeiro de 1833, p. 688.

⁵⁰⁸ *Crónica Constitucional do Porto*. Porto: s.e., 1832-1834, Biblioteca Municipal do Porto, 26 de Outubro de 1832, p. 412.

⁵⁰⁹ Fernandes, 1995: 59-62.

⁵¹⁰ Silva, 2000: 366-367.

3.2.1 Ocupações na cidade e sectores de atividade. O quadro das ocupações e as tendências

Em que se ocupavam os portuenses na época que nos interessou?

Duas ressalvas a apresentar antes de avançarmos. A análise favorece alguma simplificação do objeto em causa, a fim de se obterem perceções mais nítidas. Assim, antes do mais, lembremos que o mercado urbano se caracteriza pela diversidade de oportunidades de trabalho e permeabilidade das mesmas, facilitando o trabalho pontual, o pequeno investimento e a pluriatividade, complementar nas tarefas, ou não. Não é demais sublinhar a nossa consciência deste dinamismo e mobilidade intrínsecas, mesmo quando esboçamos quadros e características. Tendências serão, sempre.

Depois, a fim de obter uma imagem clara da estrutura ocupacional da cidade, i. e., na procura da exatidão, fomos obrigados a *harmonizar, classificar e codificar* os dados. Ou seja, trabalhámos com ainda outros instrumentos de precisão, exteriores à realidade móvel.

Deparámo-nos com uma miríade de designações ocupacionais que variavam não só entre cada momento cronológico e documento, mas também dentro do próprio documento. Já atrás tivemos a ocasião de explanar as opções metodológicas e processuais tomadas a fim de tentar obter (capítulo 2, pontos 2.3, 2.3.1. a 2.3.3.).

Relembremos brevemente os passos dados, de forma a permitir clareza no desenvolvimento deste subcapítulo do nosso trabalho.

O procedimento de codificação decorreu a partir da designação ocupacional original, em processo *bottom-up*: estabelecido o conteúdo funcional da ocupação, i.e., desambiguada a designação ocupacional da mesma; procurou-se a designação histórica internacional ocupacional correspondente na base de dados internacional HISCO-*Historical International Standard Classification of Occupations*⁵¹¹. Este é o nível unitário (*unit*) duma classificação hierárquica que se desenvolve no sentido do nível unitário (*Unit level*), para o nível principal (*Major*), passando pelo nível menor (*Minor*).

⁵¹¹ In <http://historyofwork.iisg.nl/>, consultada entre Agosto. 2009 e Julho. 2015, site intitulado, não por acaso, *History of Work Information System* e sobre o qual se avançaram informações substanciais no ponto 2.3.

Se no nível principal (*Major*, também designado por HISCO1) a ocupação faz parte dum grupo de ocupações caracterizado por 1 dígito, no nível menor (*Minor*, também designado por HISCO2) acrescenta-se 1 dígito ao primeiro, somando 2 dígitos; e no nível unitário (*Unit*, também designado por HISCO3), acrescenta-se os últimos 3 dígitos que caracterizarão a designação ocupacional em causa.

Por exemplo, um *moleiro* é correspondido com um “grain miller”, código 77120 (*Unit level*, o sublinhado utilizado neste parágrafo é nosso, para fins didáticos). Pertence ao grupo menor (*Minor*) dos *processadores de alimentos e bebidas* (“food and beverage processors”), código 7-7, note-se que os dois primeiros dígitos do código unitário, 77120. Finalmente, o seu grupo principal (*Major*) é o da *produção e trabalhadores similares, operadores de equipamentos de transporte e trabalhadores* (“production and related workers, transport equipment operators and labourers”), que agrega os códigos maiores (*Major*) 7, 8 e 9 (escrevendo-se 7/8/9). Reencontramos o dígito 7 no início do código unitário: 77120. O processo, observado no sentido contrário, i.e., do nível principal (*Major*) para o nível unitário (*Unit*), evolui do código 7, para o código 77 e finalmente, para o código 77120⁵¹². As especificidades deste moroso processo foram explanadas no subcapítulo 2. 3..

As nossas observações basear-se-ão portanto neste suporte organizacional, esclarecido em rodapé e/ou anexos, sempre que considerado necessário. Procedemos da mesma forma, sempre que precisámos de *classificar as atividades laborais* quanto à atividade económica, facto também já explanado no acima citado subcapítulo.

3.2.1.1 Tendências evolutivas da estrutura ocupacional portuense no primeiro terço do século XIX

O *quadro das ocupações portuenses no primeiro terço do século XIX* pode ser inicialmente percecionado através das respetivas *tendências evolutivas* no que ao peso proporcional de cada grupo de ocupações toca (FIGURA 3-28 e ANEXO U, QUADRO U-1).

⁵¹² No ANEXO T, QUADRO T-1 apresentamos as primeiras 6, das 40 páginas em formato PDF que constituem o esboço da estrutura da HISCO (*Outline of HISCO Structure*). In http://historyofwork.iisg.nl/list_pub.php?categories=hisco, disponível <http://historyofwork.iisg.nl/>, consultada entre Agosto. 2009 e Junho. 2015.

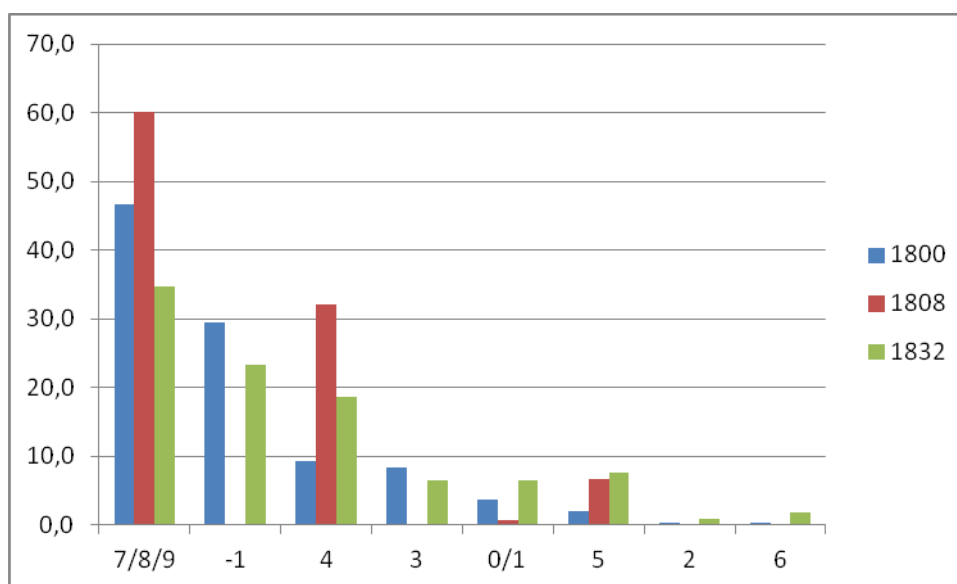


FIGURA 3-28: Evolução da estrutura ocupacional, em %, Porto,1800-1808-1832

LEGENDA : Classificações *Major* da HISCO

-1 - No occupation stated⁵¹³

0/1 - Professional, technical and related workers⁵¹⁴

2 - Administrative and managerial workers⁵¹⁵

3 - Clerical and related workers⁵¹⁶

4 - Sales workers⁵¹⁷

5 - Service workers⁵¹⁸

6 - Agricultural, animal husbandry and forestry workers, fishermen and hunters⁵¹⁹

7/8/9 - Production and related workers, transport equipment operators and labourers⁵²⁰

Antes de analisarmos os dados do gráfico quanto ao conteúdo, ressaltamos algumas das respectivas idiossincrasias. Primeiramente, devemos levar em conta as diferentes dimensões e estrutura interna das 3 amostras em causa: em 1800, a listagem respeita 8 artérias da cidade e 863 efetivos; em 1808, contam-se 173 logradouros e um

⁵¹³ Sem ocupação declarada (tradução livre).

⁵¹⁴ Trabalhadores profissionais , técnicos e relacionados (tradução livre).

⁵¹⁵ Trabalhadores administrativos e gerenciais (tradução livre).

⁵¹⁶ Trabalhadores de escritório e afins (tradução livre).

⁵¹⁷ Trabalhadores de vendas (tradução livre).

⁵¹⁸ Trabalhadores de serviços (tradução livre).

⁵¹⁹ Trabalhadores da agricultura , pecuária e silvicultura, pescadores e caçadores (tradução livre).

⁵²⁰ Produção e trabalhadores similares , operadores de equipamentos de transporte e trabalhadores (tradução livre).

universo de 2289 indivíduos; em 1832, quantificam-se 283 logradouros e 5622 efetivos. Se na 1ª e última datas se listam indivíduos nos seus fogos e como representantes desses, na data intercalar quantificam-se os mestres de ofícios existentes, donos de loja e de tendas. Interessados que estávamos em perceber a *organização intrínseca da estrutura laboral*, assumimos tais dissemelhanças, visando essencialmente perscrutar aquela.

Procedemos no entanto a um teste de bondade de ajustamento baseado no qui-quadrado, entre as frequências observadas nas 8 artérias (arroladas tanto em 1800 como em 1832), relativas à distribuição do número de indivíduos pelos grupos ocupacionais de nível HISCO1 ou *Major*, e as frequências esperadas, elas próprias calculadas a partir da distribuição das mesmas ocupações na totalidade das artérias, 1832. Quisemos verificar da representatividade possível das mesmas artérias em 1800 quanto ao fato desta amostra poder ser ponto de partida para uma análise longitudinal e o resultado foi favorável. Ou seja, os dados observados (amostra) distribuíam-se em conformidade com os dados globais da população para 1832, o que tornava viável o confronto com os mesmos, em 1800. Explorámos este ponto um pouco à frente em momento pertinente (QUADRO 3-6).

Das discrepâncias amostrais acima mencionadas, já expostas aliás no capítulo 2, decorrem alguns enviesamentos que se notam na leitura do GRÁFICO. O mais vistoso exemplo é o da total ausência de representantes do grupo *Major -1, sem ocupação declarada*, nos dados de 1808. Nem de outra maneira poderia ser, pois esse rol foi elaborado com fins de taxação e portanto, visou trabalho e negócio. Uma quasi-total rarefação de listagem ocorre também para os efetivos dos grupos 2, *trabalhadores administrativos e gerenciais* e 6, *agricultural, animal husbandry and forestry workers, fishermen and hunters*⁵²¹, pelas mesmas razões.

Como ajustar a nossa comparação? As opções mais evidentes seriam a da retirada dos dados de 1808 se considerássemos as discordâncias demasiado pesadas; outra opção poderia ser a da retirada deste confronto do grupo *Major -1, sem ocupação declarada*; e finalmente, tornar mais fina a análise, confrontando, por exemplo, os espaços comuns entre amostras. Seguimos esta última opção (ponto 3.2.2.), pois considerámos que operacionalizar as escolhas anteriores lesava, mais do que enriquecia, o nosso estudo.

⁵²¹ Com 0,2% de efetivos quantificados em cada um dos grupos.

Ressalvas apresentadas, passemos ao conteúdo.

Que *tendências evolutivas*, pois, *da estrutura ocupacional portuense nas primeiras décadas do século XIX*?

Destacam-se as seguintes grandes linhas de evolução, a saber, 1) a da consistente importância laboral da *produção* (grupo 7/8/9), do *comércio* (grupo 4) e dos que eram olhados socialmente como *sem ocupação declarada* (grupo -1). Para indivíduos classificados neste último conjunto, o ano de 1808 mostra uma falha total de arrolamento, por razões acima descritas. Pelas mesmas razões, a amostra desse ano inflaciona os grupos 7/8/9 e 4; 2) não obstante e embora ainda numa análise inicial, note-se que entre início e quasi-meados do século XIX, o grupo de efetivos agregados na *produção e trabalhadores similares, operadores de equipamentos de transporte e trabalhadores* (grupo 7/8/9) diminuiu; 3) a par dum aumento dos *trabalhadores de vendas* (grupo 4), dos *trabalhadores profissionais, técnicos e relacionados* (grupo 0/1) e dos *trabalhadores de serviços* (grupo 5); 4) o agrupamento -1, *sem ocupação declarada*, mostra uma evolução descendente, fator interessante na medida em que nesta agregação se concentravam tanto aqueles mais pobres (*pobre, entrevado, mendigo*, entre outras variadas designações afins) como aqueles de maiores rendimentos, desde que com designações ocupacionais derivadas dum olhar social de afastamento da esfera laboral (*proprietário, capitalista*, entre outros). Esta esfera dos não-afetos ao mundo laboral no vocabulário utilizado nos documentos é por nós explorada um pouco mais à frente; 5) os grupos ocupacionais 2, *trabalhadores administrativos e gerenciais* e 6, *trabalhadores da agricultura, pecuária e silvicultura, pescadores e caçadores* revelam uma presença frágil em qualquer dos censos estudados. A evolução levemente ascendente é de difícil análise, pois (ANEXO U); 6) decréscimo dos efetivos do grupo 3, *trabalhadores de escritório e afins*, pensamos nós que por uma questão amostral (a área citadina coberta pelo censo de 1800 era marcadamente ligada aos escritórios de negócios, enquanto em 1832, e num ano de cerco militar (portanto, com problemas graves na vida de negócios na cidade), listam-se os efetivos cabeça-de-casal de toda a cidade).

A imagem esboçada é a duma cidade em transição, evidentemente lenta e de difícil apreensão em menos de 50 anos, mas mesmo assim, de relativa diminuição da produção e relativo aumento das vendas (embora, em 1832, seja marcada a presença da produção, relativamente a estas, fato que devemos reter como contributo do nosso estudo). A lenta

evolução positiva dos grupos de *trabalhadores profissionais, técnicos e relacionados* e dos *serviços* referencia luzes de contemporaneidade no Porto.

3.2.1.2 O quadro das ocupações em 1832

O *quadro das ocupações portuenses em 1832*, século XIX já lançado, revela muito de uma cidade de características modernas, i.e., onde o peso da produção de tipo artesanal na cidade é marcante⁵²². De fato, 34,7% da população recenseada, adulta e ativa, ocupa-se na produção (grupo 7/8/9: Produção e trabalhadores similares , operadores de equipamentos de transporte e trabalhadores⁵²³, cf. ANEXO U). Não podemos deixar de lembrar que na sociedade e economia que aqui analisamos a fluidez entre artesanato e comércio era a realidade – a oficina abria para a rua, via-se o trabalho a ser feito, comprava-se e trocava-se ali, no espaço público. Ser visto era, até, prova de bom trabalho e não só, também de transparência no negócio: “(...) não há melhor garantia de transparência do que ter loja aberta num pavimento térreo, praticando o comércio à vista de todos”⁵²⁴.

Assim, esta proporção de ‘produtores’ deve provavelmente conter uma razoável fatia de ‘vendedores dessa produção’, como curtidor de couros (76145-“Tanner”) ou cordoeiro (75710-“Rope maker, general”), entre muitos outros.

Além da comercialização direta sequencial da produção, o artesanato tradicional era frequentemente acompanhado por atividades complementares, em termos de tarefas e/ou ocupações; e esta característica era transversal na economia, em todos os setores de atividade. Escapariam a estas regularidades os negociantes de médio e grande trato, o clero, os que viveriam de rendimentos e nobres, os burgueses, algumas profissões liberais. A clivagem entre o mundo do trabalho e os ‘outros’ (privilegiados, nobres, negociantes, burgueses, enfim, aqueles com rendimentos superiores ao necessário para sobreviver) seria permitida pela capacidade económica.

⁵²² “Dans les villes de l’Europe traditionnelle, on peut estimer qu’en moyenne les activités correspondant à l’industrie manufacturière devaient occuper environ 35-45% de la population active”, in Bairoch, 1985: 351.

⁵²³ “Production and related workers, transport equipment operators and labourers”.

⁵²⁴ Madureira, 1992: 36.

Servem as linhas acima para avançar a sugestão de que também os 18,6% de indivíduos classificados como trabalhadores de vendas (grupo 4: “Sales workers”) englobariam decerto proporção razoável de indivíduos que concertariam comercialização com produção; para além daqueles que mais seguramente classificámos nas vendas: os *negociantes* (designação genérica que remete para a atividade comercial, sem conseguirmos distinguir se de retalho ou de comércio por grosso se trata), os *negociantes de peso, de linho, de ferro*, entre outros; os *estaqueiros, mercador de panos*, e assim por diante (ANEXO V).

Lembremos que, de novo, neste conjunto de indivíduos dedicados às trocas, a variação da condição na ocupação é enorme: “*A alguns destes convém o título de mercador ou homem de negócios; a outros ficava mais adequado o rótulo de marseiro, tendeiro ou vendeiro; os mais não passariam de regatões ou regateiras (...) não só os distinguia a rede de ligações internacionais que cultivavam e o volume de capital envolvido nos negócios mas também o próprio estatuto social*”⁵²⁵.

Note-se que os *trabalhadores de vendas* são o terceiro grupo ocupacional mais importante no Porto em 1832, com efetivos ainda acima dos mil (1000) indivíduos. Uma grande proporção deles cai na categoria de *proprietários trabalhadores (comércio por grosso e a retalho)* (subgrupo 4/1)⁵²⁶, acima dos 95%: são os *com loja, loja de vender, negociante, negociante de carnes, de linhos, de lãs, adeleiros, loja de chá*, entre muitos outros exemplos. Muito atrás em termos percentuais, surgem os *compradores* (subgrupo 4/2)⁵²⁷, onde por exemplo se inscrevem os *contratadores de carnes, de sardinhas*, por aí adiante; os *vendedores, assistentes de loja e trabalhadores afins* (subgrupo 4/5)⁵²⁸ e finalmente, na base da escala, o subgrupo 4/4, o dos trabalhadores dos *seguros, imobiliário, valores mobiliários, vendedores de serviços às empresas e leiloeiros*⁵²⁹ com designações ocupacionais como *negociante corretor, corretor de navios* ou *pregoeiro*.

⁵²⁵ Silva, 1988, vol. I: 113.

⁵²⁶ “Working proprietors (wholesale and retail trade)”.

⁵²⁷ “Buyers”, com 1,53% do total dos listados no grupo 4.

⁵²⁸ “Salesmen, shop assistants and related workers”, com 1,43% do total dos listados neste grupo.

⁵²⁹ “Insurance, real estate, securities and business services salesmen and auctioneers”, com apenas 0,30% do total dos efetivos do grupo.

Os pontos de venda – designados por *loja, tenda, venda, mercador de algo* – mantêm fundamentalmente nesta listagem designações gerais (exemplos anteriores), embora consigamos distinguir, nem sempre com a precisão desejada, focos de comércio a retalho (*loja de vender, de peso, retalhista...*), comércio grossista (*armazém de vinhos* e outros, não especificados), comércio de têxteis e artigos de vestuários⁵³⁰ (com a honrosa e destacada proporção de 11% dos *trabalhadores de vendas*), de produtos agroalimentares (5,23%), seguidos bem longe, pelos pontos de venda relativos a couros e calçado (1,2%, os *negociantes de sola*), de ferragens e madeiras e ainda pelos sempre presentes produtos químicos (respetivamente, *negociantes de ferragens* e *droguistas*, por exemplo, ambos os grupos com representação de 1% no total dos *trabalhadores de vendas*), pelos vendedores de carvão e de cerâmicas e vidros (ambos com um peso proporcional de 0,6%) e ainda mais residualmente, pelas *lojas de livros, quinquilheiros* e outros. A organização hierárquica setorial do agrupamento de efetivos dos trabalhadores de vendas em 1832 permanece semelhante àquela detetada cerca de 25 anos antes, em 1808: grande peso das designações gerais e/ou não especificadas, seguido do conjunto de vendedores de têxteis e vestuário e dos de produtos agroalimentares. Depois, o grupo da cerâmica e vidros, já bem afastado quanto a efetivos trabalhadores, mas ainda acima do de couros e calçado – aqui, ocorre uma dissemelhança na estrutura, que aumenta na diversificação de designações ocupacionais mais específicas (ANEXOS V e W).

Voltemos a 1832.

Uma palavra é merecida quanto ao fato de que as categorias e subcategorias indicadas não são, na realidade, mutuamente exclusivas e daí poder resultar alguma flutuação de importâncias relativas dos subgrupos, embora não determinante: se ao subgrupo 4/5, a que pertencem os *vendedores de rua*⁵³¹, acrescentarmos 209 indivíduos listados como *proprietários trabalhadores (comércio por grosso e a retalho)* (subgrupo 4/1), como são por exemplo, *tendeiros, vendeiros, com tenda*, entre outros; esta categoria de vendedores de rua aumentaria bastante, avolumando os efetivos do

⁵³⁰ Mercadores de panos, negociantes de lãs, de linhos, de panos, fanqueiros, capelistas, adeleiros, entre outros.

⁵³¹ “Street vendor”, código 45220; no qual inserimos *feirantes, regateiras, vendilhões*, entre outros, num total de 14 casos.

subgrupo 4/5 até à mais realista proporção de 21,30%, embora com a diminuição percentual relativa dos *proprietários trabalhadores* (subgrupo 4/1) para 76,81%.

Dos parágrafos acima se depreende que 50% ou mais da população ativa portuense estaria ocupada entre a produção artesanal e manufatureira e o comércio. Confirma-se, pois, a imagem da cidade comercial, amplamente divulgada, embora pensemos que a contribuição deste estudo ao nível da microanálise matiza a mesma, relevando pelo menos duas outras realidades, bem presentes: a da produção artesanal e manufatureira e a da alargada faixa de indivíduos sem ocupação declarada (grupo -1: “No occupation stated”).

De facto, 23,3% da população recenseada integra-se nessa categoria (a da *sem ocupação declarada*), cujo grande traço distintivo será porventura o da heterogeneidade de situações mascaradas por tal nomeação. Da totalidade de indivíduos *sem ocupação declarada*, cerca de metade é realmente indicada como tendo ‘ocupação desconhecida’⁵³², o que não impede de disfarçar uma situação provável de trabalhadores de biscates, com modalidades de trabalho não-permanentes, “*trabalhadores (que) não deixam de ser vadios*”⁵³³, aproveitando-se das oportunidades pontuais do mercado de trabalho citadino. Da outra metade restante deste grupo, sobressaem dois (2) grupos opostos na escala social e de estatuto, o dos ‘proprietários’⁵³⁴ e o dos ‘pobres’⁵³⁵, embora aquele, com peso bastante superior a este. Tradições históricas censitárias cumpridas (de subnomeação de elementos entendidos como socialmente marginais), pois a mesma fonte nos indica, em campos não nominativos e sim, de ‘características’ ou à margem, em notas, uma enorme frequência de ‘pobres’ e ‘ilhas’, cartografados por nós na FIGURA 3-2, FIGURA 3-3 e FIGURA 3-4, ponto 3.1.

O relevante peso dos *proprietários*, *capitalistas*, daqueles que *viviam de suas rendas*, entre outras designações semelhantes e indicações de títulos nobiliárquicos, de novo patenteia o *tradicionalismo da sociedade urbana portuense*, onde também um

⁵³² 56,18%.

⁵³³ Madureira, 1992: 65 e também 64.

⁵³⁴ 36% de proprietários; 36, 30% se aos quantitativos relativos a esta designação somarmos os *capitalistas* e os que *vivem de seus bens*.

⁵³⁵ 6%.

‘terciário tradicional, de Antigo Regime’⁵³⁶ ocuparia lugar de relativa preponderância com a consequência estrutural de chamar a si parte proporcionalmente excessiva do produto nacional, lentificando, pois, a possível génese e eficácia do lançamento dum setor secundário, com as transformações sociais daí emergentes.

É pois concomitante às informações avançadas nos parágrafos acima, indicar o grupo 5, o dos *trabalhadores de serviços* (“Service workers”), como aquele que em 1832, no Porto, se destaca sequencialmente na hierarquia das ocupações, com 7,7% dos indivíduos recenseados. Nesta categoria se integram as ocupações ligadas aos *serviços de restauração, alojamento e lazer*, seja enquanto proprietários dos mesmos, seja enquanto trabalhadores nos mesmos (subgrupos 5/1: *proprietários trabalhadores (restauração, alojamento e serviços de lazer)*⁵³⁷; 5/3: *cozinheiros, empregados (de restauração e de bar) e trabalhadores relacionados*⁵³⁸); bem como aquelas ligadas aos *serviços domésticos e de apoio às casas abastadas* (subgrupos 5/4: *empregados domésticos e trabalhadores do serviço de limpeza relacionados, não classificados noutro lado*⁵³⁹; 5/5: *lavadeiras, limpeza a seco e engomadores*⁵⁴⁰) e ainda as ocupações ligadas à estética, beleza e estatuto social, como *cabeleireiros, alguns barbeiros*, entre outros (subgrupo 5/7: *cabeleireiros, barbeiros, esteticistas e trabalhadores similares*⁵⁴¹). No grupo 5 integram-se ainda os *trabalhadores de serviços de proteção*, desde os da segurança pública citadina (distinguindo-se os polícias e guardas, dos indivíduos da vigilância como guarda noturnos), aos da segurança das prisões (guardas de prisão), segurança civil (os *soldados e capitães da Bomba*) e ao exército e marinha. Inscrevem-se num subgrupo residual, de *outros trabalhadores de serviços não classificados noutros lados* (subgrupo 59990)⁵⁴², as ‘meretrizes’ ou ‘ninfas’ e ‘empregados’ diversos.

O papel de cidade portuária acumulando os papéis de capital regional administrativa, religiosa e económica, com um potencial de mercado de trabalho evidente face aos arredores e regiões envolventes, favorecia várias das vertentes

⁵³⁶ Godinho, 1977: 155-156; sendo que o conceito de ‘terciário tradicional’ é aqui referido ao conjunto da nobreza, clero e comércio.

⁵³⁷ “Working proprietors (Catering, Lodging and Leisure Services”.

⁵³⁸ “Cooks, Waiters, Bartenders and Related Workers”.

⁵³⁹ “Maids and related housekeeping service workers not elsewhere classified”.

⁵⁴⁰ “Launderers, Dry-Cleaners and Pressers”.

⁵⁴¹ “Hairdressers, barbers, beauticians and related workers”.

⁵⁴² “Other service workers not elsewhere classified”.

ocupacionais englobadas neste subgrupo 5. Germinavam *estalagens, casas de comer e de pasto, lojas de bebidas, botequins*, entre outros (subgrupo 5/1). Enquanto residência e lugar de recreio dos mais ricos, a cidade gerava emprego flutuante nos serviços de vigília (*porteiros, guardas noturnos*, subgrupo unitário 58940, “Watchman”), de apoio doméstico (*cozinheiros, criados, escudeiros, lavadeiras, brunadeiras*, entre muitos outros, subgrupos 5/4 e 5/6) e de cuidado corporal e de estatuto social (subgrupo 5/7, *cabeleireiro*, entre outros). Fenómenos deste tipo são aliás comuns por entre as cidades com papel central nas regiões, como por exemplo, capitais, oitocentistas para o caso que nos interessa – veja-se o caso de Londres, cujo Censo de 1841 listava a formidável força laboral de 168 701 empregados domésticos, 29 780 costureiras e modistas, 16 220 roupeiras, lavadeiras e brunadeiras e 13 103 garotos de recados⁵⁴³, numa população de 1 661 346 indivíduos da zona urbana central⁵⁴⁴, o que equivale a 13,71% da população total.

A análise da distribuição setorial dentro do grupo 5 fornece uma imagem dos *trabalhadores de serviços* do Porto com a maior ponderação nas ocupações da área dos *serviços de proteção* (subgrupo 5/8), o que, devido ao contexto de guerra civil e cerco militar que a cidade vivia, é compreensível e decerto sobre representado relativamente a outras épocas históricas⁵⁴⁵. Segue-se-lhe a área da *restauração, alojamento e lazer* (subgrupo 5/1), com mais de 25% da amostra em causa⁵⁴⁶, fato explicável pela característica de centro comercial e de produção, terra de idas e vindas. O *estatuto social, estética e cuidado corporal* seria o subgrupo seguinte (5/7), ocupando cerca de 17,63% de indivíduos, na amostra; seguidos por *outros trabalhadores de serviços não classificados noutros lados* (5/9) (empregados diversos e meretrizes)⁵⁴⁷; pelos *empregados domésticos e afins* (5/4) com cerca de 6% e pelos *serviços de apoio doméstico para roupas (lavadeiras, brunadeiras, entre outras*, subgrupo 5/6)⁵⁴⁸. Finalmente, na base da escala, estariam os *cozinheiros, empregados (de restauração e*

⁵⁴³ Porter, 2000: 227.

⁵⁴⁴ “Inner London”.

⁵⁴⁵ 37,4% do total de indivíduos agregados em tal grupo.

⁵⁴⁶ 26,22%.

⁵⁴⁷ Cerca de 9%.

⁵⁴⁸ 2,78%.

de bar) e trabalhadores relacionados (5/3), com 1,39% do total deste grupo 5 de ocupações.

Por um lado, o Porto permitia uma economia de serviços em que a exploração de trabalho barato, fortuito ou em *part-time* podia florescer – e muitas das ocupações referidas no grupo acima eram-no, de fato.

Por outro lado, as oportunidades criadas pela produção e comércio (mais evidentes ainda numa cidade portuária conhecida) amparavam o surgimento de empregos de classe média, nas áreas do transporte, serviços bancários, de investimento e de seguros. É assim compreensível que o grupo 3, o dos *trabalhadores de escritório e afins* (“Clerical and related workers”) surja como aquele que mais trabalhadores agregava sequencialmente, na hierarquia ocupacional da cidade, com uns já respeitáveis 6,5%; embora a par do grupo 0/1, o dos *trabalhadores profissionais, técnicos e relacionados* (“Professional, technical and related workers”), com a mesma proporção de efetivos.

Com efeito, os *contabilistas, caixas e trabalhadores afins* (subgrupo 3/3)⁵⁴⁹ ocupam um honroso 2º lugar na hierarquia do grupo de trabalhadores de colarinho branco, com cerca de 30% do total de indivíduos com ocupações na área. Falamos dos *guarda livros, oficial de tesouraria, caixeiros, empregados de bancos, Tesouro Público e Contadoria*, bem como *pagadores do Arsenal*, entre outros. Estes trabalhadores apenas eram suplantados em importância numérica pelos *funcionários executivos do governo, especialização desconhecida* (subgrupo 3/1)⁵⁵⁰, que somavam 34,20%, facto perfeitamente inteligível na segunda cidade do país, com arrecadação importantíssima de impostos, inclusive através da muito ativa Alfândega e, além de toda este contexto, sede de Governo durante o ano em que durou o Cerco do Porto e ao longo do qual foi precisamente produzido o censo sobre o qual nos debruçamos agora. Englobam-se aqui os *membros da Administração Municipal*, os *arrecadadores*, os *contadores* de instituições diversas, os *funcionários da Alfândega* (*empregado, feitor, guarda, tesoureiro*, entre outros), diversos tipos de *administradores* (*da ponte, da cidade...*), os *meirinhos, vedor das águas públicas*, entre outros.

Numa cidade povoada de ‘escritórios’ (de negócios em geral, dos negócios dos ingleses, do vinho...), não admira que os *trabalhadores de escritórios e trabalhadores*

⁵⁴⁹ “Bookkeepers, cashiers and related workers”.

⁵⁵⁰ “Government executive official, specialization unknown”.

afins não classificados noutra lado (subgrupo 3/9)⁵⁵¹ surjam com representação bem visível (15,15% do total do grupo 3). São cerca de cinco (5) dezenas de empregados subdivididos pelas áreas da armazenagem (*empregado de armazém*), de escritório e escrituração (*oficial da Secretaria da Marinha*), escreventes legais (*amanuense do Tesouro, empregado da Justiça, escrivão da Coroa, da Vara da Polícia, do Selo, inquiridor...*), rececionistas em geral (*porteiros, contínuos*), funcionários de pesagem (*medidor da Alfândega...*) e outros ainda.

Ainda acima dos 10% neste grupo de *empregados de escritório*, encontramos um subgrupo que considerámos *equivalente* ao de *estenógrafos, digitadores e operadores de máquinas perfuradoras de cartões* (subgrupo 3/2)⁵⁵², constituído basicamente pelos *escrivães*, em geral e *da Marinha, do Consulado, do Contrato de Tabaco, do Geral*, entre outros. As tarefas desenvolvidas equivalem-se (após consulta da ISCO68⁵⁵³), daí a classificação.

Finalmente e em sequência, surgiam os empregados (da Comissão, da Casa da Moeda, da Comissão de Recenseamento, e tudo o resto), numa área de trabalhadores de escritório e trabalhadores afins, especialização desconhecida (subgrupo 3/0)⁵⁵⁴ e roçando as 2 dezenas de casos; e bastante atrás, já abaixo da dezena de indivíduos, os funcionários de distribuição do correio (3/7)⁵⁵⁵ e os condutores de transportes (3/6)⁵⁵⁶.

Nesta cidade com lentas condições emergentes de contemporaneidade, os *trabalhadores profissionais, técnicos e relacionados* (grupo 0/1)⁵⁵⁷ ocupam também um lugar ainda modesto, mas em ascensão no período considerado (FIGURA 3-28).

Destacam-se neste grupo de ocupações aquelas ligadas às competências técnicas das áreas da *saúde* (subgrupo 0/6 e 0/7)⁵⁵⁸ e da justiça (os *juristas*, subgrupo 1/2)⁵⁵⁹,

⁵⁵¹ “Clerical and related workers not elsewhere classified”.

⁵⁵² “Stenographers, typists and card- and tape-punching machine operators”.

⁵⁵³ *International Standard Classification of Occupations/ISCO*, in <http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/isco/isco68/major.htm>, in *International Labour Organization (ILO)*, consultada entre Agosto. 2009 e Junho. 2015. O apoio de estudo nestes documentos foi atrás explicitado no ponto 2.3.

⁵⁵⁴ “Clerical and related workers”, 5,23% do total do grupo 3.

⁵⁵⁵ “Mail distribution clerks”.

⁵⁵⁶ “Transport conductors”.

⁵⁵⁷ “Professional, technical and related workers”.

ambos os agrupamentos acima dos 25% do total destes profissionais⁵⁶⁰, respondendo, pois, por mais de metade dos efetivos desta aglomeração. Ainda rondando os 20% temos os *trabalhadores da religião* (subgrupo 1/4)⁵⁶¹. A *educação* (*professores*, subgrupo 1/3)⁵⁶² representa-se por uns razoáveis 12,91% do conjunto, seguida, muito atrás, pelos *funcionários de navios* (subgrupo 0/4)⁵⁶³. Com efetivos abaixo da dezena de representantes, estão os *compositores e artistas intérpretes* (subgrupo 1/7)⁵⁶⁴, os *contabilistas* (subgrupo 1/1)⁵⁶⁵ e um *arquiteto* (subgrupo 0/2 e 0/3)⁵⁶⁶.

Finalmente, surgem residualmente neste quadro ocupacional portuense de 1832 os trabalhadores da agricultura, pecuária e silvicultura, pescadores e caçadores (grupo 6)⁵⁶⁷ e os trabalhadores administrativos e gerenciais (grupo 2)⁵⁶⁸. Uma centena de lavradores, hortelões, caseiros, seareiros sobrepõem nem uma dezena de pescadores, mestres de mar e arrais. A subnotação de indivíduos ligados às pescas já foi atrás mencionada, é conhecida e aqui sobejamente comprovada.

A área da administração e gestão era evidentemente misturada com a dos negócios, sendo a especialização muito incipiente. No entanto, temos 77,10% do total destes indivíduos inequivocamente indicados como administrador e feitor (subgrupo 2/1)⁵⁶⁹; seguindo-se-lhes os funcionários legislativos e administradores governamentais (14,

⁵⁵⁸ “Medical, dental, veterinary and related workers”. Temos os *médicos, cirurgiões, dentista, boticários, enfermeiros, parteiras*, entre outros.

⁵⁵⁹ “Jurists”. São os advogados, desembargadores, juizes, tabeliães, solicitadores, entre outros.

⁵⁶⁰ Respetivamente, 27, 2% e 26, 37%.

⁵⁶¹ “Workers in religion”, compreendendo as designações de *abade, cura, prior, cônego, religioso*, entre outros.

⁵⁶² “Teachers”, englobando aqui professores de 1º nível (*primeiras letras, mestre escola*) e níveis seguintes (*mestre de grego, lente de Matemática, lente da Academia*, entre outros).

⁵⁶³ Adaptação de “Aircraft and ships officers”, com 6,59% do total de efetivos do grupo. São os *capitães de navios e pilotos*.

⁵⁶⁴ “Composers and performing artists”, com 5,22% do total de efetivos do grupo, englobando designações como *músico, organista, cómico*, entre outros.

⁵⁶⁵ “Accountants”, com 1% do total de efetivos do grupo.

⁵⁶⁶ “Architects, Engineers and Related Technicians”.

⁵⁶⁷ “Agricultural, animal husbandry and forestry workers, fishermen and hunters”, com 1,9% do total de efetivos listados com ocupação.

⁵⁶⁸ “Administrative and managerial workers”, com 0,9% do total de efetivos.

⁵⁶⁹ “Managers”.

58% do total deste conjunto, subgrupo 2/0)⁵⁷⁰ e os supervisores, encarregados e inspetores (8,33% do total, subgrupo 2/2)⁵⁷¹.

Fechamos a *análise do quadro ocupacional portuense em 1832* retomando e esclarecendo o ponto por onde a iniciámos, isto é, voltando à análise do maior grupo agregador de ocupações, o *grupo 7/8/9, de produção e trabalhadores similares, operadores de equipamentos de transporte e trabalhadores*⁵⁷². Com 1950 efetivos num total de 5622 indivíduos recenseados na cidade, esta era claramente uma faixa caracterizadora do Porto oitocentista. Como se distribuíam estes trabalhadores?

A imagem inicial é de uma subdivisão evidente, por 21 subcategorias. Nestas, 9 delas agregam mais de 100 efetivos; outras 9 somam efetivos acima da dezena de casos; finalmente, 3 categorias apresentam valores muito baixos, entre o “1” indivíduo (*fundidor*, subgrupo 7/2, *processadores de metal*⁵⁷³) e os “4” trabalhadores, subgrupo 8/2, *cortadores de pedra e escultores*⁵⁷⁴ (*escultores*, nas designações originais), passando pelos *preparadores de tabaco e de produtos do tabaco*⁵⁷⁵ (os *apalpadores*).

No topo da escala, quase 1/5 dos *trabalhadores da produção*⁵⁷⁶ são agregados na categoria dos *trabalhadores não classificados noutra parte* (subgrupo 9/9)⁵⁷⁷, algo que se entende face às características documentais e cronológicas. Este tipo de grupos residuais deriva de vários condicionalismos, a saber: designações demasiado generalistas (*trabalhador*⁵⁷⁸, *fabricante*⁵⁷⁹, entre outros); designações que, mesmo se especificadas, apresentam má, ou insuficiente, definição da ocupação⁵⁸⁰ (*empregado da iluminação, da ponte, do tabaco, do contrato, trata de vários negócios* e assim por

⁵⁷⁰ “Legislative officials and government administrators”, englobando designações como *Membro da Comissão Municipal e cônsul*, entre outros.

⁵⁷¹ “Supervisors, foremen and inspectors”, com designações ocupacionais como *fiscal das obras da Calceta, administrador dos lampiões*, entre outros.

⁵⁷² “Production and related workers, transport equipment operators and labourers”.

⁵⁷³ “Metal processors”.

⁵⁷⁴ “Stone cutters and carvers”.

⁵⁷⁵ “Tobacco preparers and tobacco product”, subgrupo 7/8, com 3 casos contabilizados.

⁵⁷⁶ 17,64%, i.e., 344 casos em 5622.

⁵⁷⁷ “Workers not elsewhere classified”.

⁵⁷⁸ Código 99900: “Worker, no further information”, 70 casos indicados.

⁵⁷⁹ Código 99999: “Ill-defined occupation”, num total de 157 casos.

⁵⁸⁰ Código 99999: “Ill-defined occupation”.

diante – note-se que a especificação do conteúdo funcional das tarefas da ocupação escapa-se-nos, embora alguma especificação ocorra); designações ocupacionais que podem ser classificadas em mais do que uma unidade da ISCO68⁵⁸¹, caso aliás exposto por nós no ponto 2.3., ao explicar das dificuldades da classificação e codificação ocupacional – exemplos de *armadora*, *refinador*, entre outros.

Depois, mais de 25% dos trabalhadores da produção ocupam-se de tarefas na área da *confeção têxtil* (subgrupo 7/9⁵⁸²) e da *confeção de calçado* (subgrupo 8/0⁵⁸³), respetivamente, 15,33% e 12,41% dos casos.

Segue-se um conjunto de grupos de ocupações mais dedicadas a áreas de produção ligadas à *transformação de matéria-prima*: transformação de *produtos alimentares* (subgrupo 7/7⁵⁸⁴), de *metais preciosos* (subgrupo 8/8⁵⁸⁵), de *tecidos e produtos têxteis* (subgrupo 7/5⁵⁸⁶), de *madeiras* (subgrupo 8/1⁵⁸⁷), de *produtos para a construção civil* (sub-grupo 9/5⁵⁸⁸) e de *metais* (subgrupo 8/3⁵⁸⁹). Todas estas categorias se mantêm acima da fasquia dos 100 efetivos por agregado.

Convém-nos sublinhar, em prol duma maior legibilidade, que *já aparece esboçado o quadro ocupacional referencial duma cidade europeia de média dimensão em inícios*

⁵⁸¹ Código 99998: “Occupational titles referring to occupations in more than one unit, minor or major ISCO68-group”.

⁵⁸² “Tailors, dressmakers, sewers, upholsterers and related workers”, com tradução livre de *alfaiates, modistas, costureiras, estofadores e trabalhadores relacionados*, com um total de 299 indivíduos trabalhando na área. Estão neste subgrupo os *alfaiates, costureiras, modistas, chapeleiros, rendilheiras, botoeiros*, entre outros.

⁵⁸³ “Shoemakers and leather good makers”, com tradução livre de *sapateiros e fabricantes de produtos de couro*, agregando 242 casos. São, por exemplo, os *sapateiros* ou os *correeiros*.

⁵⁸⁴ “Food and beverage processors”, com 150 casos (7,69% do total). Tradução livre: *processadores de alimentos e bebida*.

⁵⁸⁵ “Jewellers and precious metal workers”, com 146 casos (7,50% do total). Tradução livre: *ourives e trabalhadores de metais preciosos*.

⁵⁸⁶ “Spinners, weavers, knitters, dyers and related workers”, com 142 casos (7,28% do total). Tradução livre: *fiadores, tecelões, produtores de malha, tintureiros e trabalhadores afins*.

⁵⁸⁷ “Cabinetmakers and related woodworkers”, com 120 casos (6,15%). Tradução livre: *marceneiros e trabalhadores da madeira relacionados*.

⁵⁸⁸ “Bricklayers, carpenters and other construction workers”, com 117 casos (6% do total). Tradução livre: *pedreiros, carpinteiros e outros trabalhadores da construção civil*.

⁵⁸⁹ “Blacksmiths, toolmakers and machine-tool operators”, com 110 efetivos (5,64% do total). Tradução livre: *ferreiros, ferramenteiros e operadores de máquinas-ferramentas*.

de oitocentos: grande camada de trabalhadores relativamente não especificados (ou diferenciados), concentração na produção têxtil e de calçado, seja no tratamento da matéria-prima, seja na confecção de produtos daí advindos. Depois, a presença fundamental do abastecimento alimentar, a existência da troca de produtos de luxo, tão citadina que é; a importância dos trabalhos da madeira e metais, não só para a prossecução da vida diária, como para a própria construção da cidade.

O extenso conjunto de agrupamentos ocupacionais que se segue demonstra o carácter citadino de (crescente) diversidade do mercado laboral urbano. Agregando mais de 10 e menos de 100 efetivos em cada subconjunto, encontramos, por ordem decrescente, trabalhadores de metais e soldadores (*batefolha*, *latoeiro*, também *segeiro*, entre outros, subgrupo 8/7⁵⁹⁰); trabalhadores da produção diversos não classificados noutro lado (*violeiro*, *canastreiro*, *vassoureiro*, *cerieiro*, e assim por diante, subgrupo 9/4⁵⁹¹); operadores de equipamentos de transporte (*barqueiro*, *condutor do Assento*, entre outros, subgrupo 9/8⁵⁹²); pintores (*pintor* ou *dourador*, subgrupo 9/3⁵⁹³); trabalhadores das peles e couros (*mestre de fábrica de sola*, *curtidor de couros*, *surrador* ou *peliqueiro* são exemplos das ocupações agregadas no subgrupo 7/6⁵⁹⁴); trabalhadores do vidro, louça e olaria (*barrista*, *louceiro*, *oleiro*, são exemplos das designações ocupacionais do subgrupo 8/9⁵⁹⁵); impressores e trabalhadores afins (*impressor*, *livreiro*, *encadernador*, *estampador*, entre outros, subgrupo 9/2⁵⁹⁶); trabalhadores de máquinas e instrumentos de precisão (*relojoeiros* ou *ponta lancetas*, subgrupo 8/4⁵⁹⁷) e trabalhadores de fretes, carregamentos nas docas e responsabilidade

⁵⁹⁰ “Plumbers, welders, sheet-metal, and structural metal preparers and erectors”, com 65 casos (3,33% do total de indivíduos recenseados no grupo Major 7/8/9 em 1832).

⁵⁹¹ “Production and related workers not elsewhere classified”, com 43 casos (2,21% do total).

⁵⁹² “Transport equipment operators”, com 37 casos (1,9% do total).

⁵⁹³ “Painters”, com 34 casos (1,74% do total).

⁵⁹⁴ “Tanners, fellmongers and pelt dressers”, traduzido livremente como *curtidores*, *surradores* *peliqueiros*, com 25 casos (1,28% do total).

⁵⁹⁵ “Glass formers, potters and related workers”, com 22 casos (1,13% do total).

⁵⁹⁶ “Printers and related workers”, com 18 casos (0,92% do total).

⁵⁹⁷ “Machinery fitters, machine assemblers and precision-instrument workers”, com 16 casos (0,82% do total).

por outro tipo de cargas (*estivador, bagageiro ou mestre de armazéns*, por exemplo, subgrupo 9/7⁵⁹⁸).

3.2.1.3 Comparação de estruturas laborais

A estrutura ocupacional em 1832 ficou acima delineada. Só afinando um pouco mais a análise poderíamos discernir das *semelhanças e diferenças entre estruturas laborais portuenses em distintos momentos do primeiro terço do século XIX*.

Sabendo das divergências existentes entre amostras, era aconselhável aferir da consistência possível da comparação. Punha-se a pergunta da *representatividade* do ato de comparar a compleição humana em termos de distribuição dos grupos ocupacionais *Major* (HISCO1) de 8 artérias da cidade (amostra de 1800 e ponto de partida da confrontação de dados) com a da cidade inteira, 283 artérias listadas (amostra de 1832 e ponto de chegada de tal exercício), sendo que neste último conjunto se integrava o primeiro.

O primeiro e necessário passo passava por aferir se *a parte* (8 artérias) seria suficientemente próxima *do todo* (283 vias) relativamente aos traços em confronto, isto em 1832. Se assim não acontecesse, toda a comparação estaria ainda mais enviesada.

Se estas 8 artérias fossem conformes ao todo em 1832, então, também a comparação dos dados de 1832 com os de 1800 ficaria validada (a análise da FIGURA 3-28 acima, já assumia tal exercício).

Com esse objetivo realizou-se um teste de bondade de ajustamento baseado no qui-quadrado, entre as frequências observadas nas oito artérias, relativas à distribuição do número de indivíduos pelos grupos ocupacionais de nível 1, ou *Major* (considerou-se apenas a ocupação principal) e as frequências esperadas, elas próprias calculadas a partir da distribuição das mesmas ocupações na totalidade das artérias, 1832. O QUADRO 3-6 apresenta precisamente essas duas distribuições.

⁵⁹⁸ “Material handling and related equipment operators, dockers and freight handlers”, com 12 casos (0,62% do total).

QUADRO 3-6: Indivíduos segundo a ocupação principal (HISCO1) na cidade e em oito artérias da mesma, Porto, Recenseamento de 1832

Ocupação principal (HISCO1)	8 Artérias		Todas as artérias	
	N	%	N	%
-1 - No occupation stated	35	15,6%	1310	23,3%
0/1 - Professional, technical and related workers	13	5,8%	363	6,5%
2 - Administrative and managerial workers	0	0,0%	48	,9%
3 - Clerical and related workers	8	3,6%	363	6,5%
4 - Sales workers	61	27,2%	1048	18,6%
5 - Service workers	11	4,9%	431	7,7%
6 - Agricultural, animal husbandry and forestry workers, fishermen and hunters	0	0,0%	108	1,9%
7/8/9 - Production and related workers, transport equipment operators and labourers	96	42,9%	1949	34,7%
Total	224	100,0%	5620	100,0%

Como se pode observar, a distribuição das percentagens nos dois casos é semelhante, embora a amostra constituída pelas oito artérias não contenha nenhum representante dos grupos 2 e 6, os quais aliás, estão muito pouco representados na população global. Realizado o teste de ajustamento, obteve-se um qui-quadrado de 48, para 42 graus de liberdade e um *p-value* de 0,2426. Tal implica que não é possível rejeitar a hipótese nula de que os dados observados (amostra), se distribuem em conformidade com os dados globais da população.

Podemos assim afirmar que *a amostra constituída pelas oito artérias inicialmente listadas em 1800*, que se incluem, aliás, na amostra de 1832, *é representativa* o suficiente para se proceder a uma *análise longitudinal válida* em termos de distribuição dos grupos ocupacionais *Major* ou HISCO1.

Decidimos que a comparação fundamental a fazer quanto aos quadros ocupacionais nas três datas trabalhadas deveria ocorrer entre os censos mais próximos na forma como

foram construídos e, portanto, mais similares na estrutura intrínseca (fatos já explicitados no capítulo 2 e também no comentário feito atrás à FIGURA 3-28). Referimo-nos à comparação de *quadro das ocupações portuenses em 1832* (concluída acima) e em 1800.

À partida, a sequência de importância proporcional dos grupos ocupacionais HISCO *Major* ou HISCO1 em 1800 parece semelhante àquela detetada 3 décadas depois (ANEXO X).

De forma decrescente, a *produção artesanal* (grupo 7/8/9) domina o mundo do trabalho citadino (46,6%); seguida duma faixa de indivíduos *sem indicação de ocupação* (grupo -1, com 29,4% do total de indivíduos tidos em conta); e da sempre importante camada de *trabalhadores de vendas* (grupo 4, com 9,3% do total da amostra). Até este ponto, *a ordem proporcional dos grupos ocupacionais Major da HISCO é exatamente a mesma, entre as amostras de início e perto do meio do século XIX* (o retângulo arredondado da esquerda, no QUADRO 3-7, delimita esta observação). Até na listagem de 1808 se reencontra tal ordem hierárquica – retângulo arredondado da direita, no QUADRO 3-7, embora com a ausência do grupo -1, aqueles *sem ocupação declarada*, fato já por nós explorado em 3.2.1.1. Nunca é de mais recordar que a documentação relativa a 1808 se debruça especificamente sobre locais de produção (oficinas) e/ou venda, sendo assim compreensível os 92,1% de efetivos ligados à *produção e vendas*.

QUADRO 3-7: Hierarquia de grupos ocupacionais por HISCO *Major* (Nº e %), Porto, 1832-1800-1808

1832			1800			1808		
Grupos HISCO <i>Major</i>	Nº	%	Grupos HISCO <i>Major</i>	Nº	%	Grupos HISCO <i>Major</i>	Nº	%
7/8/9	1950	34,7	7/8/9	402	46,6	7/8/9	1375	60,1
-1	1310	23,3	-1	254	29,4	4	733	32
4	1048	18,6	4	80	9,3	5	154	6,7
5	431	7,7	3	72	8,3	0/1	16	0,7
0/1	364	6,5	0/1	32	3,7	6	5	0,2
						<i>ex aequo com</i>		
						2		
							5	0,2
3	363	6,5	5	17	2,0	3	1	0,0
6	108	1,9	2	3	0,3	--	--	--
			<i>ex aequo com</i>					
			6					
				3	0,3			
2	48	0,9	--	--	--	--	--	--

Depois, ocorre uma inversão de importância de grupos ocupacionais que convém examinar. O 4º lugar na hierarquia dos grupos ocupacionais em 1832, é do *grupo dos serviços*, grupo 5; enquanto em 1800, tal posto é ocupado pelo grupo 3, o dos *trabalhadores de escritório e afins*. A inversão de postos é total visto que o patamar hierárquico em que em 1832 surgem os *trabalhadores de escritório e afins* (grupo 3) – 6º lugar – é exatamente aquele ocupado, em 1800, pelos *trabalhadores dos serviços* (grupo 5) (setas existentes no QUADRO 3-7).

Uma *dissecação da composição de efetivos* em cada grupo nos dois marcos cronológicos em causa (1832 e 1800) avança as possíveis – e muito prováveis – explicações. Os *trabalhadores de serviços* (grupo 5) são dominados em 1832 pelos

serviços de proteção (subgrupo 5/8, com 161 efetivos e 37,4% do total de categorizados em *trabalhadores de serviços*). Nos *serviços de proteção* encontrava-se uma fatia alargada de indivíduos ligados a *ocupações do exército e marinha*, concretamente, 27,2% daqueles que se ocupam de serviços de proteção, i.e., mais de ¼ das ocupações na área dos serviços.

Acontece que em 1832, o Porto encontrava-se sob cerco militar e era por então o palco duma guerra civil, era até a cabeça político-militar duma das fações da mesma. Em 1800, não se listam sequer indivíduos com ocupações no subgrupo de serviços de proteção (5/8). Assim, os resultados relativos a 1832 estariam inflacionados devido a situação excecional vivenciada na cidade e país.

Fizemos um pouco mais. Um pequeno exercício com os números em causa reforça a noção da inflação dos dados relativos às ocupações dos *serviços de proteção* para o censo de 1832: se neste conjunto de dados retirarmos apenas os efetivos totalizados no subgrupo 5/8, *trabalhadores dos serviços de proteção*⁵⁹⁹; ficaríamos com um resultado para o grupo dos *trabalhadores de serviços* (grupo 5) no mesmo patamar hierárquico que em 1800 se encontra tal agregação de ocupações – passar-se-ia de 7,7% do total de efetivos (resultado atual) para 4,80%; o que, em suma, na hierarquia ocupacional explicitada no QUADRO 3-7, acima, colocaria, em 1832, o grupo dos serviços no mesmo patamar que se encontra em 1800.

Interessa também apontar que, dentro do conjunto dos *trabalhadores de serviços* entre os tempos e espaços de 1800 e 1832, muda algo da composição interna, que podemos resumir em 3 pontos. Aumento e diversificação dos subgrupos de agregação ocupacional dentro dos *serviços*; diminuição de importância relativa do subgrupo 5/7 - *cabeleireiros*, *barbeiros*, *esteticistas e trabalhadores similares*⁶⁰⁰; aumento da importância relativa do subgrupo 5/1: *proprietários trabalhadores (restauração, alojamento e serviços de lazer*⁶⁰¹.

Como a inversão de hierarquia estrutural do grupo 5 se faz em relação ao grupo ocupacional dos *trabalhadores de escritório e afins*, grupo 3, investigámos da

⁵⁹⁹ 161 efetivos retirados a um total de 431 indivíduos agregados no grupo 5, *trabalhadores de serviços*, resultando em 270 casos.

⁶⁰⁰ De 71% do total de casos dos trabalhadores de serviços em 1800, para 17%, em 1832.

⁶⁰¹ De 18% do total de casos dos trabalhadores de serviços em 1800, para 26,22%, em 1832.

composição interna do mesmo nas duas datas em causa. Os *contabilistas, caixas e trabalhadores afins* (subgrupo 3/3) eram majoritários em 1800⁶⁰² enquanto em 1832, estes indivíduos eram suplantados pelos *funcionários executivos do governo, especialização desconhecida* (subgrupo 3/1), dividindo protagonismo com os mesmos (34,20% de funcionários do governo e 30,03% de contabilistas e caixas). Explicações? A primeira e mais evidente, já exposta 2 parágrafos acima, aponta a situação especial da cidade do Porto em 1832, sede de um dos governos em luta interna no país. A segunda, intrínseca à análise de dados, reside no diferente recorte espacial das amostras e características das mesmas. Em 1800 o espaço social demonstra traços marcados de laboração artesanal, venda e negócios na área urbana central, perto do rio. A listagem de 1832 abrange toda a área urbana do Porto, com os seguintes resultados: diversificação dos subgrupos de agregação ocupacional; embora apresentando no essencial a mesma estrutura das ocupações, ocorre algum esbatimento da importância relativa de grupos e subgrupos, entre eles.

No 5º patamar da estrutura de ocupações em comparação e igualmente em ambas as datas em causa (cf. QUADRO 3-7) surgem os *trabalhadores profissionais, técnicos e relacionados*, grupo 0/1. A diferença percentual verificada nas duas datas relaciona-se seguramente com as dissemelhanças de espaço e dimensão das amostras. Na composição interna deste agregados de ocupações entre 1800 e 1832, verifica-se, 1) predominância das ocupações ligadas à *saúde*, em ambos os casos (subgrupo 0/6 e 0/7); 2) inversão da importância relativa do trio seguinte de áreas ocupacionais, por ordem decrescente de importância: ocupações nas áreas da *educação* (subgrupo 1/3), *religião* (subgrupo 1/4) e *justiça* (subgrupo 1/2) inscrevem-se nesta ordem em 1800 e pela ordem inversa em 1832, i.e., *justiça*, *religião* e *educação*; 3) diversificação das subcategorias ou subgrupos encontrados.

Também as posições menos abonadas dos grupos ocupacionais 6 (*trabalhadores da agricultura, pecuária e silvicultura, pescadores e caçadores*) e 2 (*trabalhadores administrativos e gerenciais*) nos sugerem algumas reflexões - referimo-nos aos dados da última e penúltima linhas da coluna da esquerda no QUADRO 3-7 (ano de 1832) e àqueles rodeados de formas ovais nas colunas do centro (ano de 1800) e da direita (ano de 1808), no mesmo quadro.

⁶⁰² 94,44% dos indivíduos agregados em *trabalhadores de escritório e afins* (grupo 3).

Primeiramente, note-se que entre as amostras de início e de quasi-meados do século ocorre um leve aumento da posição percentual de ambos os conjuntos de ocupações, fato provavelmente derivado da desigual abrangência espacial e populacional de cada censo – a mão-cheia de artérias observadas em 1800 era não só muito central no tecido urbano como também se caracterizava por ser zona de produção e trocas; enquanto em 1832 é toda a cidade, na sua extensão de construção urbana e na pessoa de cada representante do alojamento, por edifício e por artérias, que se lista. Desta forma se abre a possibilidade de surgir maior número de efetivos ligados à *agricultura*, por exemplo: em 1800, os poucos casos registados no agrupamento ocupacional 6, eram-no, ligados a *atividades piscatórias*; em 1832, 92,53% dos efetivos daquele conjunto eram *agricultores*⁶⁰³, emergindo assim a cidade das hortas, quintais, quintas e atividades afins ligadas ao abastecimento alimentar.

Finalmente, não deixa de ser interessante que *duas das agregações ocupacionais mais paradigmáticas da tradicionalidade e da modernidade* (respetivamente, os grupo 6, atividades ligadas a exploração direta de recursos primários e o grupo 2, atividades de individuação e até, especialização, da gestão) numa cidade oitocentista ocupem sistematicamente posições relativas frágeis na estrutura hierárquica ocupacional (cf. QUADRO 3-7, para qualquer das datas em causa).

Este pode ser provavelmente um dos indicadores mais reveladores da dinâmica interna plena de tensão entre movimento e inércia do mundo laboral portuense na fase em questão. *Cidade já moderna mas ainda não contemporânea.*

Muda a estrutura interna da produção e trabalhadores similares , operadores de equipamentos de transporte e trabalhadores (grupo 7/8/9)?

Para saber desta dinâmica, examinámos a composição deste grupo *Major* em cada um dos momentos cronológicos disponíveis, ou seja, descemos de patamar de codificação na estrutura hierárquica da HISCO, passando aos níveis *Minor* (ou HISCO2) e *Unit* (HISCO3). Optámos por representar graficamente este trabalho na FIGURA 3-29, abaixo.

⁶⁰³ “Farmers”, subgrupo 6/1.

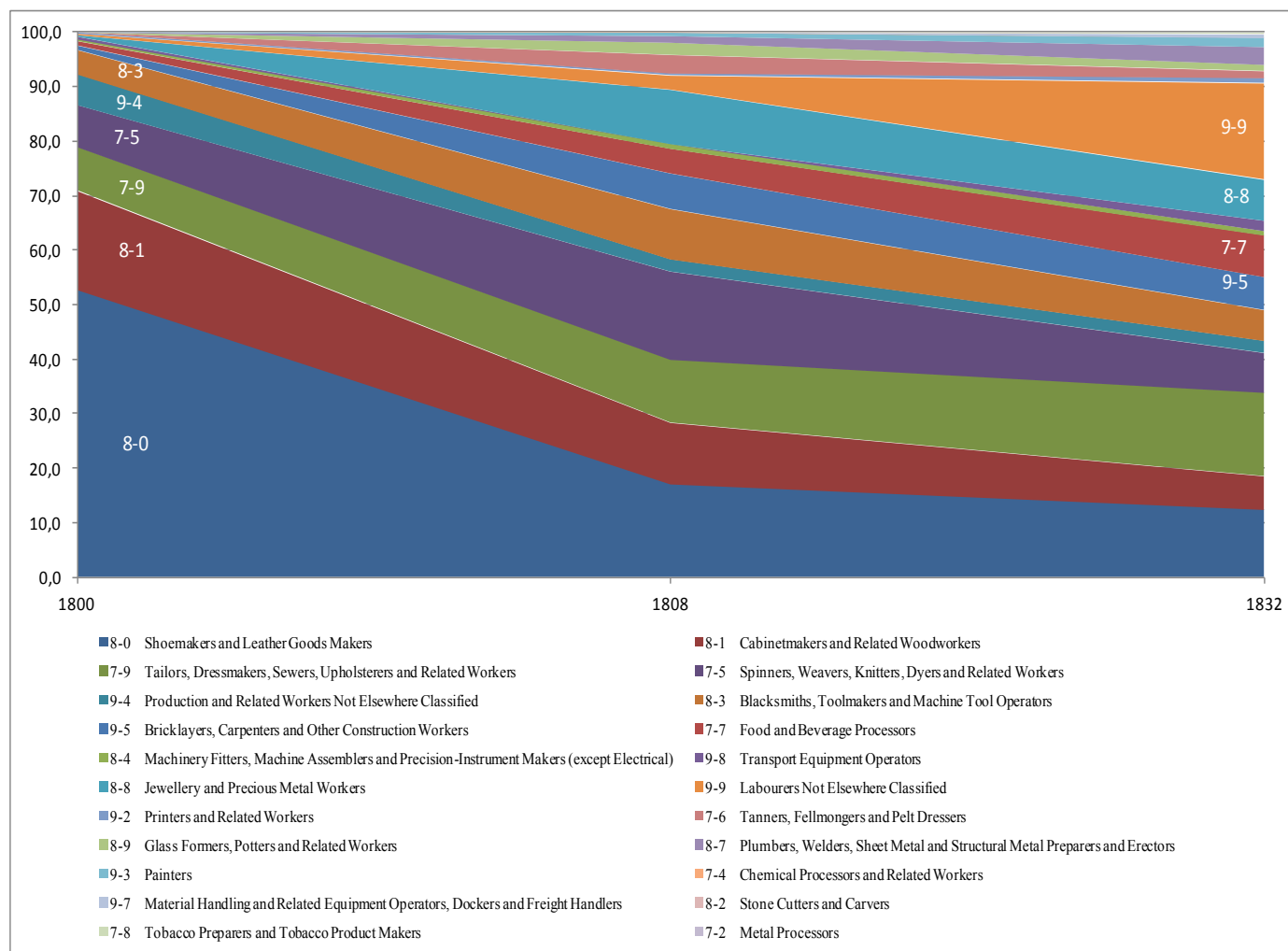


FIGURA 3-29: Evolução da importância dos grupos de ocupações *Minor* (HISCO2) no grupo *Major* 7/8/9 entre 1800, 1808 e 1832

Acautele-se o fato de que preferimos a clareza de leitura, à regra estrita da representação gráfica, ao manter a data intercalar de análise (1808) exatamente a meio do eixo, em vez de a representar proporcionalmente de acordo com o respetivo valor.

Quando se comparam as representações em termos proporcionais das ocupações classificadas ao nível HISCO2 (*Minor*), nos anos de 1800, 1808 e 1832, é possível verificar pela leitura do gráfico que: 1) os grupos de ocupações 8/0, *sapateiros e fabricantes de produtos de couro*⁶⁰⁴ e 8/1, *marceneiros e trabalhadores da madeira relacionados*⁶⁰⁵ sofreram uma queda muito acentuada, já para 1808, prolongando-se para 1832. Os dois grupos ocupacionais que em 1800 correspondiam a cerca de 70%, passaram em 1832 a representar apenas cerca de 20% dos indivíduos recenseados, sendo que em 1808, representam 28,40% dos elementos arrolados para taxaço; 2) o grupo de ocupações 7/9, *alfaiates, modistas, costureiras, estofadores e trabalhadores relacionados*⁶⁰⁶ cresce ligeiramente em todo o período⁶⁰⁷; 3) os grupos 7/5, *fiadores, tecelões, produtores de malha, tintureiros e trabalhadores afins*⁶⁰⁸ e 8/3, *ferreiros, ferramenteiros e operadores de máquinas-ferramentas*⁶⁰⁹ crescem no período inicial e decrescem em 1832, voltando ao nível inicial⁶¹⁰; 4) o grupo 9/4, *trabalhadores da produção diversos não classificados noutra lado*⁶¹¹ decrece ligeiramente já em 1808 e mantém esse nível em 1832⁶¹²) todos os restantes grupos, praticamente inexistentes em 1800 crescem no período 1800 - 1832. De relevar sobretudo os grupos 9/9,

⁶⁰⁴ Tradução livre de “Shoemakers and leather good makers”, englobando entre outros, os *sapateiros* ou os *correeiros*.

⁶⁰⁵ Tradução livre de “Cabinetmakers and related woodworkers”.

⁶⁰⁶ Tradução livre de “Tailors, dressmakers, sewers, upholsterers and related workers”, agregando *alfaiates, costureiras, modistas, chapeleiros, rendilheiras, botoeiros*, entre outros.

⁶⁰⁷ Valores proporcionais de, Respetivamente, 7,41%, 12% e 15,33%.

⁶⁰⁸ Tradução livre de “Spinners, weavers, knitters, dyers and related workers”.

⁶⁰⁹ Tradução livre de “Blacksmiths, toolmakers and machine-tool operators”.

⁶¹⁰ Respetivamente, o grupo 7/5, fiadores, tecelões, produtores de malha, tintureiros e trabalhadores afins evolui com proporções de 7,71%, 16,20% e 7,28%; e o grupo 8/3, ferreiros, ferramenteiros e operadores de máquinas-ferramentas progride com as proporções de 5%, 9,24% e 5,64%.

⁶¹¹ Tradução livre de “Production and related workers not elsewhere classified”, onde se agregam designações ocupacionais como *violeiro, canastreiro, vassoureiro, cerieiro*, e assim por diante.

⁶¹² Evoluindo respetivamente com as proporções de 5,72%, 3% e 2,21%.

*trabalhadores não classificados noutra parte*⁶¹³; 8/8, *ourives e trabalhadores de metais preciosos*⁶¹⁴ e 7/7, *processadores de alimentos e bebida*⁶¹⁵, sobretudo o primeiro, uma vez que os restantes têm uma representação diminuta. Pode-se afirmar que a queda do grupo 8/0, *sapateiros e fabricantes de produtos de couro* no período, é compensada pelo crescimento verificado nestes grupos.

Assim, o nosso trabalho esboça para as primeiras décadas do século XIX uma relativa perda de importância no seio da produção artesanal dos característicos *sapateiros* e *marceneiros* do Porto, que cedem preeminência, antes do mais, a grupos de ocupações da área têxtil, seja na confecção (*alfaiates*, grupo 7/9), seja na transformação da matéria-prima (*fiadores e tecelões*, grupo 7/5); bem como a ocupações ligadas ao trabalho dos metais (*ferreiros e ferramenteiros*, grupo 8/3).

Tal desenvolvimento setorial, sublinhamos que referente essencialmente a oficinas, acompanha o que é conhecido da industrialização do período em geral no Ocidente, e da época, no Porto, aliás⁶¹⁶. Isto é, avanço e reforço da área têxtil, particularmente de algodão, mas também lanifícios, galões, seda... e dos trabalhos com e em ferro, em unidades industriais de pequena dimensão (raramente ultrapassando as dezenas de indivíduos), estreitamente articuladas com trabalho doméstico, este muito baseado no trabalho feminino e infantil⁶¹⁷. Chapelaria e curtumes mantendo boas performances (ou seja, com praticamente todas as unidades em normal laboração) mas não fazendo

⁶¹³ Tradução livre de “Workers not elsewhere classified”, envolvendo designações ocupacionais tão genéricas como *trabalhador, fabricante e empregados* diversificados, entre outros casos de relativa indefinição identitária da designação da ocupação; fato já por nós analisado algumas páginas atrás. A evolução proporcional do grupo 9/9 é de respetivamente 0,23%, 3% e 17,64%.

⁶¹⁴ Tradução livre de “Jewellers and precious metal workers”. A evolução proporcional destes efetivos ocorre respetivamente entre os 0,23%, 10% e 7,5% do total de indivíduos classificados como sendo da *produção* (grupo *Major 7/8/9*).

⁶¹⁵ Tradução livre de “Food and beverage processors”, grupo que apresenta um desenrolar de resultados proporcionais na ordem respetiva de 1%, 3% e 7,69%.

⁶¹⁶ Cordeiro, 2002: 201-242; Cordeiro, 2003: 649-711; Cordeiro, 2006.

⁶¹⁷ Cordeiro, 2002: 201-242; Cordeiro, 2006; Pedreira, 1994; Justino, 1988-1989: 91-96; Serén e Pereira, 2000: 434-438.

qualquer expansão, cerâmica em crise generalizada e decadência⁶¹⁸; algumas outras linhas de produção menos importantes no tecido industrial.

Tal evolução também fornece dados corroboradores sobre a progressiva extinção das poderosas corporações de ofícios portuenses. Em 1808, apenas 2 corporações ultrapassam os 100 membros, a dos *sapateiros, vendedores de sola, surradores e soqueiros* (representando 21,6% do total de oficiais mecânicos); e a dos *alfaiates e adeleiros* (15,3% desse mesmo universo) (ANEXO Z)⁶¹⁹. A primeira viverá evoluções descendentes nos efetivos proporcionais (também no nosso trabalho)⁶²⁰, a segunda, um leve aumento. O conjunto de 30 corporações de ofícios mecânicos da cidade apresenta uma média de 39 indivíduos por corporação, o que é um dado manifestamente reduzido para o tipo de atividade mercantil e exportadora encontrada⁶²¹.

Ainda a mencionar a ocorrência no período temporal que nos ocupa numa abertura no mercado laboral entretanto preenchida por um diversificado conjunto de grupos ocupacionais, onde, compreensivelmente, os *trabalhadores com classificação parcial ou completamente indistinta* (grupo 9/9) aumentam significativamente, de efetivos proporcionais abaixo dos 1%, até aos cerca de 18% do total de trabalhadores da *produção* em 1832. Se nos lembrarmos que aqui se agregam indivíduos indicados como *fabricante, empregado* ou simplesmente *oficina*, entre outras designações, torna-se compreensível tal peso proporcional, relacionado por um lado com questões intrínsecas à construção das listagens estudadas (linguagem ambígua, contaminada pela imagem social da ocupação) e também âmbito mais alargado do universo no último dos arrolamentos analisados; por outro lado, com a possível e algo provável diversificação de ocupações e tarefas no mercado laboral.

⁶¹⁸ Cordeiro, 2003: 663-669.

⁶¹⁹ Moura, 1989: 48-49.

⁶²⁰ Na classificação de ocupações utilizada pelo nosso trabalho, os sapateiros (grupo 8/0) estão separados dos vendedores de sola e surradores (grupo 7/6) e soqueiros (grupo 8/1), mas estes grupos ocupacionais vivenciam igualmente uma evolução descendente. Os trabalhadores de peles e couros (grupo 7/6) são inexistentes na listagem de 1800, representam 3% dos efetivos em 1808 e 1,28% em 1832. Quanto aos trabalhadores de madeira e afins, onde se agregam os soqueiros (grupo 8/1), se em 1800 representam 17% dos listados, em 1808, serão 11,27% e em 1832, apenas 6,15%.

⁶²¹ Moura, 1989: 48.

Recorde-se que a emergência e maior visibilidade dos grupos de ocupações ligadas, por um lado, ao trabalho de materiais preciosos (grupo 8/8, *ourives e trabalhadores de metais preciosos*) e por outro, ao imprescindível abastecimento alimentar da cidade (grupo 7/7, *processadores de alimentos e bebida*) se relaciona não só com as especificidades do Porto, enquanto centro regional, agregador de riqueza e consumo; como a especificidades amostrais: a documentação de 1800 é de âmbito espacial reduzido face à de 1832, marco final da análise longitudinal ocorrida.

3.2.1.4 O trabalho no feminino

Reconhecida que é a sub-representação feminina na documentação histórica destas épocas, tentámos descortinar o que daquela chegava até nós. Os fundos documentais trabalhados permitiam o acesso às cabeça de casal femininas (nos casos de 1800 e 1832) e representantes ou donas de oficinas, lojas ou venda de tipo ambulante (no caso de 1808). As proporções em que o elemento feminino é tido em conta nas diversas amostras dizem muito da obscuridade da mulher no mundo do trabalho portuense oitocentista.

QUADRO 3-8: Mulheres no total de efetivos em cada fundo documental, 1800-1808-1832

1800		1808		1832	
N	%	N	%	N	%
36	4,17	252	11,01	1240	22,06
863		2289		5622	

Elas são 4,17% do total de efetivos recenseados em 1800, 11,01% do mesmo em 1808 e 22,06% em 1832. Para além da melhor ou pior qualidade de registo da fonte, a distinção de género implica também distinção no mundo do setor produtivo urbano.

É frequente que a mulher seja designada de forma marginal ao arrolamento em causa, i.e., enquanto cabeça de casal, se for o caso, mas só se viúva, herdeira da condição, negócio ou ocupação do marido (conforme já analisámos no ponto 3.1.2., por exemplo, ao aferirmos das dinâmicas socioeconómicas verificáveis na estrutura do alojamento e dos agregados familiares em oito artérias do centro do Porto nas primeiras décadas do século XIX). Nessa situação, a respetiva designação documental costuma ser omissa ou, alternativamente, indicar algo seu do estatuto socioeconómico (*proprietária*,

pobre, proprietária da casa, vive de seus bens, entre outras indicações possíveis)⁶²² e da sua relação para com a referência masculina de reconhecimento social (*mulher de, viúva de*, entre outras referências admissíveis⁶²³).

Assim, em 1800, das 36 mulheres listadas, 29 (80,5%) delas são viúvas e 7 (19,5%), solteiras. Todas, *sem ocupação* (grupo HISCO Major -1). Não existe este tipo de informação em 1808, sendo que em 1832, a eventual indicação ocorre, mas de modo errático.

Desta forma, em que se ocupam as mulheres arroladas em 1808 e 1832? Qual o seu papel no setor produtivo urbano?

⁶²² Questão codificada na estrutura da HISCO com código -1, no patamar *STATUS*, códigos diferenciados. Por exemplo, código -1, (sub)código 11: *proprietário*; 13: *pobre*, e assim por diante.

⁶²³ Código 11 do nível RELATION, no código - 1, por exemplo.

QUADRO 3-9: Hierarquia de grupos ocupacionais das mulheres por HISCO Major (Nº e %), Porto, 1832-1808

1832			1808		
Grupos HISCO	Nº	%	Grupos HISCO	Nº	%
<i>Major</i>			<i>Major</i>		
-1	833	67,20	4	141	56
7/8/9	165	13,31	7/8/9	97	39
4	142	11,45	5	13	5,2
5	70	6	0/1	1	0,4
6	10	0,81			
0/1	19	1,53			
2	1	0,1			

LEGENDA : Classificações *Major* da HISCO

-1 - No occupation stated⁶²⁴

0/1 - Professional, technical and related workers⁶²⁵

2 - Administrative and managerial workers⁶²⁶

3 - Clerical and related workers⁶²⁷

4 - Sales workers⁶²⁸

5 - Service workers⁶²⁹

6 - Agricultural, animal husbandry and forestry workers, fishermen and hunters⁶³⁰

7/8/9 - Production and related workers, transport equipment operators and labourers⁶³¹

Comecemos pelo que parece evidente, o grande peso daquelas *sem ocupação declarada* (grupo -1) em 1832, totalmente ausentes da amostra de 1808 por razões já exploradas. Cerca de 2/3 das mulheres arroladas não apresentam ligações evidentes ao mundo laboral, coisa que sabemos ser historicamente comum, mas enganador (veja-se nossos comentários a propósito, em ponto 3.2.1.2.). Neste subconjunto, 60% é de *ocupação desconhecida*, enquanto 31,81% das recenseadas é conotada com rendimentos

⁶²⁴ Sem ocupação declarada (tradução livre).

⁶²⁵ Trabalhadores profissionais , técnicos e relacionados (tradução livre).

⁶²⁶ Trabalhadores administrativos e gerenciais (tradução livre).

⁶²⁷ Trabalhadores de escritório e afins (tradução livre).

⁶²⁸ Trabalhadores de vendas (tradução livre).

⁶²⁹ Trabalhadores de serviços (tradução livre).

⁶³⁰ Trabalhadores da agricultura , pecuária e silvicultura, pescadores e caçadores (tradução livre).

⁶³¹ Produção e trabalhadores similares , operadores de equipamentos de transporte e trabalhadores (tradução livre).

acima da média (*proprietária, vive de seus bens*) e 7,92% recebe referência socialmente contrária (*pobre, muito pobre*). Tendências dentro do quadro geral (ponto 3.2.1.2.). Interessante é encontrar valores proporcionais semelhantes no que toca ao arrolamento da população urbana portuense de mulheres ricas ou poderosas, para épocas passadas⁶³².

Nunca é demais recordar que, embora obscurecido em termos documentais, o papel social da mulher não era, de todo, diminuto; pelo contrário, a sua importância tem sido reiteradamente estudada e comprovada por linhas de investigação histórica ligadas à temática do género, e não só. Igualmente convém compreender o papel da complementaridade das tarefas domésticas com as oficiais, numa sociedade urbana de escassa separação entre espaços privado e público, doméstico e laboral. Com muita frequência, os cônjuges coadjuvavam-se profissionalmente; as mulheres e filhas dos pescadores vendiam o peixe pescado pelos maridos e pais; as fábricas que se implantavam recorriam ao trabalho doméstico para muitas das tarefas intermédias ou finais de produção e acabamento de produto⁶³³. No Porto, “*nos escalões médios, muitas mulheres desenvolviam atividades remuneradas, a ponto de algumas enriquecerem por seus tratos*”⁶³⁴.

A distribuição setorial das mulheres no mundo do trabalho surge com uma ordem um pouco diferente nos dois momentos cronológicos em causa, com uma muito superior importância da laboração feminina no grupo dos *trabalhadores de vendas (grupo 4)* em 1808, do que um quarto de século depois (fato assinalado no QUADRO 3-9 com uma seta). Os efetivos femininos agregados no grupo ocupacional do comércio são praticamente 5 vezes mais no 1º momento do século, do que os correspondentes efetivos no 2º momento. Aqui, em 1832, a divisão do trabalho feminino entre produção (grupo 7/8/9) e comércio (grupo 4) é mais equitativa e proporcionalmente mais baixa, também tendo em conta o analisado em parágrafo anterior (forte presença de efetivos *sem ocupação declarada*).

⁶³² Silva, 1988, vol. I: 230, indicando 31% do total de declarantes perante o juiz de fora acerca dos artigos de luxo proibidos pela pragmática, entre 1610-1612.

⁶³³ Cordeiro, 2002: 201-242; Cordeiro, 2003: 649-711.

⁶³⁴ Silva, 1988, vol. I: 230.

Várias hipóteses explicativas se põem relativamente a estas discrepâncias. Não será exterior a esta questão as noções conhecidas de que os regimentos corporativos, muito presentes nos indivíduos arrolados do grupo 7/8/9 em 1808, eram fortemente limitativos à presença feminina. De fato, 50,1% dos efetivos da amostra de 1808⁶³⁵ eram membros das *corporações de ofícios mecânicos portuense*, pertencendo os restantes sujeitos a ofícios não regimentados e a atividades comerciais. Dentre os membros das corporações, apenas trinta e sete (37) criaturas (i. e., 3,2%) pertenciam ao género feminino. Mesmo nesses casos, as mulheres eram tendencialmente aceites naquelas corporações com reduzido número de membros. Que era a maioria dos casos: o número médio de elementos por corporação era de trinta e nove (39), já acima o mencionámos⁶³⁶.

A relativa exiguidade de membros das corporações femininas neste fundo documental remete-nos para a reconhecida fase de transição por que passavam estas instituições, desde há décadas e mais ainda, com o alvorecer do século XIX e as novas condições históricas – políticas, institucionais, económicas, tecnológicas, sociais -, que colocaram os *“fabricantes e artesãos entre velhas e novas instituições”*⁶³⁷. Acabaram por viver um relativo impasse de cerca de meio século, com gradual declínio do estatuto social dos oficiais mecânicos e correspondente perda de influência dos mestres no governo das cidades, até à sua extinção definitiva, jurídica primeiro e real, posteriormente.

No entanto, verificamos que, quando pertencentes à corporação, a presença feminina não era despicienda: 25% do total dos membros do ofício de tecelões e toalhas, 20% no caso do ofício dos esteireiros, 19% no ofício dos caldeireiros, 17% no ofício dos fuseiros ou ainda 15% no caso dos tanoeiros. A existência significativa de mulheres em ofícios conotados com a utilização de considerável esforço físico, como eram exemplo a caldeiraria ou a tanoaria, revela-se interessante e não necessariamente costumeira (150 anos antes não surgem mulheres neste tipo de ofícios mecânicos; antes aparecem, nos mestres citados anteriormente)⁶³⁸.

⁶³⁵ 1165 indivíduos em 2289.

⁶³⁶ Moura, 1989: 48-51.

⁶³⁷ Pereira, 1992: 364-376, por exemplo.

⁶³⁸ Moura, 1989: 48-51; Silva, 1988, vol. I: 226-227.

A presença de elementos do sexo feminino era evidentemente mais expressiva no comércio a retalho em bancas, feiras e unidades móveis de venda ou lojas de venda, do que nas corporações de ofícios mecânicos. No comércio elas revelam uma ligação tradicional ao comércio de produtos agroalimentares (*bacalhau, milho, grão, galinheira, castanheira, toucinheira, tendeira de fruta* e assim por diante), numa proporção de 35% do total de mulheres ligadas às vendas⁶³⁹ (ANEXO AA).

Sabemos da ligação remota, no caso do Porto, de raízes medievais, da mulher urbana ao pequeno comércio local, fazendo chegar quotidianamente ao consumidor o pão, a fruta, a hortalça, o peixe, muitas vezes, o vinho – muitas delas, assumidas *regateiras*, com ou sem licença camarária. A “*regatice*” era aliás, um modo de vida do género feminino: a totalidade das *regateiras* arroladas em 1832 era feminina. Este modo de vida livre podia ser tão rentável, ou mais, do que a venda na rua ou praça⁶⁴⁰.

Em 1832, a proporção das mulheres ligadas à venda de produtos alimentares desce ligeiramente mas mantem-se em níveis importantes: 20% de todas as *trabalhadoras das vendas* (grupo 4) são *fruteiras, peixeiras, tripeiras, toucinheiras*, entre outras ocupações da área; sendo frequentemente elas quem dirigiam o seu *talho de carne, loja de grão, negócio de chá*, aliás, numa linha laboral reconhecida no género feminino no Antigo Regime e habitual no Porto⁶⁴¹. As restantes distribuem-se pelas *lojas de retrós, de capela, de pano*, e por pontos de venda não suficientemente especificados (*negociante, loja de vender, loja de peso...*) (ANEXO BB).

A forte ligação ao abastecimento alimentar urbano estendia-se à área da transformação e confeção de *produtos alimentares* (grupo 7/7), com *marchantas, fritadeiras, queijeiras, azeiteiras* e assim por diante, atingindo 21,21% do total das mulheres trabalhadoras na *produção* (grupo 7/8/9)⁶⁴², posição relativa na estrutura da produção partilhada também pelas mulheres em 1808 (19% do total de efetivos femininos ligados à produção, grupo 7/8/9). Mais ainda, em 1832 a quase totalidade de *trabalhadores da agricultura, pecuária e silvicultura, pescadores e caçadores* (grupo 6), é composta por mulheres, *lavradoras* e *caseiras* (0,81% dos efetivos do género

⁶³⁹ 49 casos em 141.

⁶⁴⁰ Silva, 1988, vol. I: 225-230.

⁶⁴¹ Silva, 1988, vol. I: 226.

⁶⁴² 35 casos em 165 mulheres classificadas em 7/8/9.

feminino arrolados); sendo que em 1808 este grupo ocupacional nem sequer surge na documentação por razões documentais intrínsecas e já mencionadas.

Finalmente, as mulheres ocupavam lugares importantes na *saúde* (*parteiras, boticárias...*) e no *ensino*, este, de níveis primários (*mestra de meninas*) – o Porto registava níveis secundários e superiores de ensino escolar, já na altura, mas com a lecionação entregue ao género masculino (ponto 3.1.4, comentário à FIGURA 3-27) (grupo HISCO *Major 0/1*).

Ainda na área da *produção e trabalhadores similares, operadores de equipamentos de transporte e trabalhadores* (grupo 7/8/9), as ocupações ligadas à têxtil emergem como as de maior importância relativa no grupo, com 44,24% das trabalhadoras dedicadas à costura, alfaiataria, renda e confeções afins, em 1832 (subgrupo 7/9, *alfaiates, modistas, costureiras, estofadores e trabalhadores relacionados*); embora em 1808 tal conjunto de ocupações apenas agregue 1,03% das mulheres laborando na produção. Nesta data, é o subgrupo de ocupações 7/5, *fiadores, tecelões, produtores de malha, tintureiros e trabalhadores afins* que congrega a maior fatia de trabalhadoras, 39,2% do total daquelas laborando na produção artesanal. Tal importância relativa decresce, e muito, em 1832, para 10% dos efetivos da área; ou seja, cerca de 4 vezes menos; fato aliás na senda da análise efetuada atrás sobre a FIGURA 3-29.

Parece existir uma importância relevante do trabalho têxtil feminino, em inícios do século mais ligado à transformação de matérias primas, enquanto que, próximo de meados do século, mais ligado à confeção,

A evolução das ocupações femininas segue de perto o que já foi explanado na evolução geral das ocupações na época, aliás (pontos 3.2.1.1. e 3.2.1.3.) e corrobora o detetado em épocas anteriores⁶⁴³.

Uma palavra para as mulheres trabalhando no grupo dos serviços (grupo 5), em 1808 exclusivamente ligadas ao subgrupo 5/1: proprietários trabalhadores (restauração, alojamento e serviços de lazer, pois são estalajadeiras, têm botequins, casas de comer, lojas de bebidas... (devido a enviesamento amostral); enquanto que cerca de 25 anos depois, além duma fatia de 40% de mulheres à frente de estabelecimentos das áreas do

⁶⁴³ Silva, 1988, vol. I: 225-230; com mulheres trabalhando em conjunto com os maridos em oficinas caseiras de *sirgaria*; sendo *tecelões, cerieiras, tintureiras*, entre outras artes mecânicas.

alojamento e restauração, há 17,14% de serviços de apoio doméstico para roupas (lavadeiras, brunadeiras, entre outras, subgrupo 5/6) e uns notáveis 37,14% de mulheres trabalhando como meretrizes (subgrupo 5/9). As lavadeiras eram ocupação-atributo do género feminino desde épocas mais remotas⁶⁴⁴ e utilizavam os lavadouros públicos da cidade, em número farto; bem como o rio de Mijavelhas (zona do atual Campo 24 de Agosto) para a sua atividade.

O percurso laboral feminino na senda dos serviços domésticos e de apoio doméstico é remoto e marca particularmente a identidade da mulher urbana do século XIX, em cidades que são centros de riqueza e de cultivo do luxo e do usos dos serviços de apoio das camadas sociais de altos rendimentos⁶⁴⁵.

Mencionámos acima a presença na cidade de mulheres com *lojas de retrós, de capela, de vidros, de livros, louceiras* e outros. Emblemáticos que sejam os negócios em que as mulheres reinam – essencialmente, confeção têxtil feminina, seja de vestidos e afins, seja de chapéus; artigos de fantasia e quinquilharia, de cerâmica e olaria, para além dos produtos alimentares – só exceccionalmente ganham as suas empresas dimensão extraurbana e/ou duram. Seria marcante no sucesso dos negócios femininos, não só o produto transacionado, como os locais geográficos citadinos escolhidos e outros fatores eventuais, como parcerias familiares ou outras⁶⁴⁶.

Onde se situava, pois, o trabalho no feminino na cidade?

Um primeiro zonamento das mulheres na cidade revelou um simples efeito-dimensão, i.e., existe uma forte associação entre o número e distribuição de mulheres e a população e sua distribuição, em geral. As maiores proporções de mulheres concentravam-se nas artérias mais populosas da cidade, quase exatamente pela mesma ordem, nomeadamente, as do Bonjardim, Almada, Cedofeita, Santo Ildefonso e Santa Catarina, seguindo-se depois uma ordem próxima daquela geral, da distribuição da população portuense em 1832 (ANEXO CC e QUADRO 3-1, ponto 3.1.1).

Para complementar a informação emergida, calculámos as percentagens de mulheres existentes em cada artéria, o que nos fornecia indicações sobre a maior ou menor feminização das artérias, com resultados quase necessariamente diferentes dos

⁶⁴⁴ Silva, 1988, vol. I: 227.

⁶⁴⁵ Van Houten, 2015: 301-320.

⁶⁴⁶ Yohn, 2010: 411-428.

anteriores, até porque numa ótica distinta (ANEXO DD). São as escadas do Barredo e as travessas da Senhora das Dores, do Pinheiro, dos Pardieiros os logradouros que na cidade se destacam, com a totalidade dos moradores arrolada, do género feminino. Não por acaso, todas apresentam um número diminuto de arrolados, entre os 2 efetivos e os 1; com grande frequência de indicação *ocupação desconhecida* (grupo HISCO Major - I). Quando alguma ocupação é indicada, surgem 1 *proprietária* e 1 *regateira* (escadas do Barredo) e 1 *costureira* (travessa dos Pardieiros). Difícil, pois, encontrar aqui padrões.

Do subconjunto seguinte de artérias com 60%, ou mais, de presença feminina no total dos efetivos da via, já se vai notando algumas associações ou marcas características da presença feminina, embora, evidentemente, a presença de proporções significativas de mulheres com *ocupação desconhecida* seja uma constante. O passeio das Fontainhas, a travessa dos Entrevados, as ruas de Santa Teresa, de S. Marçal e do Paço Episcopal, todas com 66,7% de mulheres na via, apresentam sempre pelo menos, 1 ou mais casos de *ocupação desconhecida*, sendo aliás, o total de casos da rua do Paço Episcopal.

Esboça-se, mesmo assim, a dedicação ao *comércio*, de forma geral (*tendeiras*, em Santa Teresa e na travessa dos Entrevados), no abastecimento alimentar (*casa de comer*, na rua de Santa Teresa) ou nas lojas ligadas a têxteis (*loja de retrosaria*, em Santa Teresa). Em S. Marçal (atual rua Fernandes Tomás, na zona do Bolhão) surgem as *meretrizes*.

A rua de Entreparedes e a praça do Mirante, ambas ainda com uma presença feminina muito marcada, acima dos 60% de casos, revelam o aparecimento das *proprietárias* (praça do Mirante⁶⁴⁷, zona da cidade com carácter algo mais residencial) e das *comerciantes do abastecimento alimentar* (*padeiras*, *armazéns de vinho engarrafado*, entre outros), paredes-meias com *proprietárias*, ou em solitário; na movimentada zona da Batalha (Entreparedes).

Tais moldes mantêm-se no conjunto de artérias seguintes, com 50% ou mais de presença feminina no conjunto de efetivos da via. Num total de 16 logradouros, encontramos as ruas em que a *coexistência em iguais proporções* entre *pobres* e *proprietárias* é a marca, no público feminino cabeça-de-casal. Exemplos: as ruas de S.

⁶⁴⁷ Atual praça Coronel Pacheco.

Francisco, ainda existente na atual zona do Palácio da Bolsa, muito perto da praça da Ribeira e do rio, pois; e a rua da Bandeirinha, a oeste daquela, acompanhando a encosta do monte das Virtudes e desaguando na rua Sobre-o-Douro.

Não se estranha que no terreiro da Alfândega, zona de negócios por excelência, as únicas mulheres recenseadas sejam *proprietárias*. Não nesses centros nevrálgicos, mas perto do rio e nas artérias em torno da Sé, abundam as mulheres ligadas ao *comércio de bens alimentares* (*marchanta* na rua da Senhora de Agosto, que passava em frente à Sé; *tripeira*, na rua das Aldas, bem perto da Sé também). Ao pé do rio ou acompanhando a encosta do mesmo – respetivamente, no cais do Bicalho e rua do Miradouro ou travessa da rua do Sol⁶⁴⁸ – registam-se mulheres à frente de *casas de comer* para além de *padeiras* e *seareiras*; mas o mesmo ocorre noutras zonas de movimento, em cotas acima, na cidade, como no passeio da Cordoaria. Não são despiciendas neste contexto as indicações de mulheres ligadas aos *trabalhos de apoio doméstico* (*brunideiras*, *engomadeiras*), não por acaso, na travessa do Rosário, a norte, em zona menos movimentada comercialmente; ou na rua da Bandeirinha, onde existiam casas de boa qualidade e ainda hoje, subsistem palacetes como a Casa das Sereias. Finalmente, uma palavra para a persistência da indicação de *pobreza*, por entre o público feminino recenseado, pontilhando os logradouros e corroborando as tendências da população em geral: por exemplo, numa zona tradicionalmente conhecida pela extrema pobreza, a viela do Loureiro (ou dos Poços, na zona do Carmo, de origem medieval e que ainda hoje existe), as únicas mulheres recenseadas, são-no nessa condição.

Fique expressa claramente a grande pulverização vivenciada por entre o público feminino arrolado em 1832. Pulverização espacial e numérica.

3.2.1.5 Pluriatividade

A pluriatividade é um traço da sociedade de Antigo Regime reconhecido, seja na sua vertente rural, seja no contexto do maleável mercado laboral urbano.

Em 1832, encontramos 14,03% de pluriativos, 789 casos num total de 5622. Às perguntas sobre *quem são os pluriativos* e *a que tipo de ocupações se associa a*

⁶⁴⁸ Ambas entre as Fontainhas e as escadas dos Guindais, ao longo da encosta e no sentido E→W.

pluriatividade, começámos por responder com a produção do QUADRO 3-10, e respetiva análise.

QUADRO 3-10: Hierarquização de díades e tríades de grupos ocupacionais de pluriativos por HISCO Major (Nº e %), Porto, 1832

HISCO1_oc1	HISCO1_oc2	HISCO1_oc3	N	%
-1	7/8/9		208	26,4
-1	4		128	16,2
-1	-1		104	13,2
-1	0/1		59	7,5
5	7/8/9		40	5,1
5	-1		34	4,3
-1	3		33	4,2
-1	6		30	3,8
5	4		16	2,0
4	7/8/9		15	1,9
4	4		14	1,8
2	4		13	1,6
3	4		10	1,3
5	5		9	1,1
6	6		6	0,8
-1	4	4	5	0,6
3	5		5	0,6
3	7/8/9		5	0,6
7/8/9	7/8/9		5	0,6
0/1	0/1		4	0,5
-1	0/1	0/1	3	0,4
2	-1		3	0,4
3	0/1		3	0,4
4	-1	-1	3	0,4
4	-1	2	3	0,4
7/8/9	2		3	0,4
-1	7/8/9	4	3	0,4
6	7/8/9		3	0,4
3	2		2	0,3
3	3		2	0,3
5	-1	5	2	0,3
-1	5	7/8/9	2	0,3
7/8/9	-1	7/8/9	2	0,3
-1	0/1	-1	1	0,1
0/1	2		1	0,1
2	2		1	0,1
4	0/1		1	0,1
4	2	2	1	0,1
3	-1	4	1	0,1
0/1	5		1	0,1
5	2		1	0,1
3	0/1	5	1	0,1

HISCO1_oc1	HISCO1_oc2	HISCO1_oc3	N	%
4	5	-1	1	0,1
6	5		1	0,1
7/8/9	-1	-1	1	0,1
			789	100,0

LEGENDA : Classificações *Major* da HISCO

-1 - No occupation stated⁶⁴⁹

0/1 - Professional, technical and related workers⁶⁵⁰

2 - Administrative and managerial workers⁶⁵¹

3 - Clerical and related workers⁶⁵²

4 - Sales workers⁶⁵³

5 - Service workers⁶⁵⁴

6 - Agricultural, animal husbandry and forestry workers, fishermen and hunters⁶⁵⁵

7/8/9 - Production and related workers, transport equipment operators and labourers⁶⁵⁶

As colunas distinguem o número de ocupações que podem ter sido atribuídas a um indivíduo (HISCO1_oc1, HISCO1_oc2, HISCO1_oc3), as linhas indicam a codificação atribuída a cada uma dessas ocupações, por grupo HISCO *Major*. A legenda e respetiva tradução livre em nota de rodapé auxiliam a leitura, esperemos. A desagregação dos dados encontra-se no ANEXO EE. Os retângulos destacam conjugações de grupos ocupacionais comentados.

A primeira nota a fazer é a da forte associação de ocupações codificadas em grupos que vão do código 0/1 ao 7/8/9, i.e., com designações ocupacionais muito específicas; com o grupo de código -1, *sem ocupação declarada*, mas onde se incorporam designações relativas ao *estatuto* do indivíduo, *relações familiares*, *incapacidade física ou mental*, *produto trabalhado*, entre outras (fato explorado no ponto 2.3.2. *Codificação*

⁶⁴⁹ Sem ocupação declarada (tradução livre).

⁶⁵⁰ Trabalhadores profissionais , técnicos e relacionados (tradução livre).

⁶⁵¹ Trabalhadores administrativos e gerenciais (tradução livre).

⁶⁵² Trabalhadores de escritório e afins (tradução livre).

⁶⁵³ Trabalhadores de vendas (tradução livre).

⁶⁵⁴ Trabalhadores de serviços (tradução livre).

⁶⁵⁵ Trabalhadores da agricultura , pecuária e silvicultura, pescadores e caçadores (tradução livre).

⁶⁵⁶ Produção e trabalhadores similares , operadores de equipamentos de transporte e trabalhadores (tradução livre).

ocupacional). Parte importante das associações detetadas não são, pois, puras no sentido da pluriatividade de tarefas laborais, antes são indiciadoras de reconhecimento social, seja qual for o sentido intrínseco.

Assim se percebem melhor as 4 primeiras linhas do QUADRO 3-10: Hierarquização de díades e tríades de grupos ocupacionais de pluriativos por HISCO *Major* (Nº e %), Porto, 1832, muito evidentes face à restante sequência hierárquica das frequências; mas também todas as outras uniões que ali envolvem o código -1.

As duplas mais frequentes de pluriativos ocorrem naqueles que aliam sem ocupação declarada (-1) a produção e trabalhadores similares, operadores de equipamentos de transporte e trabalhadores (7/8/9) em mais de um quarto (1/4) dos casos. A alguma distância – 10 pontos percentuais – seguem-se aqueles que aliam sem ocupação declarada (-1) com trabalhadores de vendas (4). Muito de perto, estarão os que associam sem ocupação declarada (-1) com sem ocupação declarada (-1).

Descodifique-se: em mais de 1/4 dos casos, os pluriativos são díades como mestre ferreiro - proprietário (na viela dos Campos) ou ourives-proprietário (viela das Liceiras); tal como podem ser oficial de cordoeiro - pobre (na viela do Loureiro) ou torcedor-pobre (na rua do Paço). Estes são exemplos da díade grupo ocupacional -1 com grupo 7/8/9.

Pertencer ao grande grupo de trabalhadores artesãos, às oficinas e manufaturas, detendo, ou não, a posse do mester e/ou da oficina, potenciava a hipótese de se ser reconhecido como possuindo sinais socialmente distintivos, positivos (proprietário); mas também negativos, no outro extremo da escala dos rendimentos (pobre).

Muito frequentemente, deteta-se a complementaridade negociantes-proprietários (ruas do Souto, do Rosário, entre muitas outras), exemplos da díade grupo ocupacional -1 com grupo 4 (trabalhadores de vendas).

A união do grupo ocupacional -1 consigo mesmo, i.e., -1 aliado a -1, decorre da reiterada indicação de situações como *sem ocupação e pobre* (rua dos Banhos, rua dos Quartéis da Torre da Marca...) a par de outras, no outro extremo do espectro de rendimentos, como *capitalista e proprietário* (na rua Escura).

A associação entre grupo ocupacional de *trabalhadores profissionais, técnicos e relacionados* (0/1) com os *sem ocupação declarada* (-1) decorre de díades como

músico-pobre (rua dos Banhos), *padre-proprietário* (nas ruas dos Caldeireiros e Formosa, travessa das Liceiras...), entre outras situações.

As conjugações de grupos ocupacionais de tarefas laborais bem reconhecidas estão destacadas no QUADRO 3-11 através de retângulos e nas linhas que se seguem comentaremos os dados incluídos dentro de tais formas.

Os trabalhadores de serviços (5) surgem como um dos conjuntos ocupacionais que mais frequentemente coabita com outros, nomeadamente, os da produção e trabalhadores similares, operadores de equipamentos de transporte e trabalhadores (7/8/9) (5,1% do total de casos pluriativos); os dos trabalhadores de vendas (4) (2,0%) e finalmente, consigo mesmo (diáde trabalhadores de serviços (5)- trabalhadores de serviços (5) (1,1%), deixando de lado por agora os casos residuais.

Uma das mais prováveis explicações desta relativa preeminência residirá decerto no contexto histórico da produção documental em que se baseia este QUADRO (o ano de 1832/33 e o Cerco militar vivido pelo Porto) e que já atrás tivemos ocasião de analisar. Os *trabalhadores de serviços* englobam os serviços de proteção, seja ela civil, militar, de vigilância... (i.e., polícia, exército, soldado da Bomba, entre outros) e nesta altura, ocorre uma visível inflação dos efetivos ligados a este tipo de tarefas, muitas delas, como sabemos, não remuneradas e de caráter voluntário.

Assim, António de Melo, *curtidor de couros e cabo de polícia*, na rua de Monte Belo, é um, entre muitos exemplos da pluriatividade entre tarefas da área da produção (grupo 7/8/9) e dos serviços (grupo 5); José António é um *adeleiro* (grupo 4)-*alferes da Marinha* (grupo 5) no passeio da Cordoaria; e assim por diante, num grande número de ocorrências semelhantes.

Mas nem só de serviços de proteção se compõe o conjunto dos *trabalhadores de serviços* (5). Nele está contido, por exemplo, o subgrupo dos trabalhadores da *restauração, alojamento e lazer* (5) e a respetiva separação difusa para com as atividades de *venda* (grupo 4) explica a associação de Josefa, *vendeira e com casa de comer*, também no passeio da Cordoaria.

As linhas seguintes do QUADRO, incluídas dentro do 2º retângulo, destacam as associações de trabalhadores de vendas (grupo 4) - produção e trabalhadores similares, operadores de equipamentos de transporte e trabalhadores (grupo 7/8/9) (com 1,9% do

total de pluriativos); bem como dos trabalhadores de vendas (grupo 4)- trabalhadores de vendas (grupo 4) (com 1,8%).

A primeira díade é característica duma faixa de produtores e negociantes com rendimentos de camadas médias-superiores: Jorge Nogueira, *oficial de ourives e negociante* na praça de S. Lázaro, José de Araújo, *relojoeiro e negociante* na rua Nova de S. João, ou Custódio de Lima, *mestre surrador e negociante de sola* na rua das Congostas, são 3 exemplos. A nossa muito bem conhecida fluidez entre produção e venda, oficinas abertas para a rua, com venda direta, assume-se quási-totalmente na designação ocupacional única: se Josefa é *rendeira*, subentendido fica a venda.

Na segunda dupla de pluriativos (comércio-comércio) residem as acumulações, bem como algumas possíveis enganosas distinções: Maria, *capelista e fanqueira* na rua dos Lavadouros, ou Carlos Domingues, *negociante e quinquilheiro* na rua das Hortas.

Uma verificação acerca das duplas de pluriativos *trabalhadores administrativos e gerenciais (grupo 2) - trabalhadores de vendas (grupo 4)*, com 1,6% do total dos pluriativos portuenses, releva a importância do negócio, dos capitais e do *know-how* para o desempenho de outras funções: José Quitério, *negociante e cônsul de França* ou José Gomes, administrador e contratador do Tabaco, que tem loja, ambos na rua das Bala.

Situação idêntica se vive com a díade *trabalhadores de escritório e afins (grupo 3) - trabalhadores de vendas (grupo 4)*, com 1,3% do total da amostra que neste ponto analisamos: José Maria Campos e Miguel de Sousa, ambos *cambistas e negociantes* na rua Nova de S. João, aduzem ao cenário descrito no parágrafo anterior, a centralidade geográfica face às trocas e necessidades comerciais da cidade, ao pé do rio, da Alfândega, da praça da Ribeira, dos escritórios dos ingleses.

Uma última palavra sobre a pluriatividade acumulando funções ou tarefas dentro do mesmo grupo 7/8/9, i.e., produção e trabalhadores similares, operadores de equipamentos de transporte e trabalhadores (grupo 7/8/9) - produção e trabalhadores similares, operadores de equipamentos de transporte e trabalhadores (grupo 7/8/9) (com 0,6% do total de pluriativos) (dados destacados pelo 3º retângulo do

QUADRO 3-10). Na sua quási-totalidade, são casos de acumulação de um ofício, com o de padeiro: assim ocorre na rua da Batalha, com Manuel, oficial de carpinteiro e padeiro; e com Domingos de Lima, cordoeiro e padeiro, na praça da Cordoaria, entre outros.

A *distribuição espacial* dos pluriativos na cidade apresenta também algum efeito-dimensão. A rua do Almada, de Santo Ildefonso, de Santa Catarina, do Bonjardim, a praia de Miragaia, eixos reconhecidos de aglomeração populacional, surgem nos 10 primeiros lugares das vias em que se contabilizam pluriativos (ANEXO FF).

No caso da rua do Almada, destacam-se 23 *proprietários* (acoplados a qualquer outra ocupação, tendencialmente intelectual: *desembargador, síndico, guarda-livros, negociante, escrivão dos órfãos...*) em 31 casos, ou seja, 74,19%; sendo que tal carácter próspero é contrabalançado por 8 claras indicações de *pobreza* (25,81% do total de pluriativos na artéria).

A rua de Santa Catarina apresenta um perfil de pluriativos aproximado, no sentido em que a presença de *proprietários* é também muito marcada (64,71%), mas acompanhando uma componente de ofícios socialmente valorizados como o de *ourives, sirgueiro* e outros; bem como um núcleo de *negociantes, capelistas e caixeiros* e ainda, de *cirurgião* e um *bacharel*. Igualmente a rua do Bonjardim, com uma concentração de prosperidade de 47,10%, portanto, um pouco menor, apresenta, não obstante, uma menor mistura socioeconómica; marca-a a presença de *médicos*, por exemplo. Também Cedofeita revela uma feição burguesa marcada (56% do total de pluriativos são *proprietários*), temperada pela presença de elementos do exército com patente (*tenente, coronel*) e de *fabricantes* e elementos ligados ao negócio, fossem *negociantes* ou *caixeiros*.

Já para Santo Ildefonso, os 45% de *proprietários* ligavam-se a uma mais evidente presença de elementos do *exército* e da *polícia*; bem como a ofícios (*ourives, caldeireiro, marceneiro, sapateiro, tintureiro...*). A rua do Príncipe, por sua vez, revela uma feição marcadamente oficial: *mestres carpinteiros, soqueiros, trolhas, fabricantes, trabalhadores...* por entre a mistura típica de pobres e ricos. Igualmente os pluriativos da praia de Miragaia revelam uma heterogeneidade assinalável, que vai dos

negociantes de madeira e das lojas de peso, à costureira, ao mestre tanoeiro, ao empregado da Companhia (dos Vinhos), entre outros.

A rua de Cima de Muro, debruçada sobre o rio, apresentava mais de metade dos seus pluriativos (56,25%) com a condição de *proprietário-negociante*, paredes-meias com *pobres e dementes* e alguns mesteres tradicionais, o de *sapateiro* e *alfaiate*, para além dum *cirurgião*.

3.2.2 Dinâmicas socioeconómicas e urbanas: evolução dos perfis ocupacionais em oito artérias do centro do Porto nas primeiras décadas do século XIX

Sendo um dos nossos desideratos detetar *dinâmicas socioeconómicas* neste primeiro terço do século XIX, *comparámos espaços urbanos e agentes a eles pertencentes em dois dos momentos cronológicos acedidos*, no início e no final do período escolhido. Detínhamos informação fidedigna acerca da estrutura física (edifícios e fogos) e humana (indivíduos cabeça-de-casal e respetiva ocupação), de forma que havia possibilidade de comparação fiável, em 8 das artérias do centro urbano (largos de S. Domingos, S. João Novo, ruas da Biquinha, Ferraria de Baixo, Congostas, Belmonte, S. Crispim e de S. João Novo). Procedemos a comparações dos perfis ocupacionais por artéria, assumindo as classificações *Major* da HISCO, i.e., utilizando 8 categorias que permitem uma leitura mais imediata⁶⁵⁷. No ponto 3.2.1.3. foram já explanadas as idiosincrasias da comparação possível e das assunções de trabalho.

A amostra surgiu como a seleção possível, derivada da disponibilidade documental. É por nós encaixada num contexto de análise estrutural ocupacional, social e produtiva, pelo que pode ser devidamente sublinhada, ou relativizada.

⁶⁵⁷ Sendo elas o grupo -1, *Sem ocupação declarada* (“No occupation stated”); grupo 0/1, *Trabalhadores profissionais, técnicos e relacionados* (“Professional, technical and related workers”); grupo 2, *Trabalhadores administrativos e gerenciais* (“Administrative and managerial workers”); grupo 3, *Trabalhadores de escritório e afins* (“Clerical and related workers”); grupo 4, *Trabalhadores de vendas* (“Sales workers”); grupo 5, *Trabalhadores de serviços* (“Service workers”); grupo 6, *Trabalhadores da Agricultura, pecuária e silvicultura, pescadores e caçadores* (“Agricultural, animal husbandry and forestry workers, fishermen and hunters”); grupo 7/8/9, *Produção e trabalhadores similares, operadores de equipamentos de transporte e trabalhadores* (“Production and related workers, transport equipment operators and labourers”).

Não obstante estes défices, algumas das inferências obtidas sugerem-nos que certos destes casos (cabeça de casal por edifício, por logradouro) poderiam ter sido igualmente escolhidos pela sua exemplaridade no tocante ao Porto e seus habitantes, em inícios do século XIX.

Se alguma artéria poderia ser indicada como *exemplar da estrutura ocupacional portuense e respetiva evolução* nesta época, seria a rua de S. Crispim.

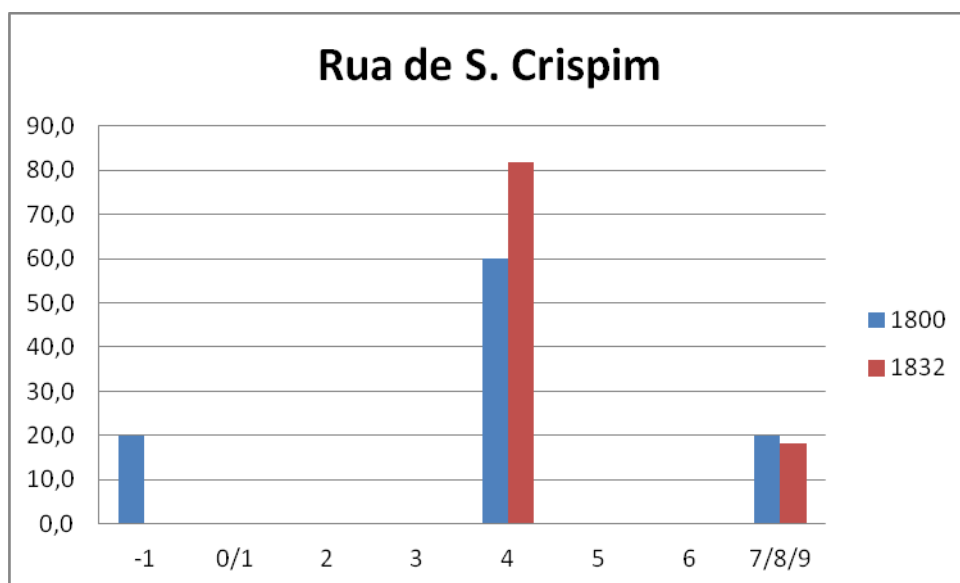


FIGURA 3-30: Perfis ocupacionais segundo classificação *Major* da HISCO (%), rua de S. Crispim, Porto (1800 e 1832)

LEGENDA : Classificações *Major* da HISCO

-1 - No occupation stated

0/1 - Professional, technical and related workers

2 - Administrative and managerial workers

3 - Clerical and related workers

4 - Sales workers

5 - Service workers

6 - Agricultural, animal husbandry and forestry workers, fishermen and hunters

7/8/9 - Production and related workers, transport equipment operators and labourers

A identidade ocupacional de S. Crispim mimetiza genericamente a estrutura ocupacional do Porto na época, bem como a sua respetiva evolução. Aí residem e trabalham essencialmente *trabalhadores de vendas (grupo 4, “sales workers”)*⁶⁵⁸, indivíduos laborando nas áreas da *produção e trabalhadores similares, operadores de*

⁶⁵⁸ 60% do total dos cabeça-de-casal ativos na artéria em 1800, passando a 81,8% em 1832.

equipamentos de transporte e trabalhadores (grupo 7/8/9, “production and related workers, transport equipment operators and labourers”)⁶⁵⁹ e indivíduos *sem ocupação declarada* (“no occupation stated”, grupo -1)⁶⁶⁰. Ou seja, aí estão representados os 3 grandes grupos da estrutura ocupacional portuense de início de século, como atrás já analisámos (ponto 3.2.1.2.): a produção, uma fração do ‘terciário de Antigo Regime’ e o comércio.

A evolução destes grupos ocupacionais segue a tendência geral, i. e., decréscimo dos efetivos naqueles *sem ocupação declarada* e nos indivíduos da *produção e trabalhadores similares*, *operadores de equipamentos de transporte e trabalhadores* (mesmo que aqui, de forma leve) e aumento dos efetivos nos *trabalhadores de vendas*.

S. Crispim mantém, pois, carácter de espaço de “*negociantes*”, mantendo-se, aliás, 70% das famílias no mesmo edifício e área de ocupação profissional, entre o início e o final do período em análise⁶⁶¹. Ocorrem pequenas, mas concorrentes, evoluções: Bento António de Freitas passa de *caixeiro* a *negociante de retalho*, Ana Rosa Faria é uma viúva *sem ocupação declarada*, com um filho em casa *negociante* e será, anos depois, ela própria designada como tal. Ambos permanecem nos imóveis de origem.

Regressando ao conjunto da amostra, esboçam-se algumas tendências evolutivas. Uma primeira observação é a da quase inexistência de indivíduos cabeça-de-casal com ocupação nas áreas da agricultura, pecuária e silvicultura, pescadores e caçadores (grupo 6, “agricultural, animal husbandry and forestry workers, fishermen and hunters”), exceção feita às ruas da Biquinha e de Belmonte, onde há uma presença residual⁶⁶² de indivíduos trabalhando nas pescas. Mesmo esta ténue presença desaparecerá em 1832, já que a ausência de representantes com estas ocupações é total.

⁶⁵⁹ 20% em 1800, 18,2% em 1832.

⁶⁶⁰ 20% em 1800 contra 0% em 1832.

⁶⁶¹ 7 em 10 famílias mantêm-se no mesmo alojamento.

⁶⁶² Respetivamente 9,5 e 1,6% de casos.

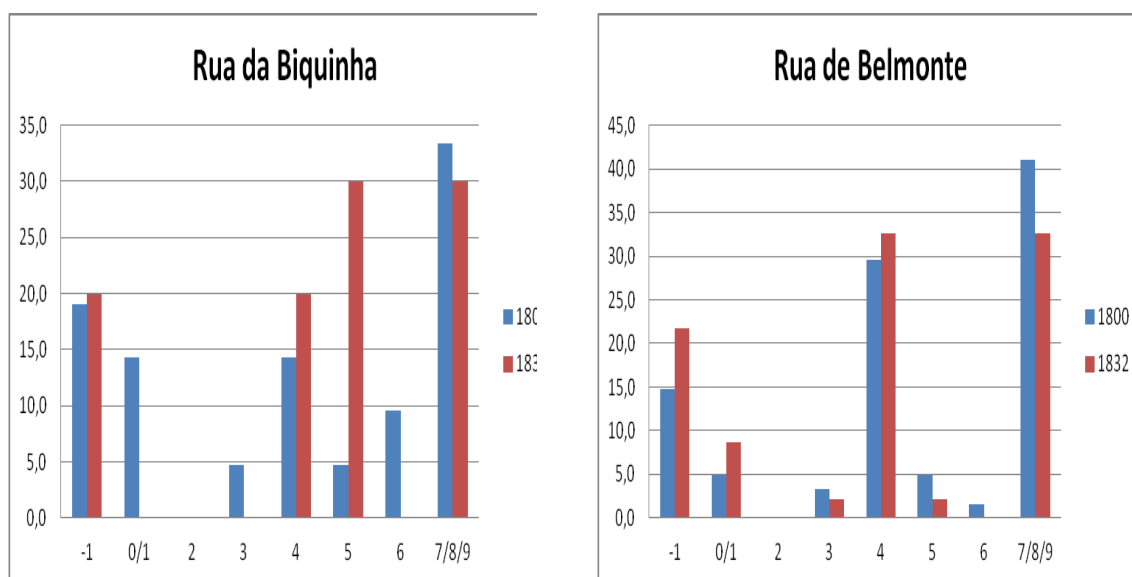


FIGURA 3-31: Perfis ocupacionais segundo classificação *Major* da HISCO (%), rua da Biquinha e rua de Belmonte, Porto (1800 e 1832)

LEGENDA : Classificações *Major* da HISCO

- 1 - No occupation stated
- 0/1 - Professional, technical and related workers
- 2 - Administrative and managerial workers
- 3 - Clerical and related workers
- 4 - Sales workers
- 5 - Service workers
- 6 - Agricultural, animal husbandry and forestry workers, fishermen and hunters
- 7/8/9 - Production and related workers, transport equipment operators and labourers

Estando perante artérias do centro citadino, mas ainda perto do rio, é perfeitamente compreensível a ligação às atividades piscatórias⁶⁶³ e também a ausência de indivíduos ligados a atividades agrícolas e outras, relacionadas. Mais ainda, o sobrevisto de mulheres e de marítimos, típicos ambos das *Listas de Ordenanças*, sublinharia estes resultados⁶⁶⁴.

Note-se a queda de efetivos no grupo das *atividades de produção, operadores de equipamentos de transporte e trabalhadores* (grupo 7/8/9), ocupações que aliás qualificavam ambas as artérias, sendo este o grupo ocupacional mais relevante, com

⁶⁶³ Listam-se 2 “caneiros” e 1 “arraís” em 1800, respetivamente na Biquinha e em Belmonte, sendo que em 1832 não se encontram quaisquer representantes do grupo 6 de ocupações.

⁶⁶⁴ Robert Rowland foi dos autores fundacionais de trabalhos baseados neste tipo de documentação (1981, 1997), conforme citamos em Fernandes, 2005: 55.

valores sempre acima dos 30%, inclusive 40%, em Belmonte. São, pois, *artérias marcadas pela produção de tipo artesanal (sapateiros, alfaiates, tintureiros, enxamladores, chocolateiros, entre outros)* e respetiva *área comercial (grupo 4, trabalhadores de vendas)*, particularmente na rua de Belmonte. Aí, os *negociantes* predominam⁶⁶⁵, enquanto na rua da Biquinha a área comercial é dominada pelos *vendeiros* (assunção de venda de tipo genérico a retalho).

Aliás, a diferença na feição ocupacional destas artérias parece residir precisamente num pendor mais comercial (grupo 4) e técnico (grupo 0/1) das ocupações em Belmonte, contra a preeminência, na Biquinha, de trabalhadores de serviços (grupo 5), concretamente na área das atividades ligadas ao aprovisionamento, hospedagem e lazer⁶⁶⁶ (as chamadas “atividades de restauração e similares”) já que a primazia reside nos *estalajadeiros*, nas *casas de comer*, nos *vendeiros de vinho e comer*.

Aqui, também, estas ocupações afirmar-se-ão ao longo do tempo, em detrimento das atividades ligadas à educação (*mestre-escola, professor régio*) e clero (*sacristão*) (grupo 0/1); enquanto na rua de Belmonte ocorrerá outrossim uma subida dos efetivos ligados a afazeres técnicos (também do mesmo grupo ocupacional, 0/1), desta feita, nas áreas dos trabalhadores da saúde (*cirurgiões e boticários*, entre outros).

Seguidamente, anote-se a tendência evolutiva geral para uma subida nos efetivos dos trabalhadores de vendas (grupo 4, “sales workers”), a par duma descida dos totais de efetivos dos que se ocupam na produção e trabalhadores similares, operadores de equipamentos de transporte e trabalhadores (grupo 7/8/9, “production and related workers, transport equipment operators and labourers”), visível nos largos de S. Domingos e S. João Novo, abaixo representadas na FIGURA 3-32, nas ruas da Biquinha, Belmonte, S. João Novo, S. Crispim e, ainda que de forma mais atenuada, na rua da Ferraria de Baixo. Exceção nesta tendência é a rua das Congostas, com a evolução contrária (decréscimo do grupo 4 e subida do grupo 7/8/9).

⁶⁶⁵ 32,6% do total das ocupações referidas em 1832, sendo tal valor de 29,5% em 1800.

⁶⁶⁶ Grupo 5/1: “working proprietors (catering, lodging and leisure services)”.

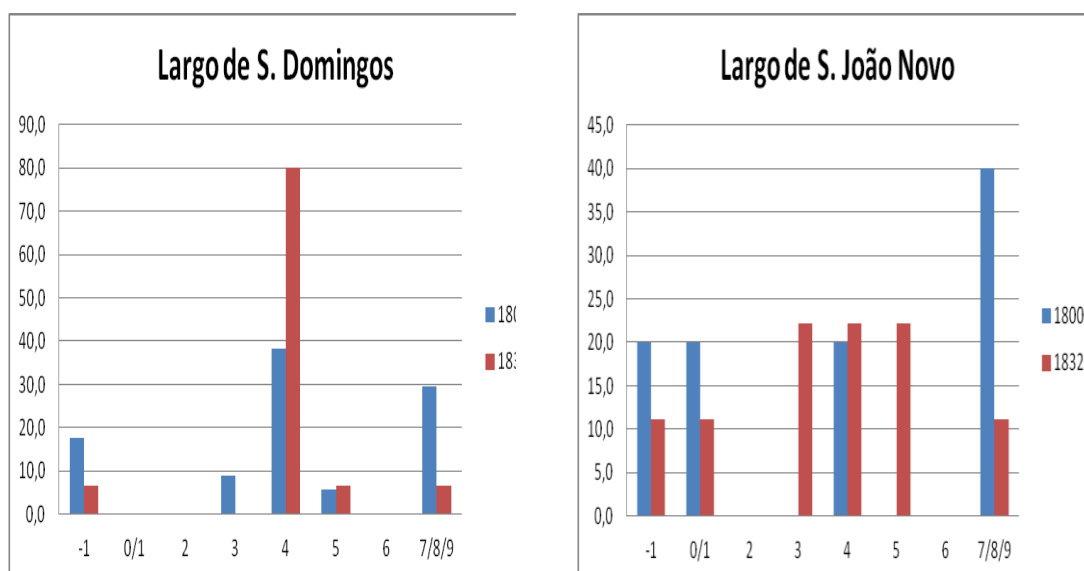


FIGURA 3-32: Perfis ocupacionais segundo classificação *Major* da HISCO (%), largo de S. Domingos e largo de S. João Novo, Porto (1800 e 1832)

LEGENDA : Classificações *Major* da HISCO

- 1 - No occupation stated
- 0/1 - Professional, technical and related workers
- 2 - Administrative and managerial workers
- 3 - Clerical and related workers
- 4 - Sales workers
- 5 - Service workers
- 6 - Agricultural, animal husbandry and forestry workers, fishermen and hunters
- 7/8/9 - Production and related workers, transport equipment operators and labourers

Próximos entre si no espaço urbano e com tendências ocupacionais evolutivas semelhantes, diferenças há, no entanto, a apontar à identidade laboral de cada um destes largos. Antes do mais, destaque-se o papel de centro de negócios que o largo de S. Domingos desempenhava, sendo os *negociante, mercadores e donos de loja* ocupações preponderantes e tal grupo profissional (grupo 4, *trabalhadores de vendas*) o visivelmente mais importante no espaço, nos 2 momentos temporais comparados, mais do que duplicando a sua importância relativa, passando de 38,2% para 80%. Já o largo de S. João repartia tal posição de maior peso relativo entre a produção artesanal (grupo 7/8/9) na abertura do século e outros agregados ocupacionais, que não esse, 30 anos depois (grupos 3, 4 e 5; ou seja, *trabalhadores de escritório e afins, trabalhadores de vendas e trabalhadores de serviços*, respectivamente, com 22,2% do total de ocupações de cabeça-de-casal listadas cada um).

Mantendo vincado carácter de zona de negócios, com comércio por grosso e a retalho especificado, ou não (*negociantes, lojas de peso, mercadores de pano e retroseiros*, além de *lojas* de carácter diverso, dos *vidros* aos *livros*), o largo de S. Domingos *não manteve qualquer dos agregados familiares* na época observada, ou seja, nenhum dos cabeça-de-casal em 1832 era o mesmo do início do século.

O decréscimo de importância relativa do agregado de ocupações da *produção e trabalhadores similares*, *operadores de equipamentos de transporte e trabalhadores (grupo 7/8/9)* é muito evidente em ambos os terreiros⁶⁶⁷. O largo de S. Domingos apresenta a particularidade de ter perdido em 30 anos os profissionais ligados ao fabrico de têxteis e vestuário, concretamente, os *sirgueiros* e *alfaiates*, sendo ainda mais revelador o facto de a totalidade de *sirgueiros* listados em 1800 se encontrar aglomerado nesse largo.

O largo de S. João Novo regista o surgimento, neste arranque de século, com importância razoável, de dois agregados profissionais mais atuais, o dos *trabalhadores de escritório e afins* (grupo 3) e o dos *trabalhadores de serviços* (grupo 5), destacando-se respetivamente as ocupações de *guarda-livros* e as de *botequineiro* e *casa de comer*, estes últimos concretamente na área dos proprietários trabalhadores/área de aprovisionamento, hospedagem e lazer⁶⁶⁸.

Embora no largo de S. João Novo se mantenham 10% dos agregados familiares no espaço temporal observado⁶⁶⁹, a carreira profissional matiza-se, passando José António da Silva Lemos, *negociante* de Guimarães, a ser indicado como *guarda-livros* 30 anos depois. E o carácter ocupacional do largo evolui, dum conjunto de *negociantes, carpinteiros de navios* e *ocupações desconhecidas*, para trabalhadores dos serviços, na área do alojamento, aprovisionamento e lazer; trabalhadores de vendas (área do comércio a retalho em estabelecimentos não especializados ou em bancas, feiras e unidades móveis de venda, a saber, *vendeiros* e *tendas*) e *guarda-livros*.

⁶⁶⁷ Passando de 29,4 para 6,7% em S. Domingos e de 40 para 11,1% em S. João Novo, entre 1800 e 1832, respetivamente.

⁶⁶⁸ Grupo 5/1: “working proprietors (catering, lodging and leisure services)”.

⁶⁶⁹ Apenas 1 caso.

Uma palavra é devida àqueles classificados como *sem ocupação declarada* (“no occupation stated”), *grupo -1*, onde estariam incluídos não só os casos que dessa forma surgiram, mas também os que indicavam não necessariamente uma ocupação, antes uma condição, como a de *proprietário, capitalista, vive de rendas* e também, e no outro extremo da escala de rendimentos, *pobre, mendigo*, entre outros. Com uma presença muito evidente e caracterizadora das sociedades de Antigo Regime, estes indivíduos povoam todas as artérias da amostra, sempre acima dos 10% da população, em ambos os marcos cronológicos (exceções pontuais no largo de S. Domingos e rua de S. Crispim, em 1832, respetivamente 6,7% e nenhum caso).

Os indivíduos com ocupações na área dos *trabalhadores profissionais, técnicos e relacionados* (*grupo 0/1*, “professional, technical and related workers”)⁶⁷⁰ apresentam uma tendência evolutiva nesta amostra contrária à tendência geral evolutiva da estrutura laboral portuense.

De facto, já observámos que no conjunto da evolução da estrutura ocupacional (ponto 3.2.1.1.), este grupo aumentava, tal como o grupo dos *trabalhadores de serviços* (*grupo 5*, “service workers”). Nesta amostra, os *trabalhadores profissionais, técnicos e relacionados* (*grupo 0/1*) têm uma *presença ténue e em decréscimo* entre os 2 marcos temporais, frequentemente abaixo dos 10% ou até inexistente (largo de S. Domingos, rua de S. Crispim). Ocorre uma leve subida do grupo nas ruas das Congostas e Belmonte, embora ambas permanecendo abaixo de tal valor (respetivamente, de 3,9 para 6,1% e de 4,9 para 8,7%). Igualmente o comportamento dos valores relativos aos *trabalhadores de serviços* (*grupo 5*) se mostra divergente e pouco marcado, em relação à tendência geral: subida dos efetivos em 3 dos logradouros (largos de S. Domingos e S. João Novo, rua da Biquinha), descida noutros 3 casos (ruas da Ferraria de Baixo, Congostas e Belmonte) e inexistência de efetivos nas restantes duas artérias da amostra (ruas de S. João Novo e S. Crispim).

Os *trabalhadores de escritório e afins* (*grupo 3*, “clerical and related workers”) já apresentam uma evolução mais próxima da do conjunto da população ativa urbana, ou

⁶⁷⁰ Área que abrange, por exemplo, atividades relacionadas com a *saúde* (*médico, cirurgião, boticário*, entre outros), com a *educação* (*mestre, professor*, entre outros), a *justiça* (*juiz, tabelião, procurador*, entre outros), com a *religião* (*abade, cura, cónego*, entre outros) e com a *produção e interpretação artística* (*músico, compositor*, entre outros).

seja, *tendência de decréscimo relativo* entre os marcos cronológicos em presença (largo de S. Domingos e ruas da Biquinha, Belmonte, Congostas, S. João Novo, estando as duas últimas artérias representadas na FIGURA 3-33, abaixo), com exceções claras no largo de S. João Novo (aumento de 22,2% entre primeira data e 1832) e na rua da Ferraria de Baixo, onde ocorre um levíssimo aumento (de 1,3 para 1,7% do total de cabeça-de-casal ativos na artéria). Mais uma vez, a rua de S. Crispim surge neste momento como a exceção total: nenhum indivíduo recenseado neste grupo de ocupações.

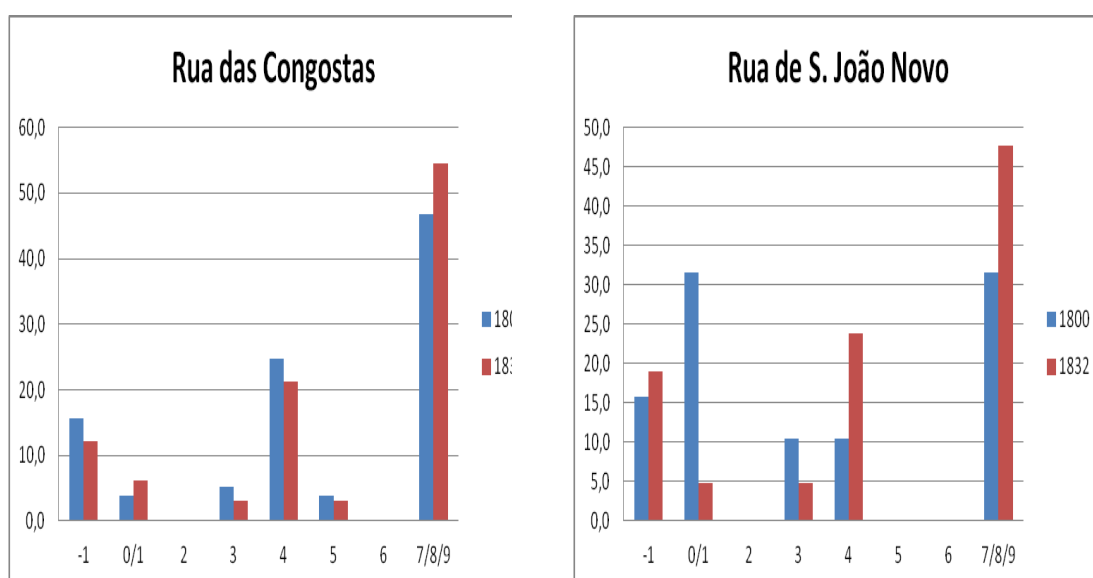


FIGURA 3-33: Perfis ocupacionais segundo classificação *Major* da HISCO (%), rua das Congostas e rua de S. João Novo, Porto (1800 e 1832)

LEGENDA : Classificações *Major* da HISCO

- 1 - No occupation stated
- 0/1 - Professional, technical and related workers
- 2 - Administrative and managerial workers
- 3 - Clerical and related workers
- 4 - Sales workers
- 5 - Service workers
- 6 - Agricultural, animal husbandry and forestry workers, fishermen and hunters
- 7/8/9 - Production and related workers, transport equipment operators and labourers

Convirá notar que também nestas duas artérias, tal como nas da Biquinha, Belmonte e Ferraria de Baixo, analisada à frente, é a área da *produção* (grupo 7/8/9)

aquela mais importante e caracterizadora da identidade ocupacional destas artérias. De novo, será a área *comercial* (atividades do grupo 4) aquela que se destaca seguidamente, na esteira daquela, com presença de *negociantes*, em ambas as artérias; e nas Congostas, presença de *vendeiro* e agentes comerciais especificamente ligados à produção de calçado, como *mercador de sola ao retalho*, com *loja*, seja ela *de sapateiro* ou *de sola*. Não por acaso, a rua das Congostas caracteriza-se por notória agregação de ocupações ligadas à “indústria do couro e fabricação de calçado”⁶⁷¹, como *sapateiros*, *soqueiros* e *tamanqueiros*, para além de *surradores*, entre outros, em ambos os marcos cronológicos comparados (em 1800, esta artéria soma a totalidade dos soqueiros listados e 62% do total de sapateiros recenseados)⁶⁷².

Já na rua de S. João Novo a predominância das ocupações na *produção* (grupo 7/8/9) centra-se no que podemos designar por “indústrias da madeira e fabrico de cestaria, espartaria, mobiliário e colchões”⁶⁷³, com *entalhadores*, *enxamladores* e *marceneiros* que vêm a sua posição reforçada alguns anos depois. Ainda aí, a produção artesanal é contrabalançada, no início do século, com ocupações ligadas ao domínio de conhecimentos técnicos elaborados (grupo 0/1), nos domínios da saúde, educação e artes, com a presença de *médico*, *cirurgião*, *mestre escola* e *de 1^{as} letras* e *músico*, entre outros; traço que se esbate nas décadas seguintes (31,6% contra 4,8% dos casos na artéria).

Sintetizando, se a produção artesanal e comércio caracterizam as ruas das Congostas e de S. João Novo, os traços identitários das mesmas residem na preponderância de produtores de calçado e afins (Congostas) e de madeiras, a par da razoável visibilidade de trabalhadores da saúde, educação e artes (S. João Novo).

Finalmente, o grupo dos *trabalhadores administrativos e gerenciais* (grupo 2, “administrative and managerial workers”), onde se encontrariam designações ocupacionais como *ministro*, *cônsul de França*, *membro da Comissão Municipal*, entre outros (secção dos oficiais legislativos e administradores do governo, numerada 2/0);

⁶⁷¹ Código CAE adaptado C15000, 29 elementos num universo de 77 cabeça-de-casal listados, i.e., 37,66%.

⁶⁷² Fernandes, 2005: 68.

⁶⁷³ Código CAE adaptado C16000C31000.

feitor, encarregado, administrador (secção dos gerentes, numerada 2/1); ou *mestre de obras, administrador dos lampiões, fiscal das obras da calceta*, entre outros (secção dos supervisores, capatazes e inspetores, numerada 2/2), denota inexistência de efetivos no conjunto das artérias em causa. A exceção surge na rua da Ferraria de Baixo, onde *feitore(s) da Companhia* (dos Vinhos de Alto Douro) e *oficial do contrato do Tabaco* contribuíram para dar face a este conjunto laboral, mas apenas no primeiro marco temporal estudado (FIGURA 3-34).

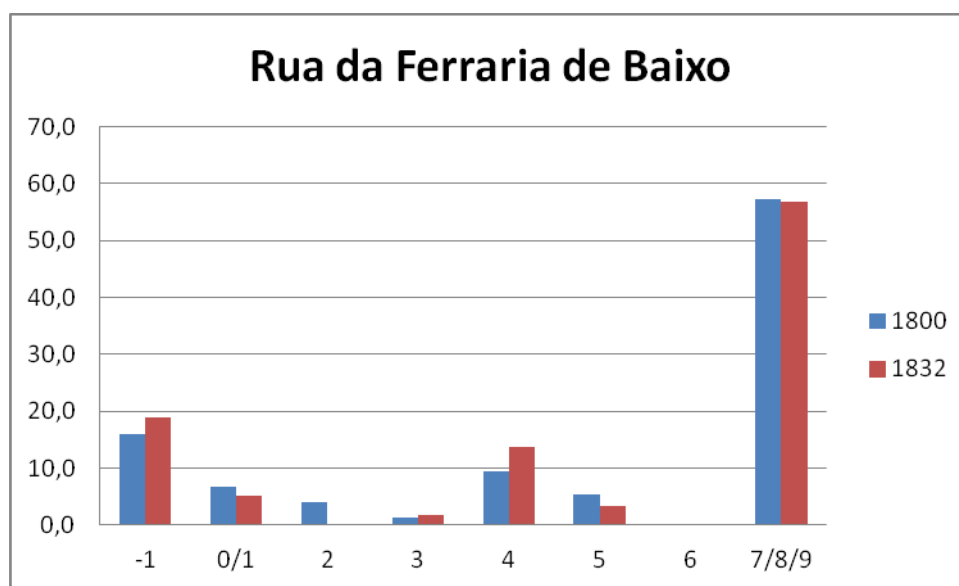


FIGURA 3-34: Perfis ocupacionais segundo classificação *Major* da HISCO (%), rua da Ferraria de Baixo, Porto (1800 e 1832)

LEGENDA : Classificações *Major* da HISCO

-1 - No occupation stated

0/1 - Professional, technical and related workers

2 - Administrative and managerial workers

3 - Clerical and related workers

4 - Sales workers

5 - Service workers

6 - Agricultural, animal husbandry and forestry workers, fishermen and hunters

7/8/9 - Production and related workers, transport equipment operators and labourers

A análise do perfil ocupacional, e respetiva evolução, da artéria em causa, mais uma vez demonstra a importância da *produção artesanal e operadores de transportes* (grupo 7/8/9), com efetivos sempre acima dos 55% nas décadas consideradas, embora com ligeiro decréscimo (de 57,3 para 56,%). Na Ferraria de Baixo concentravam-se as

atividades ligadas à “indústrias da madeira e fabrico de cestaria, espartaria, mobiliário e colchões”, ou seja, os *esteireiros*, *palhinhas*, *enxambladores*, *torneiros* e também *serralheiros*, fazendo justiça à designação da rua. Também os *alfaiates* e *sapateiros* marcam presença.

De novo lhe sucede o peso do grupo de *atividades ligadas às vendas* (grupo 4) e *comércio*, embora numa proporção bastante mais modesta (9,3 e 13,8% dos casos, em cada marco temporal), com *negociantes* e *lojas de peso* a marcarem presença.

Depois, as ocupações de cariz técnico especializado na saúde, educação, religião e artes (grupo 0/1, boticário ou mestre de 1^{as} letras, cirurgião e enfermeiro, padre também) ocupando entre os 7 e os 5%, nas datas comparadas. Seguem-se-lhe em importância relativa os trabalhadores de serviços (grupo 5), rondando os 5 a 3% do total de casos na artéria. Neste grupo a composição também evolui, já que os barbeiros, cabeleireiros e criados de servir desaparecem a favor dos proprietários trabalhadores, na área dos serviços de hospedagem, aprovisionamento e lazer (botequineiro) ou de trabalhadores dos serviços de proteção (voluntário do exército).

3.2.3 A emergência da separação entre espaços doméstico e laboral: a rede de deslocações casa-trabalho no Porto em 1832

“Um dos indicadores unanimemente aceites para diferenciar as cidades contemporâneas ocidentais é a separação entre o local de residência e o local de trabalho”⁶⁷⁴.

Os processos de dissolução dos espaços onde aos olhos dos observadores exteriores o caos parece reinar, mas o trabalho é funcionalmente organizado⁶⁷⁵, alicerçado nas interações vicinais e familiares; a favor de espaços diferenciados no tecido citadino, ocorreram um pouco por todo o urbanismo ocidental, com ritmos e tempos diversos. Os dos núcleos urbanos portugueses, parece que com uma certa inércia geográfica, pois “*a separação entre local de trabalho e local de residência é ainda restrita no terceiro quartel do século XVIII (na maior) parte dos artífices*”⁶⁷⁶. É ainda evidente no Porto que a cidade como um todo e as zonas do centro, em particular, mantêm caráter de mistura social, alguma hibridez e convivência, paredes-meias, de estratos sociais dos

⁶⁷⁴ Madureira, 1992: 43.

⁶⁷⁵ Gribaudi, 2008: 31-32 e 39.

⁶⁷⁶ Madureira, 1992: 44.

mais diversos quadrantes – já em vários momentos neste trabalho o indicámos e em estudos nossos anteriores, encontrámos os mesmos traços⁶⁷⁷.

A evidência de deslocações intraurbanas, frequentemente inter-artérias, sugeria a utilização duma análise baseada no paradigma das *redes sociais*. Só uma análise deste tipo permitiria visualizar e medir a estrutura relacional das deslocações em termos globais.

3.2.3.1 Descrição da rede

Duzentos e trinta e seis indivíduos (236), isto é, 4,2% dos sujeitos recenseados no Porto em 1832, têm um local de residência distinto do local de trabalho. Parte destes (5), sendo pluriativos, possuem inclusivamente dois locais de trabalho distintos.

A estrutura ocupacional desta subpopulação revela, como expectável, a forte presença de *trabalhadores de vendas* (grupo 4), com cerca de metade dos efetivos e da *produção e trabalhadores similares*, *operadores de equipamentos de transporte e trabalhadores* (grupo 7/8/9), os quais representam 1/4 dos mesmos.

QUADRO 3-11: Grupos ocupacionais por HISCO Major (%), Porto, 1832

Grupos HISCO Major	População global	População que se desloca
-1	23,3	10,2
0/1	6,5	5,9
2	0,9	0,9
3	6,5	3,8
4	18,6	48,2
5	7,7	5,1
6	1,9	0,9
7/8/9	34,6	25
	100	100

Assim, cerca de 3/4 dos indivíduos que, no Porto, em 1832, conhecem o luxo da distinção casa-trabalho estão associados ao comércio, principalmente de médio-altos

⁶⁷⁷ Fernandes, 2005: 47-73; Fernandes, 2000: 501-545; Fernandes, 1995.

rendimentos (*negociantes*) e à produção oficial (*serralheiro, louceiro, vassoureiro*, entre outros).

Seguem-se-lhes, com 10,2%, os *proprietários* (-1), ainda em proporções assinaláveis. Os restantes conjuntos ocupacionais representam, na sua totalidade, cerca de 15% (ANEXO GG, QUADRO GG-1).

Por comparação com a estrutura ocupacional da população global (ponto 3.2.1.3 e QUADRO 3-7), verificam-se diferenças significativas, a saber, a população que se desloca na cidade, abandonando espaços privados a favor de públicos para o seu trabalho, apresenta um perfil em que: 1. o peso das ocupações ligadas aos *negócios* e comércio é bastante superior; 2.o peso dos *proprietários* (-1) e dos *trabalhadores da produção* (78/9) é razoavelmente inferior.

A partir da informação individual, foi possível construir uma matriz de deslocações casa-trabalho e representar essa mesma informação com base numa rede: cada artéria constitui um nó da rede (*node*) e cada deslocação, um lado ou aresta (*edge*). O número total de nós é de 143 e o número total de lados é de 211. O peso (*weight*) de um lado corresponde ao número de deslocações entre duas artérias. Para estes dados, os pesos oscilam entre um mínimo de 1 até um máximo de 5. O QUADRO 3-12 apresenta a frequência dos pesos:

QUADRO 3-12: Frequência dos pesos das arestas na rede

Pesos	N
1	188
2	18
3	4
5	1
Total	211

Como se pode verificar, só 1 aresta corresponde a 5 deslocações; a grande maioria corresponde apenas a 1 deslocação.

A partir da importação da lista de nós e de lados, foi possível analisar e representar graficamente a rede de deslocações, utilizando a aplicação de análise de redes sociais *Gephi* ⁶⁷⁸.

⁶⁷⁸Bastian M., S. Heymann e M. Jacomy, 2009, *Gephi: an open source software for exploring and manipulating networks*, International AAAI Conference on Weblogs and Social Media.

Sublinhe-se que representar a rede não implica necessariamente a deslocação para fora da rua onde reside: parte dos indivíduos têm a sua residência na mesma artéria do seu local de trabalho. Por outro lado, a mesma via pode ser origem ou destino para indivíduos diferentes. Por estes dois motivos e respetivamente, a rede de deslocações não só apresenta um conjunto de ligações caracterizadas como *self-loops* (circulares), como também pode ser caracterizada como uma rede direcionada (*directed graph*).

3.2.3.2 Estrutura da rede

Uma primeira caracterização da estrutura da rede diz respeito à maior ou menor ligação existente entre os seus nós. Na verdade, como se trata duma rede de deslocações, todos os nós deveriam estar ligados. No entanto, há um certo número de nós sem conexão (36), uma vez que as suas ligações são circulares.

As ligações circulares oscilam entre uma frequência (peso) máxima de 5 (rua das Flores) e um mínimo de 1, tal como se pode observar no QUADRO 3-13.

QUADRO 3-13: Frequência dos graus nas ligações circulares

Pesos	N
1	24
2	9
3	2
5	1
Total	36

Tomando como exemplo a rua das Flores, a existência de 5 ligações circulares significa que existem (no máximo) 5 indivíduos cuja origem e destino, em termos da ligação casa-trabalho, é essa mesma artéria.

No QUADRO 3-13 verifica-se a existência de 53 ligações circulares a partir da soma dos produtos dos pesos pelas respetivas frequências.

A distribuição do grau (*degree distribution*) da rede, ou seja, da dimensão dos nós de acordo com o seu grau (número de ligações) está representada na FIGURA 3-35 é a seguinte.

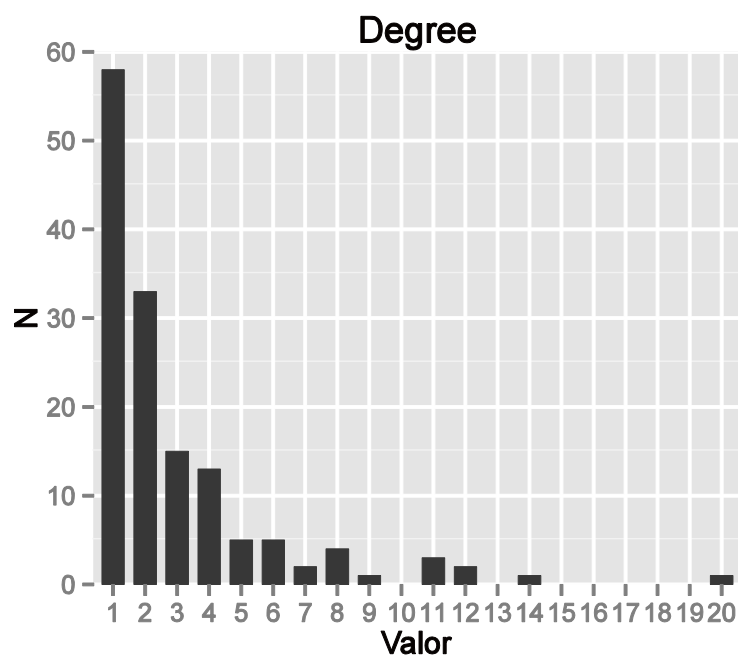


FIGURA 3-35: Distribuição do grau da rede

Relativamente a cada nó, distingue-se entre o número de deslocações *para* ele, e o número de deslocações *a partir dele*. O primeiro tipo de ligações designa-se por *in-degree* e o segundo por *out-degree*⁶⁷⁹. O FIGURA 3-36 e o FIGURA 3-37 representam a distribuição destes dois tipos de ligação.

⁶⁷⁹ Informação pormenorizada sobre os indivíduos que participam nestes fluxos, classificados por origem e destino, pode ser consultada no ANEXO GG.

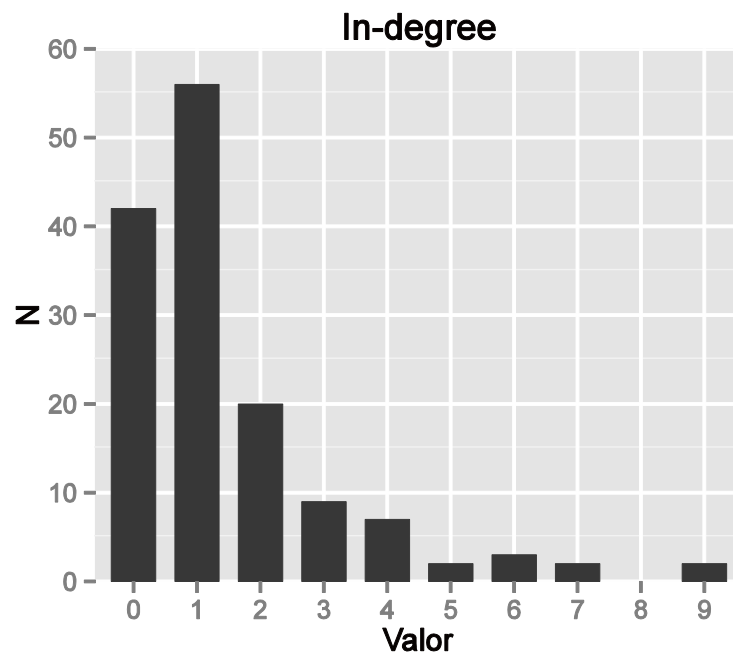


FIGURA 3-36: Distribuição do "in-degree" da rede

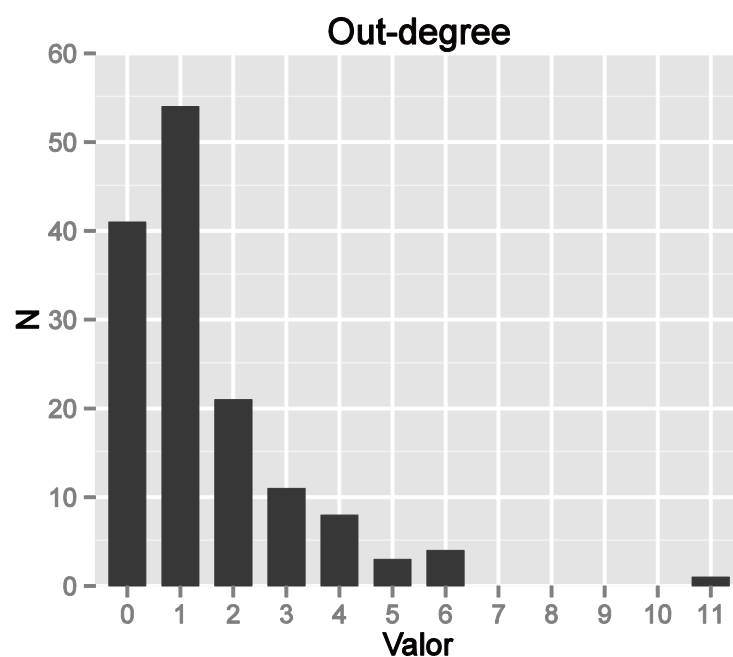


FIGURA 3-37: Distribuição do "out-degree" da rede

A forma das três distribuições permite constatar que a distribuição das dimensões dos nós não é aleatória. Na verdade, observando a FIGURA 3-35, a maior parte das

artérias têm apenas uma ou duas ligações, enquanto que o número de artérias com ligações, por exemplo, superiores a 10, são em número muito menor.

Note-se o caso da artéria com o número de máximo de 20 ligações (rua das Flores). Este grau 20 corresponde à soma de 9 situações em que esta artéria é destino (ver FIGURA 3-36) e 11 situações em que é origem (ver FIGURA 3-37). Aliás, a observação destas duas últimas FIGURAS mostra a existência de artérias com grau zero, isto é, algumas das 143 artérias em causa não são procuradas e de outras, ninguém parte para outro local.

O grau médio (*average degree*), i.e., o número típico de artérias relacionadas (*neighbors*) por nó, é de 1,402. Este valor baixo resulta precisamente da distribuição ser bastante assimétrica, concentrando-se a maior parte dos casos nos valores mais baixos.

Esta rede possui um diâmetro (*network diameter*) de 10, i.e., são necessários 10 passos para atravessar o grafo que representa a rede, entre os seus dois pontos mais distantes (FIGURA 3-38). O valor médio para a rede (*average path length*) é 4,025.

A excentricidade dos nós, ou seja a distância de cada ponto ao seu ponto mais distante permite distinguir, desde os pontos mais centrais (com menor excentricidade), aos nós menos centrais (os quais assumem um diâmetro de 10) (FIGURA 3-38). Pode-se aqui verificar que a maioria das artérias são centrais, veja-se a frequência das barras correspondentes aos valores de 0 a 2.

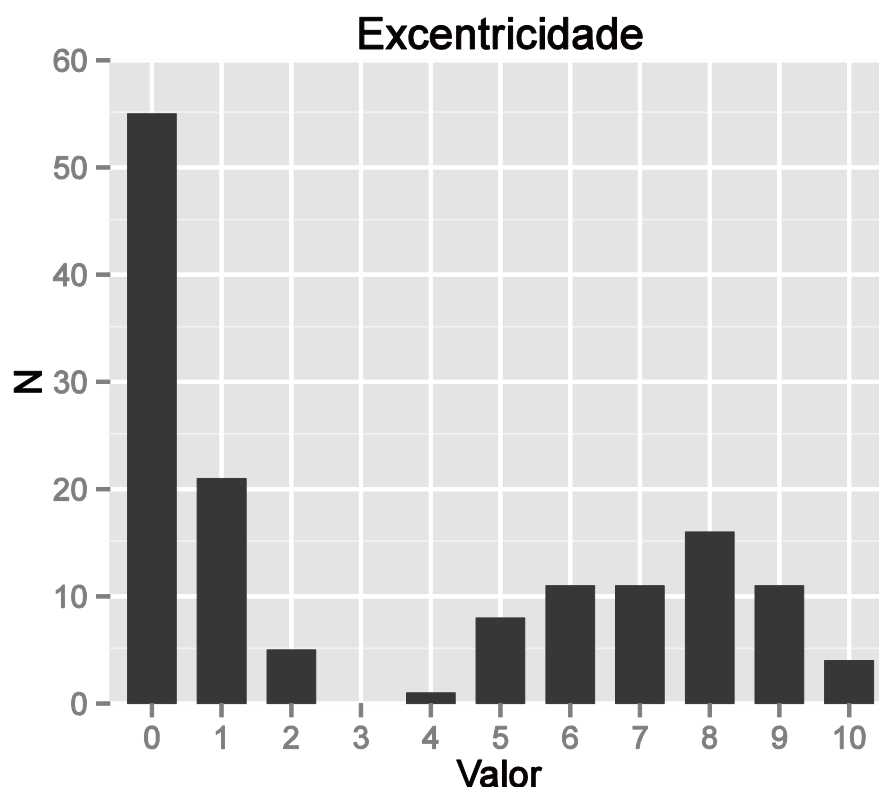


FIGURA 3-38: Distribuição da excentricidade da rede

A rede em análise apresenta uma densidade baixa, uma vez que o coeficiente médio de agrupamento (*average clustering coefficient*) é de 0.004 (quando o valor considerado médio é de 0,107).

3.2.3.3 Representação da rede

A representação global da rede pode ser observada na FIGURA 3-39. Para obter uma imagem mais perceptível da rede, usou-se uma transformação baseada no *layout* de Fruchterman Reingold. A largura das arestas é proporcional ao número de ligações (independentemente da direção destas) entre cada par de nós (*weights*). Como a variação dos pesos é diminuta, as diferenças entre o tipo de arestas não são notórias.

Por outro lado, o diâmetro e a cor dos nós são proporcionais ao grau de cada nó (mais uma vez independentemente da direção). Note-se que o mesmo grafo podia ser apresentado em termos de *in-degree* ou *out-degree*, mas o exame dos grafos resultantes demonstrou a existência duma grande semelhança, qualquer que fosse o critério adotado.

A observação do grafo permite já detetar a existência de *dois nós principais*, ligados a um grande número de artérias e *cerca de meia dúzia de nós* que embora com grau elevado, é menor do que o verificado nos dois nós anteriores.

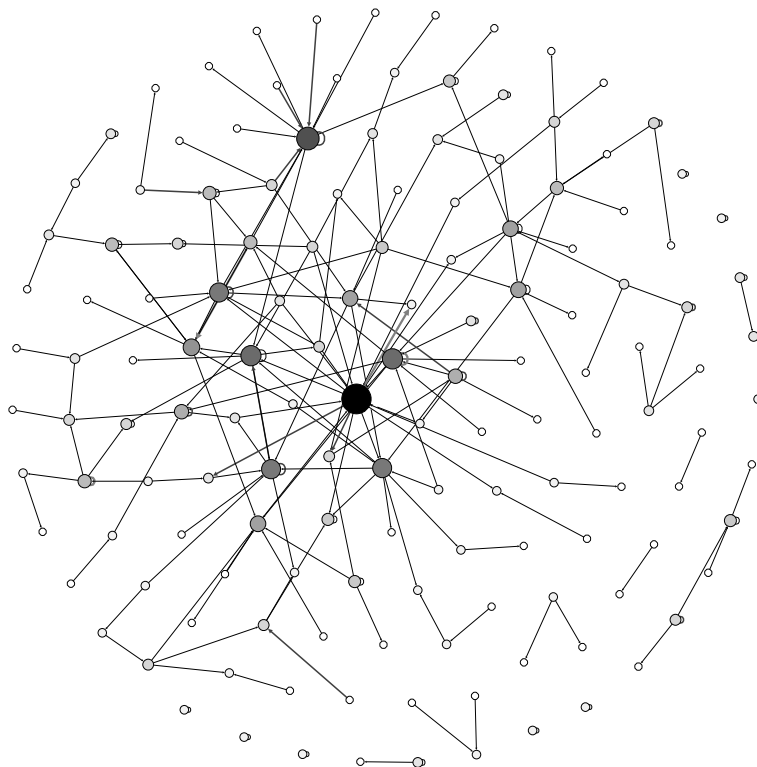


FIGURA 3-39: Rede de deslocações casa-trabalho, Porto, recenseamento de 1832

Uma versão que inclui as etiquetas relativas aos nós (designação das artérias) encontra-se disponível no ANEXO HH. Avance-se já que os dois nós centrais são as ruas das Flores e de Cima do Muro, sendo os outros, as ruas de Santa Catarina, Bela da Princesa, Boavista, Bonjardim e calçada dos Clérigos.

Na FIGURA 3-40, cuja localização dos nós, ao contrário da anterior, segue aproximadamente o posicionamento das suas coordenadas geográficas, torna-se possível visualizar as ligações entre os nós com grau mais elevado e a sua importância relativa.

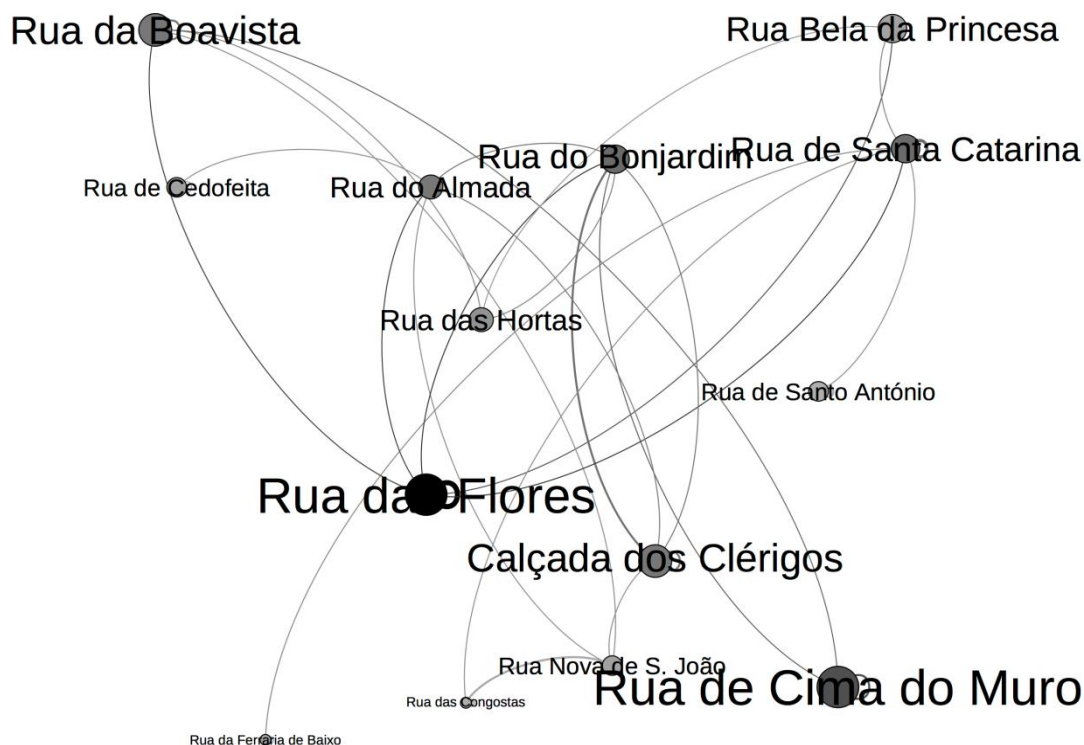


FIGURA 3-40: Estrutura fundamental da rede de deslocamentos casa-trabalho, Porto, Recenseamento de 1832

A rede traduzida no gráfico acima permite diversas abordagens mediante a dimensão em causa. Que saldos de entradas e saídas em cada um dos principais nós? Qual a importância das ligações circulares (deslocações dentro da mesma artéria)? E quem faz essas deslocações?

As possíveis respostas, abaixo, baseiam-se na informação pormenorizada disponível no ANEXO GG, QUADROS GG-2 e GG-3.

Começamos pelos grandes nós, as *ruas das Flores* e de *Cima do Muro*. Das Flores, saem quase duas vezes mais indivíduos para trabalhar, do que os que entram. É também a artéria que mais ligações circulares apresenta. Cima de Muro vive a situação contrária, i.e., entram cerca de duas vezes mais indivíduos para trabalhar, do que os que saem. As ligações circulares não são significativas, assumindo apenas o valor de 2 (cf. ANEXO GG, QUADROS GG-2 e GG-3).

Detetamos em seguida dois conjuntos de artérias, um com saldos positivos, i.e., com mais entradas do que saídas (calçada dos Clérigos, ruas Bela da Princesa e das Hortas) e um, em que o equilíbrio reina (ruas de Cedofeita, Santa Catarina, Almada e

Bonjardim). Ocorrem ligações circulares em várias das vias, mas com pouca representatividade.

Os nós restantes apresentam um número de ligações bastante reduzido.

Seguindo a lógica atrás estabelecida, verificamos que nas Flores os fluxos de saída correspondem sobretudo a negociantes, mercadores, mercadores de pano, capelistas e ourives (só a última designação se liga à produção). Os destinos são diversificados e, com tão poucos casos, é difícil encontrar regularidades. No entanto, não podemos deixar de assinalar a deslocação para logradouros excêntricos ao centro urbano, como o largo da Aguardente (atual praça do Marquês e na altura, uma das entradas da cidade) ou a rua da Boavista. Já em Cima do Muro os residentes apresentam valores próximos entre mestres e negociantes, com leve peso superior dos primeiros. Os fluxos de entrada em Cima do Muro integram peso relevante de *negociantes* (cerca de metade), a par de trabalhadores da produção, como *vassoureiros*, *alfaiates*, *barbeiros*. Residual, mas não despidiêda, a presença dum *capitão de navios* (estamos na beira-rio) e dum dono de *casa de comer*.

Todos os restantes nós acima mencionados possuem uma população de visitantes diários em que os *negociantes* e comerciantes (*capelistas*, *fanqueiros*, entre outros) são preeminentes, na quási-totalidade ou em maioria. Destacam-se a calçada dos Clérigos, onde todos os fluxos de entrada são compostos por estes indivíduos; e a rua das Hortas, em que, além deles, apenas recebe um *livreiro* e um *botequineiro*. Em Cedofeita, por exemplo, todos os que para ela se deslocam são *negociantes*. No caso da rua Bela da Princesa, metade dos que nela diariamente entram pertencem a esta categoria, mas o resto, arvora uma diversidade de ocupações, englobando um empregado do banco, um cirurgião e um escrivão.

Não por acaso, a artéria que é sequencial no traçado à rua Bela da Princesa, a rua de Santa Catarina, apresenta um panorama em tudo semelhante àquela: metade dos que para ela diariamente se deslocam são negociantes, a outra metade, divide-se entre ocupações especializadas na área da saúde (um *médico*, um *cirurgião*), um *ourives* e um indivíduo com *ocupação desconhecida*. Tal regularidade – fluxo de entrada com pelo menos metade do mesmo composto por *negociantes* – também é verificável nas ruas do Almada e do Bonjardim; com a particularidade de, em Almada, se destacarem indivíduos letrados (um *procurador*, um *tabelião*) para além dum *mestre sapateiro*;

enquanto no Bonjardim, a heterogeneidade reina, com a presença dum *sirgueiro*, de dois *proprietários* e um *escrivão das Décimas*.

Parece-nos evidente que as deslocações casa-trabalho são, neste primeiro terço do século XIX, apanágio daqueles que o podem fazer, por via dos rendimentos, na maior parte, ligados ao comércio; não esquecendo alguns oficiais e artesãos que, pela especificidade da matéria-prima e do trabalho, poderiam pertencer às elites artesãs (exemplo dos ourives, entre outros possíveis).

Reiteramos que a abordagem acima efetuada foi-o, sobre o centro da estrutura da rede detetada. Neste tipo de enfoque, se pretendermos abranger a rede na sua totalidade, outros resultados frequentemente emergem, nomeadamente, nós que assumem apenas o papel de alimentadores dos outros na cidade, ou que apenas possuem ligações circulares. Por exemplo, a rua de S. Miguel (ainda existe e é na zona de S. Bento da Vitória) é um caso de artéria exclusivamente alimentadora de trabalhadores, os 5 elementos que se deslocam a partir dela, proprietários ou negociantes.

3.2.4 Geografia ocupacional, geografia social

Sabemos neste momento do nosso estudo que quase a meio do século XIX, no Porto, a distinção entre espaço residencial e espaço para o desenvolvimento das atividades económicas era uma realidade já conhecida, em processo, mas ainda diminuta - menos de 5% da população urbana cabeça-de-casal recenseada em 1832 (ponto 3.2.3.1.) – e reservada a estratos populacionais tendencialmente favorecidos do ponto de vista socioeconómico.

Não é nova a informação e combina-se bem com o que se sabe das cidades ocidentais oitocentistas da primeira metade do século, com as variantes expectáveis. Tem sido cada vez mais assumido que foram os discursos dos observadores contemporâneos, de classe média, maioritariamente ingleses e comprometidos com a ordem social, que tanto lançaram a ideia das cidades ocidentais de meados do século como “*cada vez mais segregadas*”, pobres e ricos cada vez mais separados, mesmo se vivendo muito perto uns dos outros. A experiência pessoal da segregação era mais

importante do que a respetiva medida estatística⁶⁸⁰. Tem-se vindo a refletir de formas cada vez mais aprofundadas e ricas sobre a ‘imagem da cidade’ e a respetiva transformação da morfologia urbana e social⁶⁸¹, sendo uma das bases de partida, precisamente, a da (in)distinção do espaço urbano em díades ou tríades antagónicas (privado-público-semi-público; rua-habitação; entre outros)⁶⁸².

Se de metrópoles falássemos, as novas partes das cidades, os novos bairros, centros ou quarteirões, abarcavam habitualmente a atenção dos contemporâneos, que olhavam com *“imensa ambiguidade”*⁶⁸³ o mundo popular concentrado na trama das partes mais antigas da cidade, centros históricos, por onde se passava, mas onde não se vivia. Este mundo fazia parte da cidade enquanto prolongamento do ‘resto’, das áreas mais conotadas com respeitável trato, sociabilidade visível em zonas específicas – no Porto, fazendo um paralelo, com as devidas distâncias; e exemplificando, seriam a Praça Nova, as rua das Hortas, calçada dos Clérigos, rua Nova dos Ingleses, rua das Flores... - ou, até, carácter residencial; mas *“parece ter-se tornado indecifrável aos olhos da quase totalidade do público burguês quando domina, sozinho, o espaço urbano”*⁶⁸⁴.

Os discursos sobre tais espaços, por parte de médicos higienistas, arquitetos, urbanistas e escritores fixavam-se frequentemente no miserabilismo, na visível sujidade e morbidade bem como na noção generalizada de mistura, amontoar de gentes e, essencialmente, caos. Não será demais recordar que não se está essencialmente *“perante qualidades intrínsecas do espaço (antes) essas qualidades são o resultado de construções sociais e o produto de usos sociais”*⁶⁸⁵. Na verdade, estas áreas, relativamente vastas, centrais na trama urbana e, muitas vezes, com ramificações pela cidade – nosso caso – acomodavam práticas ocupacionais e relacionais que, tradicionais, *“misturavam a produção e o comércio, os laços de família e de vizinhança, de troca e de lazer (...) em torno do edifício e do quarteirão”*⁶⁸⁶.

⁶⁸⁰ Dennis, 1984: 200; também, por exemplo, Charlot e Marx, 1995: 8-13.

⁶⁸¹ Gribaudi, 2014.

⁶⁸² Reed, 2000; também citado e comentado por Lousada, 2004a: 97.

⁶⁸³ Gribaudi, 2008: 29.

⁶⁸⁴ Gribaudi, 2008: 30.

⁶⁸⁵ Lousada, 2004a: 96.

⁶⁸⁶ Gribaudi, 2008: 30.

O traço da “mistura” é que fornece a identidade ao âmago da cidade primo oitocentista. O centro da cidade tem caráter híbrido na composição social, “*não é uma plataforma de afluência das gentes distintas, mas também não é o contrário (...) é um local de passagem, onde os comerciantes e artesãos tiram partido do facto de por ali circular todos os dias muita gente*”⁶⁸⁷ e, no caso portuense, é local de comércio intenso, de pequeno, médio e grosso trato, ligado ao rio e respetiva proximidade.

A ‘baixa’ é, antes do mais, negócio⁶⁸⁸.

Mas o que nos ocupa não será somente o centro e sim, a cidade: no Porto, nos anos 30 do século XIX, a geografia social corresponderia, grosso modo, à distribuição efetiva das ocupações. Estas, mantinham-se estreitamente ligadas ao espaço residencial, ao alojamento.

3.2.4.1 Qualidade de alojamento e agrupamentos ocupacionais

Acontece que, para começar, detínhamos indicações específicas sobre o que poderíamos chamar de ‘indicadores sociais do alojamento’ – as “classes de alojamento” que o censo de 1832 atribuía – e dessa forma, era-nos permitido o acesso ao entendimento do lugar de residência como um “*indício do lugar (do indivíduo no alojamento) na hierarquia social*”⁶⁸⁹, também.

Tentámos assim verificar da possível relação entre qualidade média dos alojamentos de cada edifício e respetiva ocupação por indivíduos classificados em grupos ocupacionais HISCO *Major* (QUADRO 3-14 e FIGURA 3-41). O quadro seguinte apresenta tal relação. A “qualidade” é medida pela média da pontuação atribuída pelos recenseadores a cada alojamento, na escala de 1 a 5; seguidamente organizada em 5 classes, conforme consta no quadro ([1;2[, i.e., de 1 a 2 exclusive; [2;3[, de 2 a 3, exclusive, entre outros).

⁶⁸⁷ Madureira, 1992: 50.

⁶⁸⁸ Serén e Pereira, 2000: 382-383.

⁶⁸⁹ Pinol, 1991: 44.

QUADRO 3-14: Qualidade média dos alojamentos e grupos ocupacionais HISCO *Major*, Porto, 1832

MedClasse2	-1 - occupation stated	No 0/1 Professional, technical and related workers	- 2 Administrative and managerial workers	- 3 Clerical and related workers	4 - Sales workers	5 - Service workers	6 - Agricultural, animal husbandry and forestry workers, fishermen and hunters	7/8/9 Production and related workers, transport equipment operators and labourers	- Total
[1;2[	42	3	4	4	8	2	1	0	64
	3,9%	,9%	10,0%	1,2%	,8%	,6%	1,0%	0,0%	1,3%
[2;3[	130	18	2	14	176	11	1	24	376
	11,9%	5,3%	5,0%	4,2%	17,8%	3,4%	1,0%	1,3%	7,5%
[3;4[	415	224	19	166	500	83	29	392	1828
	38,1%	66,1%	47,5%	50,2%	50,7%	25,3%	29,0%	21,8%	36,4%
[4;5[	489	93	15	140	287	216	63	1270	2573
	44,9%	27,4%	37,5%	42,3%	29,1%	65,9%	63,0%	70,5%	51,3%
5	14	1	0	7	15	16	6	116	175
	1,3%	,3%	0,0%	2,1%	1,5%	4,9%	6,0%	6,4%	3,5%
Total	1090	339	40	331	986	328	100	1802	5016
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A observação dos dados permite alguns apontamentos: antes do mais sublinhe-se que são tratados os edifícios com informação completa no tocante às 2 variáveis em causa, num total de 5016 (num universo de 7418 edifícios arrolados).

Cerca de metade dos edifícios situa-se na classe 4 a 5, portanto, é classificada como de ‘má qualidade’. A proporção relativamente pequena de prédios com classe 5 (a pior) deve ser contextualizada pela respetiva utilização apenas no bairro de Cedofeita, portanto, os casos de classe 5 permitem uma leitura similar àqueles da classe 4.

A rarefação ocorre também no outro extremo da escala, pois a classe 1 a 2 (a melhor qualidade) apresenta valores muito reduzidos.

A leitura que o QUADRO 3-14 permite pode ser representada através duma *análise de correspondência* (FIGURA 3-41).

As duas primeiras dimensões desta análise representam cerca de 92,1% da variação que se pretende explicar (*inércia*), o que significa que a análise possui uma forte capacidade explicativa das relações existentes no quadro (ANEXO II, QUADRO II-1).

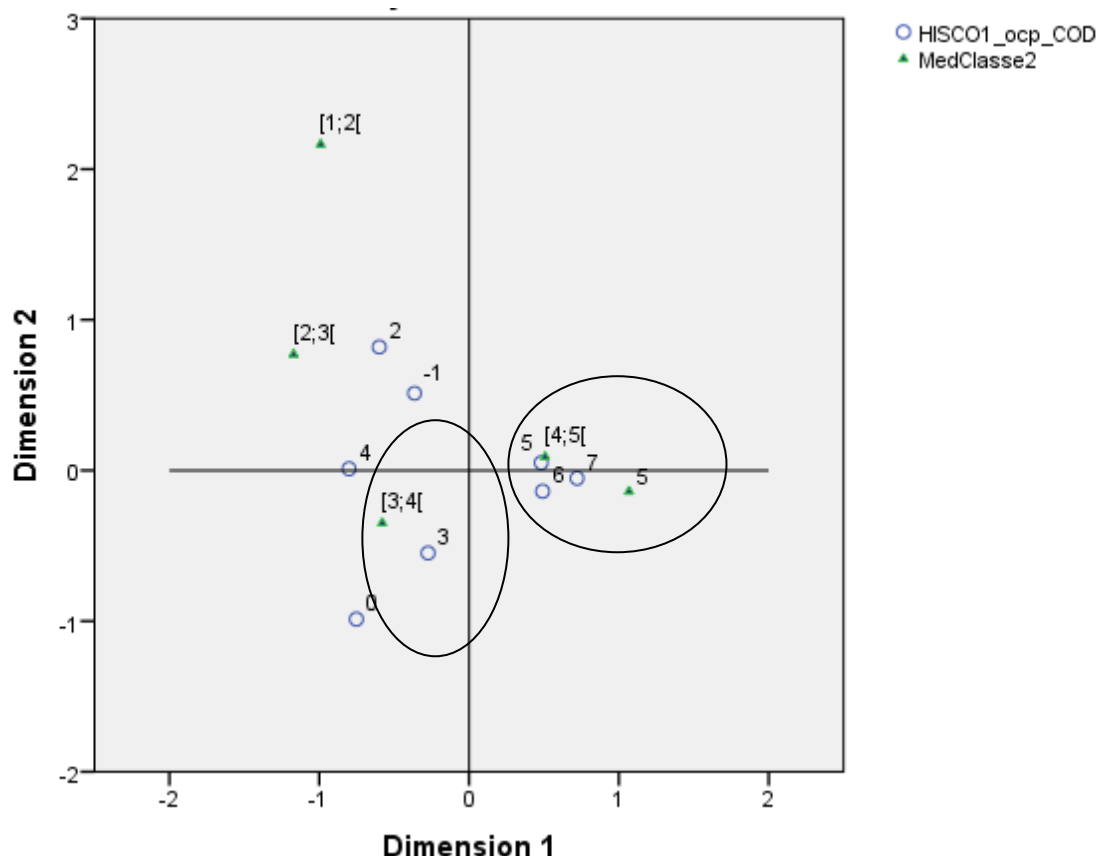


FIGURA 3-41: Ocupações (HISCO1) e Qualidade do edifício (duas primeiras dimensões)

NOTA: Por questões de formatação gráfica, os grupos HISCO *Major* 0/1 e 7/8/9 surgem representados apenas pelo seu primeiro dígito.

O primeiro eixo (Dimensão 1), que explica, só por si, 81% da inércia (ANEXO II, cf. QUADRO II-1) opõe dois grupos de ‘classes de casas’-‘grupos ocupacionais’ a elas ligados. Concretamente, os grupos ocupacionais HISCO *Major* 5 (trabalhadores de serviços), 6 (trabalhadores da agricultura , pecuária e silvicultura, pescadores e caçadores), 7/8/9 (produção e trabalhadores similares , operadores de equipamentos de transporte e trabalhadores) surgem fortemente associados às piores qualidades de alojamento (categorias [4; 5[e 5) (destacados pela forma oval à direita); contrapondo-se aos grupos HISCO 0/1 (trabalhadores profissionais , técnicos e relacionados), 3 (trabalhadores de escritório e afins) e 4 (trabalhadores de vendas), os quais aparecem associados a uma qualidade média de alojamento (categoria [3; 4[) (destacados pela forma oval à esquerda).

Por sua vez, o segundo eixo (Dimensão 2), embora com uma capacidade explicativa muito mais reduzida (11,2%) permite opor todas as categorias já referidas aos grupos HISCO -1 (sem ocupação declarada) e 2 (trabalhadores administrativos e gerenciais) e às categorias de alojamento com maior qualidade ([1;2[e [2; 3[).

Portanto, no Porto, em 1832, trabalhar na ‘produção artesanal’, na ‘agricultura e pescas’ e nos ‘serviços’ em geral⁶⁹⁰, envolvia uma probabilidade de cerca de 76% de habitar um alojamento das piores qualidades.

No outro ponto da escala de qualidade habitacional, verificamos que ser-se *proprietário, capitalista* e outras designações afins (código -1) ou pertencer a elites gerenciais (código 2) envolvia uma probabilidade de habitar alojamentos das melhores qualidades, na ordem dos 15%. Este valor ganha mais significado quando confrontado com o valor correspondente (i.e., probabilidade de habitar alojamentos das melhores qualidades) dos conjuntos profissionais enunciados no parágrafo acima: apenas 1,7% (QUADRO 3-14).

3.2.4.2 Cércea dos edifícios e agrupamentos ocupacionais

Para continuar, tínhamos acesso *ao número de pisos dos edifícios* ocupados pelos cabeça-de-casal, permitindo a inquirição sobre as oposições materiais de alojamento rasteiro vs. alojamento alto, com os sentidos sociais subjacentes possíveis.

Quisemos saber, pois, da possível relação entre número de pisos de cada edifício e respetiva ocupação por indivíduos classificados em grupos ocupacionais HISCO *Major* (QUADRO 3-15 e FIGURA 3-42). O quadro seguinte apresenta tal relação.

⁶⁹⁰ Ressalve-se a possibilidade de anacronismo: neste nosso “serviços” HISCO, os trabalhadores *organizam ou realizam restauração, limpeza, serviços pessoais, protecção e afins*; não são os ‘serviços’ da divisão clarkiana (1940) adstritos ao “setor terciário” e que agregam comércio, serviços/educação, serviços/saúde, serviços/religião, serviços/públicos, jurídicos e afins, serviços/transportes, entre outros.

QUADRO 3-15: N° de andares por edifício, por grupos de ocupações HISCO Major, Porto, 1832

N° de andares	-1 - No occupation stated	0/1 Professional, technical and related workers	- 2 Administrative and managerial workers	3 - Clerical and related workers	4 - Sales workers	5 Service workers	6 - Agricultural, animal husbandry and forestry workers, fishermen and hunters	7/8/9 - Production and related equipment operators and labourers	Total
1	632 49,3%	151 41,8%	20 43,5%	163 45,4%	368 35,8%	246 59,4%	91 85,0%	1207 62,6%	2878 52,1%
2	432 33,7%	132 36,6%	15 32,6%	126 35,1%	274 26,6%	93 22,5%	12 11,2%	435 22,6%	1519 27,5%
3	182 14,2%	68 18,8%	9 19,6%	55 15,3%	270 26,2%	63 15,2%	2 1,9%	246 12,8%	895 16,2%
4	34 2,7%	9 2,5%	2 4,3%	13 3,6%	98 9,5%	11 2,7%	2 1,9%	35 1,8%	204 3,7%
5	2 ,2%	1 ,3%	0 0,0%	2 ,6%	19 1,8%	0 0,0%	0 0,0%	5 ,3%	29 ,5%
6	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 ,2%	0 0,0%	0 0,0%	1 ,0%
Total	1282 100,0%	361 100,0%	46 100,0%	359 100,0%	1029 100,0%	414 100,0%	107 100,0%	1928 100,0%	5526 100,0%

Verifique-se que são tratados os edifícios com informação completa no tocante às 2 variáveis em causa, num total de 5526 (num universo de 7418 edifícios arrolados).

Cerca de metade dos edifícios têm apenas 1 andar e dos restantes, um pouco mais de metade possui 2 andares. O número de edifícios com 5 e 6 pisos é residual (factos já avançados no ponto 3.1.3.).

A leitura que o QUADRO 3-15 permite também pode ser representada através duma *análise de correspondência* (FIGURA 3-42).

As duas primeiras dimensões desta análise representam cerca de 96% da variação que se pretende explicar (*inércia*) (ANEXO II, cf. QUADRO II-2).

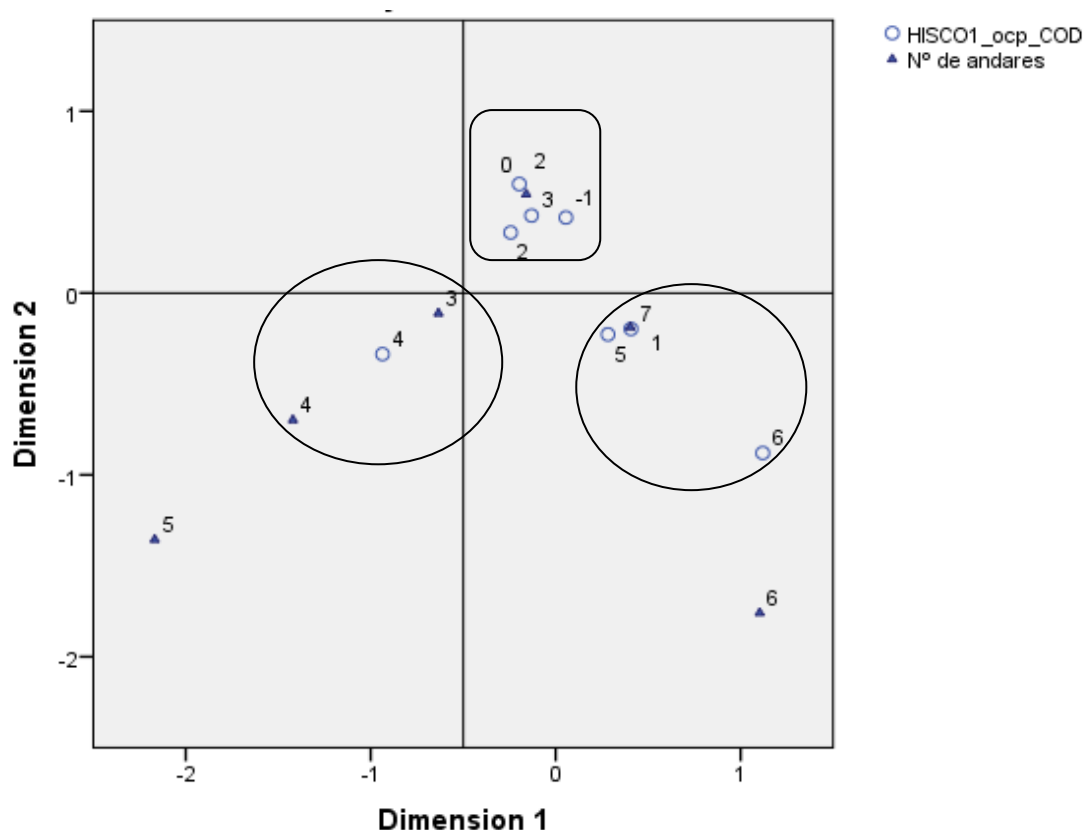


FIGURA 3-42: Nº de andares do edifício e Ocupações (HISCO1) (duas primeiras dimensões)

NOTA: Por questões de formatação gráfica, os grupos HISCO *Major* 0/1 e 7/8/9 surgem representados apenas pelo seu primeiro dígito.

O primeiro eixo (Dimensão 1) opõe os edifícios de 1 piso, associados às HISCOS *Major* 5 (trabalhadores de serviços), 6 (trabalhadores da agricultura , pecuária e

silvicultura, pescadores e caçadores), 7/8/9 (produção e trabalhadores similares , operadores de equipamentos de transporte e trabalhadores) (destacados pela forma oval à direita); aos edifícios de 3 e 4 pisos, associados à HISCO *Major* 4 (trabalhadores de vendas) (destacados pela forma oval à esquerda).

O segundo eixo (Dimensão 2), opõe todas as categorias já enunciadas aos edifícios com 2 pisos, associados aos restantes grupos HISCO *Major*, i.e., -1 (sem ocupação declarada), 0 /1 (trabalhadores profissionais , técnicos e relacionados), 2 (trabalhadores administrativos e gerenciais) e 3 (trabalhadores de escritório e afins) (assinalados pela forma retangular).

A posição excêntrica dos edifícios com 5 e 6 andares é atribuível à sua fraca representatividade (FIGURA 3-41).

Podemos já avançar uma constante verificada anteriormente, em **3.1.3.**, a de que existe uma relação direta entre altura e qualidade média dos edifícios: quanto mais baixa a construção, menor a qualidade.

Assim, se os trabalhadores dos serviços (código 5), da agricultura e pescas (código 6) e da produção artesanal (código 7/8/9) se associam às piores qualidades de alojamento; estarão também ligados às cêrceas mais baixas da cidade. Tal facto verifica-se, realmente: no Porto, trabalhar na produção artesanal, na agricultura e pescas e nos serviços em geral, implicava uma probabilidade de cerca de 63% de habitar um alojamento de 1 só piso⁶⁹¹.

Reiterar a desqualificação que viver perto do chão implica, não será demais. *Taberneiros, vendeiros e tendeiros, oficinas e lojas*, comerciando em pavimento térreo, muitas vezes paredes-meias com a habitação particular⁶⁹², abertos à rua, espaço por excelência do urbano e garantia da limpidez do negócio em causa.

A complexidade da vida social afirma-se nesta realidade – a rua é pública, mas nela se entrelaça o privado da família e as vicinalidades, laços laborais incluídos; é suja e, contudo, enquanto continuação do espaço doméstico e laboral, é em tudo semelhante ao que existe dentro de portas. A rua é sítio de contacto entre conhecidos e estranhos,

⁶⁹¹ Por exemplo, para os profissionais do grupo 6, agricultura, essa probabilidade atinge os 85%.

⁶⁹² Madureira, 1992: 46.

espaço de grande mistura⁶⁹³. Convém no entanto não nos ficarmos pela perspectiva rígida e potencialmente reducionista de espaços que se contrapõem (rua-casa; doméstico-laboral; público-privado...) e irmos integrando as perspectivas que, na área, têm relembrado a importância da continuidade, por exemplo na emergência de espaços semipúblicos, como as lojas ou tabernas⁶⁹⁴; ou na reflexão aprofundada sobre o que privado e público significavam, realmente⁶⁹⁵, como atrás já fomos avançando, ponto 3.2.4.

3.2.4.3 Artérias citadinas e agrupamentos ocupacionais

3.2.4.3.1 Geografia ocupacional em 1832

Na abertura deste subcapítulo foi cultivada a ideia de que nos anos 30 do século XIX, a geografia social portuense corresponderia, *grosso modo*, à geografia ocupacional.

Tornava-se necessário, pois, aferir da possível relação entre ocupações (grupos de) e a sua respetiva localização.

Foram obrigatoriamente ponderadas algumas questões do foro metodológico, neste caso. Realizar exercícios de análise de correspondência pressupõe que as frequências das variáveis estudadas (número de casos na artéria), quando distribuídas pelas categorias da variável independente (ocupações, em 8 grupos) apresentem valores significativos. Ora, em 1832, o número de artérias com reduzido total de casos na mesma é bastante elevado (QUADRO 3-1, ponto 3.1.1.).

Assim, após vários ensaios, foram selecionadas as artérias que apresentassem mais de 50 casos, para realização de uma análise de correspondência. Foram igualmente codificadas, com valores numéricos de 1 a N (ANEXO JJ).

As duas primeiras dimensões desta análise representam cerca de 79% da variação que se pretende explicar (*inércia*), o que significa que a análise possui uma forte

⁶⁹³ Veja-se por exemplo, Cordeiro e Vidal, 2008; para citar um trabalho nosso de consulta frequente.

⁶⁹⁴ Lousada, 2004a: 96-97.

⁶⁹⁵ Gribaudi, 2008: 27-45.

capacidade explicativa das relações existentes no quadro (ANEXO II, cf. QUADRO II-3).

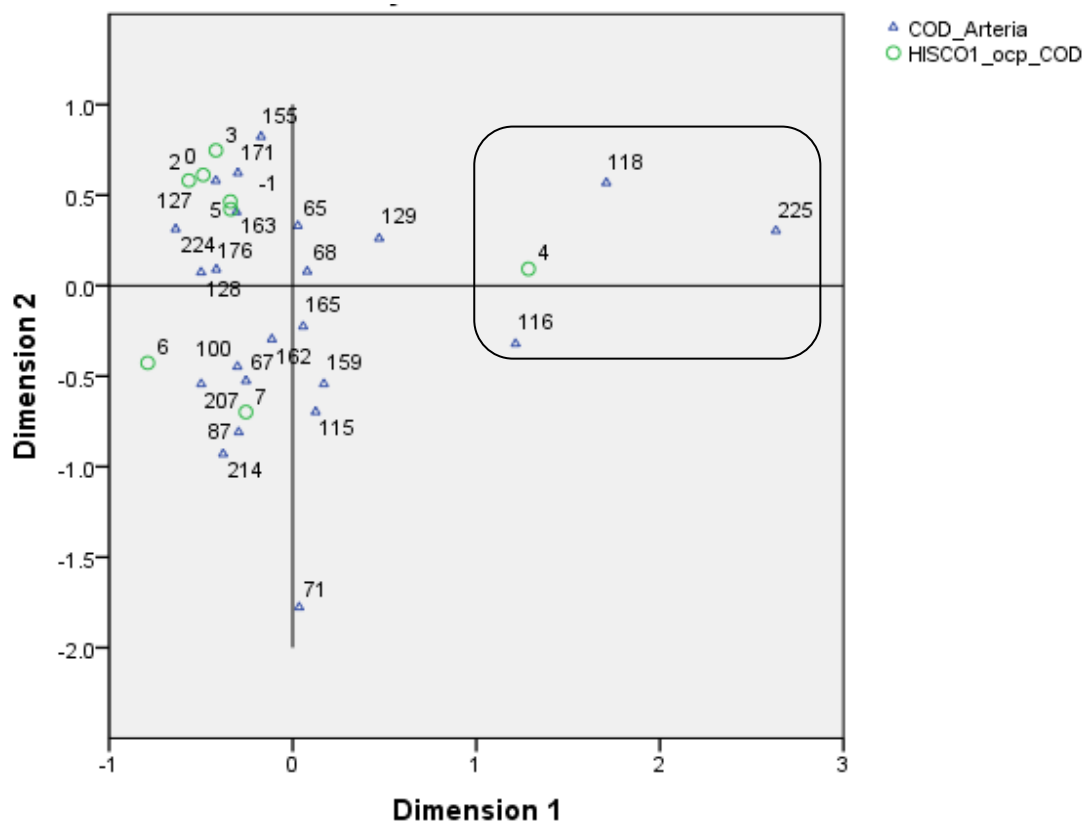


FIGURA 3-43: Ocupações (HISCO1) e Artérias, Porto, Recenseamento de 1832 (duas primeiras dimensões)

NOTA: Por questões de formatação gráfica, os grupos HISCO *Major* 0/1 e 7/8/9 surgem representados apenas pelo seu primeiro dígito.

A leitura da FIGURA 3-43 permite verificar que o primeiro eixo (Dimensão 1) opõe o grupo ocupacional HISCO 4 (*trabalhadores de vendas*), especialmente associado às artérias 116, 118 e 225 (respetivamente, rua das Flores, rua das Hortas e rua Nova de S. João); a todas as restantes categorias.

O segundo eixo (Dimensão 2) opõe os grupos ocupacionais 6 (trabalhadores da agricultura, pecuária e silvicultura, pescadores e caçadores) e 7/8/9 (produção e trabalhadores similares, operadores de equipamentos de transporte e trabalhadores), especialmente associados às artérias 67, 87, 100, 207 e 214 (rua Bela da Princesa, rua da Ferraria de Baixo, rua da Rainha, rua do Senhor do Bonfim e rua dos Caldeireiros,

respetivamente); aos grupos ocupacionais restantes, os -1 (sem ocupação declarada), 0/1 (trabalhadores profissionais , técnicos e relacionados), 2 (trabalhadores administrativos e gerenciais), 3 (trabalhadores de escritório e afins) e 5 (trabalhadores de serviços), especialmente associados às artérias 155, 163, 127 e 171 (a saber, rua de Santa Catarina, rua de Santo Ovídio, rua de Cedofeita e rua do Almada).

Para facilitar a visualização, por um lado, das artérias em causa; e por outro, dos grupos ocupacionais, apresentamos abaixo (FIGURA 3-44 e FIGURA 3-45) as respetivas representações gráficas resultantes da análise de correspondência.

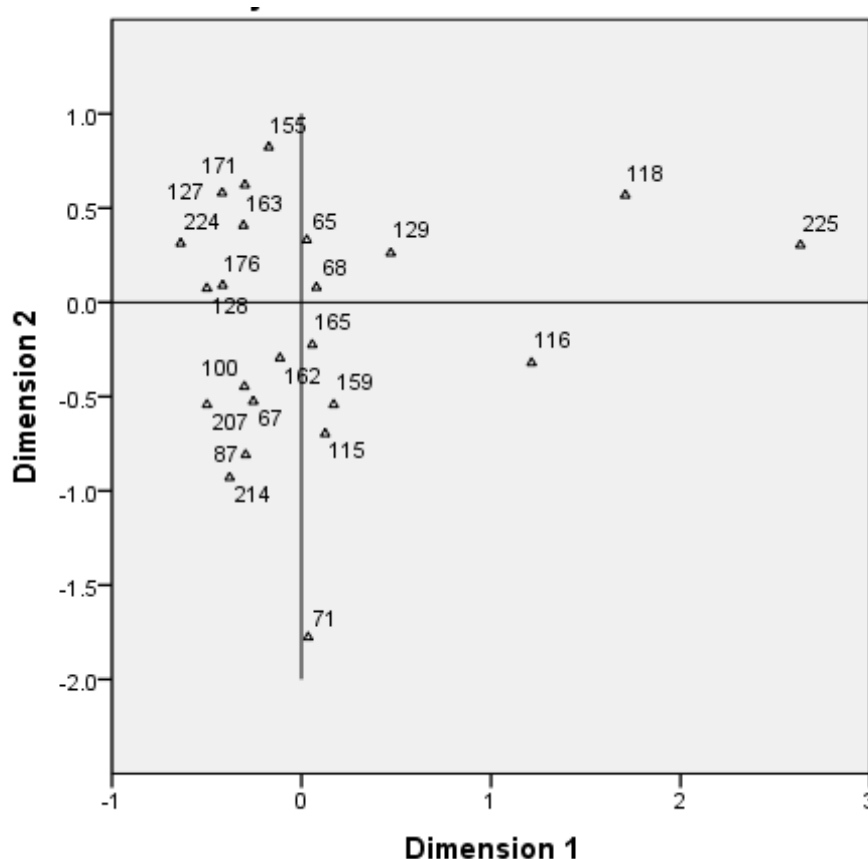


FIGURA 3-44: Artérias, Porto, Recenseamento de 1832 (duas primeiras dimensões)

LEGENDA:

Código	Artéria	Código	Artéria
65	Praia de Miragaia	155	Rua de Santa Catarina
67	Rua Bela da Princesa	159	Rua de Santo António
68	Rua Chã	162	Rua de Santo Ildefonso

Código	Artéria	Código	Artéria
71	Rua da Bainharia	163	Rua de Santo Ovídio
87	Rua da Ferraria de Baixo	165	Rua de Trás
100	Rua da Rainha	171	Rua do Almada
115	Rua das Congostas	176	Rua do Bonjardim
116	Rua das Flores	207	Rua do Senhor do Bonfim
118	Rua das Hortas	214	Rua dos Caldeireiros
127	Rua de Cedofeita	224	Rua Formosa
128	Rua de Cima de Vila	225	Rua Nova de S. João
129	Rua de Cima do Muro		

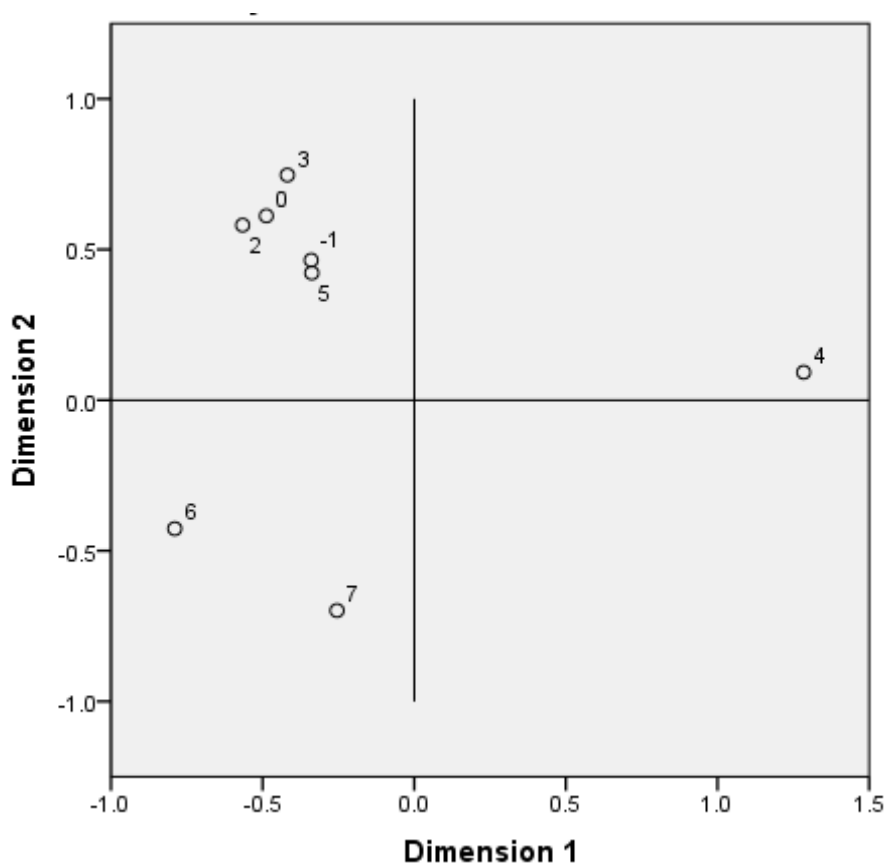


FIGURA 3-45: Ocupações (HISCO1), Porto, Recenseamento de 1832 (duas primeiras dimensões)

NOTA: Por questões de formatação gráfica, os grupos HISCO *Major* 0/1 e 7/8/9 surgem representados apenas pelo seu primeiro dígito.

Que geografia social, então, em 1832?

Comecemos por uma agregação de artérias já nossas conhecidas, visto que surgem continuamente nas diversas abordagens analíticas que fomos fazendo neste estudo, quando das atividades de ‘negócios’ se trata, particularmente no subgrupo dos rendimentos mais altos, designação de *negociantes* em geral e/ou especificadamente (grupo 4). Das 3 artérias emergentes, destacamos ser apenas uma, a situada muito perto do rio – a rua Nova de S. João – (marcada por retângulo negro na parte sul da FIGURA 3-46); sendo que as outras duas surgem em cotas de terreno superior, galgando as vertentes dos montes graníticos, respetivamente, a rua das Flores e a rua das Hortas (retângulos negros no centro e canto superior direito, respetivamente).



FIGURA 3-46: Artérias com forte associação de correspondência a *trabalhadores das vendas* (predominantemente *negociantes*), Porto, 1832⁶⁹⁶

⁶⁹⁶ Para fins ilustrativos imediatos e porque se manteve, nos casos assinalados, o traçado urbano, utilizámos excertos de cartas do <https://www.google.pt>, consultados e adaptados em Julho. 2015.

A primeira dessas vias, no monte da Vitória, com raízes urbanísticas na época moderna, ligaria uma terceira plataforma da vertente do monte⁶⁹⁷, ao largo de S. Bento, lugar da extinta Porta da Carros, zona muito movimentada de chegadas e partidas, e de feiras. A segunda via, a rua das Hortas, inscrevendo-se nas traseiras dum dos quarteirões da praça Nova, evidente local privilegiado pela proximidade para trocas, de toda a monta. Tal zonamento retifica, especificando, o habitualmente reconhecido como ‘zonas de negócios do Porto’⁶⁹⁸, regra geral indicando a beira-rio e novas áreas como a praça Nova. Retificação, mas com ratificação.

Lembramos que tanto a rua das Hortas, como a das Flores, concentram fluxos de negociantes (ponto 3.2.3.), no primeiro caso com fluxos de entrada; no segundo, com fluxos de saída.

A ligação entre os indivíduos ligados a trabalhos na agricultura (grupo 6) e a trabalhos de produção artesanal (grupo 7/8/9) apresenta duas tendências, a da beira-rio, nas encostas do monte da Vitória (ruas da Ferraria de Baixo e dos Caldeireiros); e a das artérias novas, longas e arejadas, nas franjas da cidade e onde o espaço de construção alternava com espaços abertos: as ruas da Rainha (atual Antero de Quental), Bela da Princesa e do Senhor do Bonfim.

De novo o nosso trabalho ratifica e retifica. Por entre estes agrupamentos ocupacionais, as artérias próximas do rio claramente associadas àqueles (trabalhos ligados a agricultura e pescas e produção artesanal), não se multiplicam, como se poderia esperar, pelo que da cidade se sabe para a época - *“o Porto conserva a organização espacial de outros tempos, com o ramerrão da vida artesã nas ruas que bordam a cidade comercial – S. Crispim, Ferraria, Pelames, Bainharia, etc.”*⁶⁹⁹. Não é que nas vias aqui citadas não se trabalhasse em moldes de produção tradicional e oficial; simplesmente, o número de casos globais em cada uma dessas vias é

⁶⁹⁷ A terceira plataforma, a partir do rio, se contabilizarmos como 1ª, a da beira-rio, com os cais da Ribeira, da Estiva e a praça da Ribeira; a 2ª, aquela que hoje se designa como de a da rua da Bolsa, perpendicular à rua Ferreira Borges (e no quarteirão das quais se situa o Mercado Ferreira Borges). Esta terceira plataforma seria base do largo de S. Domingos, a partir do qual se desenvolve a rua das Flores (sentido S-NE).

⁶⁹⁸ Serén e Pereira, 2000: 382.

⁶⁹⁹ Serén e Pereira, 2000: 386.

insuficiente para se realizar de forma consistente uma análise multivariada da associação entre artéria-grupo ocupacional.

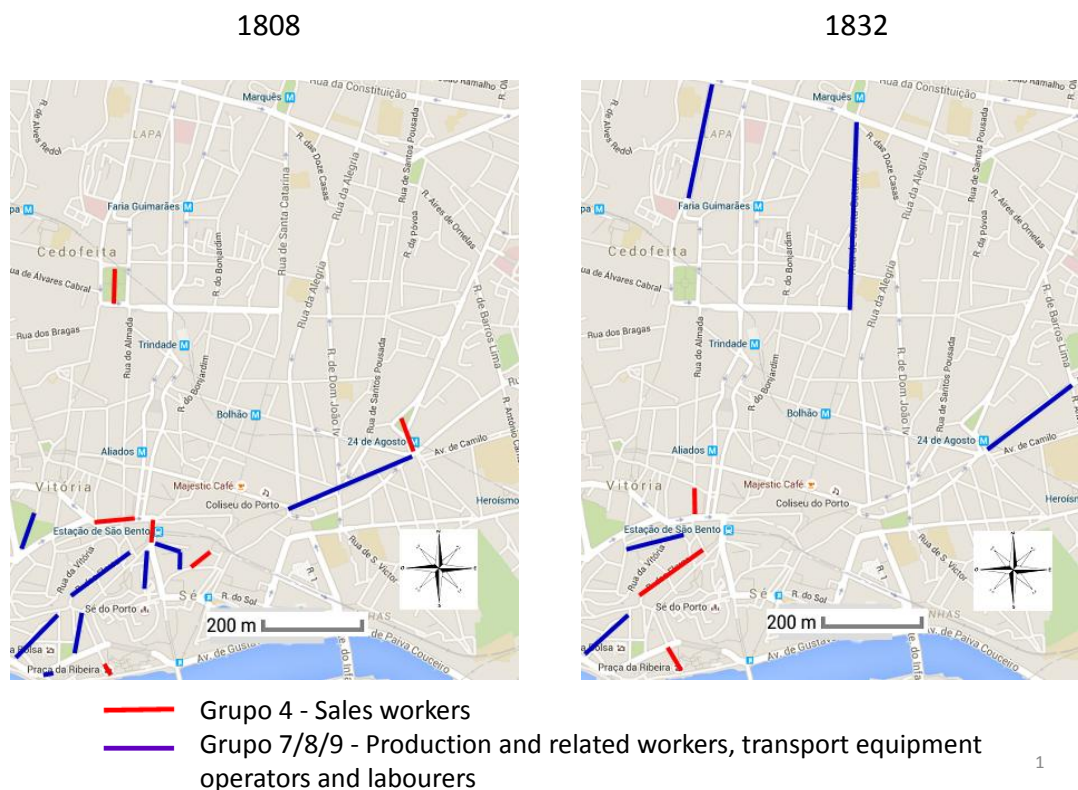


FIGURA 3-47: Artérias com forte associação de correspondência a *trabalhadores da produção* (grupo 7/8/9) e a *trabalhadores das vendas* (grupo 4), Porto, 1808 e 1832⁷⁰⁰

Uma abordagem simples, com fins ilustrativos, da distribuição espacial dos grupos ocupacionais mencionados já permite perceber alguma mudança da geografia ocupacional/social nos 25 anos que medeiam as cartas que compõem a figura acima. A análise da FIGURA 3-47 aprofunda-se alguns parágrafos à frente, na página 264 e seguintes.

⁷⁰⁰ Para fins ilustrativos imediatos e porque se manteve, nos casos assinalados, o traçado urbano, utilizámos excertos de cartas do <https://www.google.pt>, consultados e adaptados em Julho. 2015.

Igualmente as vias marginais ao centro reafirmam o papel das freguesias extramuros, na produção manufatureira portuense oficinal (por via deste fundo documental de 1832), mas também, industrial – como podemos confirmar pela observação da FIGURA 3-3 e FIGURA 3-4, ANEXO KK, relativos a 1813⁷⁰¹; confirme-se a importância da freguesia do Bonfim para esta abertura de manufaturas, já desde o último quartel do século XIX; ou Santo Ildefonso e Cedofeita.

Os restantes agrupamentos profissionais⁷⁰² exibem já a importância crescente das novas artérias: Almada, Cedofeita, Sto. Ovídio (atual praça da República), Santa Catarina, revelam o dinamismo possível, mas necessário, do extravasar das muralhas medievais. Em pontos anteriores do nosso estudo tivemos a oportunidade de comentar a composição profissional dividida, entre cerca de metade dos efetivos, ligados ao ‘negócio’; e a outra metade dos mesmos, de constituição relativamente heterogénea, nomeadamente para as ruas de Santa Catarina (onde, além de *negociantes*, há indivíduos *trabalhadores profissionais, técnicos e relacionados* da área da saúde (grupo 0/1), entre outros; e do Almada (existência de letrados, como *tabeliães*, entre outros), por exemplo.

3.2.4.3.2 Geografia ocupacional em 1808

Em 1832 conseguimos, pois, encontrar algumas relações claras entre espaços urbanos e grupos de ocupações. O que acontecia cerca de 25 anos antes? Conseguiríamos igualmente detetar *relações entre ocupações (grupos de) e a sua respetiva localização*?

Ponderámos de novo questões do foro metodológico relacionadas com o número de casos existente em cada artéria. Se em 1832 considerámos para este análise apenas artérias com mais de 50 casos; em 1808, com uma amostra de dimensão de cerca de metade da anterior, incluímos na análise apenas as vias com mais de 20 casos. Porque não só de estruturas, mas também de possíveis dinâmicas, tratou este trabalho, um segundo critério de inclusão foi utilizado, o de que apenas seriam incluídas artérias

⁷⁰¹ Dentre os autores frequentemente utilizados por nós, este traço foi sempre sublinhado: Pedreira, 1994; Serén e Pereira, 2000: 377-513; Moura, 1989; Cordeiro, 2006, entre outros.

⁷⁰² Concretamente, os grupos -1 (sem ocupação declarada), 0/1 (trabalhadores profissionais, técnicos e relacionados), 2 (trabalhadores administrativos e gerenciais), 3 (trabalhadores de escritório e afins) e 5 (trabalhadores de serviços).

existentes na amostra de 1832. Utilizou-se a mesma codificação para as artérias (ANEXO JJ).

As duas primeiras dimensões desta análise representam cerca de 77% da variação que se pretende explicar (*inércia*), o que significa que a análise possui uma forte capacidade explicativa das relações existentes no quadro (ANEXO II, cf. QUADRO II-4).

A FIGURA 3-48, abaixo, fornece-nos a representação simultânea das *artérias e dos grupos de ocupações* obtidos a partir desta análise de correspondência.

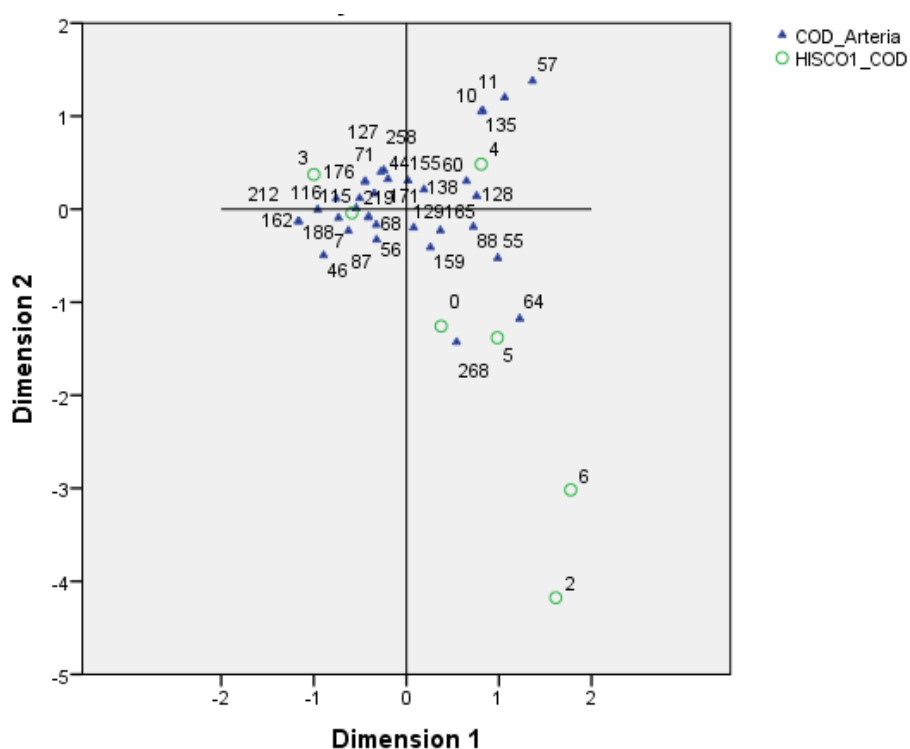


FIGURA 3-48: Ocupações (HISCO1) e Artérias, Porto, Imposto de 1808 (duas primeiras dimensões)

NOTA: Por questões de formatação gráfica, os grupos HISCO *Major* 0/1 e 7/8/9 surgem representados apenas pelo seu primeiro dígito.

LEGENDA:

Código	Artéria	Código	Artéria	Código	Artéria
10	Calçada dos Clérigos	87	Rua da Ferraria de Baixo	162	Rua de Santo Ildefonso
11	Campo Grande	88	Rua da Fonte Taurina	165	Rua de Trás
44	Largo do Olival	115	Rua das Congostas	171	Rua do Almada
46	Largo e Calçada do Corpo da Guarda	116	Rua das Flores	176	Rua do Bonjardim
55	Praça da Batalha	127	Rua de Cedofeita	188	Rua do Loureiro
56	Praça da Cordoaria	128	Rua de Cima de Vila	209	Rua do Souto
57	Praça da Ribeira	129	Rua de Cima do Muro	212	Rua dos Banhos
60	Praça de Santo Ovídio	135	Rua de S. Bento	214	Rua dos Caldeireiros
64	Praça Nova	138	Rua de S. Domingos	219	Rua dos Mercadores
68	Rua Chã	155	Rua de Santa Catarina	258	Travessa do Souto
71	Rua da Bainharia	159	Rua de Santo António	268	Vila da Neta
				273	Vila do Ferraz

O primeiro eixo (Dimensão 1) opõe os grupos ocupacionais HISCO *Major* 3 (trabalhadores de escritório e afins) e 7/8/9 (produção e trabalhadores similares, operadores de equipamentos de transporte e trabalhadores) aos restantes.

O grupo 3 está exclusivamente associado à artéria 176 (rua do Bonjardim); enquanto que à volta do grupo 7/8/9 gravitam as artérias 212 (rua dos Banhos), 162 (rua de Santo Ildefonso), 116 (rua das Flores), 115 (rua das Congostas), 188 (rua do Loureiro), 46 (largo e calçada do Corpo da Guarda), 87 (rua da Ferraria de Baixo), 56 (praça da Cordoaria).

O segundo eixo (Dimensão 2) opõe o grupo ocupacional 4 (trabalhadores de vendas), associado especialmente às artérias 60 (praça de Santo Ovídio), 128 (rua de Cimo de Vila), 135 (rua de S. Bento), 10 (calçada dos Clérigos), 11 (Campo Grande) e 57 (praça da Ribeira); aos grupos de ocupações 0/1 (trabalhadores profissionais, técnicos e relacionados), 2 (trabalhadores administrativos e gerenciais), 5 (trabalhadores de serviços) e 6 (trabalhadores da agricultura, pecuária e silvicultura, pescadores e caçadores). Estes, associam-se por sua vez e respetivamente à artéria 268, a vila da

Neta (no caso dos grupos 0/1 e 2); à artéria 64, Praça Nova (no caso do grupo 6) e ainda, 64 e 55 (praça nova e praça da Batalha, respetivamente), para o grupo 5 (trabalhadores de vendas).

Convirá especificar que a excentricidade do caso de associação grupo HISCO 3-rua do Bonjardim decorre da única existência dum *funcionário executivo do governo não classificado em outra parte*, código 31090⁷⁰³. É, pois, uma singularidade derivada do exercício em questão: existem na rua de Bonjardim 71 efetivos recenseados (3,1% do total de casos da lista do imposto de 1808), sendo que o único caso de codificação no grupo HISCO *Major* 3 reside lá.

A maior quantidade de artérias associadas às ocupações de laboração artesanal – e, em 1808, até, essencialmente, corporativo – esboça várias zonas. Uma zona perto do rio, centro medieval: as ruas dos Banhos, Congostas (ambas atualmente desaparecidas) e Ferraria de Baixo. Note-se que esta última continuará a manter, cerca de 25 anos depois, uma forte associação com a produção artesanal (grupo 7/8/9).

Uma outra zona se desenha, nos patamares que se vão ocupando, na cidade, subindo as encostas a partir do rio: partindo dos centrais cais da Ribeira e da Estiva, para NW surge a rua das Flores, em 1808 mais claramente associada às atividades de produção, do que em 1832 (em que a associação é predominantemente com o trato comercial); para NE, galgando o vizinho monte da Sé, o largo e calçada do Corpo da Guarda e depois, para E, a rua do Loureiro.

Continuando na direção leste, surge a rua de Santo Ildefonso como artéria importante na presença de produtores manufatureiros; sendo que no sentido contrário (W), será a praça da Cordoaria o lugar de eleição das ocupações agregadas nesta categoria.

Será importante notar que a clara associação entre ocupações da área da produção artesanal (grupo HISCO 7/8/9) e artérias se esboça de forma diferente, entre 1800 e 1832. Ocorre, de facto, uma mudança em termos socioespaciais (FIGURA 3-47).

⁷⁰³ Código HISCO Minor 3-1; Government Executive Officials (31090 - Government Executive Officials Not Elsewhere Classified); *comarqueiro*.

Se em 1808 o desenho das vias fortemente associadas a tais ocupações se assemelha a uma flor, de bolbo ribeirinho (Banhos-Congostas-Ferraria de Baixo), desenvolvendo-se depois as pétalas tanto nas direções noroeste (NW) (Flores, Cordoaria) e nordeste (E) (Corpo da Guarda, Loureiro, Santo Ildefonso); cerca de 25 anos mais tarde, da concentração ribeirinha sobra uma das artérias (Ferraria) a que se aduz outra (Caldeireiros), mas de cota mais alta na encosta do grande monte da Vitória. Todas as restantes vias de forte associação com estas atividades laborais produtivas, galgaram montes e espaços, espalhando-se bastante a norte (N) (Rainha e Bela da Princesa) e nordeste (NE) (senhor do Bonfim) (FIGURA 3-47), em processo que antecipa a anexação destas zonas em freguesias da cidade, nos anos a seguir (Paranhos, em 1837; Bonfim, em 1841).

Também é interessante observar a concentração que entre 1808-1832 no tocante ao importante grupo ocupacional *de vendas* (HISCO 4). Já acima notámos que em 1832 ocorre uma concentração em três artérias (Flores, Hortas, Nova dos Ingleses). Em 1808, a associação dos trabalhadores na área com logradouros era forte em variados, e significativos, pontos. Ligam-se as trocas negócios aos pontos dispersos na cidade, mas reconhecidos pela troca intensa. Enumerando de norte (N) para sul (S): praça de Santo Ovídio (atual praça da República), a norte; rua de S. Bento, calçada dos Clérigos e tradicionalíssima praça da Ribeira, a sul. Depois, no sentido nordeste, o Campo Grande e a rua de Cimo de Vila, que fornece acesso à concorrida zona da Batalha.

Algumas zonas manter-se-ão contíguas denotando não identificação, mas manutenção das atividades em áreas contíguas; a saber, a rua Nova dos Ingleses (1832) e a praça da Ribeira (1808); a rua das Hortas (1832) e a calçada dos Clérigos (1808).

Note-se a singularidade da praça Nova surgir com forte associação especificamente ao grupo ocupacional 6 (*trabalhadores da agricultura, pecuária e silvicultura, pescadores e caçadores*), quando seria expectável a sua associação, por exemplo, ao grupo 4, dos *negociantes*. A praça Nova, contígua à antiga zona da porta de Carros e local de troca, feiras e passagem desde pelo menos há 2 séculos; irá ganhando importância não só económica, como cívica, tendo recebido a Câmara Municipal em

1819 e vindo a ser arborizada em 1838⁷⁰⁴. A explicação reside na utilização do espaço para troca de produtos alimentares.

Igualmente os *trabalhadores de serviços* (grupo HISCO 5) revelam forte associação com a praça Nova (já atrás mencionámos a frequente implantação de serviços de ‘restauração’ cerca das zonas de entrada da cidade; e de circulação forte, como acontecia na praça da Batalha).

3.2.4.3.3 Geografia ocupacional em 1800

Igualmente buscámos detetar relações entre ocupações (grupos de) e a sua respetiva localização em 1800.

Em 1800 existem apenas 8 artérias, pelo que todas foram incluídas na análise de correspondência. Utilizou-se a mesma codificação para as artérias (ANEXO JJ).

As duas primeiras dimensões desta análise representam cerca de 81% da variação que se pretende explicar (inércia), o que significa que a análise possui uma forte capacidade explicativa das relações existentes no quadro (ANEXO II, cf. QUADRO II-5).

A FIGURA 3-49 fornece-nos a representação simultânea das *artérias e dos grupos de ocupações* obtidos a partir desta análise de correspondência.

⁷⁰⁴ Serén e Pereira, 2000: 384.

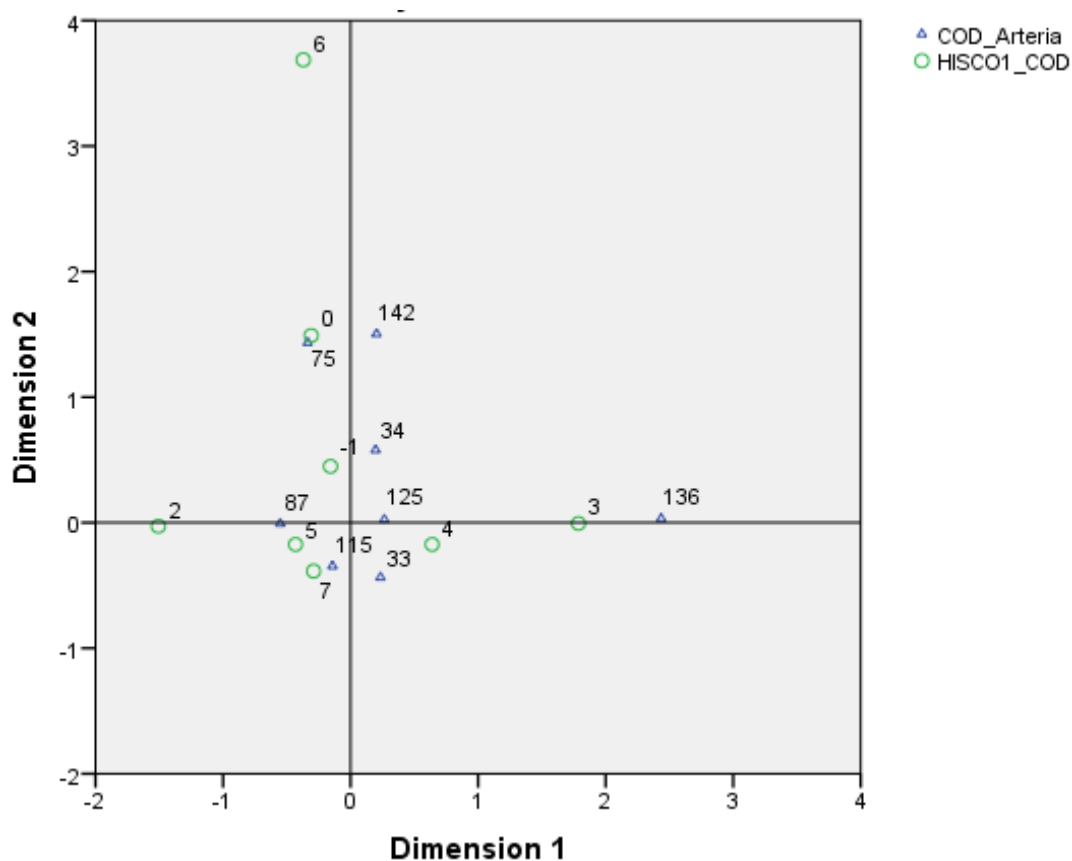


FIGURA 3-49: Ocupações (HISCO1) e Artérias, Porto, Lista de 1800 (duas primeiras dimensões)

NOTA: Por questões de formatação gráfica, os grupos HISCO *Major* 0/1 e 7/8/9 surgem representados apenas pelo seu primeiro dígito.

LEGENDA:

Código	Artéria	Código	Artéria
33	Largo de S. Domingos	115	Rua das Congostas
34	Largo de S. João Novo	125	Rua de Belmonte
75	Rua da Biquinha	136	Rua de S. Crispim
87	Rua da Ferraria de Baixo	142	Rua de S. João Novo

A leitura da FIGURA 3-49 permite verificar que o primeiro eixo (Dimensão 1) opõe o grupo ocupacional HISCO 3 (*trabalhadores de escritório e afins*), fortemente

associado à artéria 136 (rua de S. Crispim); ao grupo 2 (*trabalhadores administrativos e gerenciais*), exclusivamente associado à artéria 87, rua da Ferraria de Baixo.

O segundo eixo (Dimensão 2) opõe os grupos ocupacionais 6 (*trabalhadores da agricultura, pecuária e silvicultura, pescadores e caçadores*), 0/1 (este último, claramente associado às artérias 75 e 142, respetivamente rua da Biquinha e rua de S. João Novo), -1 (*sem ocupação declarada*, associado à artéria 34, largo de S. João Novo); às restantes categorias.

Os conjuntos ocupacionais 5 (*trabalhadores de serviços*) e 7/8/9 (*produção e trabalhadores similares, operadores de equipamentos de transporte e trabalhadores*) estão muito correlacionados entre si e associados à artéria 115, rua das Congostas.

Por sua vez, o grupo ocupacional 4 (*trabalhadores de vendas*) está associado às artérias 33 e 125, i.e., largo de S. Domingos e rua de Belmonte.

Devido ao facto de já termos efetuado uma verificação das dinâmicas socioeconómicas e urbanas das oito artérias do centro do Porto nas primeiras décadas do século XIX, por via da análise da evolução dos respetivos perfis ocupacionais (ponto 3.2.2.), não aprofundamos a exploração da análise de correspondência em 1800.

Destacaremos apenas e primeiramente, a forte associação dos trabalhadores da produção (7/8/9) na rua das Congostas, traço espacial que perdura nas décadas seguintes (ruas medievais do centro citadino mantendo forte ligação à manufatura); bem como a ligação dos trabalhadores de serviços (5) à área, particularmente nas tarefas de venda de bens alimentares, que já atrás denominámos por ‘restauração’.

Seguidamente, a permanência dos *negociantes* (essencialmente, eles; grupo HISCO 4) em logradouros contíguos aos detetados para 1808 e 1832 como sendo os de forte associação com estas profissões: tanto o largo de S. Domingos como a rua de Belmonte, são vizinhos da rua das Flores (o primeiro, mais do que o segundo).

4. CIDADE E REGIÕES

Perto de uma grande árvore, a erva não está coberta de geada
Provérbio chinês⁷⁰⁵

4.1 Movimentos migratórios e mercado de trabalho

Não se entenderiam os homens e o espaço do Porto sem se procurar saber das suas origens e percursos, que vão moldando as vidas, mas também os espaços e respetivas dimensões económicas e sociais na trama cidadina. *“O estudo dos fluxos migratórios constitui uma etapa necessária para a clarificação de temas como a constituição de mercados regionais ou nacionais de trabalho, a variância dos salários reais ou as dinâmicas de crescimento da população”*⁷⁰⁶.

Não se nasce simplesmente no Porto, nem sequer se desenham apenas vidas no mesmo: o Porto é plataforma de chegada e partida, especialmente além-mar (Brasil); lugar conquistado pela cidade em movimentos migratórios continuados desde séculos atrás no contexto peninsular e que, duma maneira geral, funcionavam nos sentidos norte-sul e interior-litoral⁷⁰⁷. As migrações, internas no caso que nos interessa, são temática bem delimitada de estudos que sublinham a sua importância na exploração da economia e dinâmicas sociais do passado⁷⁰⁸ e o reconhecimento da intensidade e especialmente, da complexidade do fenómeno levou até à utilização do conceito de “mobilidade”, em vez de “migração”⁷⁰⁹. Porque neste capítulo a questão será meramente afluída, levando embora em conta ambos os conceitos, utilizaremos mais frequentemente o segundo.

⁷⁰⁵ Sha, 2003: 34.

⁷⁰⁶ Silva, 2009: 375.

⁷⁰⁷ Daveau, 1987: 782-786 cit. in Vidal, 2006: 166.

⁷⁰⁸ Cf. por exemplo autores sublinhados por Álvaro Ferreira da Silva nas pp. 375-376 de Silva, 2009.

⁷⁰⁹ Hochstadt, 1999; ou Siddle, 2000; ambos citados por Silva, 2009: 375-376.

Sabemos da vinda para a cidade, frequentemente em busca de trabalho. Quem, com que idades com que tipo de percurso uma vez em espaço urbano?

Tínhamos acesso sistemático, embora não harmonizado toponimicamente, à *naturalidade* e *idades* dos indivíduos do sexo masculino no fundo documental de 1800 (com todas as limitações inerentes à amostra já anteriormente explicitadas⁷¹⁰).

Nenhum dos outros fundos documentais nos fornecia este tipo organizado de dados, pelo que prosseguimos com esta documentação umas das linhas do nosso plano de trabalho, a da prossecução do vaivém entre escalas, do geral ao particular, dos esboços genéricos aos grupais e às biografias familiares e individuais. Assumindo a natureza indireta, variada e frequentemente parcelar das fontes para o estudo dos padrões de mobilidade interna⁷¹¹, procedemos a uma *análise da distribuição por idades por entre a população de imigrantes citadinos do género masculino em 1800* (ver FIGURA 4-1) para concluir, logo à partida, da persistência de imigrantes na urbe até às idades mais avançadas.

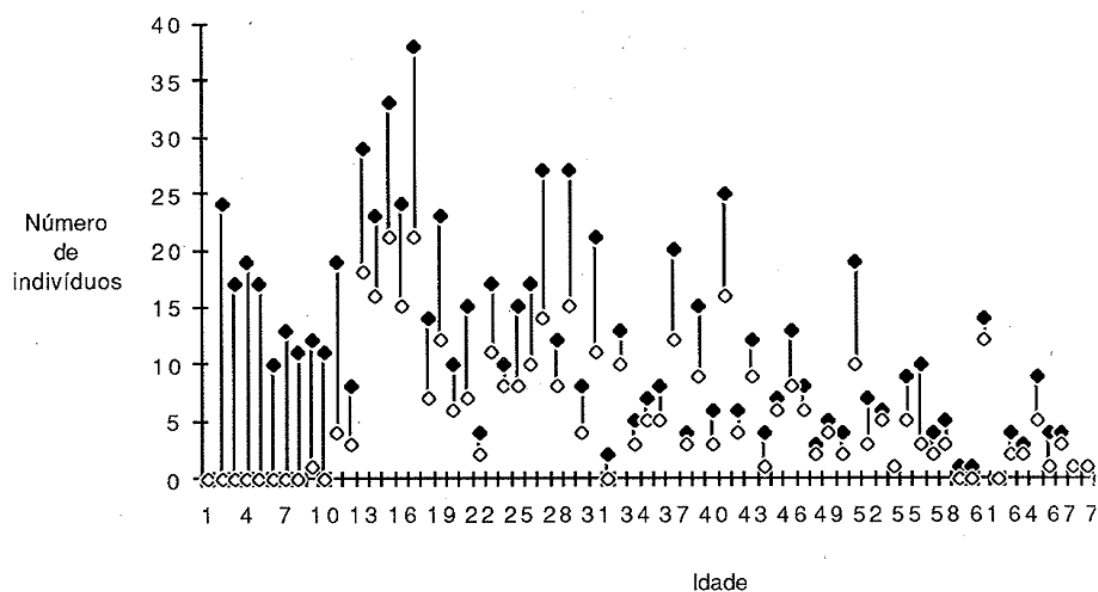


FIGURA 4-1: Distribuição por idades do total da população e da população imigrante

NOTA: Círculos pretos indicam números referentes à população total em cada idade, círculos brancos apontam a quantidade de indivíduos imigrantes na mesma idade..

⁷¹⁰ Uma população de 863 indivíduos, em 8 artérias centrais duma cidade que contava então já com cerca de 44 000 indivíduos.

⁷¹¹ Silva, 2009: 376.

São resultados coerentes com este tipo de análises: emigrava-se para o Porto para trabalhar, casar, enfim, fazer vida, fixando-se ali o indivíduo em muitos dos casos. É a partir dos 12 a 13 anos que o número de imigrados aumenta de forma sensível, explodindo por volta dos 15 anos. Sendo esta a idade de início do aprendizado, parece claro que se vem para a cidade buscar trabalho, frequentemente para casa de familiares ou conhecidos dos locais de origem, percursos talvez ligados a projetos migratórios de ‘germinação familiar’. Nas oito artérias em estudo, a frequência de registo de existência de pessoal doméstico ou ‘pessoa da casa’ é de 38,37%⁷¹², reiterando as teses da ‘família ocidental’ que nos clássicos estudos de há já meio século Lasslett, Wall e respetiva equipa lançaram: esta ‘família ocidental’ caracterizar-se-ia por predominância da família nuclear, quanto à estrutura do grupo familiar; mas também pela existência de numerosos domésticos, ligados à família e reconhecidos como membros dela⁷¹³. A maior mobilidade nestas idades constitui-se no período pré-matrimonial e a vinda para a cidade favorecerá, aos olhos do investigador do futuro, o estabelecimento duma relação entre mobilidade e padrão de casamento⁷¹⁴.

Outro foco de idades em que a imigração para o Porto aumentava eram os 28-34 anos, quando o indivíduo se encontrava no apogeu da força de trabalho.

O total de imigrados existentes no momento da construção da lista (1800) começa a diminuir a partir dos 20 anos, mantendo a tendência de baixa lenta até às idades mais avançadas. Note-se que as diferenças entre número total de indivíduos arrolados e número de imigrados, muito grandes nos anos iniciais de vida e ainda marcadas até perto dos 30 anos, se vão atenuar sensivelmente após os 40 anos de idade, indiciando prováveis: 1. migrações intraurbanas (estabelecimento próprio noutro lado da cidade); 2. migrações regionais; 3. reemigração (Brasil?); uma vez completada a aprendizagem dos mesteres e/ou ainda nas idades de oficialato.

Nas idades mais avançadas, encontramos números praticamente iguais de imigrantes e de nascidos no Porto.

⁷¹² 330 casos em cerca de 860.

⁷¹³ Lasslett e Wall, 1972; Lasslett, 1983.

⁷¹⁴ Silva, 2009: 376; mas também, e com perspectiva diversa, citando obra diferente da nossa mas que toca em pontos contíguos, Vidal, 2006: 183-214, especialmente 183-191.

4.1.1 Naturalidade e percursos

4.1.1.1 O que diziam os documentos

Já atrás inicialmente abordada em relação com a variável ‘idade’, a *naturalidade* dos indivíduos surgiu enquanto variável importante para a interrogação da *ligação da cidade com outras regiões*. Questionar as origens dos indivíduos permitiria a deteção dos movimentos migratórios em causa. Novamente, a estrutura dos censos em comparação introduziu restrições às interrogações, uma vez que no caso da construção da lista das Ordenanças (documentação de 1800) havia especial interesse em indivíduos de origem portuguesa, enquanto em 1832 o registo é claramente assistemático. Em 1813, o registo da naturalidade é sistemático, mas a uniformidade da designação do local é, como habitualmente acontece, extremamente desigual em diversas dimensões (lugar, região, aldeia, entre outros) e falha de contexto (para uma “Póvoa de Baixo”, quantas repetições locais, regionais ou nacionais?).

Igualmente neste ponto do nosso trabalho, e em forte conexão com os cartógrafos que nos auxiliaram, foi imperiosa a necessidade de *harmonização* dos dados. Num primeiro passo, era indispensável harmonizar por ‘dimensão’ (escolhendo concelho, distrito, país, dependendo do momento e fins do exercício em causa e referenciando a designação documental a tal critério unificador). Num segundo passo, era necessário harmonizar a própria designação do local com a correspondente toponímica atual (unificação das localidades indicadas – aldeias, lugares, vilas, cidades, entre outras) a fim de se conseguir efetuar trabalho sobre os dados em causa. Foram-nos preciosos no processo instrumentos de consulta vários (reportórios toponímicos, enciclopédias da época...), com relevo para os trabalhos desenvolvidos por Luís Espinha da Silveira⁷¹⁵.

Dos fundos documentais trabalhados, utilizámos informação acerca da naturalidade dos indivíduos referente a 1800, de 1813 e de 1832.

⁷¹⁵ Consultámos o site construído na internet por uma equipa liderada pelo mesmo autor, atualmente (Setembro 2015) com a morada <http://atlas.fcsb.unl.pt/cartoweb35/atlas/>. Tal trabalho prosseguiu uma aplicação dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) à História a partir da utilização documental de cartas, memórias paroquiais e censos, entre 1801 e 2001. Concomitantemente, do mesmo autor, consultámos em papel e posteriormente, PDF - *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849*. (s.l.): Instituto Nacional de Estatística/INE, 3 vols., 2001.

Relativamente à primeira e última datas em causa (respetivamente, 1800 e 1832), algumas conclusões puderam ser deduzidas: 1. A tendência para o registo de indivíduos naturais do país é evidente em 1800; o contrário acontece em 1832, i. e., indica-se a naturalidade do representante do alojamento preferencialmente quando a mesma não é portuguesa (até porque era razão possível para isentar do aboletamento o alojamento em causa); 1.1. manutenção de proporções semelhantes de estrangeiros face à população total, que contabilizam 3, 79% dos cabeças de casal⁷¹⁶ em 1800 e 3,66% em 1832⁷¹⁷; 2. Em ambos os marcos temporais os países de origem mais importantes são a vizinha Espanha, com predominância da indicação da Galiza; o Brasil e a Inglaterra, seguidos residualmente da zona alemã (Hamburgo) e da Suíça; 3. A rua de S. João Novo, reconhecida artéria mercantil, aparenta ser a mais cosmopolita com a presença de espanhóis e ingleses em quase 1/10 dos cabeça-de-casal, seguindo-se-lhe a rua de Belmonte com proporção semelhante; 4. Se a rua de S. Crispim apresenta ausência de estrangeiros em ambas as datas, o largo de S. João Novo exhibe uma evolução inversa à das ruas da Biquinha, Ferraria de Baixo e das Congostas, respetivamente, surgimento de elementos estrangeiros do primeiro, para o segundo patamar temporal (largo de S. João Novo) e desaparecimento dos elementos estrangeiros presentes, entre a primeira data e a segunda datas analisadas (na Biquinha, Ferraria de Baixo e Congostas)⁷¹⁸.

4.1.1.2 Ligação espaço urbano – regiões por percursos migratórios e interação económica

A *ligação espaço urbano-arco regional*, por via da *migração*⁷¹⁹ Porto-regiões norte e duriense, era um dos factos emergentes do nosso estudo, já tem vindo a ser reiteradamente afirmado. É dado que ficou confirmado para este primeiro terço do século XIX, de forma quantitativa, detalhada e cartograficamente legível, mesmo que

⁷¹⁶ 12 indivíduos num total de 317.

⁷¹⁷ 10 casos em 273.

⁷¹⁸ ANEXO LL, QUADRO LL-1.

⁷¹⁹ Entendendo de forma básica por *Migração*: “Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com intenção de mudar de residência de forma temporária ou permanente. A migração subdivide-se em migração internacional (migração entre países) e migração interna (migração no interior de um país)”, in <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5747>, consultado em Janeiro. 2015.

nos encontrássemos numa situação prévia a qualquer nítido arranque industrial⁷²⁰ (FIGURA 4-2, FIGURA 4-3 e FIGURA 4-4).

Ressalvemos que a nossa abordagem parte (e praticamente termina) do (no) que poderíamos designar por ‘efeitos das migrações’ (no caso concreto, nomeadamente a composição da população na cidade), e que o que se busca é atestar dos locais de origem e respetivas evoluções dos fluxos de gentes. De novo lembramos que não pretendemos abranger o fenómeno migratório na sua complexidade (a ‘mobilidade’, nomeadamente), área temática que envolve, por exemplo, saber além dos locais, das condições de partida; das dinâmicas familiares e individuais (‘germinações familiares’) e ‘projetos migratórios’⁷²¹; dos impactos locais e regionais de crises materiais de níveis diversos, desde as de subsistência, às comerciais e financeiras... Ultimamente tem-se renovado a demonstração, inclusive, de que, em certas zonas europeias e no século XIX, para além de todos esses fatores, ponderaria mais no fluxo migratório o peso da tradição, a pré-existência de tal corrente⁷²².

O Porto parece-nos, pois, integrado em redes migratórias campo-cidade bastante remotas e costumeiras. O crescimento demográfico citadino, mesmo com ‘refreamento’ ou ‘estagnação’ para a época (cf. QUADRO 1-1), desvia inevitavelmente as atenções para as *migrações campo-cidade*. A sociedade tradicional portuguesa mantinha formas migratórias antigas e tradicionais, plasmadas nos movimentos sazonais de mão-de-obra, maioritariamente nos casos rurais; e constantes, embora de ritmo pulsar, movimentos alimentadores das cidades. Mais, havia um peso também tradicional de migrações intercontinentais, mesmo que não de grande importância até à época que nos ocupa⁷²³.

No caso portuense, a dificuldade de se trabalharem dados quantitativos de qualidade fiável para épocas recuadas permite uma perceção empírica forte, embora com inegáveis falhas documentais quantitativas. Sabe-se que o Porto foi placa giratória de gentes de Entre-Douro-e-Minho, Galiza, vale do Douro, zonas de Viseu, citando as mais importantes. Estudos exploratórios baseados em registos de casamentos nas freguesias de Cedofeita e Santo Ildefonso para o primeiro terço do século XIX revelam

⁷²⁰ Lucassen e Foner, 2002: 102; mas também Lesger, Lucassen e Schrover, 2002: 29-50.

⁷²¹ Rosental, 1999: 215 cit. por Vidal, 2006: 177. As páginas de Vidal dedicadas à questão das ‘migrações’ foram uma influência clara para nós neste campo, concretamente: 165-190.

⁷²² Deschachta e Winterb, 2015: 32-52.

⁷²³ Leite, 2005: 68.

mais de 70% de casamentos envolvendo pelo menos um dos elementos com naturalidade exterior à cidade, o que indicia uma “*abertura migratória que não seria facilmente superada nas décadas seguintes, apesar de a componente industrial aumentar o número e diversidade das oportunidades de emprego*”⁷²⁴. Também se encontra atestada a importância da cidade nortenha como ponto de emigração para o Brasil, e retorno desses emigrados⁷²⁵. Não obstante, as obras mais utilizadas sobre a cidade referem-se quase sempre a dados analisados para pós-meados do século XIX⁷²⁶. Avançamos, pois, com alguns elementos, também exploratórios, mas quantificados e claramente da 1ª metade do século XIX.

Para a entrada do século XIX, pudemos documentar polos de proveniência das migrações para o Porto, que, cartografados, denotam a existência de redes migratórias claras. Vejam-se as zonas de *Viseu*, toda a região de *Entre-Douro-e-Minho* e todo o *vale do Douro* que emergem como os três (3) grandes polos alimentadores da população urbana portuense (FIGURA 4-1).

⁷²⁴ Leite, 2005: 69, citando estudo de Pereira, 1990.

⁷²⁵ Alves, 1994.

⁷²⁶ Serén e Pereira, 2000: 400-415; concretamente, década de 1860, de 1880, de 1890, e ainda 1911 para dados sobre Cedofeita (p. 404); décadas de 1850, de 1870, 1880 e até 1908, para a emigração legal com destino no Brasil (pp. 406-407); décadas de 1870 a 1890 quanto a índices de fertilidade (p. 411); década de 1890 para índices de nupcialidade (p. 413); para citar alguns exemplos, contextualizados, é certo, por dados de épocas anteriores, essencialmente assentes em Rebelo da Costa e Ricardo Jorge.

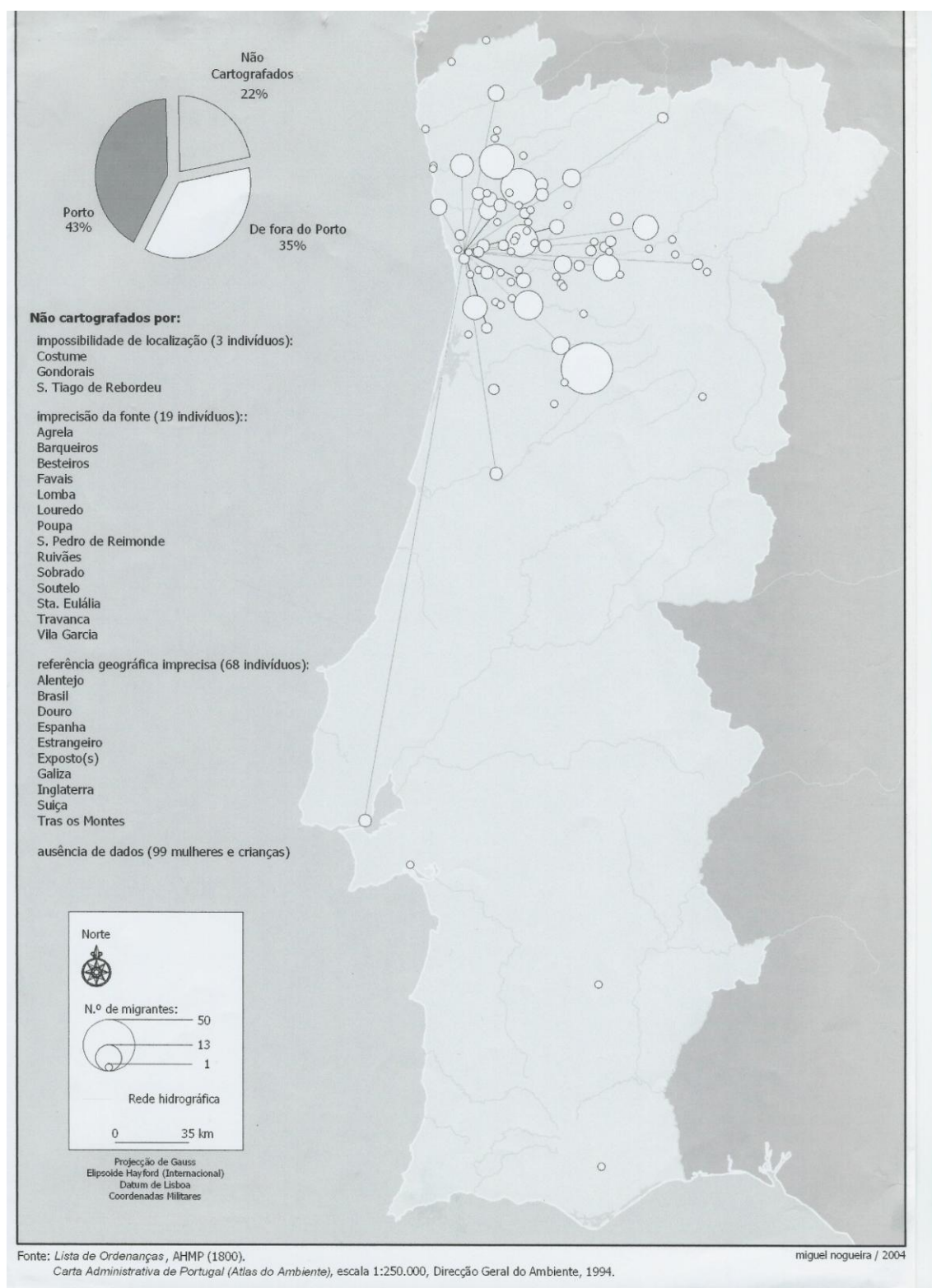


FIGURA 4-2: Locais de proveniência das migrações para o Porto (Lista de 1800)⁷²⁷

⁷²⁷ Mapa já produzido, apresentado e explorado por nós em Fernandes, 2005: 58 e 56-59.

Mais, e apenas raspando ao de leve a complexa construção do ‘fluxo migratório’ e respetiva ‘rede’, pudemos, para 1800, determinar alguns mecanismos relacionais, como *correlação entre locais de origem e grupos de ocupações*, permitindo o indiciar do *reagrupamento familiar* na cidade. Este, entendido nas suas relações formais e informais, por integração do recém-chegado no ofício do familiar residente – percursos espaciais geradores de percursos ocupacionais, realidades demográficas migratórias prováveis propiciadoras parciais da realidade económica urbana⁷²⁸. *Soqueiros* e *sapateiros*, ligados a Arouca, Feira e Viseu (concelhos)⁷²⁹; os *serralheiros* e *enxamladores* ligados ao vale do Douro (Marco de Canavezes e Sabrosa)⁷³⁰; e ligações mais ténues, mas sugestivas, ao Minho – *sirgueiros*, *caixeiros* e *negociantes* oriundos de Guimarães⁷³¹; mas também, de Braga (*caixeiros*), Penafiel (*enxamladores*) e Barcelos (*sirgueiros*)⁷³².

Não pudemos corroborar tão sugestivos indícios sócio ocupacionais para datas posteriores, dado que a documentação não o permitia. Fica este primeiro e aproximativo exercício.

Na linha das preocupações já estabelecidas em parágrafos acima – relação locais de origem dos indivíduos-cidade - prosseguimos a construção dum sequência de cartas, com base em documentação original; e sua respetiva comparação para datas diversas deste primeiro terço do século XIX.

Obtivemos a *confirmação e corroboração das tendências migratórias em termos de fluxos regiões-cidade*. Mais, atestamos uma pesada proporção de residentes não autóctones, a roçar a metade da população da amostra (1800) ou ultrapassando-a, até (1813), uma situação demográfica exemplificativa do crescimento das cidades de

⁷²⁸ Fernandes, 2005: 59; citando aliás trabalhos conhecidos de Maurice Garden, Jean-Luc Pinol, Simona Cerrutti; entre outros.

⁷²⁹ 38,5%, 30,8% e 20,3% do total de indivíduos registados na ocupação, respetivamente.

⁷³⁰ Respetivamente 16,7% e 15,5% do total de listados em cada ocupação.

⁷³¹ Respetivamente, 14,8%, 14,8% e 10,3% do total de indivíduos listados em cada uma dessas ocupações.

⁷³² 13,1%, 12,1% e 11,1%, respetivamente, para cada total de efetivos por ocupação.

média-grande dimensão, para os séculos XVIII e especialmente XIX, considerada frequentemente como “*a chave do crescimento*”⁷³³.

A FIGURA 4-3, construída a partir do “*Mappa das Fábricas da Comarca do Porto (...)*” de 1813, permite detetar: 1. a forte(íssima) atração da zona concelhia e seguidamente, distrital da cidade; mantendo, claramente: 2. a rota duriense em utilização; 3. a região minhota como fornecedora de gentes; 4. a região do interior transmontano e pontos próximos da fronteira, como áreas de ligação de intensidade algo menor, mas constantes, no tempo; 5. a ligação Lisboa-Porto, cujo movimento, nos dois sentidos, se irá fortalecendo ao longo do tempo e muito para além da época aqui abordada.

Considerando o que, em termos de incidência social do fenómeno migratório conjuntamente com as áreas de recrutamento dos emigrantes, foi destacado, para estudo sobre Lisboa, em período coevo ao que nos ocupa⁷³⁴, poderemos aventar algo sobre o poder de atração da cidade do Porto, especialmente no tocante àqueles que se ocupavam de tarefas semiespecializadas ou especializadas no mundo da produção (raios migratórios atingindo concelhos limítrofes ou percursos um pouco mais longos, de alguns dias) e àqueles que, trabalhando à jorna ou em ofícios menos especializados, percorriam as distâncias mais longas.

Mas, como frequentemente acontece, outros dados e pontos de vista podem favorecer conclusões inesperadas: veja-se a conhecida migração de artífices da seda vinda de Trás-os-Montes⁷³⁵ (dos maiores raios migratórios detetados).

Trabalhando sobre os mesmos dados de 1813, avança Madureira estar perante “*uma forte corrente migratória das aldeias e vilas em direção à cidade do Porto*”, e, tratando-se de população manufatureira, ser este fluxo “*uma transferência seletiva de mão-de-obra de indústrias rurais para fábricas urbanas*”⁷³⁶, pois quem vem para a cidade traz experiência acumulada no interior.

⁷³³ Garden, 1975: 85. Em Lyon, no século XVIII, mais de metade dos residentes em cada geração eram naturais de fora da cidade.

⁷³⁴ Silva, 1993.

⁷³⁵ Madureira, 1996: 438.

⁷³⁶ Madureira, 1996: 293.

Duas diferenças se notam na cartografia das migrações das nossas amostras de 1800 e 1813: 1. a emergência da zona aveirense como alimentadora da cidade; 2. a ausência do polo de Viseu enquanto alforge de gentes para o Porto.

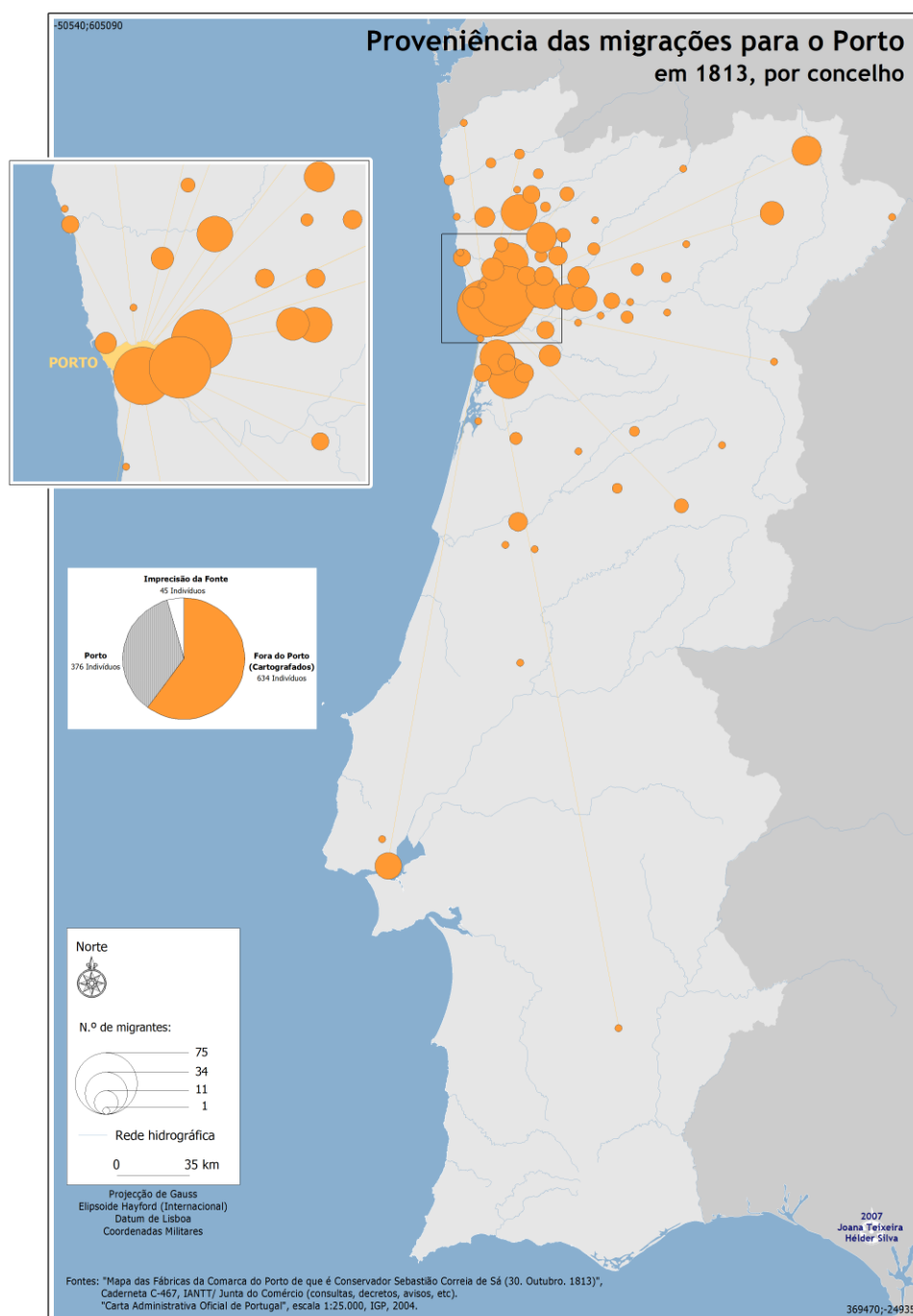


FIGURA 4-3: Locais de proveniência das migrações, por concelho, para o Porto (Mapa das Fábricas de 1813)⁷³⁷

⁷³⁷ Estavam incluídos na amostra cartografada 1010 indivíduos cujo local de proveniência pôde ser atribuído. 45 casos não puderam ser cartografados, devido a imprecisão da fonte. Tal amostra resultou da listagem de empregados, de ambos os sexos, nas fábricas do “*Mappa das Fábricas da Comerça do Porto (...)*” de 1813.

Tais diferenças não serão, por ventura, significativas, conhecido que é o ‘raio elástico’ de ligações Porto-regiões, em diversas dimensões (não apenas a espacial); e a FIGURA 4-4 isso mesmo demonstra.

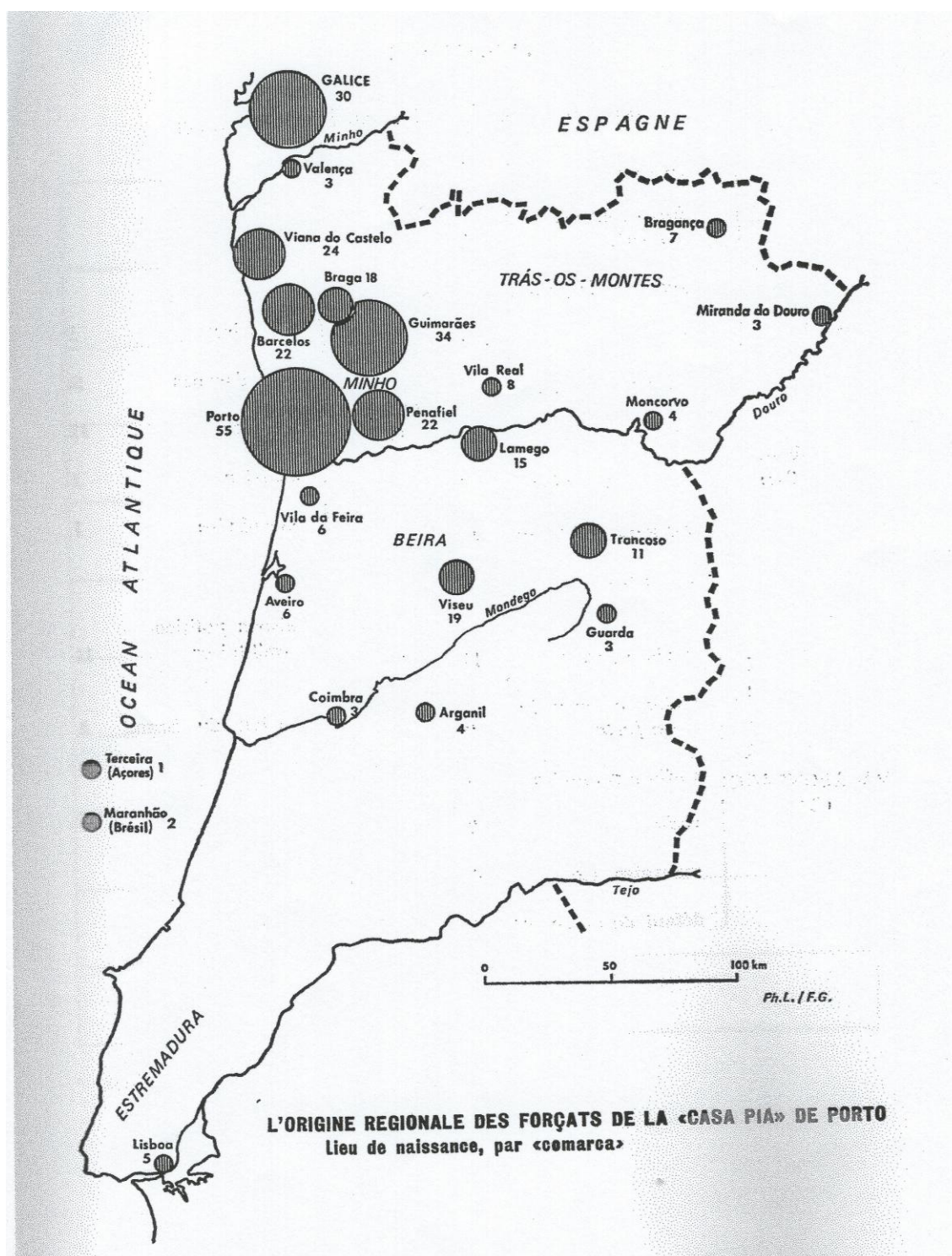


FIGURA 4-4: Locais de proveniência das migrações, por comarca, para o Porto
(“Livro mestre dos assentos dos prezos”, 1821-1832)⁷³⁸

De novo se afirmam as zonas alimentadoras de gentes para o Porto, do concelho do Porto, da área de Entre-Douro-e-Minho, do vale do Douro, alguns dos polos interiores,

⁷³⁸ Loupès, 1984: 57-92, sendo esta Figura retirada da p. 81.

seja em Trás-os-Montes, seja na Beira; a zona de Aveiro, a constância da ligação a Lisboa... e de Viseu.

Lembremos que o esboçar de linhas de movimentações de gentes não são somente ‘caminhos de gentes’, são, antes do mais, ‘caminhos’:

“a produção serrana [de lanifícios, em particular] (...) é conduzida às feiras de Mangualde e de Viseu, onde concorrem numerosos comerciantes, principalmente do Porto, que se encarregam de colocar as fazendas em Trás-os-Montes e no Minho – províncias que mais as consomem – ou que as exportam para a Galiza e para o Rio de Janeiro”⁷³⁹.

O Porto surgia de novo nestes circuitos como plataforma de reexportação, se não tanto de pessoas até meados do século XIX - pois até 1850 raramente se ultrapassam as 2 mil saídas legais por ano pela barra do Douro⁷⁴⁰ - pelo menos, no fornecimento de produtos locais e regionais para terras além-mar, como aliás demonstrou V. Alexandre⁷⁴¹, por via duma criteriosa conferência e correção da sistematização interna da discriminação dos produtos das ‘Balanças do Comércio’.

Só após os meados do século XIX assumirá o Porto o papel de “*grande cais de emigração do reino*”⁷⁴², questão que por agora não nos ocupa.

A análise das sucessivas cartas, em décadas diferentes e sequenciais, mesmo que apenas exploratória, permitiu verificar da *constância e composição por naturalidades dos habituais fluxos migratórios regiões-cidade do Porto*.

A interação económica centro urbano-região, uma das preocupações norteadoras do estudo (saber da, e como), *foi-nos* assim *sugerida* e probabilisticamente comprovada por vários sectores:

1. importantes correntes migratórias comprovadas, partindo de bases documentais diversas e de raio relativamente pouco elástico no tempo, com prováveis características

⁷³⁹ Pedreira, 1994: 84.

⁷⁴⁰ Alves, 1994: 228, “Quadro 5.9a- Emigração do distrito do Porto – naturalidades dos titulares de passaportes (1836-49)”.

⁷⁴¹ Alexandre, 1992: 25-32.

⁷⁴² Serén e Pereira, 2000: 406.

de germinação local familiar e reagrupamento familiar na cidade, muitas vezes nas mesmas ocupações ou oficinas/'fábricas' (veja-se o caso das oficinas de 1800, exploradas em trabalho nosso anterior⁷⁴³);

2. migrações inter-regionais que fornecem mão-de-obra barata e ora possuidora de uma experiência ocupacional já construída na terra natal (exemplo do fabrico de seda e tecidos mistos da mesma, com os indivíduos vindos da zona de Bragança⁷⁴⁴, e exemplos vários comprovados de ligação foco espacial de proveniência do indivíduo-ocupação cidadina⁷⁴⁵); ora pouco especializada, numa época em que sabemos que a concorrência contextual levava os proprietários e negociantes a procurarem precisamente este tipo de mão-de-obra⁷⁴⁶, face às resistências das corporações a investidas diversas por parte de negociantes.

Como lembra Madureira discutindo o recrutamento dos operários das fábricas entre 1771 e 1831, relativamente ao seu local de origem, “(...) a *expansão do artesanato urbano e das fábricas particulares funciona como o principal catalisador da mobilidade geográfica do trabalho durante o antigo regime*”⁷⁴⁷, parecendo que manufaturas régias e indústrias urbanas particulares funcionavam de modo inverso quanto ao impacto na mobilidade demo-urbana; já que as primeiras, fixavam os artesãos na região de origem, enquanto as segundas, recrutavam mão-de-obra semiespecializada das regiões em volta.

A cidade é um modo de encontrar subsistência, neste primeiro terço do século XIX e apresenta simultânea e sucessiva, mas não organizadamente, no espaço e tempo: zonas relativamente bem desenhadas quanto a certas ocupações (esboço de arruamentos em 1800⁷⁴⁸; permanência e relativa pujança das corporações mecânicas de ofícios em 1808); a par de áreas coexistentes caracterizadas por grande dispersão e variedade ocupacional (caso da generalidade das freguesias limítrofes do Porto na 1ª metade do

⁷⁴³ Fernandes, 2005: 47-73.

⁷⁴⁴ Madureira, 1996: 293.

⁷⁴⁵ Fabricantes de chapéus vindos de Braga e Aveiro; trabalhadores de lanifícios vindos tanto do concelho de Braga, como do *hinterland* mais próximo da cidade (cerca de 25 Km, i.e., a 1 dia de viagem), por exemplo. in Madureira, 1996: 293.

⁷⁴⁶ Pereira, 1991.

⁷⁴⁷ Madureira, 1996: 295 e 294, “Quadro 5.1. O recrutamento dos operários das fábricas. Distâncias da região de origem ao local da fábrica (em percentagens do total de operários)”.

⁷⁴⁸ Fernandes, 2005: 47-73.

século XIX, em que de forma irregular, alastram núcleos urbanos, misturando casario, novas construções, quintas, quintais, hortas, fábricas e zonas verdes ou desabitadas, desde o Bonfim e Campanhã, a Paranhos, Ramalde, Lordelo, Aldoar, Nevogilde... com identidades próprias, mas com o traço comum de se ligarem, de uma forma ou outra, à ‘cidade’, à ‘baixa’⁷⁴⁹).

Mencione-se que trabalhos sobre a evolução industrial portuense para esta fase⁷⁵⁰ explicitam de forma mais clara a ligação cidade-regiões, por via, nomeadamente, do escoamento de produtos manufaturados, questão por nós testada na documentação de 1813: *‘trabalha a feitura para fábricas do Porto, terra da Feira e Braga e Reino e Brasil’* ou *‘Reino, Minho, Trás-os-Montes, Beira e estrangeiro’* são dois dos bons exemplos de respostas fornecidas no “*Mappa de Fábricas... de 1813*” quanto ao ‘destino da produção’.

4.2 O movimento alfandegário

Procurar conhecer estruturas e dinâmicas urbanas e socioeconómicas duma cidade implicava inquirir das suas ligações económicas com o exterior, fossem elas terrestres, marítimas; institucionais (com o Poder) ou outras.

Foi nesta ótica que surgiu a consulta e trabalho documental do fundo da Alfândega do Porto/IANTT. As perguntas norteadoras dessa parte da investigação foram sumariamente indicadas na *Introdução* e devidamente aprofundadas no capítulo 2. e no ANEXO G, por passos. Infelizmente, o tipo de dados, quantidade e exigência intrínseca no tratamento dos elementos em análise revelaram-se como ultrapassando em muito os limites pretendidos para este capítulo, de forma que os resultados aqui apresentados são uma versão mais orientada quanto à eficácia da investigação, mas necessariamente reduzida, dum trabalho empírico bastante mais extenso, exigente e não totalmente acabado.

Expresso doutra forma, poderíamos afirmar que os resultados aqui expostos são necessariamente exploratórios, tentando por via deles, esboçar uma mão-cheia de

⁷⁴⁹ Serén e Pereira, 2000: 403.

⁷⁵⁰ Cordeiro, 2006.

informações sustentadas que possam, mesmo que descritivamente, fornecer alguma contribuição para a área e para o que neste estudo se buscou, em particular.

Recuperando o afirmado no capítulo 2., interessava-nos detetar *circuitos económicos, produtos, negociantes, tendência evolutiva de qualquer um destes indicadores*, para as nossas cidade e época, esta última, nodal no contexto da “*crise do Antigo Regime português*”⁷⁵¹.

Tal crise, entendida não só na sua vertente económica, mas, mais profundamente, no seu carácter geral de vulnerabilidade geopolítica do império português, que vê precisamente na época do nosso estudo desmoronar-se o edifício do regime⁷⁵²; tem uma área muito visível (e já aprofundadamente estudada) no comércio externo português. Este era basicamente sustentado pelos tráfegos ultramarinos⁷⁵³, dominados pelos portos de Lisboa e Porto; muito mais pelo primeiro, do que pelo segundo, aliás.

Se obras conhecidas haviam explorado, e revisitado, inclusivamente, conferindo e corrigindo a documentação central – ‘balanças do comércio’⁷⁵⁴ – relativa a tal peça estrutural da economia e império portugueses; o estudo do fundo da Alfândega do Porto poderia fornecer-nos a possível leitura, local, do processo pelo qual o Porto passou no período.

Elucide-se que a construção da documentação central advinha essencialmente, da local, tal como explicitámos no ANEXO G; sofrendo ainda de idiossincrasias diversas desde a sua base local, à sua organização central, como por exemplo a lógica interna da sistematização da incorporação dum dado produto numa dada tabela, daí provindo enviesamentos potencialmente produtores de equívocos⁷⁵⁵.

“*O comércio ultramarino (era), sem dúvida a mais pujante das atividades económicas*”⁷⁵⁶ na viragem do século XVIII para o século XIX; aí, vivenciar-se-á uma fase prolongada de transições com resultados marcantes: interessava-nos saber como entrava o Porto e o mundo do trabalho do Porto, no século XIX.

⁷⁵¹ Alexandre, 1992.

⁷⁵² Alexandre, 1992: 795.

⁷⁵³ Pedreira, 1994: 264.

⁷⁵⁴ Alexandre, 1992: 25-32.

⁷⁵⁵ Alexandre, 1992: 27-31, especialmente; tome-se um exemplo claro, o da composição do item “mantimentos” na tabela de exportações de Portugal para as colónias: 28.

⁷⁵⁶ Pedreira, 1994: 63.

Admitimos, para mais, que algum papel, não necessariamente tão reduzido quanto poderá parecer, teve que ter a produção (agrícola, industrial) portuguesa nesta longa, tormentosa e profunda mutação do regime⁷⁵⁷ - a entrada no século XIX, i.e., precisamente até ao ano de 1807 -, parece ter sido, inclusive, prometedora, quanto à exportação de produtos industriais portugueses para o Brasil, reservando ao Porto um honroso segundo lugar exportador na área, mesmo assim, com preeminência quanto às exportações de *chapéus* e *ferragens*⁷⁵⁸.

Que circuitos terrestres? Que produtos?

Na área, essencialmente o contrabando e, legalmente, os “Portos Secos”, poderiam informar-nos. Certificámo-nos da respetiva importância, ínfima no total do valor transacionado via terrestre- menos de 1% do total das trocas - ⁷⁵⁹, mas relevante, na mesma, pela sua condição legal e terrestre.

A análise dos livros dos “Portos Secos” num período entre 1802 e 1830, em amostragem de 4 em 4 anos, corroborou o que genericamente se sabia: 1. os circuitos terrestres a que o Porto legalmente acedia eram de e para Espanha (‘Castela’) e, em menor quantidade, para Itália; 2. os produtos eram na esmagadora maioria, ligados à produção manufatureira têxtil, não trabalhada – linho, corantes vários, entre outros – e trabalhada – panos de linho, por exemplo; ou semitrabalhada (couros, os conhecidos ‘atanados’); produtos químicos de uso diverso: esteva, coloquintida, cardo...

São conhecidos os testemunhos coevos da presença forte da transformação e produção do *linho* no Minho, com extensão à Galiza, em trabalho feminino, doméstico e/ou de extensão oficial, essencialmente⁷⁶⁰. Linho este que era eventualmente aquele citado nas passagens dos ‘Portos Secos’.

Mais: um dos produtos importados, semitrabalhados ou em matéria-prima, de portos do norte – concretamente, de portos da zona russa – eram o linho.

Alexandre sublinha, após explorar os meandros da notificação e lugar de inserção dos produtos nas séries de ‘Balanças Comerciais’ entre cerca de 1796-1831, “*darmos*

⁷⁵⁷ Pedreira, 1994: 62-63.

⁷⁵⁸ Alexandre, 1992: 44-45 e Quadro IV; p. 49; e p. 61.

⁷⁵⁹ Menos de 1% do total das trocas. Alexandre, 1993: 57.

⁷⁶⁰ Pedreira, 1994: 71-73, citando nomeadamente Rebelo da Costa e Henriques da Silveira.

por demonstrado que os ‘panos de linho’ exportados do Porto para o ultramar eram de produção local (...) em todo o período abrangido por esta série das Balanças”⁷⁶¹.

Assim: entrava matéria-prima, conferimos testemunhos de presença de transformação e produção de linho; e saída do mesmo. As quantificações falham, pela fragilidade proporcional, mas ratifica-se a presença e relativa importância da produção regional.

Da pesquisa de “Almanaques”, “Tribunal do Comércio” e “Impostos”, buscávamos certificar das *ligações económicas e institucionalmente informais dos negociantes do Porto com o centro económico*, a praça lisboeta. Pelo movimento alfandegário, tentávamos verificar dos nomes, famílias e grupos ativos na época (este último desiderato não é aqui apresentado, já que não foi concluído, entre outros aspetos envolvidos, pelo complexo trabalho de interseção metodológica que exigia – para outros trabalhos ficará).

Confirmado ficou, não obstante, que os *negociantes do Porto de grande ou médio porte*: 1. não tinham neste primeiro terço do século XIX, escritório aberto na capital, (ressalvando, conforme aponta Alves, a existência de correspondentes nos escritórios lisboetas); 2. caracterizavam-se pela variedade de investimentos que faziam, transacionando maioritariamente produtos não trabalhados, produtos agrícolas, matérias-primas das manufaturas têxteis e dos metais, para além de químicos de utilização diversa. Mesmo assim, podiam no carregamento seguinte, transacionar mobília, açúcar, vinho...

Ratificada ficou, também, a concentração extraordinária na praça lisboeta do que poderíamos designar por ‘os negociantes portugueses’⁷⁶², em pequeno número e particularmente, daqueles ligados ao comércio ultramarino, sendo inclusive frequente a baixíssima implicação de capital dos mesmos nos negócios de reexportação, por falta de meios e independentemente da base portuense ou lisboeta⁷⁶³.

É caso para sugerir reflexão sobre as palavras de Bonifácio:

⁷⁶¹ Alexandre, 1992: 29.

⁷⁶² Pedreira, 1994: 272.

⁷⁶³ Pedreira, 1994: 273-276; e Alexandre, 1992: 38-39.

“A praça do Porto carece de verdadeira dimensão internacional; polariza uma região que surge fechada sobre si mesma no contexto do resto do País, umbilicalmente ligada a um triângulo cujo vértice principal residia na Inglaterra, e outro, subalterno, no Brasil. À exceção dos exportadores de frutas da zona sul, de escasso peso económico e político (poderiam ser aliados potenciais do Porto na luta pela convenção adicional de comércio, já que ‘frutas e legumes’ representavam cerca de 29% das exportações de Lisboa para Inglaterra, etc.), o Porto e a região que lhe estava acoplada possuíam, assim, interesses contraditórios com o restante conjunto nacional – na medida em que aqueles podiam ser, como na época de facto eram, subsumidos e interpretados pelo ‘imperialismo’ de Lisboa”⁷⁶⁴.

Não conseguimos deixar de associar, embora marginalmente, que ao Porto parece ter acontecido algo semelhante a situações que Clark explora, em estudo comparativo que (também) se debruça sobre a natureza da sobrevivência urbana⁷⁶⁵: é como se, surgida dum desenlace histórico no qual pouca ou nenhuma interferência teve, e gozando duma relativa situação de autonomia, nem sequer especialmente reivindicada (para esta altura), a cidade estivesse a desenvolver um processo de proteção dos seus interesses face a um centro. Impressão sugestiva, mas não comprovada, evidentemente.

Aprofundar tal sugestão é via exploratória disponível, que levasse em conta também os estudos de Jorge Alves sobre o emergir das associações industriais portuenses oitocentistas e as suas particularidades no dealbar do liberalismo⁷⁶⁶.

Para além dos vetores acima avançados – circuitos e produtos terrestres; negociantes do Porto e relações com Lisboa -, optámos por salientar, abaixo, apenas mais dois outros aspetos. Fizemo-lo, tendo em conta a respetiva importância na clarificação possível (corroborando ou não), de algumas das profundas marcas económicas que a cidade do Porto viveu na primeira metade do século XIX, expostas na *Introdução* – grave crise económica nacional, afundamento dos rendimentos alfandegários, relativo “*arranque (industrial) retardado*”⁷⁶⁷ portuense, e em contraciclo, nomeadamente.

⁷⁶⁴ Bonifácio, 1991: 229-230.

⁷⁶⁵ Clark, 2009.

⁷⁶⁶ Alves, 1996: 527; entre outros estudos sobre o assunto.

⁷⁶⁷ Madureira, 1996: 417.

Foram esses aspetos: 1. a avaliação da evolução dos rendimentos gerais da Alfândega no primeiro terço do século XIX (análise dos “Rendimentos da Mesa Geral”) ; 2. a verificação dos circuitos comerciais marítimos existentes (exame dos livros da “Estiva”)⁷⁶⁸.

4.2.1 Evolução da série das receitas da Mesa-Geral da Alfândega do Porto

Os dados da *Receita da Mesa-Geral* da Alfândega do Porto encontravam-se expressos em valor nominal, isto é, sem levar em conta a evolução dos preços ocorrida no período analisado. Com o objetivo de deflacionar estes valores, construiu-se um índice de preços, resultante da evolução dos preços de alguns produtos na cidade do Porto, referidos em Godinho (1955). Dos produtos com informação disponível nessa obra, foram selecionados, pela respetiva presença nas listagens alfandegárias, os preços do trigo, centeio, milho, painço, azeite, vinho verde, vinho verde (cru), galinhas, ovelhas, manteiga, lenha e linho. O painço acabou por ser excluído, uma vez que não estavam disponíveis dados para todo o período (só existiam a partir de 1808)⁷⁶⁹.

Para a construção do deflator, tomou-se como ano base 1801, o qual era o primeiro ano com informação disponível sobre receitas. Cada um dos produtos foi transformado num índice de base 100 em 1801. O índice geral dos preços usado como deflator foi construído com base na média aritmética simples (não ponderada) destes onze índices de produto. A evolução deste índice conjuntamente com a dos índices de produto, neste período, pode ser consultada no ANEXO MM.

A aplicação deste índice geral às receitas em valor nominal permitiu obter como resultado uma aproximação à evolução dos valores reais das mesmas. As duas evoluções são apresentadas na FIGURA 4-5.

As limitações deste exercício prendem-se com a ausência da evolução dos preços dos produtos exportados e das respetivas quantidades que também estão ausentes no caso dos onze produtos atrás referidos, não permitindo assim a construção de um índice de preços mais robusto, ponderado pelas respetivas quantidades. Todas estas características derivam do processo da recolha de dados, visto que os livros em causa

⁷⁶⁸ Elementos recolhidos pela autora do “Fundo da Alfândega do Porto”/IANTT.

⁷⁶⁹ Elementos retirados de Godinho, 1955: 83-84.

apenas anotavam as quantias, copiadas de todos os outros livros de pagamentos sobre transações na Alfândega. Só consultando outras séries do fundo da Alfândega para além dos da Mesa Geral, se obteriam dados mais robustos. Fez-se, não obstante, um teste de fiabilidade, conferindo dados dos livros da “Estiva” e do “Consulado”, a fim de validar os valores anotados na “Mesa Geral” e a correspondência foi total. O processo de produção documental dos livros da “Mesa Geral” encontra-se exposto no ANEXO G.

A correção metodológica por nós inserida introduziu uma retificação nos dados, para baixo; embora acompanhe de perto a evolução dos valores nominais. Diferenças assinaláveis em 1809-10, 1813-14, 1817. Nem por acaso, anos em que Alexandre retifica os valores (em contos de réis), para cima, dos produtos industriais portugueses exportados para o Brasil⁷⁷⁰, em conjunto com Lisboa e no total da balança comercial, mas, mesmo assim, facto a levar em conta para o Porto. Ou seja, embora só marginalmente relacionados, como parte dos rendimentos da “Mesa Geral” adviriam da reexportação de produtos coloniais, essencialmente brasileiros, o ajuste efetuado na nossa análise poderá acompanhar a queda de produtos reexportados, acompanhada, não obstante, por subida de exportação de produtos manufaturados portugueses.

Uma outra lembrança deve ser efetuada, no sentido de que na FIGURA 4-5 abaixo se apresentam os rendimentos de *todas as Mesas* (itálico da autora) em funcionamento na Alfândega, e não, especificamente, daquelas da ‘reexportação de produtos coloniais’, ou do ‘vinho’, sem dúvida as 2 categorias necessariamente de eleição quando na análise do comércio *export/import* português e portuense. Não faremos uma aproximação específica a nenhuma dessas 2 categorias. Desejámos perceber, com os dados de base, o que se delineava em termos gerais de comércio alfandegário portuense na época.

Finalmente, retenhamos que por mais rentável que fosse a Alfândega portuense, a barra do Douro desempenhava papel bastante diminuto no âmbito do comércio marítimo e colonial, pois ao porto de Lisboa cabia sempre mais de 90% dos totais vendidos, na viragem do século XVIII para o século XIX⁷⁷¹.

Verifiquemos da evolução da curva.

⁷⁷⁰ Alexandre, 1992: 780-781, Quadro XI.

⁷⁷¹ Alexandre, 1992: 57.

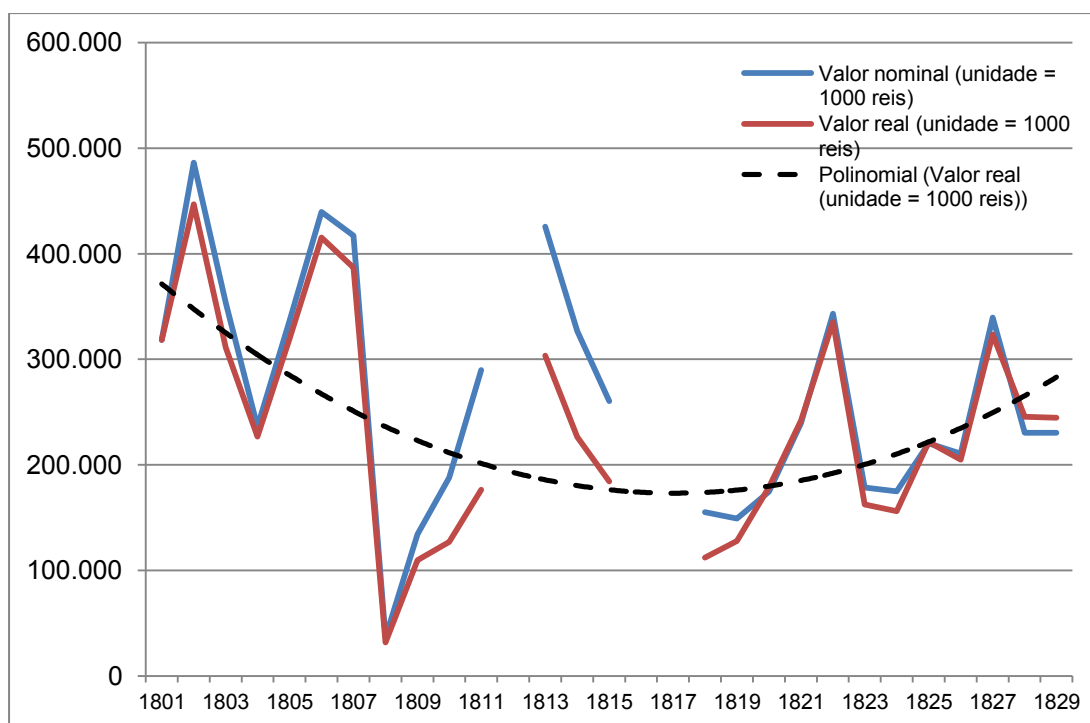


FIGURA 4-5: Receita da Mesa Geral da Alfândega do Porto, 1801-1829

Numa primeira avaliação genérica da evolução dos dados, com base num ajustamento polinomial de ordem 2, sobre os dados em valor real, verifica-se uma *tendência acentuada de decréscimo da receita até meio do período e uma ligeira recuperação a partir daí*.

Aproximemo-nos da FIGURA 4-5: a série relativa à receita da Mesa Geral da Alfândega do Porto apresenta um máximo absoluto em 1802 (cerca de 446 mil réis), seguido duma queda acentuada até 1804. Segue-se uma ligeira recuperação até 1806-1807, período a partir do qual se verifica uma queda abrupta até 1808, ano em que a série atinge o seu mínimo absoluto (cerca de 32 mil réis).

Algumas das prováveis explicações encontram-se na abordagem geral ao contexto histórico.

A viragem do século XVIII para o século XIX contém em si os germes da recessão, no contexto dum período de algum desafoço, mesmo que não isento de sobressaltos. Embora mantendo uma confortável ligação comercial com a Inglaterra (onde o “Port Wine” é produto-rei por entre os vinhos), o Porto vê as importações inglesas de vinhos

baixarem em mais de dez pontos percentuais desse total, entre 1800 e 1809⁷⁷². Nem a abertura de novos mercados, no Báltico, na década de 80 do século XVIII, compensa estas perdas. Análises conhecidas, por produtos, revelam por exemplo e concomitantemente, que 1803 é um ano desastroso na barra do Douro no que toca à exportação de *chapéus e ferragens*, devido, entre outros fatores, a uma queda de mais de 50% no preço de tais produtos por unidade – Alexandre qualifica-a de “*baixa quase vertical*”⁷⁷³ – sendo que estes dois setores eram dos poucos em que os montantes da barra do Douro superavam habitualmente os da capital.

Alexandre sublinha ainda que ao contrário do que acontecia com a capital, a reexportação (de produtos coloniais) pelo Porto tinha um número reduzido de países como clientes significativos, entre os quais se incluíam (sempre com quebras fortes e retomas, coincidindo em alguns anos com as viragens das curvas da FIGURA acima), Hamburgo, Grã-Bretanha, Holanda, França⁷⁷⁴ - todos, destinos por nós comprovados e referenciados no próximo ponto, 4. 2. 2.. Mais, o tradicional bilateralismo em que laboravam as relações mercantis de Portugal com a Inglaterra havia sido fortemente atacado, com golpes vários na viragem do século e as trocas com a Inglaterra haviam caído, abrindo espaço para contactos com outros países e regiões, de onde vinham produtos e matérias importantes, e para onde se enviavam alguns géneros de produção nacional, antes de mais, o vinho – surgiam em cena os Estados Unidos da América e os seus cereais; a Suécia com as madeiras e os ferros; a Rússia e os linhos...⁷⁷⁵

As sequelas das vicissitudes político-militares que a partir de 1807, com adesão ao Bloqueio Continental e invasões militares francesas, o país e o Porto sentirão, serão agravadas com a abertura dos portos brasileiros ao comércio inglês (1808) e subsequências deste último ato, a começar com o Tratado de 1810 e consequências permanentes do mesmo... podem fornecer os contornos gerais da grande queda de atividade iniciada pela curva nos anos 1807-08 na FIGURA.

⁷⁷² Serén e Pereira, 2000: 419.

⁷⁷³ Alexandre, 1992: 61; Pedreira fala dum “*abrandamento (do comportamento das exportações portuenses) acompanhado por um autêntico colapso dos preços (uma quebra de mais de 60%)*”, com dificuldades que afetam, fortemente, as oficinas de Braga, in Pedreira, 1994: 282.

⁷⁷⁴ Alexandre, 1992: 58.

⁷⁷⁵ Pedreira, 1994: 51-52.

A partir de 1808 dá-se uma recuperação até 1813 (ano em que se registam cerca de 304 mil réis), seguida de mais uma quebra significativa até 1819, ano que assume o estatuto de mínimo relativo.

A partir dessa data e embora com flutuações relativamente menos pronunciadas do que as que se verificaram anteriormente, assiste-se a uma ligeira tendência crescente até ao final do período em análise.

É geralmente reconhecido que 1807 inicia uma fase recessiva que se prolonga por décadas, embora a atividade económica na cidade sofra ciclos de retoma⁷⁷⁶. A paz europeia atingida em 1814 é frágil e pouco profícua no que ao comércio alfandegário portuense toca. Inaugurou-se um período turbulento, sem retorno, de *“lenta e difícil instauração do regime liberal e (...) separação do Brasil”*⁷⁷⁷, processos em que cada vez se afirmam interesses estratégicos divergentes entre Portugal e o Brasil, e dessa forma, se desfaz ainda mais a integridade dos fluxos comerciais: em 1822, a proclamação da independência do Brasil; a Vilafrancada depois em 1823, desenham contornos estratégicos muito agitados que facilmente se estenderiam às condições gerais de trocas comerciais alfandegárias⁷⁷⁸.

E no entanto, a alfândega do Porto parece registar capacidade de resiliência superior à previsível, olhando a evolução da curva dos rendimentos. Onde poderá residir a razão deste comportamento?

Uma possível e importante parte da provável explicação residirá na *“verdadeira expansão”*⁷⁷⁹, mesmo que a preços mais baixos, das exportações de produtos alimentícios, e do vinho, em particular, nas exportações para o Brasil, a partir de 1812, tanto no porto lisboeta, como, em particular, no portuense. *“O mercado brasileiro, que no começo de Oitocentos tinha uma parte muito reduzida nas exportações de vinho do Porto, recebe cerca de 20% delas em final dos anos 1820”*⁷⁸⁰, contribuindo assim para minimizar a contração das compras entretanto ocorrida por parte da Grã-Bretanha.

⁷⁷⁶ Serén e Pereira, 2000: 420-421.

⁷⁷⁷ Serén e Pereira, 2000: 421.

⁷⁷⁸ Alexandre, 1992: 800-801.

⁷⁷⁹ Alexandre, 2005: 361.

⁷⁸⁰ Alexandre, 2005: 361.

Quando cotejada a evolução desta série com a relativa aos “Aspetos do Comércio Externo Português” (ANEXO NN, FIGURA NN-1), pode-se afirmar que se verifica uma semelhança relativamente elevada no andamento da mesma, com máximos a rondar os anos de 1800-1802, decréscimos ligeiros nos anos seguintes, recuperação até 1806 e queda abrupta no período 1807-1812.

Também aqui se assiste a uma recuperação até ao período 1814-1817, seguindo-se uma tendência geral de descida, contínua, mas menos acentuada do que as registadas anteriormente.

Talvez se possa afirmar que a diferença mais notória na evolução das duas séries, consista no período posterior a 1819 que é de tendência ligeiramente crescente no Porto e de tendência decrescente no país.

Que nos trouxeram os dados trabalhados? Possibilidade de, a partir de elementos de produção local, poder comparar e, neste caso, essencialmente, ratificar, elementos avançados quanto à posição e eventual papel do Porto no comércio exterior português em geral e para com o Brasil, em particular.

4.2.2 Ligações comerciais

A exportação/importação de produtos da Alfândega do Porto, atividade visivelmente contraída durante esta época, mantém um carácter de exportação marítima e terrestre de produtos não manufaturados, semimanufaturados ou matérias; além de ligados às atividades agrícolas, silvícolas, pecuárias, minerais, entre outras.

A importação de produtos (com alguma relevância para matérias-primas) é identificável na produção manufatureira pouco capital-intensiva, de carácter proto industrial, de artefactos de utilização diária – sublinhando a produção têxtil (peso da importação do linho, ou de produtos tintureiros, por exemplo) - e a construção civil (ferro, cal, aduelas, pedras, entre outros).

Exporta-se para tais portos de contacto o vinho, os citrinos, o azeite, o sal, o açúcar... - com relevo, nos anos difíceis após a entrada do século XIX, para os contactos com os portos do norte da Europa – preeminência de Hamburgo - e Báltico⁷⁸¹.

⁷⁸¹ Serén e Pereira, 2000: 420.

Na crise, mantêm-se rotas além-mar (Brasil, em particular); embora os Estados Unidos da América surgissem nos mapas de importação dos livros da “Estiva” em 1802 e já não, em 1824⁷⁸²; bem como as já conhecidas relações com os portos do Báltico (Estocolmo, Pernau, Riga, Memel...) ⁷⁸³ e do norte da Europa (Hamburgo, Londres...) (ANEXO OO). Desenha-se entre início do século XIX e a década de 1820, uma leve tendência de afunilamento das rotas de importação, não passível, no entanto, de conter robustez explicativa.

Tal como acima já indiciado, a estrutura dos produtos das exportações/importações é coincidente com as matérias-primas e instrumentos necessários para as ocupações/oficinas/‘fábricas’ detetadas no espaço urbano portuense, sugerindo que a cidade seria espaço de transformação dos mesmos, numa ‘*realidade lilliputiana*’⁷⁸⁴ de unidades de produção de dimensão familiar, mínima muitas vezes, embora se detetem também ‘fábricas’ nas décadas de 1810 e 1820 com dimensões de empregados acima dos 50 indivíduos.

O tipo de artefactos produzidos (de carácter pouco elaborado e de utilização diária); e um numeroso sector de pequena produção-pequeno comércio, sugere o seu consumo pela região envolvente ao centro urbano (integração regional); em ‘*modelos de especialização flexível*’, lembra Berg⁷⁸⁵, num vaivém não só de trabalhadores sazonais (‘quartéis de galegos’ detetados) mas também de produtos⁷⁸⁶.

⁷⁸² Livros da “Estiva”/IANTT, 1802-1824, amostragem de 4 em 4 anos.

⁷⁸³ Sá e Pereira, 1990: 219-254.

⁷⁸⁴ Madureira, 1996.

⁷⁸⁵ Berg, 1991.

⁷⁸⁶ Hohenberg e Lees, 1985: 184-185; Berg, 1991.

CONCLUSÃO

*Um homem viaja pelo mundo à procura daquilo de que precisa
e regressa a casa para o encontrar”*
George Moore⁷⁸⁷

O que vemos depende principalmente do que procuramos
John Lubbock⁷⁸⁸

Este estudo analisou o carácter económico e social da cidade do Porto no primeiro terço do século XIX, nas suas vertentes do trabalho (estrutura das atividades, escala e evolução) e do *habitat*, tentando a compreensão das respetivas interligações e possíveis dinâmicas. Coordenaram-se, pois, aproximações ao objeto de estudo em que ora se privilegiou a forma como se constituía e organizava o mesmo (‘estruturas’); ora se privilegiou a forma como movimento e forças no mesmo se detetavam (‘dinâmicas’).

Mais, e porque do crescimento duma cidade se tratava nesta época específica, testaram-se questões de mobilidade demográfica e económica inter-regionais e internacionais, visando a pormenorizada afirmação, na sua vertente positiva (confirmação) ou negativa (infirmiação) de indicadores do mesmo.

A época escolhida, juntamente com os fundos documentais selecionados (censos diversos em quatro momentos da época), foram a plataforma de partida da realização deste trabalho. Num contexto de profunda crise e depressão económicas nacionais, em que, em níveis diversos e interdependentes, se operavam mudanças de estrutura político-social e económico-financeiras - com a implantação do liberalismo e a desagregação do império colonial, do edifício mercantil em geral e das finanças -, as duas principais cidades do país, Lisboa e Porto, acusavam os golpes profundos na respetiva atividades económica mercantil e industrial. Crise, sem dúvida. Mas... mais no caso lisboeta, do que no portuense.

⁷⁸⁷ *Princípios da vida*, 2011: 11.

⁷⁸⁸ *Reflexões*, 2011: 35.

No Porto, estranhamente, e em dessintonia com o percurso lisboeta, surgiam sinais de recuperação e expansão manufatureira, num processo divergente do da capital, provavelmente justificado pelas fracas relações económicas que o Porto e a capital mantinham entre si⁷⁸⁹. Autores como Justino, Pedreira ou Madureira concordavam na pujança manufatureira da cidade, provavelmente assente num duplo movimento de encaixe de mão-de-obra de origem regional e escoamento de produções manufatureiras citadinas de tipo ainda tradicional, pouco capital-intensivas e ao alcance do poder de compra do público dos mercados regionais.

É como se, em crise; e numa situação em que o capital mercantil se havia esfumado - embora, na realidade, as ligações entre cúpulas financeiras e economia portuense fossem tradicionalmente fracas ou inexistentes -; os artífices e negociantes do Porto tivessem optado pelo que melhor sabiam fazer: o que faziam, desde sempre. Ou seja, numa primeira fase deste conturbado primeiro meio século oitocentista, continuaram a produzir para a população urbana, sendo que, progressivamente, os produtos para os mercados regionais assumiram mais importância.

Parece ter ocorrido na cidade uma gradual passagem duma maior ponderação das produções mais tradicionais do artesanato (construção civil, calçado, confeção, metais preciosos, relojoaria, cestaria, obras de osso e marfim), para uma maior importância de produções que, não obrigando à mecanização nem a métodos de fabrico radicalmente novos, preceituava no entanto alguma especialização sem grandes formações: fabrico de têxteis, indústrias de metal, chapelaria, cerâmica, curtumes, processamento alimentar, fabrico de cal, entre outros⁷⁹⁰.

Mais do que ‘crescimento’, parece ter ocorrido uma *“reestruturação entre os diferentes setores do tecido produtivo (...) (num processo de) recomposição global (que favoreceu) na alvorada do século XIX (...) (e do ponto de vista dos sistemas de organização produtiva) a emergência da oficina alargada como célula base do crescimento industrial”*⁷⁹¹.

⁷⁸⁹ Madureira, 1996: 433.

⁷⁹⁰ Madureira, 1996: 446.

⁷⁹¹ Madureira, 1996: 447, 446, 443.

É neste contexto singular da cidade do Porto, de resiliência económica, mesmo que à custa de opções que, a médio-longo prazo, obviamente atingiriam os seus limites de potencial de crescimento e de sustentação, que quisemos interrogar a evolução da população, as condições espaciais da cidade em termos de *habitat* e em interdependência com as suas funções económicas e sociais (‘geografia social’), a estrutura ocupacional, as ligações cidade-regiões (nacionais ou internacionais) e evoluções detetáveis em todas essas dimensões. Conseguiríamos detetar sinais deste ‘dinamismo’, fosse no estabelecimento e relação com a espacialidade (‘alojamento’), fosse na composição de grupos de ocupações citadinas em presença (‘trabalho’)?

Seria na ‘apresentação da cidade’ (*Capítulo 1*) e no tocante à evolução demográfica, que pela primeira vez encontraríamos um frágil, possível, indício do ‘dinamismo’ que, apesar do clima económico nacional profundamente recessivo, o Porto aparentava. A realização de exercícios simples de análise do ritmo de crescimento aritmético da população concelhia portuense, utilizando valores para os anos de 1801, 1849 e 1864 demonstraram taxas de crescimento abaixo dos 1% antes de 1850 e logo de 3% nos quinze (15) anos seguintes. Sendo reconhecido o crescimento populacional portuense nos últimos vinte (20) anos do século XIX, o confronto com aqueles dados sugere a possibilidade de que tal crescimento possa ter as suas bases no período cronológico imediatamente anterior a meados do século, i.e., na época sobre a qual nos debruçámos. Evidentemente, só outros estudos sobre o assunto poderiam lançar luz sobre estes sinais, dados e evoluções.

Foi ainda neste capítulo que explorámos as características, positivas, da condição de porto marítimo e fluvial, embora de importância relativa bastante reduzida em termos europeus e nacionais. Mesmo assim, a localização e características físicas, morfológicas, e, até, de clima e hidrografia, favoreceriam a fixação humana desde épocas remotas, a centralidade na posição de ponto de passagem de rotas de tráfego mercantil, essencialmente via Douro (interior-litoral); mas também por via terrestre, nomeadamente nos sentidos Sul (Coimbra, Aveiro)-Norte (Braga, Viana do Castelo) e Sudeste (Viseu, por exemplo)-Noroeste. Não estudámos, pois, uma cidade remota ou desconhecida. Pequena e secundária, sim, mas claramente, ativa.

A análise das migrações internas – mais do que da mobilidade, por imperativos documentais – em diferentes momentos do primeiro terço do século XIX (1800, 1813) e

em perspetiva longitudinal quanto aos percursos sugeridos evidenciou, por um lado, o forte peso de imigrados em cada painel documental estudado, independentemente da dimensão da amostra e características documentais intrínsecas; por outro lado, a existência e manutenção de fluxos e roteiros migratórios (capítulo 4, ponto 4.1.) com origem em e percurso por Trás-os-Montes, vale do Douro, Entre-Douro-e-Minho, Viseu, Coimbra, Aveiro, Galiza, paragens fronteiriças do norte e nordeste, entre outras origens e percursos de menor persistência e dimensão demográfica.

Até aqui, também este trabalho ratificava a literatura.

Não obstante, considerámos sugestivo que, em época de crise e recessão económica nacional, esta dimensão do nosso estudo pudesse indiciar a possibilidade de que se continuava a migrar para o Porto, por aquela razão e apesar daquela razão (crise e recessão económica). Isto é, respetivamente, não se migraria para a ‘grande cidade’ da zona só pelas difíceis condições objetivas de vida nos campos (que existiram na época, até em termos nacionais, e com subidas acentuadas dos preços dos cereais, bacalhau, azeite, carvão, entre outros⁷⁹²); mas também porque na cidade poderia efetivamente estar uma possibilidade de fazer vida, num mercado de trabalho com (relativo) potencial de crescimento. Vejam-se as solicitações coevas de mão-de-obra especializada ou semi especializada na seda (oriunda de Bragança), chapelaria (Aveiro e Braga), lanifícios (Braga e próprio concelho do Porto), entre outras; para além das oficinas e fábricas recrutando aprendizes sem restrições e finalmente, das enormes possibilidades de emprego, também feminino, em redes informais de mão-de-obra, de fabrico domiciliário e ligadas às ‘fábricas’⁷⁹³ (ponto 4.1.1.2., ‘ligação espaço urbano-regiões por percursos migratórios e interação económica’).

Ou seja, pudemos sugerir, assumindo as intrínsecas inconsistências documentais, que esta análise pode constituir um vislumbre da tessitura da ligação cidade-regiões, pressupondo a existência de ‘dinamismo’ económico suficiente – portanto, mercado –, para manter estes fluxos migratórios. Não sendo, em si, um contributo absolutamente novo, foi um contributo quantificado e documentado para tal assunto, numa época de reconhecidas falhas de conhecimento quantificável.

⁷⁹² Madureira, 1996: 342, citando dados de Vitorino Magalhães Godinho e próprios.

⁷⁹³ Elemento evidente no “*Mappa das Fábricas do Porto... de 1813*”/IANTT; também citado por Cordeiro, 2006; Madureira, 1996; Pedreira, 1994; Pereira, 1991.

A própria abordagem dos rendimentos da Alfândega do Porto na época sugeriu que o comportamento da evolução dos mesmos - apresentando uma leve recuperação nos anos finais deste período – possa ter parcial explicação neste ‘dinamismo’ manufatureiro, sim, mas de contexto económico relativamente positivo. Tal processo teria sido acompanhado por uma cisão de interesses estratégicos, entre os mercadores e negociantes portuenses e aqueles, lisboetas (como também nós certificámos) e alimentar-se-ia (também) de circuitos de comércio internacionais que teriam sobrevivido, a norte e além-mar (EUA); ou reanimado, além-mar (Brasil) – mesmo que com sequelas; e de circuitos terrestres regionais e fronteiriços, essencialmente.

As ‘condições de vida urbana portuense no primeiro terço do século XIX’ (*Capítulo 3*), foram exploradas em dois grandes ramos, o do *habitat* (subcapítulo 3.1.) e o da atividade laboral (subcapítulo 3.2.).

A área da descrição e caracterização do alojamento portuense na época e da respetiva produção cartográfica original, atingindo perto de três (3) dezenas de mapas, pareceu-nos ser um dos contributos mais marcantes, se não, mesmo, originais, do trabalho que aqui se apresenta.

Antes do mais, determinámos quais os principais eixos de aglomeração residencial no Porto em 1832 (subcapítulo 3.1.1.). Desenhavam-se os mesmos em dois patamares de altitude e em dois sentidos, repetidos na orientação este-oeste e sul-norte. Numa zona mais alta da cidade e afastada do rio Douro, destacavam-se, no sentido sul-norte, os fusos de orientação do Bonjardim, das Hortas-Almada, de Santa Catarina-Bela da Princesa, de Cedofeita, de Santo Ovídio-Rainha. No sentido este-oeste, eram claros os eixos de Santo Ildefonso e de Santo António. Num patamar mais baixo e acompanhando a zona ribeirinha (este-oeste), evidenciavam-se os eixos praia de Miragaia-Cima de Muro. No sentido sul-norte, umas dezenas de metros acima, galgando o monte da Vitória, as ruas dos Caldeireiros e das Flores eram os indiscutíveis polos de atração residencial.

A nossa abordagem a estas questões foi original pela utilização dum recenseamento que permitiu resultados globais, imediatamente visualizáveis (FIGURA 3-7), e consistência sobre tal tipo de informação na cidade dos anos de 1830. Não obstante, veio essencialmente confirmar o alongamento no espaço e trama urbana, das tendências

de alojamento já experimentadas na cidade desde épocas medievais e modernas – i.e., partindo do rio e tendo como centro a plataforma da Sé, prosseguindo alongamento para norte, oeste e este.

Recordem-se alguns elementos esparsos pelo trabalho que auxiliam a explicação do fato de ter sido possível fazer ‘radiografias’ urbanas temáticas para 1832: o recenseamento de tal data fornecia uma miríade de informações e anotações ricas para explorar, ressaltando embora os constrangimentos específicos da época e da respetiva construção documental. Percebemos uma assistemática na indicação das informações tratadas, e até, falhas claras; mas as informações eram demasiado ricas e bem enraizadas, para serem ignoradas. Assim, em situação de cerco militar, pudemos determinar as zonas de aboletamento do exército liberal, por exemplo. Verificaram-se as zonas de atividade económica, zonando as ‘fábricas’, lojas, oficinas, armazéns, escritórios, ‘quarteis de galegos’, botequins, estalagens, meretrizes; locais ligados à administração pública, justiça, segurança, religião, assistência e beneficência e educação (subcapítulo 3.1.4.). Comentados os resultados, considerámo-los ricos, mas evidentes nos constrangimentos informativos, pois a cidade estava cercada, militarmente ocupada, com os circuitos de abastecimento terrestres fechados e a barra do Douro, embora aberta, em funcionamento muito instável.

Os elementos trazidos à luz do dia e colocados à disposição foram, na nossa opinião, o grande contributo desta dimensão de descrição e caracterização de parte da condição urbana portuense no Cerco. Foi, pois, uma contribuição exploratória, embora original.

Uma das informações mais importantes, até pela sua singularidade no panorama documental do género, era a existência documental dum verdadeiro ‘índice de qualidade de alojamento’, com criação de escala por parte dos recenseadores. Esta, relacionava o que designaríamos por ‘caraterística social de alojamento’ com a respetiva atribuição de patente militar – construindo desta forma, enviesadamente, um indicador de hierarquia social. Na ‘caraterística social de alojamento’ englobavam-se notas acerca do estado da construção, dimensão, cêrcea do edifício em causa... As possibilidades abertas ao avanço para considerar o lugar de habitação como indício de lugar na escala social, não

obstante a época que analisávamos (em que o imóvel era menos representativo do estatuto social, do que a posse de vestuário, carruagem, criados, entre outros), permitiram-nos esboçar as zonas citadinas com maior e menor qualidade habitacional e, decorrentemente, construir um esboço de ‘geografia social’.

Os edifícios com melhor ‘qualidade’ reconhecida distribuíam-se por dois (2) grandes grupos, o primeiro, concentrado em torno do Paço Episcopal e o segundo, em áreas urbanas recentemente ocupadas, a noroeste, nas zonas de Carmo-Cedofeita e de Massarelos (FIGURA 3-13). A estes, juntavam-se ‘casas palaçadas’ ou ‘muito boas’, que, além destas áreas, relevavam ainda um interessante peso da rua do Bonjardim e uma relativa dispersão, radiocêntrica a partir do nóculo central da Sé (FIGURA 3-6).

A má qualidade’ do alojamento era a regra, com mais de metade dos alojamentos da cidade classificados como tal e uma notável persistência espacial urbana: a sobreposição de alojamentos classificados como de ‘má qualidade’ (FIGURA 3-13), com os que indicavam ‘pobreza’ (FIGURA 3-2), construções de má qualidade (‘barracas’, pardieiros’, casas muito velhas, entre outras designações semelhantes) (FIGURA 3-5) e ‘ilhas’ (FIGURA 3-3) sugere uma nuvem cobrindo a cidade. Enorme dispersão geográfica. Não havia zonas claras de exceção, portanto, a coexistência entre níveis bastante diferenciados de conforto material no alojamento (e portanto, de rendimentos; e potencialmente, de estatuto social) seria forçosamente a realidade urbana.

Algumas áreas de maior concentração desta ‘miséria’ generalizada conseguimos distinguir, apesar de tudo: no sentido Sul-Norte, a beira-rio agregava diversos tipos de construções consideradas de ‘ma qualidade’ e muitas indicações de ‘pobreza’. Seguiase-lhe uma zona ainda central, mas já circundante do nóculo de raiz medieval mais ribeirinho – Corpo da Guarda, Bainharia, Souto, Escura, rua Chã... Depois, a sempre presente rua do Bonjardim (que também se destacava por aglomerar ‘casas palaçadas’, recordemos; e onde ainda havia ‘ilhas’) e, no sentido nordeste, em grandes eixos de entrada e saída da cidade, que desaguavam a norte no largo da Aguardente (atual Marquês do Pombal), as ruas de Santa Catarina e Bela da Princesa (continuação uma da outra) alojavam muito deste *habitat* e respetiva população. Finalmente, caminhando para leste, ou seja, em zonas já menos centrais, destacavam-se, fixando as ‘ilhas’, S. Lázaro e Fontainhas (polos seminais deste tipo de *habitat* popular, tão persistente e importante na cidade, que um século depois, albergava cerca de metade da população

urbana. Ainda nos dias de hoje esta é uma das zonas de sobrevivência e manutenção de ‘ilhas’).

À qualidade da construção pudemos aliar a correspondência possível com a cêrcea dos edifícios. Verificámos a existência de relação direta entre altura dos edifícios e qualidade dos mesmos, i.e., quanto mais baixo o edifício, menor a qualidade. De feições menos marcadas, mas mesmo assim, visíveis, detetámos outros dois (2) grupos de categorias bem relacionadas: os edifícios de altura média, de 2 pisos relacionavam-se, em média, com ‘classes’ médias de habitação e os edifícios mais altos, com 4 e 5 pisos, associavam-se a uma ‘classe de casa’ médio-elevada (subcapítulo 3.1.3.).

É reconhecida na literatura a ligação ‘alojamento rasteiro-desvalorização social’, embora, evidentemente, com o paradoxo de também as casas apalaçadas, de 1 só piso, representarem exatamente o ponto oposto da escala social. O nosso contributo poderá ser encontrado na evidência, em toda a cidade do Porto, na década de 1830, não só da presença, quantificada e decorrentemente zonada, de *habitat* classificado quanto ao conforto material; como também, das relações possíveis entre cêrcea da construção e qualidade média dos alojamentos das mesmas – e ainda, num momento a seguir, entre ambas as variáveis e a ocupação de tais construções e alojamentos, por grupos de ocupações específicos.

Ainda na caraterização da cidade conseguimos chegar à perceção, mais uma vez, quantificada, da altura dos edifícios e portanto, vislumbrar o Porto em 1832-33, na sua volumetria (subcapítulo 3.1.3.). Não surpreendentemente, metade dos edifícios da cidade eram de 1 só piso, um pouco mais de 1/3 das construções atingia os 2 ou 3 pisos e acima desta cêrcea, apenas residualmente se construía (apenas 3, em cada 100 prédios, atingiriam entre 4 a 6 andares). Também na altura dos edifícios o zonamento permite entrever manchas na cidade: maiores médias de altura de construções na margem do Douro – já acima caraterizada como uma área tipicamente pobre – mas com a particularidade destas se concentrarem claramente na praça da Ribeira e vias a ela diretamente ligadas, para norte (rua Nova de S. João, rua Nova dos Ingleses), este (Canastreiros) e oeste (ruas da Fonte Taurina, S. Nicolau, entre outras). Dois patamares de construção alta (médias de altura iguais e superiores a 3,5 pisos) se evidenciavam,

caminhando a partir do rio no sentido norte e partindo da praça da Ribeira. No primeiro patamar, um polo a leste conglomerava edifícios altos em torno da Sé, em artérias de raiz medieval; e um polo a oeste, a partir do morro da Vitória, surgido a partir de conjuntos de vias de raiz moderna e mais ligadas a nobreza e negócios, como as ruas das Flores, o largo de S. Crispim, entre outros.

Num segundo patamar altimétrico da cidade, umas dezenas de metros acima, nova conglomeração de edifícios altos se afirmava, em zonas de bem-estar material, pois associadas a tratos e negócios, na zona dos Clérigos e concretamente, as ruas de Trás, das Hortas, da calçada dos Clérigos ou o largo de S. Bento (ex-Porta de Carros), entre outros exemplos.

Os elementos e ligações evidenciados respetivamente nos dois parágrafos imediatamente acima (cércea) e anteriores (qualidade do *habitat* e altura dos edifícios) tornaram-se ainda mais salientes quando analisámos as relações entre ‘qualidade média do alojamento’ e grupos de ocupações classificadas segundo a *Historical International Standard Classification of Occupations* (HISCO), bem como entre estes últimos e a cércea dos edifícios (subcapítulos 3.2.4.1. e 3.2.4.2.). Assim, trabalhar na ‘produção artesanal’, na ‘agricultura e pescas’ e nos ‘serviços’ (relembremos, a fim de evitar anacronismo, que na classificação HISCO, os ‘trabalhadores de serviços’ organizam ou realizam restauração, limpeza, serviços pessoais, proteção e afins) estava associado, em 76% dos casos, a habitar alojamento de má qualidade; sendo tal condição reiterada pela diminuta probabilidade de habitar alojamento classificado nos níveis mais altos de conforto: concretamente, apenas 1,7%.

Como a relação entre qualidade do *habitat* e altura dos edifícios já havia sido estabelecida, facilmente depreendemos que, na análise da relação altura dos edifícios-grupos de ocupações HISCO, também os alojamentos de menor altura, com 1 só piso, agregassem precisamente estes três grupos ocupacionais, em 63% dos casos. Realmente, *taberneiros, vendeiros, tendeiros, lojas e oficinas...* todos, realizando trato ao nível do pavimento térreo, abertos à rua e até, na rua. As portas quase sempre abertas deixariam ver a união do lar e da fábrica⁷⁹⁴, num mundo organizado em torno da produção.

⁷⁹⁴ Gribaudi, 2008: 35, citando H. Balzac, 1837.

Os espaços ligados aos indivíduos laborando em trabalhos da produção artesanal e da agricultura e pescas apresentavam duas (2) tendências, a da beira-rio e a das novas artérias, longas e arejadas, nas franjas da cidade. Respetivamente, as ruas da Ferraria de Baixo e dos Caldeireiros (ou Ferraria de Cima) e ruas do Senhor do Bonfim e Bela da Princesa, a nordeste, enquanto a noroeste, seria a rua da Rainha (atual Antero de Quental) (subcapítulo 3.2.4.3.1., *Geografia ocupacional em 1832*).

Esta nossa abordagem permitiu a simultânea ratificação e retificação da literatura sobre a época no Porto, ao acentuar que fortes correlações entre grupos de ocupações e espaço, concretamente artérias, só se demonstraram efetivas, para estes anos de 1830, em menos casos do que os avançados⁷⁹⁵; embora na nossa análise se encontrassem algumas das artérias tradicionalmente apontadas como caracterizadas por dadas ocupações e produtos - um dos troços da Ferraria para o trabalho de metais, a zona da freguesia de Santo Ildefonso e do Bonfim como chamarizes de pequenas oficinas de têxtil, fabricantes de fitas e sedas, tintureiros tecelões, entre outros⁷⁹⁶.

Nem só de ‘estrutura’ viveram as nossa interrogações. Preocupava-nos a deteção de possíveis ‘dinâmicas’. Sendo possível a comparação da evolução da organização do alojamento e dos agregados familiares de oito (8) artérias do centro do Porto, entre 1800 e 1832, prosseguimos tal análise (subcapítulo 3.1.2.). A amostragem era de conveniência, dado que as artérias em causa eram as documentalmente disponíveis. Não obstante, realizámos testes estatísticos de bondade de ajustamento baseado no qui-quadrado entre as frequências em causa observadas na primeira amostra (de 1800) e respetivos dados na segunda amostra (1832), sendo que o resultado confirmava a amostra de 1800 como suficientemente representativa do todo (de 1832) para se poder proceder a análises longitudinais. Foi visível a diminuição da dimensão média de fogos por edifício entre o início do século e a década de 1830, de 1,78 fogos/edifício, para 1,07, mas este resultado deve ser compaginado com o verdadeiro contexto de guerra vivido na cidade na data da segunda amostra, além de que tais artérias se situavam em

⁷⁹⁵ Serén e Pereira, 2000: 386.

⁷⁹⁶ Madureira, 1996: 423 e 426-427.

zonas perto, ou muito perto, do rio, portanto, facilmente expostas aos bombardeamentos.

Compreensivelmente, a estrutura do alojamento revelou-se bastante estável entre as 3 décadas em causa, ou seja, a proporção de edifícios que se mantém, entre tais balizas temporais, é em todos os casos, igual ou superior a 50%. Mercados imobiliários típicos do centro citadino, com grande rigidez. Já a dinâmica dos agregados familiares mostrava um pouco mais de movimento, embora, mesmo assim, com artérias como S. Crispim e Congostas denotando cerca de metade de famílias, permanecendo no mesmo local. Interessante notar que, enquanto a primeira era uma via ligada ao trato comercial de médio porte (‘negociantes’), a segunda caracterizava-se pelo seu elemento oficial.

A estabilidade habitacional favorecia a estabilidade ocupacional ou profissional dum agregado familiar; sendo que, alternativamente, havendo mudança de atividade laboral, esta acontecia num mesmo espectro ocupacional (por exemplo, passava-se de ‘caixeiro’ para ‘negociante’).

A passagem do saber-fazer familiar, doméstico ou vicinal era a principal forma de aprendizagem e inserção socioeconómica das sociedades modernas e em grande parte, do período contemporâneo. A contribuição acima exposta reiterou a sugestão de que a estabilidade em termos de *habitat* e vicinalidades teve, inevitavelmente, pesos a serem eventualmente tidos em conta na discussão da evolução urbana e socioeconómica do Porto, agregando e relacionando mais e novos elementos ao argumento.

Com estas mesmas amostras em causa, prosseguiram-se comparações das díades ‘espaços urbanos-grupos de indivíduos com ocupações’ (subcapítulo 3.2.2.), para se concluir da exemplaridade da rua de S. Crispim quanto à estrutura ocupacional e respetiva evolução no primeiro terço do século, face às da cidade do Porto: ‘trabalhadores de vendas’ (‘negociantes’, essencialmente) e da ‘produção e similares’; com a substancial existência, em 1800, de indivíduos ‘sem ocupação declarada’ (neste caso, principalmente ‘proprietários’). A evolução ocupacional em S. Crispim segue a tendência geral, i.e., decréscimo acentuado dos ‘sem ocupação declarada’, mais leve dos ‘trabalhadores da produção e similares’ e aumento dos efetivos dos ‘trabalhadores de vendas’. As restantes sete (7) artérias em causa foram assumidas como espécimes de análise duma evolução em termos de estrutura laboral, impossível de generalizar, fosse à cidade, fosse a outros espaços, naquele momento; e claramente limitada quanto à

abertura temporal. Exploratório, pois, o painel, mas disponível enquanto contribuição para outras análises.

É reconhecido que uma quantas décadas serão tempo insuficiente para explorar condignamente mudanças gerais dos caracteres dum mercado laboral urbano. No entanto, em casos de inovação técnica, ou acontecimento natural catastrófico (entre outros exemplos), tal pode acontecer. Cidades, regiões, nações mudam rapidamente o seu fâcies, económico, social, institucional..., desde que necessário.

No nosso caso, reconhecia-se uma época idiossincrática no Porto, apontavam-se opções de algum possível recuo e, ou, reforço da tradicionalidade na produção, com expansão da mesma. Perguntámo-nos, pois, pelos trabalhadores (o ‘trabalho’).

O quadro das ocupações portuenses em 1832 revelava muito duma cidade com características modernas, ou seja, onde o peso das atividades de produção artesanal é ainda bastante marcante. Devemos temperar esta classificação com a conhecida fluidez entre artesanato e comércio, pelo que metade, ou mais, da população ativa portuense estaria ocupada entre produção artesanal e manufatureira e comércio.

Confirma-se, pois, a imagem amplamente divulgada do Porto, cidade comercial, embora possa ser possível ver o nosso contributo como o de matizar tal ideia, ao nível da microanálise, pelo relevo com que se afirmavam tanto as realidades da ‘produção artesanal e manufatureira’, como da alargada faixa de indivíduos ‘sem ocupação declarada’ que, lembremos, englobavam frequentemente os espectros opostos da escala dos rendimentos, desde o ‘pobre’ e ‘mendigo’, ao ‘proprietário’ e ‘capitalista’.

Aliás, a evolução da estrutura ocupacional portuense entre 1800 e 1832 (utilizando classificações de grupos ocupacionais HISCO) (subcapítulo 3.2.1.3) revelou, precisamente, a consistente importância laboral da ‘produção’, do ‘comércio’ e dos que eram socialmente identificados fora do mundo do trabalho, com ou sem rendimentos (os ‘sem ocupação declarada’). Uma aproximação mais atenta revelou um decréscimo do primeiro e terceiro grupos e um aumento do segundo. Também aumentaram os ‘trabalhadores dos serviços’ (na classificação HISCO, os ‘trabalhadores de serviços’ organizam ou realizam restauração, limpeza, serviços pessoais, proteção e afins, reiteremos) e os ‘trabalhadores profissionais, técnicos e relacionados’. Dois grupos ocupacionais eram de muito frágil implantação no Porto: os ‘trabalhadores da

agricultura, pecuária e pescas’ e os ‘trabalhadores administrativos e gerenciais’. Não por acaso, o primeiro revelava um traço arcaizante da sociedade, enquanto o segundo, precisamente o oposto, o da especialização da gestão, traço contemporâneo do edifício socioeconómico.

Mencionemos que os efetivos classificados como ‘trabalhadores dos serviços’, abrangendo aqueles que trabalhavam em ‘serviços de proteção’, estavam inflacionados em 1832 (o Porto estava então sob cerco militar e era palco de uma guerra civil); mas, mesmo assim, o grupo destes trabalhadores revelou tendência para aumento, neste âmbito temporal, no subgrupo de ‘proprietários trabalhadores (restauração, alojamento e serviços de lazer’ – são os ‘taberneiros’, ‘estalajadeiros’, ‘venda de vinho’, entre outros; que iam cada vez mais fornecendo suporte ao tráfico e mercado citadino-regional, em geral.

A evolução dos ‘trabalhadores da produção e similares’ (o mundo do trabalho artesanal, manufatureiro e oficinal) entre o início do século XIX e os anos trinta, revelou: 1. queda acentuada dos ‘sapateiros e fabricantes de produtos de couros’ e dos ‘marceneiros, trabalhadores da madeira e relacionados’: 2. trabalhadores dos ‘têxteis’ (fiadores, tecelões, tintureiros, entre outros) e ‘metais’ (ferreiros, ferramenteiros e afins) crescem no início do período e decrescem no fim, voltando a valores iniciais; 3. evidente diversificação de grupos ocupacionais, que entretanto crescem, com relevo especialmente para os ‘trabalhadores não classificados noutros lados’ (semiespecializados e/ou indiferenciados); e também, embora menos, para os ‘trabalhadores de metais preciosos’ e ‘processadores de alimentos e bebidas’.

Tais resultados analíticos corroboram, tendencial, mas não completamente, a literatura sobre a evolução do trabalho, quanto a produtos e artífices, para a época, nomeadamente, para a perda de importância dos sapateiros e trabalhadores da madeira; e aumento dos trabalhadores dos têxteis⁷⁹⁷. Os nossos outros resultados divergem, pelo menos parcialmente.

O trabalho no feminino e a existência da pluriatividade foram explorados, enquanto pertencentes ao contexto do mundo laboral portuense. Os resultados corroboraram

⁷⁹⁷ Madureira, 1996: 446.

tendências da literatura e pretendemos que surgissem como uma contribuição exploratória, também, para estudos urbanos futuros.

A cidade diária do trabalho também apresentava ‘dinâmicas’ internas relativas à deslocação entre espaços, doméstico e laboral (em 1832). Procedemos a uma análise baseada no paradigma das redes sociais, para detetarmos dois (2) grandes nós, a rua das Flores e a rua de Cima de Muro, com feições opostas nas deslocações de que são palco. As Flores são a artéria em que mais gente saía de casa para o trabalho na mesma rua e era uma rua essencialmente alimentadora de outras. Das Flores, saíam *negociantes*, *mercadores*, *capelistas* e *ourives* para irem trabalhar para outros lados. Com Cima de Muro acontecia o contrário, recebia muito mais gente para aí trabalhar diariamente, do que saía; e a composição deste fluxo de gente trabalhadora era mais heterogénea, equilibrando os mesteres (como *vassoureiro*, *alfaiate*...) e os *negociantes*, com leve peso superior dos primeiros. Esta cidade do trabalho que se deslocava, diferenciando espaço doméstico e espaço do trabalho, era, na sua esmagadora maioria, composta por *negociantes*, que essencialmente se ligavam, além destes dois nós acima mencionados, a outros como a calçada dos Clérigos, as ruas das Hortas, de Cedofeita, Bela da Princesa e Santa Catarina, Almada e Bonjardim. Tudo nos sugeriu que o universo do trabalho em que o alojamento doméstico e privado se distinguia daquele laboral, seria apanágio daqueles que, por via dos rendimentos e/ou, especificidade das matérias-primas trabalhadas e clientelas, acederiam a esse outro nível de domínio e separação de espaços.

Este pequeno ensaio em torno das redes sociais de base laboral do Porto de 1832 poderá ser um aporte para a história urbana portuense não só nos resultados apresentados como na sugestão metodológica da utilização deste tipo de abordagens.

A interação entre indivíduos, ocupações e espaços foi também estudada por via de exercícios de análise de correspondência utilizando como variáveis as artérias e os grupos ocupacionais *Major* da HISCO, em 1832, 1808 e 1800. Para além de aproximações sincrónicas, tentámos a comparação em perspetiva longitudinal, visando saber da evolução espacial das ocupações na cidade.

A rua das Flores surgiu de novo, em 1832, como iniludivelmente ligada aos *negociantes* (a par, na altura, da rua das Hortas e da rua nova de S. João). Verifique-se, linhas acima, da relevância das Flores e Hortas enquanto espaços de trabalho e circulação destes profissionais, neste primeiro terço do século XIX.

Note-se também que enquanto em 1832 os negócios se concentravam fortemente em três artérias, sendo apenas uma delas, junto ao rio (rua Nova de S. João); em 1808, tal atividade encontrava-se mais dispersa pela cidade – de norte para sul, praça de Santo Ovídio (atual praça da República), calçada dos Clérigos e rua de S. Bento, praça da Ribeira e depois, para nordeste, Campo Grande e rua de Cimo de Vila (contígua à concorrida zona da Batalha). Embora não se identifiquem, confira-se a contiguidade da rua nova de S. João (1832) com a praça da Ribeira (1808) ou da rua das Hortas (1832) com a calçada dos Clérigos (1808).

Convirá notar a mudança que, em termos socio espaciais ocorreu, entre 1808 e 1832, no tocante às ocupações da área da produção artesanal e espaços com que se relacionam. Se em 1808 o desenho das vias fortemente associadas a tais ocupações se assemelhava a uma flor, de bolbo ribeirinho (Banhos-Congostas-Ferraria de Baixo), desenvolvendo-se depois as pétalas tanto nas direções noroeste (Flores, Cordoaria) como nordeste (Corpo da Guarda, Loureiro, Santo Ildefonso); cerca de 25 anos mais tarde, da concentração ribeirinha sobrará uma das artérias (Ferraria) a que se aduz outra (Caldeireiros), mas de cota mais alta na encosta do monte da Vitória. Todas as restantes vias de forte associação com estas atividades laborais produtivas, galgaram montes e espaços, espraiando-se bastante a norte (Rainha e Bela da Princesa) e nordeste (senhor do Bonfim), em processo que antecipava a anexação destas zonas em freguesias da cidade, nos anos a seguir (Paranhos, em 1837; Bonfim, em 1841).

Dum ponto de vista global, este estudo, nas várias dimensões assumidas, não pôde arrogar-se plenamente nem a explicação, nem a corroboração, do “enigma” económico-social portuense da primeira metade do século XIX. No entanto, a partir dele trabalhou, e nesse contexto indícios encontrámos de ‘dinamismos’ vários, embora com ligações mais e menos claras. Do resto do contributo que aqui se deixou, dão conta as linhas acima.

FONTES e BIBLIOGRAFIA

Fontes e Bibliografia

FONTES

Fundos de Arquivo

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DO PORTO (AHMP)

Águas da cidade (1806), AHMP, cota 2112

Contribuição de guerra sobre as Corporações dos Ofícios (com lojas abertas: 1808), AHMP, cota 2024

Contribuição francesa – registo das ordens (1808), AHMP, cota 2026

Contribuição francesa (1808), AHMP, cota 2025

Copiador dos ofícios e mais papéis relativos ao juízo da Saúde Pública (1826-1843), AHMP, cota 1180

Copiador 13. Governo, 1826-1832, AHMP

Declarações dos proprietários das Oficinas de impressão, litografia e gravura (1835-1866) (...relativo à Lei de 1832), AHMP, cota 1156

Descrição Historica das Arcas, Fontes e Aquedutos da Cidade do Porto (1836), AHMP, cota 2430

Junta da paróquia de Sto. Ildefonso. Recrutamento militar (1836-1839), AHMP, cota 4933

Junta das Obras Públicas. Registo dos requerimentos e portarias da Ilustríssima Junta das Obras Públicas (1820-1834), AHMP, cota 1187

Lista das 14 Companhias de Ordenanças do Porto (1807), AHMP, cota 4464

Lista das mulheres meretrizes existentes no bairro de Santo Ovídio, AHMP, in Maço 6041

Livro 72 das Próprias, (1832), 10. Dezembro, AHMP, fls. 104, 104v., 105

Livros de Recenseamento dos Bairros de Cedofeita (AHMP, cota 2038), Stª Catarina (AHMP, cota 2037) e Stº Ovídio (AHMP, cota 2039), para aboletamento de oficiais

Registo dos moradores da zona pertencente à 2ª (?) Companhia de Ordenanças da Cidade (1800), AHMP, cota 2870

Saneamento – Suplemento às Próprias, cota 218 (anos de 1833-34)

Vereações, 1832-34, AHMP, fl. 45v.

a. Décima, AHMP:

Décimas das freguesias de S. Martinho Lordelo do Ouro; S. Miguel de Nevogilde (1835-1836), AHMP, cota 1652

Lançamento da Décima do dinheiro a juro da freguesia de Cedofeita (1762-1837), AHMP, cota 1619; (1) ano de 1834; (2) anos de 1836/37

Lançamento da Décima do dinheiro a juro da freguesia de Massarelos (1762-1836), AHMP, cota 1754 (anos de 1834/36)

Lançamento da Décima do dinheiro a juro da freguesia de Sto. Ildefonso (1707-1836), AHMP, cota 1829 (ano de 1836); cota 4500 (anos de 1834/36)

Lançamento da Décima do dinheiro a juro da freguesia de S. Nicolau, AHMP, cota 4524 (ano de 1835)

Lançamento da Décima do dinheiro a juro da freguesia de S. Pedro de Miragaia, AHMP, cota 1806 (anos de 1834/36)

Lançamento da Décima do dinheiro a juro da freguesia da Sé (1763-1834), AHMP, cotas 4607 e 4608 (anos de 1834/36)

Lançamento da Décima do dinheiro a juro da freguesia de Nossa Sra. Da Vitória, AHMP, cota 4861 (ano de 1836)

b. Fontes cartográficas, AHMP:

Planta da cidade do Porto, de George Balck (1813), [Material Cartográfico], AHMP

Planta da cidade do Porto e arredores, com localização das fortificações liberais e miguelistas durante o Cerco do Porto (1832), (litografia inglesa), [Material Cartográfico], AHMP

Planta topográfica da cidade do Porto, por J. Costa Lima (1839), [Material Cartográfico], AHMOP

Planta topográfica da cidade do Porto, por Augusto Gerardo Telles Ferreira (1877-1892), [Material Cartográfico], AHMP

Andrade, Monteiro de (compil. de) (1943), *Plantas antigas da cidade (séc. XVIII e primeira metade do séc. XIX)*, Porto: CMP/Gabinete de História da Cidade, [Material Cartográfico], AHMP

ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO (mencionado usualmente como Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas)

Mapa demonstrativo do Estado em que actualmente se acham todas as Fábricas que existem na cidade e comarca do Porto no corrente ano de 1812, AHMOP, cota JC12 [Fundo relativo à Junta do Comércio]

Mapa das fábricas de curtumes existentes na comarca do Porto (1813), AHMOP, cota JC12 [Fundo relativo à Junta do Comércio]

Mapa de todas as fábricas estabelecidas no distrito da comarca do Porto (1814-15), AHMOP, cota JC12 [Fundo relativo à Junta do Comércio]

Quadro II – Estatística Industrial de 31. Dez. 1852, AHMOP, DGCAM, cota RM-2S-3/4

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

a. IANTT/Junta do Comércio (consultas, decretos, avisos, etc)

Mapa das Fábricas da Comarca do Porto de que é Conservador Sebastião Correia de Sá (30. Out. 1813), Fundo: Junta do Comércio, nível de descrição: Série; Código Referência: PT-TT-JC/A/C/3 [ex-caderneta C-467]

Mapas do estado da cobrança da contribuição extraordinária de defesa elaborados na contadoria da Junta do Comércio, maço 12, caixa 45

b. IANTT/Junta do Comércio (Negócios diversos)

Negócios Diversos, JC, Maço 344, Caixa 700

Negócios Diversos, JC, Caixa 86, Livro 188

Negócios Diversos, JC, Caixa 86, Livro 76

Negócios Diversos, JC, Livro 81

c. IANTT/Colecção de Plantas, Mapas e outros documentos iconográficos

Mapa das principais obras publicas que se fizerão na cidade do Porto (1788), maço 504, documento 67

Planta que mostra o corpo central dos arcos da Ribeira (...), maço 783, documento 54

Elevação do muro da cidade no caes da Ribeira do Porto, em frente da Ponte das Barcas (...), Março de 1813, maço 783, documento 42

d. IANTT/Ministério do Reino (MR) [1736-1833]

MR, ASE (Arquivo de Secretaria Geral)

ASE/Arquivo de Secretaria Geral, Negócios Diversos

MR, Negócios Diversos, ASE, Maço 1907 – *Comissão Sanitária do Porto* (1833)

MR, Negócios Diversos, ASE, Maço 1910 – *Junta do Comércio: consultas* (1833-34)

MR, Negócios Diversos, ASE, Maço 1913 – *Obras Públicas* (1833-34)

MR, Negócios Diversos, ASE, Maço 1912 – *Misericórdias* (...) (1833-34)

ASE, 1ª Repartição, Negócios Diversos

MR, Negócios Diversos, ASE, 1ª Repartição, Maço 1952 – Associação Comercial do Porto (1839)

ASE, 3ª Repartição, Consultas das Juntas Gerais dos Distritos

MR, ASE, 3ª Repartição, Maço 2029 – Juntas Gerais: consultas (1835-43)

ASE, 4ª Repartição, Negócios diversos sobre expostos

MR, ASE, 4ª Repartição, Maço 2084 – Expostos (1835-43)

ASE, 4ª Repartição, Passaportes

MR, ASE, 4ª Repartição, Maço 2161 – Segurança Pública: passaportes (1838-43)

MR, Junta Provisória do Porto (SR)

Correspondência da Câmara Municipal do Porto (SR)

Maço 261 [1832-1834]

MR, Junta Provisória do Porto (SR)

Negócios Diversos (Col.)

Maço 1952 [1835-1843]

MR, ASE, 3ª Direcção/2ª Repartição (Administradores de Concelhos, Câmaras Municipais, Governos Cíveis)

MR, Registo de Correspondência Recebida

Livros 857 e 857-A (cotas provisórias), [LIV.º 1º, 1843]

Camaras Municipais: Porto (orçamento) proc.º 502

Circulares: Mapas de Estabelecimentos de Piedade e Beneficencia: proc.º 120, 743,215 do LIV.º 8º

Orçamento da Camara do Porto: proc.º 502 [Decreto de 8.Mai.1844]

[LIV.º 2º, 1844]

Camaras Municipais: Porto (Casa da Fazenda Nacional) proc.º 146

Porto (Orçamento de 1844 a 1845): proc.º 487

Governo Civil do Porto, Asilo de Mendicidade do Porto: proc.ºs 987, 988 (passa a 624, LIV.º 4º, Decreto de 25.Jun.1846, sobre a Beneficencia)

Irmandades, Porto, Nossa Sr.ª do Pilar (Estatutos): proc.º 406

Mestres Ferreiros e Serralheiros da Cidade do Porto (Estatutos): proc.º 376

Livros 859 e 859-A (cotas provisórias), [LIV.º 4º, 1846], proc.ºs

Mapas dos rendimentos e Despesas das Camaras Municipais: 357 (so tem os Govs. Civis de Ponta Delgada e Portalegre)

Consultas das Juntas Gerais (1845 e 1846): 363

Pautas dos habitantes dos diversos distritos para Administradores dos Concelhos: 365, 836

Mapa Estatistico da População: 247, 84 (passa a 688, L.º 5º)

Expostos (mapas do movimento): 394

Asilo Portuense de Mendicidade para que S. Magestades aceitem o cargo de Protectores daquele estabelecimento: 765, 624, 879

-abertura solene no dia 31.Julho.1846: 879

Administradores de Concelho e de Bairro: Sta. Catarina e Cedofeita – suspensos, e nomeados outros interinamente: 439, 497; 503 (c, p)

Contribuições Municipais (Mapas): 357, 346

Contribuições Directas: 110, 246, 352, 801

Cidadãos do 3º Bairro da Cidade do Porto, reintegrando o Administrador do Bairro, Francisco Faustino da Costa: 740, 803

Comissoes:

Municipal do Porto (da parte do que esta em exercicio): 497

Estatistica, para que remeta o mapa das freguesias de que se compoem os concelhos do Continente e Ilhas: 832ª, passa a 1030

Camaras Municipais: Porto (dissolvida): 439, 497, passa a 503

Porto (sobre a despesa do alojamento dos Officiais do Regimento 16 na Cidade do Porto): 594

Porto, pedindo a publicação do Regulamento mencionado no art.º 119 do Codigo: 842, ..., 2252 [LIV. 3º]

Livros 860 e 860-A (cotas provisórias), [LIV.º 5º, 1847], proc.ºs

Mapas dos rendimentos e Despesas das Camaras Municipais: 357 (so tem os Govs. Civis de Ponta Delgada e Portalegre)

Consultas das Juntas Gerais (1845 e 1846):363

Pautas dos habitantes dos diversos distritos para Administradores dos Concelhos: 365, 836

Mapa Estatistico da População: 247, 84 (passa a 688, L.º 5º)

Expostos (mapas do movimento): 394

Asilo Portuense de Mendicidade para que S. Magestades aceitem o cargo de Protectores daquele estabelecimento: 765, 624, 879

-abertura solene no dia 31.Julho.1846: 879

Administradores de Concelho e de Bairro: Sta. Catarina e Cedofeita – suspensos, e nomeados outros interinamente: 439, 497; 503 (c, p)

e. IANTT/Alfândega do Porto [1720 -1834[38]]

[O fundo relativo à Alfândega do Porto teve um inventário reorganizado e em fase de divulgação, no final do ano de 2005. O arquivista Joaquim Machado, responsável por esta inventariação, foi de uma presteza fora de série, explicando-nos a estrutura da Alfândega do Porto: o seu funcionamento, orgânica, circuitos documentais e séries documentais que poderíamos explorar numa primeira fase, para depois escolher, numa segunda fase. Deste trabalho arquivístico resultou um Relatório intermédio efectuado ao então Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa (CEHCP), retomado e melhorado para efeitos desta dissertação no ANEXO G, juntamente com as razões que nos levaram à escolha por determinadas séries documentais e metodologias de investigação a ele aplicadas.

Houve ainda um cruzamento efectuado pela autora com os ALMANAQUES de Lisboa e Porto, procurando completar e/ou confirmar informações sobre Negociantes portuenses detectados na documentação alfandegária. A Dr.^a Graça Barros foi, quanto ao trabalho com os ALMANAQUES e até nas hipóteses discutidas sobre o cruzamento de informação com a CASA DA SUPLICAÇÃO – documentação judicial onde apareciam processos de falências – outro auxílio indispensável.]

Receita e Despesa (Portos Secos) [1763-1831] (amostragem sistemática: cada 4º ano, entre 1802 e 1831)

Ano de 1830 (COTA: Livro 1746)

Ano de 1826 (COTA: Livro 1689)

Ano de 1822 (COTA: Livro 1503)

Ano de 1818 (COTA: Livro 1376)

Ano de 1814 (COTA: Livro 1223)

Ano de 1810 (COTA: Livro 1170)

Ano de 1806 (COTA: Livros 1052, 1077)

Ano de 1802 (COTA: Livro 1001)

Receita da Estiva [1783-1824] (amostragem com intervalo temporal assumido, entre ponto cronológico inicial e final da época em estudo)

Ano de 1802 (COTA: Livro 1569)

Ano de 1824 (COTA: Livro 983)

Receita Geral (Mesa Grande) [1787-1834] (recolha completa para o período considerado)

1801 (COTA: Livro 958)

1802 (COTA: Livro 988)

1803 (COTA: Livro 1014)

1804 (COTA: Livro 1033)

1805 (COTA: Livro 1053)

1806 (COTA: Livro 1078)

1807 (COTA: Livro 1091)

1808 (COTA: Livro 1111)

1809 (COTA: Livro 1137)

1810 (COTA: Livro 1173)

1811 (COTA: Livro 1182)

1813 (COTA: Livro 1272)

1814 (COTA: Livro 1307)

1815 (COTA: Livro 1329)

1818 (COTA: Livro 1368)

1819 (COTA: Livro 1399)

1820 (COTA: Livro 1422)

1821 (COTA: Livro 1450)

1822 (COTA: Livro 1493)

1823 (COTA: Livro 1523)

1824 (COTA: Livros 1573, 1572, 1571)

1825 (COTA: Livros 1624, 1623, 1625, 1650, 1629, 1627, 1630, 1628, 1640, 1641, 1638)

1826 (COTA: Livros 1691, 1692, 1693, 1694, 1649, 1695, 1696, 1690, 1688, 1697)

1827 (COTA: Livros 15 e 16)

1828 (COTA: Livro 31)

1829 (COTA: Livro 42)

1830 (COTA: Livros 53 e 54)

1831 (COTA: Livro 65)

1832 (COTA: Livro 74)

1833 (COTA: Livros 83 e 84)

- e ** faltam informações para 1812, 1816 e 1817

Receita das Saídas (Consulado) [1763-1833]

Ano de 1831 (COTA: Livro 62)

Ano de 1824 (COTA: Livro 1584)

Donativo dos 4%

Ano de 1832 (COTA: Livro 1750)

Verificámos ainda, decidindo da sua não utilização, as séries “*Receitas nas Fazendas do Pátio*” (1824, COTA: livro 385); e “*Termos das Rematações dos Géneros dizimados em Espécie*” (1827, COTA: livro 24; e “*Termos das Arrematações da Aduela*” (1827, COTA: livro 9).

ANEXO G contem opções metodológicas de trabalho com a citada documentação

f. IANTT/Impostos

1804: Livro dos novos impostos da Freguesia da Se (COTA 5357)

1818: Imposto de 3% sobre Casas e Fábricas, Freguesia de Sam Pedro de Miragaya (COTA 5240)

1804: Fabricas (couros e cavalgaduras) (COTAS 5371; 5372)

1821-1824: Imposto de 3% de fabricas de teares (Sto. Ildefonso, Avenças das Fabricas) (COTA 5250)

1804: Imposto de 3%, Fabricas de Chapéus, Freguesia da Sé (COTA 5357)

1804: Novo Imposto Fabricas, 1804, S. Pedro de Miragaya – Fabricas de Loiça (COTA 5227)

1821-1824: Impostos sobre Fabricas de Solas, curtumes, papel, etc. Vila Nova de Gaya (COTA 5366)

ANEXO G contem opções metodológicas de trabalho com a citada documentação.

g. IANTT/ Almanques [1802, 1814]

Almanach para o anno de 1802, Lisboa, na Regia Officina Typographica, com licença da Meza do Desembargo do Paço, cota SP 726 CF

Almanach de Lisboa para o anno de MDCCCXIV, Lisboa, na Typographia da Academia Real das Sciencias, com privilegio de S.A.R., cota SP 731

INSTITUTO PORTUGUÊS DE CARTOGRAFIA E CADASTRO

Planta topographica da cidade do Porto aonde se vêem exactamente marcados todos os Edifícios, Praças Publicas, e Ruas novamente abertas, bem como alguns projectos aprovados pelas Autoridades Municipais para maior comodidade dos seus habitantes e beleza da mesma cidade. Ampliada e corrigida a graphómetro em 1839. Por J. C. Lima, (856*760 mm), cota 381

Planta da Ribeira da Cidade do Porto (autoria provável de Reynaldo Oudinot, data provável: década de 1790), (092*521mm), cota 382

BIBLIOTECA NACIONAL

Reservados

The cities of Europe.Oporto, London, publ. by Moon, Boys & Graves, 1829, cota RES-1341
Notícias dos acontecimentos do Porto. Fenómeno em cima do Douro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1821, cota RES-1704 11 V

Leitura Geral

Relatório apresentado à Junta Geral do Districto do Porto em 1839 (na primeira reunião annual da Sessão Ordinaria da Junta Geral Administrativa do Districto do Porto, apresentado pelo Conselheiro Administrador Geral, João António Ferreira de Moura), Porto, Typographia da Gandra & Filhos, 1839, B.N. – C.G. 1095 – A

Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Porto na sua sessão ordinaria do anno de 1855 pelo Governador Civil Barão do Vallado, Porto, Typographia de Sebastião José Pereira, 1855, B.N. – C.G. 1095 – A

Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Porto na sua sessão ordinaria do anno de 1856 pelo Governador Civil Barão do Vallado, Porto, Typographia de Sebastião José Pereira, 1856, B.N. – C.G. 1095 – A

Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Porto na sua sessão ordinaria do anno de 1857 pelo Governador Civil Barão do Vallado, Porto, Typographia de Sebastião José Pereira, 1857, B.N. – C.G. 1095 – A

Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Porto na sua sessão ordinaria do anno de 1859 pelo Governador Civil Barão do Vallado, Porto, Typographia de Sebastião José Pereira, 1859, B.N. – C.G. 1095 – A

Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Porto na sua sessão ordinaria do anno de 1860 pelo Governador Civil Barão do Vallado, Porto, Typographia de Sebastião José Pereira, 1860, B.N. – C.G. 1095 – A

Companhia Portuense de Iluminação a Gás.Estatutos, 1853, S.C. 11727 6 P

Alfândegas. Mapas estatísticos e dos rendimentos (1858-59; 1859-60; 1860-61), cota SC 2445 A

Imagens e costumes do Porto de outras eras. Grande exposição de aguarelas, desenhos e iluminuras de Gouvêa Portuense sob o patrocínio do Gabinete de História da cidade, Porto, Gab. De História da Cidade, 1944, cota B.A.C. 115 V

Estatutos da Companhia de empréstimo para as estradas do Minho denominada “Utilidade Pública”, Porto, Typographia Commercial, 1854, cota S.C. 16496 6 P

Azevedo, Francisco Pereira de (1864), *Historia da prostituição e polícia sanitaria no Porto*, Porto, F. Gomes da Fonseca Editor, cota S. A. 22.601 P.

Almanak da cidade do Porto e Vila Nova de Gaya para o anno de 1855, Porto, Typographia de Faria Guimarães, 1854, cota P. P. 5371 P.

O Leal Português (Porto, 1808-1810), cota P. P. 5027 P.

O Patriota Portuense, (Porto, 1821, nº 1-78), cota P. P. 3389 A.

A Esmeralda (Porto, 1850-51), cota P. P. 11798 V.

O Almanaque do Povo (Porto, 1853), cota P. P. 6393 P.

Almanaque comercial, fabril e judicial e administrativo do Porto e seu distrito (Porto, 1856), cota P. P. 6374 P.

Periódicos

O Leal Português (Porto, 1808), cota J. 297 P.

Diário do Porto (Porto, 1809), cota J. 51

Diário Nacional (Porto, 1820), cota J. 318 19 P.

O Patriota Portuense, (Porto, 1821, nº 1-302), cota J. 1665 28 V.

Borboleta Duriense (Porto, 1823, nº 26-49), cota J. 1278 P.

Diário do Parlamento das Carnes (Porto, 1825), cota J. 323 7 P.

Borboleta (Porto, 1826), cota J. 1283 P.

O Sol (Porto, 1827), cota J. 1277 P.

Imparcial (Porto, 1826-28), cota J. 1.643 9 V.

Diário do Porto (Porto, 1835), cota J. 1663 11 V.

O Artilheiro (Porto, 1837), cota J. 285 P.

O Nacional (Porto, 1846), cota J. 1702 49 V.

A Estrela do Norte (Porto, 1847), cota J. 1663 51 V.

O Lidador (Porto, 1854-55, nºs 20, 214 e 216), cota J. 1702 18 V.

Jornal da Sociedade Agrícola do Porto (Porto, 1856-58), cota J. 335 10 P.

Jornal da Sociedade Agrícola do Porto (Porto, 1858), cota J. 982 7 P.

O Clamor Publico (Porto, 1857), cota J. 993 A.

O Monitor (Porto, 1857-58), cota J. 1702 43 V.

O Oriente. Diario politico, litterario, commercial, industrial e agricola (Porto, 1858, nº 251), cota J. 1687 36 V.

Iconografia

Juntas de Paróquias.Instruções (1838), cota CT 1669 V

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO

Crónica Constitucional do Porto, (1832-1834), Porto: s.n., Biblioteca Municipal do Porto

Borboleta Constitucional (1822), Nº 229 (11. Outubro), Porto, Imprensa do Gandra

Collecção de Leis 1829 até Agosto de 1834, Lisboa, Imprensa Nacional

Fontes impressas

Legislação, regulamentos, documentos oficiais

Direcção Geral de Estatística Geral e dos Proprios Nacionais (1900), *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*, Lisboa, Imprensa Nacional, Vol. III, Parte I

Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) (1994), *Classificação Nacional de Profissões*, Lisboa, IEFP

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2003), “Antecedentes, metodologia e conceitos”, in *Censos 2001: XIV recenseamento geral da população: IV recenseamento geral da habitação*, pelo Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, I.N.E

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2007), *Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE-Rev.3). Notas Explicativas*, Lisboa, INE

International Labour Office (ILO) (1969), *International Standard Classification of Occupation*, Geneva, ILO

Estatísticas, memórias e relatórios

Balbi, Adrien (1822), *Essai sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, 2 vols., Paris

Balbi, Adrien (1822), *Variétés politico-statistiques*, Paris

Instituto Nacional de Estatística (1971), *A cidade do Porto – sümula estatística (1864-1968)*, Lisboa, INE

Jorge, Ricardo (1897), *Origens e desenvolvimento da população da Cidade do Porto*, Porto, Tip. Occidental

Jorge, Ricardo (1899), *Demografia e Higiene da Cidade do Porto. I. Clima. População. Mortalidade*, Porto, Repartição de Saúde e Hygiene da Câmara do Porto

Luz Soriano, Simão José (1866-1890), *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*. 17 vols. Lisboa: s.e.

Luz Soriano, Simão José (1846-1849), *História do Cerco do Porto*, 2 vols., Lisboa, s.n.

Moreira, Domingos A. (1973), “Freguesias da cidade do Porto. Elementos onomásticos alti medievais”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXXIV, Fasc. 1 e 2, Porto, Câmara Municipal do Porto

- Neves, J. Acúrsio das (1811-12), *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino*, Lisboa, Of. de Simão Tadeu Ferreira (2ª ed., Porto, Ed. Afrontamento, s.d. [Col. “Obras Completas de José Acúrsio das Neves”, I e II]
- Owen, Hugh (1915), *O Cerco do Porto contado por uma testemunha. O Coronel Owen*, Porto, s. n.
- Pereira, João Manuel Esteves (1900), Sobre as corporações operárias em Portugal, *O Ocidente*, Lisboa, 772-775 (republicado in “Subsídios para a história da indústria portuguesa”. Lisboa: Guimarães Eds. , 1979, 77-101)
- Reis, Henrique Duarte e Sousa (1860-1861), *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*, 2 vols.
- Vallado, Barão de (1858), *Relatório apresentado à Junta Distrital do Porto na sessão ordinária de 1858 pelo Governador Civil*, Porto, [...]

Dicionários, descrições, relatos de viagem e roteiros

- Baretti, Giuseppe (1850), *Viaggi Esposti in Lettere Familiari a suoi fratelli Filippo, Giovanni e Amadeo*, 2 vols., Monza, s.n.
- Faria, Eduardo de (1849), *Novo Dicionario da Lingua Portuguesa*, Lisboa, s.n.
- Gorani, José (1945), *Portugal, a Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*, Lisboa, Ática Ed.
- Morais da Silva, António de (1789), *Diccionario da Lingua Portuguesa*, Lisboa, s.n.
- O Cerco do Porto. Exposição comemorativa do 150º aniversário* (1982), Porto, Casa do Infante
- Pereira, Esteves e Guilherme Rodrigues (1907), *Portugal. Diccionario Historico, Chrographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismatico e Artistico*, 7 vols., Lisboa, João Romano Torres & C.^a – Editores
- Pereira, Firmino (1914), *O Porto d’outros tempos, notas históricas*, Porto, Livraria Chardron
- Pimentel, Alberto (1878), *O Porto por fora e por dentro*, Porto/Braga
- Pimentel, Alberto (1893), *O Porto há 30 anos*, Porto: s.n.
- Pimentel, Alberto (1894), *O Porto na berlinda*, Porto, s.n.
- Pinho Leal, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de (1876), *Portugal antigo e moderno. Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Cia.
- Pinto, José Marcelino (1869), *Apontamentos para a história da cidade do Porto*, Porto, s.n.
- Rebelo da Costa, Padre Agostinho (1945), *Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto [1788]*, 2ª ed., Porto, Manuel Pereira & C.^a
- Roteiro Oficial da Cidade do Porto* (1933), Porto, Livraria Simões Lopes de Domingos Barreira
- Roteiro Prático da Cidade do Porto* (1944), Porto, Tip. Empresa Guedes, Ld.^a
- Solano Constâncio, Francisco (1836), *Novo Diccionario Critico e Etymologico da Língua Portuguesa*, Paris, Ângelo Francisco Carneiro Filho
- Vieira, Frei Domingos (1871), *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa*, Lisboa, s.n.

BIBLIOGRAFIA

Método e epistemologia

- AAVV (1973), *A história social. Problemas, fontes e métodos*, Lisboa, Ed. Cosmos (1ª edição, 1967)
- Araújo, Emília Rodrigues (2006), *O doutoramento. A odisseia de uma fase de vida*, Lisboa, Colibri
- Bacelar, Sérgio (1996), “Para uma Sociologia da produção estatística: virtualidades duma leitura sintomática da informação estatística”, *Revista de Estatística*, Lisboa, INE/Instituto Nacional de Estatística. 1, 47-62
- Bastian M., S. Heymann e M. Jacomy (2009). “Gephi: an open source software for exploring and manipulating networks”. *International AAAI Conference on Weblogs and Social Media*
- Besson, Jean-Louis (dir. de) (1992), *La cite des chiffres ou l'illusion des statistiques*, Paris, Éditions Autrement
- Boonstra, O. (1997), “Classifying occupations with ISCO; experiences with the Eindhoven dataset”, *Creating a Historical International Standard Coding of Occupations (HISCO)*, 31-38
- Boonstra, O. (1998), “Evaluating HISCO500”, *HISCO Coding principles. Status quo after having coded the 500 most-frequent male occupations in historical datasets from Belgium, Canada, England, France, The Netherlands and Sweden* (1998), Berlin, 119-136
- Bourdieu, Pierre (1982), *Ce que parler veut dire*. Paris, Fayard
- Bryman, Alan (2004), *Social research methods*, 2nd Ed., Oxford, Oxford University Press
- Camps, E., C. Borderias e J. Romero (2001), *HISCOdes for Catalonia*, Amsterdam, Stockholm City Archives
- Charle, Christophe (1991), *Histoire sociale de la France au XIXe siècle*, Paris, Seuil
- Creating a Historical International Standard Coding of Occupations (HISCO)* (1997), Berlin
- De Sève, M. e G. Bouchard (1997), “Coding the 100 most frequent occupational titles in the IREP BALSAC database: Saguenay, Quebec”, *Creating a Historical International Standard Coding of Occupations (HISCO)*, 39-48
- De Sève, M., G. Bouchard, L. Bergeron e J. Larouche (1998), “Classifying into ISCO the 500 most frequent occupations observed among the married, their fathers and their fathers-in-law in the Saguenay region between 1840 and 1971”, *HISCO Coding principles. Status quo after having coded the 500 most-frequent male occupations in historical datasets from Belgium, Canada, England, France, The Netherlands and Sweden* (1998), Berlin, 73-94
- Desrosières, Alain (2008), “Les categories socioprofessionnelles”, *Courrier des statistiques*, n° 125, Paris, INSEE, 13-15. Disponível ainda em <http://www.insee.fr>, consultado em Setembro 2014, em http://www.insee.fr/fr/ffc/docs_ffc/cs125c.pdf
- Desrosières, Alain e L. Thévenot. (2002), *Les catégories socioprofessionnelles*, Paris, La Découverte/Repères (1ª ed, 1988)
- Dodge, Yadolah (2008), *The Concise Encyclopedia of Statistics*, S.L.: Springer

- Edvinsson, S. e J. Karlsson (1998), "Recoding occupations in the Demographic Data Base into HISCO", *HISCO Coding principles. Status quo after having coded the 500 most-frequent male occupations in historical datasets from Belgium, Canada, England, France, The Netherlands and Sweden* (1998), Berlin, 137-167
- Erikstad, M. (1999), "Coding Norwegian occupations into HISCO", *HISCO Coding Principles, and codes for Germany and Norway* (1999), Berlin, 27-34
- Everitt, B. S. (2002), *The Cambridge Dictionary of Statistics*, 2nd Ed., Cambridge, New York, Melbourne, Madrid, Cape Town, Singapore, São Paulo, Cambridge University Press
- Fernandes, Paula Guilhermina de C. (1995b), "A classificação socioprofissional: uma questão em aberto", *População e Sociedade*, nº 1, Porto, Centro de Estudos da População e Família, 177-208
- Franco, Isabel e Inês Amorim (2001), "Barqueiro. Variantes: barqueiro, caleiro, chioleiro, mestre de sua chiola, mercantel, fragateiro, carregador, vendedor de peixe", in Madureira, Nuno Luís (coord.); Amorim, Inês (org.) (2001), *História do Trabalho e das Ocupações. Vol. II. As Pescas*. Oeiras: Editora Celta, 41-44.
- Fuentes y métodos de la historia local. Actas* (1991), Zamora, Confederacion Espanola de Centros de Estudios Locales
- Gauvard, Claude; Sirinelli, Jean-François (dir. de) (2015), *Dictionnaire de l'historien*, Paris, P.U.F.
- Gilbert, Nigel (ed.) (2006), *From postgraduate to social scientist. A guide to key skills*. London/Thousand Oaks/New Delhi, SAGE Publications
- Ginzburg, Carl (1989), *A micro-história e outros ensaios*, Lisboa, Difel
- Grandizio, Fulvia (2005), "Più spazio alla storia. Una proposta di lettura della città", *Quaderni Storici*, Bolonha, Società editrice il Mulino, nº 118, anno XL, fascicolo 1, 169-202
- Gribaudi, Maurizio (ed.) (1998), *Espaces, temporalités, stratifications - Exercices sur les réseaux sociaux*, Paris, Éditions EHESS
- Gribaudi, Maurizio e A. Blum (1990), "Des catégories aux liens individuels: l'analyse statistique de l'espace social", *Annales. Économies. Sociétés. Civilizations*, nº6, Paris, EHESS/Armand Colin éd., 1365-1402
- Gribaudi, Maurizio e A. Blum (1993), "Les déclarations professionnelles. Pratiques, inscriptions, sources", in *Annales E.S.C.*, nº.4
- Hayen, M. (2001), "Coding Swedish occupations from the Stockholm City Archive into HISCO", *HISCOdes for Portugal (Paco) and Sweden*, 2001, Amsterdam, Stockholm City Archives, 1-74
- HISCO Coding Principles, and codes for Germany and Norway*, 1999, Berlin
- HISCO Coding principles. Status quo after having coded the 500 most-frequent male occupations in historical datasets from Belgium, Canada, England, France, The Netherlands and Sweden*, 1998, Berlin
- HISCOdes for Portugal (Paco) and Sweden* (2001), Amsterdam, Stockholm City Archives
- Jensen, J. T. e Garry Keyes (2003), "Mapping urban history. GIS and the analysis of the urban space of nineteenth-century Aarhus", paper presented at the *International Association for History and Computing's XVth conference* in Tromsø, August 6th-9th

- Leeuwen, Marco H. D., Ineke Maas e Andrew Miles (2004), “Creating a Historical International Standard Classification of Occupations. An Exercise in Multinational Interdisciplinary Cooperation”, *Historical methods*. [S. L.]: Heldref Publications. Volume 37, Number 4 (Fall 2004), 192-193.
- Lequin, Yves (1986), “Histoire sociale”, in André Burguière (dir.), *Dictionnaire des sciences historiques*, Paris, PUF, 635-642
- Maas, I. (1997), “Coding 19th century occupations into ISCO68. The example of the Netherlands”, *Creating a Historical International Standard Coding of Occupations (HISCO)*, 13-30
- Maas, I. (1998), “Coding Dutch occupations into ISCO68. The 500 most frequent male occupations in the HSN-Utrecht dataset”, *HISCO Coding principles. Status quo after having coded the 500 most-frequent male occupations in historical datasets from Belgium, Canada, England, France, The Netherlands and Sweden* (1998), Berlin, 95-117
- Maas, I. e M.H.D. Van Leeuwen (1998), “HISCO coding principles. Status quo after having coded the 500 most frequent male occupations in historical datasets from Belgium, Canada, England, France, The Netherlands and Sweden”, *HISCO Coding principles. Status quo after having coded the 500 most-frequent male occupations in historical datasets from Belgium, Canada, England, France, The Netherlands and Sweden* (1998), Berlin, 5-24
- Maas, I., P. Bohnke e N. Maske (1999), “Coding German occupational titles into HISCO”, *HISCO Coding Principles, and codes for Germany and Norway* (1999), Berlin 75-108
- Madureira, N. L. (2001), “Portuguese historical occupations”, *HISCOdes for Portugal (Paco) and Sweden* (2001), Amsterdam, Stockholm City Archives, 75-94
- Madureira, N. L., M.A. Almeida e R. Esperanca (2001), “Portuguese Hiscodes”, *HISCOdes for Portugal (Paco) and Sweden* (2001), Amsterdam, Stockholm City Archives, 95-168
- Madureira, Nuno (2001), “Prefácio”, in Madureira, Nuno Luís (coord.) (2001), *História do Trabalho e das Ocupações. Vol. I. A Indústria Têxtil*, Oeiras, Editora Celta
- Madureira, Nuno Luís (1996), “O critério antropológico. Categorias ocupacionais na indústria de lanifícios da Covilhã”, *Ler História*, Lisboa, Iscte/Jnict, nº 30, 1996, 97-119
- Madureira, Nuno Luís (coord.) (2001), *História do Trabalho e das Ocupações. Vol. I. A Indústria Têxtil*, Oeiras, Editora Celta
- Madureira, Nuno Luís (coord.); Inês Amorim (org.) (2001), *História do Trabalho e das Ocupações. Vol. II. As Pescas*, Oeiras, Editora Celta
- Madureira, Nuno Luís (coord.); Martins, Conceição A. Martins e Nuno G. Monteiro (orgs.) (2002), *História do Trabalho e das Ocupações. Vol. III. A Agricultura: Dicionário*, Oeiras, Editora Celta
- Martins, Conceição Andrade e Nuno Gonçalo Monteiro (2002), “Contratador”; “Rendeiro”, in Madureira, Nuno Luís (coord.); Martins, Conceição A.; Monteiro, Nuno G. (orgs.) – *História do Trabalho e das Ocupações. Vol. III. A Agricultura: Dicionário*. Oeiras: Editora Celta, 2002, respetivamente 102-108 e 303-304.
- Matthijs, K., H. Peeters, A. van der Troost e I. van der Velde (1998), “The coding of 19th century occupations from three different Belgian regions into ISCO68”, *HISCO Coding principles. Status quo after having coded the 500 most-frequent male occupations in historical datasets from Belgium, Canada, England, France, The Netherlands and Sweden* (1998), Berlin, 25-52

- Miles, A. (1997), “Coding the past: nineteenth-century English occupations and the construction of HISCO”, *Creating a Historical International Standard Coding of Occupations (HISCO)*, 49-62
- Miles, A. (1998), “Recoding the top 500 English occupations”, *HISCO Coding principles. Status quo after having coded the 500 most-frequent male occupations in historical datasets from Belgium, Canada, England, France, The Netherlands and Sweden* (1998), Berlin, 169-187
- Mitchell, B. R. (2003), *International Historical Statistics: Europe, 1750-2000*, 5th edition, England: Palmgrave Macmillan
- Mokyr, Joel (editor in chief) (2003), *The Oxford Encyclopedia of economic history*, 5 Vols., New York, Oxford University Press
- Murray, Rowena (2007), *How to write a thesis*, England, Open University Press (1st published 2002)
- Nazareth, Joaquim Manuel (1988), *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença
- Pélissier, J.-P., D. Rébaudo e D. Nicolas (1998), “Codification of 19th and early 20th century occupations. Application of HISCO codification to French declarations in marriage data”, *HISCO Coding principles. Status quo after having coded the 500 most-frequent male occupations in historical datasets from Belgium, Canada, England, France, The Netherlands and Sweden*, Berlin, 53-72
- Pestana, Maria Helena; João Nunes Gageiro (2008), *Análise de dados para Ciências Sociais – a complementaridade do SPSS*, 5^a ed., Lisboa, Sílabo
- Porte, J. (1961), “Les catégories socioprofessionnelles”, in Friedmann, J. e P. Naville (éds), *Traité de sociologie du travail*, Paris, Armand Colin
- Rau, Susanne e Eric Schonherr (eds.) (2014), *Mapping spatial relations, their perceptions and dynamics. The city today and in the past*, s.l., Springer Science & Business Media
- Silva, Francisco Ribeiro da (1999), “História Local: objetivos, métodos e fontes”, in Carlos Alberto Ferreira de Almeida. *In Memoriam*, II vol. Porto, Faculdade de Letras, 383-395
- Silveira, L. Espinha da et al. (coord. de) (2001), *Os recenseamentos da população portuguesa de 1801 e 1849: edição crítica*, 3 vols., Lisboa, INE
- Smith, Susan J. et al. (2010), “Introduction: Situating Social Geographies”, in Smith, Susan J. et al. (eds.) (2010), *The SAGE Handbook of Social Geographers*, London, SAGE Publications Ltd., 1-39
- Smith, Susan J.; Rachel Pain; Sallie A. Marston; John Paul Jones III (eds.) (2010), *The SAGE Handbook of Social Geographers*, London, SAGE Publications Ltd.
- Storey, William Kelleher (2004), *Writing history. A guide for students*. Oxford-New York: Oxford University Press, 2nd ed, (1st published 1996)
- Topalov, Christian (1988), “Individu (L’) comme convention. Le cas des stastitiques professionnelles du XIXe siècle en France, en Grande-Bretagne et aux États-Unis”, *Genèses*, n° 31, 48-75
- Topalov, Christian (dir. de) (2002), *Les divisions de la ville*, France, UNESCO/Éditions de la Maison des sciences de l’homme
- Topalov, Christian et al. (dir. de) (2010), *Aventure (L’) des mots de la ville à travers le temps, les langues, les sociétés*, Paris, Éd. Robert Laffont, S.A.

- Van Leeuwen, M.H.D. e I. Maas (1997), “Creating a Historical International Standard Coding of Occupations (HISCO): Questions of comparability, validity, flexibility and efficiency”, *Creating a Historical International Standard Coding of Occupations (HISCO)*, 5-12
- Van Leeuwen, M.H.D., I. Maas e A. Miles (1999), “Hisco coding principles”, *HISCO Coding Principles, and codes for Germany and Norway* (1999), Berlin, 5-25
- Vieira, António Pedro Lopes (1978), “Noções operatórias sobre cidade, população urbana e população rural”, *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Editora Sá da Costa, nº 1, 105-128
- Wrigley, E. A. (ed.) (1972), *Nineteenth-century society. Essays in the use of quantitative methods for the study of social data*, Cambridge, Cambridge University Press
- Zeller, Olivier e Bernard Gauthiez (2010), « Ordre textuel et ordre spatial à Lyon à l’époque moderne. Du parcours de visite au rôle nominal, une spatialité implicite », *Histoire & Mesure*, S.L., Éditions EHESS. XXV (1), 197-230. Disponível em <http://histoiremesure.revues.org/3973>, consultado em Agosto de 2014

Webgrafia em método e espistemologia

- Dias, Maria Helena; Instituto Geográfico do Exército (2013), *Portugalliae Civitates. Perspectivas cartográficas militares*, Lisboa, Instituto Geográfico do Exército (2008). PDF em http://www.fl.ul.pt/mapoteca/catalogo_civitates.pdf, 30-33, consultado em Junho. 2013
- Hopkins, J. (s.a.), “Social Geography”, in <http://geography.uwo.ca/undergrad/courses/2410B.pdf>, consultado em Agosto. 2014 e também em 2012
- Pinho, Paulo e Vítor Oliveira (2009), “Combining different methodological approaches to analyze the Oporto metropolitan area”, pp. 088:1-088:13 , in *Proceedings of the 7th International Space Syntax Symposium. Edited by Daniel Koch, Lars Marcus e Jesper Steen, Stockholm: KTH, 2009*, versão PDF http://www.sss7.org/Proceedings/09%20New%20Modes%20of%20Modelling%20and%20Methodological%20Development/088_Pinho_Oliveira.pdf, consultado em Junho. 2015
- Silveira, L. Espinha da et al. (1993-2005), *Atlas. Cartografia histórica*, disponível em <http://atlas.fcsh.unl.pt/cartoweb35/atlas/>

Cidade do Porto

- Abreu, David de (2009), *Marcadores*, s.l., Ed. 19 de Abril
- Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira (1989), *O Porto na época dos Almadás: arquitectura, obras públicas*, 2 Vols., Porto, Câmara Municipal do Porto
- Alves, Jorge (1995), “Aspectos da emigração no noroeste português – o distrito do Porto no século XIX”, *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, vol. XIII, nº 2, 77-89
- Alves, Jorge Fernandes (1994), *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto, ed. Autor

- Alves, Jorge Fernandes (1996), “O emergir das associações industriais no Porto (meados do século XIX)”, *Análise Social: História empresarial em Portugal*, Lisboa, ICS, vol. XXXI, nºs 136-137, 527-544
- Bastos, A. Magalhães (1932), *O Porto do Romantismo*, Coimbra, (s.n.)
- Bastos, A. Magalhães (1962/1965), *História da Cidade do Porto*, Porto, Portucalense Editora
- Bastos, A. Magalhães (1965), *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*, Porto, Publicações da C.M.P.
- Castro, Armando (1979), “O Porto na transição para o sistema económico contemporâneo (do 1º para o 2º quartel do século XIX)”, separata da *Revista de História*, vol. II, Porto, Centro de História da Universidade do Porto
- Cordeiro, José Manuel Lopes (2002), “Fontes para a história da indústria portuense: I – O Mapa das Fábricas de 1813”, in *Cadernos do Noroeste*, Braga, CCHS-UM/Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, vol. 19, nºs 1-2, 201-242
- Cordeiro, José Manuel Lopes (2003), “Fontes para a história da indústria portuense: O Mapa das Fábricas de 1820”, in *Cadernos do Noroeste*, Braga: CCHS-UM/Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, vol. 20, nºs 1-2, 649-711
- Cordeiro, José Manuel Lopes (2006), *A Indústria Portuense no Século XIX*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho, 2 vols.
- Costa, Maria Fernão Couceiro da (1946), *Estudos sobre a população da cidade do Porto*, Porto, Imprensa Portuguesa
- Cunha e Freitas, Eugénio Andrea da (1999), *Toponímia portuense*, Matosinhos, Contemporânea Editora
- Fernandes, Paula Guilhermina de C. (1995a), *Trabalho e habitação no Porto oitocentista. O bairro de Santa Catarina no Cerco do Porto (1832-33)*. Tese de mestrado em História Moderna, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- Fernandes, Paula Guilhermina de C. (1997), “A cidade do Porto na 1ª metade do século XIX: população e urbanismo”, *População e Sociedade*, nº 2, Porto, Centro de Estudos da População e Família, 229-245
- Fernandes, Paula Guilhermina de C. (1998), “Reflexões em torno a um estudo urbano (o centro da cidade do Porto no 1º terço do século XIX)”, *População e Sociedade*, nº 3, Porto, Centro de Estudos da População e Família, 247-258
- Fernandes, Paula Guilhermina de C. (2000a), “Habitação e trabalho no Porto da época do Cerco: o Bairro de Santa Catarina”, *Análise Social*, Lisboa, ICS, nº 156, vol. XXXV, 501-545
- Fernandes, Paula Guilhermina de C. (2000b), “Morte e ressurreição de Lázaro: a questão habitacional como forma de exclusão/integração social no Porto contemporâneo”, in Vaz, M. J.; E. Relvas e N. Pinheiro (org.) – *Exclusão na História*, Oeiras, Celta, 2000, 99-126, (Capítulo 6)
- Fernandes, Paula Guilhermina de C. (2005), “Cidade, casa e trabalho. O centro do Porto no início do século XIX”, *Ler História*, nº 48, Lisboa, Ler História-Associação de Actividades Científicas/ISCTE, 47-73
- Ferreira, J.A. Pinto (1965), *O urbanismo do Porto no século XVIII e seus reflexos no plano económico-social*, Porto, Boletim Cultural da C.M.P., XXVIII, 3-4

- Guichard, François (1992), *Porto, la ville dans sa region. Contribution a l'étude de l'organisation de l'espace dans le Portugal du Nord*, 2 vols., Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais
- Leão, Manuel (2002), *Artistas antigos do Porto*, Vila Nova de Gaia, Fundação Manuel Leão
- Loupés, Philippe (1984), “Un registre d'ecrou portugais : la ‘Casa Pia’ de Porto a l'époque des ‘Luctas Liberaes’”, in *I Jornadas de Estudo Norte de Portugal/Aquitânia*, Porto, Centro de Estudos do Norte de Portugal e Aquitânia (CENPA), 57-92
- Luís, Agustina Bessa (2001), “A alma do Porto”, in Arnaldo Saraiva (coord. de) (2001), *O Sentimento do Porto. Antologia de textos*, 3ª ed., Portugal, Campo das Letras, (1ª ed. 2000)
- Magalhães, Maria Madalena Allegro de (1988), “A indústria do Porto na primeira metade do século XIX”, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, Volume IX
- Maia, José João M. (1994), *Flutuações e declínio da mortalidade na cidade do Porto (1870-1902)*, Porto, Lusolivre
- Mandroux-França, Marie-Thérèse (1986), “Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII”, *Boletim cultural da Câmara Municipal do Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 2ª série, nº 2
- Marques, Hélder, José A. Rio Fernandes e Luís Paulo Martins (1990), *Percursos nos espaços e memórias*, Porto
- Martelo, David (2001), *Cerco do Porto - 1832-33. A Cidade Invicta*, Lisboa, Tribuna da História
- Monteiro, Ana (1997), *O clima urbano do Porto. Contribuição para a definição das estratégias de planeamento e ordenamento do território*, s. l., Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica
- Moreira, Domingos A. (1973), “Freguesias da cidade do Porto. Elementos onomásticos alti medievais”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXXIV, Fasc. 1 e 2, Porto, Câmara Municipal do Porto
- Moura, José Paulo (1989), *A época da bonança. Economia e sociedade do Porto ao tempo da 1ª invasão francesa*, Dissertação de mestrado em História Moderna, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- Oliveira, Ernesto Veiga de (1958), “A Casa esguia e alta do Porto”, Porto, *O Comércio do Porto*, 25/11/1958
- Oliveira, Ernesto Veiga de e Fernando Galhano (1958), “Casas do Porto”, Porto, *Douro Litoral*, VII – VIII
- Oliveira, Ernesto Veiga de e Fernando Galhano (1959), “Telhados do Porto”, Porto, *Douro Litoral*, II
- Oliveira, Ernesto Veiga de e Fernando Galhano (1961), “Casas esguias do Porto e sobrados do Recife”, Porto, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XVIII, 3 e 4
- Oliveira, J. M. Pereira de (1973), *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*, 2 vols., Coimbra: s.n.
- Pereira, Gaspar Martins (1988), “A população de Cedofeita em meados do século XIX”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, IIa série, vol. V, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 253-298

- Pereira, Gaspar Martins (1991), “Aprender a arte – sobre o aprendizado nas fábricas e oficinas, segundo um inquérito de 1866”, in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa — Homenagem a Victor de Sá*, Lisboa, Livros Horizonte/Centro de História da Universidade do Porto, 329-357
- Pereira, Gaspar Martins (1995), *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*, Porto, Edições Afrontamento
- Pereira, Gaspar Martins (1997), “Casa e família. As “ilhas” no Porto em finais do século XIX”, *População e Sociedade*, nº 2, Porto, Centro de Estudos da População e Família, Porto, 159-184
- Ramos, Luís A. de Oliveira (dir.) (2000), *História do Porto*, 3ª Ed, Porto, Porto Editora (1ª ed. 1995)
- Serén, Maria do Carmo e Gaspar Martins Pereira (2000), “O Porto Oitocentista”, in Ramos, Luís A. de Oliveira (dir.) (2000), *História do Porto*, 3ª Ed, Porto, Porto Editora (1ª ed. 1995)
- Silva, Francisco Ribeiro da (2000), “Tempos modernos”, in Ramos, Luís A. de Oliveira (dir.) (2000), *História do Porto*, 3ª Ed, Porto, Porto Editora (1ª ed. 1995)
- Silva, Francisco Ribeiro da (1988), *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder*, 2 vols., Porto, Arquivo Histórico/Câmara Municipal do Porto.
- Silva, Germano (2008), “A Rua Nova dos Prazeres e a Travessa da Feiticeira”, *Jornal de Notícias*, Porto, [s. n.], 7.06.08
- Silva, Germano (2008), *Porto. Da história e da lenda*, 2ª Ed., Cruz Quebrada, Casa das Letras
- Silva, Germano (2008), *Porto. Sítios com história*, Cruz Quebrada, Casa das Letras
- Silva, Germano (2009), *Passeios pelo Porto de outros tempos*, 3ª Ed., Alfragide Casa das Letras
- Silva, Germano (2009), *Porto. Nos atalhos da história*, Alfragide, Casa das Letras
- Silva, Germano (2010), *Porto. História e memórias*, Porto, Porto Editora
- Silva, Germano (2011), “A rua da Biquinha”, *Jornal de Notícias*, Porto, [s. n.], 06.03.11
- Silva, Germano (2011), “Aldeia de Liceiras”, *Jornal de Notícias*, Porto, [s. n.], 29.05.11
- Silva, Germano (2011), “Igreja e Ordem da Trindade”, *Jornal de Notícias*, Porto, [s. n.], 29.05.11
- Silva, Germano (2015), “A rua do Bispo”, *Jornal de Notícias*, Porto, [s. n.], 19.07.2015.
- Sousa, Armindo de (2000), “Tempos medievais”, in Ramos, Luís A. de Oliveira (dir.) (2000), *História do Porto*, 3ª Ed, Porto, Porto Editora (1ª ed. 1995)
- Sousa, Gonçalo Vasconcelos e (2015), “A loja de um ourives da prata no Porto em 1820. O homem e os seus negócios”, *Res Mobilis Revista internacional de investigación en mobiliario y objetos decorativos Vol. 4* (nº. 4), Oviedo University Press, 1-26. Consultado em Maio. 2015.
- Disponível em <http://www.unioviedo.es/reunido/index.php/RM/article/viewFile/10415/10213>
- Tê, Carlos e Rui Veloso (1986), *Porto Sentido*. Poema musicado.

Webgrafia da Cidade do Porto

- Balkestahl, Licínia; MONTEIRO, Ana Monteiro; Joaquim Góis; Roger Taesler (2008), “Os efeitos da intensificação dos processos de urbanização no balanço energético local: estudo de caso no pólo da Asprela”. In *Actas 5º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia/2º Congresso de Engenharia de Moçambique*, (Set. 2008), Maputo. PDF in <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/6725/2/15686.pdf>, consultado em Abril 2012 e Julho 2015

- Barros, Amândio Jorge Morais (2008), *Merchants, ports and hinterlands. The building of sea-port structures in the Early Modern Porto* (working paper), PDF em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/13874> (ou <http://hdl.handle.net/10216/13874>), consultado em Agosto. 2014. Publicado em (2008), *Revista da Faculdade de Letras: História*, Porto, FLUP/Universidade do Porto. 09, 89-112
- Botelho, Maria Leonor (s.a.) *As patologias do portal da Sé do Porto. Levantamento macroscópico*. PDF http://www.apha.pt/boletim/boletim2/pdf/Leonor_Botelho.pdf, consultado em Abril 2012 e Julho 2015
- Devy-Vareta, N.; *et al.* (s.d.), *As águas subterrâneas no concelho do Porto: um estudo hidro-histórico*. PDF http://web.letras.up.pt/dynat/PDF/CNGeo_final.pdf, consultado em Abril 2012 e Julho 2015
- Marques, Ana Isabel de Oliveira (2008), *Factores geográficos e geológicos associados ao desencadeamento de acidentes neurológicos*. Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para obtenção de grau de Mestre em Minerais e Rochas Industriais (Área de Geomedicina), 2008. PDF em <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/2712/1/2008001832.pdf>, consultado em Abril. 2014
- Moutinho, Maria José (2001), “Bonfim – Séc. XIX: A Regedoria na Segurança Urbana”, *Cadernos do Bonfim*, nº 1, Porto, Edição da Junta de Freguesia do Bonfim (não teve circuito comercial). PDF em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1238.pdf>, consultado em Agosto 2009 e Julho 2015
- Oliveira, Vítor (2013), *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX*, Porto, Edições UP, disponível em <http://vitoroliveira.fe.up.pt/pdf/The%20Porto%20maps.pdf>, consultado em Abril 2015

Geral

- Ackroyd, Peter (2012), *The concise biography*, London, Vintage Books (abridged edition)
- Agulhon, Maurice (1970), *Une ville ouvrière au temps du socialisme Utopique. Toulon de 1815 à 1851*, Paris, La Haye, Mouton
- Alexandre, Valentim (1992), *Os sentidos do império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*, Porto, Ed. Afrontamento
- Alexandre, Valentim (2005), “O império”, in Lains, Pedro e Álvaro Ferreira da Silva (orgs.) (2005), *História económica de Portugal. 1700-2000. Volume II. O século XIX*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 357-376
- Amorim, Inês (Introdução e estudo crítico de) (1994), “Descrição da comarca da Feira (1801). Feita pelo Desembargador, Corregedor Columbano Pinto Ribeiro de Castro”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, IIª Série, Vol. XI, Porto, 227-285
- Análise Social: História empresarial em Portugal* (1996), Lisboa, ICS, vol. XXXI, nºs 136-137

- Anderson, Margo (1994), “(Only) White men have class: reflections on early 19th-century occupational classification systems”, in *Work and Occupations*, Thousand Oaks (USA), Sage Publications, Inc., volume 21, number 1, 5-32
- Anderson, Michael (1984), *Elementos para a história da família ocidental. 1500-1914*, Lisboa, Editorial Querco, 1984 (1^a edição, em língua inglesa: 1980)
- Backouche, Isabelle, Lucy Faire e Neil Wood (1996), “Current bibliography of urban history”, *Urban History*, volume 23, part 3, Cambridge, Cambridge University Press, 402-443
- Bairoch, Paul (1985), *De Jéricho à México. Villes et économie dans l’Histoire*, Paris, Éd. Gallimard
- Bairoch, Paul; Jean Batou e Pierre Chèvre (1988), *La population des villes européennes de 800 à 1850*, Genève, Librairie Droz
- Bandeira, Miguel Sopas de Melo (2000), *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*, Porto, Edições Afrontamento.
- Berg, Maxine (ed. by) (1991), *Markets and manufacture in early industrial Europe*, London and New York, Routledge
- Blunden, Katherine (1982), *Le travail et la vertu. Femmes au foyer: une mystification de la Révolution industrielle*, Paris, Payot
- Bonifácio, Maria de Fátima (1991), *Seis estudos sobre o liberalismo português*, Lisboa, Editorial Estampa, 119-187
- Bonifácio, Maria de Fátima (2002), *O século XIX português*, Lisboa, ICS
- Borsay, Peter; Elizabeth Musgrave; Gail Radford (1998), “Review of books”, *Urban History*, volume 25, part 2, Cambridge, Cambridge University Press, 258-286
- Briggs, Asa (1990), *Victorian Cities*, UK, Penguin Books, 1990 (first published 1963)
- Cardoso, José Luís (1986), “Os agentes económicos e a mudança na sociedade portuguesa de antigo regime (1780-1808)”, *O comportamento dos agentes económicos e a reorientação da política económica (II Conferência do Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa)*, Lisboa, CISEP, Vol. II, 911-938
- Cerutti, Simona (1988), “Du corps au métier: la corporation des tailleurs à Turin entre le XVIIe et le XVIIIe siècle”, *Annales. Économies. Sociétés. Civilisations*, Paris, Armand Colin, 43e année, n°2, 323-352
- Cerutti, Simona (1990), *La ville et les métiers. Naissance d’un langage corporatif (Turin, 17e-18e siècle)*, Paris, Éditions de L’École des Hautes Études en Sciences Sociales
- Charlot, Monica e Roland Marx (dir. de) (1995), *Londres, 1851-1901. A era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*, Lisboa, Terramar
- Charlot, Mónica e Roland Marx (1995), “A sociedade ‘dualista’ por excelência!”, in Monica Charlot e Roland Marx (dir. de) (1995), *Londres, 1851-1901. A era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*, Lisboa, Terramar, 8-13
- Clark, Peter (2009), *European cities and towns. 400-2000*, New York/Oxford, Oxford University Press
- Clark, Peter (ed.) (1976), *The early modern town*, London, Longman
- Clark, Peter (ed.) (2000), *The Cambridge Urban History of Britain*, UK: Cambridge University Press, 3 vols.
- Clark, Peter (ed.) (2006), *The European City and Green Space 1850-2000*, England/USA, Ashgate

- Cocks, Geoffrey; Konrad H. Jarausch (eds.) (1990), *German professions. 1800-1950*, New York/Oxford, Oxford University Press
- Cordeiro, Graça Índias (1994), “A construção social de um bairro de Lisboa: a vocação marítima da Bica a través dos seus registos de baptismo e de nascimento (1886-1970)”, *Ler História*, Lisboa, Iscte/Jnict, nº 26, 125-150
- Cordeiro, Graça Índias (1997), *Um lugar na cidade. Quotidiano, memória e representação no Bairro da Bica*, Lisboa, Publicações Dom Quixote
- Cordeiro, Graça Índias e Frédéric Vidal (2008), “Introdução”, in Cordeiro, Graça Índias e Frédéric Vidal, (orgs.) (2008), *A rua. Espaço, tempo, sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda., 10-11
- Corfield, Penelope J. (1995), *Power and the professions in Britain. 1700-1850*, London, Routledge
- Costa, António Firmino da (1985), “Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros”, *Análise Social*, vol. XXI (87-88-89), 735-756
- Costa, Leonor Freire, Pedro Lains e Susana Munch Miranda (2011), *História Económica de Portugal. 1143-2010*, Lisboa, A Esfera dos Livros
- Cunha, Mafalda Soares da e Nuno Gonçalo Monteiro (2011), “As grandes casas”, in Mattoso, José (dir. de), *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*, (2011), 2º Vol., coord. por Nuno Gonçalo Monteiro, s.l., Círculo de Leitores e Temas e Debates, 202-243
- Cunha, Mafalda Soares da e Nuno Gonçalo Monteiro (2011), “Velhas formas: a casa e a comunidade na mobilização política”, in Mattoso, José (dir. de), *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*, (2011), 2º Vol., coord. por Nuno Gonçalo Monteiro, s.l., Círculo de Leitores e Temas e Debates, 396-424
- D’Cruze, Shani e Jean Turnbull (1995), “Fellowship and family: oddfellow’s lodges in Preston and Lancaster, c. 1830-c. 1890”, *Urban History*, volume 22, part 1, Cambridge, Cambridge University Press, 25-47
- Damásio, António (2010), *O livro da consciência. A construção do cérebro consciente*, Portugal, Temas & Debates/Círculo de Leitores
- Daumard, Adeline (1996), *La bourgeoisie parisienne de 1815 à 1848*, Paris, Albin Michel (1ª edição: 1963)
- De Vries, Jan (2007), *European urbanization, 1500-1800*, Oxon, Routledge, (1st published 1984)
- Dennis, Richard (1984), *English industrial cities of the nineteenth century. A social geography*, Cambridge, Cambridge University Press
- Deschachta, Nick; Anne Winterb (2015), “Rural crisis and rural exodus? Local migration during the crisis of the 1840s in Flanders (Belgium)”, in *Explorations in Economic History* S. L.: Elsevier. Vol. 56 (April 2015), 32-52. Disponível online em www.sciencedirect.com, consultado em Agosto 2015, em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0014498314000424>
- Doyle, Barry (1998), “Research in urban history: a review of recent theses”, *Urban History*, volume 25, part 2, Cambridge, Cambridge University Press, 244-257
- Duby, Georges (dir. de) (1980), *Histoire de la France urbaine*, 5 vols., Paris, Seuil
- Estudos Contemporâneos* (1981), Porto, Centro de Estudos Humanísticos, nº 2/3

- Fernandes, Mário Gonçalves (2002), *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal : Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança : 1852/1926*, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- Flandrin, Jean-Louis (1992), *Famílias. Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*, Lisboa, Editorial Estampa (1ª edição, 1984)
- França, José-Augusto (1997), *Lisboa: urbanismo e arquitectura*, Lisboa, Livros Horizonte, 3ª edição
- França, José-Augusto (1998), *Lisboa. História física e moral*, Lisboa, Livros Horizonte
- Friedman, Gerald (2003), "Labor", in Mokyr, Joel (editor in chief) – *The Oxford Encyclopedia of economic history*, Vol. 3, New York, Oxford University Press, 229-233.
- Garden, Maurice (1975), *Lyon et les lyonnais au XVIIIème siècle*, Paris, Flammarion
- Godinho, Vitorino Magalhães (1955), *Prix et monnaies au Portugal. 1750-1850*, Paris, Librairie Armand Colin
- Godinho, Vitorino Magalhães (1977), *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, Arcádia, (1ª ed., 1971)
- Grayson, Ruth e Alan White (1996), "More myth than reality": the independent artisan in nineteenth century Sheffield", *Journal of historical sociology*, vol. 9, nº 3, Oxford (UK), Blackwell Publishers Ltd., 335-353
- Gribaudi, Maurizio (1987), *Itinéraires ouvriers. Espaces et groupes sociaux à Turin dans la première moitié du XXe siècle*, Paris
- Gribaudi, Maurizio (2008), "Vestígios de uma modernidade apagada: a Paris popular da primeira metade do século XIX", in Frédéric Vidal e Graça Índias Cordeiro (orgs.) (2008), *A rua. Espaço, tempo, sociabilidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 27-46
- Gribaudi, Maurizio (2009), "Ruptures et continuités dans l'évolution de l'espace parisien. L'îlot de la Trinité entre XVIIIe et XIXe siècles", *Histoire & Mesure*, n.2
- Gribaudi, Maurizio (2014), *Paris ville ouvrière. Une histoire occultée (1789-1848)*, Paris, La Découverte
- Gribaudi, Maurizio e Marc Barthelemy, Patricia Bordin, Henri Berestycki (2013), "Self-organization versus top-down planning in the evolution of a city ", in *Nature, International weekly journal of science*
- Guillermé, André (1983), *Le temps de eau (L'). La cité, l'eau et les techniques*. 2^{ème} ed., France, Ed. Champ Vallon
- Hareven, Tamara K. (1984), "Tempo de família e tempo histórico", *História: Questões e Debates*, revista da Associação Paranaense de História, ano 5, nº 8, 3-26
- Harvey, David (1992), *Urbanismo y desigualdad social*, Madrid, Siglo Veintiuno Editores, Sa, 6ª edição, 1992 (1ª edição, 1973)
- Historical Social Mobility. Register of Research in Progress* (1994), Ryburn Publishing & Keele University Press
- Hohenberg, Paul M. (2003), "Urbanization", in Mokyr, Joel (editor in chief) (2003), *The Oxford Encyclopedia of economic history*, Vol. 5, New York, Oxford University Press, 174-181
- Hohenberg, Paul M. e Lynn Hollen Lees (1985), *The making of urban Europe. 1000-1950*, Cambridge (Massachusetts) e Londres (Inglaterra), Harvard University Press

- Journal of Social History: 10th anniversary issue. Social history today... and tomorrow?* (1976), Carnegie-Mellon University Press, volume 10, number 2
- Justino, David (1988-1989), *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, Veja
- Kaplan, Steven L. (1988), *Les ventres de Paris. Pouvoir et approvisionnement dans la France d'Ancien Régime*, Paris, Librairie Arthème Fayard, (1^a edição, 1984)
- Kotkin, Joel (2006), *The city. A global history*, USA, Modern Library Chronicles
- Lains, Pedro e Álvaro Ferreira da Silva (orgs.) (2005), *História Económica de Portugal. 1700-2000. O século XIX*, Vol. II, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/ICS
- Lasslett, P.; R. Wall (1972), *Household and family in past time*, UK, Cambridge University Press
- Lasslett, Peter (1983), *Family forms in historic Europe*, Cambridge, CUP
- Lee, W. R. (1998), "The socio-economic and demographic characteristics of port cities: a typology for comparative analysis?", *Urban History*, volume 25, part 2, Cambridge, Cambridge University Press, 147-172
- Leite, Joaquim da Costa (2005) , "População e crescimento económico", in Lains, Pedro e Álvaro Ferreira da Silva (orgs.) (2005), *História Económica de Portugal. 1700-2000. O século XIX*, Vol. II, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/ICS, 43-82
- Lenger, Friedrich (2010), "Review Essays. Cities and the making of modern Europe", *Journal of Urban History*, Los Angeles/London/New Delhi/Singapore/Washington DC, SAGE Publications, vol. 36, Number 1, 99-104
- Lepetit, Bernard (1988), *Les villes dans la France moderne (1740-1840)*, Paris, Albin Michel
- Ler História: Lisboa: perspectivas sobre o passado* (1994), Lisboa, Iscte/Ijnet, nº 26
- Lesger, Clé; Leo Lucassen e Marlou Schrover (2002), "Is there life outside the migrant network? German immigrants in the XIXth century Netherlands and the need for a more balanced migration tipology", in *Annales de démographie historique*, (2), 29-50. Disponível em <http://www.adh.msh-paris.fr/>, versão pdf em <http://home.planet.nl/~schro497/LesgerLucassenSchrover.pdf>, consultado em Setembro. 2014
- Lousada, Maria Alexandre (1996), *Espaços de sociabilidade em Lisboa, finais do século XVIII-1834*. Dissertação de doutoramento em Geografia Humana, Faculdade de Letras, Lisboa
- Lousada, Maria Alexandre (2004a), "A rua, a taberna e o salão: elementos para uma geografia histórica das sociabilidades lisboetas nos finais do Antigo Regime", in Ventura, Maria da Graça Mateus (coord.) (2004b), *Os espaços de sociabilidade na Ibero-América (sécs. XVI-XIX)*, Lisboa, Ed. Colibri, 95-120
- Lousada, Maria Alexandre (2004b), "Sociabilidades Urbanas no início do século XIX. O caso de Lisboa", in *A Vivência Comunitária. História e problemáticas actuais, Actas do V Curso de Verão da Ericeira*, Ericeira, Mar de Letras Editora, 89-97
- Lousada, Maria Alexandre (2005), "Espacialidade em debate: práticas sociais e representações em Lisboa nos finais do Antigo Regime", *Ler História*, 48, 33-46
- Lousada, Maria Alexandre (2009), "Sobre a alimentação urbana no início do século XIX: tabernas e casas de pasto lisboetas", in Serrão, José Vicente; Magda Avelar Pinheiro e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira (orgs.) (2009), *Desenvolvimento económico e mudança social. Portugal nos últimos dois séculos. Homenagem a Miriam Halpern Pereira*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/ICS, 227-248

- Lousada, Maria Alexandre (2011), “Novas formas: vida privada, sociabilidades culturais e emergência do espaço público”, in Mattoso, José (dir. de), *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*, (2011), 2º Vol., coord. por Nuno Gonçalo Monteiro, s.l., Círculo de Leitores e Temas e Debates, 424-456
- Lubbock, John (2011), in *Reflexões*, UK, Parragon Books Ltd, 35
- Lucassen, Leo e Nancy Foner (2002), “Old and new migrants in the twentieth century: a european perspective [with response]”, in *Journal of American Ethnic History*. S.l.: University of Illinois Press, Vol. 21 (nº 4)
- Madureira, Nuno (1996), *Mercado e privilégios na indústria portuguesa (1750-1834)*. Dissertação de doutoramento em História Social Contemporânea, Lisboa, ISCTE
- Madureira, Nuno (1997), *Mercado e privilégios. A indústria portuguesa entre 1750 e 1834*, Lisboa, Editorial Estampa
- Madureira, Nuno Luís (1990), *Lisboa. Luxo e distinção. 1750-1830*, Lisboa, Editorial Fragmentos
- Madureira, Nuno Luís (1992), *Cidade: espaço e quotidiano (Lisboa 1740-1830)*, Lisboa, Livros Horizonte
- Madureira, Nuno Luís (1994), “Crédito e mercados financeiros em Lisboa”, *Ler História*, Lisboa, Iscte/Inict, nº 26, 21-43
- Matoso, Inês (1997), “O terreno da Junqueira – local de cenas e costumes da Lisboa ribeirinha no início do século XIX”, in *Atas das Sessões II Colóquio Temático “Lisboa Ribeirinha”*, Lisboa, Edição da Câmara Municipal de Lisboa, 154-155
- Meerkerk, Elise van Nederveen (2006), “Segmentation in the Pre-Industrial Labour Market: Women’s Work in the Dutch Textile Industry, 1581-1810”, *International Review of Social History/IRSH*, Amsterdam, Internationaal Instituut Voor Sociale Geschiedenis, vol. 51, Part 2, 189-216
- Menjot, Dennis e Jean-Luc Pinol (2015), “Ville”, in Gauvard, Claude e Jean-François Sirinelli, (dir. de) (2015), *Dictionnaire de l'historien*, Paris, P.U.F., 741-745
- Mironov, Boris (1991), “Les villes de Russie entre l’Occident et l’Orient (1750-1850)”, *Annales. Économies. Sociétés. Civilisations*, 46e année, nº 3, 705-734
- Monteiro, Cláudio (2010), *Escrever direito por linhas tortas. Legislação e planeamento urbanístico na Baixa de Lisboa (1755-1833)*, Lisboa, AAFDL
- Monteiro, Nuno Gonçalo (coord.) (2011), *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*, 2º vol. da *História da vida privada em Portugal*, dir. de José Mattoso, s.l., Círculo de Leitores e Temas e Debates
- Moore, George (2011), in *Princípios da vida*, UK, Parragon Books Ltd, 11
- Mumford, Lewis (1998), *A cidade na história. Suas origens, transformações e perspectivas*, São Paulo, Martins Fontes, 4ª Ed.
- Nenadic, Stana (1995), “Research in urban history: a review of recent theses”, *Urban History*, volume 22, part 2, Cambridge, Cambridge University Press, 253-271
- Nenadic, Stana (1996), “Research in urban history: a review of recent theses”, *Urban History*, volume 23, part 2, Cambridge, Cambridge University Press, 228-246
- Olival, Fernanda (2011), “Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios”, in Mattoso, José (dir. de), *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*, (2011), 2º Vol., coord. por Nuno Gonçalo Monteiro, s.l., Círculo de Leitores e Temas e Debates, 244-275

- Pedreira, Jorge Miguel (1987), “Indústria e atraso económico em Portugal (1800-1825). Uma perspectiva estrutural”, *Análise Social*, Lisboa, ICS, vol. XXIII, nº97, 563-596
- Pedreira, Jorge Miguel (1992), “Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais”, *Análise Social: História social das elites*, Lisboa, ICS, vol. XXVII, nºs 116-117, 407-440
- Pedreira, Jorge Miguel (1994), *Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*, Lisboa, Difel
- Pedreira, Jorge Miguel (1996), “Tratos e contratos: actividades, interesses e orientação dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822)”, *Análise Social: História empresarial em Portugal*, Lisboa, ICS, vol. XXXI, nºs 136-137, 355-380
- Pélissier, Jean-Pierre *et al* (2005), “Migration and Endogamy according to social class: France, 1803-1986”, *International Review of Social History/IRSH*, Amsterdam, Internationaal Instituut Voor Sociale Geschiedenis, vol. 50, Supplement 13, 219-246
- Pereira, João Cordeiro (2003), *Portugal na Era de Quinhentos. Estudos Vários*, Carnaxide, Edição da Câmara Municipal de Cascais
- Pereira, Miriam Halpern (1992), *A crise do Antigo Regime e as Cortes Constituintes de 1821-1822*, 5 Vols., Lisboa, Ed. João Sá da Costa
- Pereira, Miriam Halpern (1992), *Negociantes, fabricantes e artesãos entre velhas e novas instituições*, Lisboa, Ed. Sá da Costa
- Pereira, Miriam Halpern (2001), *Diversidade e assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, ICS
- Piétri, Nicole; Bernard Michel e Cyril Buffet (1992), *Villes et sociétés urbaines dans les pays germaniques. 1815-1914*, Paris, Éd. SEDES, 2e édition
- Pinheiro, Magda (1990), “Crescimento e modernização das cidades no Portugal oitocentista”, *Ler História*, nº 20, Lisboa, CEHCP/ISCTE, 79-107
- Pinheiro, Magda (2011), *Biografia de Lisboa*, Lisboa, A Esfera dos Livros
- Pinheiro, Magda; Luís V. Baptista e Maria João Vaz (organizadores) (2001), *Cidade e metrópole. Centralidades e marginalidades*, Oeiras, Celta Editora
- Pinol, Jean Luc (1991), *Le monde des villes au XIXème Siècle*, Paris, Hachette
- Pinol, Jean-Luc (1991), *Les mobiles de la grande ville. Lyon, fin XIXe-début XXe*, s.l., Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques
- Pinto, Maria Luís e Teresa Rodrigues (1997), “O crescimento urbano no Portugal oitocentista”, *População e Sociedade*, nº 2, Porto, Centro de Estudos da População e Família, Porto, 131-146
- Pooley, Colin G. e Jean Turnbull (1997), “Changing home and workplace in Victorian London: the life of Henry Jacques, shirtmaker”, *Urban History*, volume 24, part 2, Cambridge, Cambridge University Press, 148-178
- Porter, Roy (2000), *London. A social history*, UK, Penguin Books, 2000 (first published 1994)
- Poussou, Jean-Pierre (1992), *La croissance des villes au XIXe siècle. France, Royaume-Uni, États-Unis et Pays Germaniques*, 2e éd., Paris, SEDES
- Princípios da vida*. UK: Parragon Books Ltd, 2011, p. 11.
- Ramos, Rui (Coord.); Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros

- Reed, Michael (2000), "The transformation of urban landscape, 1700-1840", in Clark, Peter (ed.) (2000), *The Cambridge Urban History of Britain*, Vol. II, UK, Cambridge University Press
- Reeder, David (1995), "Current bibliography of urban history", *Urban History*, volume 22, part 3, Cambridge, Cambridge University Press, 415-480
- Reflexões*. UK: Parragon Books Ltd, 2011, p. 35.
- Reis, Jaime (1981), "Aspectos económicos de Viana do Castelo em 1840: um inquérito esquecido", *Estudos Contemporâneos*, nº 2/3, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 143-198
- Ribeiro, Orlando (1945), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra, Coimbra Eds.
- Robbins, Keith (1995), "A hierarquia das prostitutas", in Monica Charlot e Roland Marx (dir. de) (1995), *Londres, 1851-1901. A era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*, Lisboa, Terramar, 138-150
- Rocha, Maria Manuela (1996), "Actividade creditícia em Lisboa (1775-1830)", *Análise Social: História empresarial em Portugal*, Lisboa, ICS, vol. XXXI, nºs 136-137, 579-598
- Rodrigues, Manuel Ferreira e José Amado Mendes (2007), *História da indústria portuguesa : da Idade Média aos nossos dias*, Lisboa, Publicações Europa-América
- Rodrigues, Teresa (1993), "As estruturas populacionais", in Mattoso, José (dir. de) (1993), *História de Portugal. Vol. 3. No alvorecer da modernidade*, Lisboa, Círculo de Leitores/Ed. Estampa, 197-241
- Rodrigues, Teresa (1994), "Os movimentos migratórios em Lisboa. Estimativa e efeitos na estrutura populacional urbana de Oitocentos", *Ler História*, nº26, Lisboa, 45-75
- Rodrigues, Teresa (2000), "Ser imigrante nas Lisboas oitocentistas", in Vaz, M. J.; E. Relvas e N. Pinheiro (org.) (2000), *Exclusão na História*, Oeiras, Celta, 19-27
- Rodrigues, Teresa (2004), "A Evolução da População", in Lains, Pedro e Álvaro Ferreira da Silva (orgs.) (2004), *História económica de Portugal. 1700-2000, Vol. I. O século XVIII*, Lisboa, ICS/Imprensa de Ciências Sociais, 35-65 (Capítulo 1)
- Rodrigues, Teresa (2009), "O século XIX", in Rodrigues, Teresa (coord.) (2009), *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, Ed. Afrontamento, 327-416
- Rodrigues, Teresa (coord.) (2009), *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, Ed. Afrontamento
- Roncayolo, Marcel (1996), *Les grammaires d'une ville. Essai sur la genèse des structures urbaines à Marseille*, Paris, Éditions E.H.E.S.S.
- Rowland, Robert (1981), "Âncora e Montaria, 1827: duas freguesias do Noroeste segundo os Livros de Registo das Companhias de Ordenanças", *Estudos Contemporâneos*, nº 2/3, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 199-242
- Rowland, Robert (1997), *População, família, sociedade. Portugal, séculos XIX-XX*, Oeiras, Celta Editora
- Sá, Vítor e Gaspar Martins Pereira (1990), "Do Porto ao Báltico, 1780. Achegas para a história das relações entre Portugal e a Rússia", *Revista da Faculdade de Letras. Série História*, vol. VII, II série, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 219-254.
- Salgueiro, Teresa Barata (1992), *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana*, Porto, Edições Afrontamento, 2ª ed.

- Santos, Piedade Braga; Teresa Rodrigues e Margarida Sá Nogueira (1992), *Lisboa Setecentista vista por estrangeiros*, Lisboa, Livros Horizonte
- Schiller, David (2005), *Pequeno guia do Zen*. Portugal: Edições 70
- Scholliers, Peter (2003), "Labor markets", in Mokyr, Joel (editor in chief) (2003), *The Oxford Encyclopedia of economic history*, Vol. 3, New York, Oxford University Press, 238-242
- Schwarz, L. D. (2013), "Social class and social geography: the middle classes in London at the end of the eighteenth century", in Borsay, Peter (ed.) (2013), *The eighteenth century town: a reader in English urban history 1688-1820*, RN/USA, Routledge (first published 1990 by Longman Group Limited), 315-337
- Serrão, Joel (1953), "A indústria portuense em 1830", *Bulletin d'Études Portugaises*, Lisboa, s.e., 2-22
- Serrão, Joel (1959), *Temas oitocentistas – I: para a história de Portugal no século passado*, Lisboa, Ed. Ática
- Serrão, José Vicente (1993), "O quadro humano", in Mattoso, José (dir. de) (1993), *História de Portugal. Vol. 4. O Antigo Regime, 1620-1807*, Lisboa, Círculo de Leitores/Ed. Estampa, 49-69.
- Serrão, José Vicente (1996), "População e Rede Urbana nos séculos XVI e XVIII", in Oliveira, César (ed.), *História dos municípios e do poder local*, Lisboa, Círculo de Leitores, 63-77
- Serrão, José Vicente; Magda Avelar Pinheiro; Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira (orgs.) (2009), *Desenvolvimento económico e mudança social. Portugal nos últimos dois séculos. Homenagem a Miriam Halpern Pereira*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/ICS
- Sha, Rosa (coord.) (2003), *Provérbios chineses*, Portugal, Arteplural Edições
- Sharpe, Pamela (1994), "De-industrialization and re-industrialization: women's employment and the changing character of Colchester, 1700-1850", *Urban History*, volume 21, part 1, Cambridge, Cambridge University Press, 77-96
- Shaw, Gareth; Tim Coles (1995), "European directories: a universal source for urban historians", *Urban History*, volume 22, part 1, Cambridge, Cambridge University Press, 85-102
- Silbert, Albert (1981), *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal oitocentista*, Lisboa, Livros Horizonte, 3ª ed., (1ª edição: 1970)
- Silbert, Albert (1998), *Portugal na Europa oitocentista*, Lisboa, Edições Salamandra
- Silva, Álvaro Ferreira da (1987), "Família e trabalho doméstico no "hinterland" de Lisboa: Oeiras, 1763-1810", *Análise Social*, Lisboa, ICS, vol. XXIII, nº97, 531-562
- Silva, Álvaro Ferreira da (1993), *Propriedade, família e trabalho no "hinterland" de Lisboa. Oeiras, 1738-1811*, Lisboa, Edições Cosmos
- Silva, Álvaro Ferreira da (1996), "A construção residencial em Lisboa: evolução e estrutura empresarial (1860-1930)", *Análise Social: História empresarial em Portugal*, Lisboa, ICS, vol. XXXI, nºs 136-137, 599-630
- Silva, Álvaro Ferreira da (1997), "A evolução da rede urbana portuguesa (1801-1940)", *Análise Social*, Lisboa, ICS, vol. XXXII, nºs 143-144, 779-814
- Silva, Álvaro Ferreira da (2008), "A família em Portugal no século XVIII: posição familiar dos jovens e dinâmica dos grupos domésticos", in Gonzalez, Francisco Garcia (ed.) (2008), *Historia de la familia en la Península Ibérica: balance regional y perspectivas. Homenaje a Peter Laslett*. Cuenca, s.n., 371-406

- Silva, Álvaro Ferreira da (2009), “Padrões de mobilidade interna em Portugal na segunda metade do século XIX”, in Serrão, José Vicente; Magda Avelar Pinheiro; Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira (orgs.) – *Desenvolvimento económico e mudança social. Portugal nos últimos dois séculos. Homenagem a Miriam Halpern Pereira*, Portugal, ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 375-392
- Silva, Armando Coelho da (2000), “As origens do Porto” in Luís A. de Oliveira Ramos (dir.) – *História do Porto*, 3ª Ed, Porto, Porto Editora, 45-117
- Silva, Carlos Alberto Dias Ferreira e (2002), *Organização do trabalho em espaços rurais – os sombreireiros do concelho da Feira (1755-1815)*. Tese de mestrado em História Moderna, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- Sim, D. (1996), “The Scottish house factoring profession”, *Urban History*, volume 23, part 3, Cambridge, Cambridge University Press, 351-371
- Soderlund, Richard J. (2006), “Resistance from the margins: The Yorkshire Worsteds Spinners, Policing, and the Transformation of Work in the Early Industrial Revolution”, in *International Review of Social History/IRSH*, Amsterdam, Internationaal Instituut Voor Sociale Geschiedenis, vol. 51, Part 2, August, 217-242
- Sousa, Fernando de (1979), *A população portuguesa nos inícios do século XIX*. 2 vols., Dissertação de Doutoramento em História, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- Teixeira, Manuel C. (1993), “A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes”, *Análise Social*, vol. XXVIII (121), Lisboa, ICS, 371-390
- Teixeira, Manuel C. (1994), “A habitação popular no século XIX – características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro”, *Análise Social*, vol. XXIX (127), Lisboa, ICS, 555-579
- Thernstrom, Stephan (1964), *Poverty and Progress: Social Mobility in a Nineteenth Century City*, USA, Harvard University Press
- Thernstrom, Stephan and Richard Sennett (eds.) (1969), *Nineteenth Century Cities: Essays in the New Urban History*, USA, Harvard University Press
- Thompson, E. P. (1980), *The making of the english working class*, Great Britain, Lowe&Brydone Printers, 1980 (1st published, 1963).
- Tilly, Charles (1996), “Urban History”, *Journal of Urban History*, 22, 702-719.
- Tribillon, Jean-François (1991), *Urbanisme (L’)*, Paris, Éditions La Découverte
- Urban History Yearbook* (1980), “I. Cities and towns – History”, Surrey – England, Leicester University Press, 4-245
- Van Houten, Christina (2015), “Jennie Gerhardt, Domestic Narrative, and Democratic Architecture: Mapping Nineteenth-Century Women’s Labor Culture”, *Women's Studies: An inter-disciplinary journal*, 44 (3), 301-320
- Vaz, Maria J. (2014), *O Crime em Lisboa 1850/1910*, Lisboa, Tinta de China.
- Vaz, Maria J. M. (1998), *Crime e Sociedade. Portugal na segunda metade do século XIX*, Oeiras, Celta
- Vidal, Frédéric (2006), *Les habitants d’Alcantara. Histoire sociale d’un quartier de Lisbonne au début du 20e siècle*, France, Presses Universitaires du Septentrion

- Vidal, Frédéric (2009), “A mobilidade residencial como objecto da história urbana: registos, práticas e interpretações”, in *A Produção das Mobilidades. Redes, Espacialidades e Trajectos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 57-70
- Vidal, Frédéric (2010), "L'invention d'une poste à domicile à Lisbonne à la fin du XVIIIe siècle : description, perception et usage de l'espace urbain", Trabalho apresentado em *City and Society in European History 10th International Conference on Urban History*, In *City and Society in European History 10th International Conference on Urban History*, Ghent
- Vidal, Frédéric; Graça Índias (2008), “Introdução”, in Vidal, Frédéric; Graça Índias (orgs.) (2008), *A rua. Espaço, tempo, sociabilidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 9-16
- Vidal, Frédéric; Graça Índias Cordeiro (orgs.) (2008), *A rua. Espaço, tempo, sociabilidade*, Lisboa, Livros Horizonte
- Wrigley, E. A. (1988), *People, cities and wealth: the transformation of traditional society*, UK: Wiley-Blackwell, (1st published 1987)
- Yohn, Susan M. (2010), “The primacy of place, collaborations, and alliances: mapping women’s businesses in nineteenth-century Brooklyn”, *Journal of Urban History*, 36 (4), 411-428
- Zeller, Olivier (1983), *Les recensements lyonnais de 1597 a 1636. Démographie historique et géographie sociale*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon